

MARTIN MEREDITH

O DESTINO DA ÁFRICA

CINCO MIL ANOS DE RIQUEZAS,
GANÂNCIA E DESAFIOS



TRADIÇÃO EM
COMPARTILHAR
CONHECIMENTO

Martin Meredith

O destino da África

Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios

Tradução:

Marlene Suano

*Professora do Departamento de História – FFLCH/USP Especialista
em história e arqueologia do Mediterrâneo Antigo*



Sumário

[Lista de mapas](#)

[Prefácio](#)

[Introdução](#)

[PARTE I A África e o mundo antigo](#)

[1. Terra dos faraós](#)

[2. Empreendimentos no interior](#)

[3. Um choque de impérios](#)

[4. Morte no Nilo](#)

[5. Interlúdio romano](#)

[PARTE II A difusão do cristianismo](#)

[6. Santos e cismas](#)

[7. A conquista árabe](#)

[8. Estradas do deserto](#)

[9. Zanj](#)

[PARTE III A Idade Moderna: a África na era das grandes navegações](#)

[10. Uma corrente de cruzes](#)

11. Na terra do Preste João

12. A travessia do Atlântico

13. Fronteiras ao sul

PARTE IV O impacto do Islã

14. Mamelucos e otomanos

15. A guarda negra

16. A espada da verdade

17. Uma questão de fé

PARTE V O crescimento da usurpação parasitária europeia

18. As portas da África

19. O paxá

20. Pieds-noirs

21. Bíblias, arados e balas

PARTE VI Brancos e negros no sul da África

22. Senhores e servos

23. O povo do paraíso

24. Repúblicas no Highveld

25. A estrada dos missionários

PARTE VII Rasgando o coração da África

26. Os tons de Zanzibar

27. Desbravando o Congo

28. A pérola da África

29. Um jogo de tronos

PARTE VIII O projeto do canal de Suez e o destino do Egito

30. O quediva

31. Equatória

32. Representante do povo

33. O esperado

PARTE IX As riquezas da África: diamantes e ouro

34. Febre de diamantes

35. A corporação de africanos

36. Lavando as lanças

37. Um povo escolhido

38. A companhia mais poderosa do mundo

PARTE X A corrida para explorar a África no final do século XIX

39. Esse magnífico bolo

40. Esferas de interesse

41. A águia e o leão

42. Retalhando o Níger

43. Por direito de conquista

PARTE XI Resistência na Abissínia

44. Nova Flor

45. Omdurman

46. Uma fraternidade do deserto

PARTE XII O coração das trevas: atrocidades no Congo

47. Bula Matari

48. O regime da borracha

PARTE XIII Guerra no sul da África

49. Um conto de duas cidades

50. A estrada para Ofir

51. Marchando para Pretória

52. A ordem de extermínio

PARTE XIV Os Estados coloniais da África

53. Interregno

54. Um protetorado velado

55. Eleito de Deus

56. Com o objetivo de dominar

57. A virada da maré

PARTE XV A onda do nacionalismo

58. Antes do dilúvio

59. Revolução no Nilo

60. O impulso nacionalista

61. E o vento levou

62. "Uma saída honrosa"

63. A aposta do Congo

64. Em nome do *apartheid*

PARTE XVI A era da independência: golpes, ditadores e “vida platinum”

65. A primeira dança da liberdade

66. Golpes e ditadores

67. Décadas perdidas

68. Guerras de libertação

69. Em busca da democracia

70. Soldados de Deus

71. “Vida platinum”

Notas

Caderno de imagens

Créditos das imagens

Bibliografia selecionada

Índice remissivo

Lista de mapas

[Mapa 1: A África em 2014](#)

[Mapa 2: Egito e Núbia](#)

[Mapa 3: Estradas do deserto](#)

[Mapa 4: A terra de Zanj](#)

[Mapa 5: A África ocidental](#)

[Mapa 6: A terra do Preste João](#)

[Mapa 7: A África meridional](#)

[Mapa 8: Império egípcio](#)

[Mapa 9: A África antes da partilha](#)

[Mapa 10: A África oriental](#)

[Mapa 11: Trevas no coração do Congo](#)

[Mapa 12: A África em 1914](#)

[Mapa 13: A África em 1954](#)

[Mapa 14: A África no momento da independência](#)

A ÁFRICA EM 2014



Prefácio

DESDE A ÉPOCA DOS FARAÓS, a África tem sido cobiçada por suas riquezas. As pirâmides do vale do Nilo deslumbraram o mundo não apenas pela engenhosidade de seus arquitetos e construtores, mas como símbolos da fortuna dos governantes do Egito, que as construíram como elemento de passagem para a vida após a morte.

As lendas sobre as riquezas do continente estenderam-se por milênios, atraindo exploradores e conquistadores de muito longe. As histórias na Bíblia sobre os fabulosos presentes de ouro e pedras preciosas que a rainha de Sabá levou para o rei Salomão em sua visita a Jerusalém, no século X a.C., transformaram-se no folclore sobre a terra de Ofir que, 3 mil anos mais tarde, inspirou aventureiros europeus em sua busca por ouro a iniciarem uma guerra de conquista no sul da África.

A terra era outra recompensa. Os romanos dependiam do vital abastecimento de trigo de suas colônias no norte do continente para alimentar a crescente população de Roma. Eles chamaram uma de suas províncias costeiras de "África", a partir de uma tribo berbere que vivia na região da Tunísia moderna e era conhecida como afri. Seguindo o rastro dos romanos, a primeira onda de invasores árabes chegou no século VII e acabou por suplantando as tribos autóctones da maior parte do norte da África; eles usavam o termo árabe *Ifriqiya* (Ifríquia) para se referir à mesma região costeira.

Quando os marinheiros europeus iniciaram a exploração da costa atlântica da África, no século XV, adotaram esse nome para o continente inteiro. O objetivo inicial era encontrar um caminho marítimo para as minas de ouro da África ocidental, que sabiam ser o local de onde partiam as caravanas de camelos que atravessavam o deserto do Saara, transportando ouro até os portos comerciais na

costa mediterrânea. O interesse nas minas de ouro do oeste africano foi despertado por uma visita do governante do império do Mali, *mansa* Musa, ao Cairo em 1324, durante uma peregrinação a Meca. Ele foi tão generoso na distribuição de ouro que arruinou os mercados monetários da região por mais de dez anos. Os cartógrafos europeus devidamente tomaram nota. Uma imagem de *mansa* Musa decora o *Atlas catalão* de 1375, um dos primeiros conjuntos de mapas europeus a fornecer informações válidas sobre a África. Uma legenda no mapa diz: "Tão abundante é o ouro em seu país, que ele é o rei mais rico e nobre em toda a terra." As estimativas mais recentes sugerem que *mansa* Musa foi o homem mais rico que o mundo já viu, mais rico até que os bilionários de hoje.

Outra mercadoria da África em alta demanda eram os escravos. A escravidão era uma característica comum em muitas sociedades africanas. Escravos eram em geral prisioneiros de guerra adquiridos por líderes africanos e usados como trabalhadores e soldados na construção de feudos e impérios. Mas o comércio de longa distância, que durou mais de mil anos, acrescentou uma nova dimensão temível à prática. A partir do século IX, escravos da África negra eram levados regularmente pelo deserto do Saara, embarcados no mar Vermelho, retirados na região da costa leste e vendidos em mercados no Levante, na Mesopotâmia, na península Arábica e no golfo Pérsico. No século XVI, negociantes europeus iniciaram o envio transatlântico para as Américas. A maior parte do comércio interno de escravos para venda no exterior era conduzida por mercadores e *warlords*, ou senhores da guerra, africanos. Fortunas foram feitas em ambas as extremidades do negócio. No final do século XIX, o tráfico de escravos africanos havia atingido um total de aproximadamente 24 milhões de homens, mulheres e crianças.

O continente era também o maior fornecedor mundial de marfim. Durante séculos, a principal demanda de marfim africano vinha da Ásia, dos mercados indianos e chineses. Mas, no século XIX, quando a revolução industrial na Europa e América do Norte ganhou força, o uso de marfim em teclas de piano, bolas de bilhar, instrumentos

científicos e numa vasta gama de artigos para o lar tornou-o uma das mercadorias mais rentáveis do planeta.

Um monarca europeu ganancioso e inescrupuloso, Leopoldo II da Bélgica, lançou-se ao acúmulo de uma fortuna pessoal de marfim, declarando-se “rei soberano” de 2,5 milhões de quilômetros quadrados na bacia do Congo. Quando os lucros do comércio de marfim começaram a diminuir, o rei Leopoldo voltou-se para outra mercadoria – a borracha silvestre. Vários milhões de africanos morreram em consequência do regime de exploração da borracha que Leopoldo II implantou, mas ele conseguiu se tornar um dos homens mais ricos do mundo.

Por sua vez, a ambição do monarca em adquirir o que chamou de “uma fatia desse magnífico bolo africano” foi a grande responsável por acender a “corrida” por território africano entre as potências europeias no final do século XIX. Até então, a atividade europeia na África estivera confinada principalmente a enclaves pequenos e isolados na costa, usados para fins comerciais. A ocupação havia deitado raízes apenas ao longo da costa mediterrânea da Argélia e no sopé da África meridional. Mas agora o continente tornava-se alvo de uma feroz concorrência.

No espaço de vinte anos, potências europeias reivindicaram a posse de praticamente todo o continente, na esperança, sobretudo, de obter benefício econômico e prestígio nacional. A ocupação precipitou guerras de resistência em quase todas as partes do território. Dezenas de governantes africanos que se opunham ao domínio colonial morreram em combate ou foram executados ou eLivross após a derrota. No último ato da partilha, o Reino Unido, no auge de seu poder imperialista e determinado a se apropriar das mais ricas minas de ouro jamais descobertas, provocou uma guerra entre duas repúblicas bôeres na África meridional, deixando um legado de amargura e ódio entre os africâneres que perdurou por gerações.

Ao final da corrida, as potências europeias tinham fundido cerca de 10 mil sistemas políticos africanos em apenas quarenta colônias.

Os novos territórios eram quase todos entidades artificiais, com fronteiras que davam pouca atenção à miríade de monarquias, cacicados e outras sociedades na região. A maior parte deles abrangia dezenas de diversos grupos que não compartilhavam qualquer história, cultura, língua ou religião. Alguns englobavam áreas de ambos os lados do deserto do Saara e do cinturão de florestas tropicais ao sul, juntando povos muçulmanos e não muçulmanos em hostilidade latente. Mas todas essas colônias sobreviveram para formar a base dos Estados africanos modernos.

O domínio colonial trouxe uma infinidade de mudanças. Os governos coloniais construíram estradas e ferrovias em uma tentativa de estimular o crescimento econômico e tornar seus territórios autossustentáveis. Foram estabelecidos novos padrões de atividade econômica. As colônias se tornaram exportadoras significativas de mercadorias agrícolas, como algodão, cacau e café. Nas terras altas da África oriental e meridional, colonos europeus adquiriram enormes latifúndios, lançando as bases para a agricultura comercial em grande escala. Mas o que atraiu mais atenção foi a abundância de recursos naturais do continente. As riquezas minerais de Katanga, quando encontradas pela primeira vez, foram descritas como "um verdadeiro escândalo geológico". Descobriu-se que a África possuía não apenas uma profusão de ouro, diamantes e cobre, mas uma série de outros recursos valiosos, incluindo petróleo.

Esperava-se que o domínio colonial se prolongasse por séculos, mas ele acabou por ser apenas um interlúdio na história da África, durando pouco mais de setenta anos. Diante de uma crescente onda de protestos e insurreições anticoloniais, os governos europeus entregaram seus territórios para movimentos de independência. O legado colonial incluía um quadro de escolas, serviços médicos e de infraestrutura de transportes. A educação ocidental e a alfabetização transformaram as sociedades africanas da África tropical. Mas surgiram apenas algumas ilhas de desenvolvimento econômico moderno, a maioria delas limitada a áreas costeiras ou junto a empresas de mineração em regiões como Katanga e o cinturão de cobre da Zâmbia. Grande parte do interior permaneceu pouco

desenvolvida, remota, isolada do contato com o mundo moderno. Além disso, mesmo com a partida dos governos europeus, as empresas europeias mantiveram seu domínio sobre os impérios empresariais construídos ao longo de meio século. Quase todas as manufaturas modernas, as atividades bancárias, o comércio de importação e exportação, o transporte marítimo, a mineração, as plantações e a indústria madeireira mantiveram-se nas mãos de empresas estrangeiras. À medida que o fim do domínio colonial se aproximava, os europeus seguiram o velho ditado: "Dê-lhes o parlamento e mantenha os bancos."

A era da independência, que teve início na década de 1950, causou muito júbilo e recebeu o aplauso do mundo. A África parecia muito promissora. Os líderes africanos se apresentaram com energia e entusiasmo para enfrentar as tarefas de desenvolvimento. A lua de mel, no entanto, foi breve. Os novos Estados africanos não eram "nações". Não possuíam cimento étnico, de classe ou ideológico que os sustentasse. Uma vez acalmado o impulso de derrubar o regime colonial, lealdades e ambições mais antigas vieram à tona, muitas vezes exploradas por políticos para seus próprios fins. Os líderes africanos tornaram-se preocupados em ganhar o monopólio do poder, preferindo governar por meio de sistemas de patronato para impor seu controle. As elites dominantes aproveitaram todas as oportunidades para o autoenriquecimento, saqueando os bens estatais à vontade. Décadas foram perdidas em conflitos internos, má gestão e corrupção.

Apesar do elevado nível de risco e de complicações, o poder de sedução das riquezas da África continua tão forte no século XXI como no passado. Além das atividades de corporações ocidentais, novos atores entraram em campo. O crescente poderio econômico da China e de outros países asiáticos estimulou um *boom* na demanda por petróleo e recursos minerais africanos. A terra também se tornou mais uma vez uma mercadoria apreciada. Para garantir o abastecimento de alimentos, empresas estrangeiras adquiriram enormes latifúndios na África, assim como os antigos romanos.

Mas grande parte da riqueza gerada pela atividade estrangeira flui para fora do continente. As elites dominantes da África drenam ainda mais os fundos de seus países, escondendo no exterior enormes somas em contas bancárias e bens. O Banco Mundial estima que 40% da riqueza privada africana é mantida no estrangeiro. A África permanece, assim, um continente de grande potencial, mas perspectivas limitadas.

AO COMPILAR SEU TRABALHO enciclopédico *Historia Naturalis*, o erudito romano Plínio o Velho referiu-se a um antigo provérbio grego mencionado por Aristóteles, no século IV a.C., sobre a profusão de animais estranhos na África. “*Ex Africa semper aliquid novi*”, escreveu Plínio. “Da África, sempre algo novo.” Trata-se, sem dúvida, de um continente de grande diversidade, com uma multiplicidade de paisagens e culturas e cerca de 1.500 línguas. Os perigos que apresenta são igualmente diversos. Grande parte da África possui um clima severo e variável; chuva irregular; secas frequentes, terrenos desafiadores; solos pobres e uma infinidade de doenças humanas e animais. Mas o que também chama a atenção é a vasta gama de recursos naturais. É essa abundância de riquezas que tem desempenhado um papel importante na formação do destino da África ao longo dos últimos 5 mil anos. “Falo da África”, escreveu Shakespeare, “e de muito ouro.”

^a *Mansa* era o título real dado aos soberanos do Mali, significando “imperador” ou “rei dos reis”. (N.T.)

Introdução

ERGUENDO-SE ACIMA das planícies desérticas na extremidade sudoeste do Egito, os penhascos íngremes do planalto Gilf Kebir emanam um ar de mistério. O planalto está no centro da parte mais árida e inóspita do Saara, o maior deserto do mundo, que se estende por toda a largura da África, do oceano Atlântico até o mar Vermelho. Atualmente, ninguém vive no deserto rochoso de Gilf Kebir. No entanto, lá existem pinturas pré-históricas e gravuras com cenas de pessoas dançando, caçando, nadando e mergulhando, evidências de uma era desaparecida. Como testemunho de sua existência, os antigos habitantes de Gilf Kebir também deixaram para trás dezenas de marcas de suas mãos, com as palmas e os dedos totalmente espalmados; e, na periferia norte do planalto, construíram um círculo de pedras com alinhamentos astronômicos precisos, um indício de seu estudo das estrelas.

O Saara já foi uma região bem regada de savanas, lagos, rios e chuvas abundantes, domínio de pastores de gado e caçadores nômades e de uma enorme variedade de vida selvagem africana – elefantes, girafas, rinocerontes, hipopótamos e búfalos gigantes. Mas, cerca de 7 mil anos atrás, impulsionado por ventos do Atlântico Sul, o cinturão chuvoso começou a mudar progressivamente em direção ao sul, marcando o início de um clima árido e forçando os grupos pastoris a migrarem. Por volta de 6 mil anos atrás, grande parte do Saara tinha se tornado inabitável, reduzida a uma paisagem de rocha nua e montanhas de areia em movimento. Como outras comunidades do Saara oriental, os habitantes de Gilf Kebir abandonaram seu território e se deslocaram para as margens do Nilo. Tirando os poucos oásis espalhados pelo deserto, o rio era a única fonte de água da região.

O vale do Nilo, uma estreita faixa de terra fértil cercada de ambos os lados por barreiras de deserto, tornou-se, assim, a terra natal de uma população em rápido crescimento. Pastores do Saara, trazendo consigo uma tradição de trabalhar pedra e um conhecimento das estrelas, instalaram-se entre os povos do vale, que usavam as várzeas do rio para cultivar cereais como trigo, cevada e painço.

Há cerca de 5.500 anos, toda a extensão do vale do Nilo – a partir da Primeira Catarata, um trecho de corredeiras não navegáveis perto da moderna cidade de Assuã, até as zonas pantanosas do delta do Nilo, onde o rio se divide em sete braços – era coberta por uma série de aldeias. Vários grupos de aldeias se desenvolveram em cidades muradas. As cidades tornaram-se centros de culto para adoração dos deuses locais. Tais deuses eram cultuados para assegurar a fertilidade da terra e, portanto, a estabilidade da vida dos habitantes. As ideias religiosas evoluíram a partir de uma crença nos poderes mágicos de objetos a uma crença no poder mágico de animais – como o falcão, o chacal, a cobra e o crocodilo – e, por fim, a uma fé em deuses com cabeças de animais e corpos humanos.

As novas sociedades que surgiram no vale do Nilo tornaram-se cada vez mais hierárquicas. No ápice, havia uma pequena elite rica que exercia o poder sobre a massa de subordinados, controlava o comércio e uma rede de abastecimento e atuava como patrona de uma nova classe de artesãos especializados em trabalhar tanto pedra dura quanto mole e em fabricar artefatos de cobre, ouro, prata e marfim para uso pessoal. Pintores de cerâmica começaram a desenhar imagens intrincadas em tigelas, potes e vasos, desenvolvendo uma tradição de figuração que levou, posteriormente, à escrita hieroglífica.

A elite também foi ficando gradualmente mais influenciada pela noção de ressurreição. Na preparação para a vida após a morte, suas práticas funerárias tornavam-se cada vez mais elaboradas. Ela reservava para si próprios cemitérios separados, com túmulos ricamente decorados e repletos de bens valiosos em seu interior. E fez com que os corpos dos mortos fossem embalsamados e envoltos

em panos de linho embebidos em resina – mumificando-os –, para garantir a sobrevivência de seus espíritos imortais.

A vida e a morte para o restante da população, entretanto, mantiveram-se simples. A maioria era de agricultores e pescadores de subsistência que viviam em casas de taipa em pequenas aldeias, produzindo excedentes agrícolas fortemente tributados, e que eram convocados como mão de obra para projetos do governo. Eles eram enterrados em buracos rudimentares na areia, sem caixões ou objetos que os acompanhassem.

Como os níveis de precipitação eram insignificantes, o destino das comunidades do vale do Nilo dependia inteiramente da cheia anual do rio. Todo ano, após o dilúvio das chuvas de monção em planaltos no longínquo interior africano, o rio subia drasticamente, atingindo um pico em julho e agosto, antes de recuar em setembro, o que permitia aos agricultores plantar culturas que amadureciam durante os meses de inverno e podiam ser colhidas na primavera. Em anos bons, as várzeas, enriquecidas por depósitos de sedimentos, produziam enormes excedentes agrícolas. Anos ruins, contudo, eram um perigo frequente. Cheias altas destruíam casas e edifícios e inundavam os campos. Cheias baixas deixavam a terra ressequida e estéril, resultando em fome. Relatos na Bíblia, mais tarde, falavam de “sete anos gordos e sete anos magros”.

Os ritmos do Nilo afetavam todos os tipos de vida. Entre a série de divindades locais e espíritos domésticos que as comunidades do Nilo adoravam, Hapi, o Senhor do Rio e das cheias, tinha um lugar proeminente. A época das enchentes era comumente conhecida como “a chegada de Hapi”, e os moradores a comemoravam jogando animais sacrificados, amuletos e outras oferendas no rio, na esperança de assegurar um ano bom.

O Nilo também servia como uma artéria para comunicações e comércio, um fio condutor que ligava comunidades distantes. O deslocamento no rio se valia não apenas das correntes que fluem para o norte, como também dos ventos dominantes que sopram em direção ao sul. Barcos eram enviados ao extremo sul para obter

matérias-primas luxuosas, como marfim, ébano, incenso e peles de animais exóticos. Do norte, vinham mercadorias como lingotes de cobre e óleos aromáticos.

À medida que as sociedades do vale se tornavam mais organizadas, o ritmo da inovação acelerava. Há cerca de 5.100 anos, a elite governante tinha começado a experimentar um sistema pictórico próprio de escrita com hieróglifos. A mais antiga evidência conhecida de escrita egípcia foi encontrada em pequenos rótulos de osso ligados a objetos no túmulo ornamentado de um potentado local, enterrado no cemitério real de Ábidos, perto da antiga cidade de Tjeni, em cerca de 3100 a.C. Escritos antigos eram registrados em tabuletas ou paletas de argila, com inscrições feitas no barro molhado antes que ele secasse. Posteriormente, os egípcios desenvolveram um protótipo de papel a partir de juncos de papiro esmagados e trançados.

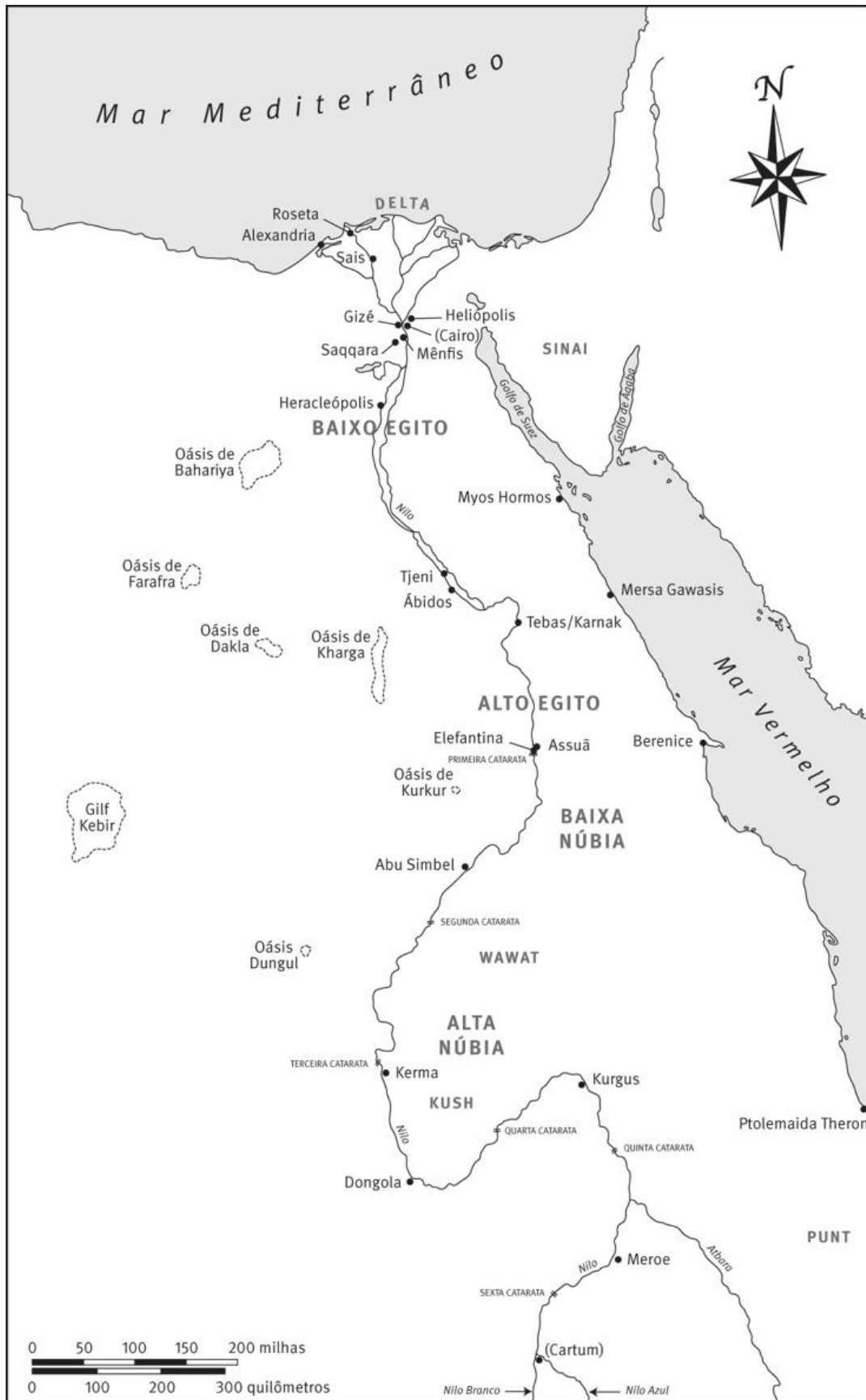
Por vários séculos, três pequenos reinos do vale do Nilo competiam entre si pelo controle do território e do comércio. Mas, no final, foram os reis de Tjeni (perto da atual Girga) que conseguiram expandir seu poderio ao longo de todo o vale do Nilo, ou o Alto Egito, como ficou conhecido. Os reis do Alto Egito, em seguida, incorporaram em seu reino a região do delta, ou Baixo Egito, a planície aluvial em forma de leque ao norte, que se estendia até as margens do Mediterrâneo.

A unificação do Egito, há cerca de 5 mil anos, marcou o surgimento do primeiro Estado-nação do mundo. Seus governantes – uma sucessão de dinastias de faraós que durou 3 mil anos – adquiriram o status de deuses e dedicaram seu tempo a demonstrar sua autoridade divina e onipotência. Eles ergueram enormes túmulos e templos reais, financiaram projetos de construções reais em uma escala pródiga e presidiram uma das civilizações mais deslumbrantes da história humana.

PARTE I

A África e o mundo antigo

EGITO E NÚBIA



1. Terra dos faraós

UM DOS BENS MAIS PRECIOSOS do Museu Egípcio, no Cairo, é uma pedra sedimentar antiga de cerca de dois metros de altura, esculpida com maestria em ambos os lados, com cenas retratando as façanhas do rei Narmer, o primeiro faraó a reinar sobre as Duas Terras do Egito. Numa das faces, Narmer aparece como o rei triunfante do Alto Egito, vestindo sua “Coroa Branca”, de pé sobre um prisioneiro ajoelhado, segurando-o pelos cabelos e ameaçando golpeá-lo com uma maça. Olhando com aprovação, está o deus falcão Hórus, patrono da monarquia egípcia, segurando uma corrente ligada a seis plantas de papiro, o símbolo do Baixo Egito. No verso, Narmer é mostrado usando a “Coroa Vermelha” do Baixo Egito e inspecionando duas fileiras de corpos decapitados cujos órgãos genitais foram decepados. O objetivo da Paleta de Narmer, como é conhecida pelos egiptólogos, era representar o poder e a força por trás do governo faraônico.

O maior desafio para Narmer e seus sucessores na Primeira Dinastia foi consolidar o controle sobre cerca de 1 milhão de pessoas de povos diferentes, espalhadas por um Estado que agora se estendia desde a fronteira sul, na Primeira Catarata do Nilo, até o Mediterrâneo. Uma de suas primeiras decisões foi a construção de uma nova capital em Mênfis, uma localização estratégica na margem oeste do Nilo, na junção entre o Alto e o Baixo Egito, permitindo-lhes supervisionar as Duas Terras em igual medida. Situada a poucos quilômetros ao sul do Cairo moderno, Mênfis permaneceu um ponto focal do Egito durante a maior parte de sua história dinástica. Para proteger a fronteira do sul, os faraós da Primeira Dinastia construíram uma fortaleza em outro local estratégico – uma ilha no Nilo na Primeira Catarata conhecida como Abu ou Elefantina, assim chamada por seu papel no comércio de marfim.

O sistema faraônico estabelecido durante a Primeira Dinastia acabou abrangendo todos os aspectos da vida no Egito. Foi criada uma burocracia estatal para colocar todo o país sob controle real. O Alto Egito foi dividido em 22 províncias, e o Baixo Egito, em vinte, cada uma administrada por governadores provinciais que prestavam obediência ao rei. Uma rede de funcionários assegurava o pagamento de impostos sobre o comércio e a produção agrícola para sustentar a Coroa e seus projetos grandiosos. Os camponeses eram obrigados a entregar uma parte de suas colheitas ou servir como conscritos em projetos reais, extraíndo pedras ou escavando canais. Vastas áreas de terra foram tomadas como propriedade real. Oficinas reais produziam uma ampla gama de mercadorias, tais como vasos de pedra, couro, linho e cestarias, proporcionando mais receitas para o tesouro. O poder real tornou-se absoluto.

Tudo isso era santificado por cerimônias, rituais e mandados reais que proclamavam o faraó reinante como um deus vivo, a encarnação terrena da divindade celestial suprema, Hórus. O selo do faraó – o *serekhs*, gravado em bens de comércio para marcar a posse real ou esculpido em pedra em monumentos reais – mostrava Hórus sobre um painel retangular dentro do qual aparecia o “nome de Hórus” do faraó. De acordo com inscrições em um fragmento de estela de basalto conhecida como Pedra de Palermo, o sucessor do rei Narmer, Aha, realizava uma turnê bienal de inspeção no Egito, impondo sua presença em comunidades locais, assegurando decisões judiciais e garantindo a cobrança de impostos no que era chamado “ano de seguir Hórus”. A noção de soberania divina tornou-se profundamente enraizada na consciência egípcia. Como manifestações do divino, os faraós eram vistos como os garantidores da estabilidade e da prosperidade nesta vida, assim como na próxima.

Grande parte da riqueza que os faraós da Primeira Dinastia e suas comitivas desfrutavam foi direcionada à construção de túmulos cada vez mais elaborados e recintos funerários estruturados para lhes proporcionar todo o conforto na vida após a morte. A tendência se manteve durante a Segunda Dinastia, quando foram utilizados pela primeira vez pedra e tijolos de barro. Os edifícios funerários do

último rei da Segunda Dinastia, Khasekhem, foram construídos em uma escala monumental. As paredes externas, feitas de tijolos de barro, mediam mais de cinco metros de espessura e quase dezoito de altura. O túmulo tinha 58 cômodos e uma câmara mortuária central feita de pedra calcária trabalhada. Os bens funerários de Khasekhem incluíam enormes quantidades de instrumentos e vasos de cobre, vasos de cerâmica cheios de grãos e frutas e uma frota de barcos para ajudá-lo a navegar na vida após a morte. A busca da eternidade se tornou uma preocupação permanente. Os faraós do Egito esperavam continuar a reinar depois da morte, atravessando os céus na companhia dos deuses.

Na Terceira Dinastia, mais mudanças foram feitas nos projetos das tumbas. Em Saqqara, um local à beira da escarpa do deserto com vista para a capital Mênfis, um nobre egípcio chamado Imhotep supervisionou a construção de uma pirâmide de seis degraus para abrigar o túmulo de Netjerikhet (Djoser), um faraó que reinou no século XXVII a.C. A pirâmide de degraus de Saqqara foi o primeiro monumento no mundo a ser feito inteiramente de pedra. Com 62 metros de altura, foi o edifício mais alto de seu tempo. E sua criação marcou o início da Era das Pirâmides.

Comparado a todas as estruturas anteriores, o empreendimento logístico de Saqqara foi imenso. A construção de pirâmides exigia um sistema de abastecimento altamente organizado, envolvendo pedreiras, minas, estaleiros, armazéns, oficinas e uma força de trabalho de milhares de pessoas. A pirâmide em si continha 600 mil toneladas de blocos de pedra calcária. A câmara funerária principal era composta por dez blocos de granito de 12,5 toneladas cada, que foram transportados das pedreiras de Assuã em barcaças fluviais. Mas o projeto foi mais longe. A pirâmide ficava dentro de um complexo retangular de edifícios com dezesseis hectares de área que era cercado por um muro de pedras brancas nobres de 1,6 quilômetro de comprimento. Estima-se que o volume de cobre extraído das recém-abertas minas no deserto oriental para suprir a quantidade de cinzéis necessária nas oficinas para cortar tão vasto conjunto de blocos de pedra teria chegado a setenta toneladas.

O auge da Era das Pirâmides ocorreu um século mais tarde, durante a Quarta Dinastia – há cerca de 4.500 anos. Pouco depois de ascender ao trono, o rei Quéops ordenou a construção de um local de sepultamento mais grandioso do que qualquer uma das tumbas erguidas por seus antecessores. O lugar que escolheu foi o planalto de Gizé, mais a jusante de Saqqara. Durante um período de vinte anos, uma força de trabalho de dezenas de milhares – pedreiros, ferramenteiros, artesãos, operários de pedreiras e tripulantes de fretes, muitos deles camponeses recrutados – dedicou-se incansavelmente para concluir o monumento antes da morte do faraó. A escala do empreendimento foi extraordinária. Quando a Grande Pirâmide de Quéops ficou pronta, consistia de 2,3 milhões de blocos de pedra de, em média, mais de uma tonelada cada, e 146 metros de altura; a superfície externa foi coberta por uma camada de revestimento de pedra branca polida que brilhava ao sol. O edifício foi projetado com notável precisão. A base, que se estende por mais de 5,2 hectares, era um quadrado quase perfeito, estreitamente alinhado com os quatro pontos cardeais, com uma orientação precisa ao norte verdadeiro. Em épocas posteriores, a Grande Pirâmide foi considerada uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Manteve-se como o edifício mais alto do mundo pelos 38 séculos seguintes.

O filho de Quéops, Quéfren, acrescentou sua própria pirâmide em Gizé. Ela chegou a uma altura similar, mas incluía um recurso adicional marcante: junto à rua que conduzia à pirâmide, voltada para o leste, em direção ao sol nascente, havia uma enorme estátua de guarda, um leão reclinado com cabeça de rei, que mais tarde se tornou conhecida como a Grande Esfinge. Com sessenta metros de comprimento e vinte de altura, a esfinge era um símbolo dramático do poder real.

O sucessor de Quéfren, Miquerinos, construiu uma terceira pirâmide em Gizé, mas em uma escala muito menor. Os faraós do Egito não podiam mais sustentar a sangria econômica que era financiar esses monumentos colossais.

Em vez de se concentrar em tamanho, os faraós da Quinta e da Sexta Dinastias transformaram as câmaras internas de suas pirâmides com decorações elaboradas e uma série de outras inovações. As paredes da câmara funerária do rei Unas, construída no século XXIV a.C., foram cobertas de fileiras verticais de hieróglifos esculpidos, pintados em azul. As inscrições – um compêndio variado de orações e palavras mágicas – constituem a mais antiga coleção de escritos religiosos do mundo. Sua função era auxiliar Unas na jornada para a vida após a morte e garantir que ele morasse em “terra iluminada por toda a eternidade”. Alguns textos documentavam tradições orais que datam das primeiras dinastias egípcias; outros tratavam de crenças mais contemporâneas. Textos adicionais foram acrescentados aos túmulos dos nove reis e rainhas subsequentes.

Entre as inscrições, dois deuses figuravam com destaque. Um deles era Rá, o deus Sol de Heliópolis, um centro religioso que ficava ao nordeste de Mênfis, na margem leste do Nilo (atualmente, um subúrbio do Cairo). O culto a Rá vinha crescendo em importância desde a Terceira Dinastia. Os faraós da Quarta Dinastia incorporaram o nome a seus próprios títulos, usando o epíteto de “filho de Rá”. Os da Quinta construíram uma série de templos dedicados ao deus Sol, com inscrições enfatizando seu papel como o doador definitivo da vida e a força motriz da natureza, com a qual eles alegavam ser associados. Sob patrocínio real, o culto a Rá tornou-se rapidamente o mais poderoso do país.

O outro deus proeminente nos Textos das Pirâmides era Osíris, rei da terra dos mortos – o submundo. Originalmente uma divindade local no delta oriental associada à agricultura e a eventos anuais recorrentes na natureza, tais como as cheias do Nilo, Osíris evoluiu para um poderoso símbolo da renovação da vida após a morte com a qual os faraós da Quinta Dinastia procuraram se identificar. Os Textos das Pirâmides referem-se ao rei Unas como Osíris Unas.

Após a Sexta Dinastia, houve uma sucessão de reis fracos, que se mostraram incapazes de manter o Egito unido. No lugar do controle real, funcionários provinciais acumulavam cada vez mais autoridade,

levando ao colapso do governo central e ao fim do que os historiadores posteriormente chamariam de Antigo Império, uma era renomada pela construção de pirâmides. Mil anos depois de sua fundação, o Egito fragmentou-se em regiões, sofrendo mais de um século de guerra civil. Para agravar o caos, houve um período prolongado de baixas cheias do Nilo. A fome se espalhou de uma aldeia para outra. Em um texto autobiográfico inscrito sobre os pilares de seu túmulo na rocha, Ankhtifi, um governante local, escreveu: "O país inteiro tornou-se como gafanhotos indo a montante e a jusante (em busca de comida)."

DURANTE O MÉDIO IMPÉRIO, era que começou no século XXI a.C. e durou quatrocentos anos, os faraós governaram sobre um Egito outra vez unido, restabelecendo a prosperidade econômica e promovendo um renascimento da literatura, da arte e da arquitetura. Por meio da irrigação, centenas de novos hectares passaram a ser cultivados. Expedições comerciais foram enviadas ao Levante e ao Punt, uma terra africana no extremo sul do mar Vermelho.

O fundador do Médio Império, Mentuhotep II, era um governante dinástico de Tebas, no Alto Egito, que surgiu como vencedor na guerra civil e passou a marcar sua autoridade sobre todo o país. Até então, Tebas não era mais do que uma pequena cidade provincial na margem leste do Nilo, porém agora se tornara a nova capital. Mentuhotep escolheu ser enterrado diante de Tebas, na margem oeste do Nilo, em Deir el-Bahri, onde um túmulo colossal foi esculpido para ele nos penhascos íngremes que se elevavam acima do vale do rio. Para demonstrar seu poder nacional, Mentuhotep encomendou uma série de templos e edifícios de culto em todo o Egito que o proclamavam um "deus vivo, o principal dos reis".

A preocupação dos faraós com a vida eterna acabou por se espalhar para outros setores da população egípcia. O faraó já não era mais o único considerado como tendo o direito a uma vida após a morte na companhia de deuses. Altos funcionários começaram a inscrever nas laterais de seus sarcófagos de madeira passagens e

ilustrações adaptadas dos Textos das Pirâmides e de outros escritos sagrados que forneciam um conjunto de instruções sobre como chegar com segurança à vida após a morte (no céu) e sobre como evitar os muitos perigos e demônios que espreitavam ao longo do caminho (o inferno). Os Textos dos Sarcófagos, como ficaram conhecidos mais tarde, também ofereciam conselhos sobre questões como a forma de “reunir a família de um homem no reino dos mortos”.

Outras ideias que passaram a circular incluíam a noção de que todas as pessoas – e não apenas os reis – possuíam o *ba*, uma força espiritual que representaria a essência das características únicas de um indivíduo e que era capaz de sobreviver à morte. O povo também começou a acreditar que poderia ter acesso direto às divindades, em vez de por meio do rei ou de sacerdotes. Numa outra ruptura com a tradição, as pessoas começaram a tomar parte nos ritos de Osíris, recebendo as bênçãos que antes tinham sido restritas aos reis. Osíris tornou-se um deus universal, simbolizando o triunfo do bem sobre o mal e a promessa de imortalidade para todos os egípcios. Com o incentivo real, o culto de Osíris atingiu um novo patamar e foi comemorado em festivais e cerimônias, superando uma série de outras divindades e crenças.

Com o controle do Egito totalmente restaurado, os faraós do Médio Império procuraram oportunidades para ampliar seu poder e riqueza na região, nomeadamente em Wawat (Baixa Núbia), as terras do vale do Nilo ao sul da Primeira Catarata. Como uma das principais fontes de ouro e cobre, havia muito tempo que a Núbia chamava a atenção dos governantes do Egito. Desde a Sexta Dinastia, eram enviadas expedições até a região. Um relato de uma viagem do explorador Harkuf descreve sua caravana retornando “com trezentos burros carregados com incenso, ébano, óleo precioso, grãos, peles de panteras, dentes de elefante, dardos: tudo bom tributo”.

Quando os líderes de Wawat se tornaram progressivamente mais agressivos, no século XX a.C., Amenemhat I, um faraó da Décima Segunda Dinastia, ordenou uma campanha para esmagá-los.

Retornando de Wawat, um vizir triunfante se gabou: "Naveguei a montante vitorioso, matando o núbio em sua própria terra, e naveguei a jusante, desarraigando plantações e cortando as árvores que haviam sobrado. Coloquei fogo nas casas, como se faz com rebeldes contra o rei." Para impor sua hegemonia sobre a Baixa Núbia, os faraós da Décima Segunda Dinastia construíram uma cadeia de fortes enormes que se estendia desde a Primeira Catarata até o extremo sul da Segunda Catarata, onde foi estabelecida uma nova fronteira ao sul para o Egito.

No entanto, o destino do Médio Império, assim como do Antigo Império antes dele, seria sucumbir a uma prolongada crise sucessória. Durante um período de aproximadamente cem anos, cerca de setenta governantes vieram e se foram, um rei fraco após outro, alguns sobrevivendo não mais do que meses. A situação do Egito foi agravada, mais uma vez, por um período de baixas cheias do Nilo, precipitando a fome e a doença e deixando o Estado enfraquecido e vulnerável a invasores estrangeiros. No sul, os fortes na Baixa Núbia tiveram de ser abandonados, abrindo caminho para os núbios de Kush, um reino rival ao sul de Wawat, tomarem posse. No norte, um afluxo de migrantes do Levante incrustou-se na região do delta, criando seus próprios assentamentos.

Em seguida, no século XVII a.C., um exército de hicsos do Levante cruzou o norte do Sinai em direção ao delta, conseguindo controlar todo o Baixo Egito e capturando Mênfis, a antiga capital. Povo tecnologicamente avançado, os hicsos possuíam uma gama de armas superiores. Estas incluíam pontas de lança, pontas de flecha e machados de batalha forjados em bronze; arcos compostos feitos de tiras laminadas de madeira, chifre e tendões que dobravam o alcance de seus arqueiros; e bigas puxadas a cavalo capazes de superar unidades de infantaria. Os governantes hicsos permaneceram no poder por mais de um século, deixando a linhagem de faraós do Egito confinada a um Estado residual com base em Tebas.

Irritados pela ocupação estrangeira, uma nova estirpe de reis guerreiros dominou a nova tecnologia militar e liderou tropas mais

bem treinadas e mais bem equipadas em uma guerra de libertação. Após trinta anos de campanhas esporádicas, um faraó da Décima Oitava Dinastia, Amósis I, conseguiu afinal expulsar os hicsos e recuperar o controle sobre a Baixa Núbia e suas minas de ouro. Seu triunfo marcou o início de outra época brilhante da civilização faraônica que os historiadores mais tarde chamariam de Novo Império.

DURANTE ESSE NOVO PERÍODO, o Egito se tornou um poder imperialista. Seus faraós embarcaram em campanhas militares, forjaram alianças diplomáticas e estabeleceram redes comerciais para criar um império que se estendia por mais de 3 mil quilômetros, do Eufrates, na Síria, às novas fronteiras no alto Nilo, na Núbia. Sustentando o império, havia um exército profissional. Até então, os governantes do Egito tinham usado exércitos recrutados, formados por cidadãos comuns em caráter provisório e reforçados por mercenários estrangeiros. O novo exército permanente compunha-se de unidades especializadas que utilizavam equipamentos avançados, adaptados de modelos hicsos, incluindo um corpo de elite com bigas; homens treinados para lutar em terra e água; arqueiros munidos de arcos compostos; e regimentos de infantaria dotados de armadura corporal e treinados em técnicas de batalha.

Um dos primeiros alvos foi o reino de Kush, na Alta Núbia. Em 1492 a.C., Tutmés I lançou uma campanha devastadora de conquista contra Kush, destruindo Kerma, sua capital, uma cidade perto da Terceira Catarata, e avançando rio acima para além da Quarta Catarata até Kurgus, que ele declarou ser a nova fronteira sul do Egito. No caminho para casa, Tutmés ordenou que o cadáver do governante de Kush fosse pendurado na proa de seu barco de comando, de cabeça para baixo, como símbolo da vitória. Daí em diante, Kush foi governado como uma colônia por funcionários egípcios e obrigado a enviar remessas regulares de ouro, marfim, gado e escravos.

A incursão seguinte de Tutmés foi uma breve expedição para o Levante, para avaliar o potencial de glória e riqueza. Era uma região de cidades-Estado e vilarejos que tinha se tornado rica em função do comércio. Depois de alcançar as margens do Eufrates e deixar ali uma inscrição comemorativa, Tutmés retornou ao Egito. A missão exploratória foi retomada por seu neto, Tutmés III, que, em 1458 a.C., liderou um exército de 10 mil homens para o Levante, determinado a impor ali a hegemonia egípcia e assumir o controle de suas rotas comerciais. Foi a primeira de suas dezesseis campanhas que, ao longo de mais de duas décadas, proporcionaram ao Egito o domínio sobre um vasto trecho de Canaã e da Síria. Estados e cidades vassalas eram autorizados a manter suas próprias administrações e governantes nativos, desde que fizessem juramentos de fidelidade e pagassem um tributo anual. Mas as tropas egípcias também estavam estacionadas em portos ao longo da costa.

O espólio adquirido durante as guerras de conquista no Levante por Tutmés proporcionou um enorme impulso ao tesouro do Egito. A lista de itens apreendidos após a queda de Megido (o Armagedom bíblico) incluía, por exemplo, 2 mil cavalos, quase mil bigas e 25 mil peças de gado ovino, bovino e caprino. Escribas do exército também registraram um total de 2.500 detentos e 340 prisioneiros de guerra. Enormes quantidades de ouro, prata, cobre, madeira, grãos, vinho e óleos aromáticos foram mandadas para o Egito.

Além de expedições militares, missões comerciais foram enviadas para muito longe. Uma das mais ambiciosas foi organizada em 1463 a.C., durante o reinado de Hatshepsut, filha de Tutmés I. De acordo com uma série de relevos esculpido nas paredes de seu templo memorial, em Tebas ocidental, uma caravana de carros de boi saiu de Tebas carregando cinco navios ao longo de uma estrada pelo deserto até o porto de Mersa Gawasis, no mar Vermelho. A frota, em seguida, rumou para o sul por 965 quilômetros, atingindo a costa do Punt depois de seis semanas de viagem. Os governantes locais expressaram espanto diante da chegada dos egípcios, perguntando

a seu comandante: “Como vocês chegaram aqui, a esta terra que ninguém conhece?”

A partir da costa, a expedição avançou pelo interior até o Punt central, observando como os habitantes locais viviam em cabanas em forma de colmeias montadas sobre palafitas e acessíveis por escadas. A frota voltou com a carga mais impressionante de produtos africanos já vista no Egito: ouro, ébano, marfim, peles de leopardo, incenso, mirra e goma de resina. Foi necessária uma grande caravana de burros para transportar tudo para Tebas. Hatshepsut ficou particularmente satisfeita por receber 31 cestos com árvores de incenso vivas, completas com raízes e o solo em que tinham sido cultivadas, e as fez plantar no jardim em frente ao seu templo memorial.

O império deu início a uma era de grande prosperidade para Tebas. Faraós sucessivos encomendaram programas de construção de palácios reais, templos e túmulos e presidiram festivais e cerimônias para demonstrar seu poder e autoridade eterna, aclamados como seres divinos por direito próprio. O patrono de Tebas, Amon o Oculto, fundiu-se com o grande deus Sol Rá e transformou-se em um deus supremo conhecido como Amon-Rá, para quem os faraós esbanjavam generosidade real. O templo de Amon-Rá em Ipetsut (atual Karnak) transformou-se em um santuário nacional, tendo sido expandido, ano após ano, até se tornar um imenso complexo de capelas e obeliscos, de oficinas e armazéns, frequentado por um grande número de sacerdotes e artesãos. Durante o reinado de Amenófis III, um segundo templo dedicado a Amon-Rá foi construído a cinco quilômetros ao sul de Ipetsut, em Luxor, no extremo sul de Tebas.

Diante de Tebas, na margem ocidental do vale do Nilo, os faraós da Décima Oitava Dinastia encomendaram uma nova série de monumentos funerários reais. Tutmés I foi o primeiro a decidir que seu túmulo deveria ser talhado profundamente na face da rocha de penhascos em um vale remoto na escarpa do deserto, longe do olhar público, na esperança de evitar a ameaça de ladrões de túmulos. Seu arquiteto, Ineni, registrou: “Supervisionei em segredo

o entalhe do túmulo de Sua Majestade no penhasco. Ninguém viu e ninguém ouviu.” Os sucessores de Tutmés seguiram o exemplo, estabelecendo uma necrópole real que mais tarde ficou conhecida como Vale dos Reis.

O olhar do público era direcionado para uma série de complexos de templos reais localizada de forma proeminente no sopé do vale diante de Tebas. Hatshepsut, a mulher mais poderosa a governar o Egito antigo, construiu ali um dos monumentos mais espetaculares de todos: um templo posicionado contra o pano de fundo de falésias íngremes ao qual se chegava por uma avenida ladeada por mais de cem esfinges de Hatshepsut e uma escada gigante de terraços com colunatas.

O templo era dedicado a “meu pai Amon”, e, inscrita em suas paredes, estava a história de como Amon a tinha gerado e lhe concedido o direito de governar como faraó. O vasto complexo do templo de Amenófis III, que abrange cerca de quarenta hectares, era guardado por duas estátuas do rei de mais de dezoito metros de altura, visíveis a quilômetros de distância.

Na preparação para a vida após a morte, os faraós garantiam que suas câmaras funerárias fossem atulhadas com uma enorme variedade de tesouros. Nos séculos seguintes, a maioria dos locais foi saqueada. Mas quando o túmulo real de Tutancâmon foi descoberto intacto, em 1922, foi possível ter uma ideia da riqueza que as câmaras escondiam. Um menino-rei que governou por dez anos até morrer, em 1322 a.C., Tutancâmon foi acompanhado ao outro mundo por uma variedade fabulosa de camas douradas, bigas, modelos de barcos, linho fino, mobiliário ornamentado, cofres, encostos de cabeça, joias, caixas para alimentos, tabuleiros de jogos, varetas de medição e várias centenas de estatuetas conhecidas como *ushebtis*, réplicas de servos e artesãos, do tamanho de bonecas, prontas a atenderem suas ordens. O interior do sarcófago era feito de ouro maciço, e, descansando sobre a cabeça de seu corpo envolto em linho, estava a dourada máscara funerária de Tutancâmon – uma obra de consumada destreza que passou a simbolizar a opulência e o mistério do antigo Egito.

A elite dominante – sumos sacerdotes, oficiais do exército, prefeitos e gestores públicos – compartilhava grande parte da riqueza. O sacerdócio, em particular, ganhava cada vez mais poder econômico. À medida que o culto de Amon-Rá se espalhava pelo país, o grupo adquiria vastos bens, incluindo celeiros, cervejarias, padarias e controle de até um décimo das terras agrícolas do Egito. Famílias da elite viviam com esplendor em casarões construídos em propriedades imensas e se divertiam oferecendo banquetes suntuosos em que eram entretidos por músicos, dançarinos e cantores. Também tinham o benefício da alfabetização e gostavam de passar o tempo recitando histórias e poemas escritos em folhas de papiro. Em níveis mais baixos da burocracia, um exército de escribas ocupava-se de compilar registros e das tarefas de escritório.

Uma característica notável da sociedade egípcia era o status atribuído às mulheres. Algumas, como Hatshepsut, chegaram a governar como faraós. Várias rainhas serviram com seus maridos como parceiras no poder, exercendo uma influência extraordinária. Mas, em todas as funções, as mulheres gozavam de direitos e privilégios inexistentes em outros lugares do mundo na época. Eram empregadas em uma variedade de profissões. Possuíam e controlavam propriedades e tinham o direito de escrever seus próprios testamentos.

Qualquer que fosse sua posição ou status, todos os egípcios se preocupavam com a vida após a morte. Durante o Novo Império, a coletânea de feitiços e orações que havia aparecido nos Textos das Pirâmides e depois nos Textos dos Sarcófagos foi expandida em uma nova versão que era conhecida na época como o *Livro para sair à luz do dia*, mas que, no século XIX, adquiriu o nome moderno de *Livro dos mortos*. Era em geral escrito em um rolo de papiro, mas o conteúdo variava de um para outro, de acordo com as escolhas da pessoa a respeito de que textos poderiam ser necessários ou úteis na viagem pelo *Duat*, ou o submundo, e para entrar na vida após a morte.

Acreditava-se que a viagem era cheia de perigos. Quando o espírito da pessoa morta deixava seu corpo, era obrigado a passar

por uma série de portas, cavernas e montes vigiados por criaturas sobrenaturais grotescas prontas para atacar. Só conhecendo os procedimentos corretos e os discursos apropriados o espírito poderia conseguir uma passagem segura. Depois de sobreviver aos terrores do submundo, o morto enfrentava o julgamento perante um conselho imponente de deuses em um ritual conhecido como "pesagem do coração". Recitando um texto intitulado "Confissão negativa", o réu procurava negar ter cometido uma série de pecados: "Não roubei dos pobres"; "Não difamei um servo"; "Não maltratei o gado"; "Não tomei o leite da boca das crianças". O coração do réu era pesado em um par de balanças colocadas diante da imagem de Maat, a deusa da verdade. Se as balanças se alinhavam, permitia-se ao réu a passagem para a vida após a morte. Se o coração estava fora de equilíbrio, um monstro temível conhecido como Ammit o Devorador de Mortos o comia, aniquilando todas as possibilidades de uma vida após a morte. O conceito de um dia final de julgamento que terminava com a esperança de uma gloriosa ressurreição foi retomado por tradições religiosas posteriores, nomeadamente o cristianismo.

Além de se equiparem com os textos funerários apropriados, os egípcios davam grande atenção à preservação dos corpos dos mortos. Indivíduos ricos empregavam embalsamadores para garantir que eles seriam mumificados em conformidade com os textos sagrados, envoltos no mais fino linho e adornados com amuletos enfeitados com materiais preciosos. Seus caixões eram decorados com inscrições pessoais e esculturas decorativas, e seus bens na sepultura incluíam móveis e pinturas. Os pobres também aspiravam a comprar um caixão para a vida após a morte e reservavam alguns pertences para levar com eles.

DURANTE O REINADO de Amenófis IV, um faraó da Décima Oitava Dinastia, houve uma ruptura radical com as tradições religiosas do Egito. Dono de uma ambição extremada, ele tentou estabelecer seu próprio culto e minar o sacerdócio poderoso de Amon. Amenófis

baseou seu culto em uma divindade solar chamada Aton, o astro visível do sol, e mudou seu próprio nome para Akhenaton, ou seja, o espírito de Aton, afirmando ser o filho do deus e exigindo obediência total. Ele deu destaque incomum para a esposa e rainha Nefertiti, um nome que significa “a bela mulher chegou”, bem conhecida por seu busto feito pelo escultor Tutmés, que se tornou uma das obras de arte mais reverenciadas daquela época. Em relevos do templo, o casal real era invariavelmente mostrado na presença do disco solar de Aton, acariciado por raios de luz propiciadores de vida que terminavam em mãos humanas – um trio divino de quem o destino do Estado dependia.

O culto a Amon, no entanto, manteve-se profundamente enraizado em Tebas, e, depois de cinco anos frustrantes na cidade, Akhenaton resolveu abandoná-la por completo e criar uma nova capital a 385 quilômetros ao norte, para permitir que seu próprio culto florescesse sem oposição. Construída do zero na margem leste do Nilo, a cidade de Akhenaton alcançou quase duzentos quilômetros quadrados e incluía palácios reais, templos para Aton e bairros residenciais.

Não contente em se distanciar de cultos rivais, Akhenaton também proibiu a adoração a outras divindades e decretou que Aton não era apenas o deus supremo, mas o único. Determinado a impor um estrito monoteísmo no Egito, ele ordenou a destruição e desfiguração de templos e monumentos que glorificavam governantes e deuses de épocas anteriores, numa tentativa de apagar tais memórias. O culto a Amon tornou-se o alvo principal.

Apesar dos esforços, o sacerdócio revolucionário de Akhenaton nunca se enraizou. Após sua morte, no décimo sétimo ano de reinado, seus sucessores repudiaram suas crenças e conduziram o Egito de volta ao caminho da tradição. Com zelo semelhante, embarcaram então em uma campanha para apagar todos os traços de seu governo. A capital tão cara a Akhenaton logo se tornou uma cidade em ruínas. Ela ficaria abandonada por cerca de 3.500 anos.

NO INÍCIO DA DÉCIMA NONA Dinastia, no século XIII a.C., o Egito ainda era uma potência imperial apoiada por um exército formidável e uma administração eficiente. O império era mantido unido por uma combinação de poderio militar e manobras diplomáticas. Os faraós ainda eram considerados reis divinos de quem o bem-estar da população dependia. E continuavam a demonstrar poder e autoridade, encomendando enormes programas de construção. Durante o reinado de Ramsés II, a construção de palácios, templos e estátuas atingiu níveis sem precedentes.

Nascido em uma família militar da região oriental do delta, Ramsés II governou o Egito por 67 anos, de 1279 a 1213 a.C., gerou mais de cinquenta filhos e tantas filhas quanto, e legou ao Egito alguns de seus monumentos mais espetaculares. Suas obras incluíram uma nova capital dinástica em sua pátria ancestral, no delta, incomparável em grandeza arquitetônica, e templos e estátuas de si mesmo pelo país inteiro.

Na Baixa Núbia, ao norte da Segunda Catarata, ele recrutou milhares de trabalhadores núbios para esculpir um templo na face da rocha pura de uma imponente montanha sagrada acima do Nilo (atual Abu Simbel). A entrada era guardada por quatro estátuas sentadas de Ramsés II de mais de vinte metros de altura. Por trás da fachada, havia um salão ladeado por pilares com oito estátuas colossais do faraó de pé, na aparência de Osíris, e, no santuário interior, havia estátuas dos quatro deuses principais, os protetores do Egito e de seu império na Núbia e no Levante, um dos quais era o próprio Ramsés II. O santuário foi projetado para que duas vezes por ano, nos equinócios de primavera e outono, os raios do sol nascente inundassem a entrada do templo iluminando as estátuas.

Seu templo mortuário em Tebas foi construído em uma escala de igual grandeza. Incluía uma estátua de granito de dezenove metros de altura e cerca de mil toneladas, que caiu posteriormente, durante um terremoto. No século I a.C., o historiador grego Diodoro da Sicília, descrevendo a aparência original do colosso, registrou que, em sua base, havia uma inscrição referindo-se ao nome de Ramsés

II entronizado, User-Maat-Rá, um nome que ele transliterou para o grego como Ozimândias. A inscrição dizia:

Sou Ozimândias, Rei dos Reis. Se alguém quiser saber o quão grande sou e onde jaz meu corpo, que supere uma de minhas obras.

O reinado de Ramsés II marcou um pico na história do Egito. Nunca mais os faraós alcançaram tal prestígio e autoridade. Seus sucessores foram assolados por conspirações palacianas e rivalidades destrutivas. A economia, sobrecarregada por despesas militares e pelo custo dos grandes projetos, começou a vacilar. Um período de baixas cheias do Nilo piorou a situação. As fronteiras do Egito eram ameaçadas por incursões vindas da Líbia e por ataques de exércitos saqueadores dos Povos do Mar chegando pelo Mediterrâneo oriental. As tropas estacionadas no Levante tiveram que ser chamadas de volta para manter a segurança nacional, levando ao colapso do império egípcio naquela região. Tebas foi atingida por um surto de greves, distúrbios civis e roubos de tumbas. A necrópole real foi saqueada; todas, salvo um punhado de tumbas reais, foram despojadas de seus tesouros. Mesmo as múmias dos grandes faraós do Novo Império foram despedaçadas e despidas de seus preciosos amuletos. Uma facção militar assumiu o controle em Tebas, precipitando uma guerra civil. As tropas enviadas por Ramsés XI de sua terra natal, no delta, para recuperar o controle acabaram por criar seu próprio regime em Tebas, desafiando a autoridade do faraó. Quando Ramsés XI morreu, em 1069 a.C., o Novo Império chegou ao fim em meio ao caos e à desordem, com o Egito dividido em dois e vulnerável à invasão de predadores estrangeiros.

INSPIRADO NA LENDA de Ozimândias e seus monumentos de autoengrandecimento, o poeta inglês Percy Bysshe Shelley compôs um soneto, em 1817, sobre o inevitável declínio e a decadência de impérios construídos por tiranos, por mais poderosos que eles possam ter sido em seu próprio tempo:

I met a traveller from an antique land
Who said: "Two vast and trunkless legs of stone
Stand in the desert. Near them, on the sand,
Half sunk, a shattered visage lies, whose frown
And wrinkled lip, and sneer of cold command
Tell that its sculptor well those passions read
Which yet survive, stamped on these lifeless things,
The hand that mocked them and the heart that fed.
And on the pedestal these words appear:
'My name is Ozymandias, king of kings:
Look on my works, ye Mighty, and despair!
Nothing beside remains. Round the decay
Of that colossal wreck, boundless and bare
The lone and level sands stretch far away."^b

^b Em tradução livre: "Encontrei um viajante de uma terra antiga/ Que disse: 'Duas pernas de pedra imensas e sem corpo/ Jazem no deserto. Perto delas, na areia,/ Reside, metade afundado, um rosto partido, cujo cenho,/ lábio enrugado e sorriso de frio comando/ Dizem que seu escultor compreendeu bem aquelas paixões/ Que ainda sobrevivem, estampadas nessas coisas inertes,/ A mão que delas zombou e o coração que as alimentava./ E no pedestal aparecem estas palavras:/ 'Meu nome é Ozimândias, rei dos reis:/ Olhem minhas obras, ó poderosos, e desesperem-se!'/ Nada mais resta. Em torno da decadência/ Da ruína colossal, nuas e sem limite/ As areias solitárias e planas se estendem ao infinito." (N.T.)

2. Empreendimentos no interior

ENQUANTO ISSO, na África ocidental, estava em andamento uma das grandes migrações de longa duração na história da humanidade. Ela foi iniciada por um grupo de comunidades de língua banta que vivia em uma região de terras altas entre os rios Nyong e Sanaga, no que é hoje o sul de Camarões. O grupo era parte de um conjunto mais amplo de povos da África ocidental que pertencia à família linguística nigero-congolesa. O que motivou a migração não é claro. Mas a localização de suas origens foi encontrada por estudiosos do século XX engajados na classificação das línguas africanas. Eles descobriram que quase todos os moradores da metade sul da África falavam idiomas intimamente relacionados entre si. Em uma gama de cerca de seiscentas deles, havia muitas palavras e termos em comum. Entre eles, a raiz *ntu*, que significa “ser humano”, e o prefixo *ba*, para a forma plural. O termo “banto” – literalmente, “pessoas” – foi cunhado pela primeira vez por um filólogo alemão do século XIX, Wilhelm Bleek, para cobrir a multiplicidade de línguas semelhantes que os colonizadores europeus encontraram no sul da África. Mas a pátria original dos povos de língua banta eram as terras altas de Camarões, a mais de 4 mil quilômetros de distância.

O território ocupado pelos povos nigero-congoleses no início do IV milênio a.C. ia do rio Senegal, a oeste, até Camarões, a leste. A porção oriental era habitada por um subgrupo conhecido como benue-kwa. Entre seus descendentes modernos estão os iorubás, os igbos e os akans. Os falantes de língua banta formavam o subgrupo dos benue-kwas que vivia na fronteira oriental, na borda da floresta equatorial.

Os benue-kwas eram agricultores adaptados a um ambiente tropical. Sua cultura básica era uma variedade de inhame, um tubérculo comestível nativo da África ocidental. Eles também

mantinham várias culturas arbóreas, incluindo palmeiras que forneciam azeite de dendê e vinho; ráfia, utilizada para a confecção de tecidos; e noz-de-cola, que mais tarde se tornou um dos pilares do comércio do oeste africano. Eram hábeis construtores de embarcações, esculpindo canoas para pesca e viagem fluvial a partir de troncos individuais. Os marceneiros também se especializaram na produção de esculturas de figuras humanas e máscaras faciais para exibição em festivais públicos. Como outros povos nigero-congoleses, os benue-kwas possuíam notáveis talentos musicais. Suas apresentações envolviam o rufar polirrítmico de tambores de diferentes tons – ritmos que acabariam por se incorporar à produção musical no mundo moderno. Outra característica de sua sociedade era a importância que atribuíam à veneração dos espíritos ancestrais. Antepassados necessitavam respeito e memória; negligenciá-los poderia causar má sorte. Os benue-kwas também acreditavam que o azar poderia ser causado por indivíduos vivos mal-intencionados, e contra isso buscavam remédios dos curandeiros tradicionais.

Por volta do final do IV milênio a.C., os agricultores de língua banta começaram a se mover para o sul, atravessando a região de floresta tropical e levando suas habilidades agrícolas, ferramentas de pedra, canoas e técnicas de cerâmica para áreas até então ocupadas por caçadores-coletores ba-twas, um antigo povo vulgarmente conhecido em línguas europeias como “pigmeus”. O avanço pela floresta foi lento, numa média total de não mais que vinte quilômetros por década. Mas, no ano 1000 a.C., tendo usado rios como vias, grupos bantos já haviam penetrado a maior parte da bacia do Congo e chegado à borda externa da floresta equatorial a leste e ao sul.

Além da floresta, ficavam as terras de savana do leste e do sul da África, o domínio de caçadores-coletores descendentes de uma das mais antigas linhagens humanas do planeta. De baixa estatura, geralmente menos de 1,50 metro de altura, possuíam uma vasta gama de habilidades aguçadas ao longo de milhares de anos de vida itinerante na savana. Fabricavam ferramentas de madeira, osso e

pedra, transformavam fibras vegetais em finas cordas e redes, faziam esteiras e flechas de juncos e desenvolveram uma série de venenos de cobras, insetos e plantas para derrubar a presa.

O mais notável era a tradição de arte rupestre, que data de 28 mil anos. Na África oriental, a principal forma de arte rupestre consistia em padrões geométricos pintados a dedo, muitas vezes círculos e linhas paralelas. No sul da África, abaixo do rio Zambeze, artistas pertencentes a grupos que mais tarde se tornaram conhecidos como sans seguiam uma tradição diferente. Em milhares de locais por toda a região, usando pinceladas de linhas finas, eles pintavam cenas da atividade humana, animais totêmicos e criaturas de um mundo imaginário. Os artistas eram xamãs, figuras de destaque na sociedade san, que transmitiam nas pinturas suas memórias de transe e alucinações induzidas durante danças de transe. Eles acreditavam que tais danças lhes permitiam entrar em um mundo espiritual onde poderiam apanhar poderes sobrenaturais para fazer chover, curar os doentes, aliviar as tensões sociais e controlar o movimento de rebanhos de antílopes. Suas imagens rupestres retratam dançarinos inclinados para a frente, vestindo chocalhos de dança e segurando bastões de dança na companhia de animais, como o antílope africano elande, girafas e elefantes, que eram vistos como tendo poderes sobrenaturais.

As línguas faladas pelo povo san eram antigas. Compreendiam uma complexa variedade de "cliques" e outros sons percussivos que, no passado, podem ter formado a base de uma família linguística que se estendia desde a Etiópia moderna até a África meridional, antes de ser filtrada pela evolução das linguagens mais recentes.

Desde o IV milênio a.C., o domínio de caçadores-coletores na África oriental atraía vários grupos de migrantes africanos. Do planalto etíope a nordeste, vieram pastores de língua kushita, trazendo gado e habilidades agrícolas; no II milênio a.C., eles tinham chegado ao seu limite ao sul, nas planícies do Serengeti, na Tanzânia moderna. Do vale do Nilo, a noroeste, vieram pastores nilóticos que plantavam culturas como o sorgo. Mas foi a chegada de migrantes bantos da região da floresta do Congo, a oeste, que

produziu o impacto de maior alcance. As comunidades de língua banta se espalharam consistentemente pela África oriental em direção à costa, adquirindo gado e novas técnicas agrícolas ao longo do caminho. Apesar de os caçadores-coletores conseguirem coexistir com os recém-chegados, comerciando com eles, acabaram sendo absorvidos por seu avanço. Hoje, existem apenas dois grupos de descendentes sobreviventes no leste da África: os hadzabes e os sandawes, da Tanzânia.

O ADVENTO DA TECNOLOGIA do ferro produziu uma nova dinâmica na África tropical. Em meados do I milênio a.C., a metalurgia do ferro estava bem estabelecida na região entre a bacia do Chade e os Grandes Lagos da África oriental. Ela também se espalhou para áreas da África ocidental. Produtos de ferro eram feitos em Taruga, no planalto de Jos, da Nigéria moderna, por membros da "cultura nok", famosa por suas esculturas de cabeças humanas em terracota. Em Djenné-Jeno, um assentamento urbano nas várzeas do médio Níger, especialistas em metalurgia do ferro produziram um metal de alta qualidade semelhante ao aço. Lanças e flechas com pontas de ferro eram de grande vantagem para os caçadores; ferramentas de ferro, como machados e enxadas, possibilitavam que os cultivadores primitivos limpassem grandes áreas de floresta para o cultivo, tornando a agricultura mais produtiva.

No leste da África, a prática da metalurgia do ferro irradiou-se a partir de grupos numa região dos Grandes Lagos conhecida como Mashariki. Enormes áreas de floresta foram derrubadas para fornecer carvão para fornos de fundição. Neles, os bantos de Mashariki também produziram um novo estilo de cerâmica chamado urewe, com padrões decorativos diferenciados, que se espalharia de formas variadas por toda a África oriental e meridional.

A última fase da expansão banta na África meridional, no final do I milênio a.C., ocorreu em um ritmo mais acelerado. A partir do século III a.C., grupos pioneiros avançaram do leste da África por várias rotas diferentes. Equipados com utensílios de ferro, eles

empurraram a fronteira agrícola para o sul, trazendo consigo bovinos e ovinos, preferindo vales de rios e terrenos bem regados para se assentar e contando com o sorgo e o painço como alimentos básicos, bem como a pesca, o forrageamento e a caça. No século II a.C., alguns grupos já tinham chegado à região do médio Zambeze. Outros, descendo a costa do oceano Índico e explorando mariscos e outros recursos marinhos ao longo do caminho, chegaram ao vale do Limpopo e, no século II d.C., abriram caminho por entre as colinas e os vales verdejantes da moderna província de Natal. Seu avanço finalmente cessou no rio Great Kei, além do qual está a região do Cabo, onde as culturas tropicais, como o sorgo, não podiam mais ser cultivadas.

À medida que as comunidades agrícolas iam se fixando, começaram a desenvolver identidades e culturas regionais distintas. No entanto, mantinham em comum muitas das ideias e práticas sociais e religiosas de seus antepassados nigerocongolezes, transmitidas de geração a geração ao longo de vários milhares de anos de migração. Povos de língua banta ainda veneravam os espíritos de seus ascendentes e acreditavam que o azar poderia ser atribuído aos maus desígnios de indivíduos perversos. Também possuíam os mesmos talentos para percussão e dança.

A base econômica dessas comunidades era a agricultura cerealista, mas o gado adquiriu crescente importância econômica e social, tornando-se a principal forma de riqueza e conferindo aos proprietários status e prestígio muito acima daquele de cultivadores. Era uma maneira de criar patronato e obrigação. Muitos grupos subiram ao poder por meio da propriedade e do controle de rebanhos bovinos.

O impacto dos imigrantes de língua banta sobre os caçadores-coletores sans do sul da África foi profundo. Vários grupos, como os khoikhois, da região do médio Zambeze, se adaptaram a um novo modo de vida como pastores, misturando criação de gado e pastoreio de ovelhas com caça e coleta. Em busca de pastagens, os khoikhois começaram sua própria expansão para o sul, levando seu gado para as estepes do Kalahari e, por fim, chegando ao Cabo.

Alguns grupos sans foram absorvidos por comunidades bantas. Outros conseguiram sobreviver como forrageiros nômades, mas foram em geral empurrados para terrenos áridos ou regiões montanhosas de pouca utilidade para agricultores.

Ao longo da região do rio Orange e em outras partes do Cabo, os xamãs do ramo san conhecido como taa-kwi mantiveram por mais mil anos as antigas tradições de pintura rupestre. Foi um período memorável como o último grande florescimento da mais antiga forma de arte na história humana.

3. Um choque de impérios

AO LONGO DAS PLANÍCIES costeiras do noroeste da África, uma revolução comercial ganhou força no I milênio a.C. Durante séculos, os povos de língua berbere que ocupavam a faixa fértil de terra que ia do Marrocos moderno, a oeste, até a Tunísia, a leste, vinham praticando com sucesso a agricultura e a criação de animais. Mas, no século X a.C., a chegada de mercadores fenícios do Levante, em busca de fontes de ouro, prata, cobre e estanho, trouxe um novo sistema de comércio. A região também começou a adquirir uma importância estratégica. A partir de uma cadeia de postos avançados que os fenícios estabeleceram ao longo da costa para servir como pontos para provisões de alimentos e refúgios de súbitas tempestades marítimas, surgiram algumas colônias na África. Uma delas, Cartago, tornou-se a mais poderosa cidade-Estado no Mediterrâneo ocidental, com seu próprio império estendendo-se não só ao longo de uma cadeia de assentamentos no noroeste da África, mas em grandes áreas do sul da Europa, incluindo partes da Espanha, da Sardenha e da Sicília. O poderio de Cartago, no entanto, acabou por ser desafiado pelo poder emergente de Roma. O que estava em jogo era se o Mediterrâneo ocidental seria governado da África ou de Roma.

Localizada em um promontório com vista para a baía de Túnis, Cartago ficava na porta de entrada do Mediterrâneo ocidental, com controle sobre o tráfego marítimo do estreito da Sicília. Sua data de fundação, de acordo com a antiga tradição, foi 814 a.C. Em um século, ela se tornara um próspero entreposto com cerca de 30 mil habitantes e uma área industrial fora dos muros da cidade que se dedicava à metalurgia e à produção de cerâmica e de artigos de luxo. A terra em Cartago e na área circundante era alugada da população local berbere. À medida que a população crescia, as fronteiras foram gradualmente se expandindo para o interior.

Propriedades agrícolas foram abertas no fértil vale do Medjerda, a oeste, e na península do cabo Bon, a leste. Na região do Mediterrâneo, Cartago ficou logo conhecida pela produção de azeitonas, frutas e vinhos. Um tratado agrícola escrito pelo cartaginês Mago, com orientações sobre árvores, frutas, viticultura e pecuária, era frequentemente citado por autores gregos e romanos. Alguns estudiosos modernos o saúdam como a bíblia agrônômica do mundo antigo.

No século V a.C., Cartago já havia se tornado uma potência mercantil independente, com uma das maiores marinhas no Mediterrâneo à sua disposição. Sua elite dominante buscava constantemente estender o império comercial, bem como os limites de seus próprios territórios na África. Novos assentamentos foram fundados na costa a leste de Cartago, em uma área hoje conhecida como Tripolitânia. Expedições navais foram enviadas para além do Mediterrâneo, até o Atlântico.

No início daquele século, um comandante cartaginês chamado Hanno liderou uma grande expedição naval pelas Colunas de Hércules – o estreito de Gibraltar – com instruções para fundar colônias ao longo da costa oeste da África. De acordo com um breve relato da viagem, copiado de uma inscrição na parede de um templo em Cartago, Hanno atingiu Soloeis (atual cabo Cantin) e depois navegou mais para o sul, estabelecendo sete assentamentos. Ao longo do caminho, encontrou uma variedade de pessoas “estranhas”. Ao atracar em uma ilha arborizada, ele relatou: “Durante o dia, nada podíamos ver além da floresta, mas à noite percebíamos muitas fogueiras acesas e ouvíamos o som de flautas, o bater de címbalos e tam-tans, e os gritos de uma multidão. Ficamos com medo, e nossos adivinhos aconselharam-nos a deixar a ilha.”

Onde quer que os cartagineses desembarcassem, seu objetivo central era o comércio. O historiador grego Heródoto, escrevendo no mesmo século V a.C., registrou o sistema de escambo que eles usaram para lidar com tribos africanas:

Os cartagineses também nos dizem que negociam com uma raça de homens que vive em uma parte da Líbia [África] além das Colunas de Hércules. Ao chegar a esse país, eles descarregam suas mercadorias, alinham-nas ordenadamente na praia e, em seguida, após voltar para os barcos, soltam uma fumaça. Ao ver a fumaça, os nativos descem até a praia, colocam no chão certa quantidade de ouro em troca das mercadorias e se distanciam novamente. Os cartagineses, então, descem a terra e olham o ouro; se acham que representa um preço justo para os produtos, recolhem-no e vão embora; se, por outro lado, parece muito pouco, voltam a bordo e esperam os nativos acrescentarem mais ouro, até que fiquem satisfeitos. Há perfeita honestidade de ambos os lados: os cartagineses nunca tocam o ouro até que ele chegue ao valor que querem pela venda, e os nativos nunca tocam os bens até o ouro ser levado.

Assim como o comércio costeiro, os cartagineses exploravam rotas transaarianas. Muito antes da introdução do camelo no norte da África, nômades berberes organizavam caravanas com cavalos de carga para destinos no outro lado do deserto. Uma rota partia do assentamento cartaginês em Lixus (atual Larache, no Marrocos) em direção ao sul, para os garimpos de Bambuk, no vale do rio Senegal. Outra ia da Tripolitânia aos oásis do Fezzan, onde um empreendedor povo saariano conhecido como garamantes construíra uma próspera civilização urbana no coração do deserto.

Usando trabalho escravo, os garamantes criaram uma vasta rede subterrânea de túneis e poços – *foggara*, na língua berbere – para buscar água fóssil em reservas abaixo da camada de calcário sob a areia do deserto. O elaborado sistema de irrigação mantinha uma indústria agrícola que produzia uvas, figos, cevada e trigo. Nos mil anos que a sua civilização durou no Fezzan, os garamantes construíram grandes cidades, fortalezas e cemitérios e negociaram trigo, sal e escravos em troca de cerâmica, vidro, vinho e azeite importados. Quando os níveis de água subterrânea diminuíram, a sociedade pereceu.

ENQUANTO ROMA CRESCIA de uma pequena cidade-Estado no centro da Itália a uma potência regional, os cartagineses adotaram uma abordagem pragmática, incentivando o comércio e assinando uma série de tratados que estabeleciam zonas separadas de influência, o primeiro em 509 a.C., depois em 348 e novamente em 278. Mas

suas ambições colidiram com a ilha dividida da Sicília, parte da qual era ocupada pelos cartagineses. A primeira Guerra Púnica, como foi chamada – o nome em latim usado pelos romanos para descrever os cartagineses e sua língua –, durou 24 anos. Junto com o exército expedicionário, os cartagineses enviaram para a Sicília quase uma centena de elefantes treinados em sua base em Cartago para lançar cargas de cavalaria, intimidar a infantaria e derrubar fortificações – os tanques do mundo antigo. Em seu domínio no norte da África, os cartagineses tinham fácil acesso às grandes manadas de elefantes que povoavam as planícies costeiras da Tunísia e do Marrocos modernos e as florestas e os pântanos no sopé da cordilheira do Atlas. Conhecidos como elefantes de “floresta”, pertenciam a uma raça menor do que a espécie de savana africana e eram mais fáceis de controlar. O uso de elefantes como máquinas de guerra teve algum sucesso. O resultado do conflito, no entanto, foi finalmente decidido em 241, quando a marinha cartaginesa sofreu uma derrota esmagadora. Os cartagineses clamaram pela paz e foram forçados a evacuar a Sicília.

A etapa seguinte na longa luta pela supremacia entre Cartago e Roma no Mediterrâneo ocidental começou na Espanha. Quando o jovem general cartaginês Aníbal Barca iniciou uma campanha para estender o território de Cartago no sul da Espanha, Roma decidiu intervir em apoio aos aliados de lá. Como a marinha romana tinha adquirido o controle do Mediterrâneo ocidental, Aníbal concebeu um ousado plano para atacar Roma em casa. Avançando 2.500 quilômetros por terra com um exército, ele atravessou os Pirineus e o território desconhecido da França, subiu os altos passos dos Alpes e cruzou o norte da Itália, na esperança de pegar os romanos de surpresa. A força expedicionária que reuniu em 218 incluía um grande contingente de infantaria e cavalaria do norte da África, nomeadamente cavaleiros berberes da Numídia que cavalgavam sem sela, freio ou rédeas. Outro elemento-chave foi um corpo de 37 elefantes. Aníbal esperava que as forças romanas, despreparadas para um ataque com elefantes, recuassem em desordem.

Cinco meses depois da partida da Espanha, Aníbal chegou às planícies do norte da Itália, mas tendo perdido metade de seu exército ao longo do caminho. À medida que a neve caía sobre os Alpes, homens, cavalos e animais de carga deslizavam em precipícios e pereciam às centenas, de frio e exaustão. Cadáveres pontilhavam o caminho. No entanto, todos os 37 elefantes sobreviveram.

O exército de Aníbal vagou pela Itália por quinze anos. Ele chegou às portas de Roma, mas não conseguiu tomar a cidade. Enquanto isso, tropas romanas expulsaram os cartagineses da Espanha e, em seguida, invadiram o norte da África, forçando Aníbal a se retirar da Itália para defender sua terra natal.

Na batalha decisiva, em 202 a.C., os dois exércitos se encontraram em Zama, a sudoeste de Cartago. Na fase de abertura, Aníbal enviou oitenta elefantes contra as fileiras romanas. Mas, aterrorizados pelo clangor dos clarins, alguns retornaram contra suas próprias linhas, outros avançaram por aberturas que os romanos fizeram em suas fileiras e foram atacados com lanças e flechas até a morte. Depois de intensos combates, Aníbal reconheceu a derrota.

Os termos da paz ditada por Roma foram humilhantes. Os cartagineses foram proibidos de lutar quaisquer guerras fora da África; foram obrigados a entregar todos os seus elefantes e a se comprometer a não treinar outros para fins militares; e sua marinha ficou restrita a apenas dez navios de guerra. Sob o olhar dos cidadãos, a frota remanescente de Cartago foi reduzida a cinzas.

No rescaldo da derrota, Cartago, não mais sobrecarregada pelos custos decorrentes de guerras e do império, recuperou grande parte de sua prosperidade, concentrando-se na agricultura e no comércio. A produção de trigo e cevada aumentou enormemente, permitindo que Cartago se tornasse um grande exportador, principalmente para Roma. Reparações de guerra foram rapidamente liquidadas. Novos portos foram construídos, com cais extensos, locais de armazenamento e capacidade para alojar 270 navios.

Mas a riqueza de que Cartago usufruía era muito grande para Roma ignorar. Alguns políticos romanos a retratavam como uma ameaça. Depois de visitar a cidade, em 152 a.C., Marco Pórcio Catão, bem conhecido por seu ódio contra os cartagineses, alertou o Senado repetidamente sobre a necessidade de destruir Cartago: "*Delenda est Carthago!*" Em uma ocasião, com um floreio, ele retirou um figo maduro de suas vestes, dizendo aos colegas que tinha sido colhido em Cartago havia apenas três dias, um lembrete de sua proximidade em relação a Roma. Além do perigo potencial, Catão realçava a riqueza agrícola que poderia ser apropriada caso a cidade fosse destruída e substituída pelo domínio romano.

O partido da guerra em Roma decidiu a questão. No ano 149 a.C., um exército romano seguiu por mar até o norte da África e cercou Cartago. Os cartagineses resistiram por quase três anos, sem abastecimento de comida, famintos e sujeitos a ataques repetidos. O assalto final se deu em 146. Rompendo as últimas zonas de resistência, os soldados romanos foram de casa em casa, abatendo homens, mulheres e crianças. O massacre continuou por seis dias e seis noites. Cerca de 50 mil sobreviventes foram vendidos como escravos. Cartago foi então incendiada. Anexada por Roma, a terra dos cartagineses foi chamada de *Provincia Africa*. Era o nome de uma pequena tribo berbere conhecida como afri, mas que posteriormente seria utilizado para designar um continente inteiro.

4. Morte no Nilo

NOS ANOS DE SEU DECLÍNIO, o antigo Egito foi conquistado por uma sucessão de governantes estrangeiros. No século XI a.C., os líbios ganharam poder e mantiveram-se no controle de um país desestruturado por cerca de quatrocentos anos. Em Tebas, sob as ordens de autoridades líbias, múmias de faraós, suas esposas e famílias foram removidas dos túmulos sagrados, despojadas de seus objetos de valor e enterradas novamente em grupos aleatórios, em locais reclusos. No século VIII a.C., os kushitas, habitantes do reino de Kush – um velho inimigo esmagado por Tutmés I no século XV, mas desde então com forças renovadas –, invadiram pelo sul e instalaram sua própria dinastia dos “faraós negros”. Escritores gregos, como Heródoto, se referiam a eles como “etíopes”, que significa “pessoas de faces queimadas”. Numa época em que Roma ainda era uma pequena aldeia nas margens do Tibre, os kushitas governaram um império que se estendia por mais de 3 mil quilômetros, de sua capital em Napata, uma cidade na Núbia perto da Quarta Catarata do Nilo e do grande afloramento rochoso de Jebel Barkal, até a costa do Mediterrâneo. No século VII a.C., os kushitas, por sua vez, foram expulsos por invasores assírios munidos de armas de ferro. Mais uma vez, Tebas foi saqueada e pilhada. O Egito sobreviveu como uma mera província de uma Assíria mais poderosa, mas, pelo menos, adquiriu o uso de tecnologia para trabalhar o ferro. No século VI a.C., a primeira ocupação persa começou. Conhecida como a Vigésima Sétima Dinastia, durou mais de cem anos.

Os séculos de incursões estrangeiras que o Egito suportou deram-lhe um caráter cosmopolita. Os egípcios, no entanto, mantiveram as próprias tradições culturais e religiosas e um forte senso de identidade. Quando Heródoto viajou pelo país, por volta de 450 a.C.,

visitando Mênfis e Tebas e aventurando-se até o sul, a Elefantina, foi tocado por muitas peculiaridades do lugar, desde o clima até os costumes do povo e o funcionamento do Nilo. Os egípcios, escreveu ele, “parecem ter invertido as práticas comuns da humanidade”.

Por exemplo, as mulheres participam do mercado e são empregadas no comércio, enquanto os homens ficam em casa a tecer. Embora, na tecelagem, o normal seja trabalhar os fios da trama de baixo para cima, os egípcios os trabalham de cima para baixo. Os homens no Egito transportam carga na cabeça, as mulheres, sobre os ombros; as mulheres urinam de pé, os homens o fazem sentados. Para descansar, eles vão para dentro de casa, mas comem nas ruas ... Em outros lugares, os sacerdotes deixam o cabelo crescer; no Egito, raspam a cabeça. Em outras nações, os parentes do falecido, no momento de luto, cortam o cabelo, mas os egípcios, que o raspam em todas as outras ocasiões, marcam uma morte deixando-o crescer tanto na cabeça como no queixo. Eles vivem com seus animais – ao contrário do restante do mundo, que vive separado deles. Outros homens vivem de trigo e cevada, mas qualquer egípcio que o faça é acusado por isso ... Sovam a massa com os pés, mas misturam o barro com as mãos – e manuseiam até esterco. Praticam a circuncisão, enquanto homens de outras nações – exceto aqueles que aprenderam com o Egito – deixam suas partes íntimas como a natureza as fez. Os homens no Egito têm duas peças de vestuário, as mulheres, só uma. A prática comum no mar é prender as velas com cordas em argolas por fora da embarcação; os egípcios as prendem por dentro. Na escrita ou no cálculo, em vez de ir, como os gregos, da esquerda para a direita, os egípcios vão da direita para a esquerda – e defendem obstinadamente que o método deles é ágil, e o nosso, canhoto e desajeitado.

Heródoto também ficou intrigado com a cheia anual do Nilo e a origem do rio. “Em relação às fontes do Nilo”, escreveu, “ninguém com quem falei, egípcio, líbio ou grego, disse ter qualquer conhecimento, exceto o escriba que manteve o registro dos tesouros de Atenas na cidade egípcia de Sais [no delta].” O escriba sustentou que as fontes do Nilo fluíam entre duas montanhas de forma cônica perto de Siene, nas proximidades de Tebas e Elefantina. Mas Heródoto achou improvável. “Embora tenha fingido conhecimento preciso, essa pessoa me pareceu pouco séria”, escreveu. “Até Elefantina, falo como testemunha ocular, porém mais para o sul falo a partir do que ouvi.” Se passariam mais de 2 mil anos antes que as fontes do Nilo fossem devidamente estabelecidas.

No geral, Heródoto ficou muito impressionado com o Egito. “Não há país que possua tantas maravilhas ou que tenha um tal número de obras que desafiam a descrição.”

EM 332 a.C., chegaram novos invasores. Depois de uma série de conquistas na Ásia ocidental, o rei macedônio Alexandre marchou pela fronteira egípcia e tomou o poder, pondo fim à segunda ocupação persa. Saudado como um libertador tanto pelos egípcios nativos quanto pelos colonos gregos, Alexandre passou apenas quatro meses no país – para nunca mais voltar –, mas, nesse tempo, fez planos para uma nova administração destinada a combinar o comando macedônio do exército com a gestão egípcia dos assuntos civis. Também escolheu o local para uma nova capital na costa do Mediterrâneo, mapeando a extensão de seus muros com um rastro de cevada carregada por seus soldados e prevendo uma grande metrópole de poder inigualável.

Após a morte de Alexandre, em 323 a.C., um de seus generais, Ptolomeu, assumiu o título de faraó, fundando uma dinastia grega que durou cerca de trezentos anos. O primeiro século do governo ptolomaico trouxe grande prosperidade e fama renovada para o Egito. A “cidade no mar” de Alexandre – Alexandria – tornou-se o centro comercial e cultural do mundo mediterrâneo. No litoral, seus dois portos de águas profundas, separados por um dique, ofereciam ancoragem para uma série de navios mercantes; ao sul da cidade, um terceiro porto na costa do lago Mareotis conectava Alexandria por canal até o Nilo e o interior do Egito.

A cidade principal foi projetada segundo um sistema quadricular e dividida em bairros diferentes. No centro, ficava o quarteirão real, com palácios e pavilhões suntuosos e vista para o mar; a nordeste, o bairro judeu tornou-se o lar da maior comunidade judaica fora da Judeia; na área central, comerciantes gregos ocupavam residências imponentes; e no extremo oeste ficava o bairro egípcio, onde vivia a maioria da população egípcia.

De leste a oeste, a cidade media quase sete quilômetros. Atravessando-a de uma ponta a outra, havia uma avenida de quase trinta metros de largura – a via Canópica – ladeada por colunatas. A cidade também tinha teatros, templos, santuários, ginásios e banhos públicos. Tal como seus homólogos egípcios antigos, os Ptolomeus gostavam de encenar elaborados desfiles e cortejos. Sua riqueza,

oriunda de impostos sobre a terra, mercadorias, bens imóveis e produtos, atingiu proporções fabulosas.

Suas ambições foram mais longe. Ptolomeu I estava determinado a transformar Alexandria em um dos principais centros de saber e de investigação científica, escolhendo como seu modelo a escola e a biblioteca em que ele e seu amigo de infância, Alexandre, tinham sido ensinados por Aristóteles. Ptolomeu foi pródigo com fundos para a construção de um instituto de pesquisa no quarteirão real e em estabelecer uma biblioteca que logo ganhou renome internacional. A própria coleção de Ptolomeu formou o núcleo da biblioteca, mas agentes também foram enviados para rastrear todos os textos já escritos. A biblioteca chegou a conter a maior coleção de livros do mundo antigo e possuía todos os volumes produzidos em grego.

Filósofos, poetas e cientistas foram recrutados em grande número para estudar e dar palestras na biblioteca, onde eram alojados em acomodações luxuosas e alimentados em um grande salão de jantar comunitário. Entre os luminares que residiam em Alexandria no século III a.C. havia um sacerdote egípcio chamado Maneto, que foi contratado para escrever uma história do Egito. Identificando trinta casas reinantes ou dinastias que remontavam a 3000 a.C., a história de Maneto forneceu a base para todas as narrativas subsequentes sobre o Egito antigo. Os visitantes do mundo grego incluíam Euclides, que codificou a geometria em Alexandria; o matemático Arquimedes de Siracusa, que inventou um dispositivo de fornecimento de água enquanto estava no Egito; o geógrafo Eratóstenes de Cirene, que calculou a circunferência da terra com uma precisão surpreendente a partir de medições feitas em Alexandria e em Siene (atual Assuã); e o astrônomo Aristarco de Samos, o primeiro cientista a colocar o Sol no centro do sistema solar. Foi também em Alexandria que os médicos estabeleceram o funcionamento dos sistemas nervoso, vascular e digestivo.

Outro projeto iniciado por Ptolomeu I e concluído durante o reinado de Ptolomeu II foi a construção de um farol gigante em uma ilha chamada Faros, que ficava ao norte do porto principal e foi

ligada à cidade por um dique. Com cem metros de altura e construído com blocos de pedra que pesavam, em média, 75 toneladas cada, o farol se tornou uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Seu raio luminoso vinha de uma fogueira que queimava dia e noite e era ampliada por espelhos de bronze polido que a tornavam visível a uma distância de mais de cinquenta quilômetros. O farol manteve-se de pé por mil anos até ser severamente danificado por um terremoto, no ano de 956 d.C.

Uma nova escrita, conhecida como copta, foi concebida como uma forma de transliterar o egípcio antigo para o grego. Desde o século VII a.C., os egípcios tinham começado a utilizar uma versão simplificada do egípcio antigo, o demótico, baseada em uma forma cursiva de hieróglifos. O copta empregava o alfabeto grego – que os gregos haviam adotado a partir dos fenícios – com a adição de sete letras extras para acomodar sons do egípcio antigo que não existiam em grego. A própria palavra “copta” ilustra a transição que ocorreu. Ela é derivada da palavra grega *Aigyptos*, que por sua vez é derivada da palavra *Hikaptah*, um dos nomes de Mênfis, a primeira capital do Egito antigo.

A prosperidade de que Alexandria gozava vinha do comércio internacional e da abundância agrícola e de ouro. No início de seu reinado, Ptolomeu II invadiu a Baixa Núbia e tomou o controle das minas de ouro da região. Ele estabeleceu novos portos na costa do mar Vermelho, abrindo rotas marítimas para a Índia e o lucrativo negócio de sedas acetinadas e especiarias, fazendo do Egito o eixo do comércio entre o Mediterrâneo e o oceano Índico ocidental.

De acordo com uma inscrição da época, um dos assentamentos que ele fundou no extremo sul, na costa do mar Vermelho – Ptolemaida Theron ou Ptolemaida “para caçadas” –, transformou-se em uma “grande cidade” autossustentável em colheitas e gado. Seu principal objetivo era o de servir como base para a captura de elefantes, que Ptolomeu queria para fins bélicos. Mas os caçadores etíopes locais não se mostraram dispostos a ajudar na captura de elefantes vivos. Um geógrafo grego, Agatárquides, escrevendo no século II a.C., observou: “Ptolomeu exortou os caçadores a não

matarem elefantes, para que pudesse tê-los vivos ... Não só ele não os convenceu, como os caçadores disseram que não iriam mudar seu estilo da vida nem em troca de todo o reino do Egito.” No entanto, a empreitada em Ptolemaida Theron finalmente deu certo. “Os elefantes foram capturados em grande número para o rei e levados a ele como maravilhas, em seus transportes marítimos.”

A viagem até o Egito em navios especialmente construídos era perigosa. As tripulações tinham que lidar com ventos de proa traiçoeiros, recifes de corais escondidos e o constante risco de naufrágio. No século I a.C., o historiador grego Diodoro registrou:

Os navios que levam os elefantes, com quilhas profundas devido ao peso e pesados em razão de seus equipamentos, colocam suas tripulações em grandes e terríveis perigos.

Como navegam a vela plena e são conduzidos com frequência pela força dos ventos durante a noite, às vezes se chocam contra as rochas e naufragam ou encalham em baixios ligeiramente submersos.

Os marinheiros não podem sair pelas laterais dos navios, porque a água é mais profunda do que a altura de um homem, e quando seus esforços para resgatar a embarcação por meio de varas de remo resultam inúteis, lançam tudo ao mar, exceto as provisões.

A princípio, os elefantes eram levados de navio por todo o trajeto até o alto do golfo de Suez, a mais de 1.500 quilômetros de distância, e de lá seguiam até Mênfis por canal. Mas o longo percurso marítimo era tão perigoso que foi criado um novo porto para eles no meio do caminho, em Berenice Troglodítica. A partir de Berenice, os elefantes atravessavam o deserto oriental do Nilo, caminhando por uma rota de caravanas especialmente equipada com acampamentos e pontos de água. Seu destino final era o estábulo principal de elefantes em Mênfis. Alguns eram levados até Alexandria, para serem exibidos em um jardim zoológico que Ptolomeu II montou na cidade.

APESAR DE SUAS CONQUISTAS impressionantes, o Egito sob os Ptolomeus permaneceu, como sempre, dividido entre uma classe dirigente autocrática e a grande massa da população egípcia, que se tornava cada vez mais inquieta com a sua sorte. Mercadores gregos

dominavam o comércio exterior e grande parte da vida comercial do Egito, ficando com a maioria dos lucros. Funcionários gregos administravam a burocracia com o objetivo de extrair o máximo de retorno fiscal. O idioma do governo era o grego. A riqueza agrícola era igualmente desigual. Os camponeses se beneficiaram com a introdução de uma roda-d'água movimentada por animais – a *saqiya* –, que lhes permitia irrigar grandes áreas longe do Nilo e obter uma colheita maior, mas foram sobrecarregados por uma série de impostos que os mantinham tão pobres quanto sempre haviam sido. Uma divisão regional também começava a aparecer. Os Ptolomeus estavam contentes em residir no esplendor e no luxo da capital, em Alexandria, na extremidade do país, fazendo apenas algumas incursões fora dali e deixando áreas inteiras do vale do Nilo e do Alto Egito ressentidas pela negligência e em atrito com o governo ptolomaico.

Em uma tentativa de unir o país, os Ptolomeus utilizaram o sistema religioso do Egito para reforçar sua legitimidade, alegando terem o mesmo direito de governar como reis divinos que os faraós. Eles mantiveram cultos nativos, supervisionaram a reconstrução e o embelezamento de numerosos templos no Alto e no Baixo Egito e fizeram grandes esforços para assegurar o apoio de sacerdotes. Recebendo fundos para sua manutenção e desenvolvimento, os templos continuaram a desempenhar a antiga função como centros de atividade econômica, produzindo bens manufaturados e patrocinando obras artísticas. Nas paredes dos templos, os Ptolomeus foram retratados em poses faraônicas.

Mas isso não foi suficiente para manter a lealdade dos egípcios. Revoltas internas eclodiam de tempos em tempos. Em muitas partes do país, o governo ptolomaico sobrevivia apenas por meio da repressão. A derrota de um grupo de rebeldes no delta, em 197 a.C., foi gravada em pedra em uma proclamação conhecida como o decreto de Mênfis, com consequências dramáticas 2 mil anos depois. O decreto foi esculpido em uma estela de granito em três línguas: grego, hieróglifos egípcios e demótico, a antiga escrita egípcia daquele tempo. A estela de granito foi originalmente colocada em

um templo no Baixo Egito, mas foi mais tarde reutilizada como material de construção em uma fortaleza na costa do delta do Nilo, na cidade de Roseta, a leste de Alexandria. Conhecida hoje como a Pedra de Roseta, foi descoberta durante a invasão napoleônica do Egito, em 1799, e tornou-se a chave para desvendar os segredos da história egípcia antiga.

Assolado por conflitos civis, má administração, corrupção burocrática, guerras estrangeiras debilitantes, fomes periódicas e inflação galopante, o Egito ptolomaico entrou em declínio inexorável. Para agravar a lista de desgraças, os membros da família real viviam envolvidos em rixas e lutas internas constantes, passadas de geração em geração, com assassinatos e muito derramamento de sangue. Em meio ao tumulto, facções rivais em Alexandria se esforçavam para obter o apoio de Roma, a superpotência ascendente do Mediterrâneo. Isso resultaria em um relacionamento fatal, envolvendo o último dos Ptolomeus.

Cleópatra VII tornou-se rainha do Egito em 51 a.C., aos dezoito anos. De acordo com a vontade do pai, dividiu o trono com o mais velho de seus dois irmãos, Ptolomeu XIII, de dez anos de idade, com Roma como protetora oficial de ambos. Altamente educada, detentora de um raciocínio rápido, bem versada em política e diplomacia, era tida como fluente em nove línguas, além de ser o primeiro e único Ptolomeu a aprender o idioma egípcio dos 7 milhões de pessoas que governava. Criada como uma deusa, tinha uma presença imponente, mas não era especialmente atraente. Seus retratos em moedas a representam com um nariz adunco e queixo proeminente. Eram mais sua personalidade e modos que, de acordo com o historiador Plutarco, "encantavam". Cleópatra parecia possuir um charme irresistível; sua conversa cativava o público. Também era incomparavelmente mais rica do que qualquer outra pessoa no Mediterrâneo.

Sua carreira como rainha, no entanto, logo se deparou com turbulência. Baixas cheias do Nilo em 51 e 50 trouxeram angústia generalizada e dificuldades. Ambicionando governar sozinha, ela entrou em uma briga prolongada com o irmão, Ptolomeu XIII.

Também se viu no meio da disputa entre dois grandes militares na guerra civil de Roma: Júlio César e seu ex-aliado e genro, Pompeu. Quando Pompeu veio a ela pedindo apoio, Cleópatra decidiu ficar do lado dele, como seu pai tinha feito. Seu irmão, no entanto, favorecia César. Diante de um público hostil, Cleópatra foi forçada a fugir para o Levante. Depois de reunir um exército ali, ela voltou, em 48, para enfrentar as forças de Ptolomeu no delta oriental.

Nesse momento crucial, Pompeu, tendo sofrido uma derrota esmagadora de César, chegou à costa egípcia em busca de refúgio. Ptolomeu enviou-lhe uma mensagem de boas-vindas, mas, em seguida, assistiu calmamente a um oficial a seu serviço esfaqueá-lo até a morte e lhe cortar a cabeça, enquanto era transportado para terra.

Três dias depois, quando César aportou em Alexandria e foi apresentado à cabeça decepada de Pompeu, ficou chocado. César instalou-se em um pavilhão no terreno do palácio dos Ptolomeus, ao lado do estaleiro real, e convocou tanto Ptolomeu quanto Cleópatra, com a intenção de resolver a disputa entre os dois. Fora do palácio, no entanto, explodiram tumultos em protesto contra a chegada indesejada de um general romano. Determinada a defender seu caso, mas bloqueada pelo exército de Ptolomeu no delta oriental, Cleópatra concebeu um esquema ousado para fazer um caminho tortuoso até Alexandria e ser levada clandestinamente ao próprio palácio para ver César, no que ficaria marcado como um dos encontros mais dramáticos na história, usado por dramaturgos, poetas e cineastas ao longo dos séculos. Chegando de barco à noite no porto oriental de Alexandria, ela foi carregada até os aposentos de César nos ombros de um servo fiel, enrolada em um grande saco.

César tinha 52 anos na época, a mais poderosa figura do mundo mediterrâneo; Cleópatra tinha 21, uma rainha deposta e impotente, apenas com a inteligência para se defender. Mas ela conseguiu conquistá-lo. Para a fúria de Ptolomeu e seus assessores, César ficou do lado de Cleópatra. O exército de Ptolomeu cercou o palácio. O cerco durou seis meses, durante os quais César e Cleópatra se tornaram amantes. Em 47, uma batalha a oeste do Nilo decidiu o

desenlace. Ptolomeu se afogou, seu corpo nunca foi recuperado; César voltou para Alexandria vitorioso. No lugar de Ptolomeu XIII, Cleópatra instalou o outro irmão, de onze anos de idade, como Ptolomeu XIV. Para celebrar seu triunfo, César e Cleópatra fizeram uma viagem senhorial pelo vale do Nilo. Mais tarde, naquele verão, logo após César deixar o Egito para retomar suas campanhas militares, Cleópatra deu à luz seu filho, Cesário.

No ano seguinte, levando Cesário consigo, Cleópatra viajou para Roma como convidada de César, mas o assassinato dele, em março de 44 a.C., encerrou sua estada na cidade. De volta a Alexandria, suspeitando da lealdade do irmão mais novo, ela organizou a morte dele e proclamou Cesário, com três anos de idade, como Ptolomeu XV. Agora no controle supremo, Cleópatra identificou-se com o antigo deus egípcio Hórus, o símbolo primordial da realeza divina: "A Hórus feminina, a grande, a dona da perfeição, brilhante em conselho, a senhora das Duas Terras, Cleópatra, a deusa que ama seu pai."

Sua ruína veio como resultado do envolvimento com outro general romano. Após o assassinato de César e com a guerra civil que se seguiu, o império de Roma foi dividido entre dois comandantes rivais: Otávio, sobrinho-neto de César e seu herdeiro legal, e Marco Antônio, o protegido de César, casado com a irmã de Otávio, um soldado audaz, mas rebelde, que assumiu a liderança dos assuntos de Roma no Mediterrâneo oriental. Cleópatra firmou uma parceria com Marco Antônio, tornou-se sua amante e lhe deu três filhos. Mas, quando a rivalidade entre as duas facções romanas se intensificou, ela foi diretamente atingida pelas hostilidades. Em Roma, Otávio a declarou inimiga pública. Derrotados na batalha de Áccio, em setembro do ano 31 a.C., Marco Antônio e Cleópatra fugiram de volta para Alexandria. No verão do ano 30, as forças de Otávio foram atrás deles. Quando entraram na cidade, Cleópatra se protegeu em um edifício fortificado no quarteirão real. Tendo erroneamente ouvido que ela tinha tirado a própria vida, Marco Antônio se jogou sobre a própria espada. Mortalmente ferido, foi levado a Cleópatra e faleceu em seus braços. Com medo de ser

considerada uma prisioneira, Cleópatra também cometeu suicídio, provavelmente tomando veneno. Tinha 39 anos de idade e governara por quase 22.

Com sua morte, a dinastia ptolomaica chegou ao fim, e o Egito independente foi reduzido ao status de uma província de Roma. Ele não recuperaria sua autonomia até o século XX d.C.

5. Interlúdio romano

TODO O NORTE DA ÁFRICA acabou sucumbindo ao controle romano. Após a queda de Cartago e sua anexação como a província da África, em 146 a.C., o próximo a capitular, em 46 a.C., foi o reino berbere da Numídia, que ficava mais a oeste, na costa, e foi chamado pelos romanos de África Nova (Argélia oriental). Uma década mais tarde, eles tomaram posse da Mauritânia, um reino berbere além da Numídia que se estendia até a costa atlântica. Ao final do século I a.C., o império de Roma englobava, de leste a oeste, 5 mil quilômetros de planícies costeiras que iam do Egito ao Marrocos. Com barreiras de pedras conhecidas como *limes*, Roma estabeleceu, ao longo da borda das estepes saarianas, uma fronteira militar contínua, patrulhada por unidades móveis baseadas em fortalezas e torres de observação, para deter a entrada dos “bárbaros” do interior africano.

Sob a ocupação romana, a região se tornou cada vez mais próspera. O principal objetivo de Roma era garantir que a África continuasse a fornecer os carregamentos vitais de trigo necessários para alimentar sua própria população em casa. Para aumentar a produção agrícola, um grande número de veteranos do exército e outros imigrantes foi assentado no noroeste da África, em terras confiscadas de latifundiários cartagineses e númidas e de pastores berberes. Senadores romanos e especuladores adquiriram vastas propriedades e, consignando lotes a inquilinos e subarrendatários em troca de um terço da produção, fizeram fortuna com o preço elevado das exportações de trigo. Novas áreas férteis passaram a ser cultivadas. Por volta do século I d.C., a África fornecia a maior parte da demanda de trigo de Roma – mais de 60%. O Egito sozinho enviava cem mil toneladas ao ano. Mas outros territórios no norte da África tornaram-se ainda mais importantes: seus embarques

totalizavam 200 mil toneladas ao ano. Por um período de mais de trezentos anos, a África exportou cerca de meio milhão de toneladas de trigo ao ano para Roma.

Um segundo ápice agrário veio da produção de azeitona, espalhando riqueza de forma mais ampla pelo norte da África. Os camponeses receberam incentivo oficial para plantar oliveiras em terraços nas encostas e em regiões mais secas do interior que não fossem adequadas para o cultivo de outras culturas. O azeite era um bem essencial nos tempos clássicos, utilizado não só para cozinhar, mas como sabonete, combustível para iluminação e base para fixar perfume. Como no caso dos grãos, a Itália não produzia azeite suficiente, criando uma demanda por importações. Vastos olivais foram plantados em toda a zona seca do sul da Tunísia e da Numídia, até as montanhas Aurès, a oeste.

Além do desenvolvimento da agricultura, Roma transformou suas províncias no noroeste da África com a construção de cidades-modelo, aquedutos, portos e estradas. No século III, havia cerca de seiscentas vilas e cidades, e a rede de estradas se estendia por aproximadamente 20 mil quilômetros, marcados por pedras miliárias. Cartago foi reconstruída como uma *colonia*, com uma malha retangular quadriculada de ruas sobre as antigas ruínas púnicas e um aqueduto de oitenta quilômetros de comprimento ligando-a ao monte Zaghouan. Com uma população de talvez 400 mil pessoas, Cartago era a terceira cidade do império, depois de Roma e Alexandria.

Roma controlava suas províncias africanas com leniência. No Egito, os governadores romanos contavam com a antiga burocracia para manter o controle e aumentar os impostos, muito parecido com o que se fazia antes. Uma pequena elite de cidadãos romanos ocupava o topo da hierarquia social, gozando de um monopólio de poder. Abaixo deles, uma grande comunidade grega continuava a prosperar nos centros urbanos. A influência grega permanecia forte. O grego, e não o latim, era a língua preferida para o comércio com outras partes do Mediterrâneo oriental. Mais abaixo na escala social, havia uma substancial comunidade judaica, desfrutando inicialmente

de proteção imperial. No último degrau, desprezada por seus governantes, estava a grande massa de camponeses de língua copta que suportava o peso da tributação. A região do delta tornou-se cada vez mais importante como um centro agrícola, produzindo grandes colheitas graças à melhoria das técnicas de irrigação. Mas, fora isso, a cultura da zona rural permaneceu inalterada.

Nas províncias do noroeste da África, Roma também permitia uma ampla margem de autonomia. A classe dirigente local de língua púnica manteve-se quase intocada. A língua púnica ainda era amplamente utilizada. As cidades geriam seus próprios assuntos. Os poderes locais competiam para embelezar suas cidades com instalações públicas como mercados, fontes, anfiteatros e pistas para corridas de bigas, um entretenimento popular. Com fundos locais, as ruas eram decoradas com estátuas e arcos monumentais. Cidadãos ricos financiavam a construção de templos, teatros e escolas de caridade. Banhos públicos eram uma das características centrais da vida urbana, um local de encontro para fofocas e política, apreciado por todo tipo de gente. Alguns foram construídos em estilo palaciano, com tetos abobadados, mosaicos intrincados, revestimentos de mármore e dutos de aquecimento central. O noroeste da África tinha mais grandes banhos do que qualquer parte comparável do império.

No campo, casas senhoriais e propriedades romanas eram intercaladas com aldeias berberes. Algumas famílias berberes conquistaram riqueza e status lado a lado com a elite. Mas muitos outros também conseguiram melhorar suas vidas, como o testemunho na lápide de um berbere de origem humilde, que viveu em Mactar, no século II, registra:

Nasci de pais pobres; meu pai não tinha nem renda nem casa própria. Desde o dia de meu nascimento, sempre cultivei meu campo; nem a minha terra nem eu tivemos qualquer descanso ... Quando os grupos de colhedores chegavam para pedir emprego na zona rural nos arredores de Cirta, a capital da Numídia, ou nas planícies da montanha de Júpiter, eu era o primeiro a colher meu campo. Em seguida, deixando minha vizinhança, colhi por doze anos a safra de outro homem, debaixo de um sol ardente; por onze anos, fui chefe de um grupo de colhedores e ceifei o trigo nos campos da Numídia. Graças ao meu trabalho, e por me contentar com muito pouco, finalmente me tornei

senhor de uma casa e de uma propriedade: hoje vivo com conforto. Alcancei até honrarias: fui chamado para ter assento no senado de minha cidade e, embora tenha sido outrora um camponês modesto, tornei-me censor. Vi meus filhos e netos crescerem em volta de mim; minha vida tem sido ocupada, pacífica e honrada por todos.

De sua base no Egito, os romanos também começaram a promover o comércio com regiões além do vale do Nilo, no interior africano. Após uma série de confrontos com o reino de Kush, eles assinaram um tratado de paz com seus governantes em 20 a.C., estabelecendo uma fronteira de comum acordo no extremo sul do Egito. A partir de então, Roma passou a considerar Kush um “reino cliente”, fora de seu controle direto, um arranjo que durou trezentos anos.

Com a ajuda dos kushitas, os romanos se esforçaram para descobrir a nascente do Nilo. Em 66 d.C., o imperador Nero, um geógrafo dedicado, enviou dois centuriões rio acima. De acordo com o escritor romano Sêneca, eles chegaram ao Bahr al-Ghazal, um afluente do Nilo Branco, mas tiveram seu caminho em direção ao sul bloqueado por “pântanos imensos, cujo final nem os nativos conhecem, nem é possível para qualquer pessoa ter esperança de conhecer”. Somente no século XIX seria encontrada uma rota por entre os pântanos – um labirinto de 160 quilômetros de papiros flutuantes e ilhas de juncos conhecido como Sudd.

Desde sua expulsão do Egito pelos assírios, no século VII a.C., os governantes de Kush tinham mudado sua capital mais para o sul, para Meroe, um local no médio Nilo entre a Quinta e a Sexta Cataratas, na borda do cinturão de chuvas de verão. Uma cultura distinta surgiu em Meroe, combinando aspectos da religião egípcia com práticas nativas. Os governantes de Kush construíram pirâmides reais e elaborados monumentos de culto. Os kushitas também desenvolveram sua própria escrita cursiva – o meroítico – tomando emprestados 23 símbolos egípcios para criar um alfabeto silábico. Classificada como uma língua nilo-saariana, em vez de uma língua afro-asiática como o egípcio, a língua meroítica permanece ininteligível para linguistas modernos.

O pilar da economia kushita era o sorgo, o gado e o algodão. Mas o que interessava aos romanos era mais seu comércio de ouro, marfim e escravos. Os kushitas também eram famosos pela fabricação de produtos de ferro, uma tecnologia que tinham adquirido dos assírios. O terreno ao redor de Meroe era rico em minério de ferro e madeira dura, necessária para produzir carvão vegetal para a fundição do ferro. O ferro foi usado para fazer melhores armas de defesa, lanças de caça e ferramentas para a agricultura. Mas a extensão da produção de carvão teve um impacto devastador sobre a terra. Os kushitas despojaram a planície de Butana de suas florestas, deixando para trás uma paisagem árida e enormes pilhas de escória visíveis até hoje. De acordo com cálculos modernos, o tamanho dos montes de resíduos em Meroe indica que seus fornos consumiram pelo menos 1.586 metros cúbicos de madeira por ano, durante trezentos anos.

Além do comércio com o interior africano, o Egito romano viu um aumento dramático no comércio marítimo com os portos do mar Vermelho e regiões mais distantes, no norte do oceano Índico. Havia muito tempo que os marinheiros da Arábia e da Índia já exploravam os ventos de monções do oceano Índico ocidental, que sopram do sudoeste de maio a setembro, e do nordeste de novembro a abril, permitindo uma viagem favorável em ambas as direções. Mercadores residentes no Egito agora buscavam uma fatia maior do comércio.

Para ajudá-los em seus esforços, um empreendedor comerciante greco-egípcio de meados do século I d.C. compilou um guia para o comércio da região chamado *Periplus Maris Erythraei* [Périplo do mar eritreu]. O nome do autor não é conhecido, mas ele escreveu a partir da experiência pessoal de viagens para a África oriental, o sul da Arábia e para a Índia, a área coberta pelo *Periplus*. Seu objetivo era passar informações sobre o comércio e os produtos que poderiam ser comprados e vendidos em cada porto, e não dar conselhos para os marinheiros.

O ponto de partida eram os dois principais portos do Egito na costa do mar Vermelho: Myos Hormos e Berenice. A rota africana a

partir do Egito, explicava ele, corria pelo mar Vermelho, atravessava o estreito de Bab el Mandeb, seguia pela costa africana do golfo de Áden e do mar da Arábia e depois pela costa oriental da África até Rhapta, um porto em algum lugar nas proximidades da moderna Dar es Salaam. Por causa de baixios perigosos no mar Vermelho, os navios que desciam a costa navegavam somente durante o dia, ancorando ao anoitecer no local disponível mais próximo. A primeira parada importante era Adúlis, na época um pequeno porto ligado a um território no interior conhecido como Aksum, mas já famoso por seu comércio de marfim, chifres de rinoceronte e cascos de tartaruga. “A maior parte dos elefantes e rinocerontes abatidos habita as regiões de montanha, embora, em raras ocasiões, também possam ser vistos junto à costa, perto da própria Adúlis.” Mais para o sul ficavam os portos de incenso do norte da Somália, onde os principais itens para o comércio eram olíbano e mirra.

Os navios que faziam a rota africana costumavam deixar o Egito em julho e levavam cerca de dois meses para alcançar o cabo Guardafui, na ponta do Chifre da África. Viajando para o sul com os ventos da monção nordeste soprando em seu favor, chegavam a Rhapta em novembro ou dezembro. Eram então obrigados a permanecer lá por oito meses, até o final da monção sudoeste, retornando a Guardafui não antes de outubro, a fim de pegar o início da monção nordeste, que iria fornecer ventos favoráveis para atravessar o golfo de Áden. A viagem de ida e volta até Rhapta, portanto, levava cerca de dezoito meses.

O *Periplus* faz poucas observações sobre Rhapta, além de notar que ali era possível encontrar “grandes quantidades de marfim e cascos de tartaruga”, que os habitantes eram “homens muito corpulentos” e que a área estava sob domínio árabe. Rhapta era descrita como “o último porto de comércio na costa da Azânia”, um nome grego para a África oriental.

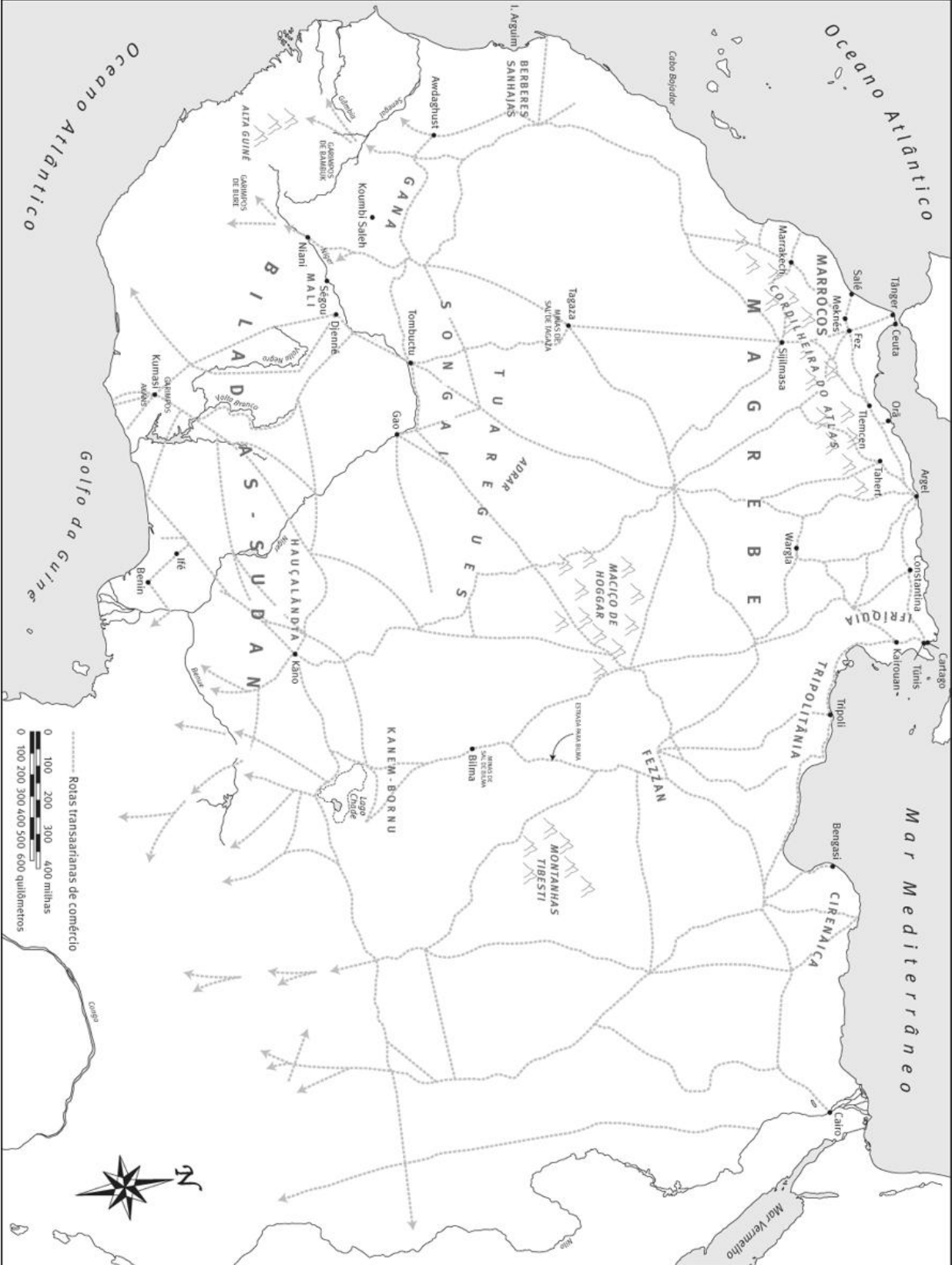
Também não havia qualquer informação disponível sobre o interior africano. Por séculos, o único vislumbre desse vasto continente vinha de um comerciante grego chamado Diógenes, que alegou que, quando voltava para casa de uma visita à Índia, em

meados do século I d.C., havia desembarcado no continente africano em Rhapta e, em seguida, viajado por 25 dias para o interior. Ele disse ter chegado “perto de dois grandes lagos e à cadeia nevada de montanhas de onde o Nilo tira as suas fontes gêmeas”. Um século mais tarde, o geógrafo alexandrino Cláudio Ptolomeu incorporou essa informação ao seu mapa-múndi e chamou a nascente do Nilo de *Lunae Montes*, as Montanhas da Lua. Por 1.700 anos o mapa de Ptolomeu permaneceu o único guia para o mistério das fontes do Nilo.

PARTE II

A difusão do cristianismo

ESTRADAS DO DESERTO



6. Santos e cismas

SOB O ABRIGO DA PAZ que o poder romano trouxe, uma nova religião se enraizou no norte da África: o cristianismo. O que tinha começado no século I d.C. como uma seita judaica obscura, labutando nas periferias das sinagogas da Palestina, no século II já havia se expandido em um movimento missionário que encontrou adeptos em uma série de centros comerciais de língua grega em todo o mundo mediterrâneo. Alexandria, que abrigava a maior comunidade integrada de judeus fora da Palestina, tornou-se um ponto focal para a iniciativa cristã. Comerciantes palestinos foram os primeiros a trazer notícia da nova fé, seguidos por ativistas cristãos. De acordo com Eusébio, historiador do século IV, um dos primeiros seguidores de Cristo, o evangelista Marcos, viajou para Alexandria por volta de 60 d.C., ajudando a fundar a Igreja ali. Uma próspera comunidade cristã acabou se estabelecendo lado a lado com a população judaica de Alexandria.

O bispado de Alexandria emergiu como uma das grandes potências da Igreja cristã e desempenhou um papel de liderança no desenvolvimento da teologia cristã. À medida que o ensino cristão evoluiu, passou a divergir consistentemente de suas origens judaicas. Por buscar conversões à sua fé, em vez de torná-la exclusiva, pregadores cristãos transformaram o cristianismo em uma religião "universal" que agradava a ricos e pobres, a camponeses e habitantes da cidade. Durante o episcopado de Demétrio, bispo de Alexandria de 180 a 232, foram enviadas missões para o Alto Egito, conquistando milhares de conversões entre os camponeses. Por volta do século IV, o número de bispados no país tinha se expandido para 51, e havia ampla disponibilidade de textos bíblicos em copta.

Em paralelo ao crescente poder e status da autoridade episcopal, surgiu no Egito, no século III, uma forma alternativa de prática

cristã: um movimento monástico dedicado à austeridade e à autonegação. Seu mais famoso defensor foi Antão, um eremita egípcio. Pouco depois de sua morte, Atanásio, bispo de Alexandria, escreveu uma biografia elogiosa sobre Antão, transformando-o numa das figuras mais reverenciadas da história cristã. Nascido de pais ricos de língua copta, na aldeia de Coma, perto de Heracleópolis Magna, no Baixo Egito, por volta de 251, o jovem Antão desenvolveu um profundo interesse por questões monásticas, buscando em aldeias vizinhas indivíduos cristãos que tivessem iniciado uma existência solitária ou que praticavam uma disciplina ascética. Aos vinte anos, seus pais morreram, deixando-lhe tudo o que tinham. Mas, ao ouvir uma passagem do Evangelho de Mateus em que Cristo diz a um homem rico: "Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres", Antão decidiu que a instrução se aplicava a ele. Assim, vendeu tudo e começou uma vida de jejum e oração, descobrindo, de acordo com Atanásio, que "a mente da alma é forte quando os prazeres do corpo são fracos".

Depois de quinze anos de austeridade, vivendo a princípio em sua aldeia e depois em um túmulo próximo, Antão resolveu evitar qualquer contato com outras pessoas. Ele atravessou o Nilo e fixou residência em uma fortificação romana abandonada, em uma colina chamada Pispir (atual Der el Memun), no deserto oriental.

Passou vinte anos ali, sem ver uma pessoa sequer, sobrevivendo de pão e água oferecidos a ele por uma fenda na parede, muitas vezes atacado por demônios em forma de animais selvagens, cobras, escorpiões e uma mulher sedutora, mas superando-os, de acordo com Atanásio, com o poder da oração. Para surpresa geral, ele emergiu vigoroso em corpo e mente e encorajou outros a buscarem a autonegação e a vida eremítica.

Indo mais a leste no deserto, Antão estabeleceu um novo retiro em uma montanha que leva seu nome, Der Mar Antonios, e passou os últimos 45 anos de vida lá, oferecendo instruções e conselhos aos seguidores que o visitavam. Morreu com 105 anos de idade, em 356. Foi considerado posteriormente o fundador do monasticismo cristão.

No século IV, uma forma diferente de vida monástica foi defendida por Pacômio, um monge nascido em Tebas que concebeu um conjunto simples de regras para eremitas preservarem a solidão ao mesmo tempo em que se tornavam membros de um grupo comum de convivência. Pacômio montou sua primeira comunidade não no deserto, mas nas casas abandonadas de uma aldeia perto das margens do Nilo.

Ao final do século V, havia centenas de mosteiros e milhares de celas e grutas espalhadas pelo deserto do Egito, onde ascetas cristãos dedicavam suas vidas ao isolamento e à adoração, uma tradição seguida por gerações de monges e monjas no mundo cristão.

No noroeste da África, como no Egito, o cristianismo primeiro consolidou-se entre as comunidades judaicas em cidades costeiras políglotas, acotovelando-se em meio a um variado conjunto de outros cultos. Cartago passou a ter uma comunidade cristã de língua latina. Por volta de 180, o cristianismo tinha se espalhado da costa para todas as províncias romanas do norte africano. As comunidades cristãs eram conhecidas por seu dogmatismo e obstinação, mas também pelo cuidado com os pobres e a preocupação com o enterro apropriado. Elas permaneceram uma minoria, porém uma muito significativa.

Roma estava acostumada a lidar com tolerância com a diversidade de cultos que encontrava nos territórios que conquistava. Seus súditos podiam adorar quaisquer deuses que quisessem, desde que fizessem um juramento de lealdade aos imperadores de Roma e oferecessem o sacrifício de uma pitada de incenso. Mas, à medida que o fenômeno do cristianismo se espalhava por diferentes partes do império, alguns imperadores romanos o consideravam uma ameaça à sua autoridade. Eles se irritavam ainda mais quando grupos de cristãos se recusavam terminantemente a jurar fidelidade. O que se seguiu foram episódios esporádicos de perseguição ao longo de vários séculos que deram origem a uma poderosa tradição cristã de martírio.

O primeiro relato conhecido de martírio cristão no norte da África registra eventos que tiveram lugar em Cartago, em 180. Sete homens e cinco mulheres da cidade de Scilli, no interior, foram trazidos perante o procônsul Saturnino por se recusar “a jurar pelo gênio [espírito guardião] do imperador”. O procônsul pediu-lhes para “não participarem dessa loucura”. Mas eles persistiram. A transcrição do julgamento se refere a como um dos mártires, Speratus, retrucou: “Não reconheço o império deste mundo; pelo contrário, sirvo ao Deus que homem nenhum viu nem pode ver com olhos humanos.” Quando o procônsul ofereceu-lhes tempo para reconsiderar, eles recusaram. E, quando a sentença de morte foi pronunciada, “todos disseram: ‘Graças a Deus’”.

Outro relato vem do diário de uma jovem mãe chamada Vibia Perpétua, que se encontrava diante da morte, em Cartago, em 203. Em uma das peças mais comoventes da escrita de uma mulher que nos chegaram do mundo antigo, ela registra como teve que desafiar o próprio pai e abandonar o filho recém-nascido por causa de sua fé. Uma bem-educada nobre de 22 anos de idade, Perpétua foi enviada à prisão para aguardar julgamento. Seu pai, um pagão, foi visitá-la e implorou a ela que negasse ser uma cristã e se salvasse.

“Pai”, eu disse, “apenas a título de argumentação, está vendo este vaso ou pote de água ou como quiser chamá-lo caído aqui?”

“Sim, estou”, respondeu ele.

E eu lhe disse: “Podemos chamá-lo por qualquer outro nome que não o que é?”

E ele: “Não.”

“Bem, da mesma forma, não posso me chamar de outra coisa senão o que sou: uma cristã.”

E então meu pai ficou tão irritado com a palavra “cristã” que veio em minha direção como se quisesse arrancar meus olhos. Mas deixou por isso mesmo e partiu, derrotado, junto com seus argumentos diabólicos.

Antes do julgamento, seu pai visitou-a de novo, implorando apaixonadamente, ajoelhando-se diante dela, beijando-lhe as mãos:

Não me abandone para que eu seja o opróbrio dos homens. Pense em seus irmãos; pense em sua mãe e em sua tia, pense em seu filho, que não vai ser capaz de viver

quando você se for. Desista de seu orgulho! Você vai destruir todos nós! Nenhum de nós jamais será capaz de falar livremente de novo se alguma coisa acontecer a você.

Mas Perpétua permaneceu resoluta. No dia de seu julgamento, apareceu com cinco outros cristãos, incluindo sua escrava, Felicidade, diante do governador Hilariano.

Caminhamos até o banco dos réus. Todas as outras pessoas, quando questionadas, admitiram sua culpa. Então, quando chegou a minha vez, meu pai apareceu com meu filho, me arrastou do degrau e disse: "Faça o sacrifício – tenha piedade de seu bebê!"

Hilariano, o governador, tentou fazê-la mudar de ideia. "Tenha piedade dos cabelos brancos de seu pai; tenha piedade de seu filhinho. Ofereça o sacrifício para o bem-estar dos imperadores."

Perpétua recusou: "Não."

"Você é cristã?", perguntou Hilariano.

"Sim, sou", respondeu Perpétua.

Hilariano passou a devida sentença. "Fomos condenados às feras e voltamos para a prisão em altos espíritos", relatou Perpétua.

A morte de Perpétua e seus companheiros mártires no anfiteatro de Cartago foi testemunhada por um cartaginês anônimo que escreveu uma descrição, posteriormente publicada junto com o diário da jovem. Os cristãos, escreveu ele, marcharam da prisão para o anfiteatro "como se estivessem em seu caminho para o céu, com semblantes graciosos e alegres; tremendo, se era o caso, não de medo, mas de alegria". Foram dilacerados por um leopardo, um urso, um javali e uma novilha selvagem e finalmente despachados pela espada de um gladiador. A testemunha foi provavelmente Tertuliano, que mais tarde escreveu: "O sangue dos mártires é a semente da Igreja."

Apesar dos vários períodos de repressão nas províncias africanas de Roma durante o século III, as comunidades cristãs continuaram a se expandir na região. No noroeste da África, o cristianismo se tornou a religião dominante dos pobres, tanto em áreas urbanas como rurais. Espalhou-se para o país dos olivais das planícies da Numídia, para a região semidesértica mais ao sul e para o interior

tribal da Mauritânia. Em muitos casos, os convertidos simplesmente trocavam sua adoração do antigo deus Saturno para o novo instado sobre eles pelos cristãos.

Mas, em 303, uma nova rodada de perseguição – “a Grande Perseguição” – levou a uma controvérsia feroz e a um duradouro rompimento na comunidade cristã. Por ordem do imperador Diocleciano, foram proibidas reuniões cristãs, seus locais de culto deveriam ser destruídos e suas escrituras entregues para serem queimadas. Após irromperem misteriosamente dois incêndios em seu palácio, Diocleciano ordenou também a prisão de todos os bispos e padres.

Em vez de enfrentar o martírio, a maioria dos clérigos seniores decidiu obedecer e entregou suas escrituras. Mas as concessões que fizeram enfureceram os zelotas, que preferiam o martírio e que encontravam um apoio considerável entre os berberes de áreas urbanas de Cartago e na Numídia, para quem as tradições de honra e de lealdade mantinham-se como primordiais.

A disputa chegou a um clímax em 312, quando cada uma das duas facções elegeu seu próprio candidato para bispo de Cartago. Os zelotas escolheram Donato, um padre muito respeitado de uma comunidade úmida em um oásis. Sob a liderança de Donato, os zelotas formaram uma igreja cismática conhecida como donatistas. A Igreja oficial, entretanto, ganhou o apoio das autoridades romanas e tornou-se, com efeito, um dos pilares do Estado.

A rivalidade entre as duas facções – donatistas e católicos – foi intensa. Ambas afirmavam representar a verdadeira Igreja. Cada uma tentava superar a outra no esplendor de seus monumentos; algumas das mais belas basílicas no norte da África foram construídas por donatistas na Numídia. Ocasionalmente, eclodiam episódios de violência entre comunidades, cristão combatendo cristão. Um bispo úmida e seu exército de seguidores foram cercados e massacrados na própria basílica. Uma seita fanática conhecida como circunceliões – bandos de ascetas itinerantes que se reuniam ao redor de túmulos de mártires – travou uma guerra

contra proprietários de terra, usurários e membros do clero católico, cortejando ativamente o martírio e tentando derrubar a ordem estabelecida. Em 397, donatistas militantes estavam envolvidos em uma rebelião contra Roma.

A causa católica encontrou um defensor fervoroso em Agostinho, o bispo recém-nomeado de Hipona, um importante porto no leste da Argélia. Reverenciado como filósofo e teólogo, Agostinho foi obrigado a dedicar boa parte de sua carreira lutando para derrotar seus adversários donatistas. Um núbido, nascido em 354 em Tagaste (Souk Ahras, na Argélia), uma cidade majoritariamente donatista, filho de um latifundiário pagão e mãe católica, Agostinho manteve um estilo de vida hedonista quando jovem, mas se converteu ao cristianismo em 387, enquanto trabalhava como professor em Milão. Ao retornar a Tagaste, em 388, fundou ali uma comunidade celibatária e viveu pelo resto da vida como membro de um grupo monástico.

Seus ensinamentos a cerca de todo um espectro de crenças cristãs, consagrados em livros e panfletos, permanecem como marcos intelectuais do pensamento humano e causaram um impacto duradouro sobre a cristandade. Mas sua campanha contra os donatistas teve menos sucesso. Em 405, o donatismo foi oficialmente declarado uma heresia; em 411, tornou-se uma ofensa criminal. Mas os donatistas esperavam assédio e perseguição e, apesar de enfraquecidos em algumas cidades, mantiveram-se firmes em grande parte do interior. Depois de passar metade da vida lutando contra o donatismo, Agostinho morreu em 430, acreditando ter falhado.

O PRÓPRIO IMPÉRIO ROMANO no noroeste da África estava em apuros. Por volta do final do século III, os romanos tinham sido forçados a abandonar a Mauritânia. À medida que o controle romano do interior diminuía, líderes berberes na fronteira estabeleciam seus próprios territórios. Então, em 429, os vândalos, uma tribo teutônica que tinha varrido a Europa até a península Ibérica, atravessou o estreito

de Gibraltar, marchou rapidamente para leste, tomou Hipona e Cartago e instalou-se como a nova casta dominante. Depois de expulsar os proprietários romanos e confiscar suas terras, os vândalos se acomodaram em uma vida de luxo, como o historiador grego Procópio registrou:

Desde o momento em que tomaram posse da Líbia, os vândalos costumavam se entregar ao luxo dos banhos, todos eles, todos os dias, e desfrutavam de uma mesa farta de todas as coisas, o mais doce e o melhor que a terra e o mar produzem. Usavam ouro com frequência, portavam vestes [de seda] e, trajados assim, passavam seu tempo em teatros, hipódromos, em outras atividades prazerosas e, acima de tudo, na caça. E tinham dançarinos, mímicos e todas as coisas para ouvir e ver que são de natureza musical ou que merecem atenção entre os homens. A maioria deles morava em parques, que eram bem abastecidos de água e árvores; faziam vários banquetes, e todos os tipos de prazeres sexuais estavam em grande voga entre eles.

Os vândalos desfrutaram de sua estada no norte da África por cem anos, até que o imperador romano Justiniano mandou um exército de Bizâncio – a capital de língua grega da metade oriental do antigo império romano – para expulsá-los.

NO EGITO, APESAR dos surtos de perseguição romana, a Igreja cristã se fortificou, em grande parte, devido ao respeito por santo Antão do Deserto e ao movimento ascético. Por volta do ano 400, a grande maioria dos egípcios de língua copta, talvez 90%, considerava-se cristã.

Mas a Igreja cristã no Egito logo enfrentou sua própria crise, que decorreu não de divisões internas, mas de uma disputa teológica interminável, que afligiu o mundo cristão de maneira geral, sobre como a Igreja deveria distinguir o Cristo humano do Cristo divino. A Igreja copta aderiu a uma doutrina de “uma natureza” ou monofisista; seus adversários optaram por uma doutrina de “duas naturezas” ou diofisista. Subjacente à disputa, existia uma luta por poder e influência entre os bispos de Alexandria, Constantinopla, Roma e Jerusalém. O imperador Marciano e sua formidável esposa Pulquéria, uma feroz opositora dos teólogos da “natureza única”, também procuraram se intrometer na disputa para demonstrar o

poder imperial numa época em que o império estava em nítida desintegração. O bispo de Alexandria, Dióscoro, argumentou que o imperador não tinha o direito de intervir nos assuntos da Igreja.

O clímax se deu em 451, quando, para a fúria da Igreja egípcia, um conselho convocado por Marciano, em Calcedônia, perto de Constantinopla, decidiu-se por uma definição que favorecia a doutrina das "duas naturezas". Dióscoro foi deposto e substituído como bispo por um padre complacente, Protério. Os egípcios apoiaram Dióscoro em números esmagadores, rejeitando o acordo de Calcedônia e, como um meio de se separar do cristianismo grego da Igreja em Constantinopla, aumentaram o uso da língua copta e de sua própria e distinta cultura. O destino de Protério, em 457, foi ser vítima de uma multidão em Alexandria, que o encurralou no batistério de uma igreja da cidade, trucidou-o junto a seis de seus clérigos e desfilou com os cadáveres ensanguentados pela cidade.

Seguiu-se um cisma formal. Alexandria tornou-se sede de dois patriarcas: um nomeado pela Igreja melquita ou grega; o outro escolhido pela Igreja ortodoxa copta. A Igreja copta não só reteve a lealdade da maioria dos egípcios, como teve uma influência notável em postos cristãos avançados no interior da África.

EM UMA VIAGEM ao longo da costa do mar Vermelho, por volta de 316, um jovem cristão do Levante chamado Frumêncio foi capturado, junto com seu irmão, Edésio, e levado até uma escarpa íngreme no reino de Aksum, em um planalto a 150 quilômetros da costa. Mantidos como escravos, os dois irmãos conseguiram ganhar a confiança do rei e de sua família e, pouco antes de morrer, o rei os libertou. A rainha viúva, porém, convenceu-os a ficar em Aksum e ajudá-la a educar seu filho, Ezana, até que ele subisse ao trono. Ao tornar-se rei, por volta de 330, Ezana instou os dois a permanecerem em Aksum, mas eles decidiram partir para Alexandria. Edésio seguiu para Tiro, sua cidade natal, mas seu irmão aproximou-se do bispo Atanásio, em Alexandria, e pediu a ele que enviasse uma missão cristã para Aksum. Atanásio devidamente

escolheu Frumêncio como um candidato adequado para liderar a missão e consagrou-o bispo. De volta a Aksum, Frumêncio estabeleceu ali uma sede episcopal e converteu Ezana e sua corte ao cristianismo. Ele foi o primeiro de 111 monges egípcios a assumir o cargo. Durante os 1.600 anos seguintes, até a década de 1950, patriarcas da Igreja copta em Alexandria continuaram a fornecer bispos para a região serrana da Abissínia, ou, como ela ficou conhecida mais tarde, a Etiópia.

Durante o bispado de Frumêncio, Aksum estava no auge de seu poder e prosperidade. Fundada como cidade no século I d.C., transformou-se na capital de um reino do planalto, com uma cultura sofisticada que misturava práticas kushitas nativas com tradições originárias do sul da Arábia trazidas para o lado africano do mar Vermelho por várias gerações de colonos semitas. Sua prosperidade vinha do cultivo de cereais em planícies férteis, com o uso de arados, terraceamento e irrigação, e do comércio que passava pelo porto de Adúlis, no mar Vermelho, ligando-o tanto às terras do Mediterrâneo como aos territórios do oceano Índico. Entre as exportações havia marfim, chifres de rinoceronte, couros de hipopótamo, ouro em pó, incenso e até elefantes vivos. As importações incluíam tecidos, objetos de vidro, cerâmica e metal, itens apreciados por uma elite urbana. A língua das cidades e do comércio era o ge'ez, que, com sua origem semítica e escrito com caracteres derivados do sul da Arábia, tornou-se a língua franca do reino. Por volta do século III, Aksum fazia amplo uso de suas próprias moedas, cunhando-as em ouro, prata e cobre, com retratos de seus reis. As moedas mais antigas também incorporavam o símbolo do crescente e o disco, de uma religião pré-cristã.

As práticas funerárias das elites de Aksum tornaram-se cada vez mais elaboradas. Além de construir túmulos subterrâneos, elas erguiam altos obeliscos de granito finamente cortado, esculpidos com relevos decorativos para representar um edifício de vários andares, inclusive com portas e janelas falsas. Mais de 120 estelas sobrevivem ainda hoje, inteiras ou em parte, algumas na posição vertical. Uma das que ainda estão de pé tem mais de vinte metros

de altura. Outra, agora caída, mede 33 metros e pesa mais de quinhentas toneladas; cortada de uma pedreira a três quilômetros a oeste de Aksum e esculpida para representar um prédio de treze andares, é uma das maiores estelas jamais feitas.

Embora o rei Ezana tenha se convertido facilmente ao cristianismo, a nova religião demorou a se espalhar para além dos círculos governamentais. A segunda fase de evangelização começou apenas a partir do século V, quando chegou a Aksum um grupo de nove sacerdotes da Síria, fugindo da perseguição por suas crenças monofisistas após o Concílio da Calcedônia tê-los marcado como heréticos. Os "Nove Santos", como ficaram conhecidos, levaram o cristianismo para o interior, traduziram as escrituras para o ge'ez e fundaram igrejas e mosteiros em vários locais que se tornaram amplamente reverenciados. Um mosteiro construído por eles em um local inacessível, no topo de uma montanha em Debre Damo, existe até hoje e só pode ser alcançado escalando-se uma longa corda de couro. Por volta do século VI, Aksum era considerado um Estado cristão, com a própria Igreja ortodoxa incorporando tradições locais e uma forte tradição monástica.

Embora a Igreja tenha sobrevivido, Aksum entrou em marcado declínio. Como tinha acontecido no reino de Kush, a noroeste, as florestas e os bosques da região foram devastados na obtenção de combustível para cozinhar e para aquecimento, na fundição de ferro e na fabricação de vidro, tijolos e cerâmica. Por volta do século VII, grande parte da terra tinha sido desmatada e exposta à erosão, o que a tornou incapaz de sustentar uma população crescente. Com o colapso do império romano e suas redes comerciais no Mediterrâneo e no mar Vermelho, o comércio de Aksum com o mundo exterior também sofreu. Os persas tomaram o controle das rotas comerciais com o golfo Pérsico e a Índia. Os árabes destruíram Adúlis.

O clima também se alterou para pior. Até então, a chuva do Atlântico Sul normalmente chegava a Aksum em torno de abril e maio e continuava até setembro, permitindo aos agricultores plantar duas vezes e colher duas safras. Mas, no século VIII, a precipitação anual ficou restrita apenas às chuvas de primavera, limitando os

agricultores a uma única cultura. A elite dominante e grande parte da população mudou-se para a região de altiplano mais ao sul. A capital de Aksum encolheu, tornando-se uma cidade pequena, reverenciada apenas por sua história. Por volta do século IX, o reino havia sido reduzido a alguns mosteiros e aldeias.

UM SEGUNDO POSTO da cristandade foi criado na região do médio Nilo, na Núbia. Após o desaparecimento do Estado kushita, no século IV, os governantes de língua núbia criaram três reinos em seu antigo território: Nobatia, no norte; Macúria, no centro; e Alódia, no sul. Em 543, um grupo de pioneiros missionários monofisistas chegou a Nobatia. Segundo o cronista João de Éfeso, eles foram guiados por um monge egípcio chamado Juliano, "um velho de grande valor ... que tinha um sério desejo espiritual de levar o cristianismo aos povos errantes que habitam ... além do Egito". Os missionários tiveram uma recepção calorosa: um exército foi enviado para encontrá-los, e eles rapidamente foram levados a uma audiência com o rei. Durante os dois anos que passou em Nobatia, Juliano batizou o rei e vários outros no círculo real, mas parece que sofreu muito com os rigores do clima. "Ele costumava passar todo o período da terceira à décima hora sentado em cavernas cheias de água com o povo da região, nu, ou melhor, vestindo apenas um pano, pois só conseguia transpirar com a ajuda de água." A Juliano seguiu-se o bispo Longínio, que construiu a primeira igreja na Núbia, estabeleceu um clero, organizou a liturgia e fundou instituições da Igreja.

Longínio também foi convidado a viajar para Alódia, onde chegou em 580. "Ele transmitiu a palavra de Deus ao rei e a todos os seus nobres, e eles abriram suas mentes e ouviram com alegria o que ele disse; após alguns dias de instrução, tanto o próprio rei quanto todos os seus nobres foram batizados; e, posteriormente, no decorrer do tempo, o seu povo também." Macúria foi então o terceiro reino a aceitar a fé cristã monofisista.

A chegada do cristianismo causou uma mudança profunda na Núbia. Suas antigas religiões – uma mistura complexa de cultos locais e cultura faraônica – tinham dominado a região por séculos, mas apresentaram pouca resistência. Com o incentivo real, os núbios rapidamente descartaram os deuses e os símbolos do Egito dinástico e de Kush, que haviam prevalecido por tanto tempo. O templo de Ísis, usado para a adoração pagã, foi um dos primeiros dos muitos templos núbios a serem convertidos para uso da Igreja. O templo de tijolos construído pelo faraó kushita Taharqa, em Qasr Ibrim, no século VII a.C., foi remodelado como uma igreja. Novas capelas foram erguidas; práticas funerárias mudaram. Ao final do século VI, os reinos da Núbia tinham se tornado Estados cristãos.

A língua litúrgica da Igreja núbia era o grego, mas parte da liturgia e da Bíblia acabaram sendo traduzidas para o núbio, escrito na forma copta do alfabeto grego. A Igreja também conseguiu incorporar tradições locais, preservando-as em um contexto cristão e dando-lhes assim mais legitimidade. Cresceu uma tradição de pintura em igreja, influenciada por exemplos do leste do Mediterrâneo, mas com um distinto caráter núbio.

No século VII, a Igreja núbia já era suficientemente robusta para suportar os avanços de outra nova religião – o islamismo. Um enviado egípcio, Ibn Salim al-Aswani, que viajou para Alódia no século X, relatou que sua capital, Soba, perto da confluência do Nilo Azul com o Nilo Branco, possuía “edifícios magníficos e igrejas repletas de ouro, tudo construído em meio a exuberantes jardins”. Um cristão armênio visitando Dongola, a capital de Macúria, no século XI, descreveu-a como “uma grande cidade às margens do abençoado Nilo” com “muitas igrejas e casarões, construídos em ruas largas”. Os reinos cristãos da Núbia mantiveram-se fortes o suficiente para sobreviver por setecentos anos à invasão muçulmana.

7. A conquista árabe

LUTANDO SOB A BANDEIRA da nova religião do islã, um exército árabe invadiu o Egito em 639 e, em pouco tempo, pôs fim a seis séculos de domínio romano e bizantino. Desde a morte do profeta Maomé, em 632, as forças muçulmanas tinham varrido o norte da Arábia, capturado a cidade santa de Jerusalém e tomado o controle da Síria e da Palestina. O Egito caiu em suas mãos com pouca resistência. A maioria da população de cerca de 3 milhões de pessoas não nutria lealdade alguma para com seus senhores romanos. Alexandria caiu em 641. Sua opulência surpreendeu os invasores do deserto. Em uma carta para o califa, em Meca, o comandante árabe Amr ibn al-As descreveu-a como “uma cidade de 4 mil moradias e 4 mil banhos, 40 mil judeus pagantes de impostos e quatrocentos lugares de entretenimento para a realeza”. Passados três anos, Amr havia superado toda a oposição e estava de olho em novas conquistas na África.

O advento do domínio árabe trouxe não só uma nova religião e uma nova linguagem para o norte da África, mas uma nova ordem social e um novo código de leis. Árabes muçulmanos eram zelosos na defesa dos princípios do Corão, a série de revelações que Maomé teria recebido de Deus e que foram escritas por seus discípulos. Complementando o Corão, havia o *hadith*, uma coleção de ditos e ações atribuídas a Maomé. Juntos, os dois definiam toda uma gama de práticas religiosas, rituais e éticas. Os “cinco pilares” do islã – as obrigações centrais exigidas dos muçulmanos – diziam respeito ao credo, à oração diária, à esmola, ao jejum e à peregrinação, mas também havia proibições contra o álcool, jogos de azar e usura e códigos de conduta para questões como a guerra, vestimentas e divórcio.

Os ensinamentos do Corão baseavam-se consideravelmente nas tradições e na experiência das duas religiões monoteístas anteriores, o judaísmo e o cristianismo. Mas, acreditando que elas tinham se perdido, Maomé proclamou o islã – termo que significa “submissão” – como a verdade original da palavra de Deus. Entretanto, ele pregava a tolerância em relação a judeus e cristãos, que considerava *Ahl al-Kitab*, “povos do livro”: “Os [muçulmanos] crentes, os judeus, os cristãos e os sabeus [um monoteísmo árabe] – todos aqueles que acreditam em Deus e no Último Dia e que fazem o bem – terão suas recompensas com o Senhor.” A lei islâmica permitia a judeus e cristãos praticarem sua fé livremente, desde que aceitassem sua condição subordinada como *dhimmis* (“povos protegidos”).

Como novos governantes do Egito, os árabes fizeram algumas mudanças imediatas. O comandante do exército, Amr, concordou que não haveria interferência com a religião, a igreja, os imóveis ou os terrenos dos egípcios nativos. Com efeito, um escalão de administradores estrangeiros e proprietários de terras substituiu o outro. A prioridade dos árabes era obter receita com impostos. Os egípcios foram obrigados a pagar um tributo anual por cabeça e outro sobre a produtividade da terra, mas as autoridades egípcias foram deixadas a cargo da cobrança. Também não houve qualquer tentativa explícita de converter cristãos ao islamismo. A mudança mais significativa foi a transferência da capital de Alexandria para um novo local em Fustat, na margem leste do Nilo, perto da antiga cidade de Mênfis. Ali foi construída a primeira mesquita do Egito.

No decorrer de um século, no entanto, o caráter do Egito começou a mudar profundamente. Cerca de 1 milhão de imigrantes árabes se estabeleceram ali. Os muçulmanos foram favorecidos com cargos administrativos. Muitos egípcios adotaram o islamismo como uma forma de evitar os impostos cobrados dos não muçulmanos. Outros foram assimilados por meio do casamento e do emprego. Negócios oficiais passaram a ser realizados em árabe. Por volta de 750, o número de cristãos coptas havia caído para um terço da população. A língua copta sobreviveu por um tempo no campo, mas acabou se tornando não mais do que uma língua litúrgica. No século

IX, árabes e egípcios já tinham se fundido em uma população homogênea, predominantemente muçulmana.

DEPOIS DE CONQUISTAR o Egito, os exércitos árabes avançaram para o oeste, ao longo da costa norte africana, ocupando a antiga província romana da Cirenaica e as cidades muradas da Tripolitânia. Em 670, um veterano comandante árabe, Uqba ibn Nafi, fundou a cidade de Kairouan, nas planícies do sul da antiga província romana da África, designando-a a capital da nova província muçulmana da Ifríquia. Além da utilização de Kairouan como um quartel-general militar, Uqba construiu ali uma mesquita para servir de ponte para o islã. Como o historiador En Noveiri observou:

Quando um imã invade a África, os habitantes salvam suas vidas e seus bens professando o islamismo; mas, assim que o imã deixa o país, eles voltam às suas crenças pagãs ... Por isso, é essencial a fundação de uma cidade que possa servir tanto como acampamento quanto como um ponto de apoio para o islã até o fim dos tempos.

Historiadores árabes mais tarde se queixaram que os habitantes nativos do noroeste da África mudaram de religião nada menos que doze vezes.

Exércitos árabes também se dirigiram ao sul do Egito, invadindo os reinos cristãos da Núbia. Em 652, uma força expedicionária sitiou Dongola, a capital de Macúria, na época a potência dominante na região do médio Nilo. Mas os árabes encontraram resistência obstinada e, em vez de conquistá-la, aceitaram uma trégua conhecida como *Baqt*. O *Baqt* reconhecia a independência de Macúria e definia os termos da paz na fronteira entre a Núbia cristã e o mundo islâmico. O ponto central era uma troca anual a ser feita na fronteira entre o Egito e Macúria. Os árabes concordaram em fornecer a Macúria quantidades específicas de trigo, cevada, jarros, tecidos e cavalos. O lado núbio do negócio também era específico:

Todo ano, vocês [núbios] devem entregar 360 escravos, que pagarão ao imã dos muçulmanos a partir dos melhores escravos de seu país, nos quais não haja defeito. [Eles devem ser] tanto homens quanto mulheres. Entre eles não [pode haver] velho decrépito ou qualquer criança que não tenha atingido a puberdade.

O *Baqt* também permitia livre trânsito para comerciantes e viajantes de boa-fé. Grupos de peregrinos da Núbia e da Abissínia foram autorizados a fazer a rota até Jerusalém, rufando tambores e agitando bandeiras, com paradas frequentes para o culto cristão. O *Baqt* permaneceu ativo por seis séculos.

Os árabes também encontraram imensa resistência das tribos berberes no Magrebe, as terras do “oeste distante”. A primeira grande expedição que lançaram de Kairouan terminou em desastre. Em 683, Uqba ibn Nafi liderou seu exército em uma marcha épica com a intenção de levar o islã até as margens do Atlântico – o *Mahgreb al-Aqsa*, ou “oeste mais distante”. Ele sobreviveu a vários embates ferozes ao longo do caminho e conseguiu chegar ao vale Sous, no sudoeste do Marrocos. Esporeando seu cavalo pelas areias de Sidi R’bat, diz-se que galopou sobre a arrebentação do Atlântico declarando que tinha lutado até o fim do mundo em nome de Deus: “Ó Deus, eu o tenho por testemunha que não há aqui o que vadear. Se houvesse, eu atravessaria.” Na viagem de volta, no entanto, com o exército então seriamente enfraquecido, Uqba caiu em uma emboscada perto do antigo forte romano de Tahuda, a leste do oásis de Biskra, e pereceu, juntamente com a maioria de seus homens. Seu túmulo tornou-se um dos santuários mais sagrados do Magrebe.

Outra tentativa de subjugar o Magrebe foi feita em 693 por um exército árabe liderado por Hassan ibn al-Nu`man. Mas a campanha também terminou em fracasso quando as forças de Hassan foram derrotadas por uma lendária guerreira, a rainha berbere al-Kahina, líder da tribo nômade jawara, no leste da Numídia. Depois de uma segunda derrota por uma coalizão de tribos berberes, perto da cidade costeira de Gabes, Hassan recuou completamente para a segurança da Cirenaica.

Os exércitos árabes levaram quase vinte anos para completar a conquista do Magrebe. Após a morte de al-Kahina, em 702, a resistência berbere desintegrou-se rapidamente. Os líderes tribais logo se converteram ao islã e provaram sua lealdade auxiliando no recrutamento de regimentos berberes. Para proteger o novo território, os árabes estabeleceram três bases militares no extremo

oeste – em Tlemcen, no oeste da Argélia; em Tânger, no norte do Marrocos; e no oásis Tafilalet, no sudeste do Marrocos –, mas elas eram em grande parte geridas por tropas berberes. O primeiro governador da guarnição de Tânger, Tariq ibn Ziyad, era berbere.

O impulso árabe continuou em direção à Europa. Em 711, Tariq ibn Ziyad liderou uma força de invasão, composta em grande parte de cavalaria berbere, pelo Mediterrâneo até a península Ibérica. Ele desembarcou na costa sul da Espanha, perto do Rochedo de Gibraltar, um nome derivado de como os árabes o chamavam: *Jebel al Tariq*, a montanha de Tariq. A incursão de Tariq na Espanha marcou o início de uma ocupação islâmica que durou até o século XV.

A hegemonia árabe no Magrebe passou então a se estender desde a costa atlântica do Marrocos, atravessando a Ifríquia, até as cidades da Tripolitânia. Baseados na cidadela árabe de Kairouan, emires independentes exerciam amplos poderes para cobrar impostos e traficar escravos capturados durante os ataques contra a população berbere. O árabe logo se tornou o principal idioma de comunicação para os habitantes das cidades costeiras, muitas das quais tinham sido anteriormente cristãs e falavam latim. Uma nova cidade árabe foi fundada em Túnis, perto de Cartago, em 705.

Mas o controle árabe era frequentemente ameaçado por revoltas, lutas de poder e rivalidade sectária. Durante o primeiro século depois da conquista árabe inicial do Magrebe, governadores locais agiram como representantes dos califas sunitas de Damasco e de Bagdá. Mas seitas muçulmanas dissidentes ganharam apoio popular entre tribos berberes que havia muito estavam acostumadas à autonomia. O primeiro grande desafio para o islamismo sunita veio da seita carijita, que rejeitou a autoridade dos califas hereditários, criticou a corrupção do senhorio árabe e se tornou um foco de rebelião berbere. Comunidades carijitas floresceram sobretudo no planalto central da Argélia, onde membros do ramo ibadita do carijismo criaram um Estado independente, em 761, com base na cidade de Tahert. Outro desafio veio de dissidentes xiitas. Em 789, um príncipe árabe xiita, Idris ibn Abdullah, que alegou ser

descendente do profeta Maomé, estabeleceu um reino baseado na nova cidade de Fez. A maior parte do Magrebe parecia uma colcha de retalhos de territórios independentes.

Pelos três séculos seguintes, uma sucessão de dinastias muçulmanas desempenhou papel fundamental na formação dos destinos do norte da África. A dinastia aglábida, fundada em 800 por um oficial do exército árabe, Ibrahim ibn al-Aghlab, governou como um poder sunita independente sobre uma vasta extensão do Magrebe, transformando Kairouan em um renomado centro religioso e intelectual. Emires aglábidas construíram palácios e mesquitas, supervisionaram a expansão da agricultura e desenvolveram portos costeiros. Transformaram Túnis em uma grande base naval, lançaram ataques contra a Itália e assumiram o controle da Sicília. Mas a dinastia acabou nas mãos de um tirano assassino e caiu em declínio terminal.

Em 910, os aglábidas foram expulsos de Kairouan por um exército de berberes kutama, das montanhas Cabilas. Seu líder, Ubaydalla Said, pertencia ao ramo ismaelita do xiismo, alegava ser descendente de Fátima, a filha do profeta Maomé, e anunciou-se como o *mahdi*, uma figura enviada por Deus para preparar o mundo para o Dia do Juízo Final. Ele estabeleceu então a dinastia fatímida, na costa tunisiana, em uma nova capital chamada Mahdia.

A ambição final dos fatímidas era conseguir o controle não apenas do Magrebe, mas de todas as terras do islã. Em 969, os governantes fatímidas conduziram seus exércitos berberes em direção ao leste, da Ifríquia até o Egito, e estabeleceram a sede de um califado em uma nova cidade palaciana sobre o Nilo que chamaram de al-Kahira, a Vitoriosa, conhecida no mundo ocidental como Cairo. Sob o governo fatímida, o Egito entrou em uma época memorável de prosperidade, lucrando com uma rede de comércio que se estendeu por todo o Mediterrâneo e o oceano Índico. Foi também um lugar notável em relação à tolerância religiosa. Cristãos, judeus e muçulmanos podiam ocupar cargos altos no governo. Comerciantes judeus descreviam o Egito fatímida como "a terra da vida". O Cairo floresceu tanto como um centro de comércio como de estudo

religioso. Entre os legados da era fatímida estavam a mesquita al-azhar e a universidade, que se tornou o mais importante centro de aprendizagem e sabedoria no mundo muçulmano. Mas, depois de cem anos no poder no Egito, a dinastia fatímida caiu em declínio, acossada por uma década de fome nos anos 1060 e lutas internas entre suas forças mercenárias. O final chegou em 1171, quando o vizir curdo Salah al-Din ibn Ayyub (Saladino) e seu exército tomaram o controle, estabelecendo um sultanato sunita hereditário. A riqueza do Egito foi a partir de então utilizada para impedir a entrada de cruzados cristãos.

Os fatímidas foram também expulsos de sua pátria original, na Ifríquia. Ao partir para o Egito, em 973, tinham confiado seu império ocidental aos ziridas, berberes das montanhas Cabilas que já haviam servido como seus aliados militares. Mas, durante o século XI, os ziridas decidiram criar seu próprio reino independente, rompendo formalmente com o Cairo em 1048. Os ziridas, por sua vez, se dividiram, e um ramo passou a governar a partir de Mahdia, na Ifríquia, enquanto o outro – chamado Banu Hammad – fundou uma dinastia separada no leste da Argélia.

O Magrebe, no entanto, logo foi tragado por um novo fenômeno: uma invasão de clãs beduínos árabes que alterou completamente as características da região. Em 1051, milhares de nômades árabes que haviam migrado para o Egito após a primeira conquista muçulmana moveram-se para o oeste, com seus rebanhos, primeiro para a Cirenaica e depois para o Magrebe, saqueando ao longo do caminho. Conhecidos como Banu Hilal, não tinham interesse em capturar cidades e aldeias, mas tomavam posse de vastas áreas de campo entre o litoral e o deserto, expulsando comunidades rurais assentadas. Os líderes ziridas e hamaditas recuaram para pequenos principados na costa. Kairouan foi saqueada. No espaço de poucos anos, as propriedades agrícolas, os olivais e os sistemas de irrigação herdados de cartagineses e romanos e desenvolvidos pela primeira onda de governantes árabes haviam sido destruídos. Cultivadores foram obrigados a se retirar para fortes nas montanhas. O historiador do século XIV Ibn Khaldun, nascido em Túnis, comparou

o Banu Hilal a um enxame de gafanhotos. Eles tinham, escreveu ele, “ganhado poder sobre o país e o arruinado”.

O Banu Hilal teve um impacto duradouro na cultura berbere. Até então, os conquistadores árabes haviam comandado seus territórios no Magrebe como uma classe dominante baseada principalmente nas cidades, mantendo uma perspectiva urbana e permitindo que a maior parte da população berbere mantivesse sua cultura nativa e sua linguagem. Mas, com o avanço do Banu Hilal em todo o Magrebe, as comunidades berberes foram gradativamente absorvidas pelos costumes beduínos. Nas cidades e nas planícies costeiras do Mediterrâneo, o uso da língua berbere começou a murchar e a desaparecer. No interior nômade, o árabe vernacular, com uma variedade de expressões coloquiais locais, tornou-se a língua comum. No século XIII, outro grupo de árabes, inicialmente conhecido como Banu Ma'qil e mais tarde como Banu Hassan, começou uma migração semelhante para o oeste, ocupando terras ao sul e a leste da cordilheira do Atlas; por volta do século XV, eles haviam invadido a maior parte do Saara ocidental. Dialectos e tradições berberes sobreviveram apenas em bolsões das montanhas Cabilas, na Argélia, nas terras altas do Atlas, no Marrocos, e em postos avançados de oásis à beira do deserto.

8. Estradas do deserto

DE SUA BASE NA BEIRA do deserto, no norte da África, os comerciantes muçulmanos começaram a desenvolver rotas pelo Saara para conectá-los aos centros comerciais de *Bilad as-Sudan* (a “terra dos negros”), a 1.600 quilômetros ao sul. Até então, o Saara havia se configurado uma enorme barreira ao contato entre as duas regiões. Mas, no século VIII, com o advento das caravanas de camelos, o deserto se tornou uma das grandes vias comerciais do mundo. Duas mercadorias eram apreciadas acima de tudo: ouro e escravos.

Os centros comerciais do Sudão – um termo árabe para a vasta extensão de savanas ao sul do Saara – haviam prosperado com as próprias redes comerciais durante séculos. Entre os mais antigos assentamentos havia comunidades que viviam nas várzeas do médio Níger, um rio que nasce na Alta Guiné e corre para leste, por um delta interior de canais, antes de fazer uma grande curva em direção ao sudoeste, para se juntar ao Atlântico. Tal como as cheias que traziam vida para as aldeias do vale do Nilo, as chuvas sazonais na Alta Guiné permitiam que as comunidades do delta do Níger desenvolvessem seu próprio sistema agrícola baseado em culturas de cereais nativos. O rio também servia como artéria para as redes comerciais.

As primeiras sociedades urbanas no delta do Níger são bastante antigas, como Djenné-Jeno, que surgiu no século III a.C. Os excedentes de cereais e peixe seco que elas produziam eram comercializados em troca de sal e cobre trazidos de minas no interior do Saara. No século VIII, Djenné-Jeno já havia se tornado uma cidade substancial, com edifícios de tijolos de barro, abrigando seus próprios grupos especializados de oleiros, metalúrgicos e produtores de arroz e desempenhando papel vital em uma extensa rede de comércio no oeste africano. Mais a jusante, além da várzea fértil, na

curva norte do Níger, ficava Tombuctu, outro elemento de ligação na rede que serviu como ponto de transbordo para o tráfego entre o deserto e o rio.

Duas outras regiões do Sudão adquiriram importância similar. Ao norte do alto Níger, um reino de povos soninquês conhecido como Wagadu passou a controlar o comércio de ouro que emanava dos garimpos aluviais do Bambuk, na confluência dos rios Senegal e Falémé. O rei de Wagadu recebia o título de *ghana*, um nome que se tornou ligado ao império que seus governantes conseguiram estabelecer sobre os centros de comércio dos soninquês.

No século IX, na parte central do Sudão, na região árida ao norte do lago Chade, uma dinastia de língua kanuri, os saifauas, assumiu o controle de Kanem, deslocando pastores nômades conhecidos como zagauas e assumindo suas relações comerciais com as minas produtoras de sal no Saara central, tais como Bilma. Para além de Bilma existe uma rota no deserto, com poços e oásis bem espaçados, que leva ao Fezzan, a terra dos antigos garamantes, e de lá para a costa tripolitana. Kanem não tinha ouro para comercializar; sua principal mercadoria eram escravos.

Os primeiros a organizar caravanas regulares de camelos pelo Saara ocidental foram comerciantes ibaditas baseados nas cidades oásis de Sijilmasa, no sul do Marrocos, e Wargla, no sul da Argélia, nas quais contratavam nômades berberes como cameleiros para a viagem. Originalmente domesticados no sul da Arábia, os camelos tinham sido introduzidos no Egito nos tempos de Ptolomeu. Na altura do século III d.C., grandes números de caravanas de camelos viajavam pelo interior do Egito e ao longo da costa do norte da África. Berberes nômades do Saara passaram a usar camelos na mesma época, o que lhes proporcionou mais mobilidade e um meio eficaz de transporte. Camelos suportam cargas mais pesadas do que cavalos ou burros e podem viajar por longas distâncias sem água – até dez dias. Poetas árabes descreveram-nos como “navios do deserto”.

O deslocamento pelo deserto era perigoso. Para evitar o calor extremo do Saara, as caravanas partiam apenas nos meses de inverno e restringiam a viagem às horas mais frias do dia ou da noite. Os líderes necessitavam de conhecimento especializado sobre a paisagem e o clima do deserto, para enfrentar a movimentação das dunas e sobreviver a tempestades de areia. Perder-se, mesmo que apenas temporariamente, poderia ser fatal: para liberar mais espaço para a carga, as caravanas levavam o mínimo de comida e água. A necessidade de água era uma preocupação permanente. As rotas eram planejadas com o objetivo de proporcionar uma distância segura entre os poços do deserto, mas sempre havia o risco de que eles tivessem secado ou que a água tivesse se tornado venenosa. As caravanas levavam setenta dias para alcançar o Sahel, a "borda" do deserto, e os centros comerciais de *Bilad as-Sudan*.

As caravanas em busca de ouro se dirigiam a Wagadu. O local tornou-se conhecido pela posição no comércio de ouro do oeste da África, com as lendas de sua grande riqueza se espalhando por todo o norte do continente e além. Em Wagadu, uma classe comerciante conhecida como wangara passou a dominar o comércio. A principal mercadoria pela qual trocavam seu ouro era o sal que as caravanas de comerciantes adquiriam pelo caminho, nas minas do Saara. Para os wangaras, o sal, vendido nas redes comerciais da África ocidental, valia o seu peso em ouro. A demanda pelo produto ali era insaciável. Blocos de sal eram passados adiante aos poucos, das caravanas de camelos para os burros, e levados até o limite do cinturão da mosca tsé-tsé, onde não se podia mais utilizar animais de carga. A partir de então, carregadores humanos o transportavam até a floresta tropical. Ao longo do caminho, o preço poderia aumentar até cem vezes.

A partir de impostos cobrados sobre o ouro e o sal, os governantes de Wagadu conseguiram sustentar um exército e expandir o alcance de seu reino para as cidades vizinhas. Sua autoridade se estendia até a cidade comercial saariana de Awdaghust, um dos destinos da travessia do deserto. Um geógrafo árabe do século XI, Abu Ubayd Abd Allah al-Bakri, compilou um

extenso retrato do reino de Wagadu, baseado em narrativas que lhe foram feitas por viajantes que retornavam da região. Segundo ele, a capital, Koumbi Saleh, consistia em duas cidades separadas que ficavam a cerca de dez quilômetros de distância uma da outra: uma servia à comunidade muçulmana e continha doze mesquitas; a outra era a “cidade do rei”, onde ficavam “os feiticeiros dessa gente, homens encarregados do culto religioso”, e a corte.

O rei tem um palácio e diversas habitações com teto em forma de cúpula, tudo cercado por uma muralha ... O rei adorna a si mesmo no pescoço e nos antebraços como uma mulher e usa um chapéu alto, decorado com ouro e envolto em um turbante de fino algodão. Senta-se em audiência ou ouve queixas contra funcionários em um pavilhão com um domo, em torno do qual se destacam dez cavalos cobertos com materiais bordados a ouro. Atrás do rei, ficam dez pajens, segurando escudos e espadas decoradas com ouro, e, à sua direita, ficam os filhos dos reis [vassallos] de seu país, vestindo roupas esplêndidas e com os cabelos trançados com ouro.

De acordo com al-Bakri, os muçulmanos não só desempenhavam um papel central no comércio como tinham muitos cargos na corte. O *ghana*, no entanto, e seus súditos continuavam a praticar a religião tradicional.

Sua religião é o paganismo e o culto de ídolos. Quando o rei morre, eles constroem uma grande cabana de madeira sobre o local de sepultamento. Seu corpo é trazido em um ataúde escassamente decorado e é acomodado na cabana. Junto dele, colocam seus utensílios para comer e beber, alimentos e bebidas e, com esses, aqueles que costumavam servi-lo; em seguida, a entrada é fechada. Eles cobrem a cabana com tapetes e roupas, e todo o povo reunido empilha terra sobre ela até que se assemelhe a um monte considerável. Em seguida, cavam um fosso em torno dela, deixando um meio de acesso ao monte. Eles sacrificam as vítimas para os seus mortos e lhes oferecem bebidas fermentadas.

Mas o controle de Wagadu sobre a ponta sul do comércio de ouro acabou sendo suplantado por uma revolta dos sanhajas, nômades de língua berbere do Saara ocidental. Conhecidos coletivamente como *al-mulath-thamun*, por causa de seu costume de usar o véu de boca *litham*, os sanhajas foram estimulados a agir por um zeloso missionário muçulmano, Abdullah ibn Yasin, cuja ambição era a de estabelecer um império islâmico universal baseado em uma versão rígida da doutrina maliquita do islã ortodoxo. Ibn Yasin começou liderando um pequeno grupo de discípulos até a costa atlântica do

Saara ocidental, onde eles estabeleceram um *ribat* – uma fortaleza da fé. Seus seguidores se tornaram conhecidos como *al-Murabitun*, “o povo do *ribat*”, uma palavra que foi alterada pelo uso espanhol para “almorávida”. Em 1053, os almorávidas seguiram para o norte, tomando o controle de Sijilmasa; no ano seguinte, conquistaram Awdaghust, assegurando, assim, ambas as extremidades do comércio transaariano.

Amparados pelas receitas provenientes do comércio do ouro, os almorávidas acabaram por conquistar todo o Magrebe al-Aqsa, fundando uma nova capital em Marrakech (da qual deriva o nome do Marrocos). No seu auge, no início do século XII, o império almorávida abrangia o Marrocos, a Mauritânia, a Argélia ocidental e a metade sul da Espanha.

Mas seu domínio acabou sendo desafiado por outro movimento religioso berbere com raízes na cordilheira do Alto Atlas: os almôades. Os almôades foram inspirados por Mohamed ibn Tumert, um erudito muçulmano que rejeitou a ortodoxia almorávida e estabeleceu o núcleo de um Estado nas montanhas, incorporando os princípios de uma nova forma de pensamento e prática mística emergente no mundo islâmico chamada sufismo. Introduzido no Magrebe pela primeira vez pelo Banu Hilal e outros imigrantes árabes, o sufismo centrava-se, em grande parte, no culto de homens santos – marabus – que atraíam discípulos durante a vida, e cujos túmulos tornavam-se lugares de peregrinação e reavivamento espiritual após a morte. Por meio da aprendizagem e da prática sufi, seus integrantes buscavam comunhão pessoal com Deus. Os seguidores de Ibn Tumert ficaram conhecidos como *al-Muwah-hidun*, “o povo da unidade”, um termo que o uso europeu transformou em “almôade”. Em 1147, os almôades avançaram sobre as planícies e capturaram Marrakech, tornando-a sua capital. O império que estabeleceram foi ainda maior do que o almorávida, abrangendo todo o Magrebe até a Tripolitânia, no extremo leste, assim como a Espanha muçulmana. Mas, no século XIII, o poder almôade também entrou em colapso.

Na sequência, surgiram três novos Estados dinásticos no Magrebe, estabelecendo um padrão tripartite que iria resistir até os tempos modernos. Baseados em Túnis, reis hafsidas governavam a Ifríquia, a Tripolitânia e o leste da Argélia; baseados em Tlemcen, reis zianidas governavam o oeste da Argélia; e, baseados em Fez, reis marínidas governavam grande parte do Marrocos.

EM MEIO AO TUMULTO, os caminhos transaarianos continuaram a prosperar. No século XII, havia caravanas com até 12 mil camelos fazendo a travessia. No limite ao sul, após a queda de Wagadu, um novo império sudânico passou a dominar o comércio do ouro – o Mali. Suas origens estão entre os povos de língua mandê, da região do alto Níger, onde novas minas de ouro no distrito de Bure foram abertas no século XIII. O império do Mali alcançou mais de 1.500 quilômetros de extensão, da costa atlântica da Gâmbia e do Senegal, a oeste, até os centros comerciais de Tombuctu e Gao, a leste, e englobava o território do antigo reino de Wagadu, ao norte. Seu domínio incluía não apenas os garimpos de Bambuk e Bure, mas as rotas de comércio de ouro provenientes das terras dos akans, na região do rio Volta, mais ao sul.

O comércio do império era comandado por uma classe mercantil sucessora dos wangaras, de Wagadu. Conhecidos como diúlas, suas redes comerciais se estendiam em todas as direções. Seu principal porto às margens do Saara passou a ser a cidade de Tombuctu, onde trocavam ouro por sal e produtos mediterrâneos com caravaneiros árabes e berberes. Outra mercadoria negociada em Tombuctu era a noz-de-cola, que crescia nas florestas do oeste da África e atingia um preço elevado em todo o Saara e o Magrebe. Quando mastigada, ela fornece um narcótico leve, aceitável para o islã, e faz parte da etiqueta de hospitalidade diária. Os consumidores modernos a conhecem como um ingrediente da Coca-Cola.

As estradas transaarianas também se tornaram um canal para a difusão do islã em toda a África ocidental. O islamismo foi considerado não apenas uma religião, mas um veículo de

alfabetização e conhecimento cosmopolita. A instrução islâmica ensinava os seguidores a lerem a escrita arábica, abrindo caminho para a manutenção de registros escritos. Comerciantes diúlas estavam entre os primeiros convertidos, espalhando o islã para o sul, ao longo de suas redes comerciais, em direção às zonas de floresta tropical. O islamismo tornou-se uma religião das cortes, usado por governantes locais para aumentar seu poder e legitimidade. Tornar-se muçulmano no oeste da África não envolvia completa “submissão” à nova fé; adotava-se o islã mais como uma extensão do repertório espiritual e cultural existente. Divindades, rituais e festividades tradicionais permaneceram uma característica central da vida pública.

Os reis do Mali – *mansas* – tornaram-se muçulmanos devotos. Em sua capital no alto Níger, Niani, eles incorporaram rituais islâmicos aos procedimentos reais, usavam o árabe, em certa medida, como língua da administração e mantinham os serviços de numerosos escribas, tesoureiros e juristas muçulmanos, alguns dos quais eram expatriados do norte da África.

Em 1324, o Mali chamou a atenção internacional quando *mansa* Musa, o nono rei, parou no Cairo durante uma peregrinação sagrada a Meca (*hajj*). Ele chegou em grande estilo, com uma vanguarda de quinhentos escravos, uma grande comitiva e cem camelos transportando ouro. Segundo um funcionário do governo que se encontrou com ele:

Esse homem espalhou sobre o Cairo a inundação de sua generosidade: não havia pessoa, oficial do tribunal [do Cairo] ou detentor de qualquer cargo no sultanato [do Cairo] que não tivesse recebido uma soma de ouro dele. O povo do Cairo ganhou somas incalculáveis, seja por compra ou venda ou por presentes. Havia tanto ouro circulando no Cairo que arruinou o valor do dinheiro.

Dez anos mais tarde, como registrou o escritor árabe Ibn Fadl Allah al-Omari, o mercado ainda não tinha se recuperado, e a população ainda estava espantada com tal demonstração de riqueza.

Cartógrafos europeus também tomaram nota. Uma imagem de *mansa* Musa decora o *Atlas catalão* de 1375, um dos primeiros

conjuntos de mapas europeus a fornecer informações válidas sobre a África. Vestindo trajes reais e uma coroa, ele é mostrado sentado em um trono, segurando um cetro em uma das mãos e uma pepita de ouro na outra; aproximando-se dele, há um homem de turbante montando um camelo. Uma legenda no mapa observa: "Tão abundante é o ouro em seu país que ele é o rei mais rico e nobre em toda a terra."

Na época, à medida que o ouro substituía a prata como principal moeda forte, a procura europeia pelo metal estava aumentando. Ele era usado por governos, príncipes e pela Igreja cristã para financiar guerras e resolver litígios; era moldado em peças de joalheria, acumulado como tesouro e trocado por mercadorias da Índia. Calcula-se que até dois terços da demanda europeia tenham vindo nas caravanas de camelos que cruzavam o Saara. Mercadores marítimos europeus negociando com os portos do norte da África ofereciam preços cada vez mais altos pelo ouro e estavam ansiosos para saber mais sobre suas fontes.

Em sua última aventura registrada, o veterano viajante berbere Abu Abdallah ibn Battuta decidiu visitar o império do Mali para ver por si mesmo. Nascido em Tânger em 1304, ele passou a maior parte da vida adulta a explorar o mundo muçulmano, viajando a lugares tão distantes quanto a China e a Indonésia, e encontrando emprego intermitente como juiz, embaixador e consultor legal. Partindo de Tânger, em 1352, ele pegou a estrada para Sijilmasa, onde comprou camelos e quatro meses de forragem e juntou-se a uma caravana em direção ao sul do Saara. "Há muitos demônios naquele deserto", escreveu. Depois de 25 dias, a caravana chegou à mina de sal de Tagaza, onde escravos eram utilizados como mão de obra e as casas e mesquitas eram construídas com blocos de sal. Dois meses após deixar Sijilmasa, chegaram a Oualata, um posto avançado no norte do Mali.

Durante a estada de oito meses, Ibn Battuta teve impressões mistas do rei, *mansa* Sulaiman, e sua corte. Em seu relato sobre "o país dos negros", ele elaborou um balanço sobre "o que achei bom e o que achei ruim na conduta dos negros".

Entre as boas práticas, estão que evitam a injustiça, pois não há povo mais avesso a ela, e seu sultão não permite que ninguém a pratique, de maneira alguma; a segurança universal do país, pois nem o viajante nem o morador têm a temer ladrões e bandidos; e sua meticulosidade na oração e na forma como convencem os filhos a praticá-la ...

Entre as práticas ruins, estão que as serviçais mulheres, as escravas meninas e as filhas jovens aparecem nuas diante das pessoas, expondo os órgãos genitais. As mulheres que se apresentam ao sultão estão nuas e descobertas, e também suas filhas. Na noite do vigésimo sétimo de ramadã, vi cerca de uma centena de escravas meninas nuas deixando o palácio do sultão com alimentos; entre elas, estavam duas filhas do sultão, com seios fartos e sem véu.

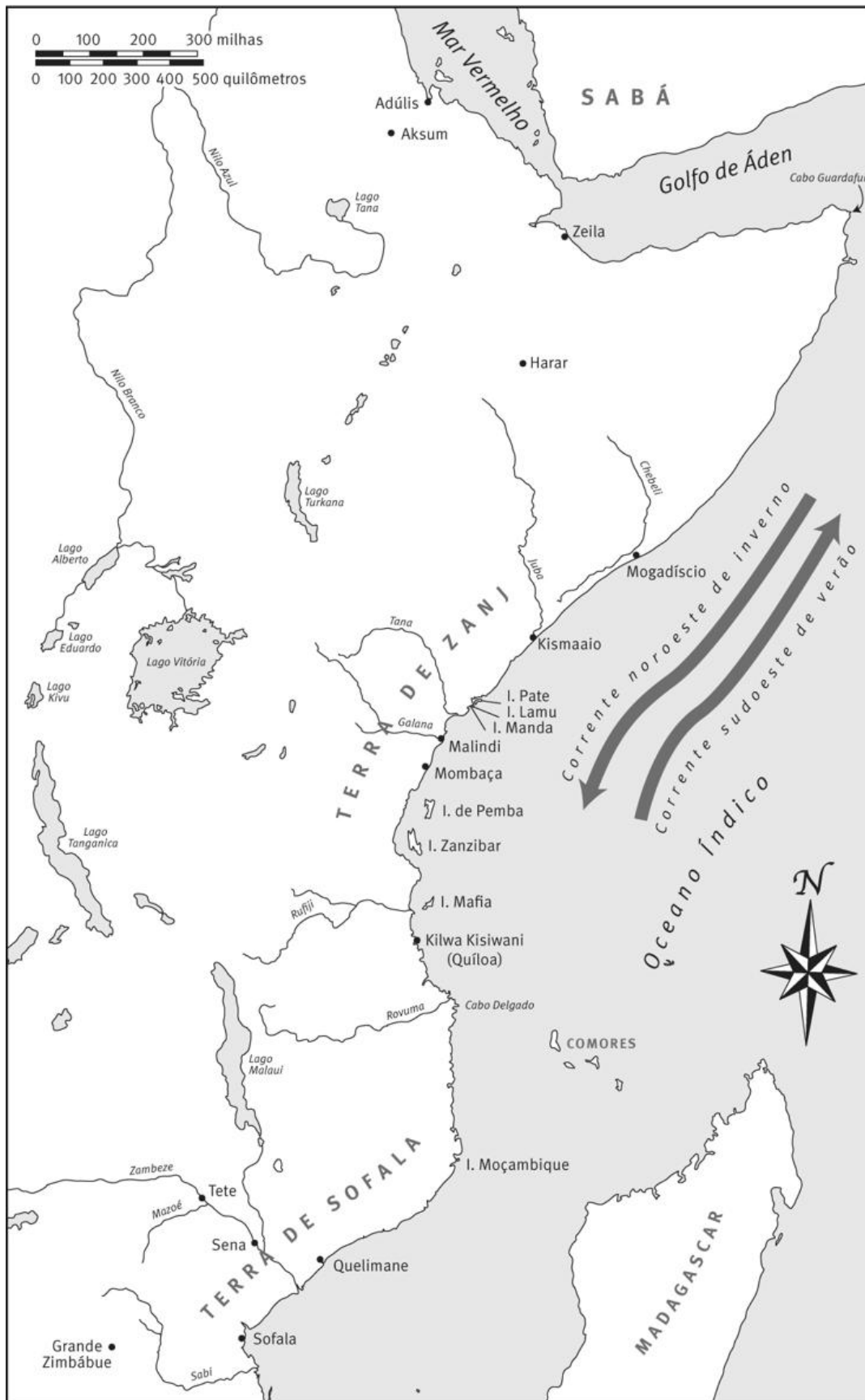
Mais tarde no século XIV, enfraquecido por disputas dinásticas, o império do Mali começou a se desintegrar; Estados tributários afirmaram sua independência; nômades tuaregues invadiram pelo norte; pecuaristas fulbes infiltraram-se vindos do oeste; cavaleiros mossis atacaram a partir do sul. Na altura do século XVI, o Mali estava fragmentado em pequenos domínios, as chefaturas.

EMBORA OS ESCRAVOS constituíssem apenas uma pequena parcela da mercadoria que cruzava o Saara ocidental, em sua região central eram o esteio do comércio. A dinastia saifaua que governava Kanem não tinha outro produto com o qual comerciar. Tribos negras ao sul do lago Chade eram regularmente atacadas em busca de escravos. Sob a lei islâmica, eles eram definidos como *kafirun* – pagãos que praticavam religiões tradicionais com muitos deuses, e não o deus único do islã – e, portanto, um alvo legítimo para a escravidão. Tanto a escravidão quanto o tráfico de escravos foram sancionados pelo islã. Eles eram levados pelo deserto até Zauila, uma base de negociação no Fezzan, e de lá enviados para Túnis, Trípoli, Cirenaica, Egito e Ásia ocidental. A demanda por escravos negros continuava elevada. Eunucos eram os mais procurados e os mais caros. Seu valor era ainda mais alto em função da taxa de mortalidade da castração: nove entre dez meninos não sobreviviam à operação. Alguns escravos serviam nas forças militares dos governantes muçulmanos; outros trabalhavam em minas ou na agricultura. A maioria era de escravos do sexo feminino, compradas por famílias urbanas prósperas para uso como servas e concubinas.

A “vida útil” média de um escravo – o tempo entre a compra final e a morte ou a alforria – não passava de cerca de sete anos, por isso a necessidade de substituições mantinha a demanda alta. Em troca, os kanemis compravam cavalos e armas para prosseguir com os ataques. Um bom cavalo podia custar entre dez e trinta escravos.

Num esforço para estimar a dimensão do tráfico transaariano nos nove séculos antes de 1500, pesquisadores modernos calculam que, no século VII, o volume situava-se em torno de mil escravos ao ano e que, na altura do século XV, já havia atingido cerca de 5 mil ao ano. Isso significa que o número total de escravos levados pelo deserto nesse período foi de mais de 4 milhões.

A TERRA DE ZANJ



9. Zanj

A TERRA DE ZANJ, na costa leste da África, era um destino familiar para capitães de mar árabes e persas que viajavam pela imensidão do oceano Índico. Uma estreita faixa de território costeiro e ilhas oceânicas que se estendia por mais de 2.500 quilômetros, Zanj era famosa por suas mercadorias valiosas: marfim, chifres de rinoceronte, cascos de tartaruga, peles de leopardo, cristal de rocha, madeira de mangue, escravos e, mais notavelmente, ouro em pó enviado da "terra de Sofala", mais ao sul. Navios mercantes do sul da Arábia e do golfo Pérsico zarpavam durante a estação das monções, de novembro a março, e voltavam para casa a partir de abril, quando os ventos mudavam para o sudoeste. Em *As mil e uma noites*, uma coleção persa de histórias do século IX, Simbad o Marujo narra suas aventuras no que era o mar de Zanj. "Com a ajuda de vento favorável, viajamos por muitos dias e noites, de porto em porto e de ilha em ilha, vendendo e trocando nossos bens e regateando com os comerciantes e oficiais onde quer que lançássemos âncora." Mas a passagem por Zanj sempre foi cheia de perigos. Um geógrafo de Bagdá, Abul Hasan Ali al-Masudi, visitou Zanj duas vezes no século X. "Naveguei por muitos mares", escreveu ele, "mas não sei de um mais perigoso do que o de Zanj." Al-Masudi listou os capitães com quem viajara, todos os quais haviam se afogado, segundo ele.

Zanj era a pátria das populações costeiras de língua banta, que constituíam parte fundamental do mundo comercial do oceano Índico, controlando as trocas entre o interior africano e os portos no litoral. Foram os mercadores árabes que lhe deram o nome, que significa "terra dos negros", um equivalente do *Bilad as-Sudan* no leste africano. Alguns árabes se fixaram no local e estabeleceram casamentos inter-raciais, somando-se à cultura mercantil. Uma

classe comerciante se firmou como a elite dominante de um arquipélago de cidades costeiras e ilhas independentes – Mogadíscio, Shanga, Manda, Melinde, Mombaça, Pemba, Zanzibar, Kilwa Kisiwani e Sofala, um porto ao sul do rio Zambeze – que comerciavam entre si e com capitães de mar da Arábia e da Pérsia. Por meio do comércio internacional, as cidades se tornaram cada vez mais prósperas. A elite comerciante usava toda a sua riqueza para construir grandes casas de pedra e coral e para comprar artigos de luxo – cerâmica, vidro, porcelana, tecidos, miçangas e equipamentos, tais como painéis e lâmpadas de azeite feitas de bronze – importados da Arábia, da Pérsia e da Índia e de produtores tão distantes como a China e a Indonésia. Uma das plantas vindas do sudeste da Ásia foi a banana, que se tornou um alimento básico em muitas partes da África.

Ao longo de vários séculos, os povos de Zanj desenvolveram características distintas. Eles ficaram conhecidos como suaílis (“o povo da costa”), um nome decorrente da palavra árabe usada para o litoral: *sahel*. O idioma suaíli, com raízes que podem ser rastreadas até a família nigero-congolesa, tornou-se a língua franca da costa, usada por redes comerciais em toda a região. Eles também foram cada vez mais influenciados pelo fluxo do islã em direção ao sul, veiculado por comerciantes árabes. A primeira evidência do islã são as ruínas de uma mesquita rudimentar construída no século VIII, em Shanga, um assentamento no arquipélago Lamu, na costa norte do Quênia. Moedas de prata do século IX descobertas em Shanga apresentam inscrições de governantes muçulmanos locais. Durante o século XI, a expansão do islamismo ganhou força: pelo menos oito assentamentos costeiros construíram mesquitas de pedra nessa época. O islã, no entanto, assumiu uma forma que incorporava muitas tradições locais. Famílias muçulmanas, por vezes, participavam de rituais destinados a controlar os *pepo* – espíritos locais que se acreditava trazer doenças e outras manifestações de infortúnio pessoal. Mas, ainda que adaptado às condições “africanas”, o islã se tornou uma característica central da sociedade e da identidade suaíli.

Na altura do século XIV, cerca de quarenta assentamentos em Zanj já haviam se tornado centros de comércio. O mais próspero deles era Kilwa Kisiwani, uma ilha oceânica a cerca de trezentos quilômetros ao sul de Zanzibar. Vila de pescadores no passado, a ilha ficava no limite sul para os *dhow*s do sul da Arábia e do golfo Pérsico que queriam voltar para casa em uma única temporada de vela, quando os ventos de monção passavam a soprar para o sudoeste. Mais ao sul, os ventos de monção diminuían, portanto os *dhow*s que velejassem além do cabo Delgado arriscavam um atraso de um ano inteiro para fazer seu regresso. Assim, Kilwa Kisiwani servia como um porto-chave de transbordo, dominando o tráfego dos portos mais ao sul, sobretudo o de Sofala, um entreposto comercial ao sul do rio Zambeze que movimentava as remessas de ouro do interior africano. O comércio de ouro transformou Kilwa Kisiwani em um importante entreposto.

No século XIV, Kilwa Kisiwani ficou sob o controle do clã Mahdali, constituído por famílias de imigrantes do Iêmen e do Hadramaute, que construíram um palácio de dois andares, uma grande mesquita com abóbadas e cúpulas, banhos públicos, um barracão de escravos e dois portos para acomodar grandes *dhow*s oceânicos. Escravos de Zanj eram enviados para a Arábia e o golfo Pérsico – onde eram conhecidos como *zanj* –, para serem usados como operários, soldados e concubinas. O viajante marroquino Ibn Battuta, que visitou Kilwa Kisiwani em 1331, descreveu-a como “uma grande cidade costeira”. A maioria da população, observou ele, era *zanj*, “extremamente negra”, e com marcas de escarificação no rosto. Segundo ele, o sultão de Kilwa Kisiwani era “muito inclinado” a invadir o território Zanj em busca de escravos e butim, mas era generoso em distribuir uma porcentagem dos despojos aos visitantes.

Outros visitantes vinham da China. Durante uma série de expedições feitas no oceano Índico entre 1405 e 1433, frotas mercantes chinesas chegaram à costa africana. Foram estabelecidas relações oficiais entre a corte Ming, em Beijing, e os oficiais em Mogadíscio, Melinde, Mombaça e Kilwa. Enviados de Melinde

chegaram a Beijing em 1415, com uma série de presentes para o imperador, incluindo uma girafa, a quem foi dada uma recepção entusiástica.

MUITAS LENDAS FORAM contadas sobre os garimpos do interior africano, de onde vinha o abastecimento de pó de ouro que chegava à costa de Zanj. Elas persistiram por séculos e acabaram tendo um impacto dramático sobre o destino dos povos dos planaltos do sul da África. Marinheiros portugueses que se aventuravam ao longo da costa no século XV acreditavam que o pó de ouro que viam sendo carregado nos *dhow*s árabes em Sofala deveria vir da terra de Ofir, uma cidade mencionada na Bíblia como o lugar de onde os navios do rei Salomão tinham levado ouro. Os rumores sobre a fabulosa riqueza de Ofir ganharam força no século XIX. Publicado em 1885, um romance best-seller de Rider Haggard, *As minas do rei Salomão*, conferiu status popular à ideia de uma região inexplorada ao norte do rio Limpopo que continha vastas riquezas minerais.

As riquezas eram bastante reais. No planalto entre o Limpopo e o Zambeze existe um largo cinturão de minério de ouro contido nas veias de rochas de quartzo próximas à superfície. Também era possível encontrar ouro de aluvião em rios que atravessam o cinturão. Os grupos locais organizavam a mineração como uma atividade comunitária dos meses de inverno, para complementar a agricultura, extraíndo ouro em rios e escavando rochas na superfície com picaretas. Eles acendiam fogueiras para romper e soltar o quartzo e criar fendas, algumas chegando a 25 metros ou mais de profundidade. Os veios de ouro que encontravam, que iam desde alguns centímetros até um metro de espessura, eram fortemente fraturados e fissurados, difíceis de seguir, mas espalhados por uma vasta área.

O comércio de ouro partia inicialmente de um centro habitado no cume de Mapungubwe, a capital de uma chefatura proprietária de gado com base no vale do Limpopo. No século XII, os governantes de Mapungubwe começaram a fornecer ouro e marfim para os

comerciantes suaílis na costa, em troca de contas de vidro, porcelana e tecido. O metal também era derretido para fazer joias e ornamentos para a elite local. Dignitários do governo eram enterrados usando colares de contas de ouro e com pratos de ouro e esculturas de madeira banhadas em ouro ao redor.

No século XIII, Mapungubwe foi ultrapassada pelo surgimento do primeiro grande Estado territorial do sul da África, centrado em sua capital, a cidade de Grande Zimbábue. Localizada na bacia superior do rio Sabi, entre as áreas de mineração do planalto e a costa de Sofala, Grande Zimbábue prosperou tanto devido à sua cultura de gado quanto à sua posição central no comércio de ouro, ganhando hegemonia sobre um grande número de chefaturas de língua shona dos arredores.

Para demonstrar seu poder, os governantes do Zimbábue – nome derivado de um termo shona que significa “casas de pedra” – construíram uma série de enormes muralhas de pedra. Usando granito local que se partia facilmente em blocos de construção, eles começaram com uma estrutura no topo de um morro, preenchendo as lacunas entre as rochas com paredes irregulares de pedra seca e nivelando partes da encosta para fazer terraços para as residências. As habilidades dos pedreiros do Zimbábue melhoraram gradualmente. No século XIV, eles passaram a trabalhar na “Grande Muralha” – o local do palácio de um rei, em um vale mais abaixo. Blocos de pedra foram cuidadosamente combinados e alinhados em fileiras horizontais regulares por distâncias consideráveis. Cada fileira era posicionada ligeiramente para trás em relação à fileira inferior, para que as paredes se inclinassem gradualmente para dentro, em uma curva elegante. Em sua magnífica forma final, a face exterior da Grande Muralha media cinco metros de espessura na base e dez de altura, e se estendia por 250 metros. No interior, a área era dividida em vários recintos menores com paredes de pedra. Do lado de fora, ficavam as habitações de pedra da corte do rei: parentes, oficiais e sacerdotes.

O restante do assentamento, com cerca de quarenta hectares, alojava agricultores, artesãos e artífices, que viviam em cabanas de

pau a pique bem próximas umas das outras. Grande Zimbábue era não só um lugar de poder político, mas um centro industrial produtor de cerâmica, enxadas de ferro, ornamentos de cobre, bronze e ouro, e esculturas em pedra-sabão de criaturas misteriosas, metade pássaro, metade quadrúpede. Em seu auge, no século XV, sua população chegava a 18 mil pessoas.

A prática da construção de muralhas de pedra espalhou-se por todo o planalto, como postos coloniais avançados que irradiavam de uma metrópole. Mas, no século XV, apenas duzentos anos após sua fundação, Grande Zimbábue entrou em declínio, em parte porque a degradação ambiental indicava que aquele ambiente não poderia mais sustentar uma população tão grande. Em seu lugar, surgiu um novo Estado shona mais ao norte, mais perto do Zambeze, liderado por uma sucessão de reis conhecidos como monomotapas. O comércio de ouro permaneceu uma empresa vital. Centenas de novos veios foram abertos para atender a demanda da costa. A lenda de Ofir foi ficando cada vez mais forte.

NO NORDESTE DA ÁFRICA, o avanço constante do islã deixou as comunidades cristãs nas terras altas da Abissínia cada vez mais isoladas. O comércio costeiro no mar Vermelho, outrora sua única conexão com o Mediterrâneo oriental, era agora controlado em grande parte por mercadores muçulmanos. Colonos árabes nas terras baixas começaram a converter ao islã membros de tribos locais kushitas – saho, afar e somali – e a estruturar Estados muçulmanos empenhados em expansão. No noroeste, os reinos cristãos da Núbia sucumbiram à expansão árabe. Grupos de árabes nômades chegaram dos desertos do sul do Egito, desapropriando e escravizando agricultores da Núbia. O historiador Ibn Khaldun, que vivia no Cairo na época, registrou:

Clãs de árabes juhaynas se alastraram por seu país e se estabeleceram nele. Eles assumiram o poder e promoveram a rapina e a desordem. A princípio, os reis da Núbia tentaram repeli-los pela força, mas não conseguiram. Então mudaram de tática e tentaram conquistá-los, oferecendo suas filhas em casamento ... E assim, seu reino desmoronou, e seu país foi herdado por árabes nômades.

Cercados por adversários, os governantes da Abissínia fizeram grandes esforços para fortalecer sua identidade cristã. No século XII, os reis da dinastia zagwe, com base no centro monástico em Roha, nas montanhas de Lasta, começaram a construção de onze igrejas talhadas em rocha sólida como parte de um plano para criar uma nova Jerusalém. As igrejas ficavam em ambas as margens de um córrego conhecido como Jordão, perto de uma colina chamada Calvário. O complexo tomou sua forma definitiva no século XIII, durante o reinado de Lalibela, o mais famoso dos reis zagwe, em função de quem sua nova capital foi nomeada.

Quando a dinastia zagwe foi derrubada, em 1290, por um clã amárico que alegava descendência dos reis de Aksum, clérigos cristãos procuraram reforçar a autoridade da monarquia por meio da compilação de um relato épico de suas origens históricas, afirmando que a Abissínia cristã era sucessora direta de Israel como nação escolhida por Deus. De acordo com o *Kebrá Negast*, ou o "Livro da glória dos reis", os monarcas da Abissínia eram descendentes de uma união entre o rei Salomão e a rainha de Sabá que teve lugar em Jerusalém, no século X a.C. Ciente da grande sabedoria de Salomão, a rainha Makeda viajara de Sabá até Jerusalém, acompanhada de uma grande comitiva e uma caravana de camelos carregados com presentes de ouro, pedras preciosas e especiarias. A descrição de seu encontro é dada no Antigo Testamento: 1 Reis, capítulo 10.

... foi até Salomão, e disse-lhe tudo quanto tinha no seu coração.

E Salomão lhe deu resposta a todas as suas perguntas, nada houve que não lhe pudesse esclarecer ...

E o rei Salomão deu à rainha de Sabá tudo o que ela desejou, tudo quanto pediu, além do que dera por sua generosidade.

De acordo com o *Kebrá Negast*, Makeda ficou fascinada com a demonstração de conhecimento de Salomão e declarou: "A partir deste momento, não vou adorar o sol, e sim o Criador do sol, o Deus de Israel." Na véspera de começar sua jornada para casa, Salomão a seduziu. O filho deles, Menelik, nasceu em seu caminho de volta para Sabá. Com 22 anos, Menelik viajou para Jerusalém, onde foi

reconhecido por Salomão como seu filho e coroado rei. Ao partir de Jerusalém para Aksum, Menelik levou consigo a Arca da Aliança, o objeto mais sagrado dos tempos do Antigo Testamento, que continha as tábuas de pedra com a gravação dos Dez Mandamentos. Dois mil anos depois, de acordo com o *Kebra Negast*, a Arca ainda era mantida em um santuário em Aksum. A lenda continua até hoje.

Escrito em ge'ez, o *Kebra Negast* baseou-se em uma série de relatos antigos que circulavam na Abissínia sobre as conexões entre o antigo reino de Aksum e a terra de Sabá, no sul da Arábia. O objetivo dos autores era fornecer aos reis da Abissínia uma longa linhagem de legitimidade e uma manifestação do favor divino. O *Kebra Negast* chegou a ser considerado um texto sagrado e gozava de grande popularidade. A história de Salomão, Makeda e Menelik foi repassada por contadores de histórias de uma geração a outra e representada em pinturas. Réplicas da Arca conhecidas como *tabots* tornaram-se itens corriqueiros na vida da igreja e eram levadas em procissão em tempos de festival.

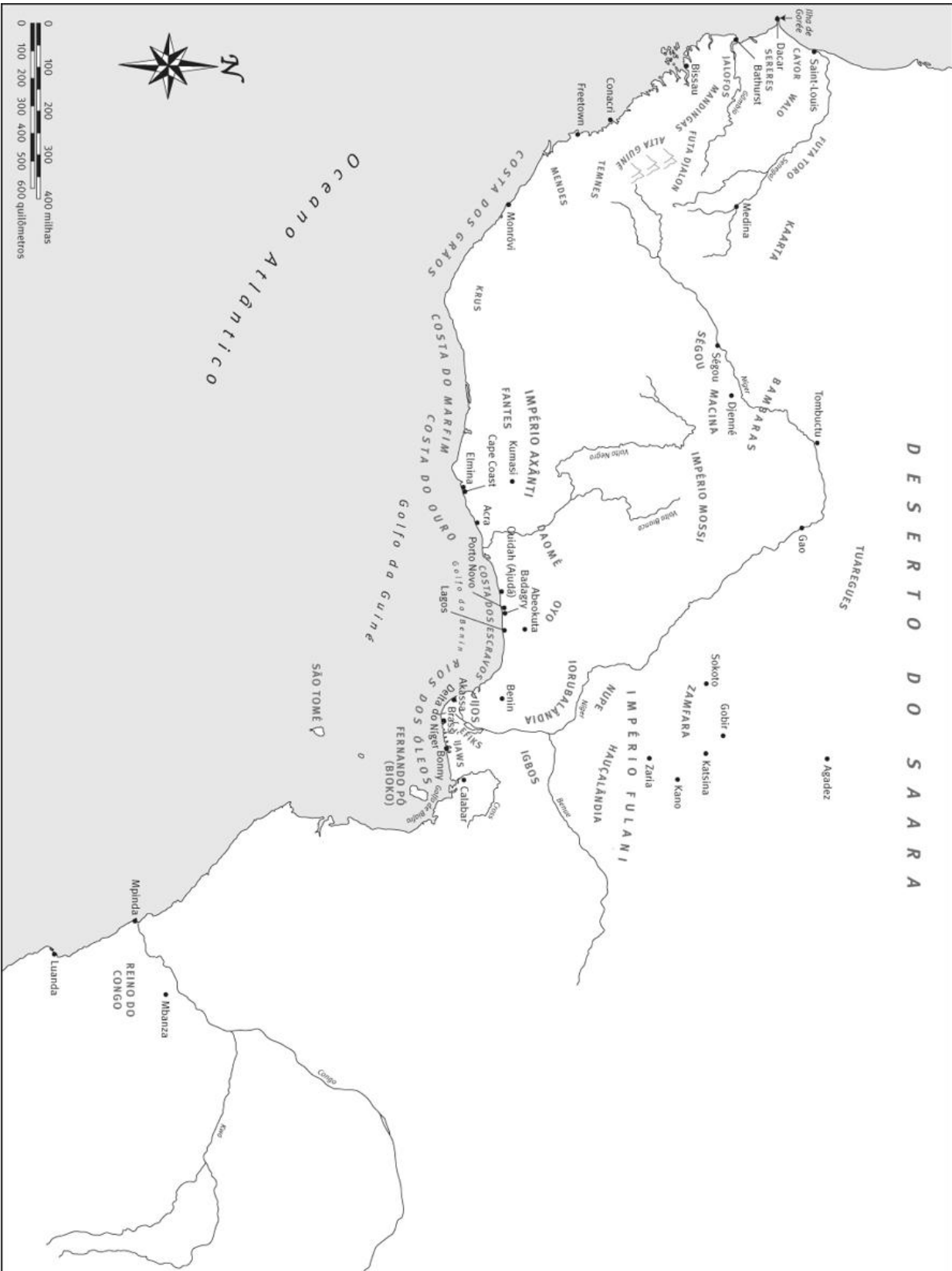
Relatos de um reino cristão assediado por adversários muçulmanos e pagãos ganharam grande circulação na Europa. O "reino do Preste João", como era conhecido desde o século XII, foi originalmente situado na Ásia central ou na Índia. Mas, durante o século XIV, a África se tornou o foco da atenção. Em 1306, um padre de Gênova, Giovanni de Carignano, entrevistou um grupo de trinta clérigos abissínios que voltavam para casa depois de visitas a Avignon e a Roma e registrou que o patriarca de sua igreja era chamado de "Preste João". Essa passou a ser a forma pela qual os europeus conheciam os reis da Abissínia. Em 1400, o rei Henrique IV da Inglaterra enviou uma carta dirigida ao "rei da Abissínia, Preste João". Mas os abissínios nunca tinham usado esse nome. Foi um mito europeu. Quando delegados da Abissínia participaram do Concílio de Florença, em 1441, ficaram perplexos sempre que prelados do encontro insistiam em se referir a seu monarca como Preste João. Apesar de suas advertências, o nome de Preste João continuou a ressoar em toda a Europa e inspirou a ideia de que ele poderia ser convencido a participar de uma cruzada contra o islã.

c Chamada de Quíloa pelos colonizadores portugueses. (N.T.)

PARTE III

A Idade Moderna: a África na era das grandes navegações

A ÁFRICA OCIDENTAL



10. Uma corrente de cruzes

EM 1415, UMA ARMADA portuguesa, levando o maior exército já reunido por um rei português, atravessou o Mediterrâneo em uma nova cruzada contra o islã, com o objetivo de capturar a cidade-fortaleza de Ceuta, na costa marroquina. A bordo estava o infante dom Henrique, o ambicioso filho de 21 anos do rei dom João I, determinado a deixar sua marca como um cruzado e esperançoso de que a captura de Ceuta viesse a ser apenas o início da expansão militar portuguesa na África.

Ceuta era um prêmio valioso. Era uma das fortalezas mais seguras do Mediterrâneo, protegendo o acesso ocidental; era um importante porto comercial, bem conhecido por suas exportações de trigo; e um dos destinos setentrionais das rotas comerciais transaarianas de caravanas que atravessavam o deserto trazendo pimenta, ouro e marfim dos reinos muçulmanos do Sahel. Quando a cidade caiu para os portugueses em um único dia, em agosto de 1415, a captura foi saudada na Europa como um grande triunfo. Emissários portugueses proclamaram-na a “porta de entrada e chave para toda a África”. Pelos ricos comerciantes capturados em Ceuta, os portugueses descobriram as fontes das remessas de ouro que cruzavam o Saara. Alguns comerciantes falaram de um “rio de ouro”, no extremo sul, que fluía para o Atlântico.

Mas Ceuta permaneceu não mais do que um enclave isolado na costa norte africana, cercada por adversários muçulmanos e dependente de Portugal para seu abastecimento. O comércio do ouro estava além do alcance. As atenções de dom Henrique voltaram-se para outros empreendimentos no Atlântico, para a ilha da Madeira, as Canárias e os Açores. Porém, à medida que o poder marítimo de Portugal aumentava, o infante resolveu encontrar uma rota marítima para as minas de ouro da África negra.

Até então, os marinheiros que navegavam ao longo da costa atlântica da África não haviam se aventurado ao sul do cabo Bojador, um estéril marco costeiro a duzentos quilômetros ao sul das ilhas Canárias, notório pelos nevoeiros e as ondas fortes. O vento e a corrente norte predominantes na região tornavam as viagens de regresso perigosas. Vários navios que se arriscaram em direção ao sul nunca retornaram. Além do cabo, havia o que geógrafos medievais conheciam como a "Zona Tórrida" – um mar traiçoeiro e um litoral inóspito que se estendia por centenas de quilômetros até o desconhecido. Em árabe, o cabo Bojador era conhecido como *Bon Khatar*: "Pai do Perigo".

Sob o comando de dom Henrique, Portugal foi pioneiro em grandes avanços na construção naval e navegação. A frota portuguesa era equipada com caravelas recém-concebidas, altamente maneáveis e muito adequadas para missões de reconhecimento em litorais desconhecidos.

Ano após ano, dom Henrique enviava expedições para o sul, ao longo da costa africana. Seu objetivo agora era não só flanquear as rotas transaarianas e ter acesso direto aos garimpos, mas procurar mais além pelas terras do Preste João, ditas como isoladas do restante da cristandade pelas potências muçulmanas que controlavam o norte da África.

A exploração da costa oeste africana foi rápida e dramática. Em 1434, uma equipe de portugueses contornou o cabo Bojador e navegou de volta com segurança contra o vento. Em 1436, marinheiros portugueses alcançaram uma enseada quatrocentos quilômetros depois do cabo Bojador, nomeando-a rio d'Ouro, na crença equivocada de que haviam descoberto o "rio de ouro". Tendo encontrado apenas colônias de focas se aquecendo em grandes números nos bancos de areia e nas ilhas do estuário, eles continuaram navegando mais para o sul, mantendo as ondas que quebravam continuamente nas margens do deserto à vista. Em 1441, chegaram ao cabo Branco e erigiram ali uma alta cruz de madeira – um padrão – para marcar a sua chegada em nome do cristianismo, uma tradição seguida por outros navegadores

portugueses que exploravam a costa da África. Mais ao sul, encontraram pescadores berberes sanhajas na ilha Arguim, onde uma nascente perene fornecia suprimentos de água fresca. Descobrimo que Arguim estava localizada a apenas seis dias de viagem da mais ocidental das rotas de caravanas transaarianas, os portugueses montaram ali um entreposto comercial permanente, esperando flanquear o tráfego no deserto com uma rota marítima para o norte. Em 1445, marinheiros portugueses alcançaram a foz do rio Senegal, que tradicionalmente marcava o limite entre as tribos berberes e árabes do Saara e "a terra dos negros". Eles chamaram os habitantes locais de "guinéus", a partir da palavra berbere marroquina para "negros".

O volume de comércio que os portugueses conseguiram conquistar foi inicialmente escasso. Em suas relações com os mercadores árabes e sanhajas, trocavam têxteis, vestuários e trigo por itens de luxo, como peles de antílope, ovos de avestruz, almíscar, goma-arábica e pequenas quantidades de pó de ouro. Eles se abasteciam com grandes cargas de pele e óleo de foca. E também se envolveram no tráfico de escravos, adquirindo alguns por meio de escambo e outros em confrontos e ataques contra a população local.

O comércio de escravos logo se revelou a parte mais rentável de seus negócios. Em 1444, um oficial português, Lançarote de Freitas, apoiado por um consórcio de comerciantes aventureiros do porto de Lagos, no Algarve, montou uma expedição de seis caravelas para as ilhas do Banco de Arguim com o propósito expresso de capturar escravos. Em um ataque implacável, marinheiros armados apreenderam 235 homens, mulheres e crianças, a maioria deles de famílias pobres de pescadores sanhajas, matando os que resistiram. Os cativos foram amontoados a bordo das caravelas e mantidos presos em meio à sujeira e ao mau cheiro por seis semanas, na viagem de regresso a Lagos.

Sua chegada em terra, a 8 de agosto de 1444, foi um espetáculo público, assistido por uma multidão de residentes de Lagos. O próprio dom Henrique estava disponível para supervisionar o

processo, montado em um cavalo. Os cativos foram levados para uma praça diante de um dos portões da cidade e divididos em cinco grupos. Um grupo de 46 dos melhores escravos foi reservado para dom Henrique como a sua parte do espólio. Os demais foram mantidos por seus novos proprietários ou postos em leilão. O evento foi descrito por um cronista da corte, Gomes Eanes de Zurara, na *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*:

Essas pessoas, reunidas naquele lugar aberto, eram uma visão surpreendente de se ver... Alguns mantinham a cabeça baixa, o rosto banhado em lágrimas enquanto olhavam um para o outro; alguns gemiam de modo triste, olhando fixamente para o céu e gritando em voz alta, como se estivessem pedindo ao pai do universo para ajudá-los; outros batiam no rosto com as mãos e se atiravam de corpo inteiro no chão; outros ainda lamentavam sob a forma de um canto, de acordo com o costume de sua terra natal, e embora as palavras da língua em que eles cantavam não pudesse ser entendida pelo nosso povo, o canto revelava com clareza suficiente o grau de sua dor. Para aumentar sua angústia ainda mais, aqueles que tinham sido encarregados da divisão chegaram e começaram a separá-los uns dos outros para que eles formassem cinco lotes iguais. Isso tornou necessário separar os filhos de seus pais e esposas de seus maridos e irmão de irmão. Não foi tido em conta a amizade ou relacionamento, cada um terminando onde o acaso o colocou...

Era difícil separá-los:

Pois assim que as crianças que tinham sido atribuídas a um grupo via seus pais em outro, pulavam e corriam em direção a eles; mães apertavam seus outros filhos em seus braços e deitavam de bruços no chão, aceitando ferimentos com desprezo pelo sofrimento da sua carne em vez de deixar os seus filhos serem arrancados deles ...

De acordo com Zurara, entre 1441 e 1447 foi enviado para Portugal um total de 927 "infiéis" da África ocidental. Dom Henrique justificou o comércio, afirmando que seu único propósito era catequizar infiéis e pagãos; qualquer "inconveniente" sofrido por um escravo convertido nesta vida, argumentou ele, era insignificante em comparação aos benefícios da salvação eterna trazida pela conversão ao cristianismo.

Em muitas ocasiões, no entanto, os portugueses encontraram governantes locais africanos extremamente dispostos a atuar como parceiros de negócios no tráfico de escravos. A escravidão era parte integrante das sociedades africanas na costa oeste. Escravos de

propriedade de governantes, funcionários do Estado e comerciantes ricos eram comumente usados como carregadores, trabalhadores agrícolas e empregados domésticos. Na ausência da propriedade da terra, eles representavam uma importante fonte de riqueza. Escravos também eram uma mercadoria fundamental no comércio, trocados regularmente por ouro, marfim ou cobre, um meio essencial de transação. Serviam de fato como uma moeda conversível, preferível a qualquer outra. Na verdade, o desenvolvimento do comércio deu-se, em parte, em função do crescimento do comércio de escravos.

A escravidão era uma atividade organizada. Era frequentemente o resultado de guerras de expansão ou guerras civis. Em alguns casos, os governantes de um Estado em expansão consideravam a escravização de uma população conquistada um meio útil para aumentar sua riqueza e seu status e constituir exércitos; em outros casos, os escravos eram simplesmente um subproduto do conflito político que poderia ser transformado em lucro. Havia, portanto, um grande mercado de escravos imediatamente disponível para navegantes que passassem com mercadorias para trocar.

Em suas viagens explorando o rio Senegal, na década de 1440, os portugueses estabeleceram relações comerciais regulares com dois reinos jalofos – Walo e Cayor – que havia muito já estavam acostumados a negociar escravos e outras mercadorias com comerciantes árabes e sanhajas, trocando-os por cavalos da raça berbere que haviam sobrevivido à travessia do Saara.

“O rei”, escreveu o aventureiro veneziano Alvise Ca’ da Mosto, “se sustenta por meio de ataques que resultam em muitos escravos de seu próprio país, bem como dos vizinhos. Ele emprega esses escravos ... no cultivo da terra ... mas também vende muitos para os [mouras] em troca de cavalos e outros bens.” Os cavalos eram altamente valorizados. De acordo com Da Mosto, os jalofos chegavam a oferecer de nove a catorze escravos por um único cavalo.

Contratado por dom Henrique para ajudar na exploração da África, Da Mosto fez duas viagens para a costa da "Guiné", como o litoral oeste africano era conhecido, em 1455 e 1456, registrando suas experiências em *Le navigazioni atlantiche* [A navegação atlântica]. Em sua primeira viagem, ele foi convidado pelo rei – o *damel* – de Cayor, um muçulmano, a visitar sua capital a cerca de trinta quilômetros no interior, a partir da foz do rio Senegal. O reino do *damel* era pouco mais que um grupo de aldeias, mas Da Mosto ficou impressionado com o séquito de duzentas pessoas e as cerimônias elaboradas da corte.

... não há dúvidas de que governantes como ele estão lá não porque são ricos em tesouro ou dinheiro, já que não os possuem, nem têm qualquer rendimento para gastar. No entanto, em termos do cerimonial que os circunda e do tamanho de seus séquitos, podem realmente ser considerados senhores como quaisquer senhores em qualquer lugar. Para falar a verdade, são mais reverenciados e temidos por seus súditos e mais bem acompanhados, e por mais pessoas, do que os nossos senhores [na Itália] pelos seus.

Em sua segunda viagem, Da Mosto aventurou-se rio Gâmbia acima, até a capital do rei do Bati, onde, mais uma vez, o bem mais valioso em oferta eram escravos. Entre 1450 e 1458, uma dúzia de navios partia todo ano de Portugal em direção à costa da Guiné, alguns obtendo lucro de até 800%.

Os portugueses logo substituíram a estratégia inicial de atacar e traficar pelo comércio direto. Africanos foram recrutados para servir como intérpretes e mediadores. Em 1456, a Coroa portuguesa enviou Diogo Gomes para negociar tratados de paz com governantes africanos na costa, permitindo que os comerciantes portugueses viajassem livremente sob a proteção deles.

O comércio com o litoral da Guiné tornou-se suficientemente lucrativo para atrair um importante mercador de Lisboa. Em 1469, Fernão Gomes adquiriu um monopólio de cinco anos sobre o comércio ao sul das ilhas de Cabo Verde; em troca, Gomes deveria pagar uma renda anual, comprometer seus navios a explorar 650 quilômetros de nova costa por ano e vender para a Coroa

portuguesa todo o marfim que pudesse obter de africanos locais, a um preço fixo.

Os navios de Gomes avançaram rapidamente em torno do grande bojo da África ocidental. Seus agentes desenvolveram ao longo do que se tornou a Libéria um comércio lucrativo com malagueta – “grãos do paraíso”, como eram chamados na Europa. A região ficou conhecida como Costa dos Grãos. Mais a leste, no litoral dominado pelas ondas, onde não havia bons portos, as florestas densas forravam a costa e a população local vivia bastante dispersa, o comércio principal era o de marfim; e a região tornou-se conhecida como Costa do Dente ou Costa do Marfim.

Em seguida, em 1472, depois de ancorar ao largo da foz do rio Pra, os capitães de Gomes finalmente localizaram garimpos aluviais no interior, a 150 quilômetros do litoral, uma área que os marinheiros europeus mais tarde chamaram de Costa do Ouro.

Os garimpos de ouro akans foram uma tal fonte de riqueza que a Coroa portuguesa decidiu colocar o comércio do ouro sob controle real direto e construir uma base fortificada no litoral, para afastar comerciantes europeus rivais. Em 1482, foi enviada uma expedição para escolher um lugar adequado, e ela obteve permissão do governante local para construir uma fortaleza em um promontório rochoso a meio caminho ao longo da Costa do Ouro. Uma frota de caravelas foi organizada em Portugal para transportar pedreiros, carpinteiros e materiais de construção para o local. Eles completaram a construção em três semanas, chamando-a de São Jorge da Mina. A fortaleza foi aclamada como “o primeiro edifício de pedra na região dos etíopes da Guiné desde a criação do mundo”. Em 1487, a Mina, ou Elmina, como ficou conhecida, mandava cerca de 225 quilos de ouro por ano para o tesouro real, em Lisboa. Em 1500, o comércio anual havia atingido cerca de setecentos quilos, uma parcela significativa da oferta mundial.

Para financiar a compra de ouro, os portugueses começaram a participar do comércio doméstico de escravos da África ocidental. Suas mercadorias habituais, como tecidos, tinham valor limitado em

um clima equatorial; cavalos não sobreviviam ao protozoário tripanossomo transmitido pela mosca tsé-tsé, no cinturão da floresta tropical. Havia grande demanda por armas de fogo, mas bulas papais proibiam sua venda, para impedir que chegassem a adversários muçulmanos. A solução portuguesa foi a de intermediar o comércio de escravos, adquirindo-os nos "rios de escravos" do litoral do Benin e vendendo-os a comerciantes akans em Elmina, para uso como carregadores no transporte das importações até o interior e como trabalhadores agrícolas. Em 1500, os portugueses enviavam, em média, cerca de quinhentos escravos ao ano para Elmina, em troca de ouro.

Aventurando-se no interior, em 1486, os portugueses encontraram o reino Edo, do Benin. Nos últimos anos, o Benin havia sido transformado por seu rei guerreiro Ewuare em um grande Estado na região de floresta tropical do que é hoje o sul da Nigéria. A partir de sua capital na cidade de Benin, diz-se que Ewuare teria conquistado mais de duzentas cidades e aldeias, construindo um pequeno império que se estendia por mais de cem quilômetros. O terreno de seu palácio compreendia um complexo espaçoso para cortesãos e artesãos. Ele patrocinava esculturas em marfim e um sofisticado trabalho em bronze, realizados por associações de especialistas com alta habilidade, parte de uma tradição que poderia ser rastreada até a cultura nok, do centro da Nigéria, do I milênio a.C. Além de fornecer artigos de luxo para a corte real, a associação dos escultores de marfim, a Igbesanmwan, produzia uma variedade de outras esculturas para a elite rica – bacias, caixas, pentes e pulseiras, às vezes com entalhes de cobre ou banhadas a ouro. Os portugueses ficaram tão impressionados com a qualidade que encomendaram peças para levar de volta para a Europa: saleiros, garfos, colheres e chifres de caça de marfim, e esculturas e placas de latão.

SONDANDO MAIS AO SUL, em uma viagem pioneira além da linha do equador, em 1482, um capitão português chamado Diogo Cão

chegou ao estuário de um enorme rio que desembocava no Atlântico a uma velocidade de oito a nove nós.^d A correnteza era tão forte que avançava no oceano por cerca de oitenta quilômetros. Um cronista da época escreveu que era “como se esse nobre rio estivesse determinado a testar sua força em uma batalha campal com o próprio oceano e, sozinho, negar o tributo que todos os principais rios do mundo pagam sem resistência”. Abaixo da superfície, oceanógrafos modernos descobriram um cânion esculpido pelo fluxo do rio no fundo do mar, com cerca de 150 quilômetros de extensão e 1.200 metros de profundidade em determinados pontos.

Cão desembarcou na foz do rio e ergueu um padrão de calcário de dois metros, encimado por uma cruz de ferro e inscrito com o brasão real e algumas palavras registrando sua chegada.

Neste ano de 6681 do Mundo, e no de 1482 desde o nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo, o mais sereno, o mais excelente e poderoso príncipe, o rei João II de Portugal ordenou que esta terra fosse descoberta e esses padrões fossem erguidos por Diogo Cão, um fidalgo de sua casa.

Dos aldeões locais, ele conclui que o nome do rio era Nzadi, que significa “grande rio”, e que tinha chegado ao território de um poderoso governante, o manicongo, cuja capital estava muito longe da costa. Antes de continuar sua jornada em direção ao sul, Cão fez arranjos para entrar em contato com o manicongo, enviando quatro mensageiros à sua capital, na esperança de buscá-los no caminho de volta para casa.

Durante várias semanas mais, Cão prosseguiu sondando em direção ao sul, por cerca de oitocentos quilômetros, erigindo outro padrão de calcário em um promontório que nomeou cabo Santa Maria, no que é hoje a costa de Angola. Mas, em seu regresso ao “grande rio”, para sua irritação, soube que os quatro emissários tinham sido detidos na corte do manicongo. Em retaliação, apreendeu quatro africanos como reféns, enviando uma mensagem ao manicongo em que dizia que só seriam libertados em sua próxima viagem, em troca de seus próprios homens, e rumou com eles para Portugal.

Em Lisboa, o rei João reagiu com entusiasmo à notícia da existência de um grande rio africano, acreditando que poderia oferecer uma rota terrestre para a terra do Preste João. Mais do que isso, ele esperava que o manicongo pudesse ser um aliado na empresa. Assim, os reféns de Cão foram tratados como convidados de honra, recebendo apartamentos no palácio, vestidos com o guarda-roupa de cortesãos, colocados para estudar português e cristianismo e levados a passeios guiados pelo reino, na suposição de que, quando fossem devolvidos para o manicongo, fariam com aprovação das maravilhas da civilização portuguesa.

Em sua segunda viagem ao longo da costa africana, em 1486, Cão desembarcou os quatro reféns na foz do grande rio e velejou para o interior por 150 quilômetros. Embora o rio se estreitasse, mantinha-se navegável. Mas, em um ponto perto da atual Matadi, ele encontrou as cataratas de Yellala, onde o rio mergulha por um estreito desfiladeiro nas montanhas de Cristal, em um redemoinho turbulento que veio a ser conhecido como "Caldeirão do Inferno". Impossibilitados de seguir viagem, Cão e seus companheiros gravaram seus nomes e o brasão real em rochas com vista para as quedas e fizeram meia-volta com sua caravela, em direção ao mar. Retomando a jornada para o sul, ele plantou mais dois padrões, um no cabo Negro, logo ao norte da fronteira entre as atuais Angola e Namíbia, e outro em cabo Cruz, na margem sul da Costa do Esqueleto.

Após as dificuldades iniciais, os portugueses conseguiram uma relação amigável com o manicongo. Dom João enxergou uma oportunidade de estabelecer um Estado cristão na África negra sob a proteção de Portugal. O manicongo, Nzinga a Nkuwu, via os portugueses como potenciais aliados que reforçariam sua permanência no poder, e recebeu com prazer as ofertas de assistência. Em 1490, uma missão de grande escala foi despachada de Lisboa, trazendo, em uma frota de três caravelas, doze sacerdotes e um contingente de soldados, pedreiros, carpinteiros, impressores, agricultores e até mesmo algumas mulheres hábeis em panificação e costura.

Ao ancorar, em março de 1491, em Mpinda, um vilarejo não muito longe do local onde Diogo Cão tinha erguido seu padrão, os portugueses tiveram uma recepção espetacular. Quando desembarcaram, uma multidão de 3 mil guerreiros, armados com arcos e flechas, nus da cintura para cima, pintados em várias cores e usando cocares de penas de papagaio, dançavam em comemoração ao som de tambores, trompetes de marfim e instrumentos de corda. Depois de três dias de festa, eles foram acompanhados à capital do manicongo, em Mbanza. Seguindo por entre densas florestas, pântanos e brejos, encontraram uma multidão de aldeões eufóricos ao longo do caminho e subiram num platô nas montanhas de Cristal a cerca de quinhentos metros acima do nível do mar. A viagem durou três semanas.

O REINO DO CONGO tinha sido formado no século XIV por um grupo de chefes tribais, conhecidos como mwissikongo, que conquistou e unificou várias pequenas chefaturas. Seu território estendia-se pelo interior por várias centenas de quilômetros e incluía um longo trecho do “grande rio”, que os geógrafos europeus passaram a chamar de Congo. De sua capital, Mbanza, os reis do Congo presidiam uma rede de parentes reais e oficiais que administravam as províncias do Estado, recolhendo tributos em cobre, ferro e escravos. O manicongo era todo-poderoso e cercado por cerimônias elaboradas. Em ocasiões públicas, sentava-se em um trono para receber homenagens, fazer julgamentos e passar as tropas em revista. Aqueles que queriam se dirigir a ele deveriam se prostrar e se aproximar de quatro. Ninguém tinha permissão para vê-lo comer ou beber, sob pena de morte. Sempre que viajava, era carregado em uma liteira.

Levado à presença do manicongo, o líder da expedição, Rui de Sousa, ofereceu uma série de presentes: metros de cetim, seda e linho, tecidos brocados e veludo, joias de ouro e prata, adornos e utensílios de mesa feitos de metal e pombos vermelhos. Sousa explicou que o rei de Portugal esperava que o manicongo e seu povo

aceitassem a fé cristã e fizessem uma aliança com ele. Impressionado com a apresentação, o manicongo concordou em se preparar para o batismo e sancionou a construção de uma igreja em Mbanza. Em maio de 1491, Nzinga a Nkuwu foi devidamente batizado rei João I. Seu filho, Nzinga a Mbemba, um governador provincial, seguiu o exemplo, tomando o nome de Afonso. Junto com ele, vários outros chefes foram convertidos ao cristianismo. No mesmo mês, foram preparadas as fundações de uma igreja de pedra, e a construção foi concluída dois meses depois.

A elite bakongo, no entanto, não se mostrou disposta a aceitar todas as restrições do cristianismo estabelecidas pelos padres portugueses, sobretudo a proibição da poligamia. Para o manicongo e seus nobres, a multiplicidade de esposas era uma medida de seu prestígio, poder e riqueza. Além disso, a poligamia era uma ferramenta política vital, usada para forjar alianças por meio de casamentos. Eles também ficaram ressentidos com a insistência dos sacerdotes em destruir fetiches, ídolos e locais sagrados da religião bakongo, que tinham venerado por tanto tempo. Em 1495, o manicongo decidiu que já tinha suportado o bastante, renunciou à fé cristã e baniu os portugueses de Mbanza.

Seu filho Afonso, no entanto, manteve-se um convertido devoto. Era muito admirado pelos sacerdotes que o tinham ensinado por dez anos. Ao conquistar o trono, em 1506, renovou as ligações com Lisboa e pediu apoio para estabelecer o Congo como um Estado cristão. Como rei, Afonso I adotou o estilo português de vestuário, introduziu regras portuguesas de etiqueta e protocolo, adquiriu um brasão real e deu títulos portugueses para a elite. Os governadores provinciais eram conhecidos como duques, e líderes militares e funcionários judiciais como condes e marqueses. Assistidos por consultores portugueses, ele promoveu a obra da Igreja. O cristianismo tornou-se de fato um culto real. Afonso também enfatizou a importância da alfabetização, da educação e das habilidades agrícolas. Estudantes foram enviados para escolas missionárias às centenas. Novas plantas foram introduzidas, incluindo o milho e a cana-de-açúcar. Mbanza, a capital, foi

transformada em uma cidade de construções de pedra e renomeada São Salvador.

Seu governo como rei, no entanto, foi logo ofuscado pelo impacto pernicioso do tráfico de escravos. Como em outras sociedades africanas na costa oeste, a escravidão era comum no Congo. Prisioneiros de guerra capturados em combates fora do reino eram rotineiramente escravizados e levados para trabalhar como operários nas fazendas nas proximidades de Mbanza. O próprio Afonso era proprietário de muitos escravos e chegou a enviar várias centenas como um presente ao seu rei "irmão" em Lisboa.

Mas o comércio de escravos operado pelos portugueses acrescentou-lhe uma dimensão inteiramente nova. Durante a década de 1500, os portugueses precisavam de uma crescente oferta de mão de obra para as plantações de açúcar que tinham estabelecido em São Tomé, uma ilha no golfo da Guiné. Os comerciantes adquiriam inicialmente escravos da costa do Benin, mas depois voltaram sua atenção para o Congo, a cerca de mil quilômetros de distância. A escravidão doméstica do Congo tornou-se, assim, parte de um tráfico internacional de escravos. A demanda ficou cada vez mais forte. Escravos do Congo eram enviados para São Tomé não apenas para trabalhar nas plantações da ilha, mas para acampamentos provisórios, onde deveriam aguardar embarque para outros destinos: Costa do Ouro, ilha da Madeira, Cabo Verde e Portugal. Um relatório português observou que, em 1507, além dos cerca de 2 mil escravos que trabalhavam nas plantações, a ilha mantinha de 5 a 6 mil aguardando reexportação. Entre 1510 e 1540, eram empregados quatro a seis navios negreiros ao ano para transportar escravos apenas de São Tomé para a Costa do Ouro. Durante esse período, os comerciantes akans compraram cerca de 10 mil escravos dos portugueses para uso como carregadores e trabalhadores agrícolas.

Não só os comerciantes de escravos e seus agentes afro-portugueses, os pombeiros, estavam envolvidos. Pegos na febre da escravização, homens que chegavam ao Congo vindos de Lisboa como professores, pedreiros e até padres entravam na atividade. Os

congoleses participavam com disposição, em troca de uma sedutora variedade de produtos oferecidos pelos comerciantes de escravos. Durante a década de 1520, o número de escravos enviados por ano de Mpinda, na foz do rio Congo, subiu para cerca de 3 mil.

Horrorizado com as depredações do tráfico, Afonso apelou repetidamente a seu "irmão monarca" em Portugal para que interviesse. Escrevendo para o rei dom João III, em 1526, ele se queixou:

Os comerciantes estão sequestrando o nosso povo dia após dia – filhos deste país, filhos de nossos nobres e vassalos, mesmo as pessoas de nossa própria família ... Essa corrupção e depravação estão tão generalizadas que a nossa terra é inteiramente despovoada ... Precisamos neste reino só de sacerdotes e professores, e nenhuma mercadoria, a menos que seja vinho e farinha para o santo sacramento ... É nosso desejo que este reino não seja um lugar para o comércio ou transporte de escravos.

Em outra carta, ele denunciou o envolvimento de seu próprio povo:

Muitos dos nossos súditos ansiosamente cobiçam mercadoria portuguesa, que seus súditos trouxeram para o nosso domínio. Para satisfazer esse apetite desordenado, apreendem muitos dos nossos súditos, negros livres ...

E logo que eles são levados pelos homens brancos, eles são imediatamente postos a ferros e marcados a fogo, e quando eles são levados para embarque, se forem apanhados por nossos guardas, os brancos alegam que eles os compraram, mas eles não podem dizer de quem...

Afonso referiu-se aos sacerdotes que tinham passado a se dedicar ao tráfico de escravos:

Neste reino, a fé é tão frágil como o vidro por causa dos maus exemplos dos homens que vêm para ensinar aqui, porque os desejos do mundo e atração de riqueza os levaram para longe da verdade. Assim como os judeus crucificaram o Filho de Deus por causa da cobiça, meu irmão, por isso ele hoje é novamente crucificado.

Os protestos foram em vão. D. João III não mostrou simpatia. O Congo era útil para ele apenas como uma fonte de escravos e de receita. Ele respondeu:

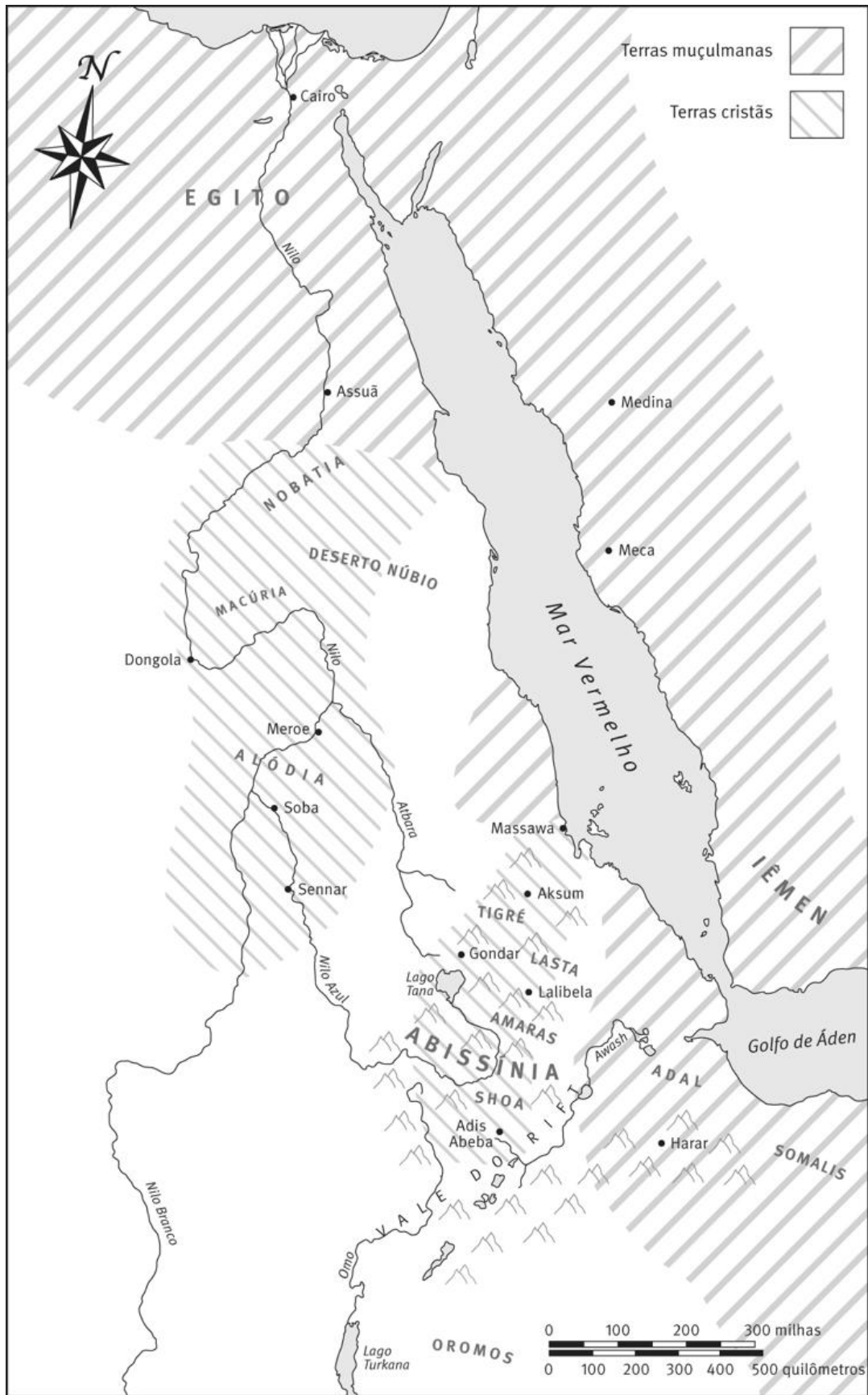
Você ... me diz que você não quer nenhum comércio de escravos em seus domínios, porque este comércio está despovoando o seu país ... Os portugueses que aí estão, pelo

contrário, me dizem como quão vasto é o Congo, e como ele é tão densamente povoado que parece como se nenhum escravo jamais tivesse saído.

Afonso tentou impor restrições ao comércio, mas com resultados limitados. Ele próprio foi afetado pelo tráfico. Em uma carta escrita em 1539, revelou que dez de seus jovens sobrinhos, netos e outros parentes que haviam sido enviados a Portugal para uma educação religiosa tinham desaparecido no meio do caminho. "Não sabemos até agora se eles estão vivos ou mortos; nem o que aconteceu com eles, de modo que não temos nada a dizer para seus pais e mães." Registros subsequentes mostram que o grupo foi levado para o Brasil como escravos.

^d Cerca de catorze a dezessete quilômetros por hora. (N.T.)

A TERRA DO PRESTE JOÃO



11. Na terra do Preste João

AINDA NA ESPERANÇA de encontrar uma rota para a terra do Preste João, uma nova expedição portuguesa, sob o comando do navegador Bartolomeu Dias, partiu em 1487 e, seis meses depois, contornou o cabo Agulhas, o ponto mais meridional da África, provando que o continente poderia ser circum-navegado. Aventurando-se mais adiante por várias semanas, Dias chegou a um promontório rochoso conhecido atualmente como Kwaaihoek, na baía de Algoa, onde erigiu o primeiro padrão português na costa leste da África. No caminho de volta, Dias desembarcou em um bem irrigado cabo que não tinha notado na viagem de ida e plantou outro padrão, batizando-o de cabo da Boa Esperança.

Em julho de 1497, uma expedição muito maior saiu de Lisboa. Estava equipada com novos navios projetados para realizar viagens mais longas do que qualquer outra já registrada na história da Europa. A nau capitânia *São Gabriel* era uma fortaleza flutuante, com vinte canhões, construída para suportar o choque de disparos laterais. As tripulações também estavam bem armadas com mosquetes e pequenos canhões de mão, eficazes para curto alcance. Na verdade, a expedição não era propriamente uma viagem de exploração ou um empreendimento comercial, mas uma missão de reconhecimento fortemente armada. Nos anos seguintes, o uso da força seria a marca registrada das expedições portuguesas para o oceano Índico, quebrando tradições de comércio que tinham durado na região por oitocentos anos.

O comandante da expedição, Vasco da Gama, um ambicioso nobre provincial, recebera cartas dirigidas a diferentes potentados, incluindo Preste João, a quem esperava-se que iria encontrar, bem como dossiês com informações reunidas por capitães de mar anteriores sobre as rotas pelo litoral africano. Depois de chegar às

ilhas de Cabo Verde, em vez de acompanhar o litoral, ele navegou para o sul pelo Atlântico, em seguida em direção ao leste, permanecendo fora de vista por 93 dias e atingindo a costa a cerca de 150 quilômetros ao norte do cabo da Boa Esperança. Sua façanha de navegação por cerca de 6.500 quilômetros de mar aberto superou a da viagem de descobrimento de Cristóvão Colombo, de 1492, em que atravessou o Atlântico em direção ao oeste.

Depois de circundar o cabo Agulhas, em novembro de 1497, Vasco da Gama ancorou na baía de São Brás, atual baía Mossel, e fez contato com os habitantes locais. Seus encontros foram registrados em um *roteiro* – um livro de registro – compilado por um dos soldados a bordo, Alvaro Velho:

No sábado, vieram cerca de duzentos negros, jovens e velhos. Trouxeram com eles cerca de uma dúzia de bois e vacas e quatro ou cinco ovelhas. Assim que os vimos, descemos em terra. Eles imediatamente começaram a tocar em quatro ou cinco flautas, algumas produzindo notas altas, as outras baixas, fazendo assim uma bela harmonia ...

Os portugueses ergueram um padrão na vizinhança, mas, quando sua frota estava se preparando para partir, viram um grupo de africanos demolindo-o.

Em 25 de dezembro, ao navegar por um litoral arborizado e de mata verde, Vasco da Gama chamou a região de Natal, nome ainda em uso. Em janeiro de 1498, ele ancorou na baía da Lagoa (atual baía de Maputo). Velho registrou:

Este país pareceu-nos ser densamente povoado... As casas são construídas de palha. As armas do povo incluem arco e flechas e lanças com lâminas de ferro. Cobre parece ser abundante, pois as pessoas usavam [enfeites] desse metal em suas pernas e braços e em seu cabelo trançado. O estanho, de igual modo, é encontrado no país, pois podemos vê-lo nos punhos das adagas, cujas bainhas são feitas de marfim. Pano de linho é altamente valorizado pelas pessoas, que estão sempre dispostas a dar grandes quantidades de cobre em troca de camisas.

No final de janeiro, os portugueses ancoraram em uma enseada perto do delta do rio Zambeze, encontrando moradores que falavam um pouco de árabe, usavam roupas esvoaçantes de algodão e seda e que explicaram, por meio de sinais, que outros navios do norte já os tinham visitado. Para Vasco da Gama, significava que ele tinha

completado o circuito, que a rota em torno da África estava agora liberada. Ele nomeou a enseada rio dos Bons Sinais.

Ao chegarem à ilha ao largo da costa de Moçambique, os portugueses tiveram mais boas notícias. No porto, havia quatro *dhow*s árabes que, segundo foram informados, estavam carregados de ouro, prata, cravo, pimenta, gengibre, anéis de prata, pérolas, joias e rubis. As riquezas do Oriente pareciam ao seu alcance. Além disso, eles imaginavam estar perto da terra do Preste João. Álvaro Velho registrou:

Fomos informados que... Preste João não reside longe deste lugar; que ele domina muitas cidades ao longo da costa, e que os habitantes dessas cidades são grandes comerciantes e possuem grandes navios. A residência de Preste João se diz ser longe, no interior, e pode ser alcançada apenas montando-se em camelos ... Esta informação, e muitas outras coisas que ouvimos, nos deixaram tão felizes que chorei de alegria, e orei a Deus para dar-nos saúde, para que possamos contemplar o que tanto desejávamos.

No entanto, os locais não demoraram a suspeitar das intenções da frota portuguesa. Os portugueses tinham poucos presentes capazes de impressionar os dignitários suaílis, mas dependiam deles para o fornecimento de água, alimentos frescos e o recrutamento de pilotos.

Velho relata que, quando o sultão da ilha de Moçambique era convidado a bordo e presenteado com chapéus, coral e outros itens, "ele tratava a tudo que nós lhe dávamos com desprezo, e pediu pano escarlate, que não tínhamos". Depois de uma disputa sobre água potável, um grupo de desembarque português recorreu a alguns saques modestos e escapou para os barcos. Como um gesto de despedida, a frota navegou ao longo da costa da cidade, bombardeando-a. Foi assim que os portugueses marcaram sua chegada à terra de Zanj.

As notícias sobre a expedição portuguesa se espalharam depressa ao longo da costa. "Os que conheciam a verdade", declarou a contemporânea *Crônica de Kilwa*, "confirmavam que eram pessoas corruptas e desonestas que vieram só para espiar a terra, a fim de se apoderar dela." Em sua chegada a Mombaça, eles foram tratados

como visitantes indesejáveis. Vasco da Gama tinha suas próprias suspeitas, como Velho registrou:

À noite, o capitão-mor questionou dois mouros que tínhamos a bordo, deixando cair óleo fervente em cima de sua pele, de modo que eles pudessem confessar qualquer traição. Eles disseram que ordens tinham sido dadas para vingar o que tínhamos feito em Moçambique.

Bateladas de homens se aproximaram dos navios, tentando atacar. “Esses cães”, disse Velho, usaram de “truques maus”. “Mas nosso Senhor não permitiu que tivessem sucesso, porque eles eram infiéis.” Por vingança, ao deixar Mombaça, os portugueses saquearam um *dhow* que passava.

Mais ao norte, em Melinde, Vasco da Gama foi desviado de sua busca da terra do Preste João por um prêmio ainda maior. Por acaso, ele encontrou ali um dos navegadores árabes mais renomados da época, Ahmad ibn Majid, e convenceu-o a mostrar aos portugueses o caminho marítimo para a Índia. Assim começou uma era de poder marítimo europeu no oceano Índico. Ibn Majid mais tarde se arrependeu da ajuda que tinha dado aos portugueses: “Ah! Se soubesse as consequências que deles viriam!”

Após o retorno de Vasco da Gama a Lisboa, em 1499, os portugueses enviaram uma série de expedições armadas para o leste da África, para impor seu controle sobre os ricos portos comerciais. As cidades que se recusavam a se submeter às demandas portuguesas eram bombardeadas e pilhadas. Zanzibar foi a primeira a sucumbir, em 1503; Mombaça foi saqueada em 1505; Kilwa Kisiwani, a ilha de Moçambique e Sofala também foram subjugadas.

Mas as esperanças portuguesas de estabelecer ali um império comercial logo esmoreceram. Sua conquista da costa apenas interrompeu as rotas comerciais que tinham tornado as cidades suáílis tão prósperas. Os mercadores árabes se retiraram para o norte, deixando os agentes portugueses para morrer de calor e de febre.

Os portugueses também não conseguiram se beneficiar muito do comércio de ouro em Sofala, a porta de entrada para os garimpos do

planalto do Zimbábue. Em 1506, um comandante português relatou que Sofala era capaz de fornecer 4 mil toneladas de ouro por ano. O rei de Portugal ficou em êxtase com a notícia, escrevendo sobre "ouro infinito". Os portugueses construíram uma fortaleza na região, estabeleceram feitorias ao longo do rio Zambeze e fizeram contatos com o reino de Monomotapa, no interior, mas só conseguiram ter acesso a uma parcela relativamente pequena de ouro. Grande parte do comércio era desviada por mercadores muçulmanos para seus próprios portos e angras ao norte de Sofala.

ALÉM DAS EXPEDIÇÕES marítimas para o oceano Índico, os portugueses fizeram outros esforços para entrar em contato com Preste João. Em 1487, dom João II enviou dois agentes, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, em uma "missão difícil": a de espionar os portos do oceano Índico e encontrar uma rota até Preste João, nas terras altas da Abissínia. Os dois eram viajantes experientes, falavam árabe, usavam nomes muçulmanos e adotaram a aparência de comerciantes itinerantes, mas corriam risco de vida caso suas verdadeiras identidades fossem descobertas. Disfarçando muito bem caminho afora, chegaram a Áden em agosto de 1488, e lá concordaram em se separar. Covilhã viajou em um *dhow* árabe em direção ao leste, para a Índia, e passou os dois anos seguintes explorando as rotas comerciais e os portos do oceano Índico. Paiva seguiu para o mar Vermelho, até o porto de Zeila, no continente africano, com a intenção de se dirigir às terras altas da Abissínia, mas nunca mais se ouviu falar dele.

De volta ao Cairo em 1490, a caminho de casa, Covilhã recebeu cartas do rei, salientando a importância de entrar em contato com Preste João. Então partiu novamente e, depois de uma viagem que o levou a Meca e a Medina, chegou à Abissínia, passando pelo porto de Massawa, no mar Vermelho. Uma vez nas montanhas, no entanto, foi-lhe dito que nunca mais iria poder sair. Como os visitantes anteriores haviam descoberto, às próprias custas, para proteger os segredos de suas defesas contra ataques estrangeiros os

reis da Abissínia se recusavam a permitir que os visitantes partissem. Em compensação, Covilhã recebeu uma esposa e grandes extensões de terra, mas nenhuma palavra dele chegou ao mundo exterior.

Treze anos mais tarde, uma missão de catorze homens foi enviada de Lisboa, na esperança de estabelecer relações diplomáticas com Preste João. Ao se aproximarem do acampamento do rei, ao lado do mosteiro histórico de Debre Libanos, eles foram recebidos por um estrangeiro branco, que se revelou ser Pêro da Covilhã. A missão, levando cartas e presentes caros, era liderada por um embaixador, Rodrigo de Lima, e incluía um cirurgião-barbeiro, um artista, um tipógrafo, um músico equipado com um cravo e um órgão e um padre de meia-idade, Francisco Álvares.

Para aborrecimento de Lima, os visitantes tiveram de esperar várias semanas até o rei, Lebna Dengel, dignar-se a lhes conceder uma audiência. Uma noite, quando finalmente foram levados à sua presença, passando por fileiras de homens segurando tochas e guerreiros com espadas desembainhadas, Lebna Dengel permaneceu escondido atrás de uma cortina sobre um estrado coberto com brocados pesados. Várias semanas se passaram até que os portugueses pudessem ter um vislumbre do rei. Com apenas 23 anos de idade, estava sentado em um palanque na tenda real, usando uma coroa de ouro e prata e um manto de brocado dourado. Diante de seu rosto, havia uma cortina de tafetá azul que seus assistentes levantavam e abaixavam, de acordo com sua vontade; por vezes, apenas seus olhos podiam ser vistos, em outras, todo o seu rosto. Com Covilhã atuando como intérprete, Lima apresentou cartas de dom Manuel, oferecendo uma aliança.

Todas as vezes que tentavam deixar a Abissínia, os portugueses encontravam dificuldades. O padre Álvares usou sua permanência forçada para compilar um registro de todos os aspectos da vida que encontrou na região, viajando amplamente pelas montanhas. Desde o século XIII, os reis da Abissínia estavam acostumados a governar de acampamentos móveis, e não de capitais fixas, realocando-se regularmente para inspecionar províncias, arrecadar impostos e guerrear contra adversários internos e externos. Paravam onde

houvesse um abastecimento suficiente de grãos, gado, lenha e água para sustentar sua enorme comitiva, vivendo à custa dos camponeses. Álvares ficou impressionado com os números absolutos dos súditos acampados: cortesãos, juizes, padres, soldados, armeiros, comerciantes, padeiros, ferreiros, prostitutas, cozinheiros e gente comum. Ele descreveu um acampamento como “cravado como uma cidade em uma grande planície”, ocupando “uns bons dez quilômetros”. A morada do rei, de tendas e pavilhões, ficava separada das outras, na parte mais alta de terra disponível, protegida por um invólucro de altas cortinas e vigiada por guardas reais. Outras tendas serviam como igrejas, tribunais de justiça ou prisões. Em frente à casa da Justiça, ficavam acorrentados quatro leões, símbolos tradicionais da realeza. As famílias nobres viviam cada uma em sua própria “vila” de tendas, servidas por um enorme número de atendentes. O “modo de acampamento”, disse Álvares, nunca mudava; todos sabiam o seu lugar. Uma vez em movimento, a corte viajava com 50 a 100 mil mulas de montaria, bem como inúmeros animais de carga.

Em suas viagens pelas montanhas, Álvares viu regiões de grande prosperidade. Passou por campos de painço da altura e da largura de um homem; visitou áreas que semeavam e colhiam cereais o ano todo; viu “belos campos, todos irrigados por canais de água que descem dos picos mais altos”; e passou por rebanhos de gado tão numerosos que “a quantidade que há não pode ser acreditada”. Mas calamidade pela seca ou gafanhotos nunca estava muito distante.

Nessas partes e em todos os domínios de Preste João, os gafanhotos são uma grande praga... Sua multidão, que cobre a terra e enche o ar, é difícil de se acreditar; eles escurecem a luz do sol. Eles não estão, em geral, em todo o reino a cada ano, pois se assim fosse, o país seria um deserto... mas em um ano, eles estão em um lugar, em outro ano em outro... Às vezes, eles estão em duas ou três destas províncias. Sempre que aparecem, a terra é deixada como se tivesse sido incendiada ...

Ele descreveu como populações inteiras eram forçadas a fugir enquanto os gafanhotos devoravam tudo o que estava em seu caminho.

As pessoas estavam indo embora dessa região, e encontramos as estradas cheias de homens, mulheres e crianças a pé, alguns em seus braços, com seus pacotes pequenos em suas cabeças, mudando-se para um lugar onde eles pudessem encontrar alimentos.

Entre suas outras observações, Álvares notou que, embora Lebna Dengel pudesse reunir um exército considerável, era mal-equipado, com pouco mais que lanças, arcos e flechas. Quando o rei finalmente concordou em deixar os portugueses irem embora, seis anos após sua chegada, entregou-lhes uma carta solicitando assistência militar e técnica, propondo uma aliança para que “arrancasse e lançasse os mouros maus, judeus e pagãos fora de [nossas] terras.”

Senhor irmão... Eu quero que você me envie homens, artesãos, para fazer imagens e livros impressos, e espadas e armas para todos os tipos de luta; e também pedreiros e carpinteiros, e homens que fazem medicamentos e médicos e cirurgiões para curar doenças; também artesãos para fundir ouro e prepará-lo, e ourives e prateiros, e os homens que sabem como extrair ouro e prata e também cobre dos veios, e os homens que podem fazer folhas de chumbo e potes de barro; e artesãos de todas as áreas que são necessárias em reinos, também armeiros.

Enquanto a missão se preparava para a viagem, Covilhã expressou “um desejo apaixonado” de se juntar aos compatriotas. Acompanhado por Álvares e outros, ele implorou a Lebna Dengel que o autorizasse a ir embora. Mas foi em vão.

Assim que os portugueses partiram, o exército de Lebna Dengel foi posto à prova. Em 1527, sob o comando de Ahmad ibn Ibrahim, um imã guerreiro de Adal, um sultanato com capital em Harar, as forças muçulmanas invadiram as terras altas de Shoa, em uma guerra religiosa – a jihad – para destruir o Estado cristão. Sua causa era apoiada por turcos otomanos que haviam tomado o controle do Egito, em 1517, e do Iêmen, em 1525. Armado com fuzis e canhões otomanos, Ahmad – que era conhecido pelos abissínios como “Gragn”, o canhoto – fez rápidos avanços, infligindo uma pesada derrota ao exército de Lebna Dengel em Shimbra-Kure, oitenta quilômetros a sudeste da atual Adis Abeba. As forças de Gragn seguiram devastando o planalto, destruindo igrejas e mosteiros, queimando livros e massacrando os cristãos ou convertendo-os à

força. Milhares de escravos foram levados pelo mar Vermelho. Lebna Dengel morreu como um fugitivo, quase sozinho no mosteiro no topo da montanha de Debre Damo.

Nenhuma palavra da catástrofe chegou ao restante do mundo até 1535, quando João Bermudes, o cirurgião-barbeiro que tinha viajado originalmente com Álvares, mas que escolhera permanecer na Abissínia quando eles partiram, conseguiu chegar a Lisboa. E foi só em 1541 que uma força expedicionária portuguesa de quatrocentos homens armados com canhões, mosquetes e grandes quantidades de pólvora e chumbo chegou para ajudar a defender o que restava do Estado cristão.

Em suas batalhas contra Gagn, os portugueses sofreram baixas pesadas. Seu comandante, Cristóvão da Gama, filho de Vasco da Gama, ficou gravemente ferido, foi preso e decapitado. Mas quando o próprio Gagn foi morto por um atirador português, em 1543, o moral no acampamento muçulmano entrou em colapso, e suas forças recuaram em desordem para as terras baixas. Assim, a intervenção de Portugal ajudou a afastar a conquista muçulmana da terra do Preste João.

12. A travessia do Atlântico

OS PORTUGUESES CONTINUARAM a dominar o comércio marítimo com a costa oeste da África até o final do século XVI. Apenas alguns “intrusos” de outros Estados europeus se aventuravam ali. Em 1530, William Hawkins, o primeiro corsário inglês a desembarcar na África ocidental, pegou uma carga de marfim da costa da Guiné. Em 1540, John Landye, um capitão a serviço de Hawkins, fez uma segunda viagem para o mesmo local. Na década de 1550, três capitães ingleses – Thomas Wyndham, John Lok e William Towerson – partiram para a Guiné e o Benin, trazendo de volta cargas altamente rentáveis de ouro, marfim e pimenta. Corsários franceses eram igualmente ativos no rio Senegal e no rio Gâmbia. Nem os comerciantes ingleses nem os franceses mostraram qualquer interesse em adquirir escravos, pois nem a Inglaterra nem a França, ao contrário de Portugal e Espanha, tinham um mercado de escravos.

A dinâmica do comércio europeu com a África ocidental, no entanto, mudou profundamente durante o século XVI. Logo depois da viagem de Colombo ao Caribe, em 1492, a Espanha estabeleceu uma colônia na ilha de Hispaniola (atual São Domingos, onde ficam o Haiti e a República Dominicana), onde desenvolveu minas e plantações de açúcar, utilizando inicialmente trabalhadores escravizados dentre a população indígena. Quando seus números diminuíram, em decorrência do excesso de trabalho e das doenças europeias, os espanhóis começaram a importá-los da Europa. O primeiro carregamento de escravos africanos que chegou às Américas veio da Espanha, em um navio espanhol, em 1510. À medida que a demanda por mão de obra no Caribe cresceu, os espanhóis voltaram-se diretamente para a África como fonte de mais contingente. Foi dada autoridade real para o transporte de 4 mil

escravos da Guiné. O primeiro carregamento de escravos importados diretamente da África chegou ao Caribe em 1518.

Na América do Sul, ocorreu um padrão semelhante. Após a viagem de Pedro Álvares Cabral à costa do Brasil, em 1500, os portugueses desenvolveram plantações de açúcar em áreas costeiras, utilizando mão de obra indígena. Quando a demanda por mão de obra no Brasil cresceu, os portugueses passaram a importar escravos diretamente da África. Os primeiros lotes foram enviados na década de 1530.

À medida que o comércio transatlântico de escravos florescia, outros corsários europeus entraram na competição por uma parte do negócio. Na década de 1560, patrocinado por um grupo de comerciantes de Londres, John Hawkins, filho de William Hawkins, fez três viagens ao litoral africano para comprar escravos. De acordo com um breve relato de sua primeira viagem, em 1562, Hawkins partiu para Serra Leoa, na costa da Guiné, "onde permaneceu algum tempo e conseguiu a posse, em parte pela espada, em parte por outros meios, de trezentos negros, além de outras mercadorias...".

Com essa presa, ele navegou pelo mar oceano para a ilha de Hispaniola, [onde] vendeu todos os seus negros; pelos quais recebeu ... por meio de troca, tal quantidade de mercadoria que não só carregou seus três navios com couro, gengibre, açúcar e alguma quantidade de pérolas, mas também fretou outros dois [navios] com couro e mercadorias semelhantes ...

De acordo com os portugueses, no entanto, Hawkins adquiria escravos atacando seus navios negreiros. Ele apreendeu um navio português na costa da Guiné com duzentos escravos e outros cinco navios em Serra Leoa com várias centenas mais.

Estimulado pelos lucros, Hawkins partiu para Serra Leoa de novo, em 1564, com quatro navios, transportando provisões para os quinhentos escravos que esperava pegar. Tais provisões incluíam uma tonelada e meia de feijão e ervilha para a alimentação, e camisas e sapatos com os quais eles deveriam ser vestidos para a venda. "Ficamos por uns dias", continua o relato, "indo todos os dias à praia, para pegar os habitantes e queimar e saquear suas cidades."

Apesar de ter encontrado alguma resistência, ele deixou Serra Leoa rumo ao Caribe com uma carga de cerca de quatrocentos escravos, regressando para a Inglaterra “com grande lucro para os empreendedores”.

Em sua terceira viagem, em 1567, Hawkins estava prestes a partir de Serra Leoa com uma carga de 150 escravos, quando foi abordado por dois enviados do “rei de Serra Leoa” e do “rei de Castros”, pedindo-lhe para unir forças em uma guerra contra dois reinos vizinhos. Como recompensa, ele poderia levar “quantos negros por essas guerras puderem ser obtidos”. Hawkins aceitou a proposta, partindo com duzentos ingleses para invadir uma cidade de cerca de 8 mil habitantes. Em seguida, partiu para o Caribe com 470 cativos.

O comércio de escravos no Atlântico ganhava força ano após ano. De acordo com pesquisadores modernos, na segunda metade do século XV o número de escravos levados pelos comerciantes por mar a partir da costa oeste da África chegava a aproximadamente 80 mil. Na primeira metade do século XVI, quando outros comerciantes europeus passaram a se envolver e o comércio transatlântico começou, o número subiu para cerca de 120 mil. Na segunda metade do século XVI, o comércio transatlântico de escravos atingiu um volume de cerca de 210 mil pessoas – uma média aproximada de 4 mil escravos por ano.

No século XVII, novos fatores influenciaram o comércio. Os holandeses emergiram como uma potência marítima no Atlântico e quebraram o monopólio espanhol sobre o mercado caribenho e o domínio português na África ocidental e no Brasil. Eles levaram uma nova tecnologia de plantação do Brasil para o Caribe, fornecendo escravos da África a preços baixos para a expansão de engenhos de açúcar nessas regiões. À medida que a demanda europeia por açúcar disparava, era necessário mais terras e mais mão de obra para atendê-la. Atraídos pela escala de lucros que os holandeses estavam obtendo, os ingleses e os franceses também entraram na disputa. As novas plantações que os ingleses estabeleceram em Barbados e na Jamaica e que os franceses estabeleceram na

Martinica, em Guadalupe e em São Domingos impulsionaram ainda mais a demanda por escravos.

Na África ocidental, os holandeses expulsaram os portugueses da Costa do Ouro, capturando os fortes de Elmina, em 1637, e de Axim, em 1642. Outros comerciantes europeus – ingleses, dinamarqueses, suecos e brandeburgueses – se seguiram, construindo suas próprias fortalezas ao longo da Costa do Ouro. Os franceses estabeleceram-se em 1639 em uma ilha na foz do rio Senegal, onde construíram um forte e uma cidade, nomeando-os São Luís. Eles também ampliaram sua presença na região por meio da captura da ilha-fortaleza de Gorée (em frente à atual Dacar), uma localização estratégica que controlava grande parte do comércio marítimo da Alta Guiné, estabelecida originalmente pelos portugueses e então comprada pelos holandeses. Os portugueses conseguiram manter o controle das ilhas de Cabo Verde e um posto de troca no rio Cacheu, na costa da Guiné. Fora isso, sua presença na costa oeste da África foi reduzida a portos negreiros em Mpinda e Boma, no estuário do Congo, e um novo entreposto em Luanda, no reino de Ndongo Mbundu, estabelecido no final do século XVI. O objetivo de todos os mercadores europeus na costa oeste era lucrar o máximo possível, fosse a partir do comércio de ouro, de marfim ou de escravos. Mas, se anteriormente a força motriz por trás de sua corrida fora o ouro, o foco agora era a aquisição de escravos.

Em qualquer tipo de comércio que envolvesse a África, os governos europeus procuravam se beneficiar, concedendo monopólios nacionais a empresas comerciais que lá se aventurassem. Em 1618, o rei inglês Jaime I emitiu carta régia de monopólio para trinta mercadores londrinos que haviam formado a Company of Adventurers of London Trading into Parts of Africa [Companhia de Aventureiros de Londres para Comércio com Partes da África], apelidada de “Gynny e Bynny” (Guiné e Benin), com o objetivo de “descobrir o comércio de ouro dos mouros da Berberia”. O monopólio holandês sobre o comércio entre a África e o Caribe era controlado pela Geoctroyeerde West-Indische Compagnie [Companhia Holandesa das Índias Ocidentais], que, na altura de

1640, transportava cerca de 3 mil escravos por ano para as Américas. O governo francês concedeu o monopólio negreiro para a Compagnie Française des Indes Occidentales [Companhia Francesa das Índias Ocidentais] até a demanda por escravos tornar-se tão alta que o comércio foi aberto para qualquer francês que quisesse praticá-lo. “Não há nada melhor para crescimento dessas colônias [do Caribe] ... do que o trabalho de negros”, declarou uma proclamação real. Em 1660, a Royal Adventurers into Africa [Aventureiros Reais na África], uma empresa de Londres entre cujos investidores estavam o rei Carlos II e três outros membros da família real, recebeu monopólio do comércio da Inglaterra na África por mil anos. Parte do ouro que trouxeram da Costa do Ouro foi usada pela Real Casa da Moeda para produzir moedas com um elefante em uma das faces; popularmente chamadas de “guinéus” e equivalentes a 21 xelins, elas permaneceram em circulação até 1967. Em 1665, a empresa calculou que metade de seus rendimentos vinha do ouro, um quarto dos escravos e um quarto de marfim, pimenta, couro e cera para madeira. Em 1672, no entanto, ao encontrar dificuldades financeiras, seu lugar foi ocupado pela Royal African Company of England [Companhia Real Africana da Inglaterra], que recebeu uma licença para comerciar “ouro, prata, negros, escravos, mercadorias, louças e manufaturados” por mil anos e monopólio de todo o comércio africano até 1688. Sua principal base na África passou a ser a Costa do Ouro, e sua sede na Costa do Cabo incluía uma guarnição de cinquenta soldados ingleses, trinta escravos e um comandante residente responsável por todas as atividades inglesas na África ocidental. Por volta do final do século XVII, três quintos de seu rendimento vinham da venda de escravos. Além das empresas autorizadas, um número crescente de corsários – “intrusos” – competia por uma fatia do negócio.

O comércio triangular entre a Europa, a costa oeste da África e as Américas beneficiou os comerciantes europeus com uma rodada tripla de lucros. Na viagem de ida para a África, eles levavam linho, tecidos, peças de metal, miçangas, aguardente, vinho e armas de

fogo; então, pegavam escravos, que vendiam no Caribe ou no Brasil, levando de volta à Europa cargas de açúcar, tabaco e rum.

Ainda assim, o comércio dependia da colaboração de governantes e intermediários africanos, os quais faziam seus próprios lucros. Em geral, os comerciantes europeus ficavam confinados nos postos fortificados no litoral ou em estuários de rios – “feitorias”, como eram conhecidos –, construídos para protegê-los de rivais europeus. Raramente se arriscavam mais do que alguns quilômetros para o interior. E não possuíam poder militar para forçar os africanos a se envolverem em qualquer tipo de comércio em que seus líderes não quisessem participar. O negócio da venda de escravos permaneceu em grande parte sob controle africano.

No início, todos os relatos europeus de primeira mão sobre o comércio na costa oeste da África durante os séculos XVI e XVII salientam o papel crucial desempenhado pelos governantes africanos. “O comércio de escravos”, escreveu um traficante inglês no final do século XVII, “é negócio de reis, homens ricos e comerciantes de primeira linha.” Em uma carta publicada em 1705, Willem Bosman, o principal agente da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais no castelo de Elmina, relatou:

O primeiro negócio de um dos nossos agentes quando vem a Fida [Whydah ou Ouidah,^e na costa do Daomé] é satisfazer a alfândega do Rei e dos grandes homens, o que equivale a cerca de cem libras esterlinas em valores da Guiné ... Depois disso, temos licença livre para comerciar, divulgada em toda a terra pelo “gritador”.

Mas, antes de podermos lidar com qualquer pessoa, somos obrigados a comprar todo o estoque de escravos do Rei a um preço fixo; que é geralmente um terço ou um quarto maior do que o normal. Depois disso, ficamos livres para lidar com todos os seus súditos de qualquer categoria.

Era comum os governantes africanos exigirem presentes, impostos ou outro tributo a ser definido antes de conceder permissão para escravização. Havia uma longa negociação. Em uma viagem ao rio Calabar, no delta do Níger, em 1699, James Barbot registrou:

Nós desembarcamos ... para cumprimentar o rei e fazer-lhe ofertas de comércio, mas ele nos deu a entender que esperava uma barra de ferro a mais para cada escravo do que

Edwards tinha pagado pelos seus; e também se opôs muito a nossas bacias, jarros, miçangas amarelas e algumas outras mercadorias, como de pouca ou nenhuma demanda ali no momento.

No dia seguinte, o regateio continuou, o rei e sua comitiva insistindo em treze barras de ferro por escravo e dez por escrava. Depois de vários outros dias de “conferências”, os dois lados chegaram a um acordo: treze barras por cada homem e nove barras e dois anéis de latão por cada mulher. A ocasião foi celebrada em uma festa a bordo do navio de Barbot, em que o rei e seus nobres foram tratados “com doses de conhaque e tigelas de ponche até a noite”, e o rei foi presenteado com um chapéu, um mosquete e nove colares de contas. O ganho de James Barbot no negócio foi de 648 escravos.

O suprimento de escravos às vezes era aleatório. “Em tempos de guerra entre as nações do interior e as mais próximas dos mares, a Costa do Ouro fornece um grande número de escravos de todos os sexos e idades”, escreveu John Barbot, agente da Compagnie Royale d’Afrique [Companhia Real Africana da França] e tio de James Barbot. Ele registrou como, em 1681,

um intruso inglês [no forte] de Commendo conseguiu trezentos bons escravos por quase nada além do custo de recebê-los na praia em seus barcos, pois os homens de Commendo os trouxeram do campo de batalha, tendo obtido uma vitória sobre uma nação vizinha e feito um grande número de prisioneiros.

No ano seguinte, escreveu ele, “só consegui oito de uma ponta da costa à outra”.

A maioria dos escravos eram prisioneiros de guerra, mas outros eram criminosos condenados, vítimas de sequestro, presos políticos ou membros da família vendidos por dívida ou em troca de alimentos em tempo de fome. A escravidão tornou-se um método comum para a eliminação de todo tipo de indivíduos problemáticos. Francis Moore, que negociava escravos no rio Gâmbia, na década de 1730, registrou:

Desde que existe o tráfico de escravos, todas as punições são mudadas para escravidão; por haver uma vantagem nessas condenações, eles se esforçam muito para criminalizar,

a fim de obter o benefício de vender o criminoso. Não só assassinato, roubo ou adultério, mas qualquer crime insignificante é punido vendendo-se o criminoso como escravo.

Sequestros também eram uma prevalência em algumas áreas do oeste da África. Olaudah Equiano, filho de um fazendeiro igbo, descreveu em sua autobiografia como as crianças de sua aldeia haviam sido ensinadas a estar constantemente alertas para a ameaça de sequestradores quando seus pais iam trabalhar nos campos. "Às vezes, eles aproveitavam a ausência de nossos pais para atacar e levar consigo tantos quanto pudessem carregar." Equiano foi sequestrado aos onze anos com a irmã. Foi vendido pela primeira vez a um chefe africano, mas escapou e voltou para casa; foi capturado de novo e revendido várias vezes, antes de acabar nas mãos de traficantes de escravos ingleses.

Uma vez trazidos para a costa, os escravos eram mantidos em "cabines" especialmente construídas ou em currais para aguardar inspeção por agentes europeus. A demanda por homens era maior do que por mulheres à razão de dois para uma. As mulheres eram consideradas inadequadas para o trabalho pesado necessário para plantar e colher cana-de-açúcar e, portanto, mais baratas. "Ao carregar com escravos nossos navios", a Companhia Real Africana da Inglaterra instruíra seus agentes, "deve-se observar que os negros tenham boa aparência e sejam saudáveis, com idade maior do que quinze mas não superior a quarenta; e, pelo menos, dois terços sejam homens." Os selecionados para a compra eram gravados a ferro quente com a marca de seus proprietários europeus.

As negociações podiam ser feitas em várias moedas e com bens de comércio. A principal moeda usada na costa da Guiné era a "barra", uma barra de ferro de cerca de nove metros de comprimento, com entalhes subdividindo-a em unidades menores. Na Costa do Ouro, era a "onça comercial", uma medida de pó de ouro, ou a "manilha", uma pulseira de latão ou cobre em forma de ferradura. Em muitas partes da costa oeste, búzios eram utilizados como padrão de valor tanto para transações grandes como pequenas. Os pagamentos também eram baseados em taxas de

câmbio múltiplas. Em 1676, por exemplo, a Companhia Real Africana da Inglaterra comprou uma carga de exatamente cem homens, mulheres e crianças, pagando por eles com vários metros de pano, cinco mosquetes, 21 barras de ferro, 72 facas, meio barril de pólvora e outros itens diversos.

Devidamente pagos e marcados, os escravos eram mantidos em barracões para aguardar embarque para a infame travessia do Atlântico. O medo e a angústia eram tanto maiores pelo fato de que abundavam lendas sobre os europeus serem criaturas do mar, canibais da terra dos mortos; dizia-se que seus sapatos de couro preto eram fabricados de peles de africanos; seu vinho tinto era sangue africano; seu queijo era feito a partir de cérebros africanos; e sua pólvora eram ossos africanos queimados e pulverizados. Levados a bordo, os escravos eram acorrentados em pares e colocados em fileiras apertadas. O espaço alocado para cada um era mínimo. Em 1713, a Companhia Real Africana da Inglaterra estipulou que deveria ser de "150 centímetros de comprimento, trinta de largura e sessenta de altura". O momento da partida era especialmente aterrorizante. "Os escravos passaram a noite toda em tumulto", registrou o diário de um marinheiro. "Eles sentiam o movimento do navio. Um uivo pior do que esse jamais ouvi..."

O relato da travessia feito por Olaudah Equiano fornece uma vívida descrição das condições que enfrentavam:

O fedor do porão enquanto estávamos na costa era tão intoleravelmente repugnante que era perigoso ficar ali por pouco tempo que fosse, e alguns de nós tínhamos sido autorizados a permanecer no convés para [respirar] ar fresco; mas agora que a carga de todo o navio estava confinada em conjunto, o ar tornou-se absolutamente pestilento. O confinamento do lugar e o calor do clima, somados ao número de pessoas no navio, que estava tão cheio que cada um tinha pouco espaço para se virar, quase nos sufocavam. Isso produzia perspiração constante de uma variedade de cheiros repugnantes, de modo que o ar logo se tornou impróprio para respirar e provocava doença entre os escravos, da qual muitos morriam ... Essa situação miserável era ainda agravada pela pungência dos grilhões, agora insuportável; e a sujeira dos sanitários, em que as crianças muitas vezes caíam e quase se sufocavam. Os gritos das mulheres e os gemidos dos moribundos tornavam toda a cena de um horror quase inconcebível.

O número de escravos exportados a partir da costa oeste aumentou inexoravelmente durante o século XVII. Na primeira metade, o total foi de cerca de 670 mil, uma média anual de pouco menos de 14 mil. Na segunda metade, atingiu aproximadamente 1,2 milhão, uma média anual de 24 mil. Nos últimos cinquenta anos do século XVII, mais escravos foram vendidos aos europeus na costa atlântica do que nos duzentos anos anteriores somados. No século XVIII, os números subiram ainda mais: a média anual foi de 65 mil, disparando para mais de 80 mil na década de 1780, perfazendo um total de 6,5 milhões.

O porto de escravos que despachou o maior número deles pelo Atlântico foi Luanda. Fundada em 1576 ao norte da foz do rio Kwanza, Luanda era usada pelos portugueses como base para a expansão colonial, precipitando um século de guerras que manteve o comércio de escravos a todo vapor. Logo após sua chegada, os portugueses avançaram para o interior ao longo do vale do Kwanza, com a intenção de conquistar o território Ndongo, onde se dizia que abundavam minas de prata. Não acharam prata, mas o comércio de escravos oferecia perspectivas ainda melhores. "Aqui se encontram todos os escravos que se poderia desejar", escreveu um padre jesuíta em 1576, "e eles custam praticamente nada." Em 1592, Portugal enviou um governador-geral para Luanda com instruções de estabelecer um governo colonial lá, e chamou o enclave costeiro de Angola, a partir do título do governante do Ndongo, o *ngola*, cujo reino os portugueses tinham invadido.

As redes de escravos estabelecidas pelos portugueses e pela crescente comunidade de pombeiros afro-portugueses estendiam-se até bem longe da costa, extraindo suprimentos de Estados abundos, como Kasanje e Matamba, e de territórios além do rio Kwango, como Kazembe e Lunda. Senhores da guerra imbangalas operavam em grandes áreas, atuando efetivamente como mercenários para os portugueses. Guerras locais eram frequentemente iniciadas com o objetivo de obter prisioneiros para venda. Um novo enclave português foi estabelecido em Benguela, ao sul de Luanda, povoado por renegados do Congo, e Livross e

condenados de Portugal e criminosos do Brasil que criaram suas próprias redes de escravização nas terras altas além da zona costeira.

O principal destino dos navios negreiros que partiam dos portos de Angola e do Congo era a costa brasileira. Mais da metade do número de escravos exportados pelos portugueses da África centro-ocidental ia para o Brasil, uma viagem com duração de cinco a oito semanas; o restante era levado para o Caribe e para as *plantations* em estados da América do Norte. A taxa de mortalidade durante as várias fases da escravização era alta. Uma estimativa moderna é que, para cada cem africanos escravizados nas últimas décadas do século XVIII para serem exportados a partir de Angola, dez podem ter morrido pela captura, 22 no caminho até o litoral, dez nas cidades costeiras, seis no mar e três nas Américas, antes de iniciar o trabalho, o que significa que menos da metade sobrevivia para o trabalho escravo. Ao todo, durante os três séculos e meio que o comércio transatlântico de escravos durou, cerca de 2,8 milhões de escravos foram enviados de Luanda e 764 mil de Benguela, cerca de um quarto do total.

Um trecho de litoral ao longo do golfo do Benin produziu o segundo maior número de escravos. O fornecimento no século XVII era tão prolífico que os comerciantes europeus chamaram a região de Costa dos Escravos. Incentivados por governantes locais interessados em fazer negócio, navios portugueses, holandeses, franceses e ingleses faziam paradas regulares nos portos lagunares de Popo, Ouidah, Offra, Jaquim, Porto Novo, Badagry e Lagos. Começando em meados do século XVII com 2 mil escravos, em 1700 os números de exportação da Costa dos Escravos haviam atingido 12 mil por ano.

A liderança era do porto lagunar de Ouidah, parte do reino de Hueda, cujo governante fazia incursões frequentes no interior para satisfazer a demanda europeia. "O Rei é um senhor absoluto", escreveu John Atkins, um cirurgião naval, sobre Ouidah em 1721, "fazendo, às vezes, acordos justos com seus vizinhos na terra ... mas se não consegue obter um número suficiente de escravos dessa

forma, manda um exército e despova. Ele e o rei de Ardra [Allada], juntos, cometem grandes depredações no interior”.

Na década de 1720, Ouidah e vários outros portos ao longo da Costa dos Escravos foram dominados pelo reino do Daomé, no interior, um Estado aja vizinho do império iorubá de Oyo. Em sua capital, Abomei, a cerca de 120 quilômetros de Ouidah em direção ao interior, os reis do Daomé logo se envolveram maciçamente no tráfico de escravos por sua própria conta. A renda anual do rei Tegbesu, um monarca cruel que executava comerciantes rivais para impor um monopólio real sobre o tráfico de escravos, foi estimada em 250 mil libras esterlinas. Os reis do Daomé também faziam sacrifícios regulares de prisioneiros de guerra em cerimônias terríveis, conhecidas como a festa dos “costumes anuais”, às quais visitantes europeus eram convidados a participar. O reino do Daomé, por sua vez, foi invadido pelos exércitos de Oyo no século XVIII. O comércio na Costa dos Escravos, no entanto, continuou a prosperar. No século XVIII, como um todo, cerca de 1,2 milhão de escravos partiu do golfo do Benin, a maioria deles saindo do porto de Ouidah.

A leste do golfo do Benin, o delta do Níger, um labirinto de rios, riachos e mangues pantanosos que se estendem por 150 quilômetros ao longo da costa, tornou-se outra importante fonte de escravos durante o século XVII. Adaptando-se às exigências do comércio de escravos, as comunidades pesqueiras do delta e do estuário do rio Cross atuavam como intermediárias, criando entrepostos no litoral – Bonny, Brass e Calabar – e organizando o fornecimento de escravos de pontos distantes no interior. Comerciantes africanos viajavam para o interior em grandes barcos fluviais, tripulados por até cinquenta remadores, parando em mercados ribeirinhos para pegar carga. Sua rede cobria grande parte do território igbo e ibíbio e se estendia até o vale do rio Benue. Comerciantes europeus pagavam adiantado pelas incursões rio acima e esperavam o seu regresso na costa. Descrevendo as viagens que fez nesses locais na década de 1760, William James registrou:

Os comerciantes negros de Bonny e Calabar ... aparecem com escravos uma vez por quinzena; quinta-feira ou sexta-feira é geralmente o seu dia de negociação. De vinte a

trinta canoas, às vezes mais e às vezes menos, surgem, uma a uma. Em cada canoa, pode haver de vinte a trinta escravos. Os braços de alguns deles estão amarrados atrás das costas com galhos, caniços, cipós ou outros ligamentos do local; e se acontecer de serem mais fortes do que o comum, são amarrados também acima do joelho. Nessa situação, são jogados no fundo da canoa, onde ficam com muita dor e muitas vezes quase cobertos de água. Em seu desembarque, são levados para as casas dos comerciantes, onde são oleados, alimentados e preparados para a venda ... Nenhum escravo doente é comprado ... Quando o negócio é feito, eles são levados embora ... Parecem muito desanimados quando colocados a bordo. Os homens são aguilhoados, situação em que permanecem durante toda a travessia do Atlântico, a não ser quando estão doentes.

Durante o século XVIII, cerca de 904 mil escravos foram exportados de portos comerciais no delta do Níger e no rio Cross.

Uma quarta região que começou a oferecer um grande número de escravos para venda no século XVIII foi a Costa do Ouro. Até então, a Costa do Ouro tinha sido uma importadora de escravos. Entre 1480 e 1550, os navios portugueses transportaram mais de 30 mil escravos para lá, principalmente a partir de São Tomé e dos "rios de escravos" do golfo do Benin. Eles eram usados como mão de obra nos campos de ouro akans, como trabalhadores agrícolas ou vendidos para mercados de escravos do norte. O comércio de escravos da Costa do Ouro, bem como o de ouro e marfim, atraiu uma grande quantidade de mercadores europeus. Por volta do século XVIII, o litoral estava pontuado com 25 grandes fortalezas de pedra a quinze quilômetros de distância uma da outra, em média, além de uma variedade de outras feitorias e pontos de apoio – ao todo cerca de cem postos de comércio.

Mas, durante o século XVII, irrompeu, no interior, uma série de guerras entre os Estados akans rivais competindo por supremacia, o que produziu uma onda de escravos para venda. Em 1705, um diretor da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais relatou que a Costa do Ouro foi "transformando-se completamente em uma costa de escravos, e os nativos já não buscam ouro, mas sim guerrear entre si para obter escravos". Na primeira década do século XVIII, os comerciantes europeus compraram 80 mil africanos. O comércio de escravos logo ultrapassou o de ouro e marfim. Somando-se a isso, havia uma crescente demanda dos senhores da guerra akans rivais

por armas de fogo europeias. “Nós lhes vendemos quantidades incríveis”, escreveu Willem Bosman, o principal agente no castelo de Elmina.

O poder dominante que surgiu na Costa do Ouro foi o novo reino axânti. Seu fundador foi Osei Tutu, o primeiro *ashantihene*, que reuniu grupos akans vizinhos em um ato de união, simbolizado por um banco de madeira parcialmente coberto de ouro. O Banco de Ouro tornou-se um culto de Estado. Com a ajuda de armas de fogo holandesas e inglesas, o reino axânti, tendo por capital a cidade de Kumasi, no interior, expandiu-se em um império, incorporando um território conquistado após outro. O volume de escravos foi ficando cada vez maior. Os governantes axântis precisavam vender escravos para financiar a compra de armas de fogo europeias, com as quais podiam manter o controle de seu império. Assim, a Costa do Ouro tornou-se conhecida tanto por suas exportações de escravos quanto de ouro. No século XVIII, mais de 1 milhão de escravos foram enviados dos fortes de comerciantes europeus para as Américas.

Com o aumento da demanda, o preço dos escravos subiu cada vez mais, espalhando o comércio em todas as direções. Entre 1680 e a década de 1840, seu preço aumentou continuamente até alcançar cerca de cinco vezes o valor inicial. Para os governantes do interior, ansiosos em colocar as mãos na mercadoria europeia, especialmente armas e pólvora, a caça a escravos tornou-se uma atividade essencial. Assim, o comércio costeiro alcançou cada vez mais o interior, arruinando comunidades até então intocadas.

^e Chamada de Uidá ou Ajudá pelos portugueses. (N.T.)

13. Fronteiras ao sul

No SÉCULO XVII, em suas viagens pelo extremo sul da África, a meio caminho da rota de comércio entre a Europa e a Ásia, os capitães de mar europeus começaram a fazer paradas regulares na baía da Mesa, no cabo da Boa Esperança, para se abastecer de água fresca, descansar as tripulações atacadas pelo escorbuto e obter gado dos pastores locais khoikhois por meio de escambo. Os principais visitantes eram navios ingleses e holandeses, mas havia outros, vindos da França e da Escandinávia. Depois de meses de duro velejar, a baía da Mesa fornecia uma pausa bem-vinda. Com um clima mediterrâneo agradável e livre de doenças tropicais, a região era bem irrigada e encantava os marinheiros que se aventuravam em terra. Em 1611, um agente da England's East India Company [Companhia Inglesa das Índias Orientais] relatou:

Entrei uns dez quilômetros para o interior, com quatro ou cinco outros ... Nunca vi terra melhor na vida. Embora estivéssemos em meados do inverno, a grama vinha até os joelhos; ela é cheia de bosques e encantadores rios de água doce, com muitos veados, peixes e aves, e a abundância de vacas e ovelhas é surpreendente ... O clima é muito saudável, de sorte que, chegando lá com muitos dos nossos doentes, todos eles recuperaram a saúde e a força dentro de vinte dias ... e achamos os nativos do país pessoas muito corteses e tratáveis, e eles não nos deram o mínimo incômodo durante o tempo em que lá estivemos.

Apesar dos atrativos da península do Cabo, nenhuma companhia europeia propôs a criação de uma base na baía da Mesa por várias décadas. Os diretores da Vereenigde Oost-Indische Compagnie (Companhia Holandesa das Índias Orientais, VOC) só decidiram abraçar a ideia depois que os tripulantes holandeses que haviam passado um ano presos no Cabo por causa de um naufrágio voltaram à Holanda, relatando com entusiasmo os benefícios potenciais de um assentamento. Em 1652, eles enviaram uma expedição à baía da Mesa, sob o comando de Jan van Riebeeck, com

cerca de noventa homens e instruções para construir um forte e um hospital, cultivar legumes e trigo, e criar gado ovino e bovino. O objetivo era apenas fornecer uma estação de reabastecimento e repouso para as tripulações cansadas a um custo mínimo.

Em poucos anos, a estação do Cabo demonstrou ser um trampolim útil, abastecendo embarcações holandesas com produtos frescos das hortas da Companhia, leite de seus currais e carnes obtidas de seu próprio gado, bem como de pastores khoikhois.

Mas tratava-se de um empreendimento deficitário, ainda dependente do fornecimento de alimentos. Na esperança de economizar dinheiro, os diretores da VOC decidiram, em 1657, liberar 39 de seus funcionários de seus contratos e colocá-los em propriedades rurais de doze hectares em Rondebosch, a cerca de dez quilômetros do forte. Embora designados como "*free burghers*" ("cidadãos livres"),^f eram obrigados a vender seus produtos apenas para a Companhia a preços fixos e a aumentar anualmente pelo menos um décimo de seu gado, além de continuarem sujeitos à disciplina da Companhia. Nos anos seguintes, a Companhia liberou mais funcionários, principalmente holandeses e alemães, para trabalhar como agricultores independentes em condições semelhantes.

A invasão de colonos brancos nas tradicionais terras de pastoreio da península do Cabo provocou a revolta de líderes locais khoikhois. Em 1659, os khoikhois atacaram de repente e com vigor, expulsando colonos de cinco fazendas nas encostas orientais da montanha da Mesa e apreendendo seu gado. Depois de meses de impasse, Van Riebeeck se reuniu com representantes khoikhois para negociar termos de paz, registrando em seu diário uma referência a suas queixas:

Eles falaram por um longo tempo sobre estarmos tomando, todos os dias, para nosso próprio uso, mais da terra que pertencia a eles desde tempos imemoriais e na qual estavam acostumados a pastar seu gado. Também perguntaram se, caso viessem para a Holanda, seriam autorizados a agir de forma semelhante, dizendo "não nos importáramos se vocês ficassem no forte, mas vocês vêm para o interior, selecionando as melhores terras para vocês mesmos, sem jamais perguntar se gostamos disso ou se isso vai nos causar qualquer inconveniência". Eles, portanto, insistiram com muita

veemência que devem voltar a ter livre acesso ao pasto. Alegaram que não havia capim suficiente para ambos os seus rebanhos e os nossos. “Não estamos, portanto, certos em impedi-los de obter mais gado? Pois, se tiverem muito gado, vocês vêm ocupar nosso pasto com eles, e depois dizem que a terra não é grande o suficiente para nós dois! Quem, então, com o maior grau de justiça, deve dar lugar, o proprietário natural ou o invasor estrangeiro?” Insistiram tanto sobre esse ponto que nós lhes dissemos que já tinham perdido a terra em guerra e, portanto, não poderiam esperar recuperá-la. Era nossa intenção mantê-la.

Em 1660, sob os termos de um tratado de paz, os khoikhois da península do Cabo mantiveram o gado que haviam apreendido e não pagaram qualquer reparação pelos danos que tinham causado. Mas, com implicações nefastas para seu futuro, abriram mão de seu direito à terra, reconhecendo a soberania da VOC sobre a terra em que os *free burghers* tinham se assentado. Para evitar novas incursões, Van Riebeeck ordenou a construção de um perímetro de defesa em torno do assentamento, delimitando-o com cercas, casas de vigia e uma sebe de amendoeiras amargas. Quando concluído, cobria uma área de aproximadamente dez quilômetros por cinco.

Mas havia outras dificuldades. Desde o início, Van Riebeeck era atormentado pela escassez de mão de obra. Em 1657, o assentamento do Cabo abrigava menos de 150 pessoas: cem funcionários da Companhia, dez *free burghers*, seis esposas, doze crianças, seis condenados e dez escravos pessoais. Era necessária uma grande força de trabalho para limpar a terra, cortar madeira, fazer tijolos, construir edifícios, cultivar colheitas e arrebanhar o gado. Proibido pela Companhia de forçar os khoikhois a trabalhar para ele, Van Riebeeck movimentou-se para obter permissão para importar escravos. O trabalho escravo era comumente usado pelos holandeses na maioria dos postos avançados de seu império na Ásia.

A partir de então, o assentamento do Cabo passou a depender de trabalho escravo. As duas primeiras remessas substanciais chegaram à baía da Mesa em 1658: um carregamento de 228 escravos enviado do Daomé; e outro de Angola, com 174 escravos, em sua maioria crianças, capturados pelos holandeses de um navio negreiro português que se dirigia ao Brasil. As remessas posteriores vieram principalmente de Madagascar, da Índia e da Indonésia. A maior

parte dos escravos foi alocada para trabalhar para a Companhia; por volta de 1679, ela empregava 310 escravos. Outros foram entregues a *free burghers*.

Uma vez que a base de operações na península do Cabo tornara-se segura, os diretores da Companhia ambicionaram desenvolvê-la de uma estação de provisionamento a uma colônia viável. Em 1679, um enérgico governador, Simon van der Stel, foi enviado a De Kaap para expandir a “Vila do Cabo” em um novo território. Em um mês, ele havia identificado um local para um novo assentamento às margens do rio Eerste, a sessenta quilômetros do forte na baía da Mesa, a que deu o nome de Stellenbosch. Stellenbosch cresceu tão depressa que, em 1682, tornou-se uma entidade local independente e, em 1685, sede de um magistrado – um *drostdy*.⁹ Em 1688, refugiados huguenotes franceses chegaram à região e passaram a desenvolver vinhedos nos vales férteis nos arredores de Stellenbosch.

No início do século XVIII, a Colônia do Cabo se estendia por oitenta quilômetros ao norte e 65 a leste da península do Cabo e tinha adquirido uma cultura variada, mas característica. A população colonial contava com cerca de setecentos funcionários da Companhia e uma comunidade de colonos de aproximadamente 2 mil homens, mulheres e crianças. No topo da sociedade estava o governador e seu círculo de altos funcionários holandeses: uma elite dominante na sede da Companhia – o castelo na “Vila do Cabo” –, que mantinha monopólio de controle e que enriqueceu por meio de negociações particulares e pela aquisição de grandes áreas de terra fértil que cultivava para lucro pessoal, usando mão de obra da Companhia. Na altura de 1705, um terço da área agrícola da colônia estava nas mãos de vinte funcionários da Companhia; a fazenda do governador empregava duzentos escravos e sessenta capatazes brancos. Entre os *free burghers*, havia uma pequena classe de ricos comerciantes e agricultores. A maioria da população levava uma vida simples como criadores de gado, agricultores, guardiões, artesãos e mercadores. Havia também um número substancial de “pobres, indigentes e decrepitos”.

Aninhada sob a montanha da Mesa, a “Vila do Cabo” permaneceu do tamanho de pouco mais do que uma aldeia, com cerca de 150 casas ao todo, mais uma série de edifícios da Companhia e várias tabernas. Era uma comunidade voltada para o mar, na qual o grande acontecimento do dia era a chegada de uma frota trazendo notícias da Europa ou da Ásia e uma nova onda de comércio. Em 1702, um visitante dinamarquês, Abraham Bogaert, descreveu o assentamento da seguinte forma:

A vila, situada a um bom tiro de mosquete a oeste do Castelo, estende-se desde o mar até a montanha da Mesa e, na parte de trás, toca as encostas mais externas do monte Leão. O número de casas aumentou maravilhosamente desde que a Companhia escolheu este lugar para um assentamento ... Todas são construídas de pedra ... Elas ficam muito bonitas de longe, por causa da cal branca com a qual são rebocadas por fora, e muitas brilham com o asseio holandês ... Agora, a vila se orgulha de uma igreja, construída no estilo holandês e adornada com uma torre de bom tamanho ...

Escravos da Companhia garantiam a principal força de trabalho. Eram empregados não só como trabalhadores em geral, mas como jardineiros, pedreiros, carpinteiros, estivadores, tanoeiros, ferreiros e empregados domésticos. Em 1714, somavam 445: 224 homens, 129 mulheres e 92 crianças. Eram alojados juntos, no galpão de escravos da Companhia, uma grande estrutura de tijolo com um pátio central construída em 1679. O galpão era também usado como bordel e visitado não só por marinheiros, mas também por *burghers* e empregados da Companhia. Das crianças nascidas de mães escravas, três quartos tinham pais europeus.

O maior contingente de escravos era de propriedade de *free burghers*. Em 1711, somavam 1.771. Escravos de propriedade privada eram distribuídos entre vários proprietários em pequenos grupos e usados principalmente como trabalhadores rurais ou empregados domésticos. A maioria dos comerciantes era dona de um escravo ou dois; alguns fazendeiros prósperos tinham até cem.

A cada ano eram trazidas novas levas de escravos, de cem a duzentos em média, vindos sobretudo de Moçambique continental. A comunidade de escravos do Cabo, na qual os homens superavam as mulheres em mais de quatro vezes, nunca se tornou uma população

autorreprodutiva. Além disso, as taxas de mortalidade permaneceram altas, especialmente durante as intermitentes epidemias de varíola e outras doenças. Raramente era concedida alforria; junto com os filhos, eles permaneciam escravos por toda a vida.

Os khoikhois, por sua vez, conhecidos pelos colonos como "hotentotes", enfrentavam um futuro cada vez mais perigoso. O principal grupo ao norte da península, os cochoquas, foram severamente enfraquecidos por uma série de confrontos entre 1673 e 1677. Não só os khoikhois perderam terras para os colonos brancos, mas seus rebanhos de gado bovino e ovino foram muito dilapidados. Os registros da Companhia mostram que, entre 1652 e 1699, ela comprou 16 mil bovinos e 36 mil ovelhas dos pastores khoikhois. Um grande número foi também perdido como resultado de ataques dos *burghers*.

Incapazes de resistir à invasão branca, as chefaturas khoikhois do sudoeste do Cabo começaram a se desintegrar. Muitos khoikhois tornaram-se dependentes da colônia para sua subsistência, à procura de trabalho como vaqueiros e pastores de ovelhas. Alguns ficaram viciados em bebidas alcoólicas e tabaco. Outros foram reduzidos a uma existência itinerante. Em 1705, um funcionário holandês registrou a situação dos khoikhois ao norte da Vila do Cabo: "... aqueles que costumavam viver contentes sob chefes, sustentando-se pacificamente com a criação de gado, tornaram-se, em sua maioria, boxímanes, caçadores e ladrões, e estão espalhados por toda parte entre as montanhas."

O pior ainda estava por vir. Em 1713, um navio holandês com destino à Europa mandou para terra um lote de roupa a ser lavada por escravos da Companhia. A roupa estava contaminada com o vírus da varíola, que devastou a Colônia do Cabo por um ano inteiro. Os europeus e os escravos sofreram pesadamente; centenas de pessoas morreram. Mas os khoikhois, que possuíam quase nenhuma imunidade, foram dizimados; uma estimativa contemporânea avalia que apenas um em dez tenha sobrevivido no sudoeste do Cabo. Em

registros da Companhia, os khoikhois da área praticamente desapareceram.

ALÉM DOS VALES FÉRTEIS e das montanhas da região do Cabo, havia um vasto interior de savanas e terreno semidesértico conhecido pelos khoikhois como Karoo – o “país seco”. No início do século XVIII, os criadores de gado holandeses – chamados de *trekboers* – começaram a se espalhar por todo esse interior árido, pastoreando ovelhas e gado, levando uma vida simples, em carros de boi ou em habitações rudimentares nas fazendas que tinham demarcado, e comerciando marfim de elefante e peles de animais. Alguns se mudaram para o norte, em direção ao rio Olifants; outros para o leste, ao longo da região costeira, em direção à baía de Mossel.

Mais uma vez, à medida que os *trekboers* procuravam córregos, nascentes e os melhores pastos do interior, foram os pastores khoikhois a arcar com o prejuízo. Os *trekboers* tinham em seu favor cavalos, armas e carroças. Em sua descrição do Cabo, nas décadas de 1730 e 1740, Otto Mentzel, um viajante alemão, observou como os *trekboers* frequentemente se estabeleciam perto dos *kraals* (“acampamentos”) dos khoikhois, o que lhes permitia obter trabalho já preparado para lidar com animais em condições áridas. Os *kraals* foram gradualmente incorporados às fazendas *trekboers*, com pedaços de terra separados para os khoikhois usarem. Quando as chefaturas khoikhois restantes se desintegraram, dividindo-se em pequenos grupos familiares, os khoikhois se tornaram uma força de trabalho de modelo servil para os *trekboers*. As crianças eram tomadas como “aprendizes”, forçadas a trabalhar em troca de comida e abrigo.

A Companhia incentivou essa expansão, distribuindo fazendas de 2.400 hectares, “alugadas” aos *trekboers* por uma taxa nominal anual. Em 1745, ela criou uma nova base administrativa e um *drostdy* em Swellendam, uma aldeia a duzentos quilômetros a leste da Cidade do Cabo, e nomeou dois funcionários para residirem no local. Mas a Companhia não tinha interesse em gastar dinheiro para

garantir uma administração eficaz em áreas periféricas. Trinta anos depois, Swellendam consistia em não mais que quatro casas. Os *trekboers* foram deixados como praticamente os únicos responsáveis por manterem o controle da região de fronteira. Com a aprovação da Companhia, eles formaram seus próprios comandos para agir como uma força de combate. Os líderes dos comandos tinham considerável liberdade de ação. Em suas instruções a um dos primeiros comandos, a Companhia decretava que seus líderes podiam “abrir fogo livremente, fazer prisioneiros e agir da forma que julgassem correta”. Empregados khoikhois participavam dos comandos como auxiliares. Espalhados esparsamente sobre áreas imensas e fortemente isolados do mundo exterior, os *trekboers* levavam uma vida simples, independente, saboreando a liberdade que tinham das normas da Companhia, mas enfrentando muitos perigos e dificuldades e dependendo inteiramente de seus próprios recursos. Depois de visitar distritos fronteiriços entre 1776 e 1777, um funcionário da Companhia, Hendrik Swellengrebel, descreveu as condições de vida que testemunhou:

Até Swellendam e a baía de Mossel e, ocasionalmente, até o rio Zeekoei, encontram-se casas bastante respeitáveis, com uma grande sala dividida em dois ou três ambientes e boas portas e janelas, embora na maior parte sem forros. De resto, porém, e especialmente aquelas mais distantes, as casas são apenas celeiros caindo aos pedaços, doze metros por quatro ou cinco, com paredes de argila de 1,5 metro de altura e um telhado de palha. Estas são quase sempre sem divisões; as portas são esteiras de junco; um buraco quadrado serve como janela. A lareira é um buraco no chão, que geralmente é feito de barro e estrume de vaca. Não há chaminé; apenas um buraco no teto para permitir que o fumo saia. As camas são separadas por uma esteira de palha feita pelos hotentotes. O mobiliário segue esse mesmo padrão. Encontrei até três famílias – incluindo crianças – vivendo juntas em tal habitação.

Os *trekboers* iam ao Cabo aproximadamente uma vez por ano, para vender ovelhas, marfim, manteiga e sabão, e reabastecer os suprimentos de armas, pólvora, munição, chá, café, açúcar e tabaco. A viagem muitas vezes levava vários meses. Um médico e entomologista sueco, Anders Sparrman, que visitou distritos fronteiriços na década de 1770, registrou:

Todo camponês, para uma viagem como essa [do leste da baía de Mossel à Cidade do Cabo], tem dois ou três hotentotes, um para guiar os bois e um ou dois para guiar as

parelhas de reposição. Além disso, frequentemente sua esposa vai com ele, seja para batizar os filhos no Cabo ou por medo de ser atacada pelos hotentotes na ausência do marido. Assim, calculando-se por baixo e considerando apenas três pessoas e vinte bois para trinta dias, muitos fazendeiros devem empregar noventa dias de trabalho de si mesmos e dos homens e seiscentas peças de seu gado, a fim de fazer uma ida para levar manteiga ao mercado.

Entre 1703 e 1780, a área de ocupação branca cresceu quase dez vezes. Durante a década de 1770, um número crescente de *trekboers* começou a se estabelecer nos distritos Camdebo e Sneeuwberg, a 650 quilômetros a nordeste do Cabo; outros reivindicaram as pastagens do Zuurveld, a setecentos quilômetros a leste do Cabo. Por setenta anos, os *trekboers* conseguiram avançar, superando com pouca dificuldade a resistência dos grupos locais khoikhois e sans. Mas então encontraram adversários mais formidáveis.

O primeiro sinal de obstáculo à expansão branca ocorreu na década de 1770 e veio dos boxímanes sans das montanhas Sneeuwberg. Eles foram provocados não só pela invasão dos *trekboers* em seus campos de caça, mas também pelo abate devastador de animais selvagens por parte dos agricultores, muitas vezes simplesmente por esporte. “O que você está fazendo na minha terra?”, perguntou um líder san a um fazendeiro branco. “Você tomou todos os lugares onde vivem o elande e outras caças. Por que não fica onde o sol se põe, de onde veio originalmente?”

Os ataques dos boxímanes a postos avançados dos *trekboers* tornaram-se cada vez mais ferozes. Eles matavam e aleijavam o gado bovino e ovino de forma aleatória, assassinando pastores khoikhois e mutilando seus cadáveres. Os comandos locais não conseguiram dar conta da situação, forçando os *trekboers* a abandonarem suas fazendas. Em sua sede no Cabo, a Companhia a princípio rejeitou os pedidos de ajuda. Mas, na altura de 1774, a fronteira nordeste tinha se tornado tão perigosa que a Companhia deu ordens para formar um “comando geral” de 250 homens provenientes de áreas do norte; mais da metade deles eram auxiliares khoikhois. O comando voltou no final de 1774, tendo matado 503 boxímanes e capturado outros 241. Mas os ataques

continuaram. John Barrow, um jovem funcionário público inglês que estava na região na década de 1790, fez um relato de quão precária tinha se tornado a vida na fronteira nordeste:

Um habitante de Sneuberg [*sic*] vive não só sob contínua apreensão de perder sua propriedade, mas também é perpetuamente exposto ao risco de ser morto. Se deve ir a um lugar a quatrocentos metros de distância de casa, tem a necessidade de levar um mosquete. Não pode arar, nem semear ou colher, sem estar armado. Se for apanhar verduras no quintal, deve ter uma arma em punho. Para suportar tal vida de medo e ansiedade, um homem deve estar habituado com isso desde a infância e desacostumado com algo que seja melhor.

A fronteira nordeste transformou-se, com efeito, em um estado de guerra perpétua. De acordo com registros oficiais, entre 1786 e 1795, os boxímanes mataram 276 pastores e capturaram 19 mil bovinos e 84 mil ovelhas; os comandos, por sua vez, mataram 2.480 boxímanes e capturaram outros 654. Com a permissão oficial, as crianças dos boxímanes foram levadas sob custódia para fazendas de brancos.

A fronteira oriental também entrou em tumulto. A região de Zuurveld, entre o rio Great Fish, a leste, e o rio Sundays, a oeste, tornou-se uma zona de forte competição entre três grupos: os pastores khoikhois, estabelecidos ali havia muito; um pequeno número de colonos brancos que avançava para o leste; e vários clãs xhosas do ramo sul dos ngunis, um grupo periférico da grande migração dos povos bantos em expansão para o oeste. O deslocamento de alianças tornou a competição mais complexa. Alguns khoikhois ficaram do lado dos clãs xhosas; outros com colonos brancos. Os chefes xhosas seguiam suas próprias rivalidades, alguns fechando acordos com os brancos para provocar seus adversários.

Nos estágios iniciais da colonização, os colonos e os xhosas, por vezes, viviam juntos, pacificamente. Mas, em 1779, as ações de uma família *trekboer* problemática, os Prinsloo, foram a centelha de uma conflagração na zona fronteira de Brintjes Hoogte que veio a ser conhecida como a Primeira Guerra de Fronteira. De acordo com um relatório oficial: "Willem Prinsloo ... sob o pretexto de que os xhosas

havam roubado uma ovelha sua, disparou contra um deles, matando-o, após o que os xhosas se revoltaram e atacaram os habitantes [agricultores], resultando em um terrível massacre dos xhosas e a ruína de muitos habitantes.” Os xhosas saquearam várias fazendas e levaram 21 mil cabeças de gado.

Apesar do caos, em 1780 a Companhia anunciou que, dali para a frente, o rio Great Fish marcaria a nova fronteira da Colônia do Cabo, incorporando, assim, todo o Zuurveld como um distrito de fronteira. O comandante de campo da fronteira oriental, Adriaan van Jaarsveld, argumentou posteriormente que, como a terra pertencia aos xhosas, “para o bem da paz duradoura” deveria ser devolvida a eles. Mas a Companhia não deu atenção. A Segunda Guerra de Fronteira começou em 1792. Todas as 120 fazendas *trekboers*, com exceção de quatro, foram queimadas.

COM SUAS NOVAS FRONTEIRAS, a Colônia do Cabo passara a cobrir uma área de 280 mil quilômetros quadrados. Isso incluía um novo distrito fronteiriço, Graaff-Reinet, com sede na aldeia ao sul das montanhas Sneeuwberg. De acordo com John Barrow, em 1797 o povoado de Graaff-Reinet consistia de “cerca de uma dúzia de casas de barro cobertas de palha”. Em meio à guerra esporádica e às frequentes incursões para roubo de gado, o magistrado ali era obrigado a manter algum tipo de controle do distrito com a ajuda de quatro ou cinco policiais montados. A viagem de ida e volta à Cidade do Cabo levava até três meses.

A população total da Colônia do Cabo não passava de 75 mil pessoas. Em 1793, o número de *free burghers* subiu para 13.800, uma comunidade de rápido crescimento, com famílias numerosas; e a população escrava girava em torno de 14.700 indivíduos. Quase todas as famílias europeias de importância no Cabo ocidental possuíam escravos. Havia também uma pequena comunidade com cerca de 1.200 “negros livres”, ex-escravos alforriados que ganhavam a vida como artesãos, cozinheiros, gerentes, pescadores e comerciantes. Inicialmente, eles receberam os mesmos direitos

dos colonos brancos, mas, na década de 1790, foram obrigados a portar passes se quisessem viajar. O restante da população era formado principalmente de khoikhois nativos, ex-pastores despojados de suas terras após 150 anos de domínio branco, que serviam à comunidade branca como uma classe trabalhadora tratada não melhor do que os escravos.

Usava-se uma variedade de idiomas. Alguns colonos falavam o “holandês culto” dos Países Baixos, que servia como a língua oficial da colônia, da igreja e da Bíblia. Alguns khoikhois mantiveram a língua nativa. Mas a língua franca dominante era uma forma simplificada de holandês que incorporava palavras emprestadas do malaio, do crioulo português e do khoikhoi e era conhecida como *taal*. Era a linguagem usada entre patrões e empregados e entre as camadas mais pobres da comunidade branca e que finalmente evoluiu para o africâner. Um crescente número de brancos não se via como holandês, alemão ou francês, mas como “africâner”.

A única cidade de verdade na colônia – e sua única porta de entrada – era De Kaap (Cidade do Cabo). Sua população de 15 mil pessoas incluía cerca de 10 mil escravos. A cidade continha edifícios públicos como o Castelo, o pavilhão dos escravos, a principal Igreja Reformada Holandesa, um hospital e cerca de 1.100 casas particulares. Mas não havia escola, prefeitura, teatro, livraria nem jornal. Embora a prática comum entre os europeus fosse a de se identificar como “cristãos”, a maioria dos moradores parecia em grande parte indiferente à religião. Aos domingos, não havia qualquer proibição contra as pessoas gastarem seu tempo em tabernas. Em 1802, um funcionário holandês sênior reclamou: “Os jovens são indolentes e parecem possuir um intenso preconceito contra se exercitarem mentalmente e, de fato, evitam fazê-lo em todas as ocasiões possíveis.” Aos olhos dos diretores da VOC, o propósito da Cidade do Cabo era o mesmo de sempre: ser uma base no caminho da Europa até a Ásia.

As áreas rurais do Cabo ocidental, entretanto, tinham se transformado em uma próspera região agrícola sustentada pela produção de vinho e trigo e pelo trabalho escravo. Entre 1720 e

1790, o número de vinhas aumentou mais de quatro vezes, a cultura do trigo triplicou e o valor líquido médio de fazendas de proprietários brancos cresceu quase três vezes. Uma classe rica da “alta burguesia” do Cabo desfrutava de um estilo de vida afluente. Em 1783, um visitante holandês registrou que havia observado, em várias fazendas, “nada exceto sinais de riqueza e prosperidade, na medida em que, além de belezas e magnificência em roupas e carros, as casas estão cheias de mobiliário elegante e as mesas enfeitadas com talheres e servidas por escravos bem-vestidos”.

Muitos agricultores no Cabo ocidental eram em grande parte autossuficientes. Um viajante alemão, em 1803, descreveu a casa de Jacob Laubscher, a cerca de 130 quilômetros ao norte da península do Cabo:

Ele mantinha uma espécie de família patriarcal, da qual se pode ter alguma ideia a partir do fato de que o rebanho da fazenda consistia de oitenta cavalos, 690 cabeças de gado de chifres, 2.470 ovelhas e uma imensa quantidade de aves de todos os tipos. A família em si, incluindo mestres, servos, hotentotes e escravos, compunha-se de 105 pessoas ... A quantidade de milho semeado na propriedade este ano, incluindo todas as descrições, equivalia a 61 alqueires ... Vê-se que uma fazenda africana pode quase ser chamada de um Estado em miniatura ...

As viagens para De Kaap para comprar tecido, linho, chá, café, açúcar, ferro e munições eram tudo que o mantinha em contato com o mundo exterior.

Além do Cabo ocidental, criadores de gado brancos estavam se espalhando esparsamente por uma vasta área. Em 1793, a população do distrito de Swellendam chegava a 1.925 pessoas, e a de Graaff-Reinet, a 3.100 pessoas. Havia muito que eles estavam acostumados a viver de acordo com suas próprias regras, em grande parte fora do alcance da autoridade externa. Em 1795, em meio à turbulência na fronteira norte, um grupo de rebeldes *trekboers* chegou ao *drostdy* de Graaff-Reinet, expulsou o *landdrost* (“oficial de distrito”) da Companhia e anunciou que se recusavam a pagar impostos e a obedecer às suas leis. A Companhia possuía meios limitados de responder ao desafio. Estava financeiramente falida e

em declínio terminal. No entanto, cortou os fornecimentos de munição.

Enquanto esse confronto estava em andamento, o destino da Colônia do Cabo mudou irrevogavelmente. Durante um período de agitação revolucionária na Europa, a Holanda foi invadida pela França. Para evitar que a Colônia do Cabo caísse nas mãos dos franceses, a Inglaterra, poder marítimo dominante na Europa, mandou uma expedição para tomar o controle da região. Em 1795, a colônia ficou sob o domínio britânico. Em 1803, foi devolvida aos holandeses. Mas, em 1806, os britânicos tomaram posse mais uma vez, com consequências dramáticas.

^f O termo “*burgher*” é derivado de *burgh* (burgo), o centro urbano do mundo medieval europeu. “*Burgher*” seria, portanto, o habitante do burgo, ou burguês. No entanto, pela forte conotação de classe social que o termo “burguês” implica a partir do século XIX, mantém-se, nesta tradução, o termo original *burgher*, que por sua vez é simplificado de “*free burgher*”, basicamente “cidadão livre”. (N.T.)

⁹ Residência oficial e local de despachos do *landdrost*, oficial holandês com poderes sobre determinado território. A instituição foi levada para a África e também compreendia a cadeia, local de reuniões e outros espaços, inclusive para produção de alimentos. (N.T.)

PARTE IV

O impacto do Islã

14. Mamelucos^h e otomanos

POUCO DEPOIS DE ASSUMIR o controle do Cairo, em 1171, Salah al-Din ibn Ayyub escolheu um novo local para a sede do governo e construiu uma fortaleza conhecida como Cidadela, em um promontório sob as colinas Muqattam, com uma vista privilegiada da cidade. Logo abaixo da Cidadela, ele dispôs de uma área para desfiles onde suas tropas se reuniam para exercícios militares e atividades desportivas, incluindo partidas de polo. Pelos setecentos anos seguintes, o Egito foi governado da Cidadela.

A dinastia aiúbida, fundada por Salah al-Din, passou a contar cada vez mais com os serviços de uma casta de soldados de elite escravizados chamados mamelucos e recrutados nas estepes eurasiáticas e do Cáucaso, para fornecer suporte militar básico. Desde o século IX, mamelucos tinham servido de reforço para exércitos de vários governantes islâmicos. Vendidos por suas famílias e separados de sua terra natal, prestavam obediência total a seus senhores. Por sua lealdade, emires ou comandantes mamelucos muitas vezes alcançavam altas posições no governo. Sua importância no Egito elevou-se ainda mais diante das ameaças que os governantes aiúbidas enfrentavam tanto dos exércitos cruzados como da aproximação de hordas mongóis. Quando invasores franceses desembarcaram no Egito em 1249, o regimento mameluco desempenhou papel decisivo na derrota francesa. No ano seguinte, emires mamelucos tomaram o poder e estabeleceram seu próprio sultanato.

O sultanato mameluco tornou-se uma oligarquia militar autoperpetuada que durou mais de 260 anos. A fim de fortalecer seus números, emires mamelucos usavam comerciantes muçulmanos para comprar jovens de tribos turcas ao norte do mar Cáspio. Eles eram então trazidos para o Cairo, onde recebiam

treinamento rigoroso no islamismo e em habilidades militares, nomeadamente equitação e tiro com arco, e, em seguida, eram liberados para se tornar soldados profissionais em regimentos de cavalaria. As escolas militares instilavam nos jovens um estrito código de obediência e disciplina e um claro sentido de hierarquia. Os recrutas mais afortunados eram alocados na casa do sultão, e esperava-se que galgassem altos cargos na hierarquia mameluca.

Para manter o máximo de disciplina, o sistema mameluco proibia que os filhos de soldados seguissem a profissão dos pais. Escrevendo sobre as vantagens desse modelo, o estudioso islâmico Ibn Khaldun, que passou muito tempo no Egito, observou: “Os governantes escolhem entre os mamelucos, que são importados para eles, cavaleiros e soldados. Esses são mais corajosos na guerra e suportam melhor a privação do que os filhos de mamelucos progressos que tenham sido criados em circunstâncias fáceis e à sombra do governo.” O processo de recrutamento, assim, continuava ano após ano. A maioria dos jovens vinha das áreas empobrecidas de Kipchak e Cuman, na Eurásia; mais tarde, eles passaram a ser retirados da região circassiana do Cáucaso. Doze escolas militares, capazes de abrigar mil cadetes, eram mantidas em funcionamento para acomodá-los.

O fundador do poder mameluco, Al-Malik al-Zahir Baybars, era um ex-escravo de Kipchak que se tornara um renomado líder militar e, em 1260, sultão. Diante da ameaça de invasão tanto de cruzados quanto dos mongóis, Baybars estabeleceu uma estrutura militar unificada, reconstruiu a marinha, garantiu que seu exército tivesse equipamento adequado e recompensava oficiais superiores com grandes concessões de terra. Também deu atenção a obras públicas, fez construir canais, renovou portos e mesquitas e criou um serviço postal rápido que usava tanto revezamento de cavalos quanto envio de pombos.

As primeiras décadas de domínio mameluco trouxeram prosperidade considerável ao Egito. Entre os legados arquitetônicos está a mesquita Sultan Hassan, concluída em 1363 e considerada a maior mesquita da época em todo o mundo muçulmano. Ibn

Khaldun, que viveu no Cairo por 24 anos servindo como juiz supremo, descreveu a cidade, no final do século XIV, como “a metrópole do universo, jardim do mundo”.

Mas muito do vigor do sistema dos mamelucos acabou dissipado em disputas de facções, apropriações de terra e perda de disciplina. Em meados do século XIV, o Egito sofreu gravemente os efeitos da Peste Negra, a peste bubônica que se propagou pelo território afro-eurasiano. Em dezoito meses, a praga matou cerca de um quarto da população do país. Um cronista egípcio, al-Magrizi, escreveu: “O Cairo se tornou um deserto, não se via ninguém nas ruas. Um homem poderia ir do Portão Zuweila ao Portão al-Nasr sem encontrar viva alma. Eram tantos mortos que as pessoas só pensavam neles.” Ibn Khaldun, que perdeu a mãe e o pai para a peste, acreditava que a epidemia ameaçava as próprias fundações da civilização. “Cidades e edifícios viraram ruínas, estradas e placas foram destruídas, assentamentos e palácios se esvaziaram, dinastias e tribos enfraqueceram. O mundo inteiro mudou.” O Egito teve menos sorte do que muitos outros países. Ao contrário da Europa, a peste permaneceu recorrente, irrompendo 28 vezes ao longo dos 160 anos seguintes. Enfraquecido, o país ficou mais uma vez vulnerável a predadores estrangeiros.

EM JANEIRO DE 1517, um exército otomano vindo do Levante invadiu o Egito e avançou sobre a cidade murada do Cairo. Desde o século XIV, os otomanos haviam se expandido de um principado muçulmano turco de menor importância, na extremidade noroeste da Anatólia, para controlar um vasto império na Ásia ocidental e nos Bálcãs. Em 1453, o sultão otomano Mehmed II capturou a antiga cidade bizantina de Constantinopla, rebatizou-a de Istambul e proclamou-a sua capital imperial. “O império mundial deve ser um”, declarou ele, “com uma só fé e uma soberania.” O Egito estava no topo da lista de objetivos otomanos.

Como os mamelucos, os governantes otomanos dependiam de exércitos de escravos e administradores cuja lealdade fosse

inquestionável. O recrutamento de escravos ocorria principalmente entre populações conquistadas nos Bálcãs, em uma convocação anual conhecida em turco como *devshirme*, ou “coleta de meninos”. Meninos cristãos eram enviados para Istambul, convertidos ao islamismo e treinados para servir como soldados em regimentos da elite janízara de infantaria ou como burocratas do serviço civil. Alguns subiam aos mais altos escalões, tanto do exército como do governo.

A batalha de 23 de janeiro entre os invasores otomanos e o exército mameluco, na periferia norte do Cairo, acabou em questão de horas. Os otomanos estavam equipados como um exército moderno, usando mosquetes e pólvora; os mamelucos estavam acostumados ao combate frontal, empunhando espadas. As tropas otomanas vitoriosas invadiram e pilharam a cidade por três dias. Em um desfecho humilhante para o governo mameluco, seu último sultão, Tumanbay, foi carregado pelo centro do Cairo até o Portão Zuweila e enforcado diante de uma multidão horrorizada.

O Egito foi assim reduzido ao status de uma província colonial do império otomano, sujeita aos ditames de Istambul. Para a maior parte da população, isso fez pouca diferença. O governo mameluco e o domínio otomano tinham muito em comum. As elites dos dois impérios eram formadas por estrangeiros de língua turca. Ambos eram Estados burocráticos que observavam a lei islâmica. O principal objetivo dos otomanos no Egito era o mesmo que o dos mamelucos: fazer cumprir a lei e a ordem e garantir que a população pagasse tanto imposto quanto possível. No caso dos otomanos, as taxas fiscais financiavam não só os custos das unidades militares otomanas estacionadas no Egito, mas um tributo anual de ouro e grãos que deveria ser pago a Istambul. O Egito era uma propriedade lucrativa, e os otomanos se propuseram a obter dele o rendimento máximo. Para isso, contaram com a colaboração de administradores mamelucos e permitiram que mamelucos formassem sua própria unidade militar e continuassem a recrutar jovens escravos para servir em suas residências como antes. Surgiu uma forma de parceria, ainda que propensa a tensões ocasionais.

Os otomanos envolveram-se a seguir na intensa luta em curso entre os muçulmanos e as forças cristãs pelo controle das terras costeiras do noroeste da África. Na virada do século XVI, tendo conquistado o emirado muçulmano de Granada e posto fim a quase oito séculos de domínio islâmico na Espanha, os reis espanhóis prosseguiram sua guerra santa para além do Mediterrâneo, em direção aos reinos muçulmanos do Magrebe. Enfrentando pouca oposição, estabeleceram uma série de colônias-fortaleza – ou *presidios*, como eram chamadas – ao longo da costa, do Marrocos à Tripolitânia, e forçaram dinastias locais em Fez (no Marrocos), Tlemcen (na Argélia) e Túnis (na Tunísia) a pagarem tributo à Coroa espanhola.

A principal resistência à ocupação da Espanha veio de marinheiros locais, que armaram seus navios e saqueavam embarcações espanholas em busca de cargas e prisioneiros. Na Europa, eram considerados uma ameaça bárbara, execrada por vender milhares de marinheiros cristãos como escravos. Mas os corsários em si viam sua guerra como um conflito religioso contra invasores cristãos e eram respeitados pelos habitantes árabes e berberes do litoral como heróis locais.

Os mais famosos foram dois irmãos, 'Aruj e Hizir, ambos conhecidos na Europa pelo nome italiano de Barbarossa. Nascidos na ilha otomana de Mitilene (atual Lesbos), começaram suas carreiras marítimas como corsários no Mediterrâneo oriental, mas mudaram suas operações para o Mediterrâneo ocidental, onde as oportunidades para a pilhagem dos navios espanhóis eram maiores. Em 1504, eles obtiveram permissão do sultão Beni Hafsíd, em Túnis, para usar o porto vizinho de Halq al-Wadi (a Goleta) como base. Seus ataques à Sicília, à Sardenha, às ilhas Baleares e ao continente espanhol os tornaram muito temidos pelas comunidades costeiras no sul da Europa. Em 1516, eles conseguiram libertar El Djezair (Argel) do domínio espanhol. Depois de consolidar o controle sobre a região circundante e forçar o governante Beni Ziyad a fugir, 'Aruj se declarou o novo sultão de Argel e deu início à expansão de seu poder até Tlemcen, no oeste, onde, no entanto, foi morto em 1517.

Seu lugar foi ocupado por Hizir, seu irmão mais novo, que herdou o nome Barbarossa. Precisando de um aliado forte contra o poderio da Espanha, em 1519 Hizir enviou um emissário à corte otomana, levando presentes e uma petição da população de Argel solicitando proteção na guerra contra os invasores cristãos e se oferecendo para se submeter ao domínio otomano. O enviado retornou com uma bandeira otomana e um destacamento de 2 mil janízaros. A chegada das forças otomanas no Mediterrâneo ocidental mudou o equilíbrio de poder de forma decisiva na região.

Os otomanos estabeleceram mais três províncias no norte da África, com base nas capitais de Argel, Túnis e Trípoli. Inicialmente, os governadores eram enviados de Istambul para manter o controle apoiados por janízaros. Os turcos detinham a maioria dos cargos do governo e formavam o exército regular – o *ojak*. Seus filhos, conhecidos como *kouloughlis*, constituíam uma elite separada, atuando como um segundo exército de *spahis* ou cavaleiros. Mas, embora os Estados berberes permanecessem dentro da órbita do império otomano, tornaram-se, com efeito, iniciativas autogeridas. A influência otomana foi gradualmente substituída pelo crescente poder dos potentados locais. Na altura do século XVIII, tanto Túnis quanto Trípoli haviam se tornado monarquias hereditárias de origem *kouloughli*. Argel manteve-se sob o controle dos capitães dos janízaros.

Frotas piratas continuaram seus ataques com aprovação oficial, fazendo enormes fortunas com mercadorias capturadas e pela venda ou resgate de prisioneiros. Seu campo de atuação ampliou-se consideravelmente durante o século XVII, quando começaram a usar navios equipados com velas retangulares em vez de galés. Suas atividades formavam a espinha dorsal da economia. Os saques piratas pagavam os salários dos funcionários do governo, mobiliavam suas residências e financiavam a construção das defesas do porto, de aquedutos e mesquitas. Cristãos escravizados eram usados como fonte imediata de mão de obra. Eles trabalhavam em grupos nas construções e como escravos nas galés, além de servirem como trabalhadores agrícolas e talhadores de pedra. Artesãos qualificados

eram enviados para estaleiros e para os arsenais, e davam uma contribuição significativa à manutenção do poderio bélico das frotas piratas. Mulheres e meninas eram enviadas para os haréns. A única saída para os prisioneiros brancos era organizarem o pagamento de um resgate ou “se tornarem turcos” – converterem-se ao islamismo.

A próspera cidade-porto de Argel tornou-se a base de uma frota de 75 navios corsários e o principal entreposto de escravos europeus. Entre 1550 e 1730, a população escrava branca no local era de 25 mil pessoas e, por vezes, chegava ao dobro disso. Com tanto trabalho escravo disponível, Argel floresceu como uma das mais belas cidades do mundo. Os escritores contemporâneos comentavam o estado imaculado das ruas, as casas elegantes, os jardins bem cuidados e os belos pavilhões. O trabalho escravo branco participou na construção do molhe – um grande paredão que protegia o porto –, arrastando gigantescos blocos de pedra de vinte toneladas ou mais de colinas fora da cidade. Nesse mesmo período, Túnis e Trípoli mantinham cerca de 7.500 cristãos cativos. Os portos de Argel, Túnis e Trípoli também serviam de refúgio para milhares de piratas europeus, muitos dos quais haviam “se tornado turcos” e se lançado ao saque de embarcações cristãs com igual entusiasmo, partilhando os lucros com funcionários no poder. “Se encontrasse meu próprio pai no mar, iria roubá-lo e depois vendê-lo”, vangloriava-se John Ward, um infame pirata inglês do século XVII baseado em Túnis.

A população escrava branca necessitava de reposição contínua. Alguns eram resgatados; alguns se convertiam; milhares morreram de doenças e maus-tratos. No auge do comércio, as novas remessas destinadas aos leilões de escravos de Argel, Túnis e Trípoli atingiam, em média, cerca de 5 mil pessoas ao ano. Os historiadores modernos estimam que, em geral, entre 1530 e 1780 pelo menos 1 milhão de prisioneiros europeus foram escravizados na costa berbere.

[h](#) "Mameluco" deriva do árabe *mamlūk*, que significa "possuído", "propriedade de alguém". Não confundir com o mesmo termo trazido ao Brasil pelos portugueses para designar indivíduos mestiços, normalmente de brancos e índios, que trabalhavam como capitães do mato ou mesmo bandeirantes. (N.T.)

15. A guarda negra

EMBORA A MAIOR PARTE do norte da África tenha sucumbido ao domínio otomano, as dinastias do Marrocos conseguiram manter sua independência, preservando o controle da região mais importante, no coração do país, em torno da capital Fez, e afastando ameaças não só do império otomano, mas de predadores portugueses e espanhóis. Sob o governo da dinastia merínida, Fez havia se tornado uma das cidades mais opulentas do mundo medieval. Seus palácios e mansões, mesquitas e colégios eram cercados por fortes muralhas, com destacamentos militares para guardar oito portões perimetrais, que permaneciam trancados do crepúsculo ao amanhecer. A cidade era dividida em dezoito bairros, cada um com suas próprias escolas, casas de banhos, hospedarias, bebedouros e fornos comunais. Havia mais de 150 associações comerciais ativas, que abrangiam desde engenheiros hidráulicos a porteiros hereditários. A indústria de tecelagem empregava 20 mil trabalhadores sob a direção de quinhentos mestres tecelões. O comércio do couro compreendia quatro curtumes. Fez também era conhecida como um centro de aprendizagem e conhecimento, com uma importante universidade e dezenas de madraçais ou seminários religiosos. Fundações de caridade financiavam um sistema de saúde, educação e auxílio aos pobres. Do lado de fora dos portões principais, uma cidade separada – Fez el-Jedid – abrigava a casbá e o governo oficial do sultão, protegidos por um fosso e um perímetro duplo de muralhas e torres.

Perto do final do século XV, no entanto, os sultões da dinastia oatácida, que governavam em Fez, começaram a perder o controle do litoral do Marrocos; um após outro, seus portos foram caindo diante de forças portuguesas e espanholas. Na altura de 1500, Portugal controlava não apenas Ceuta, mas outros quatro portos, entre eles Tânger e Larache; e a Espanha tinha tomado posse de

Melilla. Em 1521, Portugal se expandira ao longo da costa atlântica ainda mais para o sul, conquistando outros sete portos, incluindo Azamor, Mogador (Essaouira) e Agadir. Planejando uma ocupação de longo prazo no local, Portugal construiu quartéis, baluartes de artilharia e igrejas e melhorou os portos.

À medida que a autoridade dos sultões oaiácidas se desintegrava, uma nova dinastia, a dos saadianos, abria caminho para conquistar o poder. Afirmando serem *shorfa* – descendentes do profeta Maomé –, os saadianos haviam migrado para o oeste, cruzando o norte da África e se estabelecendo, no século XII, no oásis do vale do Drâa, no lado saariano da cordilheira do Atlas. No século XVI, eles expandiram seu domínio gradualmente, reunindo apoio nas regiões do sul para uma guerra santa contra a ocupação cristã dos portos do Marrocos. Depois de expulsar os portugueses de Agadir e Azamor, em 1541, avançaram para Fez, capturando a cidade em 1554. Em 1578, os saadianos derrotaram uma força de invasão portuguesa na batalha de Alcácer-Quibir, matando o jovem rei português que a liderava e se beneficiando de enormes resgates em troca dos nobres portugueses capturados. Para consolidar seu controle e defender as fronteiras do Marrocos de novas incursões estrangeiras, o sultão saadiano Ahmad al-Mansur introduziu um novo sistema administrativo, conhecido como Makhzen, nomeando ministros para governar regiões leais do país com o apoio de tribos que ficavam isentas de impostos em troca de serviço militar. O sistema durou até o início do século XX. Após sufocar uma série de rebeliões internas, al-Mansur voltou sua atenção à expansão de seu território, lançando uma expedição militar contra o império de Songai, do outro lado do Saara.

DE SUA CAPITAL EM GAO, na margem leste do médio Níger, os reis de Songai haviam construído, no século XVI, um império na savana da África ocidental que se estendia por 2.500 quilômetros ao longo do *Bilad as-Sudan*, abrangendo importantes rotas comerciais saarianas. O povo songai tinha origens distintas das de outros povos do oeste

do Sudão. Sua língua não se relacionava com a família nigero-congolesa prevalente em toda a África ocidental, mas com a nilo-saariana, comum no Saara central e nas regiões ao sul do Nilo. Tratava-se de ribeirinhos que controlavam a maior parte do tráfego ao longo do médio Níger a jusante de Tombuctu. Durante os séculos XIII e XIV, foram incorporados ao império do Mali e obrigados a pagar tributo a seus reis. Em 1325, ao regressar de sua viagem a Meca, *mansa* Musa, o rei do Mali, visitou Gao e determinou que ali fosse construída uma grande mesquita. Mas, quando o império do Mali entrou em declínio, os songais afirmaram sua independência, estabelecendo uma linhagem de seus próprios reis, conhecidos pelo título de *soni*.

A expansão dos songais começou durante o reinado de *soni* Ali Ber, um rei guerreiro dedicado à conquista militar de territórios vizinhos. Em 1469, ele capturou Tombuctu, expulsando um regime tuaregue presente na região havia 35 anos. Em 1475, tomou Djenné, até hoje um centro importante no comércio de ouro e noz-de-cola com zonas de florestas ao sul. No ano seguinte, já havia conquistado toda a região lacustre do médio Níger, a oeste de Tombuctu. O império de Songai continuou a se expandir sob Muhammad Ture, um dos generais de *soni* Ali, que em 1492 fundou uma nova dinastia, conhecida como askia. No auge de seu poder, usando forças de cavalaria em grande escala, Songai se tornou o maior dos impérios sudaneses na história da África ocidental. Ia desde o rio Senegal, a oeste; estendia-se por oitocentos quilômetros ao norte, até as minas de sal saarianas de Tagaza e Taudeni; e englobava várias das cidades-Estado da Hauçalândia e da antiga cidade mercado de Agadez, a leste. Em suas guerras de conquista, os suseranos de Songai acumularam um grande número de escravos, utilizando-os para trabalhar em plantações no vale do Níger.

Sob o governo songai, Tombuctu prosperou tanto como centro comercial quanto como um lugar de estudos e ensino religioso. A mesquita de Sankore, construída no século XVI, teve papel fundamental na disseminação do conhecimento islâmico. Mercadores

traziam do outro lado do deserto uma grande variedade de livros e manuscritos sobre religião, direito, literatura e ciência, mantendo as escolas bem informadas sobre o pensamento contemporâneo; e a mesquita empregava escribas para copiá-los. Al-Hassan ibn Muhammad al-Wazzan, um diplomata e viajante marroquino que visitou a cidade por volta de 1510, ficou muito bem impressionado com a riqueza de sua classe dirigente e a importância dada ao comércio de livros. “Existe aqui grande fartura de médicos, juízes, sacerdotes e outros homens instruídos, magnanimamente mantidos à custa e encargos do rei. E são trazidos vários manuscritos ou livros escritos fora dos espaços da cultura berbere, vendidos por mais dinheiro do que qualquer outra mercadoria.”

Seus relatos sobre Tombuctu e de suas outras viagens pela África foram escritos em circunstâncias incomuns. Em 1518, ao retornar para o Marrocos de uma viagem a Alexandria, foi capturado por corsários espanhóis ao largo da costa da Tunísia e levado ao papa Leão X como escravo de capacidade excepcional. O papa o libertou e o convenceu a se converter ao cristianismo, dando-lhe um nome cristão: Giovanni Leone (João Leão). Por sua vasta experiência como viajante pelo norte da África, foi contratado para traçar um panorama detalhado da região. Escrito em 1526, o levantamento foi publicado em italiano em 1550, sob a autoria de Giovan Lioni Africano. Na tradução para o inglês, intitulada *A Geographical Historie of Africa* [Uma história geográfica da África] e lançada em 1600, o nome do autor tornou-se Leo Africanus – Leão o Africano. Como um dos poucos relatos disponíveis sobre o interior da África, o texto manteve-se uma obra de referência padrão durante vários séculos, consagrando Tombuctu, para os leitores estrangeiros, como um lugar de grande riqueza e mistério, no canto mais distante da terra.

O império de Songai era um prêmio valioso demais para que o ambicioso sultão Ahmad al-Mansur, do Marrocos, o ignorasse. Em 1590, alegando agir em nome de todo o mundo islâmico, ele enviou uma força expedicionária de 4 mil homens, equipados com canhões e mosquetes, para atravessar o Saara e assumir o controle dos

centros comerciais de Songai. “Sendo o Sudão um país muito rico e que proporciona enormes receitas, podemos aumentar o tamanho dos exércitos do islã e fortalecer os batalhões de fiéis”, disse a um conselho de Estado, na véspera da partida. O comandante da expedição, Judar Paxá, era um eunuco espanhol de olhos azuis, capturado quando criança e criado no palácio real; seu exército consistia em uma variedade de cavaleiros marroquinos e turcos, mosqueteiros espanhóis muçulmanos e cristãos renegados e prisioneiros. Foi necessário um corpo de transporte de 8 mil camelos e mil cavalos para transportar as toneladas de munição, equipamentos, comida e água pelo deserto.

Partindo de Marrakech em novembro de 1590, os invasores marroquinos chegaram a Tondibi, a cinquenta quilômetros ao norte de Gao, em março de 1591. O exército songai os encontrou ali com 20 mil homens; no entanto, armados apenas com lanças e espadas, não eram páreo para os mosquetes e canhões. Segundo um cronista, “Judar derrotou o exército dos askia num piscar de olhos”. A primeira cidade a cair foi Gao, seguida por Tombuctu, e então Djenné. Todas foram saqueadas, em busca de ouro e outros bens. Milhares de prisioneiros foram levados para o norte, pelo deserto.

Mas os marroquinos não conseguiram estender seu controle para além dessas três cidades. Em outros lugares, o vasto império que os songais controlavam começou a se desintegrar. Grupos subalternos tornaram-se independentes. A rica província de Djenné foi devastada de ponta a ponta por hordas de pagãos bambaras. Os ataques tuaregues se tornaram cada vez mais ousados. Registrando os anos de anarquia que se seguiram à invasão marroquina, o cronista Abdurrahman as-Sadi escreveu em sua história de Songai, *Tarikh al-Sudan* [História do Sudão]:

A segurança deu lugar ao perigo, a riqueza à pobreza; a angústia, as calamidades e a violência sucederam-se à tranquilidade. Em todos os lugares, os homens destruíam-se uns aos outros; em todos os lugares e em todas as direções havia pilhagens; e a guerra não poupou nem vida, nem propriedade, nem pessoas. A desordem era geral e se espalhou por toda parte ...

Nascido em Tombuctu em 1596, o próprio as-Sadi era uma testemunha ocular do impacto destrutivo do governo marroquino. “Vi a ruína do conhecimento e seu total colapso”, escreveu. Para sufocar a resistência em Tombuctu, os marroquinos enviaram para Marrakech, acorrentados, importantes estudiosos. A riqueza das três cidades também foi destruída. Enormes quantidades de pó de ouro foram enviadas pelo deserto. Quando Judar Paxá chegou ao Marrocos, em 1599, sua caravana incluía trinta camelos carregados de ouro, avaliado por um comerciante inglês em 600 mil libras esterlinas.

Embora, ano após ano, se exigisse mais tributos em ouro e escravos, a aventura songai demonstrou-se problemática. Em 1618, um novo sultão, Mulai Zidane, decidiu abandoná-la completamente, entregando o controle de Tombuctu, Gao e Djenné a líderes marroquinos locais, que formaram uma casta militar autoperpetuada conhecida como “arma” (da palavra árabe *arrumah*, que significa mosqueiteiros). Mas, além de brutal, o regime arma foi frequentemente interrompido por disputas internas por poder. Entre 1691 e o final do regime, em 1833, nada menos que 167 paxás se sucederam um ao outro. O velho sistema de comércio do médio Níger, construído ao longo de cinco séculos ou mais, começou a ruir. Por volta do final do século XVII, os mercadores empobrecidos de Tombuctu já não eram capazes de manter uma comunidade acadêmica e os principais estudiosos partiram para o exílio. Tombuctu, de acordo com uma crônica, “tornou-se um corpo sem alma”.

NO MARROCOS, A DINASTIA saadiana finalmente desmoronou, fragmentando-se em uma miscelânea de emirados e territórios de líderes militares. Um dos mais notórios foi a República do Bu Regregue, criada por corsários do tráfico de escravos em Salé, um porto na costa do Atlântico com posição estratégica no estuário do rio Bu Regregue. Muitos dos corsários ali baseados eram refugiados muçulmanos expulsos da Espanha, em 1610, que se voltaram para a

pirataria como uma maneira de se vingar da cristandade. Eles começaram atacando navios europeus, capturando seus tripulantes e mantendo-os em calabouços subterrâneos em Salé, para então vendê-los em leilões de escravos para comerciantes e revendedores em todo o mundo islâmico. Mas logo estenderam suas incursões a áreas costeiras da Espanha e de Portugal e partes do norte da Europa, capturando homens, mulheres e crianças para vendê-los como escravos. Conhecidos na Inglaterra como *Sallee Rovers* [Corsários de Salé], tornaram-se uma ameaça frequente às comunidades de pescadores da costa sul do país. Em 1626, Trinity House, uma guilda marítima, estimou que havia cerca de 1.200 prisioneiros ingleses em Salé, capturados principalmente no canal da Mancha.

Durante grande parte do século XVII, o Marrocos foi tragado por conflitos internos. Mas na década de 1660, um jovem xeque alauita, Mulai Rachid, liderou um exército de beduínos das planícies orientais em uma campanha de conquista, capturou Fez em 1666 e, dois anos mais tarde, estabeleceu controle exclusivo do país. Como os saadianos, Mulai Rashid alegou descendência de um clã *shorfa* que tinha viajado da Arábia para o Marrocos no século XIII, fixando-se no oásis Tafilalet, à beira do deserto. Mulai Rashid foi o primeiro sultão de uma dinastia alauita que sobrevive até hoje. Mas seu reinado durou apenas até 1672. Cavalgando à noite pelos jardins de seu palácio em Marrakech, bateu em um galho de árvore e morreu.

Foi sucedido pelo irmão, Mulai Ismail, que, aos 26 anos de idade, era um homem de extraordinária ambição e crueldade absoluta. Assolado por disputas e insurreições brutais, ele resolveu criar o próprio exército de escravos, treinado para obediência total. Ano após ano, organizou imensos ataques contra as terras altas saarianas, a sudoeste; o Sahel, a oeste; e o alto rio Senegal, para recolher meninos e meninas aos milhares. Acorrentados, eles eram conduzidos para a capital, Meknés, onde recebiam oito anos de formação rigorosa. Aos dez anos, os meninos eram colocados no colégio militar, as meninas aprendiam habilidades domésticas. Aos dezoito, os meninos eram convocados para regimentos *abid*,

recebiam uma escrava por esposa e eram incentivados a criar a próxima geração de soldados escravos. Em 1699, Mulai Ismail expandiu ainda mais seus regimentos, ordenando a escravização de todos os negros livres no Marrocos, selecionados com base na cor de sua pele. Seu exército *abid* chegou a ter 150 mil soldados escravos, todos dedicados a servi-lo com lealdade feroz. De suas fileiras, saía sua guarda pessoal, pronta para realizar todas as suas ordens, executando vítimas sem hesitação e levando medo e terror aos cortesãos. Com essa força de combate formidável, o sultão foi capaz de esmagar os adversários internos e expulsar as forças portuguesas e espanholas de seus postos avançados na costa atlântica. Também encorajou os capitães corsários em Salé a continuarem seus ataques aos navios europeus, tendo grande participação nos lucros dos leilões de escravos.

Certo do controle nacional, Mulai Ismail dedicou décadas à construção de um vasto complexo palaciano em Meknés, usando o trabalho escravo de prisioneiros europeus. Suas muralhas com ameias corriam por quilômetros, circundando um conjunto de palácios, pavilhões, mesquitas, torres, arcos, espaços para desfiles, jardins e pomares. Os imensos portões eram protegidos por unidades de elite da guarda imperial negra. O quartel alojava 10 mil soldados de infantaria; os estábulos eram do tamanho de uma grande cidade. Em grandes oficinas, escravos europeus moldavam e fundiam o armamento para o poderoso exército de Mulai Ismail.

Infame pela crueldade e megalomania, Mulai Ismail governou por 54 anos. Mas seu sistema de controle funcionou apenas durante o tempo em que esteve vivo. Ele não fez nada para preparar uma sucessão tranquila. Após sua morte, em 1727, o Marrocos foi atormentado mais uma vez por lutas contínuas pelo poder. Diferentes facções de seu exército *abid* se elevaram, depondo sultões com uma frequência desconcertante. Em 1755, um terremoto reduziu grande parte de seu complexo palaciano em Meknés a escombros. A corte fugiu em pânico, para nunca mais voltar.

COMO RESULTADO das perturbações em Tombuctu, Gao e outras partes do oeste do Sudão, as rotas de comércio que cruzavam o Saara se deslocaram para o leste, para o centro do Sudão. A antiga estrada entre o lago Chade e Trípoli passou a receber tráfego crescente. O extremo sul ainda era controlado por reis saifauas; no entanto, desde o século XV, eles já não governavam de Kanem, mas de uma nova capital em Birni Gazargamu, na antiga província de Bornu, a sudoeste do lago Chade. A atividade principal ainda era o comércio de escravos negros apreendidos em ataques a tribos pagãs ao sul, que trocavam principalmente por cavalos adquiridos de comerciantes muçulmanos que os traziam do norte. Leão o Africano descreveu como funcionava o comércio no início do século XVI:

Esse rei, tendo encorajado os comerciantes berberes a trocarem cavalos por escravos, à cota de quinze ou vinte escravos por cavalo, equipou-se dessa forma para atacar seus inimigos. Os mercadores eram assim obrigados a esperar a volta dos predadores, o que significava um atraso [de] pelo menos dois ou três meses. Nesse tempo, eles viviam à custa do rei. Quando voltava da expedição predadora, por vezes ele tinha escravos para comerciar com os mercadores; mas, em outras, eles poderiam ter que esperar mais um ano, se não houvesse escravos suficientes para pagá-los, pois esses ataques são perigosos e só podem ser feitos uma vez por ano.

Os escravos que sobreviviam à travessia do Saara valiam oito vezes mais em Trípoli do que em Bornu.

Durante o final do século XVI, Bornu emergiu como um Estado dominante na região central do Sudão. Com forças de cavalaria que podem ter atingido uma marca de 40 mil, seu regente, Idris Alawma, empreendia guerras implacáveis em territórios vizinhos, ampliando as fronteiras do Estado em todas as direções e cobrando tributos de comunidades agrícolas. Por meio de ligações com governantes otomanos em Trípoli, ele reforçou a capacidade militar de Bornu, importando mosquetes e mercenários turcos para ajudar a treinar seus exércitos. Tropas montadas vestidas com armaduras acolchoadas de algodão faziam expedições regulares para capturar escravos no extremo sul, varrendo as planícies dos vales dos rios Benue, Shari e Logone. Os escravos eram distribuídos para trabalhar em Bornu ou enviados para o norte, pela estrada no deserto.

A rota transaariana de Bornu até o Fezzan e a costa do Mediterrâneo tornou-se a mais ativa de todas no início do século XVII e continuou a desempenhar um papel dominante nos duzentos anos seguintes. Ao longo do caminho, os poços ficavam cercados de esqueletos de milhares de escravos que fizeram um último e desesperado esforço para chegar à água, mas morreram de cansaço ao alcançá-la, em sua maioria mulheres jovens e meninas. O terminal em Trípoli se transformou no maior mercado de escravos do Mediterrâneo. Dali, os compradores os despachavam para Istambul, Cairo, Damasco e toda a porção ocidental do mundo muçulmano.

A contagem total de escravos retirados do Sudão pelo Saara só aumentou. De acordo com estimativas modernas, nos três séculos entre 1500 e 1800 o número chegou a 2 milhões.

16. A espada da verdade

Nos séculos XVII e XVIII, em meio à guerra, aos ataques para obtenção de escravos e ao desmoronamento de impérios no Sudão ocidental, um movimento militante islâmico ganhou força, buscando ampliar a lei e a ordem muçulmana e incorporar uma multiplicidade de Estados rebeldes no *Dar al-Islam* – “a morada do islã”. Até então, as práticas islâmicas na região tinham sido assumidas principalmente por reis, famílias reais, elites dominantes e comerciantes ricos em cidades e centros urbanos. A maior parte da população das zonas rurais havia permanecido leal a suas religiões ancestrais. Mas o verniz do islã no topo da sociedade muitas vezes era pouco espesso. Mesmo quando os governantes professavam defender valores islâmicos, continuavam a prestar a devida deferência aos costumes e às cerimônias tradicionais, tolerando abertamente uma ampla variedade de práticas pagãs, sobretudo em matéria de casamento e comportamento sexual. Quando o rei do Mali, *mansa* Musa, visitou o Cairo a caminho de Meca, em 1324, foi elogiado por um funcionário egípcio como “um homem piedoso e justo”, mas inclinado a levar para a cama as belas filhas de alguns de seus súditos muçulmanos como se fossem concubinas escravas, e não mulheres livres. Quando *mansa* Musa foi informado de que isso não era permitido aos muçulmanos, ele perguntou: “Nem mesmo para reis?” “Nem mesmo para reis”, foi a resposta. O rei de Songai, *soni* Ali Ber, observava o jejum do ramadã e dava presentes abundantes às mesquitas, mas também adorava ídolos, sacrificava animais para árvores e pedras e procurava o conselho e a ajuda de adivinhos tradicionais e feiticeiros. Comunidades muçulmanas no oeste da África estavam acostumadas a trabalhar sob ou ao lado de autoridades não muçulmanas.

O que era notável nos movimentos de jihad que surgiram no oeste do Sudão foi que seus líderes não vinham de cidades comerciais ou capitais, mas de grupos de pastores. Boiadeiros fulbes que, ao longo de vários séculos, tinham se espalhado para o leste a partir de sua terra natal, no médio vale do Senegal, criando suas próprias comunidades autogeridas em todo o Sahel até o Sudão central, exerceram um papel fundamental. O idioma que falavam, o fula, pertencia à família nigero-congolesa e era intimamente relacionado com o jalofo, o serere e outras línguas do Senegal. Mas, pela aparência, os fulbes tinham características mais semelhantes às dos povos do Saara do que às do oeste africano. Sua migração para o leste a partir do antigo reino de Takrur começou por volta do século XI. Alguns grupos fulbes permaneceram como colonos sedentários em Takrur, tornando-se conhecidos posteriormente pelos franceses como *tucouleurs*, ou tucolor. Outros continuaram em movimento com seus rebanhos de gado, mantendo uma existência separada das aldeias agrícolas que encontravam, sem deslocar seus habitantes nem se misturar com eles, mas morando como estrangeiros em terras desocupadas. Na altura do século XVI, os fulbes tinham fundado comunidades independentes nas terras altas de Futa Djalon (na atual Guiné) e em Macina, no delta interior do médio Níger, a montante de Tombuctu, e se espalhado até a Hauçalândia.

O ímpeto por trás do impulso para o domínio islâmico veio de temores generalizados em relação ao aumento da violência e à instabilidade na região; do ressentimento com o poder arbitrário das elites dominantes; e da indignação com o fato de que homens, mulheres e crianças muçulmanos fossem frequentemente escravizados junto com pagãos, terminando em mercados de escravos no norte da África ou vendidos para o comércio transatlântico: de acordo com a lei islâmica, apenas a escravização de pagãos era justificada. A demanda por reforma puritana espalhou-se em meio aos estudiosos muçulmanos, clérigos e membros de irmandades místicas sufi. Surgiu, entre os fulbes, uma nova classe clerical muçulmana: os *torodbe* ou "os que buscam". No

oeste do Sudão, os *torodbe* tornaram-se líderes de conhecimento muçulmano. O islamismo, pregavam eles, era o caminho que levaria a uma sociedade mais justa. Se os muçulmanos não conseguissem alcançar o governo islâmico pela persuasão, então tinham o direito de praticar a jihad, uma luta armada. Além dos sermões, os *torodbe* faziam uso de uma rica tradição de poesia oral em língua fula para transmitir sua mensagem.

A primeira de uma sequência de jihads ocorreu no final do século XVII, no longínquo canto sudoeste do Saara, ao norte do rio Senegal (hoje, parte da Mauritânia). Pregando a necessidade de purificar as práticas do islamismo, um marabu berbere, Nasir al-Din, liderou na década de 1670 uma rebelião contra o governo de Banu Hassan, um clã árabe nômade que tinha conquistado a área no século XIV. Seu séquito de clérigos ganhou um número substancial de seguidores não só no deserto, mas entre agricultores jalofos e tucolores ao sul do rio, ressentidos com seus próprios governantes. Com o apoio dos *torodbe*, o islamismo militante se tornou a base de um movimento de resistência popular. Em 1673, Nasir al-Din tentou criar um Estado muçulmano teocrático, adotando o título de imã e de *amir al-Mu'minin*, "comandante dos fiéis", e exigindo que os governantes seculares da região entregassem seus poderes a ele ou enfrentassem a jihad.

No início, seu sucesso foi espetacular. Uma a uma, as dinastias reinantes de Cayor, Walo, Jalfo e Futa Toro foram arrasadas. Nasir al-Din substituiu-as com líderes muçulmanos prontos para implementar sua visão de governo islâmico. Mas o movimento logo vacilou. Ele próprio foi morto em batalha com os Banu Hassan, em 1674. Ao norte do rio Senegal, os Banu Hassan reafirmaram seu domínio. Ao sul, as elites tradicionais recuperaram o poder. Fugindo para o sul, sacerdotes e estudiosos fulbes continuaram a espalhar a mensagem da reforma islâmica, organizando e formando discípulos em localidades rurais longe dos centros de poder.

Na década de 1690, um sacerdote tucolor chamado Malik Sy tomou o controle de Bondu, uma área no alto rio Gâmbia colonizada por pastores migrantes fulbes, fundando sua própria dinastia. Em

1725, sacerdotes fulbes depuseram os governantes de língua mandê nas terras altas de Futa Djalon. O governo que estabeleceram transformou-se em uma oligarquia de comércio de escravos, mas eles também deram séria atenção ao ensino islâmico e desenvolveram uma literatura em fula, em vez de confiar no árabe, traduzindo o Corão para o vernáculo pela primeira vez na África ocidental. Foram seguidos por sacerdotes *torodbe*, em Futa Toro – a terra do antigo reino de Takrur –, que assumiram o controle após a derrubada, em 1776, dos governantes pagãos de Tucolor.

Tudo isso foi apenas um prelúdio para uma revolução islâmica bem maior, que tomou pé na Hauçalândia (hoje, norte da Nigéria). Desde o século XVII, as cidades-Estado muradas da Hauçalândia vinham se tornando centros de comércio e produção artesanal cada vez mais prósperos, bem conhecidos na região pelas exportações de tecido e o comércio de noz-de-cola, e com laços comerciais além do Saara até a costa do Mediterrâneo. Parte de sua prosperidade também se baseava em ataques sistemáticos para obtenção de escravos no sul. Mas a Hauçalândia era frequentemente abalada por guerras intermitentes. Entre 1600 e 1800, as cidades-Estado de Kano, Katsina, Gobir, Zamfara e Zaria lutaram dezenas de guerras de disputa por supremacia, às vezes formando alianças, em outros momentos lutando entre si. Seus governantes eram nominalmente muçulmanos, mas toleravam muitas práticas pagãs.

Uma considerável comunidade fulbe havia estabelecido residência na Hauçalândia, adotando o nome de fulani, como os hauçás os chamavam. Entre eles, havia um jovem estudioso, Usuman dan Fodio, nascido em 1754 de uma família *torodbe*, na cidade-Estado de Gobir. Aos vinte anos, ele montou sua própria escola em seu distrito natal de Degel e começou a pregar sobre a necessidade de uma observância mais rigorosa do islamismo. Seus sermões e escritos, tanto em hauçá quanto em fula, tornaram-se cada vez mais críticos das elites dominantes da Hauçalândia. Ele protestou contra as medidas de tributação sobre os pastores e condenou os governantes hauçás pelo hábito de escravizarem prisioneiros muçulmanos capturados em guerra, o que ia de encontro à lei

muçulmana. “Aquele que escraviza um Homem Livre”, escreveu em um poema, “o Fogo o escravizará.” Seus textos acabaram se tornando uma acusação pura e simples da ganância, do governo arbitrário e das práticas permissivas dos líderes da Hauçalândia. Em *Kitab al-Farq* (Livro das diferenças), catalogou longamente “as maneiras dos incrédulos e seus governos”:

Uma das maneiras de seu governo é a sucessão ao emirado por direito hereditário e pela força, com a exclusão de consulta. E uma das formas de governo é a construção da soberania sobre três coisas: as pessoas do povo, sua honra e suas posses; e quem desejam matar ou exilar ou violar sua honra ou devorar sua riqueza, o fazem, na busca de satisfazer seus desejos.

Governantes hauçás, escreveu ele, “adoravam muitos locais de ídolos, árvores e rochas, e faziam sacrifícios a eles”. Eles viviam em palácios decorados e “fechavam a porta na cara dos necessitados”. Estavam preocupados “em fazer coisas fúteis”, noite e dia, “tais como bater tambores, alaúdes e timbales”.

Usuman tornou-se o chefe local da fraternidade Qadiriyya, uma ordem sufi que clamava pela purificação da prática islâmica. Mais tarde na vida, atribuiu sua mudança de postura – da pregação por reforma para a defesa da jihad – aos sonhos que tivera, na década de 1790, sobre um encontro com o fundador da Qadiriyya, o místico de Bagdá do século XII Abd-al-Qadir al-Jilani:

Ele me sentou, me vestiu e colocou um turbante em minha cabeça. Em seguida, dirigiu-se a mim como “Imã dos Santos” e me mandou fazer o que for aprovado e me proibiu de fazer o que for reprovado. E me cingiu com a Espada da Verdade, para desembainhá-la contra os inimigos de Deus.

Na virada do século, Usuman tinha adquirido um número substancial de seguidores, principalmente entre a comunidade fulani, mas também entre camponeses hauçás e nômades tuaregues, igualmente ressentidos com os governos das cidades e com os impostos. Quando, em 1804, os governantes de Gobir tentaram refrear as atividades de seu movimento, Usuman retirou-se de Degel para sua nova sede em Gudu, proclamou ali um Estado islâmico e declarou guerra contra Gobir.

A jihad de Usuman acabou por liquidar não apenas a elite no poder em Gobir, mas a maioria das antigas dinastias no controle das cidades-Estado da Hauçalândia. Emissários fulanis chegavam ao seu quartel-general vindos de toda a Hauçalândia e, após garantir sua bênção, voltavam para casa com sua bandeira, uma licença para lutar suas próprias campanhas. Clãs fulanis ofereciam tanto comandantes instruídos – os emires – quanto uma base militar pastoril. Zaria caiu em 1804, Kano e Katsina, em 1807. Em 1809, eles começaram a construção de uma nova cidade em Sokoto, que se tornou a residência principal de Usuman e outros membros de sua família e a capital de um califado.

As jihads não se limitaram à Hauçalândia, sendo também travadas em terras vizinhas que não eram nem hauçás nem muçulmanas. O califado fundado por Usuman e seu filho, Muhammad Bello, que o sucedeu em 1817, acabou se estendendo por aproximadamente 470 mil quilômetros quadrados, abrangendo cerca de quinze dos principais emirados muçulmanos, entre eles Bauchi, a sudeste de Kano; Adamaua, nas savanas do norte de Camarões; o antigo reino de Nupe, ao sul da Hauçalândia; e Ilorin, na porção norte da Iorubalândia. Eram precisos dois meses de viagem para atravessá-lo de norte a sul, e até quatro de oeste a leste.

O califado de Sokoto foi essencialmente um império fulani, governado de acordo com a lei islâmica mas mantendo a estrutura de governo que os líderes hauçás tinham desenvolvido ao longo de vários séculos. Com efeito, uma aristocracia fulani substituiu a aristocracia hauçá, adquirindo deles a propriedade da terra e o trabalho escravo necessário para torná-la rentável. A autoridade suprema do califado permaneceu com Usuman e seus herdeiros, que levavam o título de xeque (*shehu*, em hauçá). Mas os emirados detinham a maior parte do poder. Quase todos os emires e seus altos funcionários eram clérigos e estudiosos fulanis que haviam sido porta-bandeiras da jihad e seus comandantes militares recompensados com cargos estaduais e propriedades fundiárias. No entanto, a nova classe dominante fulani entendeu a vantagem de se ganhar a colaboração hauçá e organizou alianças matrimoniais com

antigas famílias hauçás. Em lugar do fula, o hauçá tornou-se a língua dominante, o idioma da administração e o principal veículo da poesia islâmica.

O sistema fulani de governo mostrou-se relativamente estável. Sob o governo fulani, os emirados da Hauçalândia prosperaram como nunca. Grande parte da prosperidade era baseada no trabalho escravo agrícola. As campanhas de jihad, guerras de fronteira e ataques para obter escravos nas sociedades mais fracas ao sul ofereciam uma enorme expansão no número de escravos. Metade da população de alguns emirados era composta de escravos, a maioria trabalhando nas plantações da aristocracia. A Hauçalândia também se tornou um importante centro de estudos, em grande parte suplantando Tombuctu. Mesquitas e escolas proliferaram nas zonas rurais, bem como nas cidades. Tanto Usuman quanto seu filho Muhammad Bello eram estudiosos islâmicos renomados e produziram dezenas de livros e tratados sobre religião, direito, política e história, além de volumes de poesia. Muito de seu trabalho, em hauçá e em fula, foi escrito em verso, para que pudesse ser recitado para o público não alfabetizado – mulheres, escravos, agricultores e pastores. A filha de Usuman, Nana Asmau, era também uma poeta notável, tendo composto obras pensadas especialmente para mulheres. “Ela provavelmente provocou uma islamização mais profunda da parte norte-ocidental da Hauçalândia do que qualquer outra pessoa no califado”, escreveu o historiador David Robinson.

Embora Sokoto tenha se tornado o foco do poder religioso, Kano prosperou como o centro do poder comercial. A era da hegemonia fulani permitiu a Kano sedimentar as tradições de tecelagem, tinturaria e trabalho em couro pelas quais já era famosa. O fino tecido de algodão de Kano, tingido em muitos tons de índigo, estava em alta demanda em Trípoli, ao norte, em Tombuctu, a oeste, e no lago Chade, a leste. Artigos de couro eram igualmente valorizados. Grande parte do couro “marroquino” vendido do norte da África para a Europa era oriundo dos artesãos hauçás de Kano.

Um viajante alemão, Heinrich Barth, que visitou Kano em 1851, descreveu-a como “o empório da Negrolândia”. Cercada por paredes de barro vermelho de dez metros de altura e com extensão superior a quinze quilômetros, a cidade abrigava uma população residente de 30 mil pessoas que dobrava durante a movimentada temporada de comércio. “A grande vantagem de Kano”, escreveu Barth, “é que o comércio e o artesanato andam de mãos dadas, e quase todas as famílias têm a sua cota neles.” Seu enorme mercado era um labirinto de vielas estreitas, apinhadas de barracas e galpões repletos de uma imensa variedade de produtos – tudo, de legumes a escravos, e uma abundância de mercadorias estrangeiras trazidas pelo deserto. Barth achou chitas estampadas de Manchester, sedas e açúcar da França, tecidos vermelhos da Saxônia, contas de Veneza e Trieste, espelhos e agulhas de Nuremberg, lâminas de barbear da Áustria, espadas de Solingen, na Alemanha, e papel da Itália.

Embora o califado de Sokoto tenha perdido muito de seu zelo reformador inicial, retornando à decadência e à corrupção, manteve-se unido como um Estado islâmico até o final do século XIX. Como o restante da África ocidental, no entanto, acabou por ser confrontado com a crescente invasão das potências europeias.

O EXEMPLO DADO POR Usuman em Sokoto repercutiu em outras regiões do oeste do Sudão. Notícias de seu sucesso inspiraram um sacerdote fula chamado Ahmadu Lobbo a levantar a bandeira da jihad entre pastores fulas em Macina, no delta do médio Níger. Macina era controlada por chefes pagãos de clãs fulas que pagavam tributo aos governantes bambaras de Ségou, a sudoeste, um Estado pagão do século XVIII que surgira após o colapso do império de Songai. Em 1817, Ahmadu conseguiu uma bandeira de legitimação de Usuman e organizou a resistência contra a hegemonia de Ségou. Em poucos anos, ele garantiu o controle político de Macina, construiu uma nova capital a oitenta quilômetros ao nordeste de Djenné, que chamou de Hamdullahi (“Louvado seja Deus”), e instituiu uma teocracia islâmica rígida, obrigando os pastores a se estabelecerem em áreas

designadas, purgando Djenné e Tombuctu de vícios urbanos e proibindo a dança, o tabaco e as vestimentas que não fossem simples. Após sua morte, em 1845, seu regime teocrático perdeu o fervor islâmico e acabou sucumbindo a um poder islâmico mais dinâmico do oeste em sua própria jihad.

O último dos grandes movimentos da jihad a irromper no Sudão ocidental, no século XIX, foi liderado por Umar Tal, um *torodbe* tucolor nascido de uma família sacerdotal em Futa Toro, em 1796. Enquanto tanto Usuman quanto Ahmadu pertenciam à fraternidade Qadiriyya, Umar tornou-se um líder praticante na fraternidade Tijaniyya, uma nova ordem sufi fundada em Fez, na década de 1780, com uma perspectiva mais exclusiva e mística. Excepcionalmente para um muçulmano da África ocidental à época, na década de 1820, ele fez uma peregrinação a Meca, onde a Tijaniyya era notavelmente ativa, e obteve uma comissão de chefe da ordem na África ocidental. Em sua lenta viagem de volta, permaneceu por oito anos em Sokoto e desenvolveu um relacionamento próximo com Muhammad Bello, casando-se com uma de suas filhas e fundando uma pequena comunidade Tijaniyya. Continuando em direção ao oeste, em 1839, ele passou pelo Estado jihadista de Macina, onde fundou outra comunidade Tijaniyya. Ficou a maior parte da década de 1840 em Futa Djalón, onde completou uma grande obra de erudição sobre a ordem, mas então voltou sua atenção da escrita e do ensino para prosseguir na luta militar. Seu objetivo não era tanto purificar as práticas duvidosas de governos muçulmanos, mas conquistar novo território pagão para o islã. Ele reuniu uma grande massa de seguidores bem armados, a maioria fulbe e tucolor de sua região de origem, Futa Toro. Em 1852, derrotou o Estado mandê de Tamba; em seguida, em 1855, tomou o Estado bambara de Kaarta; Ségou, em 1861; Macina, em 1862; e Tombuctu, em 1863. Apesar de bem-sucedido no início, suas conquistas militares encontraram resistência de facções muçulmanas rivais. Em 1864, Umar foi morto em Macina. Mas o império tucolor que tinha fundado sobreviveu.

O impacto coletivo de sacerdotes e estudiosos fulbes que lideraram as jihads do século XIX, no oeste do Sudão, foi duradouro. Suas campanhas ajudaram a transformar uma grande faixa da África ocidental em uma parte do *Dar al-Islam*, como permanece até hoje.

17. Uma questão de fé

À MEDIDA QUE O ISLAMISMO avançava pelo interior da África, o reino da Abissínia foi ficando cada vez mais isolado nas montanhas, cercado por adversários mas apegando-se firmemente à identidade cristã. Seus contatos com o mundo exterior eram limitados. Durante o século XVI, os turcos otomanos conquistaram a supremacia naval no mar Vermelho, ocuparam Massawa, que já fora o principal porto de entrada para a Abissínia, estabeleceram uma nova província ao longo da região costeira ao norte e fizeram várias incursões armadas no coração do antigo centro aksumita de Tigré. A oeste, um novo império muçulmano surgiu ao longo do curso inferior do rio Abbai (Nilo Azul), tendo por centro a cidade de Sennar. Em seu apogeu, no século XVII, o reino funj de Sennar controlava as rotas comerciais por toda a costa do mar Vermelho até Cordofão e tentou se expandir para o território abissíneo. Ao sul, pastores oromos de língua chuchita se infiltraram no planalto, fundando assentamentos, adaptando-se à agricultura e tornando-se um elemento dominante na população local. Além das ameaças externas, as elites governantes da Abissínia envolviam-se, com frequência, em suas próprias lutas intermináveis por poder, o que muitas vezes resultava em guerra.

Apesar das dificuldades de se chegar à Abissínia, os portugueses ainda aspiravam a manter uma presença no local. Terminada a campanha para derrotar os exércitos de Adal, várias centenas de portugueses permaneceram nas terras altas do norte, casando-se, constituindo família e integrando-se à população local. Eram ativos construtores e artesãos, e trouxeram um novo estilo de arquitetura para as igrejas, os castelos, as pontes e as fortificações.

Os missionários portugueses também pretendiam manter influência na região, mas suas atividades logo provocaram conflitos

internos. Ignorando a profunda ligação que os abissínios tinham com suas próprias tradições ortodoxas, os jesuítas portugueses se esforçaram para converter o país em um bastião do catolicismo romano. Sem consulta prévia, alegando que os abissínios tinham se distanciado da verdadeira cristandade, consagraram, em uma cerimônia em Lisboa, um jesuíta português como patriarca da Igreja da Abissínia e enviaram um emissário ao imperador Galavdevos para informá-lo da nomeação e pedir que cortasse seus laços com Alexandria. Segundo um sacerdote português que testemunhou o encontro, em 1555, o imperador "alterou tanto o semblante e ficou tão desorientado que, quando falamos com ele, nada respondeu sobre o assunto... ele foi embora para visitar sua avó, ficando oito ou dez dias fora, deixando-nos em um campo aberto totalmente sem recursos".

Galavdevos posteriormente deixou claro para o enviado que não tinha intenção de abandonar a fé ortodoxa e, por precaução, pediu à Igreja copta do Egito para enviar-lhe um novo *abuna*.¹

Os jesuítas não cederam. Em 1557, um bispo jesuíta, André de Oviedo, acompanhado por cinco sacerdotes e um pequeno grupo de empregados, foi, sem ser convidado, ao acampamento do imperador em Tigré. Intitulando-se arcebispo, disse a todos os portugueses no país que já não precisavam obedecer aos éditos do imperador. Galavdevos respondeu com calma e tentou informar os jesuítas entregando-lhes um documento, que ficou conhecido como sua *Confissão de fé*, em que afirmava sua crença no ensinamento ortodoxo.

Seu sucessor, Minas, não foi tão paciente. Quando Oviedo continuou a pregar sobre a corrupção de sua corte e seus fracassos como cristão, Minas banuiu os jesuítas para um local remoto nas montanhas do norte, chamado Maigoga. Os jesuítas construíram ali um mosteiro, nomeando-o Fremona, em homenagem a Frumêncio, primeiro bispo da Abissínia, que havia convertido o imperador Ezana. Mas a vida que levavam lá era dura e isolada. Só podiam sair para officiar para outros portugueses. Oviedo conseguiu enviar mensagens

para Roma e Lisboa, apelando para uma intervenção militar, mas não obteve sucesso. Morreu em Fremona, em 1577.

Ainda assim, os jesuítas perseveraram. Em 1589, um jesuíta espanhol, Pedro Páez, foi enviado de Goa, como missionário, para a Abissínia. Sua primeira tentativa de chegar à Abissínia não demorou a falhar. Páez foi capturado no caminho por marinheiros turcos, mantido prisioneiro no Iêmen e forçado a trabalhar como escravo de galés. Sete anos mais tarde, após o pagamento de um resgate, chegou a Goa, emaciado e desconsolado. Em 1603, tentou novamente, dessa vez viajando como comerciante armênio e usando o nome de Abdullah. Agora fluente em árabe, conseguiu chegar a Massawa e seguiu caminho até a base jesuíta, em Fremona, onde passou vários meses estudando amárico, ge'ez, a antiga língua litúrgica da Igreja e os costumes da Abissínia. Convocado para o acampamento real em Dankaz, perto do lago Tana, Páez impressionou o jovem imperador Za Dengel com suas explicações cuidadosas da crença e da prática católica e convenceu-o, junto com vários membros de sua corte, a se converter. Ciente das dificuldades que poderiam advir, Páez advertiu o imperador a não anunciar sua nova fé muito depressa e voltou para Fremona. Quando Za Dengel decretou mudanças na observância do sabá judaico, isso provocou uma rebelião, e ele foi morto no tumulto que se seguiu.

Destemido, Páez estabeleceu uma amizade calorosa com o imperador Susenios, que tomara o trono em 1607. Convidado a participar de sua coroação em Aksum em 1609, Páez registrou o evento em sua *História da Etiópia*, que completou em 1620, observando a pompa e o luxo que seus imperadores gostavam de exibir.

O chão estava coberto de tapetes grandes e ricos, os homens importantes se alinhavam em ambos os lados. As Donzelas de Sion fechavam o caminho cruzando-o com uma linha de seda por onde o Imperador passou três vezes e quando as donzelas perguntaram quem ele era, na primeira e na segunda vez respondeu: "Eu sou o Rei de Israel." Quando lhe perguntaram pela terceira vez quem ele era, ele respondeu: "Eu sou o Rei de Sião." E então o ar ressoou com aclamações de alegria, saraivadas de tiros e o soar de trompetes, tímpanos... e outros instrumentos musicais...

O Imperador tinha um fino colete de damasco carmesim, e sobre ele um manto turco de brocado como as antigas togas romanas, as mangas retas, mas tão longas que pendiam até o chão... cingido com um cinto largo todo de peças de ouro curiosamente trabalhado, e em seu pescoço uma grossa corrente de ouro de várias voltas pendurada em seu peito e as extremidades caindo longamente para trás, de maneira que, sendo ele um homem bonito, nele ficou muito bem.

Susenios foi coroado por um *abuna* copta, recém-chegado do Egito, de acordo com a tradição ortodoxa, mas estava interessado em desenvolver uma relação mais estreita com os portugueses, na esperança de que pudessem prover assistência militar para ajudá-lo a expulsar os turcos do norte e a lidar com seus adversários internos nas terras altas.

Sob a orientação cuidadosa de Páez, em 1612, Susenios anunciou sua conversão ao catolicismo. Como sinal de sua estima pelo sacerdote, concedeu-lhe um pedaço de terra em Gorgora, na margem norte do lago Tana, para a construção de um centro jesuíta. Tão hábil em arquitetura quanto em diplomacia, Páez construiu ali uma igreja de pedra e um grande palácio para Susenios, com uma impressionante vista para o lago. O jesuíta era muitas vezes escolhido para acompanhar o imperador em suas campanhas contra rivais e conspiradores.

Foi durante essas viagens que Páez foi levado a um pequeno riacho em Gish Abbai, na nascente do rio Pequeno Abbai, que os abissínios acreditavam ser a fonte do Abbai ou Nilo Azul. Correndo para o norte, o Pequeno Abbai é um dos vários riachos que alimentam o lago Tana. De um afluente no extremo sul do lago, o Nilo Azul começa sua jornada de 1.500 quilômetros até encontrar o Nilo Branco. Páez ficou emocionado ao chegar ao local: "Eu subi ao lugar... e vi com o maior prazer aquilo que nem Ciro, rei dos persas, nem Cambises, nem Alexandre o Grande, nem o famoso Júlio César, poderia jamais descobrir." Embora Páez tenha sido o primeiro europeu a registrar sua chegada a Gish Abbai, sua visita ali, em 1615, não causou impacto quando o relato foi publicado. No século XX, engenheiros definiram que são os rios que fluem das terras altas da Etiópia – o Nilo Azul e o Atbara –, quando cheios por causa das

chuvas de monção de verão, que provocam a inundação anual no Egito.

Em 1622, ao retornar de uma campanha em que tinha alcançado uma vitória decisiva, Susenios decidiu se entregar por inteiro ao catolicismo, tornando-o a religião oficial do Estado. Em uma proclamação em que declarava suas razões para se tornar católico, disse que um fator importante foi o caráter edificante dos jesuítas, comparado à depravação e à corrupção dos *abunas* ortodoxos.

O que se seguiu teve consequências desastrosas. Roma apontou como patriarca da Abissínia um jesuíta espanhol sênior, Afonso Mendes, que tinha amplos conhecimentos dos métodos da Igreja católica mas era intransigente e intolerante em sua abordagem em relação à missão que lhe fora dada. Após desembarcar, disfarçado, em um porto remoto na costa do mar Vermelho, Mendes fez uma viagem perigosa pelo deserto de Danakil, chegando enfim ao quartel-general de Susenios, em Dankaz, em fevereiro de 1626, com uma comitiva de sacerdotes, empregados e músicos. Susenios enviou uma escolta de 15 mil cavaleiros armados para recebê-lo.

Eles se conheceram em uma igreja, ao som de um coro cantando o *Benedictus* e de uma saraivada de tiros de canhão. Mendes entrou na igreja portando sua mitra e as vestes patriarcais e dirigiu-se à capela-mor, onde Susenios, com uma coroa de ouro na cabeça, levantou-se para abraçá-lo. Mendes logo deu início a um discurso sobre a primazia de Roma e a conduta perversa das igrejas orientais, falando em latim, citando filósofos gregos e romanos e se alongando durante a maior parte do dia. Dois dias depois, em uma cerimônia em massa para o clero e o público laico, Susenios, segurando uma cópia dos Evangelhos, ajoelhou-se diante de Mendes e jurou fidelidade ao papa.

Sem perder tempo, Mendes começou a esmagar séculos de tradição religiosa. A pedido seu, o imperador ordenou que todas as igrejas fossem reconsagradas, todo o clero reordenado, todos os crentes rebatizados e todas as datas festivas fixadas de acordo com o calendário romano. Também ordenou a suspensão da circuncisão

masculina e da observância do sabá, ridicularizando tais práticas como costumes judaicos ultrapassados. Uma nova liturgia seria escrita. Várias igrejas ortodoxas importantes e terras monásticas foram transferidas para os jesuítas. Dissidentes foram punidos por enforcamento ou morte na fogueira.

O resultado foi uma série de rebeliões em toda a Abissínia. Em junho de 1632, o próprio irmão de Susenios, Malka Christos, reuniu um grande exército em Lasta para derrubá-lo. Susenios conseguiu derrotá-lo, mas ao custo de 8 mil baixas. Ao caminhar com o filho Fasilidas pelo campo de batalha, entre os mortos, Fasilidas teria dito a ele:

Os homens que você vê mortos aqui não eram pagãos nem muçulmanos, de cujas mortes poderíamos nos alegrar, mas cristãos, seus súditos e compatriotas, e alguns deles eram seus próprios parentes. Não foi a vitória que conseguimos, porque enterramos nossas espadas em nossos próprios corpos ... Por meio dessa guerra e por termos abandonando a fé de nossos antepassados, nós nos tornamos motivo de riso entre os pagãos e os árabes.

Exausto e deprimido, Susenios voltou a Dankaz, emitiu uma proclamação concedendo liberdade de religião aos súditos e abdicou em favor de Fasilidas. Ele morreu alguns meses mais tarde, depois de receber a extrema-unção de um padre português, e foi sepultado em uma igreja construída por Pedro Páez.

Fasilidas foi ágil em livrar a Abissínia dos jesuítas e de seu dogma estrangeiro. Mendes e seus colegas foram banidos primeiro para Fremona e depois expulsos por completo. Cinco jesuítas que optaram por permanecer foram enforcados por ordens de Fasilidas; outros dois foram assassinados. Buscando garantir que os europeus não entrassem mais nas terras altas, Fasilidas assinou acordos com governantes muçulmanos de Massawa e outros portos do mar Vermelho para ajudar a detê-los. Quando um grupo, enviado pelo papa, de franciscanos disfarçados de comerciantes armênios foi descoberto tentando entrar na Abissínia, todos foram mortos.

NOS DOIS SÉCULOS SEGUINTEs, a Abissínia permaneceu, em grande parte, um mundo fechado, absorvida pelas próprias lutas internas. Em uma ruptura com os hábitos do passado, em vez de governar a partir de acampamentos reais, movendo-se periodicamente de uma parte a outra do país, os imperadores da Abissínia estabeleceram uma capital permanente. Em 1636, Fasilidas construiu um castelo em Gondar, com muralhas com ameias, quatro torres circulares nos cantos e um terraço com uma vista distante do lago Tana, e durante os 150 anos seguintes seus sucessores acrescentaram seus próprios complexos de castelos e palácios, criando o centro de uma cidade imperial. Situada entre dois rios em uma cordilheira vulcânica plana, a 2 mil metros acima do nível do mar, a área fora ocupada havia muito tempo por agricultores cristãos amaras e proporcionava abundantes suprimentos de água, madeira e produtos agrícolas. Quando Fasilidas faleceu, em 1667, a cidade contava com edifícios administrativos, igrejas e uma população de cerca de 25 mil pessoas. Em seu auge, na virada do século XVIII, Gondar serviu como um próspero centro de comércio, artesanato, educação e trabalho artístico. Mercadores muçulmanos controlavam a maior parte do comércio interno, mas foram obrigados a viver em locais separados. Um novo mercado se desenvolveu em torno do café, uma planta nativa que originalmente crescia selvagem, na região de Kaffa, a sudoeste. Transplantado para o Iêmen, o café foi introduzido na Europa pelos turcos otomanos, a partir da Arábia.

No entanto, o império tornou-se frequentemente uma arena para exércitos concorrentes. Os imperadores passavam grande parte do tempo em campanhas militares, atacando e contra-atacando adversários. Os líderes regionais tornaram-se fortes o suficiente para desafiar o poder da monarquia. À medida que as províncias seguiam seu próprio caminho, a autoridade imperial muitas vezes ficava confinada a pouco mais que a cidade de Gondar. Intrigas palacianas eram comuns. Em um período de quinze anos, um imperador foi assassinado, seu sucessor foi esfaqueado até a morte e os dois imperadores seguintes foram envenenados.

Além dos comerciantes estrangeiros – principalmente gregos e armênios –, poucas pessoas de fora se aventuravam na Abissínia. Um médico francês, Charles-Jacques Poncet, chegou a Gondar para tratar Iyasu I de “desequilíbrio” e ficou por quase um ano. Em 1752, um franciscano tcheco, Remedius Prutky, liderou, a convite de Iyasu II, uma missão de três homens a Gondar. O próximo visitante europeu importante chegou à cidade sem ser convidado.

DEPOIS DE UMA PERIGOSA viagem de três meses pelas montanhas a partir do porto de Massawa, James Bruce, um rico escocês de quarenta anos de idade com um gosto por aventura, alcançou Gondar, em fevereiro de 1770, vestido como um comerciante muçulmano. Com porte imponente, 1,95 metro de altura, ruivo, dono de uma voz estrondosa e maneiras arrogantes, Bruce tinha deixado a Inglaterra sete anos antes para assumir como cônsul britânico em Argel. Fluente em árabe e várias outras línguas, ficou obcecado com a ideia de viajar para a principal fonte do Nilo, acreditando que estivesse localizada nas montanhas da Abissínia. Ao sair de Argel, acompanhado por um artista italiano, Luigi Balugani, e dois escravos irlandeses, ex-soldados do exército espanhol oferecidos a ele pelo *dey* de Argel como presente de despedida, Bruce percorreu o Mediterrâneo oriental juntando cartas de recomendação de sultões e patriarcas em Istambul, Jerusalém, Alexandria, no Cairo e, por fim, em Meca. No caminho, adquiriu também um conhecimento considerável de medicina. Sua bagagem, transportada por uma equipe de carregadores, incluía um enorme quadrante e uma série de outros instrumentos científicos.

Gondar estava em grande parte deserta quando Bruce e seus companheiros chegaram. O jovem imperador Tecla Haimanout II e sua corte tinham partido para o sul, em uma expedição militar contra adversários oromos, levando consigo grande parte da população da cidade – soldados, burocratas, carregadores e comerciantes. Enquanto esperava que eles retornassem, Bruce passou a residir no bairro muçulmano e fez-se útil, combatendo um

surto de varíola que afetava os membros da família real e ganhando a apreciação da rainha-mãe, Iteghe Mentuab, e de sua filha, Wozoro Aster. Quando explicou o propósito da visita, Mentuab, segundo o testemunho de Bruce, estranhou que ele realizasse um empreendimento tão arriscado:

“Veja! Veja!”, disse ela. “Como a vida diária nos fornece a prova da perversidade e da contradição da natureza humana; você vem de Jerusalém, por meio de governos turcos vis e climas quentes insalubres, para ver um rio e um pântano, nenhuma parte dos quais pode levar embora, mesmo que fossem extremamente valiosos, e dos quais tem em seu país mil vezes maiores, melhores e mais limpos; e você receberá mal quando eu o desencorajar a partir em busca dessa fantasia, em que é provável que pereça sem que seus amigos em casa nunca saibam quando ou onde aconteceu o acidente. Enquanto eu, por outro lado, a mãe de reis, ocupando o trono deste país há mais de trinta anos, tenho como único desejo, noite e dia, que, depois de desistir de tudo no mundo, eu possa ser transportada para a igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém, e pedir esmolas para minha subsistência por toda a vida, e depois, que eu possa ser enterrada finalmente na rua, à vista do portão daquele templo onde nosso bendito Salvador uma vez esteve.”

Em março, o jovem imperador voltou a Gondar com seu formidável comandante militar, Rás Mikael Sehul, um tirano de cabelos brancos e na casa dos setenta anos que era o verdadeiro poder por trás do trono, responsável pela morte de vários governantes anteriores. Atrás deles, veio o exército, com fileiras de soldados vestindo tiras de pano escarlate para marcar o número de inimigos que haviam matado no campo de batalha e cujos testículos carregavam como prova. Bruce registrou que um dos primeiros atos de Rás Mikael após o retorno foi ordenar a seus homens que extirpassem os olhos de um grupo de prisioneiros oromos.

Bruce foi devidamente convocado para uma audiência com Rás Mikael, em seu palácio vizinho ao complexo real, e fez a habitual reverência, beijando o chão a seus pés. Tendo acabado de salvar um dos filhos de Mikael de um ataque quase fatal de varíola, foi bem recebido. Mikael lhe advertiu sobre os perigos de viajar sozinho pelo país e deu-lhe o comando de uma tropa da cavalaria real. No encontro com o imperador, ele foi questionado intensamente sobre a vida na Inglaterra e sobre Jerusalém. Bruce logo se acostumou à vida da corte em Gondar, suas intrigas e maquinações. “A corte em

Londres e a na Abissínia são, em princípio, a mesma”, escreveu. Gostava de usar roupas abissínicas, o traje completo, com capas, cota de malha e uma faixa de cores vivas na cintura em que carregava suas pistolas, e imitava um penteado abissínic. “Meu cabelo foi cortado arredondado, enrolado e perfumado na moda amárica, e eu era, a partir de então, em toda a aparência externa, um perfeito abissínic.” Ele impressionou tudo e todos, não só com as habilidades médicas mas com o dom para montaria e pontaria, e logo se juntou aos agitados banquetes oferecidos pela corte real, em que fatias de carne crua eram cortadas de vacas vivas e casais faziam amor com abandono. “Não há timidez nem espera, não há necessidade de marcar hora ou de se retirar para satisfazer seus desejos; há um só ambiente, no qual se sacrifica tanto a Baco quanto a Vênus.”

Por causa de novos combates nas terras altas, Bruce foi forçado a adiar sua tentativa de alcançar a fonte do Pequeno Abbai, mas, em outubro de 1770, finalmente partiu com seu fiel secretário, Luigi Balugani, os servos irlandeses e um grupo de carregadores e guardas. Conduzidos por um guia local, contornaram o lago Tana pelo lado oeste, seguiram o vale do Pequeno Abbai rio acima, em direção à montanha de Gish, a cerca de cem quilômetros ao sul do lago, e chegaram a uma igreja rústica em uma colina com vista para um pequeno pântano. Apontando para o pântano, o guia disse a Bruce: “Olhe para aquela colina verde e no meio daquele lugar com água; é ali que se encontram as duas fontes do Nilo.” Bruce tirou os sapatos, desceu correndo a colina, tropeçando e caindo de cabeça duas vezes, até que chegou a “uma ilha de relva verde, que tinha a forma de um altar, parecendo uma obra de arte, e fiquei em êxtase diante da principal fonte que nasce no meio dela”.

Bruce tinha perfeita consciência de que Pedro Páez tinha alcançado Gish Abbai cerca de 150 anos antes dele, mas, no relatório de suas viagens na Abissínia, publicado em 1790, decidiu contestar as realizações do espanhol, alegando que sua versão dos acontecimentos tinha sido baseada em não mais do que boatos, a fim de glorificar sua própria façanha de exploração. Também não fez

qualquer menção a Balugani tê-lo acompanhado na viagem para Gish Abbai, disposto a tornar aquele um triunfo solitário.

Após novas aventuras na Abissínia, Bruce partiu de volta para o Cairo, por terra, alcançando o Nilo Azul em Sennar. Quando chegou à confluência do Nilo Azul com o Nilo Branco, a 1.500 quilômetros a jusante do lago Tana, percebeu que um outro rio poderoso que não o Nilo Azul poderia ser o pai do Nilo, mas não considerou a possibilidade em seu livro de memórias, mantendo-se inflexível sobre a importância das próprias façanhas.

Ao retornar à Europa, em 1773, as histórias de Bruce sobre suas viagens despertaram vivo interesse público sobre o interior da África, apesar de muitos de seus episódios terem sido desconsiderados pelos críticos em Londres como invenções. "A África está, de fato, entrando na moda", escreveu Horace Walpole a um amigo. "Acabou de voltar um certo sr. Bruce, que viveu três anos na corte da Abissínia, e todas as manhãs comia bois vivos com as damas de honra."

Até então, pouca atenção tinha sido dada na Europa para o vasto interior africano. Em 1733, quando Bruce tinha três anos de idade, o satírico Jonathan Swift ridicularizara a escassez de informações sobre os mapas do continente:

Assim, geógrafos, nos mapas da África,
com figuras selvagens preenchem as lacunas;
e, em suas terras inabitáveis,
colocam elefantes por falta de cidades.

Cinquenta anos depois, pouco havia mudado. Em 1787, quando o cartógrafo Samuel Boulton publicou um mapa da África com escassas quatro folhas, omitindo lendas e boatos e incluindo apenas fatos estabelecidos, sentiu-se obrigado a explicar: "Sendo as partes do interior da África muito pouco conhecidas e os nomes das regiões e dos países que preenchem aquela vasta extensão de terra em grande parte colocados por conjectura, pode-se avaliar o quão

absurdas são as divisões em alguns mapas e por que elas não foram seguidas neste.”

A partir de então, inspirado pelas façanhas de Bruce, um novo tipo de aventureiro europeu partiu para preencher as lacunas.

¹ Arcebispo da Igreja etíope. (N.T.)

PARTE V

O crescimento da usurpação parasitária europeia

18. As portas da África

EM MAIO DE 1787, três navios de transporte britânicos, acompanhados por uma corveta da Marinha Real, o *Nautilus*, ancoraram em uma baía abrigada no estuário do rio Serra Leoa. A bordo, havia um grupo de voluntários que pretendia criar uma nova colônia em uma península montanhosa com vista para o estuário. O principal contingente era composto de ex-escravos – cerca de 290 homens e 41 mulheres – recrutados nas ruas de Londres. O restante incluía aproximadamente setenta mulheres brancas, a maioria delas casada com os voluntários negros, e um grupo de oficiais e artesãos brancos – um sacerdote anglicano, quatro cirurgiões, um topógrafo, um enfermeiro, um pedreiro, um carpinteiro, ferreiros, armeiros e lavradores.

A expedição para Serra Leoa tinha sido organizada por um comitê de filantropos londrinos preocupados com a miséria dos “negros pobres” na Inglaterra. Seus números tinham aumentado substancialmente após a Guerra de Independência dos Estados Unidos, em 1783, quando milhares de negros que haviam servido nas forças britânicas foram transferidos para a colônia britânica de Nova Escócia, para as Bahamas e para Londres, muitos acabando desamparados.

A força motriz por trás do comitê era Granville Sharp, um dedicado ativista antiescravagista que havia enfrentado uma batalha de cinco anos, na década de 1770, para conseguir que os tribunais declarassem que os escravos que entrassem na Inglaterra deveriam ser considerados homens livres. Inundado com pedidos de ajuda vindos de “negros desesperados”, Sharp percebeu que só a caridade privada não iria resolver o problema e levantou a ideia de repatriação para uma colônia na África. Um botânico dinamarquês, Henry Smeathman, que passara quatro anos em ilhas do estuário de

Serra Leoa, recomendou a área a ele. Em 1786, Smeathman publicou um panfleto chamado *Plan of a Settlement to be made near Sierra Leona, on the Grain Coast of Africa* [Plano de ocupação a ser feita perto de Serra Leoa, na Costa dos Grãos da África], no qual retratava Serra Leoa como um lugar salubre para a colonização, com “um clima fértil muito agradável”.

Não era um prospecto honesto. Mercadores britânicos de escravos haviam usado as ilhas no estuário do rio Serra Leoa por mais de cem anos e estavam bem conscientes dos riscos para a sobrevivência no local. A vinte quilômetros a montante da península de Serra Leoa ficava a ilha Bunce, que, na década de 1670, servira como sede local da Companhia Real Africana da Inglaterra. Em 1747, a ilha fora vendida a um consórcio com sede em Londres, que a usava como um “ponto de encontro geral” para escravizar, empregando até quarenta escrivães brancos e seus assistentes para gerenciar o comércio. O local foi equipado com um edifício central de luxo e até um campo de golfe para o benefício dos capitães em espera e outros. Mas, apesar das comodidades, a taxa de mortalidade em Bunce, como em outras feitorias comerciais na costa “febril” da África ocidental, era alta. Estimava-se que, em um ano, um quarto da metade dos trabalhadores europeus recém-chegados morreria de doenças tropicais, como malária e febre amarela, das quais ainda se tinha pouca compreensão. Em 1785, o próprio Smeathman afirmara a uma comissão parlamentar em Londres, ao discutir planos para uma colônia penal, que, se duzentos condenados desembarcassem mesmo na parte saudável de Serra Leoa, “cem morreriam em menos de um mês e ... em menos de seis meses, não haveria duas pessoas vivas”.

Mesmo assim, o Comitê para o Socorro dos Negros Pobres ficou impressionado com o plano de assentamento de Smeathman. O governo britânico também foi a favor da ideia. Ele já estava tentando resolver o problema da superlotação de prisões e galés transferindo os condenados para uma colônia em Botany Bay, na Austrália. Disposto a incentivar um método semelhante para reduzir o número de “negros pobres”, o governo concordou em arcar com os

custos do transporte e das provisões por quatro meses e em fornecer uma escolta naval. Granville Sharp acrescentou seu próprio floreio idealista, nomeando a nova colônia "Province of Freedom" [Província da Liberdade] e insistindo que os colonos deveriam ser autorizados a governarem a si mesmos, livres do controle imperial.

O plano original era que os colonos chegassem em janeiro, durante a estação seca, o que lhes dava tempo suficiente para estabelecer um assentamento e plantar culturas antes das principais chuvas, que começariam em maio. Era bem sabido que os meses entre dezembro e março eram a melhor época para o comércio ao longo da costa de Serra Leoa, com menos risco de "febre". As taxas de mortalidade sempre foram mais elevadas durante a estação chuvosa, entre maio e novembro. Mas uma série de atrasos na Inglaterra deteve a partida da pequena frota até abril.

Depois de ancorar na península, em 15 de maio, os colonos subiram no topo de uma colina, içaram a bandeira britânica e chamaram o assentamento de Granville Town e a baía sob a colina de baía de São Jorge. Foram iniciadas negociações com um subchefe local temne, conhecido pelos ingleses como rei Tom, para a compra de terras. Depois de vários dias de discussão, o rei Tom concordou em vender-lhes "um belo pedaço de terra montanhosa coberta de árvores de todos os tipos", que corria ao longo do rio por quinze quilômetros a leste do assentamento e trinta para o interior. Em troca, o rei Tom foi presenteado com uma variedade de produtos manufaturados – 24 chapéus, 36 espadins com bainhas vermelhas, dez metros de tecido escarlate, oito mosquetes, um barril de pólvora, 25 barras de ferro, 117 maços de contas e quinhentos litros de rum – tudo no valor de quase sessenta libras esterlinas.

Granville Town logo tomou forma. Os colonos armaram barracas, marcaram ruas e dividiram a terra em 360 lotes de cerca de um acre cada, ou aproximadamente 4 mil metros quadrados. Mas o desastre não tardou a chegar. Em poucos dias, as chuvas torrenciais começaram. Era tarde demais para o cultivo. A febre e a disenteria tomaram o assentamento. Mais de metade da comunidade morreu no primeiro ano. Alguns colonos desertaram e foram trabalhar para

traficantes de escravos. Irromperam disputas tanto com traficantes de escravos quanto com o rei Tom. O golpe final veio em 1790, quando um novo subchefe temne local, o rei Jimmy, vingando-se de um ataque à sua própria aldeia, deu aos 87 restantes colonos três dias para saírem e depois destruiu Granville Town. Os sobreviventes tiveram que buscar refúgio com mercadores de escravos.

Os filantropos de Londres, no entanto, não tinham intenção de desistir. Apesar da oposição dos traficantes de escravos, eles conseguiram, em 1791, aprovação parlamentar para uma nova empreitada, a Sierra Leone Company [Companhia de Serra Leoa], para financiar a construção de outra cidade, e recrutaram 1.190 voluntários negros de Nova Escócia e 119 europeus para se estabelecerem nela. Seu objetivo agora era fundar uma colônia comercial em que o comércio legítimo fosse usado como um meio para cortar o tráfico de escravos pela raiz. Eles propuseram fazer escolas para as crianças africanas e empregar missionários para ensinar-lhes a religião cristã. Uma nova cidade foi devidamente construída no local da antiga Granville Town e nomeada Freetown.

Os “nova-escoceses”, como eram conhecidos, enfrentaram tantas adversidades quanto os imigrantes anteriores. Poucas semanas depois de sua chegada, em março, 38 morreram. Um oficial sênior branco, John Clarkson, escreveu em seu diário, em abril:

Se febres pútridas não caírem sobre nós, desabrigados como estamos da chuva, amontoados e vivendo de rações salgadas, será devido a uma intervenção especial da Providência. Nada feito de aço pode ser preservado contra a ferrugem. Facas, tesouras, chaves etc. parecem ferro-velho, enferrujado. Nossos relógios estão estragados por ferrugem e deixados de lado, inúteis.

Em maio, quando começaram as chuvas, as “febres pútridas” mataram mais 98 colonos negros e quase metade dos 119 europeus. A colônia também foi atormentada por inúmeras disputas e rixas.

No entanto, os “nova-escoceses” demonstraram ser colonos capazes. Depois de dois anos, Freetown ostentava doze ruas com quatrocentas casas de madeira e telhas também de madeira, fixadas em fundações de pedra laterita. O assentamento era autossuficiente

em arroz e legumes e começava a produzir algumas culturas de exportação. O governador Zachary Macaulay, especialmente orgulhoso do progresso com as escolas, escreveu, em dezembro de 1793:

Nossas escolas são uma visão animadora, trezentas crianças a preenchê-las, e a maioria dos adultos que não sabe ler frequenta as escolas noturnas. Quase todos os homens negros na colônia que sabem ler ou escrever bem o suficiente foram transformados em professores, e o negócio da instrução prossegue tão rapidamente dentro da colônia que, no curso de um ano ou dois, esperamos que haverá poucos dentro dela que não sejam capazes de ler suas Bíblias.

No ano seguinte, no entanto, a pequena colônia foi pega na guerra entre a Inglaterra e a França, e o desastre abateu-se mais uma vez. Em setembro de 1794, uma frota francesa tripulada por jacobinos entrou no porto, bombardeou Freetown e começou a saqueá-la. Os marinheiros foram de casa em casa, roubando itens de valor ou destruindo-os, e sacrificando o gado. "Eles mataram todos os animais que encontraram nos campos, nas ruas, pátios ou em qualquer outro lugar, não poupando nem burros, cães e gatos", escreveu Adam Afzelius, um botânico sueco. "Continuaram essas ações durante toda a semana, até terem arruinado totalmente a nossa bela e próspera colônia." Antes de sair, os franceses queimaram todos os edifícios da Companhia.

Mais uma vez, a cidade teve de ser reconstruída.

NAS MARGENS DO RIO GÂMBIA, a 2.500 quilômetros ao norte, havia outro projeto britânico em andamento. Em novembro de 1790, um ex-oficial do exército, o major Daniel Houghton, desembarcou em Barra, um assentamento na foz do rio, e apresentou suas credenciais ao governante local. Sua missão era encontrar uma rota para o interior, do rio Gâmbia ao rio Níger, e alcançar a lendária cidade de Tombuctu. Ele tinha sido enviado de Londres pela African Association [Associação Africana], formada em 1788 por um pequeno grupo de figuras públicas proeminentes para promover "a descoberta das partes do interior da África". Seu objetivo central era promover o

conhecimento geográfico do continente, embora vários membros também fossem ativos na campanha para acabar com a escravidão e outros tivessem em vista o potencial mercantil. Como uma de suas prioridades, a Associação Africana tinha desenvolvido um interesse particular em querer saber mais sobre o curso do rio Níger, onde ele nascia, para onde seguia. A visão predominante era de que corria para o oeste, como Leão o Africano havia relatado dois séculos antes. Mas alguns geógrafos argumentavam que corria de oeste para leste, indo na direção do lago Chade e do Nilo.

O rio Gâmbia era um lugar óbvio para começar. Comerciantes britânicos vinham se aventurando ao longo dele desde o século XVII, atraídos inicialmente pelas lendas dos garimpos de Bambuk. Em 1620, Richard Jobson havia navegado quinhentos quilômetros até o rio e voltara para escrever *The Golden Trade, or a Discovery of the River Gambia and the Golden Trade of the Aethiopians* [O comércio do ouro, ou Uma descoberta do rio Gâmbia e o comércio de ouro pelos etíopes]. Mais tarde, a principal atividade dos mercadores britânicos passara a ser a escravidão. No final do século XVIII, os reis da região do rio Gâmbia lhes forneciam 3 mil prisioneiros todos os anos. Mas as feitorias que os britânicos estabeleceram no curso inferior do rio eram notórias pela alta mortalidade e raramente duravam muito tempo.

Em março de 1791, Houghton alcançou o reino mandinga de Wuli e enviou uma carta para a esposa, na Inglaterra, maravilhado com a facilidade de se viver ali:

Ouro, marfim, cera e escravos podem, em todos os momentos, ser obtidos em troca dos artigos mais triviais; e um comércio, cujo lucro chega a mais de 800%, pode ser conduzido ... sem o menor problema. É possível viver aqui quase por nada: dez libras esterlinas por ano manteriam uma família inteira com abundância de aves, carneiros, leite, ovos, manteiga, mel, bois, peixes e todos os tipos de caça.

A sorte de Houghton logo mudou. Muitas de suas posses, incluindo sua bússola, o termômetro, o quadrante e as armas de fogo, foram destruídas em um incêndio; seu intérprete o abandonou; o major se juntou à caravana de um comerciante de escravos e chegou a Bambuk, mas foi roubado em mais objetos;

quando a estação chuvosa começou, pegou uma febre da qual não conseguia melhorar; na última nota registrada que enviou, em setembro de 1791, disse que tinha sido roubado mais uma vez e abandonado pelos empregados. Em 1793, a Associação Africana recebeu relatos de que estava morto. Inquéritos subsequentes sugeriram que tenha falecido sozinho e faminto, abandonado por uma caravana, na orla do deserto do Saara.

Outro candidato foi contratado para a tarefa. Em junho de 1795, Mungo Park, um médico escocês de 24 anos que já havia servido como cirurgião em um navio numa viagem para a Ásia, chegou à costa de Gâmbia. Ele suportou uma litania de problemas: malária, roubo, exigência de tributos; e foi gradualmente despojado da maioria de seu equipamento. Grande parte do território pelo qual passou havia sido devastada pela guerra. Foi mantido como prisioneiro por meses a fio. Mas em 20 de julho de 1796, a 965 quilômetros de seu ponto de partida, quando aproximava-se de Ségou, capital de Bambara, avistou o Níger. "Vi com prazer infinito o grande objetivo de minha missão; o muito procurado, majestoso Níger, brilhando no sol da manhã, tão amplo quanto o Tâmis em Westminster, e fluindo *para o leste*."

Sem permissão para atravessar o rio e entrar em Ségou, Park foi obrigado a observá-la à distância. "A visão dessa cidade extensa, as numerosas canoas no rio, a multidão de pessoas e as terras de cultivo da área circundante completam uma ideia de civilização e magnificência que eu pouco esperava encontrar no seio da África."

Mas sua própria situação era precária. Cansado, faminto e com a saúde debilitada, foi orientado a ficar em uma aldeia na margem norte, mas, ao chegar lá, foi recebido com "espanto e medo". Ninguém queria lhe dar comida ou abrigo. Havia uma tempestade se formando. Anoiteceu. Abatido pela perspectiva de uma noite dura pela frente, estava sentado debaixo de uma árvore quando uma mulher que voltava do trabalho nos campos levou-o para o complexo de sua família, alimentou-o e deu-lhe um lugar para descansar. Quando se deitou para dormir, uma das mulheres do grupo familiar que fiava algodão começou a contar sua história em uma canção.

Os ventos rugiram, e as chuvas caíram.

O pobre homem branco, fraco e cansado, veio e sentou-se sob nossa árvore.

Ele não tem mãe para trazer-lhe leite; nem esposa para moer seu milho.

Outras mulheres seguiram com um coro.

Lamentemos o homem branco; ele não tem mãe ...

Park registrou: "De manhã, presenteei minha piedosa hospedeira com dois dos quatro botões que restavam em meu colete; a única recompensa que era capaz de oferecer."

Park tinha planejado viajar rio abaixo até Djenné e, em seguida, até Tombuctu, mas depois de seis dias, quando começaram as fortes chuvas, abandonou a ideia: "Desgastado pela doença, exausto, com fome e fadiga, seminu e sem qualquer objeto de valor com o qual pudesse adquirir provisões, roupas ou alojamento, comecei a refletir seriamente sobre minha situação."

Ele deu meia-volta e dirigiu-se para a costa, mas estava tão doente de febre e tão perigosa era a viagem que parecia pouco provável que seria capaz de alcançá-la. No entanto, confiando na caridade dos aldeões para comida e abrigo, conseguiu chegar a Kamalia, uma aldeia a oeste de Bamako, onde um comerciante de escravos chamado Karfa Taura cuidou dele até se recuperar.

Ao final da estação das chuvas, Park acompanhou Karfa Taura e um "comboio" de escravos que estava levando para vender aos comerciantes europeus no rio Gâmbia. Os escravos eram parte de um contingente muito maior, capturado em incursões do exército bambara e mantido em grilhões em Ségou por três anos. Em seu relato da viagem, Park registrou que a provação dos escravos era muito maior porque temiam ser devorados pelos europeus. "Os escravos encaram uma viagem em direção ao litoral com grande terror", escreveu.

Em geral, são presos colocando-se a perna direita de um e a esquerda do outro no mesmo par de correntes. Sustentando os grilhões com uma corda eles podem andar, embora muito lentamente. Os escravos são também mantidos juntos pelos pescoços, de quatro em quatro, com uma forte corda de correias torcidas, e à noite um par adicional

de grilhões é colocado em suas mãos, e às vezes uma corrente de ferro leve é passada ao redor de seus pescoços.

Após seu regresso a Londres, em 1797, a Associação Africana demonstrou-se devidamente agradecida. "Conseguimos ... por meio do sr. Park abrir uma porta para o interior da África", afirmou seu fundador, Joseph Banks, aos membros.

Oito anos depois, Park ofereceu-se para uma segunda tentativa. Seu plano dessa vez era o de levar consigo uma escolta de trinta soldados do exército e uma equipe de seis carpinteiros, tomar a mesma rota a partir do Gâmbia até o Níger e, em seguida, construir barcos e navegar rio abaixo até a foz. O governo britânico aprovou os planos e concordou em custear o projeto, na esperança de garantir oportunidades de comércio. "Sua Majestade o escolheu para descobrir e determinar qual, caso possível, relação comercial pode ser aberta com o interior."

Partindo atrasada, a expedição de Park logo encontrou dificuldades. Ele não estava a mais do que meio caminho até o Níger quando, em junho de 1805, as chuvas começaram. Derrubados por malária e disenteria, soldados e carpinteiros morreram no trajeto. Park só chegou ao rio Níger, em Bamako, em meados de agosto. "Quando refleti que três quartos dos soldados tinham morrido na viagem e que, além de estarmos fracos não tínhamos carpinteiros para construir os barcos em que pensávamos continuar nossas descobertas, as perspectivas pareceram um tanto sombrias", escreveu em seu diário.

No entanto, ele decidiu continuar. Em Ségou, os sobreviventes de sua expedição construíram uma barcaça de doze metros de comprimento e partiram rio abaixo. Querendo evitar problemas, Park decidiu não parar em lugar algum até chegar ao final do rio. Ele passou direto por Tombuctu e Gao, atravessou a grande curva do Níger e estava se dirigindo para o sul, a apenas 560 quilômetros da costa do Atlântico, quando pereceu com seus poucos companheiros remanescentes nas corredeiras de Bussa.

ENQUANTO ISSO, o comércio de escravos no Atlântico continuava a prosperar. No final do século XVIII, cerca de 80 mil negros eram levados anualmente pelo Atlântico para portos na América do Norte, na América do Sul e no Caribe. Os navios britânicos eram os principais transportadores, responsáveis por mais da metade do comércio. Na década de 1790, as embarcações britânicas fizeram cerca de 1.340 viagens transatlânticas, desembarcando quase 400 mil escravos. Entre 1801 e 1807, levaram mais 266 mil. A escravidão continuou um dos negócios mais rentáveis do Reino Unido.

Durante esses anos, no entanto, a campanha pela abolição do tráfico negreiro ganhou força na Inglaterra. Liderada por William Wilberforce, uma coalizão de abolicionistas salientava argumentos tanto éticos quanto pragmáticos para demonstrar seu ponto de vista. Movidos por fervor evangélico, ativistas cristãos enfatizavam os males do tráfico. Na vanguarda da revolução industrial britânica, industriais estavam ansiosos para encontrar novos mercados para os bens manufaturados, promover o comércio “legítimo” e conseguir acesso a produtos tropicais. Em 1807, apesar da ferrenha oposição dos traficantes de escravos e dos proprietários de *plantations*, o parlamento em Londres aprovou uma lei tornando ilegal a participação de comerciantes britânicos no tráfico de escravos, e o governo britânico concordou em criar uma unidade da Marinha Real, o Esquadrão Britânico da África Ocidental, para patrulhar a costa africana e fazer cumprir a lei. Como incentivo para prender navios negreiros, trazê-los para a praia e ajudar a condenar seus proprietários, os capitães da Marinha recebiam uma recompensa por cada escravo libertado – sessenta libras esterlinas por homem, trinta por mulher e dez por criança.

O posto avançado de Serra Leoa era parte essencial da estratégia antiescravagista do Reino Unido. O porto e o assentamento vizinho forneciam uma base ideal para os navios da Marinha Real. A companhia privada criada por filantropos de Londres para gerir a colônia de Serra Leoa havia se tornado insolvente e ficou mais do que aliviada em passar o controle direto ao governo britânico. Os navios negreiros capturados e suas tripulações eram levados para

Freetown para enfrentar processo perante um tribunal do Almirantado. Freetown também serviu como refúgio para escravos libertos – “recativos”, como eram chamados. Em vez de tentar devolvê-los à sua pátria original, o governo britânico decidiu libertá-los em Serra Leoa. Todos os anos, centenas eram levados, vestidos com roupas de algodão e alojados no King’s Yard. Muitos fundaram seus próprios assentamentos na península. Em 1815, mais de 6 mil deles tinham desembarcado em Freetown.

Missionários cristãos foram enviados para Serra Leoa, não só para difundir a mensagem cristã entre a população liberta, mas para fundar escolas, ensinar inglês e habilidades práticas e administrar as aldeias em nome do governo. Desses contingentes de libertos surgiu a primeira elite educada em inglês da África ocidental. Em 1827, a Church Missionary Society [Sociedade Missionária da Igreja Anglicana], uma organização com sede em Londres, fundou a Christian Institution [Instituição Cristã] em Fourah Bay, uma escola de formação para professores e missionários. Um dos primeiros alunos a se inscreverem foi um jovem iorubá, Samuel Ajayi Crowther, que tinha sido capturado por invasores muçulmanos aos treze anos, vendido para comerciantes portugueses, colocado a bordo de um navio negreiro, resgatado por uma patrulha naval britânica e entregue aos cuidados dos missionários cristãos em Freetown. Batizado em homenagem a um renomado sacerdote inglês, Crowther demonstrou-se um aluno exemplar e foi enviado a Londres por um ano para estudar na St. Mary’s Parochial School. Ele continuou seus estudos e tornou-se um dos mais proeminentes cristãos africanos do século XIX.

Outros governos tomaram medidas para impedir o comércio de escravos no Atlântico. Em 1808, os Estados Unidos tornaram ilegal a importação de escravos. Vários Estados europeus finalmente impuseram suas próprias restrições. Mas além do bloqueio britânico na África ocidental poucas tentativas sérias foram feitas ao longo dos cinquenta anos seguintes para aplicar a lei. Entre 1810 e 1864, a Marinha Real Britânica libertou 149.800 escravos e desembarcou muitos deles em Serra Leoa; os Estados Unidos e a França foram

responsáveis por cerca de 10 mil ao todo. Seus esforços, no entanto, apenas mudaram o padrão do comércio atlântico. A demanda por escravos para o trabalho agrícola no Brasil e em Cuba crescia cada vez mais. Os comerciantes africanos permaneciam tão dispostos ao comércio quanto antes. Não havia escassez de oferta. Guerras e incursões de captura no interior produziam um fluxo constante de vítimas. Os esforços britânicos para convencer os governantes locais a abandonar o tráfico de escravos em troca de incentivos financeiros muitas vezes deram em nada. O rei do Daomé, Gezo, disse a um oficial da Marinha que estava pronto para fazer qualquer coisa que o governo britânico pedisse, exceto desistir do comércio de escravos. "O comércio de escravos tem sido o princípio dominante do meu povo. Ele é a fonte de sua glória e riqueza. Suas canções comemoram suas vitórias, e a mãe embala o filho para dormir com notas de triunfo sobre um inimigo reduzido à escravidão."

Os escravagistas passaram a evitar as patrulhas britânicas, escondendo-se no labirinto de baías, lagoas e angras. Um traficante de escravos capturado no rio Gallinas declarou ao tribunal do Almirantado, em Freetown, que tinha feito treze viagens sem dificuldade. Na década de 1820, cerca de 163 mil escravos foram enviados a partir da baía de Biafra e mais 58 mil do golfo do Benin. Quando os riscos de captura na África ocidental tornaram-se muito grandes, muitos traficantes transferiram suas operações para as costas do Loango, do Congo e de Angola, mais ao sul. Na década de 1820, eles exportaram, principalmente para o Brasil, cerca de 442 mil escravos a partir de depósitos ao longo desse trecho de costa. Em Cabinda, um navio brasileiro foi observado carregando cerca de 450 escravos e zarpando cem minutos após aportar. Na década de 1820, o número total de escravos transportados pelo Atlântico chegou a 850 mil. No período de cinquenta anos entre 1810 e 1860, o número chegou a 3,5 milhões ao todo.

Assim como a colônia em Serra Leoa, foi feita uma segunda tentativa de assentar ex-escravos na costa oeste africana. Em 1820, a American Colonization Society [Sociedade Americana de Colonização], uma organização privada que favorecia a colonização

para os negros em vez de sua emancipação, mandou 86 voluntários para estabelecer um assentamento sobre terreno pantanoso na ilha Sherbro, um notório ponto de encontro de escravistas a cem quilômetros ao sul de Freetown. O assentamento durou menos de dois meses. Dentre os novos imigrantes, 25 morreram de febre e os demais buscaram refúgio em Serra Leoa. Destemida, a Sociedade Americana de Colonização começou um outro assentamento, em 1822, no cabo Mesurado, uma península na Costa dos Grãos a 350 quilômetros a sudeste de Freetown. O assentamento foi nomeado Monróvia, em homenagem a James Monroe, o quinto presidente dos Estados Unidos, e a colônia foi chamada Libéria. Além de Monróvia, vários outros assentamentos surgiram na mesma costa. Depois de duas décadas, o número de imigrantes para a Libéria atingiu cerca de 5 mil. Os colonos, no entanto, mantiveram-se em grande parte à margem da população local. Em 1847, com o incentivo da Sociedade Americana de Colonização, eles optaram por estabelecer um Estado independente, com seu próprio presidente e legislação. Desde o início, os colonos imigrantes e seus descendentes dominaram o território como a classe governante.

Os esforços internacionais para acabar com o tráfico de escravos da costa oeste só funcionaram na década de 1860. Até então, o volume total de escravos a deixar a costa africana nos quatrocentos anos de comércio atlântico tinha alcançado 12,8 milhões.

ENQUANTO ISSO, os exploradores europeus vinham preenchendo as lacunas no mapa da África ocidental. Em 1821, o governo britânico patrocinou uma expedição que visava chegar ao interior da África ocidental pelo norte, por uma rota que acompanhava as caravanas de Trípoli que cruzavam o Saara em direção ao império de Bornu, a oeste do lago Chade. A expedição foi liderada por um oficial do exército britânico, major Dixon Denham, e incluía um tenente da Marinha Real, Hugh Clapperton. Quando se aproximavam de Kukawa, a capital de Bornu, seu xeque, Muhammad al-Kanemi, enviou uma tropa de cavalaria com vários milhares de soldados em

cotas de malha para recebê-los. Denham explicou que seu objetivo era “apenas ver o país e dar conta de seus habitantes, produtos e aparência”. Eles discutiram a possibilidade de abrir relações comerciais com Bornu. Em uma carta ao rei Jorge IV, o xeque deixou clara a sua resposta:

[O major Denham] pediu nossa permissão para que comerciantes que procuram presas de elefante, penas de avestruz e outras coisas como tais, que não se encontram no país dos ingleses, pudessem vir até nós. Nós dissemos a ele que o nosso país, como ele próprio conheceu e viu seu estado, não se adequa a qualquer viajante de peso [rico] que possa ter uma grande riqueza. Mas se algumas pessoas leves [pequenos comerciantes], quatro ou cinco apenas, com pouca mercadoria, vierem, não haverá dano. Isso é o máximo que podemos permitir; e mais do que esse número não deve vir.

Enquanto Denham foi explorar o lago Chade, Clapperton viajou para Kano, no oeste, uma cidade até então conhecida pelos europeus só de nome, e depois continuou até Sokoto, sede do sultão fulani Muhammad Bello. Convidado para o palácio, Clapperton ficou impressionado com sua audiência com o sultão: “Um homem de porte nobre, 44 anos, embora muito mais jovem na aparência, 1,77 metro de altura, corpulento, com uma curta barba preta ondulada, boca pequena, uma bela testa, nariz grego e grandes olhos negros.” Em suas discussões, o sultão demonstrou-se bem informado sobre assuntos europeus e manifestou interesse em estabelecer relações comerciais com o Reino Unido. Em matéria de teologia, Clapperton logo se viu aquém da tarefa. “Fui obrigado a confessar-lhe não ser suficientemente versado em sutilezas religiosas para resolver esses pontos complicados”, escreveu. Ele retornou à Inglaterra em janeiro de 1825, cheio de admiração por Sokoto e seu regente.

Em julho de 1825, um oficial do exército britânico, Gordon Laing, partiu de Trípoli com a esperança de ser o primeiro europeu a chegar a Tombuctu. No deserto, foi atacado e gravemente ferido em sua barraca por um grupo de tuaregues, acometido pela peste e roubado na maioria de seus pertences. Ainda assim, em agosto de 1826 conseguiu alcançar Tombuctu. Sua chegada, no entanto, despertou hostilidade. Preocupado com sua segurança, o sultão de Tombuctu pediu-lhe para seguir em frente. “Temo que serei

envolvido em muitos problemas depois que sair de Tombuctu”, escreveu Laing em uma última carta ao cônsul britânico em Trípoli. Depois de seis semanas na cidade, ele se juntou a uma caravana rumo ao Senegal, mas foi assassinado dois dias depois. A notícia de sua morte levou dois anos para chegar a Trípoli.

Em 1825, outra expedição britânica partiu para Sokoto, com o objetivo de encontrar uma rota para o interior a partir da costa oeste em vez de pelo deserto, a partir do norte da África. Foi conduzida por Hugh Clapperton, que, após o sucesso da descoberta anterior, foi instruído pelo governo a estabelecer boas relações com Muhammad Bello e buscar sua ajuda para reprimir o tráfico de escravos e apoiar o comércio “legítimo” em seu lugar. Sugeriu-se também a Clapperton, como objetivo secundário, que descobrisse mais sobre o curso do Níger. Partindo de Badagry, um porto na Costa dos Escravos, a expedição de Clapperton viajou para o norte pela Iorubalândia, atravessou o Níger em Bussa, onde Mungo Park tinha morrido vinte anos antes, e chegou a Sokoto em agosto de 1826. Mas Clapperton encontrou o sultão menos disposto em relação a ele do que anteriormente e, abalado por problemas de saúde, o britânico morreu na cidade no ano seguinte, tendo realizado pouco.

Uma semana após a morte de Clapperton, em abril de 1827, um jovem francês empreendedor, René Caillié, partiu do porto de escravos na foz do rio Núñez, ao norte de Serra Leoa, determinado a realizar a intensa ambição de viajar para Tombuctu. “A cidade”, escreveu ele, “tornou-se o objeto contínuo de todos os meus pensamentos, o objetivo de todos os meus esforços, e tomei a resolução de alcançá-la ou perecer.” Nascido em 1799 de uma família pobre, em Poitou, Caillié se inspirara nas façanhas de Park e de outros viajantes para a aventura na África. Sem apoio do governo, economizou o dinheiro de seu trabalho como gerente de uma fábrica de índigo em Serra Leoa para financiar a própria expedição privada. Disfarçado de muçulmano, juntou-se a um pequeno grupo de comerciantes de etnia mandê que se preparava para partir para Tombuctu, usando uma pretensa história de ser um eLivros egípcio capturado em tenra idade por cristãos e que agora viajava como

peregrino a Meca. Depois de se recuperar ao longo do caminho de um ataque de escorbuto e outras doenças, chegou a Tombuctu em abril de 1828, mas ficou decepcionado por não encontrar nem a grandeza nem o ouro da lenda. "A cidade apresenta, à primeira vista, nada mais que uma massa de casas de má aparência, construídas de terra", escreveu. "Nada havia para ser visto em todas as direções, mas imensas planícies de areia movediça de uma cor branco-amarelada ... toda a natureza tinha um aspecto lúgubre, e o mais profundo silêncio prevalecia; não se ouvia nem mesmo o gorjeio de um pássaro." Uma das cidades mais famosas do mundo medieval, Tombuctu havia muito perdera o brilho.

O enigma do Níger continuava sem solução. Em 1830, dois irmãos, Richard e John Lander, partiram de Badagry com instruções para viajar para Bussa, no interior, onde deveriam embarcar em canoas e seguir o rio até o final. Richard Lander já havia servido como membro da expedição de Clapperton para Sokoto em 1826 e estava familiarizado com a primeira parte do percurso. Partindo de Bussa em direção ao sul, conseguiram alcançar o delta, onde o Níger se perde em um pântano de córregos e brejos, mas foram capturados por piratas fluviais da etnia igbo. Acabaram liberados por um chefe amigável, que esperava obter algum lucro levando-os pelo rio Nun até um dos muitos empórios do Níger, no porto do delta do Brass. Em seu retorno a Londres, a descoberta de que o rio Níger desaguava no Atlântico, no golfo do Benin, foi saudada como a abertura de "um grande caminho para o coração da África".

19. O paxá

EM JULHO DE 1798, uma armada francesa de quatrocentos navios entrou na baía de Abukir, perto de Alexandria. A bordo, havia um exército de 36 mil homens sob o comando de Napoleão Bonaparte, um general de 28 anos de idade que havia se tornado o ídolo da França revolucionária. Impulsionado por visões de glória imperial, Bonaparte pretendia estabelecer o Egito como uma colônia francesa e transformá-lo na base de um império francês no Oriente Médio, para rivalizar com o império britânico na Índia e na América do Norte. Ele desprezava a oligarquia mameluca que governava o Egito em nome do Estado otomano e acreditava que a população egípcia receberia as forças francesas como libertadoras.

A ambição de Bonaparte não se limitava à conquista militar. Ele queria trazer para o país as ideias do Iluminismo europeu e da Revolução Francesa. Entre as tropas a bordo, havia um contingente de 151 estudiosos franceses – matemáticos, geólogos, engenheiros, químicos e astrônomos – recrutados por Napoleão para fazer o estudo mais exaustivo sobre o Egito já realizado. Também foi incluído um grupo de agrimensores, cuja principal tarefa era determinar a viabilidade de abrir um canal de navegação no istmo de Suez, para ligar o Mediterrâneo ao mar Vermelho e ao oceano Índico – um projeto que permitiria a Bonaparte dominar o comércio mundial e minar o controle britânico da Índia.

A suserania otomana sobre o Egito tinha sobrevivido por 281 anos, entre altos e baixos. Durante o século XVIII, embora nominalmente leais ao Estado otomano, os beis mamelucos conquistaram cada vez mais controle sobre a administração e tendiam a agir de forma independente, explorando o país segundo os próprios interesses. A população mameluca tinha crescido de forma regular, reforçada a cada ano por legiões de escravos

importados da Geórgia e do Cáucaso e treinados como cavaleiros e guerreiros para manter a casta militar intacta. Em 1798, os mamelucos e seus dependentes chegavam a quase 100 mil pessoas. Eles andavam pelas ruas do Cairo em trajes coloridos: os homens usavam um chapéu verde envolto com um turbante amarelo, um casaco de cota de malha sob uma longa túnica amarrada na cintura por um xale bordado, pantalonas vermelhas volumosas, luvas de couro e sandálias vermelhas pontudas. E traziam consigo um par de pistolas, uma espada curva longa, uma maça e uma carabina inglesa, todos com empunhadura e lâminas decoradas com desenhos de prata e cobre e, por vezes, cravejadas de pedras preciosas.

Sob o domínio mameluco, o Cairo tinha permanecido um centro de comércio e de conhecimento internacional, o destino de rotas de caravanas que se espalhavam por todo o norte da África, o Levante e a Arábia. Sua população havia aumentado para 260 mil pessoas. A riqueza da cidade era aproveitada não só pelos mamelucos, mas por uma crescente classe média de comerciantes e financeiros, que se beneficiava do monopólio sobre o comércio de café entre o Iêmen e as casas de café europeias. As comunidades religiosas também prosperavam, oferecendo escolas renomadas em todo o mundo muçulmano. O horizonte era marcado pelas cúpulas e minaretes de trezentas mesquitas. Contribuindo para a vida vibrante da cidade, havia grupos consideráveis de residentes estrangeiros: turcos, gregos, armênios, sírios. Fora do Cairo, no entanto, a grande maioria da população – *fellahin* – continuava a trabalhar nos campos, arcando, como sempre, com o ônus dos duros impostos e os caprichos da cheia anual. Senhorios mamelucos aplicavam um sistema punitivo de “taxas agrícolas” – *iltizam* –, usurpando ainda mais a subsistência dos camponeses.

O exército mameluco não foi páreo para Bonaparte. Os franceses possuíam armamento mais avançado e empregavam melhores táticas de batalha. Alexandria, agora uma cidade decadente com não mais de 6 mil residentes, caiu em questão de horas. Um dos estudiosos franceses registrou: “Estávamos procurando a cidade dos

Ptolomeus, a biblioteca, a sede do conhecimento humano. Em vez disso, encontramos ruínas, a barbárie, a pobreza e a degradação.” Avançando pelo ramo ocidental do Nilo, a força de invasão de Bonaparte, equipada com artilharia moderna, venceu rapidamente a cavalaria mameluca que se apresentara na aproximação do Cairo. Os generais mamelucos recuaram para o Alto Egito, deixando os líderes religiosos do Cairo para negociar a submissão da cidade ao domínio francês.

Três semanas após o desembarque nas praias da baía de Abukir, Bonaparte entrou triunfante no Cairo, ao som de tambores e trombetas, e estabeleceu seu quartel-general em um palácio mameluco na praça Esbekiah. Ele emitiu ordens para que os cidadãos usassem rosetas tricolores nos turbantes, mas, tirando isso, esforçou-se em assegurar as boas intenções da França. Folhetos escritos em árabe ressaltavam que os franceses vinham como amigos e libertadores, não como inimigos do islamismo. Em um conselho de anciãos egípcios criado para substituir os beis mamelucos, Bonaparte apareceu em roupas egípcias e falou da igualdade e da fraternidade da humanidade. “Quando estou na França”, declarou, “sou cristão, quando no Egito, sou maometano.”

O triunfo de Bonaparte, no entanto, foi de curta duração. Em agosto de 1798, uma esquadra naval britânica sob o comando de Horatio Nelson destruiu a frota francesa ancorada na baía de Abukir, deixando Napoleão, seus soldados e seus estudiosos isolados no Egito, sem meios de fuga.

O clima no Egito logo se tornou hostil. Muitos egípcios consideravam os franceses mais uma força de ocupação, vivendo no luxo em residências suntuosas e desfrutando do produto de impostos pesados. Havia especial ressentimento com a presença de tropas francesas nas ruas, relacionando-se com mulheres egípcias. O historiador Abd al Rahman al-Jabarti, uma testemunha ocular da ocupação francesa, escreveu:

Os muçulmanos morriam de vergonha ao verem suas esposas e filhas andando pelas ruas sem véus, parecendo propriedade dos franceses ... Já era suficientemente ruim verem as tabernas que tinham sido abertas em todos os bazares e até mesmo em várias

mesquitas ... A escória da população estava indo bem, porque se beneficiava de uma nova liberdade. Mas a elite e a classe média experimentaram todos os tipos de vexame.

Em outubro, instigados por líderes muçulmanos que pediam uma jihad, grupos de moradores do Cairo se rebelaram contra o domínio francês. Bonaparte respondeu à revolta com uma repressão brutal, disparando tiros de canhão contra bairros residenciais. A mesquita da universidade de al-Azhar, reverenciada em todo o mundo islâmico, tornou-se alvo particular. Al-Jabarti registrou seu desagrado com a conduta das tropas francesas:

Os franceses entraram na mesquita de al-Azhar sem tirar os sapatos, portando espadas e rifles ... Destruíram os alojamentos e os lagos dos alunos, quebrando lâmpadas e lustres, derrubando as estantes dos alunos ... e dos escribas ... Trataram os livros e os volumes do Corão como lixo, jogando-os no chão, pisando neles com os pés calçados. Além disso, sujaram a mesquita, cuspidando nela, urinando e defecando. Beberam vinho e quebraram as garrafas no pátio central e em outras partes. E roubaram todos que encontraram na mesquita.

Assim, alguns meses após a chegada ao Egito, as forças francesas conseguiram alienar toda a população. Outro desastre ocorreu quando Bonaparte tentou invadir a Síria, mas foi repellido por um exército otomano. Em agosto de 1799, ele escapou do Cairo com alguns conselheiros de confiança, driblando as patrulhas navais britânicas para voltar à França e deixando para trás as tropas desmoralizadas para enfrentar o ressentimento fervilhante. O fim da grande aventura francesa foi humilhante. Em março de 1801, logo depois que uma força mista de batalhões britânicos e turcos desembarcou em Alexandria para restaurar a autoridade otomana, os oficiais franceses concordaram em se render e evacuar o que restava de seu exército.

Os três anos de ocupação francesa, no entanto, tiveram um impacto duradouro. A equipe de estudiosos de Bonaparte estabeleceu um Institut d'Égypte, modelado no Institut de France, e compilou uma vasta quantidade de informações sobre o Egito moderno e antigo. Seu trabalho serviu de base para o novo campo da egiptologia e culminou na publicação, entre 1809 e 1828, de 22 volumes da *Description de l'Égypte* [Descrição do Egito], o mais

completo levantamento a respeito de qualquer país fora da Europa e da América do Norte. Foi uma equipe francesa que, em 1799, descobriu a Pedra de Roseta. Contendo um texto em três línguas – grego, hieróglifos egípcios e demótico –, a estela, posteriormente, permitiu aos estudiosos desvendar os segredos da história egípcia antiga e ler as palavras de faraós do passado distante.

APÓS A SAÍDA DOS FRANCESES, três facções rivais engajaram-se em uma luta prolongada pelo poder: as autoridades otomanas no Cairo, que tentavam manter o controle do império; os beis mamelucos baseados principalmente nas províncias, ansiosos em recuperar sua influência sobre o governo; e um ambicioso líder militar, Muhammad Ali, que havia chegado ao Egito, em 1801, como oficial de um contingente albanês de tropas otomanas na campanha para expulsar os invasores franceses.

Muhammad Ali saiu na vantagem. De etnia albanesa, nascido em 1769 no porto macedônio de Kavala, falava turco otomano e sua visão era moldada em grande parte por suas raízes otomanas, mas cultivou com habilidade o apoio de comerciantes, sacerdotes e eruditos religiosos do Cairo, apresentando-se como o campeão dos interesses egípcios face à autoridade estrangeira tanto dos otomanos quanto dos mamelucos. Foi também implacável com os adversários. Em 1805, com o apoio da elite egípcia, cercou o governador turco na Cidadela, com o objetivo de expulsá-lo. O sultão otomano foi posteriormente obrigado a reconhecer Muhammad Ali como governador do Egito. Em 1811, eliminou os mamelucos, convidando várias centenas deles para um banquete na Cidadela e organizando seu massacre depois, quando voltavam para a cidade por uma rua estreita.

Muhammad Ali Paxá governou de maneira muito semelhante à dos mamelucos antes dele, concentrando todo o poder em suas mãos e contando com um agregado familiar leal formado por membros da família, escravos e amigos, muitos dos quais vieram de sua região de origem, Kavala, para tentar a sorte. Mas também viu a

necessidade de adotar métodos mais eficazes de governo para garantir seu controle e prontamente se virou para os europeus em busca de conselho e tecnologia.

Sua prioridade, acima de tudo, era modernizar e reforçar o exército, que era formado por um conjunto heterogêneo de turcos, albaneses, norte-africanos e beduínos, nenhum dos quais confiável. Impressionado pelas habilidades e a disciplina demonstradas pelas tropas de Bonaparte, Muhammad Ali recrutou instrutores militares franceses para construir um novo exército, modelado nas linhas europeias, treinado em armas e táticas modernas e capaz de transformar o Egito em uma potência regional.

Os resultados logo tornaram-se evidentes. Em 1812, a pedido do sultão otomano em Istambul, Muhammad Ali enviou uma expedição militar para a Arábia para acabar com uma rebelião de fundamentalistas wahabitas, ganhando o controle das cidades sagradas de Meca e Medina. Em seguida, precisando de mais efetivos, planejou invadir a Núbia e as terras do Sudão nilótico para capturar escravos em grande escala, com a intenção de criar um exército.

O tráfico de escravos negros do *Bilad as-Sudan* para o Egito tinha sido um pilar do comércio regional durante séculos. No final do século XVIII, o principal fornecedor para o Egito era o reino sudanês de Darfur, que lançava regularmente ataques de cavalaria contra tribos negras ao sul. Os escravos eram levados ao longo da *dar al-'arbain* ("a estrada dos quarenta dias"), que ia de El-Fasher, em Darfur, para o norte, até o Nilo, em Assiut. Em 1796, um viajante inglês, William Browne, acompanhou uma caravana com 5 mil escravos de Darfur até o Egito. Em 1798, as autoridades francesas no Cairo relataram:

Todo ano, vinham duas caravanas de Darfur, cada uma composta de 4 a 5 mil camelos ... o número de escravos trazidos para o Egito em um ano é uma média de 5 a 6 mil, dos quais três quartos são moças ou mulheres. Os escravos têm de seis ou sete a trinta ou quarenta anos de idade. São vendidos em várias cidades por onde a caravana pare, mas quase exclusivamente no Cairo.

Quando o sultão de Darfur enviou um telegrama de felicitações a Bonaparte, no Cairo, em 1799, o general respondeu: "Peço que me envie na próxima caravana 2 mil escravos negros do sexo masculino, fortes e vigorosos, com mais de dezesseis anos: vou comprar todos." Os franceses posteriormente compraram escravos de uma caravana de Darfur para reabastecer suas próprias fileiras. Outra fonte de escravos enviados para o Egito era o cada vez mais decrépito reino do Sennar.

A força expedicionária de Muhammad Ali partiu para a Núbia em 1820 com ordens específicas. "Estejam cientes de que o objetivo de todos os nossos esforços e despesa é adquirir negros", disse a seus comandantes. "Por favor, mostrem zelo na realização de nossos desejos nessa matéria capital." Equipado com armas modernas, seu exército moveu-se com violência pelo vale do médio Nilo, alcançando Halfaya, perto da junção do Nilo Azul com o Nilo Branco, em maio de 1821. Sennar rendeu-se sem resistência logo depois. Aproximadamente 30 mil escravos foram enviados pelo rio para o Egito, mas apenas cerca da metade sobreviveu; os demais morreram no trajeto de doença, fadiga e maus-tratos.

A partir de então, o Sudão nilótico tornou-se parte do novo império do Egito. Em 1824, os comandantes de Muhammad Ali criaram uma sede em um promontório formado pela confluência dos dois Nilos, uma área conhecida pelos árabes locais como El Khartoum, por sua suposta semelhança com uma tromba de elefante. Todo ano, expedições militares realizavam incursões regulares para obter escravos, atacando os shilluks e os dinkas ao sul do Nilo, capturando Cordofão a oeste e alcançando as montanhas de Nuba, ao sul de Cordofão. Na década de 1830, Muhammad Ali aumentou o número de regimentos de um para três, tanto para consolidar o governo egípcio como para expandir as operações de assalto para obtenção de escravos. Em 1838, cerca de 10 mil escravos eram enviados anualmente pelo Nilo para o Egito.

O número de escravos, no entanto, não foi suficiente para satisfazer as ambições imperialistas de Muhammad Ali, que, por isso, começou a recrutar camponeses egípcios. Desde a conquista árabe,

a maioria dos soldados no Egito era estrangeira. Agora, os egípcios formavam uma proporção crescente entre os oficiais e nas fileiras. Com o auxílio de consultores europeus, o exército investiu em artilharia, engenharia e escolas de medicina, e expandiu gradualmente seu número para 130 mil homens. Foram enviadas expedições militares para as terras otomanas da Palestina e da Síria.

Para apoiar suas ambições militares, Muhammad Ali começou a estruturar um Estado moderno. Precisando elevar os níveis de tributação, aboliu o antigo sistema fiscal agrícola, que permitia aos senhorios mamelucos viver do trabalho dos camponeses, e impôs controle estatal sobre a maior parte das terras do Egito, cobrando impostos diretamente das aldeias camponesas. Ele estabeleceu um sistema de monopólios estatais para a maioria dos produtos agrícolas, conferindo a eles o direito de comprar artigos de primeira necessidade, como trigo, cevada, algodão e açúcar, a preços baixos e revendê-los a preços altos para consumidores egípcios e comerciantes estrangeiros, o que possibilitou mais um grande aumento nos fundos do governo. Ordenou também a introdução de novas culturas, obrigando os camponeses a plantar algodão de fibra longa, que se tornou uma cultura de exportação lucrativa e contribuiu ainda mais para as receitas do governo. Usando trabalho forçado, expandiu a rede de irrigação do Nilo, melhorou os canais existentes e construiu outros, ampliando em para mais de um terço a área de terra cultivável. A produção agrícola cresceu. Em vez de depender das cheias anuais, os camponeses podiam colher duas ou três vezes por ano. Concluído em 1820, um novo canal do Nilo até Alexandria reviveu o porto, trazendo tráfego comercial e suprimentos de água doce.

Muhammad Ali também tentou dar ao Egito uma base industrial, importando máquinas, gestores e técnicos da Europa. A maioria dos projetos foi iniciada para atender às necessidades militares. Foram construídos estaleiros no distrito Bulaq, no Cairo, e em Alexandria; fábricas de munição, na Cidadela e em locais do delta do Nilo; e fábricas de têxteis para produção de uniforme e fez. Na década de 1830, a força de trabalho industrial chegou a 40 mil pessoas. Mas o

Egito tinha uma deficiência de carvão e madeira para tocar os motores a vapor, de modo que as fábricas dependiam da força de animais e do homem, o que limitava a produção; muitos empreendimentos faliram como resultado de falha mecânica e escassez de técnicos qualificados.

Outros programas tiveram efeito mais duradouro. Foram introduzidas mudanças radicais no campo da educação. Até então, o sistema educacional baseara-se em escolas corânicas nas aldeias. Clérigos muçulmanos forneciam níveis mais altos de estudo para treinar os alunos para postos religiosos e judiciais. Em vez de tentar reformar o sistema, Muhammad Ali instalou uma nova categoria de escolas estaduais seculares modeladas nas da Itália e da França, mantidas inicialmente por funcionários europeus. Grupos de alunos foram enviados à Europa para estudar as ciências ocidentais e administração, em preparação para assumir cargos públicos. Após retornarem, eles se tornaram o núcleo de uma classe média educada que teria profunda influência no perfil do Egito no final do século XIX. Para garantir que as obras modernas em línguas europeias estariam disponíveis em árabe e turco, foram fundadas uma escola de tradução e uma gráfica estatal.

Houve também avanços no campo da saúde. Um cirurgião francês, Antoine Clot, foi recrutado para fundar uma escola moderna de medicina. Ele implantou o primeiro hospital egípcio moderno e introduziu novos métodos de vacinação contra a varíola. Clot também foi responsável pela contratação de outros especialistas, entre eles Theodor Bilharz, o médico alemão que identificou a causa da esquistossomose, doença endêmica transmitida pela água que aflige grande parte da população da África.

Uma maré de influência europeia começou a invadir o Egito. Cada vez mais europeus, bem como turcos e outros otomanos, chegaram ao país para assumir cargos no crescente exército e na burocracia de Muhammad Ali. Na década de 1840, depois que as restrições às atividades de mercadores estrangeiros foram suprimidas, os comerciantes europeus começaram a desempenhar um papel proeminente. Os governos europeus também olhavam para o Egito

com um novo interesse. O Reino Unido viu a vantagem de usar o país como um meio de comunicação mais curto e mais rápido com a Índia. Investimentos britânicos ajudaram na construção da ferrovia que liga Alexandria ao Cairo e ao porto de Suez, no mar Vermelho. Mas, embora Muhammad Ali estivesse aberto à maioria das abordagens europeias, foi inflexível na oposição aos planos europeus para a construção de um canal no istmo de Suez, temendo que isso pudesse dar aos Estados europeus muito poder sobre a vida econômica do Egito.

Nos últimos anos antes de sua morte, em 1848, Muhammad Ali perdeu muito de seu zelo reformador. Como os mamelucos, distribuiu terras do Estado para membros da família e outras pessoas influentes, tanto egípcios quanto turcos, criando uma nova classe de proprietários rurais. Suas ambições militares no Levante foram contidas pelas potências europeias, que queriam manter o decadente império otomano intacto na região, exigindo que ele limitasse o tamanho de seu exército a 18 mil homens. Em troca, o sultão otomano conferiu a Muhammad Ali o governo vitalício sobre o Egito e o Sudão, reconheceu o Egito como um paxalato do império otomano e concordou em permitir que a família de Muhammad Ali se tornasse governante hereditária do país, nominalmente sob soberania otomana. A dinastia que ele fundou durou mais de cem anos.

No entanto, embora Muhammad Ali tenha conseguido fazer do Egito uma potência regional praticamente independente da interferência otomana, deixou-o exposto ao poderio crescente da Europa.

20. Pieds-noirs

EM MAIO DE 1830, em uma repetição da invasão da África por Bonaparte de 1798, uma frota francesa de cem navios de guerra e cerca de seiscentos navios de abastecimento zarpou de Toulon, cruzando o Mediterrâneo em direção à baía em formato de meia-lua de Sidi Ferruch, uma praia abrigada a cerca de trinta quilômetros a oeste de Argel. A bordo, havia 31 mil soldados de infantaria, 2.300 de artilharia, quinhentos de cavalaria, quarenta tradutores, centenas de cães usados para testar a água e suprimentos de comida e forragem para quatro meses. O ministro francês da guerra, o duque de Clermont-Tonnerre, foi contundente sobre o objetivo da expedição: “Há muitos portos ao longo da costa da Argélia cuja posse seria de grande utilidade para a França e nos daria o controle do Mediterrâneo. No interior, há imensas planícies férteis. A Argélia é um verdadeiro Eldorado que compensaria a perda de nossas colônias na América.”

Argel, na época, era uma cidade bem organizada de 30 mil habitantes, nominalmente parte do império otomano, mas governada de forma independente como uma república militar turca sob controle de um *déy* escolhido por oficiais superiores. Sua população era um misto de diferentes comunidades – turcos, berberes, judeus, árabes, escravos do Sudão e residentes mestiços de magrebinos com turcos conhecidos como kouloughlis. Cada comunidade seguia suas próprias leis e era responsável pela conduta de seus próprios membros. Havia 159 mesquitas, quatro sinagogas e uma igreja para os cristãos. O cônsul americano William Shaler descreveu os moradores como “civilizados, corteses e humanos”. A polícia era vigilante, disse ele; pessoas e bens estavam seguros; e a limpeza municipal era aplicada com rigor. Os dias de Argel como um ninho problemático de corsários haviam acabado.

Havia muitos anos que os franceses cobiçavam os portos do litoral da Argélia. Mercadores franceses tinham estabelecido um nicho rentável na região. Mas o comércio com a França levou a uma disputa inflamada. Durante a década de 1790, quando as monarquias da Europa estavam tentando deter o governo revolucionário da França, as autoridades francesas se voltaram para uma empresa judaica de comerciantes internacionais de grãos em Argel, a Bacri-Busnach, para o fornecimento de trigo para os exércitos de Napoleão. Bonaparte posteriormente afirmou que o preço de compra era muito alto e se recusou a pagar. Trinta anos depois, a dívida – 24 milhões de francos-ouro – ainda não tinha sido saldada. Quando o *dey* turco, Hussein, escreveu ao rei francês, Carlos X, reclamando sobre a questão, ficou sem resposta. Irritado, Hussein levantou o assunto com o cônsul francês, Pierre Deval, em uma recepção realizada em abril de 1827 no palácio do *dey*, na casbá de Argel. Em uma conversa privada, Hussein perdeu a calma e acertou Deval com um mata-moscas, chamando-o de “herege insolente”. O caso logo tomou corpo. Os franceses exigiram reparações pelo insulto e tentaram impor um bloqueio naval ao porto de Argel. Depois de dois anos de impasse, os franceses procuraram uma solução para salvar as aparências e despacharam um diplomata para negociar com Hussein. Mas os argelinos dispararam seus canhões contra a nau capitânia, impedindo-o de sequer desembarcar.

Impopular em casa, procurando distrair a raiva pública quanto aos problemas domésticos, Carlos X usou o incidente do mata-moscas como pretexto para uma exibição de poderio militar no exterior. Alegando que pretendia livrar o Mediterrâneo de corsários argelinos, ordenou uma invasão em larga escala – “para apagar o insulto”.

Diante do ataque de canhões franceses, as forças de Hussein foram logo superadas. Depois de uma campanha de três semanas, o “Exército da África” francês entrou em Argel, pondo fim a 313 anos de domínio otomano. Hussein fugiu para o exílio e os comandantes franceses se apossaram de seu tesouro – que consistia em ouro, prata, joias e mercadorias avaliadas oficialmente em 48 milhões de

francos-ouro –, rapidamente transferindo tudo para os cofres do governo francês. Mas a glória militar no estrangeiro não conseguiu manter Carlos X no trono. Um mês depois, foi deposto em favor de seu primo Luís Filipe.

A França não tinha um plano coerente para a ocupação de Argel e dos outros portos que capturou em seguida – Orã, Bône, Arzew e Mostaganem. Os franceses expulsaram os turcos de Argel, deixando a cidade sem quaisquer administradores experientes. Eles tinham pouco conhecimento a respeito do povo, de seus costumes e até da geografia da terra que haviam invadido. A iniciativa dependia dos generais franceses, mas eles próprios estavam divididos quanto a que rumo seguir. Alguns queriam limitar a área do território que controlavam; outros defendiam a “ocupação total”. Enquanto isso, os colonos franceses eram incentivados a se estabelecer na rica terra em torno de Argel, expropriada de habitantes turcos.

Além da faixa costeira, no entanto, o exército francês enfrentou resistência determinada. A leste de Argel, o bei kouloughli Ahmad ibn Muhammad manteve seu controle de Constantina. A oeste, um líder religioso local, Muhi al-Din, chefe da irmandade Qadiriyya, organizou ataques a fortes franceses em torno de Orã. Em 1832, ele passou o comando ao filho de 24 anos de idade, Abd el-Kader, que declarou uma jihad contra os franceses, assumindo o título de *amir al-mu'minin* (“comandante dos fiéis”). Mais do que expulsar os franceses das planícies costeiras, o objetivo de El-Kader era evitar sua incursão para o interior. Depois de meses de escaramuças, em 1834, os franceses concordaram em assinar um tratado de paz que reconhecia a autonomia de Abd el-Kader sobre a região do interior de Orã.

El-Kader usou a trégua para tentar construir um Estado unitário entre as tribos conflituosas do interior de Orã, fundadas segundo princípios islâmicos. Ele estabeleceu forças regulares de cavalaria e infantaria e estruturou uma administração permanente, nomeando uma rede de funcionários – *khalifa*, *agha*, *caids* e *cadis* – para fazer cumprir a lei e recolher impostos. El-Kader logo se tornou a autoridade dominante na província de Orã.

Tudo isso provocou a ira dos comandantes franceses em Orã, que estavam determinados a fazer El-Kader se submeter à autoridade francesa. Em junho de 1835, o general Camille Trézel atacou o quartel-general de El-Kader em Mascara, mas acabou sofrendo uma derrota humilhante. Um novo governador-geral linha-dura, general Bertrand Clauzel, foi enviado para Argel com ordens para esmagar toda atividade "rebelde". Em novembro, Clauzel avançou sobre Mascara com um exército de 11 mil soldados e saqueou a cidade. Mas, no ano seguinte, depois de uma desastrosa tentativa de capturar Constantina, foi chamado de volta a Paris.

Relutante em realizar mais gastos militares, o governo francês decidiu tentar negociações mais uma vez e despachou outro general de Paris, Thomas Bugeaud, um oficial ríspido e experiente, com vivência de combate na Argélia, para discutir os termos. Na época, Bugeaud era contrário a toda a ideia da Argélia francesa. Descrevia-a como "um enorme peso sobre os ombros da nação". Em 30 de maio de 1837, com a ajuda de intermediários judeus, foi fechado o acordo que ficou conhecido como Tratado de Tafna, que reconhecia a autonomia de El-Kader. Dois dias depois, Bugeaud partiu para um encontro com El-Kader nas colinas verdes das montanhas Trara, para confirmar seu compromisso com a paz.

Muitos generais franceses já haviam tentado uma audiência com o emir, mas ele sempre permanecera esquivo. O encontro entre Bugeaud e El-Kader foi ainda mais significativo por causa do papel que desempenhou posteriormente na estruturação do destino da Argélia. Acompanhado por uma enorme escolta militar, Bugeaud chegou ao local determinado, mas foi mantido esperando por horas, sem qualquer sinal de El-Kader. No final da tarde, apareceu um mensageiro do emir, incitando o general a avançar ainda mais. Cavalgando na frente com um pequeno grupo de oficiais, Bugeaud passou por um estreito desfiladeiro para encontrar o emir e uma comitiva de 150 chefes e milhares de cavaleiros cobrindo a crista das colinas ao redor deles. Segundo relatou Bugeaud:

Suas roupas não eram diferentes das do mais comum dos árabes ... Ele é pálido e se assemelha a retratos que se veem de Jesus Cristo. Seus olhos são escuros, a testa

proeminente e tem uma boca grande, com dentes brancos tortos. Toda a sua fisionomia é a de um monge. Exceto a primeira saudação, mantém os olhos baixos. Suas roupas são sujas e gastas. É claro que simula uma simplicidade rigorosa.

Os dois homens discutiram detalhes do tratado e se despediram com palavras amigáveis.

O Tratado de Tafna deu autoridade a El-Kader sobre dois terços da Argélia ao norte do deserto. Mas logo começaram as disputas sobre os limites territoriais. Determinados a restaurar o prestígio da França depois do fracasso na captura de Constantina, em 1837, os generais franceses lançaram um novo ataque à cidade, garantindo sua posse após uma resistência feroz. Em 1839, eles abriram uma rota militar direta entre Argel e Constantina, passando pelo território de El-Kader, numa violação ao tratado. Em resposta, El-Kader declarou mais uma jihad e instruiu seus comandantes a lançarem ataques de guerrilha contra alvos franceses, alertando com antecedência o governador-geral francês sobre suas intenções.

Estávamos em paz, e os limites entre o seu país e o nosso estavam claramente determinados ... [Agora] você publicou [a alegação de] que todas as terras entre Argel e Constantina devem deixar de receber ordens minhas. A ruptura vem de você. No entanto, para que não me acuse de traição, eu o aviso de que vou retomar a guerra. Preparem-se, avisem seus viajantes, todos os que vivem em lugares isolados; resumindo, tomem todas as precauções, como julgarem melhor.

O que se seguiu foi uma guerra de conquista absoluta, lutada pelos franceses com métodos que admitiram como bárbaros. O general Bugeaud foi nomeado governador-geral e recebeu carta branca para levar a cabo o que chamou de "guerra ilimitada". O objetivo, disse ele na chegada a Argel, em 1841, era criar uma paz duradoura que permitisse que os colonos franceses prosperassem.

Nosso país está determinado ... Os árabes devem ser conquistados e a bandeira da França deve ser a única em solo africano. Mas a guerra não é o objetivo. Sem colonização, a conquista será estéril. Vou ser um colonizador ardente, e vocês devem entender que atribuo menos prestígio à vitória militar do que fazer algo de útil e duradouro para a França.

Com 80 mil soldados à disposição, incluindo unidades da recém-formada Legião Estrangeira e auxiliares locais, Bugeaud embarcou

em uma ofensiva de terra arrasada para destruir as fontes de alimento das tribos que apoiavam El-Kader. As forças francesas aniquilaram pomares, confiscaram gado, incendiaram lavouras e arrasaram celeiros. “Nós desertificamos, saqueamos, arruinamos culturas e árvores”, escreveu Achille de Saint-Arnaud, um dos oficiais superiores de Bugeaud. “O inimigo foge diante de nós, levando seus rebanhos. Queimamos tudo, extirpamos tudo.” Na vanguarda da campanha, havia colunas móveis – “colunas do inferno” – capazes de suportar marchas forçadas de duzentos quilômetros em 36 horas. Eram implacáveis em suas *razzias*, usando de tortura para extrair informações sobre silos escondidos, deixando os moradores para morrer de fome, executando homens, mulheres e crianças à vontade. A campanha de Bugeaud incluiu várias atrocidades notórias. “Superamos em barbárie os bárbaros que viemos civilizar”, comentou um membro de uma comissão de investigação francesa.

Uma a uma, as fortalezas de El-Kader no interior caíram diante dos franceses. Tribos que haviam prometido lealdade a ele se submeteram ao governo francês. Todos os vestígios de seu Estado islâmico desapareceram. Sua capital tornou-se uma cidade de tendas móveis abrigando dezenas de milhares de seguidores com suas famílias. Mas, em maio de 1843, elas também foram capturadas. Recuando para o outro lado da fronteira, El-Kader estabeleceu uma base em território marroquino para continuar sua luta, fazendo longas incursões na Argélia. Vez ou outra, surgia no interior uma resistência esporádica. Em 1845, Bugeaud foi obrigado a pedir reforços, aumentando suas forças para um total de 106 mil homens, um terço do exército francês. Com apenas uma parte do séquito ainda intacta, El-Kader se rendeu a uma coluna francesa em dezembro de 1847 e foi levado para o exílio.

O fim da guerra abriu caminho para uma maior imigração europeia. Em 1841, o número de colonos, ou *pieds-noirs*, como vieram a ser chamados, atingia aproximadamente 37 mil. Apenas cerca de metade vinha da França, o restante era originário principalmente da Espanha, de Malta e da Itália, mas a maioria dos imigrantes logo considerou a Argélia francesa seu lar permanente.

Durante a década de 1850, seu número subiu para 130 mil. Eles eram tratados pelas autoridades francesas como um grupo superior, merecedor de privilégios, classificados como cidadãos franceses, com muitos dos mesmos direitos legais e constitucionais que a população da França metropolitana. A maioria dos colonos vivia em cidades costeiras, mas a área de terras agrícolas sob controle branco cresceu progressivamente, em parte por expropriação ou comprada a um custo mínimo. O conhecimento francês foi usado para transformar os pântanos cheios de mosquitos da Mitidja, no interior de Argel, na mais rica terra de cultivo da Argélia. Uma nova classe de *grands colons* emergiu, possuidores de grandes propriedades e empresas bem-sucedidas.

A população nativa, de cerca de 3 milhões de pessoas, tinha status inferior. Os muçulmanos foram tratados não como cidadãos da França, mas como súditos franceses, com direitos limitados e geridos por um conjunto diferente de leis, regras e regulamentos. Os muçulmanos que quisessem se tornar cidadãos plenos eram forçados a aceitar a total jurisdição do código legal francês, incluindo leis que afetavam o casamento e a herança, e deviam rejeitar a competência dos tribunais religiosos. Na verdade, para obter igualdade, eram obrigados a renunciar a aspectos de sua religião. No interior, os muçulmanos eram governados por *bureaux arabes* – dirigidos por um corpo de elite de oficiais de língua árabe do exército e assistidos por uma pequena equipe técnica e destacamentos de tropas nativas. Com apoio militar, as fronteiras da Argélia foram ampliadas até o limite norte do Saara.

Em 1871, veio à tona uma onda final de resistência contra o domínio francês na região montanhosa de Cabília, a leste de Argel. Um líder religioso berbere, Mohamed el-Mokrani, inspirou uma revolta popular que se espalhou para o sul até as montanhas Hodna e as províncias saarianas, mas terminou em derrota. Como represália, os franceses confiscaram 600 mil hectares de terra cabila. Havia tanta terra disponível que as autoridades ofereciam uma fazenda de graça para qualquer colono europeu disposto a fixar residência na região.

À medida que a população *pied-noir* crescia – em 1870 tinha atingido cerca de 250 mil pessoas –, aumentavam suas demandas por maior controle sobre seus próprios assuntos. Desde o início da presença francesa, a Argélia havia permanecido principalmente nas mãos dos militares. Mas, em 1870, a agitação *pied-noir* obrigou o governo de Paris a ceder.

A solução que os franceses conceberam para a Argélia foi governá-la como parte integrante da França. Suas três províncias do norte, Argel, Orã e Constantina, onde vivia a maioria da população branca, tornaram-se departamentos com o mesmo status que os da França metropolitana. Os cidadãos franceses tinham o direito de enviar senadores e deputados para o parlamento em Paris. Inicialmente, apenas a população *pied-noir* podia votar em três representantes; mais tarde, um complexo sistema de colégio eleitoral permitiu o envolvimento muçulmano, mas manteve a hegemonia branca intocada. Na realidade, a Argélia tornou-se propriedade dos *pieds-noirs*.

21. Bíblias, arados e balas

A DESCOBERTA DE QUE a foz do Níger estava entre o labirinto de rios, riachos e manguezais na costa do golfo do Benin fez com que um empresário britânico da construção naval, Macgregor Laird, organizasse uma expedição privada à região do delta. Laird tinha um grande interesse no desenvolvimento do barco de pás a vapor como meio de viagem oceânica. Ele também acreditava que o comércio legítimo com a África ocidental poderia ser usado como um meio de suplantar o tráfico de escravos na região. Unindo forças com um grupo de comerciantes de Liverpool, ele formou a African Inland Commercial Company [Companhia Comercial do Interior Africano] e encomendou a construção de dois navios para o empreendimento: o *Quorra*, um barco a vapor de 145 toneladas; e o *Alburkha*, de 55 toneladas, o primeiro navio a vapor de ferro do mundo, batizado com a palavra hauçá para “bênção”. Quando zarparam de Milford Haven, em junho de 1832, a tripulação do *Quorra* contava com 26 homens, e a do *Alburkha* com 14. O próprio Laird liderou a expedição e convidou Richard Lander, cuja viagem pioneira, em 1830, tinha resolvido o enigma do curso do Níger, para se juntar a ele.

Partindo da cidade de Brass, no estuário do Níger, a expedição de Laird levou dois meses para chegar à confluência do Níger com o Benue, seu principal afluente oriental. A malária cobrou um pesado tributo. Apenas nove dos 48 europeus da expedição sobreviveram. Lander morreu de ferimentos depois de ser atacado em uma viagem para negociar. Apesar do resultado desastroso, ao voltar para a Inglaterra Laird manteve-se otimista sobre o potencial de comércio e falou de “novos e ilimitados mercados” prontos a serem explorados.

Em 1841, seguiu-se outra expedição britânica até o rio Níger. Tratava-se sobretudo de um empreendimento missionário, liderado

pela Society for the Extinction of the Slave Trade and for the Civilization of Africa [Sociedade pela Extinção do Tráfico de Escravos e para a Civilização da África], mas com total apoio do governo britânico, que concordou em arcar com os custos e fornecer três barcaças a vapor, de casco de ferro e fundo chato. A expedição era parte de uma nova iniciativa missionária, conhecida como "Bible and Plough" [Bíblia e Arado], que pretendia difundir o cristianismo e o comércio na África ocidental. Seus membros incluíam dois linguistas da sede da Sociedade Missionária da Igreja Anglicana em Serra Leoa: o missionário alemão James Schön e o catequista iorubá Samuel Ajayi Crowther.

O resultado foi o mesmo. Os europeus foram mais uma vez derrubados pela malária. Dos 145 integrantes, 49 morreram em dois meses – 43 de febre. A terra comprada do *ata* de Idah, com o objetivo de estabelecer uma fazenda agrícola modelo que serviria como um "centro de exposições" para a população do entorno, teve de ser abandonada. Em seu retorno, Schön aconselhou que, como os europeus não conseguiam sobreviver ao clima, a tarefa evangelizadora deveria ser realizada pelos próprios africanos. Segundo ele, havia um grande número de cristãos libertos no assentamento de Serra Leoa prontos para oferecerem seus serviços.

Assim, os cristãos africanos receberam um papel de liderança na atividade missionária na África ocidental. Impressionado pela habilidade que Crowther tinha demonstrado durante a expedição, a Sociedade Missionária da Igreja Anglicana chamou-o de volta a Londres, para formação e ordenação como sacerdote. Em seu retorno a Serra Leoa, ele se tornou membro de uma pequena equipe enviada para Iorubalândia, no interior, para estabelecer um posto em Abeokuta. Fundada em 1830 por refugiados iorubás que fugiam das guerras civis que se seguiram à desintegração do império de Oyo, a cidade havia se tornado um destino para centenas de libertos iorubás baseados em Serra Leoa que queriam voltar para Iorubalândia e apelavam à Sociedade Missionária para se juntar a eles. Desde que a missão em Abeokuta fora estabelecida, em 1846, a Sociedade a via como um centro a partir do qual o cristianismo e a

civilização iriam se irradiar para toda a África. Crowther dedicou grande parte de seu tempo ali, traduzindo a Bíblia para o iorubá e compilando vocabulário para um dicionário iorubá-inglês.

Os missionários em Abeokuta, no entanto, logo foram apanhados em uma das guerras intermináveis que afligiam a região. Em 1851, Gezo, o rei do vizinho Daomé, decidiu conquistar Abeokuta, demonstrando sua capacidade militar com um desfile de um exército de 16 mil soldados pelas ruas da capital, Abomei. Entre as tropas exibidas havia um contingente de 6 mil mulheres, conhecidas pelos europeus como amazonas. Os reis do Daomé as usavam como guarda-costas reais desde o século XVIII, mas Gezo tinha expandido seu papel, transformando-as em uma força de combate formidável. O desfile em Abomei foi testemunhado por um cônsul britânico em visita, John Beecroft, que chegara lá em uma missão para persuadir Gezo a desistir da prática da escravidão. Beecroft logo alertou Abeokuta sobre o ataque iminente e, com apoio da missão, garantiu que seus residentes egbas se armassem com antecedência, com suprimentos de munição. Com as amazonas na vanguarda, o assalto do Daomé a Abeokuta foi repellido, e os missionários cristãos ganharam crédito generalizado pelo desfecho.

Apesar do enorme mau presságio a respeito do provável resultado, em 1854 o governo britânico organizou uma terceira expedição britânica até o Níger, encomendando a construção de um navio de 260 toneladas, o *Pleiad*. A expedição foi liderada por um médico escocês de trinta anos de idade, William Baikie, e incluía Samuel Crowther, a quem foi dada a tarefa de aferição de locais adequados para estações missionárias. O *Pleiad* navegou uma distância recorde de 1.100 quilômetros a montante em onze semanas. Como empreendimento comercial, a expedição foi um fracasso. Mas seu principal mérito foi que nenhum dos doze europeus ou dos 54 africanos a bordo do navio morreu de malária. Por insistência de Baikie, a tripulação foi obrigada a tomar doses diárias de quinina como um profilático contra a febre; toda manhã, eram administrados cinco gramas para cada homem. Embora Baikie não entendesse o que causava a malária, havia encontrado uma

maneira de evitar seus efeitos mortais. As consequências foram profundas, pois o medicamento mostrou que a vida era possível para os europeus no interior tropical. Entre 1860 e 1870, a quinina era usada de forma regular por missionários europeus, comerciantes e soldados.

ENQUANTO ISSO, A CAMPANHA para suplantar o tráfico de escravos pelo comércio legítimo lentamente ganhava corpo. Além de escravos, os portos da África ocidental começaram a exportar quantidades crescentes de óleo de dendê. Os comerciantes europeus até então haviam comprado o produto para uso culinário ou para iluminação. Mas, desde o final do século XVIII, o óleo de dendê tornara-se um ingrediente essencial para a expansão industrial da Europa, usado como lubrificante para as máquinas e na fabricação de velas e sabonetes, o que causou um aumento na demanda. Mesmo antes da proibição britânica ao tráfico de escravos, em 1807, o Estado efik, de Calabar, no vale do rio Cross, antigo comerciante de escravos, havia começado a desenvolver plantações de dendezeiro utilizando trabalho escravo. No delta do Níger, antigas organizações comerciais construídas para lidar com o comércio de escravos logo se adaptaram a lidar com o produto. Comerciantes ijós, que havia muito utilizavam suas canoas de guerra para transportar prisioneiros igbos de locais rio acima para serem vendidos na costa, começaram a transportar óleo de dendê comprado de produtores igbos. As exportações de óleo dos golfos de Benin e Biafra aumentaram de duzentas toneladas, em 1803, para 14 mil toneladas, em 1834. A faixa litorânea de 480 quilômetros que ia do leste de Lagos ao rio Camarões, passando pelo delta do Níger e por Calabar, logo se tornou conhecida como Rios dos Óleos. Na metade do século, as exportações de óleo de dendê da África ocidental valiam mais do que as de escravos. Mas a escravidão doméstica ainda era comum. Usavam-se escravos como trabalhadores de plantações e como carregadores de óleo de dendê.

Os crescentes interesses comerciais britânicos na região do Níger e o compromisso contínuo em acabar com o comércio de escravos levaram o governo britânico a uma prática de intervenção direta na política local. Em 1837, a patrulha antiescravagista da Marinha Real depôs o governante de Bonny, em razão de seu persistente envolvimento com o tráfico de escravos, e substituiu-o por um rival local que se acreditava ser mais favorável aos interesses comerciais do Reino Unido. Na década de 1840, a Marinha Real tornou-se cada vez mais envolvida na obtenção de tratados com chefes costeiros, obrigando-os a suprimir o tráfico de escravos e deixando claras as consequências de qualquer violação. Em 1851, o governo britânico interveio em uma disputa dinástica em Lagos, forçando o rei Kosoko a abdicar em prol de seu tio, Akitoye. Quando Akitoye morreu, em 1853, o cônsul britânico em Lagos providenciou a instalação de um sucessor complacente, Dosunmu, antes que qualquer um dos outros chefes locais sequer soubesse da morte do rei. Em 1861, quando o interior de Lagos foi atormentado por novos surtos de guerra iorubá, o governo britânico entrou em cena para garantir o controle da cidade e anexá-la como uma colônia, pagando uma pensão de mil libras esterlinas por ano a Dosunmu. A cerimônia de passagem de poder foi concluída com o hino nacional britânico cantado por um coro de trezentas crianças das escolas locais, conduzido por dois missionários.

O governo britânico também apoiava as atividades dos comerciantes britânicos. Em 1857, como resultado do sucesso da expedição de 1854, ele fechou um contrato com Macgregor Laird para manter um serviço de vapor no rio Níger durante cinco anos, oferecendo um subsídio anual inicial de 8 mil libras esterlinas. Os comerciantes britânicos usaram o serviço para avançar para o interior, construindo fábricas e postos comerciais que lhes permitiram minar intermediários africanos. Na costa, o óleo custava 24 libras esterlinas a tonelada; mais a montante, poderia ser obtido por treze libras esterlinas a tonelada.

Os missionários também vieram em maior número. Em 1846, a Igreja da Escócia estabeleceu uma missão em Calabar, com uma

equipe formada principalmente por um grupo de ex-escravos da Jamaica. Entre as tarefas que definiram para si mesmos estava a de convencer os chefes locais a abandonar várias práticas indígenas, nomeadamente o sacrifício de um grande número de escravos para marcar o evento da morte de um líder. Em 1850, na missão em Creek Town, dez capitães de navio, três cirurgiões e dois missionários reuniram-se para formar "A Society for the Suppression of Human Sacrifices in Calabar" [Uma Sociedade para a Supressão de Sacrifícios Humanos em Calabar]. O rei Eyo Honesty concordou em interromper a prática. Quando morreu, em 1858, nenhum homem foi sacrificado.

Mais para o interior, Samuel Crowther fundou, em 1857, uma missão em Igbobi, no rio Níger, e usou suas habilidades linguísticas para produzir cartilhas nos idiomas igbo e nupe. Em 1864, ele foi chamado mais uma vez à Inglaterra para ser consagrado bispo da "África Ocidental Equatorial além dos Domínios da Rainha", ou, como ficou conhecida mais tarde, a Missão do Níger, uma empresa totalmente africana. Em 1880, a Missão do Níger tinha estabelecido onze bases no interior.

O rio Níger provou ser uma via rentável. Uma série de empresas britânicas competia vigorosamente para deter uma posição na região. Em algumas pequenas estações de comércio, até cinco companhias se viam envolvidas em rivalidade mortal. Mas a competição elevou os preços e os custos de empresas que mantinham redes comerciais idênticas. Durante a década de 1870, um empresário inglês, George Goldie, iniciou uma campanha para convencer os rivais de que a única solução para o excesso de competição seria a união. Em 1879, ele conseguiu unificar os principais concorrentes britânicos na United African Company [Companhia Africana Unida], para a qual eles concordaram em contribuir com navios, armazéns e funcionários.

Mas Goldie não estava preocupado só com o lucro comercial. Um firme defensor do papel imperialista do Reino Unido, estava alerta para a nova ameaça representada por comerciantes europeus rivais. Até a década de 1870, os britânicos detinham, na prática, um

monopólio sobre o comércio, tanto no delta do Níger quanto em seu interior. Mas, a partir de então, passaram a enfrentar a concorrência de companhias de comércio francesas e alemãs. Para afastar a ameaça, Goldie usou sua empresa, agora conhecida como National African Company [Companhia Nacional Africana], para assinar tratados com vários governantes locais na região do Níger, indo tão ao norte quanto o califado de Sokoto, que garantiam a ela direitos exclusivos. Ele também montou uma frota de vinte navios de guerra para proteger seus interesses comerciais. Mas quando pediu ao governo britânico para melhorar seu status com uma carta régia, isso lhe foi recusado.

Embora o governo estivesse preparado para dar assistência aos comerciantes e missionários britânicos em seus esforços na África ocidental, ele desenvolveu uma aversão profunda em relação a empreendimentos coloniais no local. Durante décadas, o envolvimento na região tinha sido estritamente limitado. O compromisso mais importante foi em Serra Leoa, a colônia peninsular utilizada para suprimir o comércio de escravos. O governo britânico também possuía uma rede de fortes e territórios litorâneos na Costa do Ouro; uma base em Bathurst, na ilha de Santa Maria, na foz do rio Gâmbia; e uma pequena colônia em Lagos e na vizinha Badagry. Mas mesmo esse número de bases no litoral levantava forte oposição em Londres. Em 1865, o Comitê Especial Parlamentar da África Ocidental recomendou uma redução gradual de compromissos na região e deixou clara a sua oposição a qualquer outra expansão territorial. Acima de tudo, o governo estava preocupado com a despesa que poderia incorrer em empreendimentos coloniais e com os riscos de ser apanhado em guerras locais. Ao pleitear uma carta régia em 1881, Goldie argumentou que sua companhia de fretes iria arcar com o custo de administrar e garantir os interesses britânicos na região do Níger. Mas foi em vão. Quando, em 1882, Edward Hewett, o cônsul britânico baseado em Bonny, propôs que o Reino Unido formasse um protetorado sobre todo o distrito dos Rios dos Óleos, a ideia foi descartada. "A costa é pestilenta; os nativos numerosos e

incontroláveis”, registrou o secretário colonial. Um grupo de chefes no rio Camarões escreveu a Londres pedindo que o Reino Unido assumisse a região deles, mas não recebeu resposta por três anos. O governo inglês só mudou de opinião quando outras potências europeias ameaçaram lançar reivindicações.

PREOCUPADA COM A ARGÉLIA, a França inicialmente mostrou pouco interesse nas perspectivas comerciais da África ocidental. Sua própria revolução industrial, muito depois da feita pela Inglaterra, não decolou até a década de 1840, portanto a necessidade de matéria-prima, como o óleo de dendê, não era tão premente. Sua principal base em Saint-Louis, uma cidade de guarnição na foz do rio Senegal, servia como sede para várias feitorias rio acima, comerciando principalmente goma-arábica. Durante a década de 1840, Saint-Louis também começou a exportar amendoim. Outra base importante da França na área foi a ilha de Gorée, na costa do Senegal, ao largo da península do Cabo Verde, que já fora um porto negreiro. Mais ao sul, os franceses mantiveram um punhado de postos comerciais litorâneos, com a aprovação de chefes locais. Durante a década de 1840, um oficial da marinha francesa, Louis Bouët-Willaumez, assinou tratados com os chefes de Assini, Grand-Bassam e Dabou, no litoral da atual Costa do Marfim; em 1851, fechou um tratado com Gezo, rei do Daomé.

Quando Napoleão III chegou ao poder, em 1848, deu-se início uma nova fase do envolvimento da França na África ocidental. Ele favoreceu uma política de expansão colonial visando ligar o território francês na Argélia com sua colônia no Senegal. Em 1854, Louis Faidherbe, um rígido oficial do exército, foi nomeado governador do Senegal para implantar tal política. Faidherbe havia servido nas colunas “voadoras” do general Bugeaud, na Argélia, e tinha adquirido um gosto por aventuras africanas. Assumiu o cargo em Saint-Louis com grandes ambições de estabelecer o domínio francês não só ao longo de toda a região do Senegal e do alto Níger, a leste,

mas sobre um império africano que se estenderia do Senegal até o mar Vermelho.

Para ajudar em sua campanha de conquista, Faidherbe recrutou um exército de *tirailleurs* ("guerrilheiros") senegaleses treinados e dirigidos por oficiais afro-franceses locais. De Saint-Louis, ele avançou em todas as direções. Ao norte do rio, travou uma guerra de três anos contra os mouros trarza, pelo controle de suas rotas comerciais no interior. Ao longo do vale do rio Senegal, deu início à construção de uma série de fortes, concluindo o primeiro em Medina, a 480 quilômetros da costa, com a intenção de usá-lo como base para maior expansão para o leste. E avançou para o sul, pelo território do povo lebu, construindo um telégrafo e uma ligação rodoviária com o posto avançado francês em Gorée e renomeando a capital lebu de Ndakarou para Dacar. Com Estados fracos, assinava tratados de "proteção"; com os que resistiam, usava força militar.

A oposição mais resistente que Faidherbe enfrentou veio das forças de Umar Tal, governante do império tucolor. Umar estava preparado para lidar com os franceses como comerciantes, mas era hostil a qualquer ocupação francesa do solo africano. Em 1855, ele escreveu uma carta aos habitantes muçulmanos de Saint-Louis avisando: "De agora em diante, vou fazer uso da força e não vou cessar até que a paz seja pedida a mim por seu tirano [Faidherbe]." Muitos muçulmanos deixaram Saint-Louis para se unir às forças de Umar, incluindo artesãos de quem Faidherbe precisava para construir seus fortes e manter seu equipamento.

Em 1857, Umar cercou Medina com um exército de 15 mil soldados e quase conseguiu capturá-la. Mas uma expedição de socorro mandada por Faidherbe de Saint-Louis conseguiu evitar a derrota francesa. Nas negociações, em 1860, Faidherbe e Umar Tal concordaram em demarcar uma fronteira entre eles que seguiria o curso do alto Senegal e do rio Bafing. Quando Faidherbe deixou o Senegal, em 1865, tinha transformado a colônia em uma pequena potência regional de quase um terço do Senegal moderno. Mas sua ambição de avançar ainda mais para o leste em direção ao alto Níger tinha sido interrompida na fronteira estabelecida em 1860.

Durante a década de 1870, um novo governador militar, Louis Brière de l'Isle, seguiu mais uma vez uma política de expansão agressiva, determinado a resgatar o prestígio francês no rescaldo da derrota do país na Guerra Franco-Prussiana. Ele forçou a submissão de Futa Toro, esmagou o reino jalof de Cayor e destruiu o forte tucolor em Sabouciré, no alto Senegal. Em 1880, ele entregou o comando do alto Senegal ao coronel Gustave Borgnis-Desbordes, com ordens para lançar uma expedição punitiva em direção ao Níger e impor um protetorado na cidade tucolor de Bamako, a 250 quilômetros a oeste da capital tucolor, em Ségou. Borgnis-Desbordes estava confiante no sucesso. "Estou convencido de que podemos alcançar a completa destruição do detestável império [tucolor]", escreveu, em abril de 1881. "Qualquer outra política, em minha opinião, seria fraca e inepta; serviria apenas aos interesses britânicos."

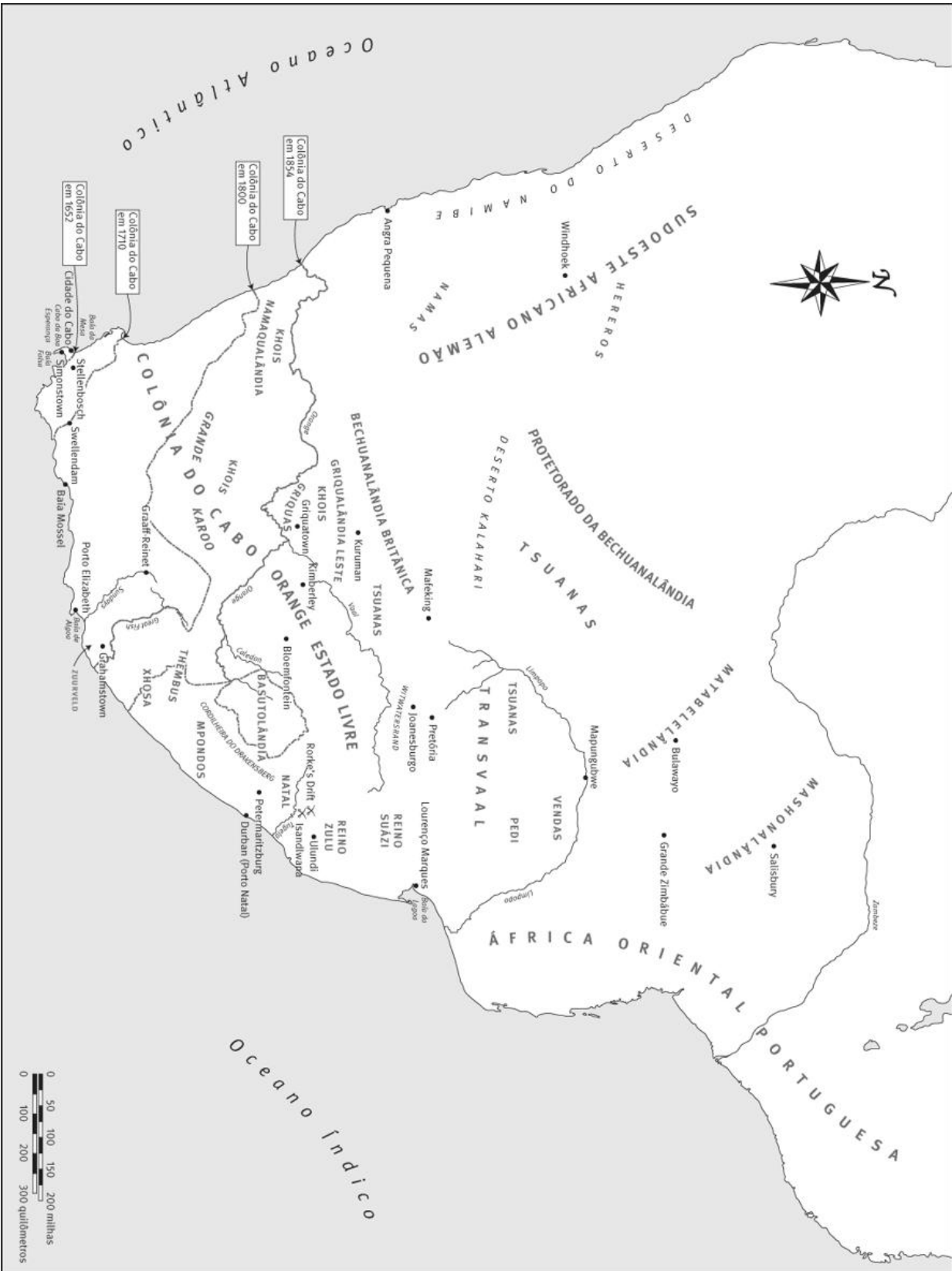
Em fevereiro de 1883, Borgnis-Desbordes conduziu uma aguerrida coluna de cavalaria, infantaria e *tirailleurs* até as margens do Níger, em Bamako. Em uma cerimônia para marcar sua chegada, hasteou a bandeira francesa tricolor, lançou a pedra fundamental de um novo forte e discursou com entusiasmo sobre a missão civilizadora da França. A cerimônia terminou com uma saudação de onze tiros. "O barulho de nossos pequenos canhões", disse Borgnis-Desbordes às tropas, "não vai chegar do outro lado das montanhas que se encontram diante de nós, mas, e vocês podem estar certos disso, seu eco será ouvido além do Senegal."

Daí em diante, a rivalidade entre a França e a Inglaterra na África ocidental se tornaria o fator determinante na definição de seu destino.

PARTE VI

Branços e negros no sul da África

A ÁFRICA MERIDIONAL



22. Senhores e servos

QUANDO O REINO UNIDO tomou posse da Colônia do Cabo em 1806, durante as guerras napoleônicas, não se esperava que a ocupação fosse ser permanente. O único interesse no Cabo era utilizá-lo como base naval a meio caminho da vital rota comercial entre a Europa e a Ásia. Para garantir que a colônia não caísse nas mãos dos franceses, uma guarnição britânica ficava estacionada na Cidade do Cabo e no porto da Cidade de Simon, na baía Falsa. Mas o vasto interior além da península do Cabo parecia oferecer nada além de problemas e gastos.

A turbulenta fronteira oriental, onde o conflito entre os *trekboers* e os clãs khoikhoi e xhosa tinha se tornado endêmico, era uma preocupação constante. Em uma tentativa de impor ali alguma forma de lei e ordem, o governador britânico, lorde Caledon, enviou o coronel Richard Collins como comissário para a área, pedindo-lhe para recomendar ações a serem tomadas. O relatório de Collins, de 1809, teve uma profunda influência sobre a política de governo. Ele concluiu que não havia esperança de paz permanente na fronteira oriental, a menos que os xhosas e os brancos fossem mantidos firmemente separados. Assim, propôs o uso de força militar para expulsar os xhosas não só do Zuurveld, a região disputada a oeste da fronteira colonial, no rio Fish, mas também da área mais a leste, até o rio Keiskamma. Ele sugeriu, ainda, o envio de até 6 mil brancos da Europa para a criação de pequenas fazendas agrícolas ao longo das margens orientais do rio Fish, para formar uma barreira para qualquer futura invasão xhosa.

A primeira fase da conquista começou em 1811. Liderada pelo coronel John Graham, uma força combinada de tropas regulares, comandos coloniais e unidades do recém-formado Regimento Khoikhoi do Cabo lançou uma campanha de terra arrasada contra o

Zuurveld xhosa, queimando plantações e aldeias, confiscando gado e expulsando cerca de 20 mil homens, mulheres e crianças em todo o rio Fish. Em seu relatório a Londres sobre o sucesso da missão, o governador, sir John Cradock, comentou: "Estou contente em acrescentar que, no decurso desse serviço, não foi derramado mais sangue cafre do que o necessário para imprimir nas mentes desses selvagens um grau adequado de terror e respeito." Foi criado um posto militar avançado em uma fazenda *trekboer* abandonada no centro de Zuurveld, batizado de Graham's Town. O Regimento do Cabo, liderado por oficiais brancos, mudou sua sede para lá.

Determinado a recuperar as terras perdidas, um guerreiro-profeta xhosa, Nxele (também conhecido como Makana), liderou, em 1819, um exército de 6 mil homens em um ataque a Graham's Town com a intenção de "expulsar os homens brancos da terra e empurrá-los para o mar". O ataque, em plena luz do dia, não deu certo. Quatro meses mais tarde, depois que as forças britânicas tinham devastado uma vasta extensão de território xhosa além do rio Fish, Nxele entregou-se em um acampamento militar, na esperança de parar a matança. "As pessoas dizem que comecei esta guerra", disse ele. "Deixe-me ver se entregando-me aos conquistadores se restaurará a paz em meu país."

Nxele foi condenado à prisão perpétua, levado em grilhões para a baía de Algoa, colocado a bordo do brigue *Salisbury* e transportado por 650 quilômetros até a ilha Robben, ao largo da costa da Cidade do Cabo. Desde o século XVII, o local era usado como colônia penal tanto para criminosos quanto para dissidentes políticos. Após um ano de prisão, Nxele e um grupo de outros detentos organizaram uma fuga: eles apreenderam um barco de pesca e se dirigiram para o continente, a cinco quilômetros de distância. O barco, no entanto, virou ao chegar à arrebentação da praia de Blauberg. De acordo com os sobreviventes, Nxele ficou agarrado por um tempo a uma rocha, incentivando os outros a nadarem para a costa, até ser tragado pelas ondas em fúria.

Nxele nunca foi esquecido por seus seguidores xhosas. Muitos se recusaram a acreditar que estava morto e esperaram por anos pelo

seu retorno, o que deu origem a uma nova expressão xhosa, "*Kukuzakuka Nxele*", a volta de Nxele, que significa "esperança vã".

Como resultado do ataque xhosa, o governo britânico decidiu prosseguir com a ideia de povoar o Zuurveld com colonos imigrantes, na esperança de que isso aumentasse a segurança na fronteira oriental. Em Londres, o plano foi apresentado ao parlamento como uma "medida econômica" que ajudaria a reduzir o desemprego e aliviaria a agitação social em curso após o fim das guerras napoleônicas. O parlamento então atribuiu 50 mil libras esterlinas para o transporte de voluntários para o Zuurveld e os colocou como agricultores em loteamentos de aproximadamente quarenta hectares cada. Cerca de 4 mil homens, mulheres e crianças foram escolhidos entre 80 mil candidatos, atraídos pelas lendas de oportunidades em uma terra verde e agradável. A maioria dos homens selecionados eram artesãos urbanos sem experiência agrícola. O que não foi dito a nenhum deles até a chegada à baía de Algoa, em 1820, foi que a terra que lhes tinha sido atribuída estava em território ferozmente disputado, onde cinco guerras de fronteira já haviam sido travadas.

Quando os 4 mil imigrantes avistaram a costa "estéril e não promissora" da baía de Algoa, a desilusão logo se instalou. "O coração de muitos se partiu dentro deles", escreveu em seu diário William Shaw, um ministro metodista, "e a mesma pergunta foi repetida muitas vezes: Será que este pode ser o país maravilhoso, a 'terra prometida' à qual fomos atraídos com descrições vivazes e pelas imagens pintadas nas nossas imaginações? Fomos enganados e arruinados, foi a rápida conclusão de muitos."

À medida que se dirigiam para o interior, viajando em carros de boi pelo terreno acidentado e sem estradas, o sentimento de desilusão só se aprofundou. Os guias bôeres que os acompanhavam os advertiram de que a terra estéril do Zuurveld, para onde estavam destinados, não era minimamente adequada para o cultivo, servindo apenas para pasto. Durante três anos sucessivos as culturas foram arruinadas, primeiro pelo pulgão, depois pela ferrugem e finalmente por gafanhotos. Secas escaldantes eram seguidas por inundações

que carregavam suas frágeis habitações de pau a pique. Ao final de 1823, mais da metade dos colonos tinha abandonado a terra e se retirado para as aldeias.

SOB DOMÍNIO BRITÂNICO, as características do Cabo começaram a mudar aos poucos. A sociedade se manteve escravagista, fortemente dependente do trabalho escravo. Mas, embora as autoridades britânicas estivessem ansiosas para minimizar as despesas com a colônia, introduziram uma série de reformas destinadas a colocar o Cabo em conformidade com a prática britânica em outros lugares e a fornecer uma estrutura de administração que levava mais em conta os interesses da população autóctone. Em 1808, eles proibiram a importação de escravos. Em 1811, em uma tentativa de melhorar o sistema judicial no interior rural, juízes do tribunal superior foram enviados para circular em sedes distritais para verificar suas atividades e ouvir casos civis e criminais. Até então, os tribunais locais raramente proferiam condenações nos casos em que empregados haviam desafiado seus empregadores a respeito de quebras de contrato, abuso ou outros crimes. O primeiro dos novos tribunais móveis correu sem incidentes, mas o segundo, conhecido como "Black Circuit" [Circuito Negro], causou indignação entre os bôeres da fronteira por passar sentenças condenatórias para colonos acusados de maus-tratos aos khoikhois.

Foram introduzidas novas regulamentações para definir os direitos e deveres de ambos os lados, senhores e servos. A Proclamação Hotentote, de 1809, procurou salvaguardar os khoikhois contra abusos como deduções salariais arbitrárias e retenções. A partir de então, os contratos de trabalho deveriam ser escritos em três vias, com uma cópia a ser retida pelas autoridades. Em caso de litígio, os khoikhois teriam o direito à igualdade de acesso à lei. Mas eles também foram onerados por restrições legais – anteriormente usadas para controlar escravos – que tiveram o efeito de os vincular mais fortemente a uma vida de servidão. Eram obrigados a ter um "lugar fixo de residência". Não podiam se deslocar sem a obtenção

de um certificado oficial ou “passe”. Sem um passe, ficavam susceptíveis ao recrutamento compulsório. Em 1812, um decreto do governo deu poderes aos proprietários brancos para inscrever como aprendizes crianças criadas em suas fazendas, a partir dos oito anos de idade, por um período de dez anos – uma prática pouco diferente da escravidão.

Os missionários europeus que chegavam ao Cabo abraçaram a causa dos khoikhois, buscando melhorar sua situação. A estação missionária fundada em 1803 pela London Missionary Society [Sociedade Missionária de Londres] em Bethelsdorp, perto da baía de Algoa, tornou-se um refúgio para os khoikhois que deixavam as fazendas na fronteira. Na década de 1820, o superintendente da rede da Sociedade Missionária no Cabo, John Philip, um evangélico radical, promoveu uma campanha em prol dos direitos civis dos khoikhois, citando provas de sua perseguição e maus-tratos nas mãos de empregadores *trekboers* e da conivência das autoridades locais. Sem conseguir fazer progressos no Cabo, Philip voltou para a Inglaterra em 1826 e convenceu a Anti-Slavery Society [Sociedade Antiescravagista] a se ocupar da questão khoikhoi como parte de sua campanha contra a escravidão. Em 1828, ele publicou um ataque sob o título *Researches in South Africa* [Pesquisas na África do Sul], protestando contra as injustiças infligidas aos khoikhois. “Eu os encontrei”, escreveu no prefácio, “na pior condição de opressão do que qualquer povo sob qualquer governo civilizado conhecido por nós sobre a terra ... Os hotentotes têm direito a um preço justo pelo seu trabalho, à isenção de crueldade e opressão, a escolher o local de sua residência e a desfrutar da companhia dos filhos.”

Figuras influentes na Colônia do Cabo, sobretudo Andries Stockenstrom, um proeminente oficial do governo, também trabalhavam em defesa de reformas. Curvando-se a uma onda de críticas, o governo do Cabo emitiu, em 1828, a Portaria 50, que tornava os “hotentotes e outras pessoas de cor livres” iguais aos brancos perante a lei, removendo restrições legais sobre seus movimentos e dando-lhes o direito de adquirir terras. Mas o efeito prático foi limitado. Quase toda a terra produtiva estava em mãos

brancas. Nos distritos do leste, apenas um khoikhoi requerente foi bem-sucedido em comprar um lote. Sem terra, restava aos khoikhois permanecerem como servos de senhores brancos ou viverem na pobreza, em barracos na periferia de uma cidade ou de uma missão religiosa.

Uma série de outras reformas governamentais trouxe mudanças mais profundas. O antigo sistema de posse da terra permitia que os *trekboers* pagassem uma pequena taxa anual pelo direito de ocupar uma fazenda de 2.400 hectares "emprestada", tratando-a efetivamente como sua, para comprar, revender e herdar à vontade. Ele foi abolido em favor de um sistema de tributação sobre a terra, destinado a promover práticas agrícolas mais produtivas. Os velhos monopólios de que açougueiros, padeiros, comerciantes de vinho e leiloeiros usufruíam foram substituídos por um regime de livre iniciativa que tendia a beneficiar os comerciantes de língua inglesa já familiarizados com ele. Uma nova política de idioma foi proclamada: em 1822, o governo anunciou que, ao longo dos cinco anos seguintes, o inglês seria aplicado progressivamente como a única língua permitida nos tribunais e escritórios públicos. No lugar de funcionários holandeses, o governo nomeou advogados qualificados do Reino Unido para o Tribunal de Justiça e introduziu procedimentos legais britânicos. Em 1828, mudanças administrativas levaram à abolição, em distritos rurais, dos escritórios de *landdrosten* e *heemraden* e à nomeação de magistrados e comissários falantes de língua inglesa. Na Cidade do Cabo, agentes fiduciários de língua inglesa substituíram o poder municipal local, conhecido como Senado Burgher. Foram criadas escolas públicas em que o inglês era o meio de educação. Na década de 1830, o idioma tornara-se não só a língua principal da administração, mas da argumentação política e do debate.

O auge das reformas britânicas se deu em 1833, quando o parlamento em Londres aprovou uma lei emancipando os escravos em todo o império e pagando indenizações aos proprietários de escravos pela perda da "propriedade". Os escravos deveriam permanecer como aprendizes de seus antigos proprietários por um

período transitório de cinco anos, após o qual se tornariam legalmente livres. No Cabo, os escravos ainda formavam uma parcela significativa da população, somando, ao todo, cerca de 39 mil pessoas. A maior parte já era de ascendência mista, nascida na colônia e acostumada a falar *taal*. A grande maioria vivia na Cidade do Cabo e em Stellenbosch; cerca de 6.500 eram de propriedade de agricultores bôeres nos distritos da fronteira oriental.

Essas mudanças irritaram grande parte da população *burgher*. Muitos colonos achavam repugnante a ideia de que os khoikhois e os escravos pudessem ser colocados em pé de igualdade com os cristãos brancos, “contrariando as leis de Deus e da natural distinção de raça e religião”. O medo do *gelykstelling* – o nivelamento social entre senhores e servos – era profundo. O regime de compensação para a emancipação dos escravos também causou ressentimento. Os proprietários foram informados de que o governo iria pagar apenas 34 libras esterlinas por escravo, muito menos do que as 73 libras esterlinas calculadas por um comitê especial designado para avaliar o valor financeiro dos escravos do Cabo. Eles se sentiram ainda mais prejudicados ao saberem que a compensação deveria ser paga em Londres, obrigando-os a utilizar os serviços de agentes que tomariam uma boa fatia da soma. Houve mais raiva quando as mudanças levaram não só a uma escassez de mão de obra, mas a um surto de furto e roubo. Exigindo uma nova lei contra a vadiagem para lidar com o problema, ficaram indignados quando as autoridades britânicas revogaram sua proposta de legislação.

Os bôeres da fronteira, acostumados havia muito a viver de acordo com as próprias regras e em grande parte fora do alcance da autoridade do governo, tinham queixas adicionais. Uma vez habituados com a expansão à vontade para o leste para atender sua demanda por terra, estavam sendo bloqueados pela resistência obstinada dos xhosas além do rio Fish. Fora isso, a região de fronteira continuava atormentada pela insegurança: o roubo de gado era endêmico em ambos os lados da fronteira. No final de 1834, guerreiros xhosas invadiram a Colônia do Cabo, destruindo fazendas de brancos e apreendendo grandes manadas de gado em mais uma

tentativa de recuperar terras perdidas em guerras anteriores. Mais uma vez, eles foram repelidos. O governador britânico na Cidade do Cabo, sir Benjamin D'Urban, um veterano das guerras napoleônicas, repreendeu-os como "selvagens traiçoeiros e irrecuperáveis" e tomou para si a responsabilidade de anexar mais terras xhosas em represália, com a intenção de disponibilizá-las para a colonização branca. Mas, para a fúria dos colonos, o governo britânico em Londres, incentivado por ativistas missionários, repudiou a anexação e culpou a invasão branca como a causa do conflito. "Os cafres tiveram ampla justificativa para a guerra", concluiu o secretário colonial, lorde Glenelg.

Determinado a anular a autoridade britânica, um pequeno grupo de líderes bôeres na fronteira oriental organizou o êxodo das famílias pelo rio Orange para o Highveld, com a intenção de fundar o próprio Estado e recriar a sociedade dos *trekboers* fronteiriços de antes da chegada dos britânicos. Grupos de reconhecimento relataram que a região dispunha de terra adequada para assentamento – "suficiente oferta de água, grama de excelente qualidade e uma abundância de madeira".

Em um "Manifesto" enviado para o *Graham's Town Journal*, Piet Retief, um líder emigrante, citou uma lista de queixas, entre elas as "grandes perdas" decorrentes da emancipação dos escravos e "o ódio injustificado que tem sido lançado sobre nós por pessoas interesseiras e desonestas, sob o manto da religião [ativistas missionários], cujo testemunho é aceito na Inglaterra, apesar de todas as provas em nosso favor". Esse tipo de preconceito, segundo ele, levaria à "ruína total do nosso país". Retief queixou-se também da "conduta turbulenta e desonesta de vagabundos" e da "pilhagem que temos sofrido dos cafres e de outras classes de cor".

Ele afirmou esperar que o governo britânico "nos permitisse governar sem sua interferência no futuro". Para evitar preocupações britânicas, negou toda a prática da escravidão, mas acrescentou: "É determinação nossa manter regulamentos que possam suprimir a criminalidade e preservar as relações corretas entre senhor e servo."

O primeiro grupo de “emigrantes”, como foram chamados, cruzou as corredeiras do rio Orange no final de 1835, rumando para o norte em carros de boi, acompanhados por seus servos, gado bovino e ovino e levando consigo um conjunto de bens móveis – implementos agrícolas, ferramentas domésticas, pequenas peças de mobiliário, bíblias, armas e munição, itens valiosos de prata e porcelana e suprimentos de tabaco, café e açúcar. Na altura de 1840, cerca de 6 mil emigrantes, aproximadamente um décimo da população branca da Colônia do Cabo, tinha seguido seu rastro. Ao longo do caminho, encontraram fortíssima oposição.

^j Palavra derivada do árabe *kafir*, que significa “incrédulo, o que não acredita no Deus muçulmano”. Por ser esse o caso da imensa maioria dos negros da África meridional, o termo passou a significar “negro”, com conotação fortemente ofensiva. (N.T.)

^k *Heemraden* são magistraturas holandesas que existem desde tempos medievais. A tradução do termo em si é “conselheiros domésticos”; no caso africano, podemos considerá-los como conselheiros administrativos. (N.T.)

23. O povo do paraíso

ENTRE A CORDILHEIRA DO Drakensberg a oeste e a costa do oceano Índico a leste encontra-se uma região fértil de rios poderosos, vales amplos, campos abertos e colinas íngremes que tem sido a pátria dos ngunis do norte por centenas de anos. Até o final do século XVIII, os ngunis viviam ali em assentamentos esparsos ligados a pequenas chefaturas com líderes que tendiam a exercer uma autoridade leve. Eram sobretudo pastores com uma profunda ligação com seu rebanho. O gado era de suma importância, não só como fonte de leite, carne e peles, mas como meio de troca e uma medida da riqueza de um membro da tribo. Como o preço de uma noiva era pago em gado, sem ele não poderia haver casamento. Além disso, a principal maneira de agradar os espíritos ancestrais era por meio do sacrifício desses animais. Eventos significativos, como funerais, eram marcados por seu abate. A língua nguni continha centenas de termos usados para distinguir os atributos visíveis do gado.

Uma das primeiras descrições do estilo de vida dos ngunis foi feita por membros da tripulação de um navio holandês naufragado, o *Stavenisse*, que passou quase três anos encalhado na costa da atual Natal, na década de 1680. Eles foram posteriormente interrogados por um funcionário holandês na Cidade do Cabo que relatou detalhes sobre os habitantes locais para a sede da VOC, em Amsterdã. “Em suas relações uns com os outros, são muito civis, educados e falantes, saudando-se, seja jovem ou velho, homem ou mulher, sempre que se encontram; e perguntando-se de onde vêm e para onde estão indo, quais são as novas e se aprenderam quaisquer novas danças e músicas.”

À medida que a população do norte da Ngunilândia se expandia, no entanto, o caráter de suas chefaturas começou a mudar. A competição por pastagens, terras e territórios de caça levou as

chefaturas mais fortes a absorverem as mais fracas. Clãs rivais também procuraram ganhar o controle do lucrativo comércio de marfim junto a comerciantes portugueses baseados na baía da Lagoa. Para reforçar sua autoridade, os principais chefes usavam ritos de iniciação habituais como base para a organização militar, formando grupos de homens jovens da mesma idade em regimentos armados conhecidos como *amabutho* e recompensando-os com gado e outros bens. Nos primeiros anos do século XIX, os conflitos por gado e terras foram agravados pelos efeitos de uma grande seca.

Por volta da década de 1810, dois reinos principais haviam surgido entre os ngunis do norte: o ndwandwe, sob a liderança de Zwide, a noroeste; e o mthethwa, sob a liderança de Dingiswayo, a sudeste. O que se seguiu foi uma série de guerras pela supremacia que repercutiu em toda a África meridional. A turbulência mais tarde ficou conhecida na língua nguni como Mfecane, ou “o esmagamento”.¹

Em 1817, os ndwandwes deslocaram-se com vigor para o sul, derrotaram o exército mthethwa e mataram Dingiswayo. A única coisa que os impedia de dominar toda a região era uma pequena chefatura zulu no rio Mfolozi Branco, que fizera parte da confederação mthethwa.

O líder zulu, Shaka kaSenzangakhona, que servira como comandante no regimento iziCwe de Dingiswayo, ganhara fama tanto pela coragem como pelo pensamento inovador. Com a ajuda de Dingiswayo, tinha chegado à chefia zulu em 1816, aos 39 anos, depois de organizar o assassinato de um meio-irmão, que era o herdeiro designado. O clã zulu de Shaka não tinha mais do que alguns milhares de pessoas, mas ele logo começou a subjugar clãs vizinhos e a aumentar o tamanho de seu próprio exército. Seus regimentos eram submetidos à disciplina rígida, equipados com lanças curtas para esfaqueamento, em vez das longas lanças tradicionais para lançamento, e treinados para lutar de perto, usando a velocidade, a surpresa e novas táticas de batalha. Em 1819, ele conseguiu empurrar os ndwandwes para o norte, além do rio

Pongola. Com o colapso, em primeiro lugar, do reino mthethwa e, a seguir, do reino ndwandwe, Shaka foi capaz de criar seu próprio reino zulu, absorvendo chefaturas que se estendiam desde o rio Pongola, no norte, até o rio Tugela, no sul.

Seus regimentos *amabutho* se tornaram o sustentáculo do reino zulu. Os rapazes eram recrutados para servir em um exército permanente, organizado em regimentos por faixa etária, estacionados em pontos estratégicos, proibidos de se casarem e segregados do restante da população zulu. As mulheres jovens eram inseridas em seus próprios regimentos. Cada regimento adotava sua própria canção, grito de guerra e meios de identificação para promover o moral corporativo. Eles eram usados para punir qualquer sinal de resistência ao governo de Shaka. Aldeias inteiras foram exterminadas por não se submeterem a ele. Além das funções militares, os regimentos também eram usados como força de trabalho: os homens cuidavam do gado do rei e caçavam por marfim; as mulheres cultivavam os campos do rei. Só depois de anos de serviço ativo, Shaka autorizava que os regimentos se desfizessem e seus membros se casassem e estabelecessem seus próprios domicílios. Mesmo assim, ainda permaneciam passíveis de serem convocados para o serviço militar. Dizia-se que Shaka tinha 40 mil homens à disposição.

O sistema regimental ajudou a superar as identidades locais e a desenvolver um sentido de coesão entre chefaturas díspares. Para promover a lealdade ao Estado, Shaka também se baseou em festivais e rituais tradicionais ngunis. Sua capital, kwaBulawayo, tornou-se o cenário de exibições militares espetaculares, competições, danças e execuções. Shaka muitas vezes pronunciava a sentença de morte da vítima num impulso, com as palavras: "Matem os bruxos." Seu governo dependia não apenas do poderio militar, mas do uso do terror. Embora persistissem divisões profundas, a população do reino passou a se considerar cada vez mais "zulu", um termo nguni para o céu ou o paraíso. De acordo com Shaka, "o povo do paraíso" compartilhava de uma identidade comum, devido à fidelidade a ele.

Do coração do território zulu, os *impis* de Shaka faziam ataques predatórios em áreas vizinhas, apreendendo gado e outros bens e causando caos generalizado. Eles saqueavam ao sul do rio Tugela, provocando ondas de refugiados para os territórios dos mpondos, mais ao sul. A oeste, forçaram os hlubis, sob a liderança de Mpangazitha, e os ngwanas, sob Matiwane, a abandonar o sopé da cordilheira do Drakensberg e se mudar para o Highveld, do outro lado da montanha. O tumulto se espalhou entre as pequenas chefaturas sotos no Highveld oriental. Em 1822, o chefe hlubi Mpangazitha atacou os tlokwas, apreendendo grandes rebanhos. Os tlokwas, por sua vez, invadiram os clãs sotos vizinhos para reconstruir seus rebanhos. Em meio a uma seca prolongada, grupos rivais disputavam território ao longo do curso superior bem irrigado do vale do Caledon. Em 1824, sob o cerco dos tlokwas, Moshoeshoe, o filho mais velho de um chefe de uma aldeia kwena, conduziu um pequeno grupo de seguidores por cem quilômetros ao sul do vale. Depois de deslocar um chefe local, Moshoeshoe criou uma base no planalto de Thaba Bosiu, na margem sul do rio Caledon. Com boas pastagens e abastecimento de água favorável, o lugar era inexpugnável, e Moshoeshoe conseguiu manter uma série de agressores à distância e juntar cada vez mais seguidores.

Outros grupos sotos deslocados do Highveld oriental dirigiram-se para o oeste, colidindo com clãs tsuanas no Highveld ocidental. Atacado pelos tlokwas, em 1823 um líder fokeng, Sebetwane, teria dito aos seus seguidores:

Meus senhores, podem ver que o mundo está caindo diante de nós. Nós e outros povos fomos expulsos de nossas moradas ancestrais, tivemos nossos animais apreendidos, nossos irmãos e filhos assassinados, nossas esposas e filhas violadas, nossas crianças mortas de fome. Fomos obrigados a guerrear, tribo contra tribo. Seremos comidos um por um. Nossos pais nos ensinaram *khotso ke nala* – a paz é a prosperidade –, mas hoje não há paz, não há prosperidade! O que devemos fazer? Meus senhores, esta é a minha palavra: Vamos embora! Vamos levar nossas esposas e filhos e gado, e sair a procurar um terreno onde possamos morar com tranquilidade.

Viajando para o oeste, Sebetwane lançou um ataque audacioso aos ngwaketses, uma próspera chefatura tsuana a leste do rio

Marico, matando seu venerado líder Makaba II. Confrontos semelhantes ocorreram em todo o Highveld ocidental.

Outra reviravolta causada pela ascensão do reino zulu começou quando um dos aliados menores de Shaka, Mzilikazi, chefe de um ramo dos khumalos, que viviam perto do rio Mfolozi Negro, caiu em desgraça junto ao rei e, para evitar represálias, levou o grosso de seu regimento de combate para o Highveld. Mzilikazi era neto de Zwide, o rei dos ndwandwes que se tornara leal a Shaka após a derrota de seu povo, em 1818. Diz-se que a disputa entre os dois teve início quando Mzilikazi deixou de repassar a Shaka os espólios da invasão de um clã soto, em 1820.

Mzilikazi formou um novo reino para si entre os rios Vaal e Limpopo, conquistando várias chefaturas sotos e tsuanas, incorporando seus seguidores em suas próprias fileiras e absorvendo uma multidão de refugiados do Highveld em busca de segurança. Mzilikazi chamou seu povo de "zulu". Mas na língua soto eram chamados de *matabele*, ou "estranhos", um nome que os khumalos adotaram para si mesmos como *amaNdebele*. A principal base de Mzilikazi, na década de 1820, ficava no rio Apies, nos montes Magaliesberg (perto da atual Pretória), de onde ele mantinha o controle por meio de uma rede de regimentos *amabutho* estacionados em campos distantes no perímetro de seu reino. Chefaturas vizinhas eram obrigadas a pagar tributo ou sofrer ataques punitivos. Os *impis* de Mzilikazi atacavam em todas as direções: ao norte, além do Limpopo, em território shona; a oeste, contra os tsuanas; a leste, contra os pedi; e ao sul, até o vale do rio Caledon, adquirindo grandes manadas de gado.

Vários outros Estados surgiram do Mfecane. Em território montanhoso, a noroeste de kwaZulu, um chefe dlamini chamado Sobhuza, que tinha recuado de sua terra natal, perto do rio Pongola, formou um novo reino incorporando grupos sotos e ngunis. O reino mais tarde ficou conhecido como Suazilândia, em homenagem a seu filho e herdeiro Mswati. Mais ao norte, na região do baixo Limpopo, um ex-general ndwandwe, de nome Soshangane, usou seus regimentos para fundar o reino de Gaza, absorvendo os tsongas,

habitantes da região, e exigindo tributo de postos portugueses na baía da Lagoa e em Sofala. Outro ex-general ndwandwe, chamado Zwangendaba, cruzou o Limpopo com seus regimentos “ngoni”, seguiu em uma trilha devastadora de conquistas pelo planalto do Zimbábue, aniquilando a dinastia rozwi, e por fim atravessou o rio Zambeze, invadindo territórios tão ao norte como o lago Niassa e o lago Tanganica, a mais de 1.500 quilômetros de sua terra natal.

EM KWAZULU, SHAKA deparou-se com um fenômeno novo. Em 1824, um pequeno grupo de aventureiros brancos do Cabo desembarcou na costa, a cerca de duzentos quilômetros ao sul de kwaBulawayo, na esperança de obter marfim e peles. Liderados por um ex-oficial da Marinha Real Britânica, Francis Farewell, eles construíram um assentamento improvisado à beira de uma grande baía natural com canais profundos ao qual deram o nome de Porto Natal. Shaka enviou espiões para vigiar suas atividades e acabou concordando em encontrá-los. Escoltados até kwaBulawayo, os comerciantes ficaram impressionados com o que encontraram. O *kraal* real ficava espalhado nas encostas de uma colina, cercado por um círculo perfeito de aproximadamente cinco quilômetros de circunferência, formado por cabanas de guerreiros. No centro, havia um enorme curral no qual se viam as fileiras de guerreiros em formação. Para marcar a chegada dos visitantes, Shaka montou uma exibição de poderio militar e um desfile de rebanhos reais, com todos os animais da mesma cor.

Após duas semanas de deliberação, Shaka permitiu que os comerciantes permanecessem em Porto Natal. Ele demonstrou interesse em suas armas; e imaginou que eles talvez fornecessem um canal com as autoridades britânicas no Cabo que poderia usar em seu favor nas intrigas e conspirações que despontavam em sua corte. Ele lhes concedeu o uso de uma grande porção de terra perto de Porto Natal, tratando-os de forma semelhante que aos chefes menores dos distritos periféricos de seu reino, esperando em troca o devido respeito e tributo.

Apesar da permissão de Shaka, a situação dos comerciantes continuou precária. Chegando a Porto Natal em 1825, como um aprendiz de nove anos de idade, Charles Maclean não encontrou mais do que um rudimentar posto avançado. O "forte" de Farewell, lembrou, era uma "estrutura muito primitiva e de aparência grosseira" situada na extremidade norte da baía (no que é hoje o centro do bairro financeiro da moderna Durban). Consistia de um recinto quadrangular feito por uma paliçada que protegia algumas construções de pau a pique. Maclean descreveu os ocupantes da fortaleza como um "grupo heterogêneo" de brancos, khoikhois e bantos. Os bantos ficavam nus; os outros vestiam uma variedade de farrapos. Dos três grupos, disse Maclean, o banto certamente tinha "a vantagem da aparência". Comerciantes brancos já tinham sido assimilados pela cultura local, tomando esposas e concubinas dentre o povo nativo depois de pagar o *ilobolo* ["dote"] devido, e atuavam como chefes menores. Mas o volume de comércio que conseguiam estava muito aquém das expectativas. Quando tentaram obter o envolvimento das autoridades britânicas em seu empreendimento, içando a bandeira do Reino Unido e enviando petições para anexação ao Cabo, foi-lhes dito, sem rodeios, que estavam sozinhos, por conta própria.

Mesmo a situação de Shaka estava longe de ser segura. Havia várias figuras proeminentes na casa reinante que nutriam queixas sobre sua rota assassina rumo ao poder. Shaka sentia uma necessidade constante de demonstrar poder, ordenando execuções. Estava também preocupado em esconder qualquer sinal da idade e cultivar uma aparência jovem e vigorosa. Ele instruiu um dos comerciantes de Porto Natal a obter frascos de óleo de Macassar, pois lhe haviam dito que o produto tinha o efeito de transformar o cabelo grisalho em preto. Um rei, explicou ele, "não deve ter rugas nem cabelos brancos, pois essas são marcas distintivas de desqualificação de um monarca de povo guerreiro".

Em 1824, Shaka foi alvo de uma tentativa de assassinato. Durante uma dança, foi apunhalado no flanco, mas conseguiu arrancar a lança ele mesmo e, após se recuperar, ordenou represálias. Em

1827, a morte de sua mãe levou a mais uma rodada de assassinatos frenéticos durante a qual Shaka procurou eliminar adversários. Na esperança de melhorar sua situação, enviou o exército para o sul, em um ataque maciço no coração da Pondolândia, causando alarme em locais tão distantes quanto o Cabo. Mal o exército voltara, Shaka ordenou uma expedição punitiva contra seu velho rival Soshangane, dos ndwandwes, localizados bem ao norte, no reino de Gaza. Sem seus contingentes leais por perto, foi atacado por complôs reais. Em 24 de setembro de 1828, dois de seus meios-irmãos, Dingane e Mhlangana, esfaquearam Shaka até a morte.

O reino zulu, no entanto, manteve-se intacto. Depois de organizar o assassinato de Mhlangana, Dingane subiu ao trono. Ansioso para trazer a paz à região, ele enviou mensageiros aos governantes independentes com gado de presente e convites para participarem de sua coroação. Em uma mensagem às autoridades britânicas na Colônia do Cabo, indicou seu interesse em estabelecer comércio com elas e perguntou sobre a possibilidade de conseguir os serviços de um missionário.

! Também chamado Lifaqane ou Difaqane na língua soto. (N.T.)

24. Repúblicas no Highveld

OS PEQUENOS GRUPOS de emigrantes bôeres que cruzavam as corredeiras do rio Orange estavam, portanto, entrando em uma terra em tumulto, dilacerada por clãs em guerra e repleta de refugiados que escapavam em todas as direções. Mesmo a região fronteiriça da Transorangia, para além da fronteira do Cabo, passava por agitações. Ela havia sido colonizada por grupos de descendentes mestiços da Colônia do Cabo que orgulhosamente se denominavam "bastardos". Eles falavam *taal*, possuíam armas e cavalos e buscavam um estilo de vida de fronteira, criando gado, caçando e comerciando marfim e peles. Ansiosos por ganhar reconhecimento como uma comunidade cristã, convidaram a Sociedade Missionária de Londres para estabelecer uma estação em sua capital, Klaarwater. A pedido dos missionários, concordaram em mudar seu nome para griqua e batizaram a capital de Griquatown.

As dinastias griqua da Transorangia atraíram uma variedade de seguidores: khoikhois koras, tlhaping de língua tsuana, brancos renegados, criminosos, condenados e escravos em fuga do Cabo. Os missionários tentaram ajudar em seu desenvolvimento político elaborando uma constituição. Mas os griquas eram frequentemente abalados por disputas de liderança. Um grupo se mudou para o rio Harts, a oitenta quilômetros de distância de Griquatown, adotou o nome "hartenaars", começou a comerciar armas e pólvora e atacou a população local para obter gado e "aprendizes". Outro grupo, os "bergenaars", se separou para saquear o vale do Caledon. Comandos griquas e koras também empreendiam ataques tão ao norte como os montes Magaliesberg, fazendo, em 1833, com que Mzilikazi mudasse sua base para Mosega, a oeste, no rio Marico.

Um oficial de fronteira do Cabo, Gideon Joubert, foi pessimista sobre o provável destino dos emigrantes. "Imagino que uma ruína

total cairá em breve sobre essas pessoas”, relatou às autoridades do Cabo, “e os que não forem destruídos vão voltar para a colônia ou para perto de suas fronteiras, ou, com o tempo, vão se tornar tão incivilizados quanto os pagãos.” A Igreja Reformada Holandesa também foi crítica em relação a eles e se recusou a nomear um *predikant* [pregador], alertando sobre a “partida para o deserto sem um Moisés ou um Arão”, por pessoas que procuram “Canaã” sem terem recebido uma “promessa ou direção”. As autoridades britânicas também se opuseram ao êxodo, com medo de que poderia causar ainda mais guerras no interior que exigissem sua intervenção. Mas não tinham meios para detê-lo.

Apesar dos riscos que enfrentavam, os emigrantes tiveram dificuldade em estabelecer uma liderança comum. Cada grupo era composto por um punhado de famílias com o próprio líder – o grupo de Potgieter; o grupo de Maritz; o grupo de Cilliers. Alguns decidiram obter terras dos griquas; alguns seguiram para o rio Vaal; outros tinham por objetivo encontrar uma maneira de alcançar as terras verdejantes na porção oriental do Drakensberg. Divisões, cismas, brigas e animosidades pessoais eram comuns desde o início.

O primeiro grande episódio de resistência africana deu-se em outubro de 1836, quando um exército ndebele de cerca de 6 mil homens atacou o grupo de Hendrik Potgieter, de 35 *trekkers*, em Vegkop, ao sul do Vaal. Avisados com antecedência de que forças de Mzilikazi se aproximavam, os *trekkers* amarraram suas carroças em um círculo para formar um *laager*,^m usando galhos espinhosos para tapar as lacunas do perímetro. O resultado foi decisivo. Nem um único ndebele conseguiu entrar no círculo de carroças. Embora dois *trekkers* tenham morrido, o fogo dos mosquetes bôeres causou a morte de centenas de ndebeles. Um missionário que testemunhou o retorno dos *amabutho* derrotados de Mzilikazi registrou que “não havia nada senão lamentos ouvidos na terra durante semanas por conta dos mortos em batalha”.

Em janeiro de 1837, com reforços de *trekboers* recém-chegados do Cabo, Potgieter levou um comando pelo rio Vaal para retaliar contra Mzilikazi, destruindo um assentamento ndebele em Mosega.

Seu domínio de mais de uma década sobre o Highveld estava efetivamente aniquilado. Muitos dos clãs tsuanas que o líder zulu subjagara voltaram-se contra ele, com a intenção de recuperar o controle de suas terras. Mzilikazi retirou-se para o vale do baixo Marico, mas, em novembro de 1837, outro comando bôer, juntamente com auxiliares griquas e rolong, o perseguiram ali. Buscando campos mais seguros, ele conduziu seu povo para o outro lado do Limpopo, criando um novo reino no pé dos montes Matopo.

As derrotas infligidas a Mzilikazi incentivaram um número crescente de *burghers* descontentes do Cabo e seus seguidores a tentar a sorte além das corredeiras do rio Orange. Em meados de 1837, cerca de 2 mil emigrantes estavam baseados em grandes acampamentos entre o rio Orange e o Vaal. Em meio aos recém-chegados, estava Piet Retief, autor do "Manifesto" publicado no *Graham's Town Journal*, à frente de um grupo de cem carroças.

Junto com vários outros líderes de emigrantes, Retief fixou suas atenções na região interior de Porto Natal. Em outubro de 1837, Retief alcançou o passo da cordilheira do Drakensberg. Deixando seu grupo principal em formação de *laager*, levou quinze homens escarpa abaixo em direção a Porto Natal, a trezentos quilômetros de distância, com o intuito inicial de conversar com os comerciantes brancos de lá e, em seguida, se aventurar até a capital de Dingane, em uMgungundlovu, para buscar permissão para se fixar na periferia do reino zulu, ao sul do rio Tugela.

A ESSA ALTURA, o posto comercial de Porto Natal contava com cerca de quarenta brancos. Eles haviam se esforçado para melhorar seu acampamento improvisado, organizando a disposição das ruas e atribuindo lotes para funções públicas. Também tinham decidido mudar o nome da localidade para D'Urban, em homenagem ao governador da Colônia do Cabo, na esperança de que ele pudesse ajudá-los a ganhar o reconhecimento dos ingleses. Mas o governo britânico permaneceu determinado a não adicionar mais nada às suas responsabilidades territoriais.

Retief teve uma recepção calorosa dos comerciantes, que viam os *trekkers* como potenciais aliados capazes de fazer frente ao poder do reino zulu. Assegurado de seu apoio, Retief enviou uma carta a Dingane, explicando que os *trekkers* desejavam viver em paz com os zulus, mas se referindo também à recente derrota de Mzilikazi pelas mãos de comandos bôeres, numa ameaça não muito velada.

Portanto, quando Retief e seu grupo de quinze bôeres chegaram a uMgungundlovu, em novembro, Dingane já estava desconfiado de suas reais intenções. A suspeita de Dingane só aumentou durante as discussões. Usando palavras de clara intimidação, Retief continuou a realçar o destino de Mzilikazi: "O grande livro de Deus nos ensina que os reis que se comportam como Mzilikazi são severamente punidos, e que não lhes é dado viver ou reinar por muito tempo."

A fim de adiar as negociações, Dingane pediu a Retief, como um sinal de boa vontade, que capturasse para ele um rebanho de gado zulu roubado pelo chefe tlokwa Sekonyela e levado para sua base no vale do rio Caledon. Retief prontamente concordou e voltou para Durban. Ignorando a advertência de Francis Owen, um missionário britânico em uMgungundlovu, de que Dingane não era confiável, Retief enviou mensagens para os seguidores que o esperavam no passo do Drakensberg, dizendo que sua terra prometida abaixo da escarpa estava prestes a lhes ser concedida. Alheios ao perigo, centenas de *trekkers* começaram a descida arriscada em suas carroças e montaram acampamentos ao longo do alto Tugela e de seus afluentes. Quando sua chegada foi relatada a Dingane, ele a tomou como a confirmação de uma invasão bôer.

Em dezembro, Retief atravessou o Drakensberg com um comando, tomou Sekonyela como refém, pegou o gado roubado e, de volta ao *laager* em janeiro de 1838, enviou uma carta a Dingane, comunicando o sucesso de sua expedição. Contrariando o conselho de outros líderes de emigrantes, Retief decidiu voltar a uMgungundlovu para concluir as negociações, levando um comando grande e bem armado, confiante de que isso o ajudaria a persuadir Dingane a lhe dar permissão para o assentamento ao sul do Tugela. Foi um erro de cálculo fatal.

Acompanhado por 69 *trekkers* e trinta servos, Retief alcançou uMgungundlovu em 2 de fevereiro. Na manhã seguinte, os bôeres fizeram uma demonstração de cavalaria, lançando-se em combate simulado e disparando tiros de suas selas. Os zulus, por sua vez, responderam com danças de guerra e manobras militares. Em discussões com Dingane, Retief mais uma vez enfatizou a vitória bôer sobre Mzilikazi e se vangloriou de como lidara com Sekonyela.

Escondendo a raiva pela postura insolente de Retief e a ameaça que ele representava, Dingane concordou ostensivamente em aceitar o assentamento branco. Em 4 de fevereiro, ele teria colocado sua marca em um documento que Retief tinha elaborado, cedendo-lhe todas as terras entre os rios Tugela e Mzimvubu. Mas, depois de consultar seu conselho interno de assessores, deu ordens para que todos os membros do grupo de Retief fossem assassinados.

Em 6 de fevereiro, enquanto se preparavam animadamente para partir, os bôeres e seus servos foram convidados a se despedir de Dingane no grande curral central e assistir ali a uma dança de despedida. Eles não suspeitavam de traição e concordaram em deixar suas armas na entrada do curral. Com dois regimentos de guerreiros dançando ao redor deles, Dingane de repente bateu palmas e gritou: "*Bulalai abaThakathi!*" ("Matem os bruxos!"). Os visitantes foram apreendidos, espancados até perderem os sentidos e arrastados para um local de execução. Retief foi o último a morrer, forçado a testemunhar os companheiros sendo assassinados antes de também ser espancado até a morte.

Algumas horas depois, Dingane enviou três regimentos para atacar as famílias bôeres espalhadas ao longo das margens dos rios Bloukrans e Bushman. Lançando um ataque noturno em 17 de fevereiro, mataram 281 homens, mulheres e crianças brancos e 250 servos, e capturaram cerca de 35 mil peças de gado bovino e ovino. As terras de fronteira foram envolvidas em batalhas. Recuando para os *laagers*, as famílias bôeres resistiram em condições perigosas. A comunidade branca de Durban se juntou aos bôeres. Em retaliação, os zulus saquearam seu assentamento, destruindo casas e matando animais domésticos.

A maré da guerra virou quando Andries Pretorius, um experiente líder de comandos do distrito de Graaff-Reinet, assumiu o controle, impondo disciplina mais rígida sobre os *trekkers* e inculcando-lhes a ideia de que pertenciam a um povo escolhido chamado a fazer a obra de Deus. Em dezembro, Pretorius avançou profundamente em território zulu, em direção ao principal exército zulu. Alcançando o rio Ncome no dia 15, construiu um *laager* de 64 carroças em uma faixa de terra na margem oeste. A força de defesa do *laager* consistia de 468 *trekkers* e três colonos de Durban com um contingente de cerca de 120 auxiliares negros. Contra eles veio um exército de 12 mil zulus, atacando em ondas constantes. O comando não perdeu um único homem. Os zulus perderam mais de 3 mil e, por fim, se retiraram.

Após a batalha do rio Blood, como os bôeres vitoriosos passaram a chamar o Ncome, o reino zulu se despedaçou. Em meio à crescente discórdia entre a elite real, o meio-irmão de Dingane, Mpande, temendo por sua segurança, fugiu para o sul, cruzando o rio Tugela com 17 mil seguidores e 25 mil peças de gado, e se estabeleceu temporariamente a poucos quilômetros ao norte de Durban. O evento teve tantas repercussões que ficou conhecido entre os zulus como “o rompimento da corda que mantinha a nação unida”. Uma delegação bôer foi visitá-lo, acompanhada de um naturalista francês, Adulphe Delegorgue. Em seu relato do encontro, Delegorgue escreveu com admiração sobre o porte real de Mpande: “Uma cabeça bem-formada, suportada por um corpo excelente, brilhante e forte”, “reluzentes olhos negros”, “testa alta e quadrada” e “um sorriso fácil que transmite compreensão rápida”. Ele contrastou sua aparência com a dos bôeres. “A comparação que pude fazer foi que os agricultores que o cercavam estavam em desvantagem completa: sujeitos grandes, desengonçados e de pernas compridas, com gestos desajeitados, porte estranho, rostos sem brilho, discurso vacilante, as bocas escancaradas, homens feitos para conduzir bois e com eles conversar.”

O resultado da reunião foi que Mpande e os bôeres concordaram com um plano para derrubar Dingane e instalar Mpande como rei.

Em janeiro de 1839, o exército de Mpande, reforçado por um comando bôer de trezentos cavaleiros, avançou contra a Zululândia, derrotou as forças de Dingane e o fez fugir para o norte. Ele foi morto pouco depois nos montes Libombo, pelos suázis.

Sozinhos, os bôeres consolidaram sua posição ao sul do Tugela, trinchanto enormes fazendas onde quer que encontrassem bom pasto e água. Eles estabeleceram sua sede às margens do rio Msunduzi, nomeando-a Pietermaritzburg, em homenagem aos líderes dos emigrantes, Piet Retief e Gert Maritz. Elaboraram uma constituição, elegeram um Volksraad ("Conselho do Povo", ou parlamento) de 24 homens com poderes executivos e legislativos e, em 1839, hastearam a bandeira da República de Natália. A cidadania era restrita a falantes de holandês de ascendência europeia que tivessem deixado a Colônia do Cabo para fundar uma república independente. Em 1842, a comunidade *trekker* em Natália tinha atingido 6 mil homens, mulheres e crianças.

A República de Natália durou pouco mais de três anos. Seus políticos disputavam continuamente entre eles mesmos. Faltava-lhe tanto receita quanto experiência administrativa. A própria constituição tinha sido elaborada principalmente por Jacobus Boshof, um jovem funcionário público de Graaff-Reinet em licença. Ele foi posteriormente nomeado tanto *landdrost* de Pietermaritzburg quanto presidente do Volksraad. Os agricultores também tiveram dificuldade na aquisição de mão de obra. Os zulus e outros ngunis da região se recusavam a trabalhar para eles. Seus filhos, portanto, começaram a ser sequestrados. Na volta da expedição contra Dingane, cada membro do comando bôer foi autorizado a apreender quatro crianças zulus para usar como "aprendizes". O trabalho forçado era uma prática comum. Em uma tentativa de intimidar tribos vizinhas, Pretorius conduziu um ataque ao sul do rio Umzimkulu, em 1840, matando trinta pessoas, sequestrando dezessete crianças para distribuição como aprendizes e partindo com cerca de 3 mil bovinos. O impacto das depredações bôeres se espalhou cada vez mais. Diante de um afluxo de migrantes zulus do norte, o Volksraad

propôs uma expulsão em massa dos africanos para o sul, para terras pertencentes ao reino mpondo.

Os relatos dessas atividades em Natália impulsionaram as autoridades britânicas no Cabo a intervirem. A Inglaterra não tinha interesse estratégico em Natal além de evitar que o porto de Durban caísse nas mãos de um poder europeu rival. Ela também estava ciente do custo de ter que administrar ainda mais território. Mas as autoridades britânicas estavam alarmadas com a quantidade de perturbação que os bôeres estavam causando. Além disso, foram impelidas também pelos apelos por proteção britânica do rei mpondo de Faku. Os missionários instavam ativamente por uma intervenção. Em 1842, o governo do Cabo enviou uma força de 250 homens para tomar posse de Durban. Depois de uma breve tentativa de resistência, o Volksraad concordou em se submeter à anexação britânica. Mas quando se tornou claro que as autoridades britânicas não permitiriam "qualquer distinção de cor, origem, língua ou religião", a maioria dos *trekkers* cruzou de novo o Drakensberg para se juntar a outros grupos de bôeres que tinham permanecido no Highveld.

POR MAIS DE DEZ ANOS, pequenos grupos de emigrantes bôeres dispersos pelo Highveld disputavam com chefaturas africanas o estabelecimento de seus próprios domínios. Toda a região se tornou uma arena de batalhas, conflitos, invasões e contra-ataques. Em um esforço para manter algum tipo de estabilidade ao longo da fronteira norte do Cabo, uma sucessão de governadores britânicos foi gradualmente engolfada pelo turbilhão. Seu principal objetivo era estabelecer uma série de Estados clientes além da fronteira que traria um pouco de lei e ordem para a região. Em um tratado assinado em 1834, a Colônia do Cabo tinha concedido o devido reconhecimento ao *kaptyn* [capitão] griqua Andries Waterboer como um chefe independente e concordou em pagar a ele um salário de cem libras esterlinas por ano para proteger a fronteira colonial, alertando para possíveis ataques e enviando fugitivos de volta. Um

tratado semelhante foi assinado em 1843 com outro líder griqua, Adam Kok, que tinha estabelecido um domínio em Philippolis, uma missão a leste do território de Waterboer. Os britânicos também fizeram um acordo em 1843 com o líder soto Moshoeshoe, aceitando a sua alegação de que era senhor da maioria das chefaturas africanas menores ao norte do rio Caledon.

Em 1846, o governo do Cabo despachou um oficial do exército britânico, major Henry Warden, para o outro lado da fronteira, nomeando-o "residente", com a tarefa de resolver disputas intratáveis a respeito de posse de terra. Warden estabeleceu uma base adequada em uma fazenda chamada Bloemfontein, usada no passado pelo fugitivo alemão Jan Bloem e seu grupo de saqueadores kora. Mas seus esforços foram logo ultrapassados por outra iniciativa britânica.

Em 1848, um novo governador britânico, sir Harry Smith, recém-vitorioso militarmente na Índia, adotou uma abordagem muito mais agressiva. Sem consultar ninguém, anunciou sua intenção de anexar toda a área entre os rios Orange e Vaal. A região incluía não só numerosos grupos de emigrantes, mas quase toda a terra de Moshoeshoe. De acordo com Smith, a anexação era necessária para a "proteção e preservação dos direitos justos e hereditários de todos os chefes nativos" e "o domínio e governo dos súditos de Sua Majestade, seus interesses e bem-estar".

O líder emigrante Andries Pretorius não tinha intenção de aceitar o plano arbitrário de Smith. De sua base ao norte do rio Vaal, ele organizou um comando bôer para expulsar o residente britânico, major Warden, de Bloemfontein. Aproveitando a oportunidade para um combate, Smith retaliou com uma força de tropas britânicas e auxiliares griquas, derrotando Pretorius em uma batalha curta e eficaz em Boomplaats e forçando-o a recuar em direção ao norte. Smith então proclamou seu novo território como "Soberania do rio Orange".

O triunfo de Smith, no entanto, foi de curta duração. Alarmado com o custo de tentar manter a ordem no Highveld, o governo

britânico decidiu se retirar. Em uma carta para Smith, em setembro de 1851, o secretário colonial escreveu: "Devo ordená-lo a adotar rapidamente as mais decisivas medidas em seu poder para pôr fim a todas as despesas a serem contraídas na Soberania do rio Orange." Pouco depois, Smith foi chamado de volta. Em janeiro de 1852, dois funcionários britânicos se encontraram com Pretorius em Sand River e negociaram um acordo de independência aos "fazendeiros emigrantes" no território ao norte do rio Vaal – o Transvaal, ou República Sul-Africana, como foi chamada mais tarde. Em troca de uma promessa de que não haveria escravidão no Transvaal, o Reino Unido rejeitou todas as alianças anteriores com "nações de cor" da região. Dois anos mais tarde, em Bloemfontein, os funcionários britânicos reconheceram de forma semelhante a independência do Estado Livre de Orange. Tratando do evento, o *Times* de Londres observou cinicamente que o novo Estado herdara três canhões, além de "mesas, cadeiras, escrivaninhas, prateleiras, tinteiros, feltro verde, cofres ... sacrificados livremente em nome da paz".

[m](#) Termo que define a espécie de barreira, circular ou quadrangular, montada com carros e carroças puxados por bois ou cavalos. Pessoas e animais ficavam protegidos dentro do recinto, enquanto atiradores disparavam de sob as carroças. (N.T.)

25. A estrada dos missionários

EM MEADOS DO SÉCULO XIX, a África meridional tinha se tornado um amontoado de colônias britânicas, repúblicas bôeres e chefaturas africanas, uma região problemática com poucas perspectivas e de pouco interesse para o mundo exterior. Os confrontos e conflitos por território eram endêmicos. Em meio ao tumulto, os bandos remanescentes de caçadores-coletores sans foram expulsos cada vez mais de seus campos de caça para os refúgios inacessíveis do Drakensberg. Algumas das últimas imagens que artistas sans pintaram eram de homens sans fugindo de cavaleiros armados, enquanto os xamãs valiam-se de antigas crenças e rituais para combater essa ameaça à sua sobrevivência.

O único Estado estável era a Colônia do Cabo. A essa altura, ele ostentava cerca de cinquenta cidades, mas quase todas eram ainda pequenos centros em zonas rurais, com não mais que 10 mil moradores. Só a Cidade do Cabo tinha uma população que atingia 30 mil pessoas. A colônia também tinha lançado as bases de uma economia financeira moderna, estabelecendo bancos, seguradoras, casas de atacado e câmaras de comércio; algumas indústrias de manufatura também haviam criado raízes. Mas a principal atividade econômica continuou sendo a criação de gado e a agricultura de subsistência. Os produtores de vinho tinham prosperado com a ligação com o Reino Unido, até este encerrar sua política de tarifas preferenciais, em 1831. A exportação de marfim também caiu, à medida que as manadas de elefantes, antes comuns tanto ao sul quanto à península do Cabo, foram praticamente extintas. Quando a caça de elefantes foi afinal banida na Colônia do Cabo, em 1830, restavam apenas dois pequenos rebanhos no Cabo oriental, um escondido nas profundezas da floresta Knysna e o outro na região de savana do Addo. De um rebanho no Cabo estimado em 25 mil

animais, não mais do que algumas centenas sobreviveram. Com a disseminação da criação de ovelhas merino, na década de 1830, a produção de lã se tornou cada vez mais importante; em 1850, a lã correspondia a mais da metade das exportações do Cabo. Mas a colônia não tinha infraestrutura e capital nacional para impulsionar mais o desenvolvimento. A construção de uma estrada de ferro foi interrompida a 110 quilômetros da Cidade do Cabo por falta de dinheiro. Na maior parte do interior, o transporte e a comunicação eram feitos a cavalo ou em carros de boi, em estradas esburacadas, intransitáveis após chuvas fortes.

As duas comunidades brancas da colônia tendiam a ocupar áreas diferentes, preferindo não se misturar. A minoria de língua inglesa, menos de 50 mil pessoas, se concentrava nas cidades e aldeias, trabalhando como funcionários públicos, mercadores, comerciantes e artesãos. Eles formaram suas próprias sociedades literárias, frequentavam suas próprias igrejas, mesmo em *dorps* [vilarejos] remotos, e praticavam seus próprios esportes. Um censo demográfico dos ingleses e escoceses residentes na cidade de Swellendam incluía: todos os lojistas, exceto dois; os funcionários mais velhos das lojas; o magistrado; o médico; o agente do correio; os advogados; todos os professores, exceto alguns assistentes; o gerente do banco e seus escriturários; os policiais; os ministros anglicanos e wesleyanos e até o *predikant* da Igreja Reformada Holandesa. Os colonizadores britânicos continuavam dependentes, em última análise, do apoio econômico, militar e cultural do Reino Unido. Serviços regulares de navio a vapor os ligava à Inglaterra. Mais de 80% do comércio externo da colônia era realizado por navios britânicos para portos britânicos.

A comunidade africâner, totalizando cerca de 130 mil pessoas, ainda estava se adaptando ao impacto do domínio britânico. Uma pequena elite bem-educada e próspera movia-se à vontade em círculos ingleses, familiarizados com o casamento misto, considerando-se "os holandeses fiéis" ou "os africâneres da rainha". Alguns ocupavam cargos elevados na administração e no sistema judicial. A grande maioria era de fazendeiros, acostumados a

suportar duras condições. Eram conhecidos por sua hospitalidade, o gosto por café e conhaque e pelo incessante hábito masculino de mascar tabaco. Mas a maior parte tinha pouca ou nenhuma educação formal. Estimava-se que mais de dois terços não conseguia entender inglês, a língua oficial do governo, do comércio e das escolas públicas.

Diante do progresso do Cabo, o governo britânico autorizou, em 1853, uma nova constituição, dando à colônia uma forma limitada de autonomia – “governo representativo”, como foi chamado. O poder foi dividido entre um ramo executivo subordinado ao Reino Unido e um legislativo eleito localmente. O governo representativo foi visto como o principal passo no sentido de um “governo responsável”, que previa um gabinete executivo montado a partir do legislativo local. O mais importante da constituição de 1853 foi que a Inglaterra anteviu uma democracia não racial na Colônia do Cabo. A participação nas duas casas do parlamento era aberta a qualquer homem de qualquer raça que ocupasse um imóvel no valor de 25 libras esterlinas ou que ganhasse cinquenta libras esterlinas ao ano.

Mas, apesar da sensação de estabilidade da qual a Colônia do Cabo gozava, ela ainda era atormentada pela insegurança na fronteira oriental. Depois de onze anos de paz tênue, mantida por um sistema de tratados entre chefes xhosas e funcionários coloniais, a guerra eclodiu novamente, em 1846. Mais uma vez, as forças coloniais prevaleceram, destruindo casas, colheitas, reservas de grãos e apreendendo gado; e, mais uma vez, os xhosas perderam mais terra. Em 1847, depois de chamar chefes xhosas para uma reunião, o governador britânico, sir Harry Smith, leu uma proclamação em que anexava a terra entre os rios Keiskamma e Keil como uma colônia separada, chamada Kaffraria Britânica, e anunciou planos para instalar ali magistrados brancos como a principal autoridade governamental, diminuindo o papel dos chefes. O ressentimento com a decisão provocou mais uma guerra em 1850. Um comandante militar xhosa, Maqoma, liderou uma força de guerrilha baseada nas montanhas Amatola que fez frente ao exército colonial por meses a fio, infligindo uma derrota após a outra. O

governo colonial levou dois anos para recuperar o controle. Como resultado, grandes extensões da Kaffraria Britânica foram abertas à ocupação branca e entregues aos auxiliares africanos “fiéis” que tinham lutado do lado do governo.

Depois de oito guerras de fronteira, a resistência xhosa contra o domínio colonial branco estava quase nas últimas. Frequentemente divididos entre si, os xhosas haviam perdido muito de sua terra ancestral. Mas sua situação estava prestes a piorar. Um surto de uma doença de gado letal, a pleuropneumonia bovina, dizimou seus rebanhos. Já humilhados pela conquista branca e agora golpeados pela perda de grande parte de sua riqueza em gado, procuravam desesperadamente uma maneira de se livrar da calamidade. Em um clima de crescente histeria, caíram vítimas da profecia de uma jovem gcaleka de dezesseis anos chamada Nongqawuse, segundo a qual, se eles sacrificassem seus rebanhos restantes e destruíssem suas culturas, os espíritos ancestrais iriam ressuscitar dos mortos, empurrar os brancos para o mar e restaurar sua sorte. Quando o chefe gcaleka, Sarhili, decidiu que a profecia era autêntica e apelou a seu povo para cumpri-la, outros chefes xhosas acompanharam o exemplo. O que se seguiu foi a matança em massa de cerca de 400 mil bovinos e a destruição dos estoques de grãos. O frenesi atingiu um pico na lua nova de 18 de fevereiro de 1857, quando se supunha que a profecia seria cumprida.

O resultado foi uma fome devastadora na qual pelo menos 40 mil xhosas morreram; outros 33 mil fugiram para a Colônia do Cabo, na esperança de encontrar trabalho. A população xhosa da Kaffraria Britânica caiu de 105 mil para 27 mil pessoas. As autoridades coloniais forneceram ajuda de emergência, mas também aproveitaram a queda na população para disponibilizar mais terras para assentamento branco. Em 1866, a Kaffraria Britânica foi incorporada à Colônia do Cabo. Sua nova fronteira era o rio Keil.

OS LIMITES DA OUTRA colônia do Reino Unido, Natal, já estavam bem definidos. Ao norte, o rio Tugela fixava a fronteira com o reino zulu

de Mpande; ao sul, o rio Umzimkulu demarcava a fronteira com o reino mpondo de Faku. Mas, fora isso, a situação de Natal era muito mais precária do que a da Colônia do Cabo.

A pequena população branca era amplamente menor do que a população nguni. Em 1854, o número de brancos tinha subido para cerca de seis mil, impulsionado pela chegada de imigrantes da Inglaterra e da Escócia, entre 1849 e 1851, sob um regime de assentamento. Os ngunis eram estimados em 120 mil; porém milhares mais afluíram para a colônia em 1850, como resultado de uma guerra entre dois dos filhos de Mpande, Cetshwayo e Mbuyasi. Espalhados por uma vasta área, a população branca vivia em constante medo da possibilidade de uma revolta dos ngunis locais ou uma invasão da Zululândia, do outro lado do rio Tugela.

Estavam, no entanto, ávidos por terra. Quando uma comissão de terras do governo recomendou que cerca de 800 mil hectares fossem reservados como zonas protegidas para ocupação negra – “locações”, como eram chamadas, nas quais brancos não podiam possuir terra –, os colonos brancos protestaram que se tratava de uma área muito grande. O resultado final foi que 800 mil hectares receberam status de proteção, divididos em 42 “locações”. Mas o restante da área – aproximadamente 4 milhões de hectares – tornou-se propriedade privada de brancos individuais ou de empresas brancas, ou permaneceu no domínio público como “terras da Coroa”. Apenas cerca de metade da população nguni vivia nas “locações”; a outra metade vivia em terras da Coroa ou terras pertencentes a brancos, a quem pagavam aluguel.

Foi criado um sistema separado de governo para controlar as reservas africanas de Natal. Sob a supervisão de administradores brancos, chefes e líderes ngunis receberam a responsabilidade de fazer cumprir a lei e a ordem nas locações. Também foram usados sistemas jurídicos diferentes. Os chefes ngunis podiam aplicar o direito consuetudinário em disputas civis entre os africanos. Mas casos criminais e disputas envolvendo brancos continuavam a ser competência de magistrados brancos.

Os colonos brancos de Natal também estavam determinados a manter o controle sobre o poder político. Quando as autoridades britânicas anexaram Natal, em 1843, haviam assumido um firme compromisso de proibir a discriminação racial de qualquer tipo, prometendo: "Não haverá, diante da lei, qualquer distinção de cor, origem, raça ou credo; mas que a proteção da lei, por escrito e na substância, seja estendida de forma imparcial para todos igualmente." A ideia, no entanto, foi denunciada por uma comissão de colonos em um relatório de 1854 sobre "política nativa", no qual declaravam que, como "Natal é um assentamento branco", a proibição da discriminação racial era "totalmente inaplicável". Dois anos mais tarde, a pequena população branca de Natal foi autorizada a eleger a maioria dos membros para uma nova assembleia legislativa criada pelas autoridades britânicas. Eles então aprovaram leis que tornavam praticamente impossível para os africanos adquirir o direito ao voto. Em teoria, as qualificações para o voto não continham barreiras de cor. Na prática, apenas alguns poucos africanos conseguiram se tornar eleitores.

AS DUAS REPÚBLICAS do Highveld, o Estado Livre de Orange e o Transvaal, eram Estados quase que apenas no nome. Suas pequenas comunidades *trekkers* reivindicavam vastas áreas de terra para si, mas eram de longe superadas em número pela população negra nativa, que ocupava a maior parte da região. Os sistemas administrativos que eles montaram eram fracos e desorganizados. O dinheiro era escasso. Incapazes de aumentar os impostos, as repúblicas estavam perpetuamente sem fundos. Os funcionários públicos muitas vezes eram pagos em concessões de terras, em vez de dinheiro. Os meios de comunicação eram rudimentares. As estradas eram meras trilhas em meio à estepe. As entregas de correio tinham de ser confiadas a vendedores itinerantes ou corretores africanos. As duas capitais, Bloemfontein e Pretória, eram pouco mais que aldeias. Para agravar a situação, as duas repúblicas brancas eram frequentemente abaladas por disputas e desavenças.

A busca por mais terras continuava de forma implacável. No Estado Livre de Orange, fazendeiros brancos tomaram terras griquas perto de Philippolis e terras rolong nas proximidades de Thaba 'Nchu. O objetivo dos *trekkers* era conseguir o monopólio branco da propriedade da terra. Mas eles enfrentaram uma formidável oposição de Moshoeshoe, chefe soto.

Cercado por uma série de adversários, Moshoeshoe tinha se adaptado depressa aos métodos e ideias modernos para garantir a sobrevivência de seu reino. Tendo ouvido que os missionários europeus eram homens de paz com poderes mágicos, convidou, durante a década de 1830, um grupo de missionários protestantes franceses para estabelecer uma base em Thaba Bosiu e em outros locais no vale do Caledon, considerando-os aliados cuja presença iria ajudar a dissuadir ataques em seu território. Ele providenciou a importação de arados para uso em seus campos e plantou trigo, bem como sorgo e milho. Também foi rápido em perceber a importância da obtenção de cavalos e armas de fogo. Na década de 1840, Moshoeshoe tinha à sua disposição cerca de 10 mil cavaleiros armados.

Quando os britânicos decidiram abandonar a experiência de curta duração com a Soberania do rio Orange, em 1854, entregando o controle para os *burghers* do Estado Livre de Orange, eles partiram sem ter estabelecido um limite claro com o reino soto de Moshoeshoe, no vale do Caledon. A área de fronteira logo foi engolida em ataques e contra-ataques, com bôeres e sotos disputando entre si o direito à terra. Em 1858, eclodiu uma guerra aberta. Comandos bôeres invadiram a partir do norte e do sul, capturando gado e devastando aldeias e estações missionárias. Mas, ao avançarem contra a fortaleza de montanha de Moshoeshoe, em Thaba Bosiu, depararam-se com toda a força de seu exército e recuaram em desordem.

Em 1865, a guerra eclodiu novamente. Desta vez, o assalto bôer às aldeias e plantações sotos foi tão implacável que vários chefes sotos concordaram em estabelecer tratados que os despojavam de quase todas as suas terras aráveis. Os comandos bôeres não

conseguiram capturar Thaba Bosiu, mas, diante do desastre, Moshoeshoe apelou às autoridades britânicas por proteção, implorando que seu povo pudesse ser considerado “pulgas no cobertor da Rainha”. Em 1868, o governo britânico decidiu intervir, anexando o reino de Moshoe-shoe como uma colônia britânica separada chamada Basutolândia (atual Lesoto). Sem consultar os sotos, funcionários britânicos e bôeres começaram a estabelecer uma fronteira que deixava ao Estado Livre de Orange todas as terras ao norte do rio Caledon e uma grande área no triângulo entre o baixo rio Caledon e sua junção com o rio Orange. A Basutolândia era constituída sobretudo de montanhas, com apenas uma estreita faixa de terra arável na margem sul do rio Caledon.

Apesar dos ganhos de terra que tinham conseguido, a situação do Estado Livre de Orange, com uma população de 25 mil brancos, continuou precária. Doze anos depois de sua fundação, o jornal *De Tijd*, de Bloemfontein, comentou em uma edição de 1866: “Pessoas simples que se encontram em uma vasta terra, cercadas de inimigos, sem juízes, sem soldados, sem dinheiro, divididas pela ignorância e ridicularizadas por uma colônia adjacente a ela [o Cabo].”

AINDA MAIS PRECÁRIA era a situação da república do Transvaal. Ano após ano, grupos de emigrantes rivais continuavam em suas disputas. Só em 1860 eles conseguiram chegar a um acordo sobre uma constituição. Em sua forma final, tratava-se de um documento com 232 artigos, desconexo, incoerente e ambíguo em diversos trechos. Mas num ponto era absolutamente claro: “O povo não está preparado para permitir qualquer igualdade entre os habitantes não brancos e os brancos, seja na Igreja ou no Estado.”

A economia da república do Transvaal era muito fraca para sustentar qualquer boa administração. A população branca, de cerca de 20 mil pessoas, era quase que inteiramente dependente da agricultura de subsistência.

A maior parte dos *burghers* resistia a pagar impostos; eles também tendiam a ignorar as convocações para servirem nos comandos. O principal trunfo da república era a terra. Mas sua distribuição era caótica. Os brancos tinham o direito gratuito a ela, enquanto seu acesso era proibido aos negros. Tudo o que um cidadão branco tinha que fazer para adquirir um terreno era encontrar uma área que não fosse ocupada por proprietários brancos e registrá-la no *landdrost* local, descrevendo sua localidade por meio de marcos naturais, como uma árvore ou um formigueiro. Na disputa por território que se seguiu, alguns brancos conseguiram adquirir vastas propriedades. A especulação fundiária tornou-se corrente. Proprietários ausentes e empresas acabaram acumulando cerca de metade da terra disponível na república. A maior parte do terreno não era utilizada de maneira produtiva. Em vez de desenvolver a terra, os senhorios tendiam a alugá-la para a população negra residente em troca de gado, mão de obra ou dinheiro. O resultado geral foi a falta de terrenos para novos agricultores brancos. Em duas décadas, a república do Transvaal havia dissipado seu ativo mais valioso.

O outro único ativo imediatamente disponível era o marfim. Manadas de elefantes abundavam em muitas partes da república do Transvaal, atraindo não só os caçadores *trekboers*, mas um novo tipo de aventureiro, o inglês que caçava por esporte e usava o marfim para pagar por suas expedições e lucrar com elas. Um oficial do exército britânico, o capitão William Cornwallis Harris, foi o primeiro a embarcar nesse novo estilo de safári. Partindo, em 1836, de Graaff-Reinet, na fronteira do Cabo, só encontrou elefantes ao alcançar os montes Magaliesberg, a oitocentos quilômetros ao norte. Seguindo uma trilha ao longo do rio Sant (perto da atual Pretória), ele chegou a um vale rochoso em que “uma grande e magnífica vista” se abriu diante dele:

Toda a superfície da paisagem estava de fato coberta com elefantes selvagens. Não poderia haver menos de trezentos dentro do nosso alcance de visão. Todos os morros e outeiros verdes estavam pontilhados com grupos deles, e a parte inferior do vale exibia uma massa viva e densa ... uma imagem ao mesmo tempo comovente e sublime.

Harris não perdeu tempo em se lançar ao trabalho.

A demanda por marfim cresceu durante o século XIX. À medida que a Europa e os Estados Unidos entravam na revolução industrial e sua prosperidade aumentava, as classes médias emergentes adquiriram uma paixão por bens manufaturados de marfim. Entre os produtos mais populares estavam pentes, cabos de talheres e ornamentos de toda espécie – itens que, durante séculos, haviam sido apreciados pelas elites ricas. Mas dois novos produtos provocaram um aumento considerável no uso da matéria-prima: teclas de piano e bolas de bilhar. Entre 1770 e 1800, a Inglaterra, um dos principais consumidores de marfim, importava em média 66 toneladas por ano; durante a década de 1830, a quantidade subiu para 260 toneladas por ano. Entre os anos 1780 e 1830, o preço da matéria-prima aumentou dez vezes.

Os *trekboers* do Transvaal aproveitaram plenamente essa bonança. O abate de manadas de elefantes foi implacável. Em 1870, os elefantes estavam praticamente extintos no Transvaal.

Em vez de “marfim branco”, os *trekboers* voltaram-se para a negociação de “marfim preto” – crianças negras. Para satisfazer a demanda por mão de obra, comandos bôeres invadiam tribos africanas vizinhas e capturavam crianças do sexo masculino para uso como servos contratados, descrevendo-os como “aprendizes” – *inboekelings* –, a fim de evitar acusações de escravidão explícita. A prática foi sancionada pela Lei do Aprendiz, aprovada pelo órgão gestor do Transvaal, o Volksraad. Na década de 1860, os missionários consideravam os *inboekelings* a principal fonte de mão de obra no Transvaal oriental. Um missionário alemão em Makapanspoort informou que carroças cheias de crianças eram regularmente trazidas ao assentamento. Elas recebiam nomes novos e aprendiam holandês ou africâner. Deveriam ser liberadas ao completarem 25 anos, mas muitas permaneciam em serviço a vida toda.

Em sua busca incessante por mais terra, os bôeres do Transvaal encontraram forte resistência de várias potências regionais africanas.

No Highveld oriental, uma aliança pedi de chefaturas sotos do norte apresentou forte resistência nas montanhas Leolu, detendo o avanço branco. No Highveld setentrional, grupos vendas forçaram a evacuação de assentamentos brancos em Soutpansberg e em Waterberg. No Highveld ocidental, missionários brancos incentivaram chefaturas tsuanas rebeldes a resistir à invasão bôer e manterem-se firmes em sua independência, acrescentando mais uma dimensão aos conflitos endêmicos do Transvaal.

MUITO ANTES DE OS *trekboers* terem começado a migrar para o outro lado das corredeiras do rio Orange, missionários pioneiros já tinham aberto uma estrada para o norte. Em 1821, após estabelecer uma missão em Griquatown, a Sociedade Missionária de Londres enviou o jovem missionário escocês Robert Moffat para o norte, para montar uma missão entre os tlhaping, em Kuruman, na borda do deserto Kalahari. Os esforços de Moffat “em ensinar pobres pagãos a conhecer o Salvador” tiveram apenas sucesso limitado. Ele levou oito anos para conseguir sua primeira conversão; depois de vinte anos, havia conquistado apenas quarenta comungantes e uma congregação de cerca de 350 pessoas. Mas a pequena aldeia em Kuruman tornou-se não apenas um posto missionário, mas uma base para a exploração e um centro de aprendizagem. Moffat foi o primeiro a colocar a língua dos tsuanas, o setsuana, em forma escrita; em seguida, traduziu a Bíblia para o idioma e fez cópias com sua própria prensa. Horticultor por formação, ele plantou pomares e salgueiros, ensinou o uso do arado e iniciou projetos de irrigação.

Embora desdenhasse dos costumes e das tradições africanas, tais como a poligamia, Moffat fez amizade com importantes chefes tsuanas e abriu uma segunda missão mais ao norte, entre os kwenas, em Molepolole. O missionário aproximou-se também de Mzilikazi, em seu novo domínio na área de Magaliesberg, estabelecendo um vínculo de confiança que teve consequências duradouras. Depois que Mzilikazi mudou-se para o norte, em 1837, após enfrentar os comandos bôeres, e estabeleceu uma nova capital

do outro lado do Limpopo, Moffat visitou-o duas vezes, a primeira em 1854 e a segunda em 1857, para pedir permissão para montar uma missão. Embora o próprio Mzilikazi nunca tenha se convertido ao cristianismo, concedeu sua aprovação. A missão que o escocês fundou em Inyati, nas margens do rio Nkwinkwizi, foi o primeiro assentamento branco ao norte do Limpopo, conhecido posteriormente como Zambézia.

Entre os recrutas missionários que a Sociedade Missionária de Londres enviou para Kuruman estava o escocês David Livingstone. Ele chegou à missão em 1841, aos 28 anos, um médico recém-formado e ministro ordenado, servindo como aprendiz de Moffat. Mais tarde, enquanto convalescia de um ataque de leão, casou-se com a filha de seu mestre, Mary. Siso, obstinado e ambicioso, Livingstone logo aspirou montar sua própria missão e encontrou os bakgatlas, da aldeia de Mabotsa, dispostos a recebê-lo. O missionário não tinha ilusões sobre os motivos dos africanos, tendo escrito à Sociedade Missionária de Londres em outubro de 1843: "Eles querem a presença de homens brancos, não por qualquer desejo de conhecer o Evangelho, mas apenas para que, como expressaram alguns deles em uma conversa posterior, 'com nossa presença e orações, eles possam ter abundância de chuva, miçangas, armas etc. etc.'" Dois anos depois, não tendo convertido ninguém, Livingstone se mudou para um novo local, no Chouane, a 65 quilômetros ao norte de Mabotsa, orgulhando-se em cartas a amigos de ser o missionário mais remotamente situado no sul da África. Inquieto com a falta de sucesso ali, menos de dois anos depois, foi ainda mais ao norte, para a cidade kwena de Kolobeng. Passou apenas dois anos em Kolobeng antes de decidir acompanhar um caçador de elefantes branco e rico, William Oswell, em uma expedição mais para o interior.

Nos seis anos em que Livingstone permaneceu trabalhando com as tribos tsuanas no que viria a ser conhecido como Bechuanalândia, ele só conseguiu converter uma única pessoa: Sechele, o chefe kwena. Mas dificilmente isso poderia ser visto como um sucesso. Quando Sechele anunciou sua intenção de se tornar cristão e

abandonar tudo, mantendo apenas uma de suas esposas, a reação de seu próprio povo foi esmagadoramente hostil, como Livingstone registrou em seu diário:

Grande comoção na cidade. Todos pareceram perplexos. Completa interrupção do trabalho. Todas as mulheres ficaram em casa, embora, em dias normais, elas sejam vistas nos jardins em grandes números. Os homens pareciam abatidos e desanimados. Um grande encontro no *khotla* [local de reunião]. Muitos falaram ferozmente, tanto a ponto de surpreender o próprio chefe. Na manhã seguinte, ele resolveu reunir o povo todo para explicar sua conduta e anunciar que se quisessem matá-lo que o fizessem imediatamente.

Poucos meses depois, a importância de Sechele como cristão caducou.

Como outros missionários que trabalhavam em Bechuanalândia, Livingstone foi pego na conflagração de ataques bôeres provenientes do Transvaal. Ele ficou indignado com as evidências de que os bôeres do Transvaal estavam apreendendo centenas de crianças para servir como “aprendizes” e atizando antagonismos entre tribos rivais tsuanas, a fim de se beneficiar do caos que se seguia. Vários missionários, incluindo Livingstone, reagiram, fornecendo armas aos tsuanas. Em fevereiro de 1846, Livingstone escreveu a Robert Moffat, em Kuruman, dizendo que Sechele “está muito apaixonado por seus rifles”. Quando os bôeres do Transvaal acusaram publicamente Livingstone de tráfico de armas, ele negou. O ponto alto da contenda se deu em 1852, quando os bôeres do Transvaal atacaram os *kraals* de Sechele, mataram 36 membros da tribo, sequestraram duzentas mulheres e crianças, roubaram 3 mil cabeças de gado e destruíram a casa de Livingstone em Kolobeng, junto com seu equipamento médico e biblioteca. O objetivo do ataque era punir Sechele por se recusar a atender as demandas bôeres de impedir que comerciantes e caçadores britânicos passassem por Kolobeng em direção ao norte, contornando seu próprio território.

Livingstone estava ausente no momento. Mas, como resultado de suas experiências com os kwenas, ele desenvolveu uma aversão determinada aos bôeres. Em seus escritos, alimentou sentimentos

antibôeres, referindo-se a eles como "ladrões brancos" e reclamando de sua falsidade, ganância e avareza, aumentando assim o ódio mútuo entre missionários britânicos e bôeres. E recorria repetidamente à Inglaterra para evitar que os bôeres fechassem a "estrada dos missionários" para o coração da África.

Embora a carreira de Livingstone como missionário na África tenha sido em grande parte um fracasso, suas subseqüentes explorações do continente tiveram um impacto significativo no exterior. Em 1851, viajando mais uma vez com William Oswell, ele chegou ao alto Zambeze, perto da aldeia de Sesheke, e ficou obcecado com a ideia de que o rio poderia ser usado como uma autoestrada para trazer o comércio, o cristianismo e a civilização para a população ignorante. Entre 1852 e 1856, acompanhado por uma equipe de carregadores, Livingstone cobriu cerca de 4 mil quilômetros, sofrendo inúmeros ataques de febre, muitas vezes sem comida e à beira do colapso. Viajou primeiro do alto Zambeze ao porto português de Luanda, na costa atlântica; em seguida, retornou para o leste e seguiu o Zambeze até Quelimane, na costa do oceano Índico. Ao longo do caminho, passou pelas cataratas com mais de um quilômetro de largura que os habitantes locais chamam Mosioatunya ("a fumaça que troveja") e batizou-as de cataratas de Vitória, em homenagem à sua rainha. Visitando Londres depois de sua épica jornada, descreveu partes do interior do Zambeze, como o planalto Batoka, como ideais para a colonização; segundo ele, o planalto poderia ser alcançado por vapores navegando rio acima a partir da costa. A Inglaterra o recebeu como um herói.

Valendo-se da aclamação, Livingstone persuadiu o governo britânico a nomeá-lo líder de uma expedição oficial para verificar se o Zambeze era navegável. A empreitada no Zambeze durou seis anos, de 1858 a 1864, e foi marcada por um desastre após outro. Infestados de mosquitos transmissores da malária, o delta do rio e o baixo Zambeze eram um labirinto de bancos de areia inconstantes, lodaçais e águas rasas. Seu vapor, o *Ma-Robert*, encalhava com frequência e tinha que ser trazido à tona à mão. A equipe de Livingstone logo foi afligida por febre e brigas. Foram precisos seis

meses de dura labuta para alcançarem o posto avançado português de Tete, a 480 quilômetros no interior. Explorando mais rio acima, Livingstone deparou-se com o desfiladeiro Kebrabasa, um trecho intransitável de cataratas que se estende por 32 quilômetros e que ele não tinha visto em sua viagem anterior rio abaixo.

Em vez de admitir o fracasso, Livingstone voltou sua atenção para o rio Shire, um afluente do baixo Zambeze, a cerca de 150 quilômetros da costa. Um comerciante português em Tete, que tinha viajado pela área, disse a ele que o rio era alimentado por um grande lago ao norte do Zambeze conhecido como Niassa. Ao viajar rio Shire acima, Livingstone mais uma vez encontrou um trecho de corredeiras com cerca de cinquenta quilômetros. Ele, no entanto, decidiu que, apesar das corredeiras e da hostilidade evidente dos habitantes locais, as terras altas do Shire seriam um lugar ideal para ser colonizado pelos comerciantes, colonos e missionários europeus. Como resultado das recomendações de Livingstone, um grupo de missionários chegou ao Zambeze em 1861, com a intenção de montar uma missão.

A Universities' Mission to Central Africa [Missão das Universidades para a África Central] tinha sido formada por entusiastas missionários em resposta aos discursos que Livingstone tinha feito nas universidades de Oxford e de Cambridge, em 1857, apelando a homens jovens que se dedicassem a uma vida de serviço na África. Eles eram liderados por um bispo, Charles Mackenzie, um "forte cristão" que havia trabalhado como missionário em Natal. Seu entusiasmo inicial para a tarefa, no entanto, logo evaporou. A área nas proximidades de Magomero que Livingstone tinha escolhido como local para sua missão foi tragada por uma mistura caótica de guerras tribais, fome e ataques para apresamento de escravos. Apanhados no meio do conflito, o bispo reforçou os ataques a aldeias hostis dos iaios. "As pessoas", Livingstone observou em seu diário, "não vão aprovar homens que saem para convertê-las atirando nelas." A malária era um perigo constante. Em 1862, enquanto esperava por Livingstone junto aos pântanos do rio Shire, tendo perdido todos os suprimentos médicos, o bispo Mackenzie

sucumbiu a um ataque fatal de febre. A esposa de Livingstone, Mary, de saúde frágil, morreu em 1862, poucos meses depois de chegar. Percebendo que não iria conseguir nada prolongando a expedição de Livingstone ao Zambeze, o governo britânico a encerrou. A Missão das Universidades desfez-se logo depois. O *Times* de Londres comentou, cáustico: "O dr. Livingstone é, inquestionavelmente, um viajante de talentos, empreendimento e excelente constituição, mas agora está suficientemente claro que seu fanatismo e imaginação superaram seu julgamento."

NA ALTURA DE 1870, a África meridional ainda era considerada uma região problemática, com poucas perspectivas, não muito diferente dos últimos cinquenta anos. Então, em 1871, garimpeiros explorando uma área remota do cerrado da Griqualândia, bem diante das fronteiras do Cabo, descobriram os depósitos de diamantes mais ricos do mundo. Quinze anos depois, um escavador inglês itinerante deparou-se com um afloramento rochoso de um filão aurífero em um cume chamado pelos agricultores do Transvaal de Witwatersrand. Sob o filão estavam os mais ricos depósitos de ouro jamais descobertos no mundo.

PARTE VII

Rasgando o coração da África

26. Os tons de Zanzibar

A TRINTA QUILÔMETROS do continente, Zanzibar, no século XIX, tornou-se o maior centro comercial da costa leste da África, um lugar de encontro de traficantes de escravos, comerciantes de marfim e mercadores de especiarias, e uma base a partir da qual os exploradores europeus podiam se aventurar nos vastos territórios desconhecidos do interior africano. O ancoradouro ficava lotado de *dhow*s árabes e navios mercantes de velas quadradas, americanos de Salem, espanhóis de Cuba, escravistas franceses das ilhas Mascarenhas, indianos de Bombaim. De seu palácio na ilha, o sultão de Zanzibar, um árabe omani, reivindicava autoridade sobre as rotas de comércio para o distante interior, até os Grandes Lagos da África central. “Quando eles tocam gaita em Zanzibar”, dizia-se, “as pessoas dançam nas margens dos Grandes Lagos.” Ao longo do século XIX, a música que Zanzibar tocava era por marfim e escravos, em números sempre crescentes.

Depois de desafiar a presença enfraquecida dos portugueses, os árabes omanis baseados em Mascate tinham se tornado senhores da costa suaíli. Em 1698, após três anos de cerco, capturaram o forte Jesus, uma fortaleza enorme, com vista para o porto de Mombaça, que os portugueses tinham construído no século XVI. As tentativas dos portugueses de recuperar o controle no século XVIII falharam. Portugal ficou com a tênue posse das ilhas na costa de Moçambique e uma faixa de terra ao longo do baixo vale do Zambeze, a que se referia como Zambézia. No entanto, fora dos postos avançados de Sena e Tete, as autoridades portuguesas exerciam pouca autoridade na região. No vasto interior, famílias de colonos, conhecidos como “prazeros” – descendentes de caçadores e comerciantes portugueses e afro-portugueses –, agiam como senhores da guerra independentes, gerindo enormes fazendas com trabalho escravo e

mantendo exércitos de escravos para exigir tributo da população nativa. Apesar de terem mantido nomes e títulos portugueses e continuarem a professar o cristianismo, mal eram alfabetizados, falavam dialetos locais em vez de português, acreditavam em bruxaria, praticavam a poligamia e presidiam sobre seus domínios de maneira muito semelhante à dos chefes africanos. Quando as autoridades portuguesas tentaram conter seu poder, foram enfrentadas e derrotadas.

Na costa suaíli, o fim do envolvimento de Portugal na região permitiu que árabes omanis restabelecessem um sistema de comércio puramente muçulmano, ligando cidades costeiras no leste da África com as terras do mar Vermelho, o golfo Pérsico e o noroeste da Índia. O comércio principal, como sempre, era de escravos e marfim. De acordo com estimativas modernas, o volume de escravos enviados ao norte foi relativamente modesto. No século XVII, ele correspondeu a cerca de mil por ano, ou 100 mil ao todo. No século XVIII, os números chegaram a aproximadamente 4 mil por ano, com um total estimado de 400 mil. O principal destino das exportações de marfim era a Índia, onde o produto era comumente usado para fazer pulseiras matrimoniais, uma parte integrante das cerimônias de casamento indianas e muçulmanas. Quando um dos cônjuges morria, as pulseiras deveriam ser destruídas. Como a Índia já não produzia marfim suficiente para satisfazer suas próprias necessidades, precisava dos suprimentos africanos. Além disso, o marfim africano era mais suave e mais fácil de trabalhar do que o indiano. A elite da Índia preferia muito mais o africano para itens de luxo, pois o indiano era comparativamente frágil e tendia a perder a cor.

As oportunidades para comércio, no entanto, se limitavam essencialmente a uma estreita faixa litorânea. Além da costa, havia uma barreira de matagal espinhoso, árido e inóspito conhecido na língua suaíli como *nyika* ("deserto"), uma região escassamente povoada por pastores e caçadores que tentavam afastar os intrusos. Apenas uma ínfima parte da riqueza do interior africano alcançava os portos suaílis.

Então, no final do século XVIII, o padrão de comércio começou a mudar. Com a demanda francesa por mão de obra escrava para as plantações de açúcar na Ilha de França (Maurícia) e na ilha Bourbon (Reunião), no oceano Índico, os comerciantes negreiros franceses passaram a depender do abastecimento, em primeiro lugar, de Madagascar, a 1.300 quilômetros a leste, mas em seguida voltaram sua atenção para a costa leste da África. O posto comercial português na ilha de Moçambique tornou-se um ponto inicial de contato. Respondendo ao aumento da demanda na costa, os comerciantes iaios, na área do lago Niassa, expandiram sua rede de comércio regional para fornecer tanto escravos quanto marfim.

Os franceses também conseguiram uma posição na antiga cidade-Estado suaíli de Kilwa. Em 1776, um francês comerciante de escravos, Jean-Vincent Morice, convenceu o regente de Kilwa, o sultão Hasan, a assinar um tratado concordando em fornecer-lhe não só um abastecimento regular de escravos, mas um antigo palácio para usar como base para suas atividades comerciais. No tratado se lia:

Nós, rei de Kilwa, ... damos a nossa palavra a *monsieur* Morice ... que iremos fornecer-lhe mil escravos por ano por vinte piastras cada um e que ele vai dar ao rei um tributo de duas piastras por cabeça de escravo ... Este contrato é feito por cem anos entre ele e nós ...

Morice também fez duas viagens para Zanzibar, na década de 1770, retirando 1.625 escravos. Outros franceses comerciantes de escravos seguiram na sua esteira, criando uma concorrência intensa. Traficantes do Brasil também entraram na disputa.

O aumento da demanda por escravos e marfim incentivou os comerciantes africanos das terras altas de Unyamwezi (no centro da Tanzânia) a explorar novas rotas para a costa de Mriima, em frente a Zanzibar, uma viagem que levava três meses. Como os iaios, os nyamwezis tinham desenvolvido uma especialização em comércio de longa distância. Eram bem conhecidos na região como carregadores de marfim, mas logo se adaptaram para fornecer também escravos. Em 1811, um oficial da marinha britânica, Thomas Smee, informou

que a principal fonte de escravos e marfim em Zanzibar eram os nyamwezis. O imposto sobre escravos e marfim exportados de Zanzibar ia direto para os cofres do governo omani.

Além de se beneficiar do crescente tráfico de escravos e de marfim, Zanzibar começou a experimentar com a produção de cravo, que era originário das ilhas Molucas, na Indonésia. Durante séculos, não era possível encontrá-lo em nenhum outro lugar. Por volta de 1770, sementes de cravo foram transportadas para as ilhas Mascarenhas. De acordo com relatos de Zanzibar, ele foi introduzido ali por volta de 1812, por um proeminente comerciante omani com laços nas Mascarenhas. Na década de 1820, era colhido em várias plantações de propriedade omani em Zanzibar, com uso de trabalho escravo. A cultura era lucrativa, com rendimentos de até 1.000%. À medida que as plantações se expandiam, a demanda por escravos também aumentava, fornecendo mais um estímulo para o tráfico vindo do continente.

A prosperidade crescente de Zanzibar fez com que o governante de Omã, Said ibn Sultan Al-Said, se interessasse pessoalmente pelo local. Em 1828, acompanhado de uma flotilha de navios de guerra e *dhows*, fez sua primeira visita à ilha e deu início à sua transformação de um posto avançado menor do império a um polo comercial. Sendo ele próprio um empreendedor, assumiu liderança direta na promoção da indústria do cravo, adquirindo várias plantações para si e desenvolvendo dezenas de outras que usavam trabalho escravo. Em 1840, dois terços da produção de cravo vinham de suas propriedades. Comparada à costa árida do golfo Pérsico, a base em Zanzibar era tão atraente que, em 1840, Said decidiu abandonar Mascate e transferir seu governo para a ilha.

Os árabes omanis o seguiram em números cada vez maiores, assumindo controle sobre a produção de cravo e sobre o mercado mundial do produto. A "mania" por cravo, como foi chamada, espalhou-se para a vizinha ilha de Pemba. A população omani subiu de mil habitantes, em 1820, para 5 mil, na década de 1840. Os omanis tornaram-se, com efeito, uma aristocracia fundiária, encabeçada pela dinastia Al Said, de Said ibn Sultan. Os mercadores

indianos – *banians*, como eram chamados – também tiveram um papel de destaque no comércio. Os primeiros poucos aventureiros tinham chegado no início do século XIX; em 1850, eles já somavam 2.500. No continente adjacente, proprietários fundiários suaílis e árabes estabeleceram outras plantações, usando mão de obra escrava para produzir culturas de grãos e coco.

Cheio de ambição por seu novo Estado, Said ibn Sultan voltou sua atenção para a criação de um novo império comercial no interior do continente africano. Seu objetivo era ganhar o monopólio do comércio na África oriental – principalmente de escravos e marfim – e canalizá-lo a partir de seu entreposto em Zanzibar. Desde a década de 1810, os comerciantes de Zanzibar tinham começado a se mudar para o interior, em busca de oportunidades com as tribos locais, encontrando caravanas de Unyamwezi ao longo do caminho. Nos anos 1820, eles chegaram às margens do lago Tanganica, a 1.400 quilômetros da costa, e relataram a descoberta de terras de riquezas potencialmente fabulosas, em que o marfim era usado para fazer umbrais de portas e cercas de chiqueiro. O principal centro de comércio no interior era um assentamento de Zanzibar em Kazeh (atual Tabora), perto da capital nyamwezi de Unyanyembe. Os comerciantes ali viviam em conforto considerável. Suas casas (*tembes*) eram decoradas com tapetes persas e camas luxuosas. Eles mantinham extensos jardins com pomares e pastagens para o gado. Importavam alimentos refinados. E escravos e concubinas atendiam às suas necessidades.

De Kazeh, grupos de caça armados com carabinas e lanças pesadas se espalharam por Unyamwezi à procura de elefantes e escravos. Os nyamwezis participavam tanto como caçadores quanto como carregadores. As caravanas de marfim enviadas para a costa consistiam de centenas de carregadores, às vezes milhares. A maioria era contratada para a viagem de ida e volta, para trazer mercadoria do litoral; alguns eram escravos para serem vendidos. Em 1848, os nyamwezis enviaram para o litoral uma caravana com presentes para Said ibn Sultan composta por 2 mil membros.

A partir de Kazeh, as rotas de caravanas se ramificavam para o interior em todas as direções: a noroeste, contornando o lago Vitória, até os reinos de Karagwe e Buganda; a sudoeste, em torno do extremo sul do lago Tanganica, até Katanga; e a oeste, em direção a um próspero assentamento de Zanzibar, em Ujiji, um porto na costa oriental do lago Tanganica de onde os comerciantes cruzavam para o país dos elefantes, Manyema, na borda da bacia do Congo.

FOI PELA "ESTRADA DO MARFIM" que dois exploradores ingleses, o capitão Richard Burton e o capitão John Speke, partiram, em 1857, em uma jornada de Zanzibar ao coração da África. Contratados pela Real Sociedade Geográfica, sua missão era "penetrar no interior" até um "lago desconhecido", em seguida "prosseguir para o norte, em direção à cadeia de montanhas [Montanhas da Lua] marcadas em nossos mapas como contendo a provável fonte do 'Bahr el Abiad' [Nilo Branco], que será seu próximo grande objetivo descobrir".

O interesse europeu em encontrar a fonte do Nilo Branco tinha sido estimulado por viagens ao interior realizadas por dois missionários alemães, Ludwig Krapf e Johann Rebmann. Recrutados pela Sociedade Missionária da Igreja Anglicana, Krapf tinha chegado a Zanzibar em 1844 e convenceu Said ibn Sultan a permitir que abrisse uma missão em Mombaça. Ele previa que seu mandato iria levá-lo muito longe do litoral. "Era nosso dever não limitar nossos trabalhos missionários às tribos da costa", escreveu, "mas manter em mente também a escuridão espiritual das tribos e nações do interior da África."

Em uma viagem em 1848, Johann Rebmann avistou neve no pico de um monte que os habitantes locais chamavam de Kilimanjaro, a 280 quilômetros da costa. No ano seguinte, Krapf teve uma visão distante de outra montanha coberta de neve chamada Quênia, a 480 quilômetros para o interior; também ouviu lendas sobre "um poderoso mar interior", que exigia mais de cem dias para atravessar.

Seus relatos eram semelhantes à alegação feita pelo comerciante grego Diógenes, no século I, de que, depois de viajar por 25 dias em direção ao interior a partir da costa, teria chegado “perto de dois grandes lagos e à cadeia nevada de montanhas de onde o Nilo tira suas fontes gêmeas”. A cadeia foi posteriormente chamada pelo geógrafo de Alexandria Cláudio Ptolomeu de “as Montanhas da Lua”.

Muitos dos “geógrafos de sofá” de Londres descartaram a ideia de que poderiam existir montanhas cobertas de neve tão perto da linha do equador. Mas um novo impulso para explorar o continente africano surgiu em 1855, quando James Erhardt, um dos colegas missionários de Krapf, elaborou um mapa com base no depoimento de comerciantes árabes e suaílis mostrando o esboço de um lago gigante na forma de uma lesma, na África central. O mapa foi enviado para a Sociedade Missionária da Igreja Anglicana e, em seguida, encaminhado para a Real Sociedade Geográfica.

Levando a bandeira vermelho-sangue lisa de uma expedição de Zanzibar, a intensamente carregada caravana reunida por Burton e Speke cobriu os 950 quilômetros até Kazehe em 134 dias. A bagagem incluía não só comida e instrumentos científicos, mas uma série de outros produtos, como tecido, miçangas e arame de latão, necessários para atender às demandas de *hongo*, o pedágio exigido pelos chefes por onde as caravanas passavam. Burton começou a viagem montado em uma das trinta mulas da expedição, mas a maioria logo sucumbiu à mosca tsé-tsé; nenhuma chegou a Ujiji.

Era uma rota popular. Ao longo do caminho, eles encontraram outras caravanas fazendo viagens semelhantes, arrastando-se pelas planícies, como Burton observou, “como uma gigantesca serpente terrestre”. Cada uma delas era conduzida por um guia, um *kirongozi*, trajando vestes em um tom vivo de vermelho e turbante de pele preta e branca de macaco colobus. Atrás do *kirongozi* vinham os carregadores de marfim, “os ombros muitas vezes esfolados pelo peso”. Eram necessários dois homens para levar as presas mais pesadas, que iam amarradas a um poste, com chocalhos nas pontas soando à medida que a caravana seguia em frente. Em seguida, vinham os carregadores de tecido. “Atrás dos tecidos, vem se

arrastando uma longa fila de carregadores e escravos com o material mais leve, dentes de rinoceronte, couro, tabaco, arame de latão ... Em grupos separados marcham os escravos armados ... as mulheres e as crianças pequenas, que raramente deixam de trazer alguma coisa, mesmo que seja apenas algo de meio quilo.”

Burton e Speke tiveram uma recepção calorosa em Kazehe e foram acomodados em um alojamento confortável em sua própria *tembe*. Ambos haviam sofrido severos ataques de malária ao longo do caminho. A saúde de Burton continuava a piorar, e, nos onze meses seguintes, ele teve que ser carregado em uma maca. Durante a estada de um mês em Kazehe, os ingleses aprenderam com os anfitriões árabes que, em vez de um lago enorme na África central, havia três. O Niassa, ao sul; o Ujiji, a oeste; e, ao norte, um lago que os árabes chamavam de “mar de Ukerewe”, mas que era conhecido localmente como Nyanza, um nome que, como Niassa, significava “grande extensão de água”. Speke era a favor de investigar o lago Ukerewe. Ele tinha ouvido falar que havia uma cadeia de montanhas a oeste do lago, o que fazia dele um candidato provável para a fonte do Nilo Branco. Mas Burton insistiu em seguir para o oeste, para Ujiji.

A viagem levou sessenta dias. Burton estava tão doente que passou a maior parte da estada em Ujiji prostrado, perdendo pouco a pouco o interesse no empreendimento. Speke também sofreu de um problema ocular e surdez parcial. Depois de várias incursões no lago, eles voltaram para Kazehe em junho de 1858, incapazes de oferecer qualquer evidência de uma ligação com o Nilo.

Enquanto Burton decidiu permanecer em Kazehe, trabalhando em um relato de suas viagens, Speke montou sua própria caravana para uma expedição ao “mar de Ukerewe”. Em 30 de julho, depois de uma viagem de cerca de quatro semanas, ele teve o primeiro vislumbre de um riacho perto de Mwanza, no extremo sul do Nyanza. Pela temperatura em que a água fervia, Speke estimou que o lago deveria estar a cerca de 1.200 metros acima do nível do mar, o dobro da altura que havia calculado para o lago Tanganica.

Convencido de que tinha encontrado "a fonte do Nilo", voltou a Kaze. Burton, no entanto, manteve-se cético.

Quando Speke chegou a Londres, em maio de 1859, a Real Sociedade Geográfica ficou tão impressionada com a façanha de alcançar o Nyanza que ele recebeu uma comissão própria para fazer uma investigação mais aprofundada do lago e determinar se era, de fato, a fonte do Nilo Branco. Antes de partir para Zanzibar, em abril de 1860, Speke escreveu à rainha Vitória, sugerindo que iria batizar o lago de Vitória Nyanza. Acompanhado por um colega oficial do exército, o capitão James Grant, Speke seguiu a "estrada do marfim" até Kaze, chegando ao assentamento em janeiro de 1861. Ele planejava contornar a margem oeste do lago, na esperança de encontrar a saída do Nilo em sua costa norte. Mas seu progresso foi prejudicado por chefes ambiciosos, surtos de guerra, deserção de carregadores e ataques graves de febre. Foram necessários oito meses para cobrirem os 480 quilômetros até o reino de Karagwe. Lá, Grant desabou, acometido por abscessos na perna direita que o incapacitaram de ficar de pé por cinco meses. Speke seguiu sem ele, passando por uma paisagem de colinas de gramas verdejantes até alcançar Mengo, a capital de Buganda, em fevereiro de 1862.

Estava a apenas oito quilômetros de seu objetivo, mas não teve permissão do governante de Buganda, Mutesa I, para deixar Mengo até julho. Acompanhado por uma escolta baganda, em 21 de julho alcançou as margens do Nilo, em Urondogani, e, em seguida, viajou rio acima por alguns quilômetros em direção ao Nyanza, até uma cachoeira de não mais de quatro metros de altura que marca o início do trajeto de 6.600 quilômetros do Nilo Branco até a costa do Mediterrâneo. Os habitantes locais chamavam o lugar de "As Pedras", mas Speke nomeou-o cachoeiras Ripon, em homenagem a um ex-presidente da Real Sociedade Geográfica.

Speke ficou por ali por três dias antes de descer o rio até Bunyoro, para se reunir com James Grant. Viajando para o norte, em janeiro de 1863 eles chegaram a Gondokoro, um entreposto comercial no sul do Sudão, e, em março, a Cartum. Em uma

mensagem enviada do consulado britânico em Cartum, Speke informou à Real Sociedade Geográfica: "O Nilo está resolvido."

Apesar da aclamação pública que Speke e Grant receberam em seu retorno a Londres, vários geógrafos de sofá contestaram o anúncio de que tinham provado que o Nyanza era a verdadeira nascente do Nilo. Os críticos apontavam que eles não tinham conseguido fazer uma circum-navegação do lago e que, portanto, não poderiam ter certeza se havia um único lago ou mais de um. Além disso, argumentou-se que na viagem de Nyanza a Gondokoro eles haviam seguido o curso do Nilo apenas em parte do caminho, deixando trechos sem percorrer para encurtar a rota e, assim, não tinham como garantir que aquele era o rio principal, e não um afluente. Speke protestou contra "geógrafos de chinelo de pano que ficam bebericando porto e criticando os que trabalham no campo". Mas, para seu espanto, Burton se juntou à disputa, visando desacreditar o feito de Speke e insistindo que o lago Tanganica oferecia uma alternativa mais plausível. Era possível, argumentou Burton, que um rio no extremo norte do lago Tanganica, o Rusizi, corresse em direção ao norte, fornecendo uma ligação com o Nilo; até então ele tinha concordado que o Rusizi corria em direção ao sul, para dentro do lago. No meio da polêmica, Speke faleceu, em 1864, em um inusitado acidente de tiro na Inglaterra, ao usar o cabo de uma espingarda de cano duplo como apoio para escalar um muro baixo de pedra.

Na esperança de resolver o enigma da nascente do Nilo de uma vez por todas, o presidente da Real Sociedade Geográfica pediu a David Livingstone para retornar à África.

ENQUANTO ISSO, O IMPÉRIO comercial de Zanzibar no interior foi se envolvendo cada vez mais em episódios de guerra e banditismo, à medida que senhores da guerra rivais e grupos de comerciantes competiam pelo controle do tráfico de marfim e de escravos. Alguns chefes vendiam os próprios membros de seu grupo à escravidão; outros invadiam territórios vizinhos. Ao longo de uma vasta extensão

da África oriental, a vida normal agrícola e de aldeia foi fortemente perturbada. A violência era agravada por incursões de bandos de guerreiros ngonis da África meridional que percorriam a região do lago Niassa e atacavam tão ao norte quanto o Nyanza. Alguns serviam como mercenários para chefes locais e comerciantes que queriam aumentar sua força de combate.

Quando um jovem chefe nyamwezi, Msabila, tentou impor um imposto sobre as caravanas árabes, acabou se envolvendo em uma longa guerra com comerciantes árabes de Kazehe no próprio território. Outro chefe nyamwezi, Mytela Kasanda, tentou desafiar o monopólio árabe sobre o comércio a partir de uma base poderosa que construiu em Urambo, em Unyamwezi ocidental. Adotando o nome de guerra Mirambo, que significa "Cadáveres", ele reuniu um exército de seguidores que incluíam grupos temíveis conhecidos como *ruga-ruga*. Entre as fileiras *ruga-ruga* de Mirambo havia recrutas ngonis, prisioneiros de guerra, escravos fugidos, desertores, fugitivos e outros jovens desenraizados. A tática era provocar terror. Eles às vezes envolviam tiras de pano vermelho brilhante nos ombros e gritavam para os adversários: "Este é o seu sangue!" Seus ornamentos incluíam gorros feitos de couro cabeludo humano, cintos de entranhas e colares de dentes.

Embora o comércio com a costa fosse interrompido periodicamente, às vezes por vários meses, o fornecimento de escravos e marfim continuou estável. Durante a década de 1860, foram enviados cerca de 20 mil escravos por ano para Zanzibar. Uma grande parcela era capturada por comerciantes iaos na região do lago Nyanza e enviados para Zanzibar pelo porto costeiro de Kilwa Kivinje. Em média, cerca de 12 mil escravos permaneciam na ilha para trabalhar nas plantações; 6 mil eram enviados para plantações em Mombaça e Lamu; e os demais, para a Arábia e o golfo Pérsico. O volume de marfim enviado para Zanzibar chegava a cerca de 250 toneladas por ano.

A Inglaterra, potência dominante no oceano Índico desde o fim das guerras napoleônicas, fez várias tentativas de coibir o tráfico de escravos. Em 1845, obrigou Said ibn Sultan a assinar um tratado

proibindo a exportação de escravos de seu domínio no leste da África, mas não fez esforços significativos para evitar que os *dhow*s de escravos alcançassem a Arábia. Apesar do papel fundamental de Zanzibar no comércio de escravos, as autoridades britânicas consideravam a ilha um entreposto promissor, uma base a partir da qual a civilização pudesse se propagar para o interior africano por meio de comércio legítimo. “Ela tem boa possibilidade de se tornar o principal empório de comércio na costa leste”, escreveu Christopher Rigby, o cônsul britânico, em 1859. “Sua população possui elementos valiosos para o comércio na pessoa de ricos e numerosos colonos da Índia e de empreendedores árabes e suaílis que viajam pela África central.”

NA ÚLTIMA VIAGEM que faria, Livingstone chegou a Zanzibar em janeiro de 1866. Sua missão, tal como a via, não era apenas resolver o mistério das fontes do Nilo, mas expor a verdadeira escala da escravidão no interior – “esta ferida aberta do mundo”, como a descreveu. Ele queria elogios não apenas como um explorador, mas como um cruzado que ajudou a pôr fim ao flagelo da escravidão. “As fontes do Nilo”, disse a um amigo, “são valiosas apenas como um meio para me permitir abrir a minha boca com poder entre os homens. É esse poder que espero aplicar para remediar um mal enorme. Os homens podem pensar que cobiço fama, mas tenho por norma não ler coisa alguma escrita em meu louvor.”

Livingstone também tinha desenvolvido uma teoria de que a verdadeira fonte do Nilo deveria ser encontrada ao sul do lago Tanganica. Em vez de tomar o caminho óbvio para Ujiji, pela estrada do marfim, resolveu descer a costa, desembarcando na baía Mikindani e se dirigindo para o interior ao longo do rio Rovuma, uma região assolada por traficantes de escravos. Seu objetivo era viajar para o oeste do lago Niassa e localizar um lago chamado Bangweulu, que, acreditava, se comprovaria a verdadeira nascente do Nilo.

Livingstone passou oito anos vagando pelo interior, buscando a fonte de um rio onde ela não estava. O lago Bangweulu ligava-se não ao Nilo, mas ao Lualaba, um afluente do alto Congo. Durante suas viagens, ele protestou contra as depredações causadas pelo comércio de escravos, mas viveu a maior parte do tempo na companhia de comerciantes árabes que lucravam com ele, dependendo deles para comida, abrigo, remédios e cuidados, quando doente. Em 1869, depois de se recuperar em Ujiji de um grave surto de pneumonia, decidiu acompanhar um comerciante árabe que estava liderando uma expedição de marfim para Manyema, uma área a oeste do lago Tanganica, na esperança de chegar ao rio Lualaba, convencido de que ele corria para o norte, em direção ao Nilo. Livingstone esperava que a viagem durasse não mais do que alguns meses. Mas ele não retornou por dois anos.

Manyema estava no meio de um *boom* de marfim. A área estava repleta de comerciantes árabes e suaílis, saqueando à vontade. Eles empregavam bandos armados não só para caçar elefantes, mas para roubar o marfim da população local. A qualquer sinal de resistência, os moradores eram assassinados, suas casas saqueadas e queimadas.

Continuamente atrasado por problemas de saúde, Livingstone só conseguiu alcançar o Lualaba em março de 1871, em uma cidade chamada Nyangwe. Em uma de suas visitas regulares ao mercado de Nyangwe, em julho, ele testemunhou um massacre de moradores africanos destinado a aterrorizar a população local e causar sua submissão. Horrorizado com o que tinha visto, abandonou os planos para seguir a oeste e voltou para Ujiji, doente, exausto e sem fundos.

Dois dias depois de sua chegada, foi informado de relatos de que um homem branco tinha deixado Kازه e estava se dirigindo para Ujiji.

Henry Morton Stanley era um jornalista galês aventureiro de trinta anos que, fingindo ser americano, foi comissionado pelo *New York Herald* para montar uma expedição para o interior da África para

encontrar Livingstone. Após chegar ao continente a partir de Zanzibar, em março de 1871, Stanley cavalgou para o interior em um garanhão puro-sangue à frente de uma coluna que incluía carregadores, guardas armados, cozinheiros, um guia, um intérprete, dois marinheiros britânicos e um cão chamado Omar. Seu cavalo e muitos de seus burros logo caíram vítimas da mosca tsé-tsé, e um dos marinheiros morreu. O próprio Stanley sofreu com repetidas crises de febre. Mas, apesar dos contratemplos, chegou a Kazehe depois de apenas 84 dias. Seu caminho até Ujiji foi então bloqueado por uma guerra que eclodiu entre comerciantes árabes-suaílis de Kazehe e o chefe nyamwezi Mirambo, com seus mercenários *ruga-ruga*. Stanley só pôde retomar sua busca em setembro. Ele chegou a Ujiji em 10 de novembro, duas semanas depois de Livingstone ter voltado para lá. Segundo a versão de Stanley de seu encontro, cumprimentou-o com as palavras: "Dr. Livingstone, presumo."

Livingstone rejuvenesceu com a chegada de Stanley. "Você me trouxe vida nova", disse a ele. Embora estivesse se recuperando de úlceras tropicais e disenteria, dias depois convidou Stanley para se juntar a ele em uma viagem de retorno ao Lualaba. Stanley propôs, em vez disso, uma viagem mais curta para o extremo norte do lago Tanganica, para saber se o rio Rusizi corria em direção ao norte, para fora do lago, ou para o sul, para dentro dele. Apenas seis dias depois de Stanley ter chegado a Ujiji, eles partiram de canoa para o Rusizi e, depois de uma viagem de duas semanas, estabeleceram que o rio corria para dentro do lago.

Stanley tentou persuadir Livingstone a voltar com ele para a Europa, mas Livingstone estava determinado a continuar sua busca. Eles concordaram em viajar juntos para Kazehe, para que Livingstone pudesse buscar suprimentos enviados da costa, e os dois se separaram em março de 1872.

Livingstone morreu treze meses mais tarde, em 30 de abril de 1873, nas regiões pantanosas do sul do lago Bangweulu, desgastado pela doença em sua busca desesperada pelas fontes do Nilo, alheio ao fato de que, por causa dos artigos de Stanley, tinha alcançado

fama mundial e que seus próprios esforços tinham ajudado a acelerar o fim do tráfico de escravos na África oriental. Ao se despedir de Stanley, Livingstone entregara seus diários e correspondências ao jornalista, incluindo a narrativa do massacre em Nyangwe. Stanley levou o material para a Inglaterra, chegando a Londres em agosto de 1872, bem quando o governo britânico estava pensando em qual medida tomar sobre o comércio de escravos. A evidência de Livingstone e o clamor público que se seguiu tiveram um impacto direto sobre elas. Em setembro de 1872, o governo britânico decidiu impor a abolição da venda de todos os escravos nos domínios de Zanzibar, tanto para uso doméstico quanto para exportação. Depois de meses de procrastinação, diante da ameaça de um bloqueio naval o sultão Barghash assinou um tratado em 5 de junho de 1873, concordando em encerrar todos os mercados de escravos e proibir o tráfico negreiro marítimo. O mercado de Zanzibar foi fechado no mesmo dia.

De acordo com o cônsul britânico em Zanzibar, John Kirk, a proibição do comércio de escravos era "o passo mais impopular" que um sultão já tinha dado. "Todo o seu povo até o último homem [estava] contra ele", escreveu Kirk, pois não havia "nem uma casa que não [fosse] mais ou menos afetada." Como resultado, a autoridade de Barghash foi em grande parte destruída. A Marinha Real teve que ser usada para sufocar rebeliões de negreiros em Mombaça e em Kilwa, em 1875 e 1876, e para forçar o exemplo de Barghash em outros portos recalcitrantes. Oficiais britânicos foram encarregados de recrutar e treinar um pequeno exército. Na prática, na tentativa de reprimir o tráfico de escravos, os britânicos haviam sido impelidos a criar um "novo Sultanato".

O comércio de escravos da costa leste havia durado mais de um milênio. Até o século XIX, mantivera-se em um nível relativamente baixo: estimativas modernas sugerem que, por um período de mil anos, 1,3 milhão de escravos tenham sido enviados ao todo a partir da costa leste. O aumento que ocorreu no século XIX foi dramático. O tráfico "norte", com a Arábia, a Pérsia e a Índia, equivalia a 347 mil escravos; o tráfico "sul", do sudeste da África para as Américas

pelo Atlântico, foi responsável por 440 mil; as ilhas Mascarenhas ficaram com 95 mil; a maior parcela, no entanto – 769 mil –, foi para plantações de Zanzibar, Pemba e locais no continente. Ou seja, as cifras do século XIX, 1,6 milhão, ultrapassavam sozinhas todo o tráfico dos mil anos anteriores.

Embora a proibição do sultão cerceasse grande parte do comércio, não acabava com ele. O trabalho nas fazendas ainda era realizado por escravos. E os números trazidos do interior para a costa continuaram estáveis. Na verdade, como uma consequência da proibição, o valor dos escravos aumentou.

27. Desbravando o Congo

COM FUNDOS OFERECIDOS pelos jornais *Daily Telegraph* e *New York Herald*, Henry Stanley voltou para Zanzibar em setembro de 1874, embarcando em uma jornada épica que teria um impacto duradouro sobre o destino da África. O jornalista planejava primeiro circum-navegar o Vitória Nyanza em um barco portátil, para saber se era um lago único e a principal fonte do rio que fluía nas cataratas Ripon. Em seguida, pretendia velejar ao redor do lago Tanganica, para encontrar sua saída. Por fim, iria viajar para o norte, até o rio Lualaba, que Livingstone tinha alcançado em 1871, para determinar se era vinculado ao Nilo, como Livingstone tinha insistido, ou se corria para o Atlântico.

Dirigindo-se para o interior a partir da cidade costeira de Bagamoyo, em novembro de 1874, a expedição de Stanley incluía três assistentes europeus e um contingente africano composto por cerca de duzentos carregadores, guardas, guias e empregados, dezesseis esposas e amantes dos membros da caravana e dez crianças. Entre a bagagem que levavam, havia seções desmontadas de um barco de 7,5 metros que Stanley chamou de *Lady Alice*, em homenagem a uma herdeira americana de dezessete anos de idade por quem havia se apaixonado.

Stanley chegou ao Vitória Nyanza em fevereiro de 1875 e completou a circum-navegação do lago em maio. Ao longo do caminho, teve uma recepção cordial de Mutesa, governante de Buganda. No trajeto para o lago Tanganica, encontrou o senhor da guerra nyamwezi, Mirambo, com um exército de 15 mil seguidores. Stanley estava bem ciente da reputação sanguinária de Mirambo e observou que "crânios forravam a estrada até sua porta". Mas, depois do primeiro aperto de mão, Stanley sentiu-se "bastante cativado" por este "completo *gentleman* africano". Em seu diário,

descreveu o comportamento de Mirambo como “suave, de fala mansa e dócil”, indicando “nada do gênio que Napoleão, por cinco anos, exibiu no coração da África”. Em uma cerimônia na barraca de Mirambo, os dois homens se tornaram irmãos de sangue, misturando o sangue de cortes feitos em suas pernas.

Em maio de 1876, Stanley chegou a Ujiji e partiu em uma circum-navegação do lago Tanganica. Ele estabeleceu que a única saída do lago era o rio Lukuga, que fluía para o oeste, em direção ao Lualaba. Também observou que o vale Lukuga era usado como rota de escravos por grupos de bandidos *ruga-ruga* que atacavam a população local. Enquanto explorava a área, Stanley deparou-se com uma caravana de 1.200 homens, mulheres e crianças capturados em Manyema, sendo levados para Ujiji. Muitas das crianças estavam perto da morte. Depois de completar a circum-navegação do lago em 51 dias, Stanley voltou a Ujiji e preparou a viagem para Manyema e o Lualaba.

Desde as viagens de Livingstone pela região, em 1871, Manyema havia se tornado o feudo de um poderoso traficante de Zanzibar, Hamed bin Muhammed el Murjebi, mais conhecido como Tippu Tip, um apelido derivado ou de seu hábito de piscar nervosamente as pálpebras ou, como ele próprio preferia, do som de arma de fogo. Nascido em Zanzibar, em 1837, de pai suaíli e mãe omani, em tese Tippu Tip devia obediência ao sultão, mas na realidade agia como um governante independente com controle sobre grande parte da região do alto Congo.

Tanto seu avô quanto seu pai haviam tomado parte no comércio de caravanas no lago Tanganica, e as próprias primeiras viagens de Tippu Tip foram em caravanas nyamwezis, contornando o extremo sul do lago Tanganica até Katanga. Ele também fora ativo, em sua juventude, em incursões predadoras de escravos, como lembrou em suas memórias: “Entrei em todas as partes do território zaramu e, no espaço de cinco dias, tinha apreendido oitocentos homens. Eles me chamaram Kingugwa Chui [o leopardo], porque o leopardo ataca de forma indiscriminada, aqui e ali. Coloquei no jugo todo o lote e voltei com eles para Mkamba.”

Em suas viagens, Tippu Tip hospedara vários exploradores europeus. Em 1867, quando David Livingstone estava abandonado ao sul do lago Tanganica (no norte da Zâmbia), fraco, com febre e faminto, Tippu Tip lhe forneceu provisões, deu a ele uma carta de apresentação para um rei africano vizinho e ofereceu guias para acompanhá-lo no caminho. Ele ajudou John Speke em sua segunda expedição para descobrir a fonte do Nilo, na década de 1860. Em 1874, foi receptivo também com o tenente Lovett Cameron, um oficial da marinha britânica que se tornou o primeiro europeu a atravessar a África da costa leste à costa oeste, terminando em Angola, dois anos depois.

Stanley o conheceu em outubro de 1876, em sua base em Kasongo, nas margens do Lualaba. “Era um homem alto, de barba preta e compleição negroide, no auge da vida, direto e rápido em seus movimentos, uma imagem de energia e força. Tinha um belo rosto inteligente, com um espasmo nervoso dos olhos.” A avó paterna tinha sido a filha de um chefe nyamwezi. “Suas roupas eram de um branco imaculado, o fez era novíssimo ... seu punhal era esplêndido, com filigrana de prata, e o conjunto era o de um cavalheiro árabe em situação muito confortável.”

A viagem que Stanley pretendia fazer até o Lualaba apresentava perigos muito maiores do que tinha até então enfrentado: ela iria levá-lo para as profundezas da floresta tropical, território completamente desconhecido, onde dizia-se que viviam membros de tribos canibais. Stanley temia que seus carregadores o abandonassem. Nem mesmo Tippu Tip havia se aventurado na região, nem via qualquer razão para fazê-lo. Como disse a Stanley:

Se vocês, *wazungu* [homens brancos], estão desejosos de jogar sua vida fora, não é razão para que nós árabes também o façamos. Nós viajamos pequenos trechos, para obter marfim e escravos, e são anos fazendo isso – faz agora nove anos desde que deixei Zanzibar –, mas vocês, homens brancos, só olham para os rios e lagos e montanhas, e passam as vidas sem razão e sem propósito. Olhe para aquele velho que morreu em Bisa [David Livingstone]! O que ele buscava, ano após ano, até que ficou tão velho que não podia viajar? Não tinha dinheiro, pois nunca nos deu nada; não comprou marfim ou escravos; no entanto, viajou mais longe do que qualquer um de nós, e para quê?

Ainda assim, Tippu Tip reconhecia que a viagem seria uma oportunidade de expandir seu império de escravos e marfim. Dizia-se que a floresta abrigava grandes manadas de elefantes e que ninguém dos que lá viviam sabia o quanto as presas valiam. Ele também ficou impressionado quando Stanley demonstrou seu armamento avançado – um rifle de repetição capaz de disparar quinze vezes seguidas. E quando Stanley ofereceu para pagar a quantia de 5 mil táleres Maria Teresa,⁹ ele logo concordou em acompanhá-lo com um grupo armado, embora por não mais do que sessenta dias.

Mesmo com o apoio dos homens de Tippu Tip, os riscos eram sérios. Mas Stanley estava resolvido: “Posso morrer, mas não vou voltar ... A metade desconhecida da África encontra-se diante de mim. Em três ou quatro dias vamos começar a grande luta contra esse mistério.”

Assim, em novembro de 1876, eles partiram, entrando na “temida floresta preta e fria”, como descreveu Stanley, “despedindo-se do brilho e da luz do sol”. O grupo de Stanley era composto por 146 homens, mulheres e crianças; 48 deles portando armas de algum tipo. Tippu Tip forneceu uma escolta de 210 homens armados com pistolas e lanças e um grupo de seguidores do acampamento. Dia após dia, eles perseveraram, movendo-se pelo crepúsculo, abrindo caminho pela selva ribeirinha, lutando contra membros de tribos hostis e enfrentando a malária, a disenteria e a varíola.

Depois de viajar juntos por duzentos quilômetros rio Lualaba abaixo, se separaram. Tippu Tip foi recolher outra fortuna em marfim em território virgem. “Neste momento, os moradores não utilizam marfim como troca”, lembrou ele. “Caçavam elefantes e comiam a carne, mas usavam as presas em suas casas, como paliçada. Ou faziam pilões e morteiros com elas, para cozinhar banana”. Depois de um mês, voltou para Kasongo com seu butim, tendo aberto um novo domínio para saquear.

Stanley continuou sua jornada perigosa a jusante por outros 2.400 quilômetros e acabou alcançando a foz do rio Congo, na costa

atlântica, sete meses depois, com o restante de seu grupo faminto, abatido e perto da derrota. A parte mais difícil da viagem foram os últimos trezentos quilômetros. Ele levou cinco meses tentando atravessar uma série de 32 corredeiras – “o trecho mais selvagem de rio que já vi” –, perdendo homens e barcos pelo caminho. Exausto e precisando desesperadamente de comida, chegou à aldeia de Nsanda em agosto de 1877 e enviou uma mensagem para o posto de comércio português em Boma, pedindo ajuda: “Cheguei a este lugar vindo de Zanzibar, com 115 almas, homens, mulheres e crianças. Estamos agora em um estado de fome iminente ... Por isso, tomei coragem para despachar ... esta carta implorando ajuda a vocês.” Três dias depois, um grupo auxiliar de carregadores chegou.

A expedição de Stanley desbravou toda a região do Congo. Isso porque ela demonstrou que, além das Cataratas e cânions que tinham até então bloqueado a exploração da área, existia uma rede de rios comunicantes, navegáveis por barcos a vapor, cobrindo milhares de quilômetros em direção ao interior. Em seu retorno a Londres, Stanley começou uma vigorosa campanha para que as potências europeias abrissem o Congo para “o comércio e a civilização”.

NA ALTURA DE 1880, o império de Tippu Tip na África central se estendia por uma área de cerca de 400 mil quilômetros quadrados. Embora seu negócio principal fosse marfim e escravos, ele também lançou as bases de um Estado, nomeando funcionários, recolhendo tributos, construindo estradas, incentivando as plantações e impondo um monopólio sobre a venda de marfim.

Em 1882, depois de passar doze anos no interior, decidiu visitar Zanzibar, partindo de Manyema com uma enorme caravana de marfim. Quando a caravana passava por Mpwapwa, a 320 quilômetros da costa, seu progresso foi observado por um marinheiro britânico, Alfred Swann.

Swann tinha sido contratado pela Sociedade Missionária de Londres para transportar um barco da costa até Ujiji, remontá-lo e,

em seguida, navegar pelo lago Tanganica em trabalho missionário. Ele tinha chegado a Zanzibar cheio de zelo, na intenção de destruir o comércio de escravos, mas ficou chocado ao descobrir que seus próprios carregadores eram escravos. Ficou ainda mais horrorizado com o que viu da caravana de Tippu Tip:

À medida que passavam, percebemos muitos acorrentados pelo pescoço. Outros tinham o pescoço preso aos garfos de postes de cerca de dois metros de comprimento, cujas extremidades eram apoiadas nos homens que os precediam. As mulheres, tão numerosas quanto os homens, carregavam bebês nas costas e uma presa de marfim ou outra carga na cabeça. Olhavam para nós com desconfiança e medo, tendo ouvido, segundo constatamos mais tarde, que homens brancos sempre desejavam libertar os escravos a fim de comer sua carne, como os canibais do alto Congo.

É difícil descrever adequadamente o estado chocante de seus corpos; em muitos casos, não só marcados pelo corte de um chicote de couro ... mas os pés e os ombros eram uma massa de feridas abertas, tornadas mais dolorosas pelos enxames de moscas que seguiam a marcha e viviam do sangue que escorria. Eram uma imagem em movimento de miséria absoluta, e não se podia deixar de imaginar como qualquer um deles tinha sobrevivido ao longo trajeto do alto Congo, a pelo menos 1.600 quilômetros de distância ...

O chefe encarregado era mais gentil conosco, pois eles passavam por nosso acampamento ... Falando com um deles, salientei que muitos dos escravos não estavam em condição de transportar cargas.

A isso ele respondeu, sorrindo: "Eles não têm escolha! Têm de continuar, ou morrem!" ...

"Você perdeu muitos na estrada?"

"Sim! Vários morreram de fome!"

"Algum fugitivo?"

"Não, estão muito bem vigiados. Só os possuídos pelo diabo tentam escapar; não há para onde correr, se fugissem."

"O que faz quando eles ficam doentes demais para viajar?"

"Os flechamos na hora! ... Porque, se não o fizéssemos, as mães fingiriam estar doentes, a fim de evitar levar suas cargas. Não! Nunca os deixamos vivos na estrada; todos conhecem nosso costume."

"Vejo mulheres transportando não só uma criança nas costas, mas, além disso, uma presa de marfim ou outros pacotes na cabeça. O que faz quando elas ficam fracas demais para levar a criança e o marfim? Quem carrega o marfim?"

"Ela! Não podemos deixar marfim valioso na estrada. Nós flechamos a criança e aliviamos o seu fardo. Marfim primeiro, criança depois!"

Swann se enfureceu: "Marfim! Sempre marfim! Que maldição o elefante tem sido para os africanos. Por si mesmo, o escravo não

valia ser transportado, mas com o marfim dava lucro.”

O comércio era de fato lucrativo. Stanley calculou que um quilo de marfim, que custava dois centavos em Manyema, valia 110 centavos em Kازه e duzentos em Zanzibar. Com o comércio de marfim, escravos e cravo, Zanzibar se tornou o porto mais rico da África tropical. Mas o marfim era sempre sua exportação mais importante. Em 1890, Zanzibar fornecia três quartos do marfim comercializado no mundo.

Mas o custo para a população de elefantes da África oriental foi enorme. De acordo com estimativas baseadas em registros comerciais e de leilões, eram abatidos cerca de 60 mil animais por ano. Depois de liderar uma expedição da Real Sociedade Geográfica aos Grandes Lagos, entre 1879 e 1880, Joseph Thomson relatou:

As pessoas falam como se o marfim da África fosse inesgotável. É comum achar que, se os comerciantes europeus pudessem se estabelecer no interior, poderiam fazer fortunas. Nada poderia ser mais absurdo. Deixe-me simplesmente mencionar um fato. Na minha estada de catorze meses, durante os quais atravessei uma imensa área da região dos Grandes Lagos, não vi um único elefante. Vinte anos atrás, eles percorriam essas terras sem serem molestados, e agora foram quase totalmente exterminados. Menos de dez anos atrás, Livingstone falou sobre a abundância de elefantes no extremo sul de Tanganica – como vinham até o seu acampamento ou entravam nas aldeias livremente. Agora, nenhum é encontrado. O trabalho de destruição implacável desenvolveu-se com uma rapidez assustadora.

¹ Moeda de prata assim chamada por ter a efígie da imperatriz Maria Teresa, da Áustria. Era o instrumento de troca mais usado internacionalmente desde 1741. Sua cunhagem continuou até o século XX, sendo a Inglaterra o último país a deixar de emití-la, em 1962. (N.T.)

28. A pérola da África

ATÉ O SÉCULO XIX, os principais reinos da região dos Grandes Lagos na África central – Buganda, Bunyoro, Ankole, Karagwe, Ruanda e Burundi – haviam se mantido praticamente isolados do mundo exterior. Ao longo de três séculos, eles tinham evoluído de sociedades clânicas e se amalgamado em monarquias sofisticadas no controle de porções consideráveis tanto de território quanto de densidade populacional, sem auxílio de dinheiro ou escrita. Todos os reinos exibiam um elevado grau de coesão. Os reis governavam por meio de elaboradas hierarquias de funcionários da corte e chefes provinciais. Os súditos tinham uma língua e tradição religiosa em comum. O clima favorável, as chuvas regulares e os solos férteis forneciam a base para economias agrárias bem-sucedidas. Dois tipos de sistema rural tinham criado raízes. Nos reinos de montanhas de Ruanda, Burundi e Ankole, o gado era a espinha dorsal de suas economias. A elite no poder em Ruanda e no Burundi era formada por tútsis proprietários de gado que governavam como uma aristocracia pastoril, coletando tributo da maioria da população de agricultores hutus. Nos reinos lacustres, na costa norte do Nyanza, o fator econômico e político fundamental era o controle da terra.

Na virada do século XIX, Buganda tinha emergido como o Estado mais poderoso da região. Liderado por reis com o título de *kabaka*, ele havia se expandido por meio da conquista militar ao longo de um período de duzentos anos, ampliando suas fronteiras em todas as frentes: para o oeste na direção dos montes Ruwenzori; e para o norte em direção ao rio Kafu, tomando território de seu principal rival, o reino de Bunyoro. Uma rede de estradas mantinha a capital em contato com aldeias periféricas a 240 quilômetros da margem do lago e até cem quilômetros para o interior. As populações conquistadas eram absorvidas pelo sistema de classes ganda.

Além dos ganhos territoriais, os reis de Buganda acumularam vasto poder pessoal, substituindo gradualmente o papel de chefes de clã. Eles coletavam butim e tributo das províncias conquistadas, nomeavam seus agentes para administrá-las e adquiriam controle cada vez maior das propriedades de terras de clãs hereditários. No início do século XIX, o *kabaka* tinha o poder de nomear e exonerar todas as principais chefaturas do reino e até a maioria dos líderes de aldeia. A terra tornou-se um instrumento de controle político.

A corte do *kabaka* funcionava como um centro administrativo. Em serviço, havia uma série de dignitários: o *katikiro*, "ministro"-chefe; o *kibale*, mestre de cerimônias; o *kisekwa*, principal magistrado; o *kimbugwe*, conselheiro político e religioso; o *sabakaki*, comandante dos escudeiros; o *mujasi*, um conselheiro militar; e o *seruti*, fabricante de cerveja real. Também à mão havia os carrascos reais. Seguia-se uma etiqueta estrita. Todos eram obrigados a se vestir com roupas de casca de árvore.

A corte era também um lugar de intrigas infinitas. Facções e personalidades rivais competiam para ganhar os favores do *kabaka*. Suas esposas também disputavam influência, na esperança de promover as perspectivas de seus próprios filhos reais e dos clãs a que pertenciam. Os números envolvidos tornavam a sucessão algo ainda mais complexo. O 29º *kabaka*, Suna II, que governou de 1832 a 1856, possuía 148 esposas registradas e foi pai de mais de duzentas crianças. Em tempos de crise e de instabilidade, os *kabakas* ordenavam um *kiwendo*, o assassinato em massa de pessoas aleatórias, na esperança de que isso agradasse aos deuses e restaurasse o bem-estar do reino.

A prosperidade de que Buganda gozava era baseada principalmente na indústria da banana. Cultivados ao longo de várias centenas de anos, os bananais floresciam em todo o reino, produzindo colheitas volumosas. A banana fornecia uma dieta básica e era usada como o principal ingrediente na produção de cerveja. Uma vez plantados, os bananais permaneciam produtivos por até cinquenta anos, requerendo pouca atenção. Uma única mulher era capaz de cuidar de uma plantação grande o suficiente para alimentar

quatro pessoas. Um acre, ou aproximadamente 4 mil metros quadrados, de plantação poderia produzir até cinco toneladas da fruta. As folhas eram usadas como teto de cabanas; os caules, para construir cercas. O detrito da vegetação apodrecida era transformado em adubo, permitindo que os agricultores formassem comunidades permanentes e evitassem a agricultura itinerante. A sociedade ganda girava, em grande parte, em torno da bananeira. Ela sustentou o valor da terra e a viabilidade da monarquia.

Os primeiros visitantes estrangeiros a desembarcar em Buganda foram comerciantes árabe-suaílis da costa. Eles chegaram em 1844, trazendo tecidos de algodão, espelhos e instrumentos musicais como presentes, na esperança de abrir uma nova rota para o fornecimento de marfim e de prisioneiros de guerra escravizados por Buganda. O *kabaka* Suna ficou impressionado com os bens oferecidos e fascinado ainda mais pelas armas. Várias visitas se seguiram. Os comerciantes foram alocados numa área específica e eram cuidadosamente vigiados, para garantir que Suna mantivesse o monopólio sobre o comércio e impedir que outros tivessem acesso a armas de fogo. Em 1852, um rico comerciante de marfim, Snay bin Amir, conversou com Suna sobre a possibilidade de uma "aliança mais estreita" com o sultão de Zanzibar. Em 1856, no entanto, Suna morreu de varíola, uma nova doença que chegara a Buganda pelas rotas de comércio da costa.

O sucessor de Suna, Mutesa, filho de sua décima esposa, tinha apenas cerca de vinte anos quando se tornou *kabaka*. Por vários anos, sua permanência no poder foi precária. Os executores reais tiveram muito trabalho. Cerca de trinta de seus irmãos estavam entre as vítimas, queimadas vivas. Ele ficou conhecido como "Mutebya" – o que traz as lágrimas. Mas quando John Speke o conheceu, em 1862, em seu palácio em Banda Hill (parte da atual Kampala), sua posição parecia mais segura. Speke teve muito do que se admirar.

O rei, um alto e bem-apessoado jovem de 25 anos, estava sentado em um cobertor vermelho sobre uma plataforma quadrada de grama real ... Seus cabelos eram cortados curtos, exceto na parte superior, onde era penteado até formar um alto cume que cobria

a cabeça como uma crista de galo. Em seu pescoço, via-se um enfeite muito elegante – um grande anel de pequenas contas lindamente trabalhadas, formando padrões elegantes com suas várias cores. Em um dos braços havia outro ornamento de contas, belamente desenhado; e, no outro, um pingente de madeira, amarrado por uma corda coberta com pele de cobra. Exibia anéis alternados de latão e cobre em todos os dedos das mãos e dos pés; e, acima dos tornozelos até a metade da panturrilha, uma meia de contas muito bonitas. Tudo era leve, limpo e elegante à sua maneira; nem uma falha podia ser encontrada em seu gosto de “se arrumar”. Como lenço, mantinha um pedaço bem dobrado de tecido de casca e um corte de seda bordada a ouro que empregava constantemente para esconder a grande boca quando ria ou para limpá-la depois de beber um tipo de vinho de banana, do qual tomava constantes e abundantes goles de pequenas e bonitas cabacinhas em forma de copos, servido por suas damas de companhia.

Mutesa manifestou grande interesse nas armas de fogo com que Speke o presenteara – um rifle Whitworth, um revólver e três carabinas. Em uma reunião posterior, pediu a Speke para demonstrar o uso do revólver matando quatro vacas que estavam andando pela corte. “Grande aplauso se seguiu a esta *maravilhosa* façanha”, escreveu Speke. Mas ele ficou horrorizado com o que ocorreu na sequência.

O rei então carregou sozinho uma das carabinas que eu tinha lhe dado e, entregando-a engatilhada a um pajem, disse-lhe para sair e atirar em um homem no átrio exterior: o que foi realizado rapidamente, e o garoto voltou para anunciar seu sucesso, com um olhar de alegria, como se poderia ver no rosto de um menino que tivesse roubado um ninho de pássaro, pegado uma truta ou feito qualquer outra molecagem.

O incidente, observou Speke, não despertara quase qualquer interesse. “Não houve curiosidade em saber de qual ser humano o menino tinha tirado a vida.” Speke testemunhou muitos outros exemplos de violência arbitrária e crueldade na corte. “Quase todos os dias”, escreveu, “uma, duas ou três das infelizes mulheres do palácio” eram “levadas para a execução, amarradas pela mão e arrastadas por um dos guarda-costas gritando ‘Hai Minangé!’ [‘Oh, meu senhor!’] a plenos pulmões à medida que iam para a morte prematura, em absoluto desespero.”

Embora Mutesa estivesse acostumado a usar de violência para sustentar seu governo, também estava aberto a novas ideias e formas de pensar. Durante a década de 1860, influenciado por

comerciantes muçulmanos, demonstrou interesse crescente no islã. Nomeou dois escribas árabes para sua corte, pediu que lhe ensinassem a ler o Corão e exigiu que chefes e funcionários superiores o acompanhassem em suas aulas. Ele começou a observar o jejum do ramadã, construiu uma mesquita em seu complexo, reformou o calendário, introduziu restrições alimentares e ordens que deveriam ser respondidas com saudações islâmicas. Mutesa testava regularmente os chefes em sua capacidade de "ler o islã", perguntando como se cumprimentavam. Também fez um apelo mais geral aos bagandas "para ler o islã" e aprender árabe e suaíli. Em 1875, foi mais longe, ordenando que todos aqueles que se recusassem a aprender as saudações árabes deveriam ser presos ou executados; centenas foram mortos. Mas, apesar de seu zelo recém-descoberto, Mutesa não abandonou inteiramente a religião tradicional de Buganda. Embora tenha diminuído o papel dos médiuns *balubale*, continuou a observar os rituais tradicionais. Quando pajens muçulmanos da corte o questionaram sobre a seriedade de suas crenças muçulmanas, ordenou a execução de setenta deles.

A chegada de Henry Stanley, em 1875, resultou em maiores complicações. Stanley ficou chocado ao descobrir que os comerciantes árabe-suaílis de Zanzibar tinham feito de Buganda o que ele chamou de "a fonte norte do comércio de escravos". Em suas discussões no palácio do *kabaka*, em Rubaga, ele procurou fazer frente à influência dos comerciantes, recomendando as virtudes do cristianismo, e sugeriu que Buganda se beneficiaria da presença de missionários cristãos. Impressionado, sobretudo, pela qualidade das armas de fogo de Stanley, Mutesa prontamente aceitou, providenciando para que os Dez Mandamentos fossem traduzidos para o luganda e concordando em "observar o sabá cristão, bem como o sabá muçulmano". Sua principal esperança era que a conexão cristã lhe assegurasse uma nova fonte de armas de fogo.

Stanley não perdeu tempo em enviar uma carta aos jornais *New York Herald* e *Daily Telegraph*, apelando para o envolvimento

missionário em Buganda e salientando a necessidade de uma abordagem prática.

Não é de um mero pregador que este lugar precisa ... É de um tutor cristão prático, que possa ensinar as pessoas a se tornarem cristãs, que possa curar suas doenças, construir habitações, que entenda de agricultura e seja capaz de colocar a mão em qualquer coisa ... Ele não deve ser vinculado a nenhuma Igreja ou seita, mas ... ser inspirado por princípios liberais, pela caridade para com todos os homens e pela fé devota em Deus ... Tal homem ou homens, Mutesa, rei de Uganda, ... convida a vir ter com ele.

Em escritos posteriores, Stanley referia-se a "Uganda" como "a pérola da África".

Os primeiros missionários cristãos chegaram a Buganda em 1877, depois de enfrentarem os 1.200 quilômetros de estrada na caravana do litoral. Um grupo heterogêneo havia sido reunido para a tarefa pela Sociedade Missionária da Igreja Anglicana, em Londres. Seu líder, Alexander Mackay, um engenheiro profissional formado pela Universidade de Edimburgo, era um calvinista da Igreja Livre da Escócia de natureza inflexível. Entre os outros membros, havia um construtor, um carpinteiro, um médico e um marinheiro. Apenas dois dos dezesseis inicialmente selecionados para viajar para Buganda eram ministros ordenados. Tinham pouco em comum uns com os outros e estavam muitas vezes em desacordo.

Também não demoraram a ganhar fama de arrogantes e intolerantes. Embora Mackay demonstrasse sua utilidade como engenheiro prático, deixou bem clara sua aversão aos aspectos proeminentes da sociedade ganda, como a poligamia, a feitiçaria, a escravidão e as práticas religiosas tradicionais. Frequentemente era recebido com frieza na corte de Mutesa. Depois que reclamou com o *kabaka* por ter convidado ao palácio uma médium que representava o deus Mukasa para ajudá-lo a se recuperar de uma doença, o escocês foi praticamente banido da corte. Mutesa continuou a tolerar sua presença só porque era o único missionário que concordara em consertar rifles, construir artilharia e ajudar com outras obras públicas.

Mal os missionários protestantes tinham se estabelecido em Natete, a cinco quilômetros do palácio de Mutesa, nas colinas de

Mengo, os católicos franceses chegaram. A missão francesa era composta por quatro membros dos Padres Brancos, uma sociedade religiosa fundada por Charles Lavigerie, um ambicioso bispo francês baseado em Argel. Com seu progresso atravancado pela força do islã no norte da África, Lavigerie voltou a atenção para outras áreas da África e selecionou Buganda como uma perspectiva promissora. Em 1878, escolheu Siméon Lourdel, um padre de 24 anos de idade, para liderar uma delegação para tal destino.

Os Padres Brancos se adaptaram às realidades de Buganda com mais facilidade que os anglicanos. As regras de sua sociedade exigiam que eles adotassem os costumes locais, falassem a língua local, comessem a mesma comida e usassem roupas semelhantes. Por meio de longos períodos de treinamento, eram instados a adotar uma vida de "pobreza, mortificação e obediência". O padre Lourdel, em particular, conseguiu iniciar uma relação cordial com o *kabaka*, tornando-se conhecido carinhosamente como Mapera.

A concorrência entre os dois grupos de missionários logo se tornou intensa. O escocês achava difícil esconder seu ódio permanente dos "romanistas". Mutesa gostava da rivalidade e convocava Mackay e Lourdel juntos à corte, para provocar uma discussão entre os dois. Mackay registrou em seu diário:

Tendo terminado as orações, me pediram para ler as Escrituras, como de costume. Abri o livro e comecei. A primeira frase – "Bem sabeis que daqui a dois dias é a Páscoa; e o Filho do Homem será entregue para ser crucificado" – os impressionou pela precisão da previsão, e, portanto, a evidência da divindade do "Filho do Homem". Nunca consegui ir além disso. Mutesa, em seu estilo abrupto, disse a Toli (um dos cortesãos): "Pergunte ao francês, se eles acreditam em Jesus Cristo, por que não se ajoelham conosco quando nós O adoramos no sabá? Eles não O adoram?"

Monsieur Lourdel era o porta-voz. Ficou logo muito animado e respondeu: "Nós não aderimos a essa religião porque não é verdade; não conhecemos aquele livro, porque é tudo mentira. Se nos uníssemos a isso, significaria que não somos católicos, mas protestantes que rejeitaram a verdade. Por séculos, eles estiveram conosco, mas agora acreditam e ensinam apenas mentiras." Essa foi a tônica de seu animado discurso, em uma mistura de mau árabe, suaíli, luganda e francês.

Os árabes, então, se apresentavam para defender o islã, causando a Mackay ainda mais sofrimento. "Horrrível conflito com os

muçulmanos novamente”, escreveu. “Eles blasfemam terrivelmente contra a afirmação de que nosso Salvador era Divino.”

Mutesa tendia a assumir uma abordagem eclética, instruindo o *ekizigiti*, o chefe que tinha a função de leitor, a reunir as pessoas na mesquita para ensiná-los a ler o Evangelho, o catecismo e o Corão.

No entanto, sua própria permanência no poder estava começando a enfraquecer. Durante a maior parte de seu reinado, havia sofrido de uma doença venérea degenerativa. Em 1878, ela tinha chegado a um estado crônico. Em busca de uma cura, Mutesa voltava-se de um grupo religioso para o seguinte. Os curandeiros tradicionais tentaram encantos e remédios de ervas e apelaram aos poderosos médiuns das ilhas Ssesse, que recomendaram o *kiwendo* – sacrifício humano. Os muçulmanos cantavam orações especiais, aplicavam encantos do Corão e trouxeram medicamentos europeus da costa. Os cristãos se voltaram para as curas comuns europeias da época: antissépticos leves, administração interna de mercúrio, juntamente com orações por graça divina e aulas de catecismo.

Na sucessão de *kiwendos* que se seguiu, até 2 mil pessoas foram sacrificadas em um único dia. Horrorizado com a “matança desenfreada”, Mackay denunciou Mutesa em uma entrada em seu diário como “esse monstro” e “esse maníaco assassino”, acrescentando: “Tudo é ego, ego, ego. Uganda [Buganda] existe apenas para ele.”

Não só a saúde de Mutesa continuava a se deteriorar, mas seu reino também estava em declínio. Nos anos finais de seu reinado, seus exércitos foram repelidos pelas forças dos vizinhos Bunyoro, Busoga e Bukedi. Buganda também foi atingida por surtos de varíola, cólera, febre tifoide e peste. Em 1880, uma seca desastrosa praticamente sem precedentes resultou em fome por dois anos.

Quando Mutesa morreu, em 1884, aos 48 anos, deixou para trás um reino profundamente dividido. Durante seu reinado, chefes provinciais haviam se tornado chefes guerreiros autônomos, negociando armas de forma independente com comerciantes muçulmanos em troca de prisioneiros de guerra e marfim, em um

desafio às exigências de Mutesa de monopólio real. Além das inúmeras facções rivais pelo poder na corte, havia agora três campos religiosos rivais: um grupo muçulmano, um grupo protestante a favor dos ingleses, conhecido como Wa-Ingleza, e um grupo católico a favor dos franceses, conhecido como o Wa-Fransa.

O filho que Mutesa escolheu para sucedê-lo, Mwanga, era um jovem inexperiente de dezoito anos. Um missionário inglês descreveu-o como tendo uma "mente fraca e indisciplinada". Era viciado em cânhamo e sodomia. Mostrou-se incapaz de exercer autoridade sobre os chefes e seus seguidores armados. Além disso, Mwanga teve de lidar com rumores na corte de que os europeus estavam avançando sobre seu reino com a intenção de "comê-lo".

29. Um jogo de tronos

POR UM PERÍODO DE CEM ANOS, de 1755 a 1855, as terras altas da Abissínia seguiram sendo o campo de batalha de senhores da guerra provinciais competindo por poder. Os imperadores da Abissínia ainda reinavam na capital, em Gondar, mas como fantoches, presidindo palácios decadentes e rituais vazios. Uma sucessão de 28 imperadores subiu ao trono, alguns deles mais de uma vez. Tekle Giorgis foi instalado em pelo menos seis ocasiões. Um imperador caiu em tal pobreza abjeta que, quando morreu, não havia dinheiro suficiente na tesouraria para pagar um caixão. Nas províncias, os exércitos saqueadores deixavam devastação em seu rastro. A ideia do império, com suas tradições do cristianismo, sobreviveu, mas o clima predominante era de desespero. “Como pode o reino ser motivo de chacota logo para os não circuncidados?”, perguntou um cronista. “Como pode o reino ser a imagem de uma flor sem valor que as crianças arrancam nas chuvas de outono?” Os historiadores se referem ao período como *Zamana Mesafent* (“O Tempo dos Juízes”), por causa de sua semelhança com uma era mencionada no Livro dos Juízes, do Antigo Testamento, em que “não havia rei em Israel; cada um fazia o que parecia bem aos seus olhos.”

O *Mesafent* chegou ao fim em 1855, quando Kassa Hailu, um chefe provincial do distrito de Qwara, na fronteira noroeste, conquistou o trono e conseguiu reintegrar sob seu domínio as províncias de Shoa, Gojam, Wollo, Begemder, Gondar, Simien e Tigré. Na sua coroação como “rei dos reis”, ele escolheu o nome de Tewodros, ou Teodoro, na esperança de que seu reinado fosse tão próspero quanto o de Teodoro I, um reverenciado monarca do século XV.

Um cônsul britânico, William Plowden, que visitou Teodoro pouco depois da coroação, ficou impressionado com sua aptidão física e

intelectual. Teodoro, escreveu ele, "é jovem em anos, vigoroso em todos os exercícios viris, dono de um rosto marcante, peculiarmente educado e envolvente quando satisfeito, e em geral exhibe grande tato e delicadeza." Plowden comentou seu alto nível de energia. "Incansável no trabalho, repousa pouco, de noite ou de dia; suas ideias e linguagem são claras e precisas; não conhece hesitação; e não tem conselheiros nem intermediários." Sua ambição parecia ilimitada. "Está convencido de que está destinado a restaurar as glórias do império etíope e a alcançar grandes conquistas." Plowden também observou falhas graves. "Os piores pontos em seu caráter são, às vezes, a raiva violenta, o orgulho inflexível no que diz respeito ao seu direito real e divino e o zelo religioso fanático."

Teodoro planejava transformar a Abissínia em um Estado moderno por meio da implementação de uma série de reformas radicais. Mas suas reformas encontraram forte resistência. Ele tentou converter seus próprios regimentos militares em um exército nacional disciplinado, mas perdeu muito do apoio popular ao exigir que o campesinato, já pesadamente tributado, fornecesse provisões para um sistema nacional de tropas. Procurou limitar o poder dos chefes provinciais, nomeando em seu lugar governadores distritais e juizes pagos pelo governo central. Esforçou-se muito para limitar o papel da Igreja, propondo a redução do número de clérigos e um limite para suas propriedades rurais, para permitir que a terra excedente fosse dada aos agricultores que pagavam impostos. Falou até em abolir a escravidão.

Tanto a nobreza provincial quanto o clero e os camponeses se voltaram contra ele. Teodoro passou seu tempo marchando pelas montanhas, indo de um distrito a outro, colocando fim a rebeliões e motins. Sua conduta se tornou cada vez mais volátil e violenta. Após a captura de 7 mil prisioneiros em uma batalha em Gojam, ordenou que fossem todos mortos. Ao descobrir uma conspiração contra ele por oficiais de alta patente em seu próprio exército, organizou uma morte agonizante para eles, mandando cortar uma das mãos e um dos pés de cada um. Depois de se desentender com o patriarca

copta, ordenou sua detenção. Com pouco alimento e dinheiro, permitiu que suas tropas pilhassem e saqueassem à vontade.

Sua relação com um grupo de missionários europeus que havia convidado para trabalhar na Abissínia também se tornou mais abrasiva. Os missionários, principalmente da Alemanha e da Suíça, tinham estabelecido uma escola técnica próspera em Gefat, uma pequena colina ao norte do quartel-general de Teodoro, em Debre Tabor, onde instruíam os alunos em habilidades artesanais. Mas Teodoro começou a insistir que dedicassem mais tempo à produção de armamentos para ele.

A situação dos missionários piorou quando se tornaram alvo da ira de Teodoro por causa do fracasso do governo britânico em responder rapidamente a uma carta que ele havia enviado à rainha Vitória, em outubro de 1862, expressando sua amizade e solicitando ajuda. Em outubro de 1863, nenhuma resposta havia sido recebida. Em retaliação, um missionário britânico, Howard Stern, que tentava deixar a Abissínia, foi barbaramente espancado e mantido acorrentado. Stern foi escolhido porque tinha escrito um relato de suas viagens na Abissínia em que havia mencionado o baixo status da mãe de Teodoro e o descrito como um tirano brutal. Quando o cônsul britânico, Charles Cameron, tentou obter a libertação de Stern e explicar o atraso na resposta à carta, foi também preso, em janeiro de 1864, e mantido acorrentado, junto com mais seis missionários. Em uma nota, que conseguiu contrabandear para a costa, Cameron escreveu: "Sem libertação até chegar resposta civil à carta do rei."

A carta do rei acabou por ser rastreada em arquivos do Ministério da Índia, onde tinha permanecido despercebida por um ano. Redigiu-se uma resposta breve, que foi assinada pela rainha Vitória em maio de 1864 e levada para Massawa por um emissário especial, Hormuzd Rassam, um cristão iraquiano empregado pelo residente britânico em Áden. Rassam padeceu no calor sufocante de Massawa por mais de um ano, à espera da permissão de Teodoro para entrar na Abissínia. Ele só partiu para as terras altas em outubro de 1865,

acompanhado de um médico britânico, Henry Blanc, e um oficial do exército, o tenente William Prideaux.

Rassam chegou ao acampamento de Teodoro, perto do lago Tana, em janeiro de 1866. Sentado em um sofá cercado por seus ministros, Teodoro estava de mau humor. Recitou uma lista de motivos que o levaram a aprisionar Cameron e os missionários e repreendeu seu próprio povo, descrevendo-o como "mau", sempre pronto a se revoltar. "Se eu for para o sul, meu povo se rebela no norte; e quando vou para o oeste, eles se rebelam no leste." Mas, no dia seguinte, seu humor melhorou, e ele concordou em libertar os prisioneiros, "pelo bem de minha amiga, a rainha, e como retribuição pelo incômodo que você teve em relação a Cameron".

Os prisioneiros estavam sendo mantidos em Magdala, um reduto de montanha acima do rio Beshilo, que Teodoro usava como fortaleza para guardar seus tesouros e manter uma variedade de opositores, dissidentes e funcionários caídos em desgraça. Entre eles estavam o patriarca, *abuna* Selama, e um jovem príncipe de Shoa, Sahle Maryam, destinado a se tornar imperador como Menelik II. "Metade da aristocracia está aqui", escreveu Cameron. Quando Sahle escapou de Magdala, em junho de 1865, Teodoro vingou-se ordenando a execução de cerca de quarenta dignitários. Alguns foram feridos com espadas e jogados da borda do penhasco; outros foram espancados até a morte com varas de bambu. Os prisioneiros europeus em Magdala eram tratados de forma rude, mantidos em correntes que os impediam de ficar de pé na posição vertical; como resultado, Cameron e Stern desenvolveram graves dores de coluna.

Em março, um grupo de 23 reféns, incluindo duas mulheres e três crianças, arrastou-se até o acampamento de Rassam, em Korata, na margem do lago Tana. Mas quando se preparavam para ir para a costa, Teodoro mudou de ideia. Quando Rassam e seus dois companheiros foram se despedir do imperador, foram acusados de traição e detidos; os missionários também foram presos mais uma vez. Teodoro agora exigia que o governo britânico lhe mandasse armeiros e equipamentos para ajudá-lo a construir sua indústria de armas. Um dos missionários de Gefat, Martin Flad, foi autorizado a

partir para transmitir a demanda a Londres, mas sua esposa e os três filhos foram mantidos como reféns. Em julho, os prisioneiros estrangeiros foram levados para Magdala e mantidos acorrentados.

À medida que procurava manter o controle sobre seu domínio em declínio, Teodoro foi se tornando cada vez mais destrutivo. Em novembro, liderou uma expedição punitiva à antiga capital de Gondar, queimando igrejas e apreendendo livros sagrados, vestes sacramentais, tambores sagrados, ouro e outros artefatos. Os sacerdotes que protestaram foram lançados ao fogo. Em 1867, quando a tropa imperial em Gojam desertou, ele ordenou o abate de oitocentos soldados em Wollo, temendo que eles também o abandonassem.

Em Londres, o governo britânico reconheceu o quão perigosa era a situação dos prisioneiros em Magdala. Qualquer ameaça de intervenção provavelmente resultaria em sua execução. Flad foi enviado de volta para a Abissínia com uma carta concordando em fornecer armeiros e equipamentos, mas somente depois que os reféns tivessem deixado o país em segurança. Flad também transmitiu a Teodoro uma mensagem verbal: "Se você não liberar imediatamente a saída de seu país de todos os detidos por tanto tempo contra a vontade, não terá direito de esperar qualquer nova amizade." Mês após mês, o impasse se arrastou. Sem solução à vista e com o prestígio em jogo, o governo britânico finalmente decidiu se preparar para uma expedição militar. Em agosto de 1867, foi enviada uma carta a Teodoro alertando que, a menos que os reféns fossem libertados imediatamente, seriam tomadas medidas militares.

Teodoro também estava se preparando para a guerra. Ele pressionou o grupo restante de missionários em Gefat para aumentar a produção de canhões. Mas, com a atividade rebelde estourando em todos os lados, decidiu destruir Gefat, suas oficinas e a escola da missão, e levar os europeus ao seu acampamento em Debre Tabor. Em meio ao caos e à fome, eles foram colocados para trabalhar ali e construir um monstro, um morteiro de sete toneladas. O morteiro tornou-se o orgulho e a alegria de Teodoro. O dia em que ficou pronto, ele disse ser o mais feliz de sua vida.

Com a guerra iminente, Teodoro fez planos para concentrar suas forças em Magdala e transformá-la em uma fortaleza inexpugnável. Em outubro, incendiou Debre Tabor e se dirigiu para Magdala, liderando uma grande procissão de soldados, membros de acampamento, os prisioneiros, reféns e carretas de armas pelas montanhas. Seu progresso foi lento. Foram necessários quinhentos homens para transportar o morteiro gigante pelas colinas íngremes. Em alguns dias, eles cobriam menos de dois quilômetros. No final de dezembro, Teodoro ainda estava a oitenta quilômetros de Magdala.

Uma força expedicionária britânica se aproximava rapidamente. Em outubro, um grupo avançado tinha desembarcado em Zula, uma aldeia abandonada a cerca de cinquenta quilômetros ao sul de Massawa, perto do local da antiga Adúlis. O exército principal começou a chegar em dezembro. Trezentos navios foram encomendados para transportar homens, equipamentos e animais de carga para um novo porto construído em Zula. A campanha continha ao todo cerca de 64 mil pessoas e 55 mil animais – tudo para resgatar um punhado de reféns europeus. Na esperança de evitar hostilidades, o comandante britânico, sir Robert Napier, preparou-se para a marcha de seiscentos quilômetros pelas montanhas para Magdala emitindo proclamações dirigidas “a todos os governadores, os chefes, as ordens religiosas e as pessoas da Abissínia”, ressaltando o objetivo específico de sua expedição.

Vocês sabem que Teodoro, rei da Abissínia, detém em cativeiro o cônsul britânico Cameron, o enviado britânico Rassam e muitos outros, violando as leis de todas as nações civilizadas. Tendo todos os meios de persuasão amigável falhado em conseguir sua libertação, minha soberana me mandou para liderar um exército para libertá-los ...

Quando chegar o tempo em que um exército britânico marchar por seu país, tenha em mente, povo da Abissínia, que a rainha da Inglaterra não tem qualquer sentimento hostil para com vocês e não tem intenção de inimizade contra seu país ou sua liberdade.

Em busca de auxílio, Napier organizou uma reunião com Kassa Mercha, o governante de Tigré de 36 anos de idade que havia lutado contra Teodoro dois anos antes. Kassa viu na expedição britânica um meio conveniente de expulsar Teodoro e abrir o caminho para ele governar uma Abissínia unida a partir de Tigré. Ele concordou em

fornecer suprimentos de trigo, cevada e forragens e em proteger suas linhas de abastecimento. Outro líder rebelde, Wagshum Gobeze, governante de Wag e Lasta, tinha mais desconfiança das intenções britânicas, mas decidiu deixar a expedição passar sem contestação. A força de combate que Napier conduzia – um contingente de 5 mil homens – avançou até Magdala sem obstáculos, mas teve tantas dificuldades quanto Teodoro para arrastar suas armas pesadas pelas montanhas. Sem o uso de elefantes de carga indianos treinados, disse um relatório oficial, “teria sido impossível”.

Teodoro chegou a Magdala em 25 de março. Ele convocou Rassam, Blanc e Prideaux para assistir seus canhões e morteiros sendo transportados até a face do penhasco. “Perdi toda a Abissínia, exceto por esta rocha”, comentou. Napier estava logo atrás. Em 3 de abril, enviou uma mensagem para Teodoro de Bet Hor, a 25 quilômetros de distância, na qual avisava: “Estou chegando a Magdala com meu exército, a fim de recuperar de suas mãos o enviado Rassam, o cônsul Cameron ... e os outros europeus agora no poder de Sua Majestade. Solicito que Sua Majestade os envie para o meu acampamento...”

A 9 de abril, sem ter recebido resposta, Napier começou seu avanço. Teodoro ordenou que os reféns europeus fossem liberados de suas correntes e soltou mais algumas centenas de prisioneiros, mas, em um acesso de louca embriaguez, levou várias centenas de outros para a beira do precipício e os arremessou. No dia seguinte, Sexta-feira Santa, bombardeou as tropas britânicas com artilharia e disparos de foguetes, mas com pouco efeito; o morteiro gigante nunca chegou a ser usado. Teodoro perdeu setecentos homens em batalha; os britânicos, dois. Diante da derrota, poupou os reféns europeus, enviando-os do topo da montanha para o acampamento britânico abaixo, mas recusou o pedido de Napier para sua rendição pessoal. Quando os britânicos invadiram as colinas de Magdala, Teodoro puxou uma pistola da cintura e se matou. Foi enterrado no cemitério da igreja local.

Os britânicos não se demoraram nas colinas. O único objetivo de Napier agora era levar a expedição de volta para a costa o mais rápido possível. Em troca da ajuda que Kassa tinha fornecido, entregou-lhe artilharia, espingardas, rifles e munições no valor de meio milhão de libras, e em seguida embarcou para a Inglaterra. Todos os objetos móveis do porto de Zula foram levados embora. Em julho, havia pouco que pudesse indicar que os britânicos tinham posto os pés na Abissínia.

APÓS A MORTE DE TEODORO, três candidatos disputavam o trono: Kassa, de Tigré, no norte da Abissínia; Gobeze, de Lasta, da Abissínia central; e Menelik, de Shoa, no sul da Abissínia. Gobeze moveu-se primeiro, proclamou-se imperador, adotou o título de Tekle Giorgis II e organizou uma cerimônia de coroação em agosto de 1868 na planície de Zebit, em Lasta, onde seu pai tinha sido enforcado por Teodoro. Ele ofereceu a Kassa o governo de Tigré, o título de *ras* e isenção de tributo, mas Kassa recusou a proposta e deixou clara a sua intenção de tomar o trono. Em junho de 1871, Gobeze marchou para Tigré à frente de um exército de 60 mil homens, mas foi duramente derrotado pelas forças mais bem equipadas de Kassa e feito prisioneiro.

Kassa então declarou-se imperador. Em janeiro de 1872, ele foi coroado Yohannes, ou João IV, na igreja de Maria, em Aksum, em uma cerimônia realizada de acordo com rituais antigos e com a participação de 3 mil sacerdotes. Seu objetivo principal era reintegrar as províncias da Abissínia em guerra e unificar a Igreja dilacerada por décadas de disputas teológicas. Ele ganhou o apoio dos governantes de Gojam e de Wollo. Mas ainda enfrentava a oposição de Menelik, em Shoa. Durante o interregno de Gobeze, Menelik havia reivindicado o título de rei dos reis para si próprio. No entanto, não tinha a força militar para assumir o trono. Quando o exército de João avançou em Shoa, em 1878, Menelik foi obrigado a tentar negociações. Em uma cerimônia elaborada no acampamento de João, em Dembaru, Menelik o reconheceu como imperador da

Abissínia. Em troca, João ofereceu coroá-lo rei de Shoa. Em 26 de março, depois de dias de festividades, Menelik foi coroado em um trono apenas um pouco menor do que o de João.

João foi o primeiro imperador em séculos a exercer autoridade a partir de Tigré, no norte, sobre Shoa e Gurage, no sul. Mas quando parecia que a Abissínia estava livre de agitações internas, surgiram predadores estrangeiros na costa do mar Vermelho. Em uma tentativa de estabelecer um império para si no nordeste da África, o Egito alugou o porto de Massawa do governo otomano e então o usou como base para invadir as terras altas do norte, em 1876. João conseguiu derrotá-los. Mas outro predador, a Itália, na esperança de se estabelecer entre os poderes imperialistas europeus depois da unificação, em 1870, também começou a ter interesse na região. Uma companhia de navegação italiana tinha comprado o porto de Assab, em 1869, do povo danakil, para uso como uma estação de abastecimento de carvão. Em 1882, a Itália declarou Assab uma colônia. Três anos depois, os italianos tomaram posse de Massawa, deixando claras suas próprias ambições territoriais.

PARTE VIII

O projeto do canal de Suez e o destino do Egito

IMPÉRIO EGÍPCIO

30. O quediva

A ABERTURA DO CANAL de Suez, em 1869, foi acompanhada por uma enxurrada de celebrações espetaculares que duraram três semanas. O quediva do Egito, Ismail, não poupou despesas, convidando milhares de visitantes de todo o mundo para desfrutar de uma série de cerimônias, festas e entretenimentos. No topo da lista de convidados estavam dignitários europeus a quem Ismail tinha especial interesse em impressionar. Entre eles, a imperatriz Eugênia da França, o imperador austríaco Francisco José I, o rei da Hungria e os príncipes da Prússia e da Holanda. Não havia, no entanto, soberanos muçulmanos. Ismail explicou ao primeiro-ministro, Nubar Paxá, que queria convidar o sultão do Marrocos, o bei de Túnis e o xá da Pérsia, mas que os alojamentos eram muito limitados. “Com a melhor das intenções na terra, e abrindo todas as minhas residências, não poderia ter mais de oitenta palácios prontos para os soberanos e príncipes que gostariam de me honrar com sua presença.”

A legião de outros convidados incluía financeiros, estudiosos, cientistas, artistas e escritores, entre eles o dramaturgo norueguês Henrik Ibsen, o pintor francês Jean-Léon Gérôme, o egiptólogo prussiano Richard Lepsius e o escritor francês Théophile Gautier. Um grande grupo foi acomodado no Shepheard’s Hotel, conhecido pelo luxo e opulência. “Os convidados se reuniam às mesas de acordo com as afinidades ou profissões; havia a área dos pintores, a área dos estudiosos, a dos literatos e jornalistas, a dos cosmopolitas e as dos amadores”, escreveu Gautier. “Eles circulavam entre si ... A conversa e o charuto mesclando todas as classes e todas as nações; alguém viu médicos alemães falando sobre estética para artistas franceses e matemáticos sérios ouvindo as histórias dos jornalistas com sorrisos nos rostos.”

Nem todas as ideias de Ismail para as cerimônias de abertura deram certo. Ele tinha esperança de convencer o italiano Giuseppe Verdi a escrever um hino para a ocasião, mas o compositor se recusou. “Não componho peças para eventos”, respondeu. No entanto, como parte das comemorações, *Rigoletto*, o drama musical de Verdi, foi a escolha para a apresentação inaugural da nova Ópera do Cairo, em novembro de 1869. No ano seguinte, Verdi concordou em compor uma ópera para o que daria por 150 mil francos. A ópera, *Aída*, era baseada em uma história sobre uma princesa etíope que fora capturada e levada como escrava para o Egito e foi apresentada pela primeira vez no Cairo, em 1871.

O plano para a abertura do canal, no dia 17 de novembro, compreendia duas frotas de navios, uma navegando de Porto Said em direção ao sul e levando os principais convidados e a outra navegando de Suez em direção ao norte. As frotas se encontrariam em Ismailia, no meio do caminho, no lago Timsah, ligando assim o Mediterrâneo ao mar Vermelho pela primeira vez. Ao som de salvas de tiros, bandas militares e jamborees de rua, a imperatriz Eugênia chegou a Porto Said em seu iate real, *Aigle*. “Recepção magnífica”, telegrafou a Napoleão III. “Nunca vi nada parecido na vida.”

A cerimônia de abertura contava com três arquibancadas elevadas de escadas largas, uma para o que daria e seus convidados reais, outra para a Igreja católica e a terceira para o ulemá muçulmano. O evento começou com uma oração muçulmana, seguida de uma missa católica e um discurso do confessor da imperatriz Eugênia, monsenhor Bauer. Em seguida, com o iate *Aigle* liderando o caminho e Ismail seguindo a bordo do *Mahrousa*, a frota zarpou para Ismailia, chegando ao pôr do sol.

Ismail tinha construído um palácio de frente para o lago Timsah, com grandes salas de recepção repletas de vitrais e madeiras trabalhadas. Os convidados foram alojados em um acampamento temporário de cerca de 1.200 tendas decoradas, de acordo com um convidado francês, com “os mais belos tapetes do mundo”. A principal sala de recepção, grande o suficiente para acomodar mil mesas, foi montada sobre dunas diante do palácio. Ao lado do salão,

havia uma sala de jantar para os soberanos visitantes, transformada em um jardim tropical e decorada com lustres, pinturas, fontes e espelhos. “Há 35 séculos, as águas do mar Vermelho se abriram pelas palavras de Moisés”, disse Eugênia, em seu brinde ao quaid. “Hoje, por ordem do soberano do Egito, elas retornam ao seu leito.”

A força motriz por trás da construção do canal de Suez foi o empresário francês Ferdinand de Lesseps. Em 1854, ele convenceu o paxá egípcio, Muhammad Said, a lhe dar uma concessão para formar uma empresa financeira para construir um canal no istmo de Suez e operá-lo por um período de 99 anos a partir de sua abertura. Uma segunda concessão, outorgada em 1856, requeria que o governo egípcio fornecesse a maior parte da mão de obra. Em 1858, Lesseps abriu a Compagnie Universelle du Canal Maritime de Suez (Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez). Mas teve dificuldade de reunir capital suficiente. O governo britânico se opôs ao projeto desde o início, temendo que ele enfraquecesse o Estado otomano e levasse o Reino Unido e a França a entrarem em conflito pelo Egito. Os investidores britânicos se esquivaram, acreditando que a empreitada seria um fracasso. Embora os investidores franceses tenham assumido 52% das ações, o governo egípcio foi obrigado a resgatar a empresa, comprando outros 44%. A construção não começou até 1859 e levou dez anos para ser concluída, quase duas vezes mais que o esperado. Grande parte da mão de obra foi inicialmente realizada por trabalho forçado, em meio a muita controvérsia. O custo também disparou.

Uma vez em operação, no entanto, o canal de Suez tornou-se rapidamente um sucesso comercial. O Reino Unido, que possuía a maior e mais moderna frota de marinha mercante do mundo e detinha, de longe, a maior parcela do comércio da Europa com a Ásia, teve enormes benefícios. Logo os navios britânicos representavam a maior parte dos negócios e lucros da companhia. Entre 1871 e 1895, a tonelagem britânica passando pelo canal nunca foi inferior a 70%, e manteve-se acima de 50% até depois da Segunda Guerra Mundial. O Egito não se saiu tão bem. Acabou perdendo o comércio de trânsito pelo istmo e foi também obrigado a

pagar uma indenização de mais de 3 milhões de libras esterlinas para a companhia do canal para se livrar da obrigação de fornecer mão de obra para o projeto.

O CANAL DE SUEZ foi apenas um dos grandes projetos com os quais Ismail esperava transformar o Egito em uma potência imperialista. Ele compartilhava a mesma ambição de modernização de seu avô, Muhammad Ali. Depois de suceder Said, em 1863, aos 33 anos de idade, governou primeiro como paxá, mas conseguiu convencer o sultão otomano a lhe conceder o título de quediva, um honorífico persa-turco que significava vice-rei, o que dava ao Egito status mais elevado no domínio otomano. Educado em parte na França, formado pela escola de cadetes de Saint-Cyr, Ismail admirava os métodos europeus e buscou uma parceria com potências europeias para impulsionar seus planos de modernização.

A velocidade da mudança foi dramática. Ismail encomendou ferrovias, rodovias, portos, projetos de irrigação, sistemas de esgotos e usinas de energia elétrica. Com a ajuda de planejadores franceses, começou a transformar o Cairo em uma capital moderna com todos os recursos de que as cidades europeias usufruíam: avenidas, praças e jardins públicos, uma casa de ópera, um teatro nacional, uma biblioteca nacional, um museu nacional. Ele se instalou no vasto palácio rococó Abdeen, onde se dedicou a produzir cada vez mais planos, recebendo um fluxo constante de visitantes estrangeiros com cortesia e charme. Os europeus foram encorajados a fixar residência e participar no grande renascimento do Egito. Por volta de 1876, mais de 100 mil europeus viviam lá.

As tentativas de Ismail de construir um império para o Egito no nordeste da África eram igualmente ambiciosas. Ele recrutou assessores militares europeus e norte-americanos, expandiu o exército para 93 mil homens e embarcou em nada menos do que dez campanhas militares na região. Mas o custo de tudo isso serviu para drenar imensamente os recursos do Egito.

Os projetos grandiosos de Ismail e suas aventuras militares foram financiados por uma farrá de empréstimos. A alta súbita na exportação de algodão durante a Guerra Civil Americana proporcionou um aumento das receitas, mas também incentivou Ismail a embarcar em ainda mais empréstimos. Os financeiros europeus e seus agentes no Egito tiraram o máximo de proveito, cobrando taxas exorbitantes de juros. Em média, de cada dez libras esterlinas de dívida nominal em que incorria, o governo de Ismail recebia não mais do que sete. A dívida pública aumentou de 3,3 milhões de libras, em 1863, para quase 100 milhões, em 1879. O custo de pagamento da dívida subiu para 5 milhões de libras ao ano, cerca de dois terços da receita anual do governo. Cada novo empréstimo era engolido em um mar de dívidas.

Em apuros, Ismail foi obrigado, em 1875, a vender as ações do Egito na Companhia do Canal de Suez, em uma tentativa de honrar o pagamento dos juros. De olho na barganha, o governo britânico arrematou-as por menos de 4 milhões de libras esterlinas. Mas, para o Egito, os recursos arrecadados trouxeram apenas alívio temporário.

O país agora enfrentava a calamidade de estar à mercê dos interesses financeiros europeus. Os credores europeus, principalmente os bancos, apelaram aos seus governos para ajudar na recuperação de seus empréstimos. Em 1876, os governos europeus responderam criando uma comissão internacional, a Caisse de la Dette Publique [Fundo da Dívida Pública], com o poder de assumir o comando da receita do Egito. Em 1878, eles foram mais longe. Em troca de um novo empréstimo, despiram Ismail de seus poderes autocráticos e obrigaram-no a aceitar o papel de monarca constitucional. Suas receitas pessoais e propriedades foram colocadas sob o controle de uma nova administração liderada por Nubar Paxá, um cristão armênio. Dois ministros europeus, um francês e um britânico, se juntaram ao gabinete, permitindo que a França e o Reino Unido exercessem o que foi chamado de "controle dual". O britânico nomeado, Charles Rivers Wilson, era um

especialista em tributação e recebeu a função de dirigir o Ministério das Finanças.

A intervenção dos europeus produziu uma onda de ressentimento entre os egípcios. Entre os militares, havia uma raiva crescente devido à insistência europeia de que o tamanho do exército teria de ser reduzido a uma força simbólica de 7 mil homens. Em fevereiro de 1879, diante da ameaça de demissão iminente, um grupo de oficiais e cadetes do exército fez uma manifestação na frente do Ministério das Finanças contra o atraso nos salários e exigindo pagamento integral. Quando a carruagem do primeiro-ministro, Nubar Paxá, passou perto do protesto, ele foi emboscado e agredido.

Em uma jogada desesperada, Ismail, prejudicado pela própria perda de poder, aliou-se aos manifestantes. Primeiro, demitiu Nubar Paxá e o substituiu pelo próprio filho, Tawfik. Em seguida, demitiu seu conselho de ministros, entre eles Rivers Wilson e o ministro francês das obras públicas. E afirmou que, a menos que seus antigos poderes fossem devolvidos, não poderia garantir a segurança do Estado.

Lideradas pela França, as potências europeias decidiram que Ismail teria que ser afastado por completo, e restou ao sultão otomano, oficialmente a autoridade suprema no Egito, agir. Tão em dívida com os financiadores europeus quanto Ismail, só restava ao sultão concordar. Em 26 de junho, um telegrama em turco dirigido a "Ismail Paxá, ex-quediva do Egito", foi entregue no palácio Abdeen. Seu maleável filho, Tawfik, foi instalado em seu lugar.

Ismail saiu-se bastante bem na aposentadoria. Poucos dias depois, partiu para o exílio a bordo do iate *Mahrousa*, levando consigo uma grande quantidade de riquezas de seus muitos palácios. Os governos europeus contribuíram com seu conforto, pagando-lhe um "auxílio" no valor de 2 milhões de libras esterlinas.

31. Equatória

O IMPÉRIO QUE O quediva Ismail tentou criar no norte da África oriental não teve mais sucesso. Ismail queria que ele acompanhasse o Nilo, estendendo-se para o sul por 5 mil quilômetros do Mediterrâneo até o equador. A rota tinha sido aberta na década de 1840, como resultado de expedições ordenadas por seu avô, Muhammad Ali, que esperava encontrar ouro e outras riquezas na vasta região inexplorada ao longo do rio a partir de Cartum, a decadente cidade-fortaleza que havia fundado em 1824. Até então, o Sudd, um denso pântano de 150 quilômetros de extensão com papiros, samambaias e vegetação apodrecida, havia bloqueado o avanço. Mas, em 1841, um oficial da marinha turca, Selim Qapadan, abriu caminho pelo Sudd e provou que o Nilo era navegável até Gondokoro, na terra dos baris, a 1.500 quilômetros ao sul de Cartum. Depois de Gondokoro, o rio lançava-se em uma sequência de cataratas intermitentes por cerca de 130 quilômetros. Embora os egípcios não tenham encontrado vestígio de ouro, descobriram uma das maiores reservas de elefantes da África, estendendo-se por centenas de milhares de quilômetros quadrados ao longo do Nilo Branco e seus afluentes.

As notícias desse novo caminho atraíram para Cartum um número crescente de comerciantes de marfim, mercadores, aventureiros e missionários. Alguns vieram da Europa – gregos, italianos, austríacos, franceses e ingleses –, fundando uma comunidade cosmopolita, com suas casas confortáveis, lojas e igrejas. Um correio mensal por camelo mantinha-os em contato com o mundo exterior, e luxos, como vinho, *pale ale* da cervejaria Bass, biscoitos, sabonetes e perfumes franceses eram importados através do deserto ao norte.

Um dos primeiros comerciantes a explorar o sul foi um engenheiro de minas galês, John Petherick, que tinha sido contratado anteriormente por Muhammad Ali para procurar depósitos de

minério de ferro em Cordofão, um empreendimento sem sucesso. Ele fez várias expedições ao Bahr el Ghazal, um dos principais afluentes do Nilo Branco, retornando com um tesouro em marfim. O único uso que as tribos zandes locais faziam de marfim, relatou ele, era em ornamentos, tais como pulseiras e colares. O produto era facilmente trocado por miçangas, búzios e braceletes de cobre.

Logo teve início uma corrida por marfim. Todo ano, em novembro, quando os ventos do norte começavam a soprar em Cartum, uma flotilha de barcos comerciais partia pelo Nilo Branco em uma expedição anual para recolher a mercadoria. Em 1851, havia uma dúzia de barcos; ao final da temporada, haviam coletado cerca de dezoito toneladas de marfim, no valor de aproximadamente 40 mil libras esterlinas, o que lhes custou em torno de mil francos franceses em miçangas. Vendido no Cairo, o marfim valia 100 mil francos franceses. Em 1856, mais de quarenta barcos partiram, voltando com 63 toneladas.

O comércio se tornou cada vez mais voraz. Quando a oferta de elefantes e marfim perto do Nilo e seus afluentes se esgotou, os mercadores organizaram expedições para o interior, empregando bandos armados de mercenários árabes para estabelecer campos fortificados, ou *zaribas*, a partir dos quais enviavam grupos de ataque. Além da pilhagem de marfim, negociavam escravos, aproveitando-se de rivalidades tribais locais para incentivar os moradores a atacarem seus vizinhos, raptavam mulheres e crianças e apropriavam-se de rebanhos de bovinos e ovinos, que eram trocados por mais marfim. Uma vasta faixa de terra ficou conhecida como território *zariba*.

Um dos pioneiros desse comércio *zariba* foi um francês, Alphonse de Malzac, que ficou conhecido como o Rei do Nilo Branco. Depois de fazer um reconhecimento do território dinka, em 1854, Malzac estabeleceu uma *zariba* a oito dias de marcha para o interior. Segundo relatos de missionários, ele enfeitava sua paliçada com as cabeças de suas vítimas e criou tal terror que tribos inteiras fugiram das vizinhanças. Seu negócio de marfim foi tão bem-sucedido que,

após a primeira temporada, ele precisou de quinhentos carregadores para transportar o marfim para as margens do Nilo.

Em 1862, o número de barcos partindo de Cartum na expedição anual tinha alcançado cerca de 120. Eles carregavam grupos de até trezentos árabes armados, muitos deles ex-criminosos, contratados por comerciantes para atuar como seus exércitos particulares em batidas para o sul. “Já não há comerciantes no Nilo Branco, apenas ladrões e traficantes de escravos”, informou o cônsul austríaco de Cartum.

Os lucros das expedições eram consideráveis. Um viajante inglês, Samuel Baker, que visitou Cartum em 1862, calculou que, em uma temporada boa, um comerciante que empregasse um grupo de 150 homens poderia obter cerca de 10 mil quilos de marfim, avaliados em Cartum em aproximadamente 4 mil libras esterlinas. O comerciante em geral pagava aos homens em escravos e peças de algodão. E ainda ficava com um excedente de quatrocentos ou quinhentos escravos, que poderia vender por cinco ou seis libras esterlinas cada.

O ALTO NILO TORNOU-SE o foco das ambições imperialistas de Ismail. Em 1869, pouco antes da abertura do canal de Suez, o quediwa se encontrou com Samuel Baker, no Cairo, e discutiu seu plano de montar uma expedição militar para anexar o alto Nilo e erradicar o tráfico de escravos da região. Baker, um rico caçador de animais grandes, considerado um dos melhores atiradores da Inglaterra, tinha passado um ano explorando o Nilo Azul e seus afluentes, acompanhado da jovem amante húngara, Barbara Maria von Sass, a quem havia comprado à vista por sete libras esterlinas em um mercado de escravos na Bulgária, no império otomano, e passado a chamar de Florence. Desde então os dois tinham se tornado companheiros inseparáveis. Depois de passar seis meses em Cartum, eles embarcaram em uma viagem até o Nilo Branco, em dezembro de 1862, na esperança de encontrar sua fonte. Baker também havia sido convidado pela Real Sociedade Geográfica para

procurar por seus dois exploradores perdidos, John Speke e James Grant, que tinham deixado Zanzibar no ano anterior.

A expedição de Baker alcançou Gondokoro em março de 1863. Ele descreveu o lugar como “um inferno perfeito”, onde os comerciantes e seus mercenários armados estavam sempre bebendo, brigando e atirando para cima descontroladamente. Por acaso, apenas duas semanas depois, Speke e Grant apareceram em Gondokoro, em seu caminho pelo Nilo, depois de descobrirem sua fonte principal nas cataratas Ripon. Apesar de considerarem a questão encerrada, encorajaram Baker a continuar sua jornada rio acima e explorar uma possível segunda fonte, um lago chamado Luta Nzigé, que não tinham conseguido alcançar.

Baker e Florence passaram os dois anos seguintes percorrendo o curso superior do Nilo, cercados por incessantes guerras locais, enfrentando perigos constantes, muitas vezes doentes, com febre, sem comida e suprimentos, e dependendo de traficantes de escravos e marfim para sobreviver. Mas eles conseguiram encontrar o Luta Nzigé e o batizaram de lago Alberto, em homenagem ao falecido consorte da rainha Vitória. A narrativa romantizada de suas viagens, *The Albert N'yanza, Great Basin of the Nile* [O Albert Nyanza, na Grande Bacia do Nilo], rendeu a Baker fama generalizada e um título de nobreza. Ele também saiu convencido dos méritos da expansão egípcia como uma forma de levar ordem ao alto Nilo, e, portanto, tornou-se passível de abordagens pelo governo egípcio.

Ismail fez uma proposta generosa ao inglês para conduzir a criação de sua nova província de Equatória. Ele lhe ofereceu o título de paxá, o posto de major-general e um salário de 40 mil libras esterlinas por um mandato de quatro anos. Mas o âmbito de sua missão era totalmente irrealista. Com uma força armada de 1.500 homens, três bons barcos a vapor e catorze canhões, Baker deveria suprimir um tráfico de escravos desenfreado, estabelecer uma rede de postos militares por todo o caminho até os Grandes Lagos e introduzir um sistema de “comércio legítimo”.

Para piorar a situação, logo após chegar a Cartum, em 1869, Baker foi informado de que o governo havia arrendado todo o Nilo Branco a comerciantes. Ele resumiu sua atribuição em termos pessimistas: “Eu tinha que anexar um território que já havia sido arrendado pelo governo. Minha tarefa era reprimir o tráfico de escravos, quando as autoridades de Cartum sabiam muito bem que seus inquilinos eram caçadores de escravos; estabelecer o comércio legítimo, quando o monopólio do comércio já havia sido passado aos comerciantes; e construir um governo baseado em princípios bons e justos, que arruinasse a caça a escravos e as expedições de coleta de marfim de Cartum.”

Partindo de Cartum, em fevereiro de 1870, acompanhado de Florence, agora lady Baker, o inglês não conseguiu abrir caminho pelo Sudd e foi obrigado a esperar perto de Malakal até dezembro, quando o rio enchia, antes de tentar novamente. Eles só chegaram a Gondokoro em abril de 1871. Em maio, em uma cerimônia em Gondokoro, Baker içou a bandeira egípcia e proclamou o território circundante – tão ao sul quanto os reinos de Bunyoro e Buganda – parte da nova província egípcia de Equatória.

Baker não conseguiu realizar muito nos dois anos de contrato restantes. Passou nove meses tentando impor o domínio egípcio sobre os baris, sem sucesso. Movendo-se para o sul, chegou, em abril de 1872, à capital de Bunyoro, Masindi, e hasteou a bandeira egípcia, mas foi expulso pelo jovem rei, Kabarega. Ele recuou para o norte e construiu um forte em Fatiko, em território acholi, e então retornou ao Cairo em agosto de 1873, deixando para trás uma terra devastada por traficantes de escravos, pilhagens e guerra.

Para substituir Baker, Ismail contratou um engenheiro do exército britânico de 41 anos de idade, o coronel Charles Gordon, famoso por suas façanhas na Guerra da Crimeia e na China. Gordon era uma pessoa temperamental, um místico militar que se via como instrumento de Deus e que acreditava possuir um poder hipnótico sobre povos primitivos. Era famoso pelos acessos de fúria e pela impulsividade; mas também possuía energia ilimitada, modos autoritários e uma determinação que parecia bem adequada à

tarefa. Ismail fez a ele a mesma proposta que havia feito a Baker: estender o território egípcio até os Grandes Lagos e esmagar o comércio de escravos. E ofereceu a Gordon 10 mil libras esterlinas por ano, mas Gordon preferiu aceitar apenas 2 mil.

Chegando a Equatória em 1874, o coronel estabeleceu seu quartel-general em Lado, ao norte de Gondokoro; arrastou barcos fluviais para além das cataratas e lançou-os no lago Alberto; e ampliou a linha de fortificações de Baker em direção ao lago Vitória Nyanza. Ele enviou um destacamento de tropas sob o comando de um jovem oficial francês à capital de Mutesa, na esperança de estabelecer uma guarnição egípcia em Buganda e transformá-la em um protetorado, mas ficou decepcionado quando o adversário os deteve. "Mutesa se apropriou de meus soldados e, portanto, não foi anexado", observou Gordon com tristeza em seu diário. O general sofreu muitas outras frustrações. "Estou me sentindo bastante desgastado", escreveu a um amigo, no final de 1874, "e temo que meu temperamento esteja muito, *muito* ruim, mas as pessoas são difíceis, e não adianta de nada não ser temido." Exausto e desiludido, Gordon voltou ao Cairo em 1876 e renunciou.

ALÉM DE EQUATÓRIA, Ismail tentou expandir seu império para outras regiões do Nilo. Durante a década de 1850, os comerciantes jaalis do norte do Sudão haviam penetrado em terras ao longo do Bahr al-Ghazal, um dos afluentes ocidentais do Nilo Branco, que se junta ao rio principal a 950 quilômetros ao sul de Cartum. Como em Equatória, eles construíram *zaribas*, escravizaram a população local e passaram a enviar milhares de escravos ao ano por Cordofão até a costa do mar Vermelho, para vender na Arábia. Um mercador jaali chamado Zubayr Rahma Mansur emergiu como o principal líder militar na região de Bahr al-Ghazal, empregando um exército privado de mil homens e utilizando trabalho escravo em fazendas e plantações nos arredores de sua base, em Daym al-Zubair. Sua rede se estendia profundamente em território independente de Darfur. Quando as autoridades egípcias tentaram frear a atividade *zariba* em

Bahr al-Ghazal, Zubayr marchou contra elas. Reconhecendo que o líder militar estava por demais estabelecido na região para ser superado pela força, em 1873 os egípcios o nomearam governador da nova província de Bahr al-Ghazal. No ano seguinte, Zubayr uniu forças com os egípcios para invadir e conquistar Darfur, tomando sua capital, Al-Fashir, em novembro de 1874.

As ambições territoriais de Ismail também incluíam terras ao longo da costa do mar Vermelho e do Chifre da África. Em 1867, o sultão otomano lhe ofereceu arrendamentos mercantis sobre os portos estratégicos de Suakin e Massawa. Em 1872, Ismail nomeou um aventureiro suíço, Werner Munzinger, governador da região, dando-lhe o título de paxá. Usando Massawa como base, Ismail então ordenou a invasão das terras altas do norte da Abissínia. Em 1875, um oficial de artilharia dinamarquês a seu serviço, Søren Arendrup, liderou uma expedição a Hamasien, mas foi derrotado pelas forças do imperador João. Na mesma época, outra expedição liderada por Munzinger a terras danakil também fracassou. Ismail tentou encobrir as notícias dos desastres e se preparou para uma nova invasão. Em janeiro de 1876, uma força egípcia, que incluía nove oficiais norte-americanos, deixou Massawa em direção às terras altas, mas também sofreu pesadas baixas e foi forçada a recuar. Mais uma vez, Ismail tentou encobrir a notícia do resultado.

A costa da Somália também se tornou um alvo. Em 1875, as forças de Ismail ocuparam Zeila, no golfo de Áden, e obtiveram o controle do centro comercial de Harar, no interior. Mas uma expedição egípcia a Jubalândia, mais para o sul na costa leste, terminou em fiasco.

A ideia de uma expedição à costa leste tinha sido inicialmente proposta pelo coronel Gordon, de sua base em Equatória. Gordon acreditava que seria possível encontrar uma rota melhor para o centro da África avançando-se para o interior a partir da costa leste, em vez de seguindo o Nilo. Em 21 de janeiro de 1875, ele anotou em seu diário:

Sugeri ao quediva enviar um vapor com 150 homens até a baía de Mombaz [Mombaça], a quatrocentos quilômetros ao norte de Zanzibar, e estabelecer ali uma estação, e em seguida avançar até Mutesa [em Buganda]. Se eu puder fazer isso, vou estabelecer minha base em Mombaz e desistir de Cartum e do incômodo dos vapores etc. O centro da África seria desbravado com muito mais eficácia, já que as únicas partes valiosas do país são as terras altas perto de Mutesa, enquanto o sul de Cartum é um pântano miserável. Espero que o quediva concorde.

Ao descobrir que Mombaça estava sob o controle de Zanzibar, Gordon propôs a alternativa de se usar o rio Juba, mais ao norte, como base. Ismail gostou da ideia e, ignorando as reivindicações de Zanzibar sobre a costa em questão, logo organizou uma expedição. "A foz do Juba é nossa", afirmou em um despacho para Gordon. A expedição era composta por quatro navios de guerra e 550 soldados egípcios sob o comando de um antigo oficial da Marinha Real, o capitão H.F. McKillop.

Em outubro de 1875, McKillop navegou até Kismayu, um porto somali na foz do rio Juba sob o controle de Zanzibar, mas a expedição não fez progresso para o interior e logo ficou sem suprimentos. Em Zanzibar, o sultão Barghash reclamou da invasão, e o governo britânico obrigou Ismail a dar ordens para a expedição se retirar.

EMBORA OS PLANOS DE ISMAIL para um grande império no nordeste da África tenham fracassado, ele continuou determinado a manter seus territórios no Nilo, com os quais havia despendido grandes somas de dinheiro. Eles se estendiam por cerca de 2.650 quilômetros, de norte a sul, e 1.060, de leste a oeste. No entanto, os administradores que havia designado para Cartum eram corruptos e letárgicos. Fora da cidade, o governo egípcio tinha pouca autoridade, exceto em algumas partes de Equatória. As províncias de Bahr al-Ghazal, Darfur e Cordofão estavam fervilhando com traficantes de escravos. Na tentativa de estabelecer um regime mais eficaz, Ismail demitiu seu governador-geral egípcio em Cartum e pediu ao coronel Gordon para tomar seu lugar.

Tratava-se de uma nomeação inusitada. Gordon era um cristão fervoroso, um estrangeiro com pouco conhecimento de árabe, incapaz de conversar fluentemente com os funcionários e que dependia de tradutores. Ele não sabia nada da vida em Cartum ou nas outras províncias que não Equatória. Também era inexperiente na rotina de administração e, de qualquer maneira, desprezava burocracia. De temperamento irascível, impetuoso, baseava-se fortemente na intuição, mas não era bom em julgamentos de caráter e estava mal equipado para lidar com intrigas de subordinados.

O próprio Gordon, no entanto, enxergou na nomeação os desígnios de Deus e lançou-se na tarefa com prazer. “Vou sozinho, com um Deus Todo-Poderoso infinito a me dirigir e a me guiar, e fico feliz de confiar tanto nele que nada temo e, na verdade, certo do sucesso”, escreveu. Chegando a Cartum em maio de 1877, Gordon começou emitindo um fluxo de leis e decretos de seu palácio de dois andares com vista para o Nilo Azul, tentando romper a inércia do governo. Mas encontrou maior satisfação mantendo-se em movimento, buscando solucionar os problemas do império por meio de intervenção pessoal. Passou grande parte do tempo viajando de camelo e a cavalo, cobrindo distâncias de 65 quilômetros de uma única vez, correndo até Darfur para conter uma revolta incipiente, lidando com caravanas de escravos em Cordofão, cavalgando até Berber e Dongola no norte, indo para o leste para consertar as relações com a Abissínia. Mas a exaustão e a desilusão acabaram por alcançá-lo novamente. Quando Ismail foi deposto, em 1879, Gordon decidiu pedir demissão.

32. Representante do povo

NAS RUAS E NOS CAFÉS do Cairo e de Alexandria, o clima de ressentimento com a intervenção europeia no país se espalhava progressivamente. Muito se falava em “Um Egito para os egípcios”. O novo quediwa, Tawfik, era amplamente considerado um fantoche das potências europeias. Uma nova classe média estava emergindo depressa, intelectuais nativos, jornalistas, professores e administradores, todos em busca de maior acesso ao mundo da elite dominado tanto pelos europeus como pela antiga classe dominante de língua turca, conhecida como turco-circassianos. As populações urbanas cresciam rapidamente. Entre 1850 e 1880, as populações do Cairo e de Alexandria aumentaram em 40%. Como resultado da expansão do sistema escolar, os centros urbanos agora possuíam uma massa crítica de residentes alfabetizados capazes de formar suas próprias redes de contato. Jornais de língua árabe, embora sujeitos a censura, proporcionavam uma plataforma para suas ideias. O advento de rodovias e ferrovias modernas e do telégrafo lhes permitiu estabelecer conexões nacionais. A estrada de ferro entre Cairo e Alexandria reduziu o tempo de viagem entre as duas cidades de quatro dias para oito horas.

As vozes da dissidência foram ficando cada vez mais altas. A elite urbana e os grandes proprietários de terra tornavam-se progressivamente mais críticos das medidas de austeridade impostas pelos controladores financeiros europeus e exigiam mais participação política para si mesmos. Um ativista político persa, Jamal ad-Din al-Afghani, residente no Cairo desde 1871, atraiu multidões de jovens egípcios para suas reuniões em cafés, nas quais alertava que o islã estava sob o ataque da Europa e pedia aos Estados muçulmanos para se protegerem das ambições europeias. Sua mensagem foi adotada pela imprensa, inspirando artigos e exigindo maior

independência tanto da Europa quanto de Istambul. Associações secretas, algumas com inclinações revolucionárias, começaram a se formar. Em 1879, uma organização nacionalista, Hizb al-Watani, lançou um manifesto instando a população à libertação da opressão estrangeira:

O Egito merece se ver reduzido a uma mera expressão geográfica? E seus 5 milhões de habitantes merecem ser tratados como gado em que se coloca cabresto à vontade? ... O Egito deseja se libertar de suas dívidas, sob a condição de que as potências o deixem livre para aplicar reformas urgentes. O país deve ser administrado por personalidades egípcias ... Ele não quer ministros que representem para sempre esta ou aquela influência europeia.

No entanto, o avanço da nova classe média era bloqueado a cada passo. Durante o governo de Tawfik, o laço europeu tornou-se cada vez mais apertado. Em julho de 1880, seis potências europeias concluíram as negociações para regularizar a dívida e as finanças do Egito. Os termos exigiam que o governo atribuísse dois terços de suas receitas para abater a dívida. O restante era reservado para despesas administrativas e deixado nominalmente nas mãos do governo, mas controladores estrangeiros mantinham poderes substanciais, incluindo o direito de vetar alterações na legislação tributária e fiscal e de evitar a captação de novos empréstimos. Nas palavras de um oficial britânico, Alfred Milner, o Egito estava financeiramente "com as mãos e os pés atados, incapaz de se mover, quase incapaz de respirar sem o consentimento da Europa". Além disso, funcionários europeus receberam cargos elevados em ferrovias, portos, alfândega, correios, telégrafos e até no secretariado do quívica.

A situação de Tawfik era ingrata. Obrigado a servir apenas como um monarca constitucional, fora despojado de poderes executivos e removido das fontes tradicionais de autoridade até então disponíveis para os líderes autocráticos do Egito. Os críticos o consideravam pouco mais do que um cobrador de dívidas dos estrangeiros. Ele próprio não estava disposto a oferecer grande resistência. Um ex-diplomata britânico, Wilfrid Blunt, registrou que Tawfik tinha "sido criado mais no harém do que entre os homens e fora incapaz de se

livrar de uma certa timidez efeminada que sempre o levava a esconder seu parecer na presença de uma vontade mais forte que a sua própria”.

O foco de oposição veio de um grupo de oficiais do exército cujas carreiras estavam ameaçadas por cortes no orçamento militar exigidos pelos controladores financeiros europeus. Dentro do corpo de oficiais, já havia uma tensão considerável entre os felás, nativos de fala árabe, e o antigo establishment turco-circassiano que monopolizava os altos escalões do exército desde a época de Muhammad Ali. Apenas quatro nativos egípcios tinham conseguido subir ao posto de coronel. Confrontados com a necessidade de fazer cortes, os oficiais turco-circassianos procuraram proteger seus próprios números e garantir que o peso caísse sobre os nativos egípcios. Em julho de 1880, o ministro turco-circassiano da guerra, Uthman Rifqi, emitiu um decreto no qual restringia o número máximo de anos de serviço militar a sete, eliminando assim a escada pela qual os recrutas felás alcançavam o corpo de oficiais depois de ingressar no exército nas patentes mais baixas.

Em fevereiro de 1881, um oficial felá, o coronel Ahmad Urabi, emergiu como líder de um grupo de colegas dissidentes preparados para desafiar a hierarquia militar. Nascido em uma aldeia no delta oriental do Nilo em 1841, filho de um religioso ancião, Urabi mostrou talento e ambição desde tenra idade. Depois de completar sua educação primária na universidade mesquita de al-Azhar, entrou para uma escola militar em 1854 e, em apenas seis anos, subiu de soldado raso ao posto de mais jovem coronel do Egito em todos os tempos, aos dezenove anos. Sua carreira foi então bloqueada pelo sistema turco-circassiano. Ele parou de receber promoções. Colocado sob o comando de um general circassiano, lembrou: “O general mostrava um favoritismo cego para os homens de sua própria raça, e quando me descobriu como um puro-sangue [egípcio] nacional, minha presença no regimento passou a afligi-lo. Ele trabalhou para me dispensar do regimento, para liberar meu posto para um dos filhos dos mamelucos.”

Durante a década de 1870, Urabi participou da desastrosa campanha para invadir a Abissínia, voltando para casa com tropas desmoralizadas e enfrentando desmobilização. Ao saber que ele e outros dois coronéis estavam prestes a ser exonerados e substituídos por oficiais turco-circassianos, os três homens, em janeiro de 1881, decidiram agir, colocando suas queixas e demandas em uma petição enviada ao quediva Tawfik. Eles pediam a demissão de Rifqi, o ministro da Guerra, e sua substituição por um oficial egípcio nativo; e que os cortes no número de tropas fossem revogados. Os três oficiais foram convocados para o Ministério da Guerra e presos. Mas duas unidades da guarda quediva invadiram o prédio do ministério, libertaram os oficiais e marcharam direto para a praça Abdeen, para fazer uma manifestação em frente ao palácio do quediva. Em uma sessão de emergência do gabinete, Tawfik cedeu, concordando em dispensar Rifqi e fazer concessões sobre salários e condições de serviço dos soldados.

O incidente impulsionou Urabi à fama nacional. Nos meses seguintes, ele se tornou o líder de uma aliança entre grupos díspares que se autodenominou "Partido Nacional": reformistas liberais que queriam uma constituição no estilo ocidental; proprietários rurais determinados a preservar seus privilégios fiscais; conservadores muçulmanos hostis à expansão da influência cristã; e representantes de camponeses castigados pela tributação. Urabi se via não apenas como um oficial do exército, mas como o "representante do povo". Suas origens de felá, uma vez motivo de desprezo, agora contavam a seu favor. Como os jornalistas pioneiros do Egito, ele falava a língua das massas. De acordo com Wilfrid Blunt, Urabi "começou a ser mencionado nas províncias como o *'el wahhid'*, o 'único' ... pois fora o único homem de origem puramente felá em séculos capaz de resistir à tirania da elite reinante turco-circassiana com êxito".

Blunt o encontrou em uma modesta casa alugada perto do quartel Abdeen. A rua e a porta de entrada estavam cheias de suplicantes. Urabi tinha a aparência de "um típico felá, membros fortes e um pouco lento em seus movimentos", registrou o diplomata. "Ele parecia simbolizar aquela força física enorme, tão

característica do camponês laborioso do baixo Nilo.” Mas quando sorriu, Blunt viu uma “inteligência interior gentil e generosa”.

O confronto entre Tawfik e a oposição se deu sete meses após o primeiro embate. Embora a princípio parecesse conciliador, Tawfik mudou de curso, demitindo o gabinete reformista e nomeando seu cunhado, um linha-dura turco-circassiano, como ministro da Guerra. Urabi e seus colegas responderam organizando uma manifestação em frente ao palácio do quediva, na praça Abdeen, em 9 de setembro. Urabi então entrou no palácio para apresentar as novas demandas a Tawfik. Entre elas, estava a nomeação de um novo gabinete, o aumento do exército para um contingente de 18 mil homens e a convocação de uma assembleia nacional. Segundo o relato de Urabi sobre a reunião, feito posteriormente para Wilfrid Blunt, a conversa com Tawfik foi contundente:

TAWFIK: Sou quediva e faço o que quiser.

URABI: Não somos escravos e jamais seremos herdados deste dia em diante.

Mais uma vez, apenas com a elite turco-circassiana para apoiá-lo, Tawfik foi obrigado a ceder. Ele concordou em instalar um novo gabinete e convocar uma nova assembleia.

Nas ruas, a reação ao golpe de Urabi, de acordo com Blunt, foi eufórica. “É literalmente verdade que os homens paravam uns aos outros nas ruas do Cairo, mesmo estranhos, para se abraçar e comemorar o novo reinado surpreendente de liberdade que de repente começara para eles, como a aurora do dia depois de uma longa noite de medo.” Uma onda de nacionalismo invadiu o Cairo e outras cidades. As autoridades britânicas e francesas informaram que o quediva tinha perdido todo o prestígio.

A reação da França e da Inglaterra, no entanto, foi de crescente alarme. Ambas temiam que, a menos que a autoridade de Tawfik fosse restaurada, o sistema de controle dual das finanças do Egito pudesse estar em risco. O ministro das Relações Exteriores francês, Léon Gambetta, tomou a iniciativa de propor uma resposta vigorosa. Em dezembro, ele elaborou uma nota para deixar claro que a França

e a Inglaterra estavam determinadas a apoiar o quediva. O primeiro-ministro britânico, William Gladstone, preferiu uma abordagem mais comedida. Em 4 de janeiro de 1882, ele escreveu: “Um Egito para os egípcios’ é o sentimento que gostaria de apoiar; e se ele pudesse prevalecer, acho que seria o melhor, a única boa solução para a ‘questão egípcia’.” No entanto, Gladstone estava interessado em se manter aliado à França nessa matéria e esperava que uma nota conjunta servisse para frear Urabi e seus apoiadores nacionalistas. Em sua forma final, a nota prometia “esforços unidos” da França e da Inglaterra para proteger a ordem no Egito contra todas as ameaças internas e externas e “evitar os perigos a que o governo do quediva possa ser exposto”.

Para Urabi e seus correligionários, isso soou como uma ameaça direta de intervenção. Os coronéis e os nacionalistas se uniram em uma tentativa de limitar alguns dos grilhões estrangeiros impostos sobre o Egito. Em fevereiro, Urabi foi empossado como ministro da Guerra em uma nova administração de mentalidade nacionalista. A reputação de Tawfik caiu ainda mais. Ele foi acusado de agir em nome dos interesses europeus e de trair seu próprio país.

O fracasso da nota conjunta colocou mais pressão sobre a abordagem anglo-francesa. A França era partidária de tentar quebrar o movimento nacionalista; a Inglaterra ansiava por um meio-termo. Ambas estavam preocupadas que Urabi repudiasse a enorme dívida do Egito. Depois de meses de disputa, eles concordaram, em maio, com uma pequena demonstração de diplomacia canhoneira: uma frota de quatro navios de guerra – dois franceses e dois britânicos – foi enviada a Alexandria.

Mas a presença de navios de guerra estrangeiros no porto externo de Alexandria estimulou os temores de uma invasão iminente e serviu para fortalecer o domínio do poder de Urabi no Cairo. Alexandria, cidade com uma população europeia de 45 mil habitantes muito acostumada a ostentar riqueza e privilégio, tornou-se um barril de pólvora. Antecipando problemas, milhares de pessoas fugiram. Em 11 de junho, uma discussão entre um súdito britânico e um motorista de ônibus egípcio se transformou em um

tumulto de fúria contra europeus, no qual cerca de cinquenta europeus e 250 egípcios foram mortos. Urabi despachou tropas para restaurar a ordem e reforçar as defesas da cidade em caso de uma invasão europeia.

No início de julho, o comandante da frota britânica, almirante Seymour, informou que as tropas de Urabi estavam construindo plataformas para armas em Alexandria que ameaçavam a segurança de seus navios. O almirante pediu permissão para bombardeá-las, caso não acatassem o ultimato para interromper a construção. Por razões de política interna, foi ordenado que os dois navios franceses não se envolvessem e se retirassem para Porto Said. Quando o ultimato de Seymour expirou, em 11 de julho, ele abriu fogo, destruindo não apenas as baterias da costa, mas edifícios públicos na orla. Ao fim da tarde, a cidade estava em chamas e as forças egípcias batiam em retirada. Outra rodada de saques e caos se seguiu. Foram necessários vários dias até que um grupo de fuzileiros navais e marinheiros britânicos restaurasse a ordem. Urabi recuou suas forças para o delta do Nilo, proclamou uma guerra santa contra os britânicos e colocou coronéis do exército no comando de cidades do canal. Tawfik, por sua vez, fugiu para um palácio em Alexandria, buscando a proteção da frota britânica.

Temendo que Urabi pudesse tentar fechar o canal de Suez, o governo da Inglaterra decidiu-se por uma invasão militar completa. O canal tinha se tornado uma artéria vital para o império britânico. Mais de três quartos de seu tráfego era de navegação britânica. Os franceses reconheciam que o canal estava em perigo, mas estavam paralisados naquele momento por mais uma de suas lutas políticas internas. Quando o primeiro-ministro francês, Charles de Freycinet, pediu à Assembleia Nacional para votar pela participação do país na proteção do canal, ele foi rejeitado. Os britânicos estavam sozinhos na empreitada.

Em agosto de 1882, uma força de invasão britânica de 25 mil homens tomou posse de ambas as extremidades do canal de Suez e se preparou para avançar de Ismailia em direção ao Cairo. Urabi montou uma defesa em um acampamento fortificado em Tel el-Kebir,

a cem quilômetros da capital, mas suas forças logo foram dominadas. O Cairo se rendeu sem um tiro. Dois dias depois, Urabi se entregou aos britânicos. Ele foi julgado por acusações de traição e condenado à morte, mas acabou sendo enviado para o exílio. Tawfik retornou à capital em 25 de setembro e foi recebido com aplausos obsequiosos.

Ao conquistar o controle do Egito, os ministros britânicos tinham objetivos limitados. Pretendiam que a ocupação fosse de curta duração, um máximo de três anos. O plano era que, durante o interregno, os britânicos restaurassem a autoridade do quediwa, reformassem a administração, desenvolvessem instituições de autogoverno, treinassem e equipassem um exército leal e, em seguida, retirassem suas tropas e deixassem para trás um Estado estável, preparado para salvaguardar os interesses britânicos. Seu principal objetivo era garantir que o canal permanecesse permanentemente seguro para uso do Reino Unido.

Para realizar tudo isso, os britânicos resolveram pôr fim ao sistema de controle dual sob o qual funcionários britânicos e franceses supervisionavam conjuntamente as finanças do Egito. Embora os britânicos não tivessem intenção de transformar o Egito em um protetorado, queriam ter influência primordial no país. Conselheiros britânicos foram colocados em todos os níveis do governo. O verdadeiro governante do Egito tornou-se o residente britânico no Cairo. Mas a ação unilateral do Reino Unido em encerrar o controle dual foi vista pelos franceses como "roubo" e intensificou a rivalidade já existente entre eles pela África.

33. O esperado

ENQUANTO O EGITO ESTAVA imerso em suas próprias lutas por poder, nas províncias de seu império no Sudão uma rebelião ganhava força. A derrubada de Ismail como qudiva, em 1879, a mando dos governos europeus, tinha danificado a autoridade do Egito no Sudão, criando um vácuo de poder que permitiu que um pregador muçulmano carismático, Muhammad Ahmad ibn Abdallah, espalhasse a mensagem de revolta. Em setembro de 1882, o mês em que as tropas britânicas tomaram posse do Cairo, o exército *ansar* de Muhammad Ahmad cercou a guarnição egípcia em Al-Ubayyid, capital da província de Cordofão, onde revoltas esporádicas tinham começado no ano anterior.

O homem que se tornaria conhecido como o *mahdi* nasceu em 1844, em uma pequena ilha no Nilo, perto de Dongola, uma capital provincial na Núbia. Filho de um construtor de barcos, ele recebeu uma educação tradicional sob xeques religiosos, mostrando uma precoce aptidão pelos estudos. Quando jovem, tornou-se um adepto dedicado de um xeque sufi, Muhammad Sharif Nur al-Da'im, o líder de uma ordem mística célebre chamada Sammaniyya. Seu noviciado durou sete anos. Em 1868, foi-lhe concedida uma licença de pregador e ele se mudou para a ilha de Aba, no Nilo Branco, a cerca de 250 quilômetros ao sul de Cartum, onde viveu como um eremita ascético, fazendo peregrinações ocasionais para áreas vizinhas e construindo uma reputação de extrema devoção. Muhammad Ahmad se vestia de maneira simples, com uma camisa de algodão branco e um *jibba*, que, quando se desgastava ou rasgava, ele consertava com pedaços de lã tingidos, para demonstrar seu desprezo por bens materiais. Dizia-se também que possuía poderes sobrenaturais. Seus ensinamentos do islã tornaram-se cada vez mais rigorosos. Ahmad rompeu com seu mentor, Muhammad Sharif, por ele ter permitido

um banquete com dança e música na circuncisão de seu filho, e ligou-se a um xeque rival.

Em muitas partes do Sudão, abundavam rumores de que a turbulência e o caos que o país estava sofrendo anunciavam a chegada de um *mahdi*, a figura messiânica que se acreditava ser enviada por Deus para preparar o mundo para o Dia do Juízo Final. Em março de 1881, depois de experimentar uma série de visões, Muhammad Ahmad divulgou a um círculo interno de discípulos que era o *mahdi* esperado. Entre eles, havia um membro da tribo bakkara, Abdallahi Muhammad. Filho de um adivinho da tribo ta'aisha, ele havia deixado Cordofão em 1880, em uma viagem em busca do *mahdi*, e chegara ao Nilo depois de ouvir relatos a respeito da reputação de Muhammad Ahmad. Abdallahi viria a se tornar o mais proeminente dos comandantes militares do *mahdi*.

Em junho de 1881, pouco depois de completar 38 anos, Muhammad Ahmad afirmou publicamente ser o *mahdi* e enviou cartas aos líderes religiosos de todo o Sudão, pedindo seu apoio e assinando "Muhammad al-Mahdi". O Sudão, declarou ele, precisava ser purgado de seus governantes egípcios e turcos corruptos e voltar para as austeridades da verdadeira fé. Qualquer um que não aceitasse sua missão divina seria "purificado pela espada". Em Cartum, o governador-geral egípcio respondeu com o envio de uma força militar completa para a ilha de Aba, para prender o *mahdi*, mas o pequeno grupo de seguidores fanáticos, armados apenas com lanças e porretes, a destruiu. A vitória do *mahdi* foi saudada como um milagre.

Em vez de esperar por mais represálias, o *mahdi* ordenou que seus seguidores fossem para as montanhas de Nuba, no sul de Cordofão, citando o exemplo da *hijra* que o profeta Maomé tinha realizado, indo de Meca a Medina, 1.200 anos antes. Ele já havia visitado Cordofão duas vezes, pregando para as tribos da região e fazendo contato com os líderes locais ressentidos com o domínio egípcio. Em seu refúgio remoto em Jebel Qadir, Muhammad Ahmad reuniu uma variedade de seguidores – ou *ansar*, como ele os chamava, um nome usado pelo profeta. Alguns o aceitaram como o

verdadeiro *mahdi*, O Esperado, o sucessor direto do profeta, que tinha vindo para restabelecer a justiça e a harmonia depois de anos de opressão. “Vamos destruir este mundo e criar o próximo”, disse o *mahdi* a eles. Outros que se reuniram sob sua bandeira incluíam traficantes de escravos, barqueiros e mercenários, prejudicados pelos esforços do Egito em proibir o comércio de escravos, que o islã permitia. Mas o grosso de seus seguidores eram os nômades bakkaras, que viviam da economia do gado e que havia muito se ressentiam do jugo egípcio. A mensagem que o *mahdi* pregava a eles era simples: “Matem os turcos e deixem de pagar impostos.” Os bakkaras também viam oportunidades para a pilhagem. O *jibba* remendado foi adotado como uniforme dos *ansar*, como um sinal de igualdade.

Liderados por Abdallahi e outros dois califas, o exército *ansar* do *mahdi* embarcou em uma jihad para derrubar o governo egípcio, destruindo um posto avançado egípcio após outro em Cordofão e derrotando uma bem equipada força egípcia enviada por Cartum. Em setembro de 1882, apenas as guarnições na capital provincial de Al-Ubayyid e uma outra cidade tinham resistido. Depois que um ataque frontal contra a guarnição de Al-Ubayyid falhou, o *mahdi* montou um acampamento na periferia da cidade e preparou-se para um cerco.

Um padre austríaco, Joseph Ohrwalder, que tinha sido capturado em uma missão nas montanhas de Nuba, foi levado para uma audiência com o *mahdi*. Ohrwalder acabou sendo mantido prisioneiro por dez anos. Ele lembra:

Sua aparência era estranhamente fascinante; era um homem de constituição forte, pele muito escura e um sorriso agradável no rosto ...

Sob esse sorriso brilhava um conjunto de dentes singularmente brancos, e entre os dois superiores do meio havia um espaço em forma de V que, no Sudão, é considerado um sinal de que o dono vai ter sorte.

Seu modo de conversa também tinha por formação se tornado excepcionalmente agradável e doce. Como mensageiro de Deus, ele fingia estar em comunicação direta com a Divindade. Todas as ordens que dava supunha-se virem a ele por inspiração, e, portanto, não o obedecer tornou-se um pecado; a desobediência às ordens do *mahdi* era o mesmo que resistir à vontade de Deus e, portanto, punível com a morte.

O *mahdi* exigia que seus seguidores aderissem a um estilo de vida rigoroso e austero. Ele proibiu bebidas alcoólicas, tabaco, festas de casamento e dança, e ordenou que as mulheres cobrissem o rosto. Outras proibições incluíam “bater palmas”; “fazer sinais impróprios com os olhos”; “chorar e se lamentar no leito do morto”; “linguagem insultuosa”; e “a companhia de mulheres desconhecidas”. A punição comum para a transgressão era a flagelação: “Uma mulher com o cabelo descoberto, ou até mesmo pelo piscar de um olho, merece 27 chibatadas”; “Fumar, mascar ou cheirar tabaco – todos merecem oitenta chibatadas”. Ladrões tinham a mão direita decepada na primeira infração, e o pé esquerdo na segunda.

Em janeiro de 1883, Al-Ubayyid finalmente se rendeu, dando ao *mahdi* o controle de Cordofão. Tendo inicialmente considerado a revolta uma perturbação menor, o quediva Tawfik percebeu tardiamente que, a menos que tomasse uma ação decisiva para esmagá-la, ela poderia se espalhar para outras áreas do Sudão e ameaçar o poder do Egito em toda a região. Com a permissão da Inglaterra, ele enviou um grande exército expedicionário para o sul, contratando um oficial britânico aposentado, William Hicks, para comandá-lo. Ex-coronel do exército indiano, Hicks não tinha experiência com o Sudão nem qualquer conhecimento da língua árabe. Além disso, seus 11 mil homens, embora bem equipados, sofriam com o moral baixo e pouca disciplina; a maioria eram recrutas relutantes. Avançando de Cartum a Al-Ubayyid, em novembro de 1883, eles foram aniquilados na floresta de Shaykan, em Cordofão. Menos de trezentos homens escaparam com vida. Um mensageiro solitário levou a notícia a Cartum.

A vitória do *mahdi* em Shaykan convenceu outras províncias de que o momento era propício para se juntar à rebelião. Em dezembro de 1883, o *mahdi* conquistou Darfur; em abril de 1884, Bahr al-Ghazal. A revolta se espalhou para as tribos bejas, do Sudão oriental, interrompendo a rota de caravanas que partiam do porto Suakin, no mar Vermelho, e seguiam até Berber, no Nilo. Estrangeiros residentes em Cartum – comerciantes, missionários e

cônsules – partiram em bandos pelo rio, em direção ao Egito, para escapar de problemas.

No Cairo, quando a notícia do desastre em Shaykan chegou à embaixada britânica, sir Evelyn Baring, o cônsul-geral e governante efetivo do Egito, concluiu que os sessenta anos de domínio egípcio no Sudão haviam chegado ao fim. Ele não via qualquer benefício em tentar manter a situação ali e preferia uma evacuação completa de todas as tropas egípcias, mantendo apenas o porto de Suakin no mar Vermelho. Quando o conselho de ministros de Tawfik se opôs, Baring forçou sua renúncia e instalou ministros mais flexíveis.

Em Londres, o governo britânico concordou com Baring, mas pediu a opinião do general Gordon, antigo governador-geral e considerado um especialista no Sudão. Gordon já havia externado seu ponto de vista em uma entrevista recente à imprensa. Ele achava que o *mahdi* tinha apenas apoio limitado; a revolta em andamento, segundo ele, era o resultado de má gestão do Egito desde sua partida. O que era necessário era nomear um novo governador-geral em Cartum com efetivos para aliviar as guarnições na região, e não as evacuar. Os ministros britânicos estavam determinados a evitar qualquer envolvimento militar direto no Sudão. Também tinham dúvidas a respeito da natureza impulsiva de Gordon. Mas acreditavam que o general seria “útil” se fosse enviado em uma missão para relatar o que ocorria no Sudão. Em uma reunião com os ministros, em janeiro de 1884, Gordon recebeu instruções para informá-los sobre a melhor maneira de retirar as guarnições e fornecer qualquer assistência adicional que pudesse ser necessária. Ele foi avisado de que, em nenhuma circunstância, uma expedição de socorro deveria ser enviada para o Sudão.

Gordon chegou ao Cairo uma semana depois. Em uma audiência com o quediwa Tawfik, ele se desculpou por se referir a ele em uma entrevista à imprensa como “uma pequena cobra” e foi devidamente elevado ao posto de governador-geral do Sudão, um cargo que tinha aprovação prévia do governo britânico. Ele recebeu um *firman* proclamando a intenção do quediwa de evacuar o Sudão. “Nós decidimos”, dizia, “restaurar às famílias dos reis do Sudão sua antiga

independência.” Cabia a Gordon decidir em que circunstâncias o *firman* deveria ser tornado público.

Deixando o Cairo em 28 de janeiro, Gordon atravessou o deserto núbio de camelo, chegou à cidade de Berber e decidiu emitir a proclamação naquele momento, ali mesmo. Foi um erro fatal. Gordon esperava ganhar apoio ao anunciar o fim de um regime egípcio que era amplamente detestado. Mas ele simplesmente deu um tiro no próprio pé. Pois as tribos do Nilo agora não tinham mais razão para se opor à vinda do *mahdi* e, assim, se exporem à retaliação dos egípcios, já que estes estavam partindo.

Quando Gordon chegou a Cartum a bordo de um vapor, em 18 de fevereiro de 1884, acompanhado de apenas um oficial britânico, o laço em torno da cidade já estava começando a apertar. Os líderes tribais do norte haviam decidido se juntar à campanha do *mahdi*. Cartum estava infiltrada por agentes *ansar* em uma tentativa de fomentar uma rebelião entre seus 26 mil moradores. Em 12 de março, as forças *ansar* ocuparam Halfaya, a quinze quilômetros ao norte de Cartum, e cortaram a linha de telégrafo para Berber, interrompendo o principal elo de comunicação de Gordon com o mundo exterior. Em abril, um emissário do *mahdi* provocou a revolta na província de Berber; em maio, a capital da província de Berber foi tomada, deixando Cartum isolada.

Gordon resistiu por quase um ano em Cartum, enviando mensageiros a pé e de barco com apelos urgentes de assistência para o Cairo e para Londres. Todos os dias, no telhado plano do palácio do governador-geral, com uma vista privilegiada da paisagem circundante, ele examinava o horizonte com seu telescópio, procurando um sinal de uma expedição de resgate vinda do Nilo. Com uma guarnição de 8 mil homens sob seu comando, ele construiu defesas ao redor da cidade, fortificou uma pequena frota de barcaças e organizou grupos de ataque para o abastecimento de alimentos. Gordon estava determinado a permanecer em Cartum, em vez de tentar escapar.

Os meses passaram, sem que expedição alguma de socorro chegasse. Em Londres, os ministros hesitavam, ansiosos, acima de tudo, para não se envolverem em uma guerra no Sudão. A opinião pública, no entanto, acabou por forçar o governo britânico a agir. Em setembro, reuniu-se no Cairo um exército expedicionário de 10 mil homens – a Expedição de Ajuda a Gordon –, para fazer a viagem de 2.500 quilômetros até Cartum. Suas ordens eram simplesmente “trazer o general Gordon” e evitar quaisquer novas “operações ofensivas”.

Àquela altura, a situação de Gordon tinha se tornado muito mais perigosa. Em setembro, uma força de avanço do exército do *mahdi* começou a assumir posições de cerco nos arredores de Cartum. O próprio *mahdi* chegou em outubro e estabeleceu seu quartel-general perto de Omdurman, na margem oeste do Nilo Branco. Ele enviou uma carta a Gordon, solicitando sua rendição antes que fosse tarde demais: “Pois se você se render após o início da batalha, será por medo, e isso não será aceito.” Gordon respondeu: “Estou aqui, como ferro.”

Gordon sabia que havia uma expedição de socorro vindo em sua direção, mas à medida que ela se arrastava ao longo do Nilo, travando batalhas no deserto ao longo do caminho, sua frustração aumentava, e as mensagens que ele conseguia contrabandear para fora de Cartum tornavam-se cada vez mais desesperadas. Ao final de dezembro, as reservas de milho da cidade tinham acabado, e restava aos seus ocupantes comerem cães, burros, macacos e ratos. Somando-se à miséria da fome e da disenteria, havia o bombardeio constante. Centenas jaziam mortos nas ruas. Em meados de janeiro, a coluna britânica mais próxima estava ainda a 160 quilômetros de distância.

Advertido por mensageiros de que as tropas britânicas estavam se preparando para avançar sobre Cartum, o *mahdi* ordenou que seu exército atacasse. Nas primeiras horas de 26 de janeiro, sob o manto da escuridão, milhares de guerreiros *ansar* invadiram a cidade, derrubando suas defesas, massacrando homens, mulheres e crianças em uma orgia de violência. Gordon morreu no palácio do

governador-geral, lutando até o último momento. Sua cabeça foi cortada e levada para o acampamento do *mahdi*.

Quando, dois dias depois, duas barcaças a vapor da força expedicionária britânica abriram caminho até Cartum em uma missão de reconhecimento, elas descobriram que a cidade tinha caído e recuaram, expondo-se de novo a perigos enquanto voltavam pelo rio. Em vez de se envolver em outra guerra, o governo britânico decidiu minimizar as perdas e retirar-se do Sudão por completo.

O *mahdi* ficou com o controle de praticamente todo o Sudão egípcio. Tudo o que restava em mãos egípcias era o porto de Suakin e um punhado de guarnições em Equatória, protegidas pelos vastos pântanos do Sudd. Como não gostava de Cartum, o *mahdi* transferiu sua sede para Omdurman. Ele tinha ambições de levar a guerra santa para o Egito e ao mundo muçulmano mais adiante. Mas faleceu, em 22 de junho de 1885, depois de um mal súbito e curto. Seu sucessor designado, o califa Abdallahi, fez o anúncio a uma congregação atordoada na mesquita de Omdurman.

O *mahdi* foi enterrado sob o quarto em que morreu. No local, foi construído um túmulo magnífico, com uma cúpula de 25 metros, que se tornou um santuário para visitantes que vinham de longe. Seria demolido treze anos mais tarde, por ordem de um general britânico.

PARTE IX

As riquezas da África: diamantes e ouro

34. Febre de diamantes

À MEDIDA QUE A DEMANDA por diamantes se espalhava pela África meridional e além, a corrida para os campos da Griqualândia se transformou em uma aventura frenética que um jornal da Cidade do Cabo comparou a “uma loucura perigosa”. Aos milhares, lojistas, comerciantes, escriturários e agricultores partiam em carros de boi e carroças puxados por mulas em direção ao cerrado desolado e castigado pelo sol no qual os diamantes tinham sido descobertos, impulsionados pela perspectiva de riquezas repentinas. Alguns viajavam a pé, andando de lugares tão distantes quanto a Cidade do Cabo, uma viagem de 950 quilômetros pela grande terra árida do Karoo. A eles se juntou uma horda de aventureiros estrangeiros: garimpeiros experientes das minas australianas e da corrida do ouro da Califórnia, pequenos mercadores de rua de Londres, dissidentes irlandeses, especuladores alemães, oficiais do exército em licença, marinheiros desertores, advogados trapaceiros e médicos charlatães.

A primeira corrida, em 1869, foi pelos diamantes de aluvião descobertos nos rios Vaal e Harts. No final de 1870, cerca de 5 mil caçadores de fortuna tinham se reunido ali. Em seguida, em 1871, os garimpeiros encontraram o campo de diamantes principal, em três fazendas bôeres, a trinta quilômetros ao sul do rio Vaal: Du Toit’s Pan, Bultfontein e Vooruitzigt, de propriedade de Johannes de Beer e seu irmão. A corrida para a região se transformou em uma disparada. Sob as fazendas, quatro “filões” ou agulhas diamantíferas, de vulcões havia muito tempo extintos, estendiam-se bem abaixo da superfície, contendo riquezas inimagináveis.

No início, usando picaretas e pás, os garimpeiros conseguiram raspar os diamantes próximos à superfície. Alguns fizeram fortuna em questão de dias. Sob uma camada superior de calcário, eles descobriram uma “terra amarela” – uma brita amarelada e

decomposta que provou conter depósitos de diamantes ainda mais ricos do que os próximos à superfície. Sob a terra amarela, depararam-se com uma “terra azul” – uma terra compacta azul-escura, que a princípio se acreditava não conter diamantes. Para muitos garimpeiros parecia que “a festa havia acabado”. Mas logo eles descobriram que esse solo azul não era duro, mas friável, e decompunha-se rapidamente uma vez exposto ao tempo. Além disso, ele continha uma densidade ainda maior de diamantes do que a terra amarela.

Em semanas, os principais locais de minas foram transformados em um vasto aglomerado de tendas, carroças, montes de lama e detritos de mineração. O ar ficou coberto com a poeira fina do trabalho constante de escavar, peneirar e triar sujeira, da manhã até a noite. Os recém-chegados ficavam imediatamente impressionados com o mau cheiro e a miséria dos alojamentos. As vias de acesso estavam forradas de carcaças de animais de carga exaustos, deixadas para apodrecer onde tinham caído. Valas serviam de latrina, abertas aleatoriamente, em meio ao amontoado desorganizado das tendas dos garimpeiros. As moscas estavam em todos os lugares. Uma aguda escassez de água significava que a maioria dos garimpeiros raramente era capaz de se lavar; o rio mais próximo para tomar banho ficava a trinta quilômetros de distância. No verão, as planícies cinzentas e ressecadas da Griqualândia viravam um forno; no inverno, as noites eram muito frias. Quando as chuvas vieram, a “febre do campo” – principalmente disenteria – tomou conta, matando um número considerável de garimpeiros.

As condições de trabalho eram perigosas. Em Colesberg Kopje, o filão de diamante da fazenda De Beers, que mais tarde ficou conhecido como o “Big Hole” de Kimberley, milhares de garimpeiros brancos e seus trabalhadores negros se amontoavam em um labirinto de poços, enchendo sem parar baldes e sacos com rocha quebrada e levando-os para cima e para baixo até a superfície, por meio de escadas ou polias. As ruas estavam permanentemente congestionadas, com carroças e mulas transportando “material” para peneirar e triar em mesas nos limites externos da mina. Todos os

dias alguém caía buraco abaixo. Os perigos tornaram-se bem mais graves quando as escavações alcançaram 25 metros ou mais abaixo do nível do solo, sem sustentação: as ruas que ligavam os poços à entrada da mina frequentemente desmoronavam, soterrando lotes inteiros de terra.

Além disso, para a maioria dos garimpeiros, as recompensas eram escassas. Alguns raspavam com pás e picaretas por semanas a fio sem encontrar nada de valor. Todo mês, centenas de lotes eram abandonados, quando os garimpeiros ficavam sem dinheiro para pagar a taxa de licença necessária. E todos os dias chegavam mais carroças carregadas de novos exploradores cheios de esperança e expectativa, enquanto na direção oposta homens empobrecidos e maltrapilhos se afastavam abatidos dos "campos", incapazes de pagar a passagem de volta para casa. Era uma questão de sorte.

No entanto, a produção de diamantes continuava a subir. Ao final de 1871, um pequeno trecho da Griqualândia de não mais que 150 quilômetros quadrados de cerrado tinha se tornado um dos mais valiosos terrenos do mundo. Ele também foi o lugar que marcou o início de uma revolução industrial na África.

A descoberta de diamantes na Griqualândia precipitou uma disputa entre o Reino Unido, o Estado Livre de Orange e o Transvaal pelo controle da região. Até então um remanso de pouco interesse para qualquer um de seus vizinhos, suas fronteiras e status tinham ficado mal definidos. Em um tratado assinado em 1834, a Colônia do Cabo tinha concedido o devido reconhecimento ao *kaptyn* griqua, Andries Waterboer, como chefe independente da área. Mas agricultores bôeres tinham posteriormente obtido concessões de exploração agrícola no território de Waterboer, registrando seus títulos com autoridades do Estado Livre de Orange. O Estado Livre então reivindicou uma grande porção da Griqualândia. Quando, em 1869, começou a corrida do diamante para as primeiras escavações aluviais do rio Vaal, o Estado Livre reivindicou soberania ali e, em seguida, estendeu suas alegações para as escavações "secas" ao sul, enviando um *landdrost* para os assentamentos de mineração nas cercanias de Colesberg Kopje, para supervisionar comitês de

garimpeiros e recolher uma parcela das taxas de licenciamento. Outras reivindicações pela área foram feitas por Nicholas Waterboer, filho de Andries Waterboer; por um chefe tshaping chamado Mahura; e pelo governo do Transvaal.

O interesse do Reino Unido nos campos de diamantes era igualmente intenso. Os funcionários na Cidade do Cabo estavam determinados a conseguir a posse do território para a Inglaterra e fizeram com que Waterboer apelasse ao governo do Cabo por "proteção". Em uma visita aos campos de diamantes em fevereiro de 1871, o novo alto-comissário britânico e governador do Cabo, sir Henry Barkly, logo percebeu que o que estava em jogo não era apenas uma disputa de fronteira sobre a propriedade da terra, mas toda a questão da liderança política na África meridional. Ele definiu que as reivindicações de Waterboer sobre os campos de diamantes deveriam ser apoiadas, independentemente de seu mérito, para garantir a supremacia dos interesses britânicos. Os britânicos então abriram um inquérito que decidiu em favor das alegações de Waterboer. Waterboer prontamente pediu a Barkly para assumir o território. Sem esperar pela aprovação de Londres, Barkly proclamou a anexação da Griqualândia Oeste, em 27 de outubro de 1871, em nome da Coroa britânica. A fronteira oriental da Griqualândia com o Estado Livre de Orange foi redefinida para garantir que os campos de diamantes caíssem dentro de sua jurisdição.

O ressentimento com a anexação da Griqualândia pelo Reino Unido durou anos. Em Bloemfontein, o presidente Brand emitiu uma proclamação de repúdio e continuou a protestar ano após ano contra a desapropriação do território que considerava pertencer ao Estado Livre. Como prêmio de consolação, em 1876, o governo britânico enfim concordou em fazer um pagamento de 90 mil libras esterlinas.

COM A CHEGADA do domínio britânico, os nomes foram mudados. O secretário de Estado das colônias, lorde Kimberley, queixou-se de que não conseguia nem soletrar a palavra "Vooruitzigt" ("Previdência"), quanto mais pronunciá-la. Segundo ele, eram

necessários nomes com “sons ingleses”. Assim, foi emitida uma proclamação renomeando os acampamentos de mineração de Vooruitzigt para Kimberley; a terra azul de diamantes ficou conhecida tecnicamente como kimberlito.

Na altura de 1873, Kimberley estava rapidamente se tornando a segunda maior cidade do sul da África, com uma população de cerca de 13 mil brancos e 30 mil negros. A três quilômetros de distância, Dutoitspan acrescentava 6 mil à conta. No centro da cidade, em meio a um emaranhado caótico de tendas e casas de madeira cobertas de lona, ficava a Market Square, um grande espaço aberto que, durante o dia, ficava lotado de carroças do Cabo e no qual garimpeiros, suas famílias, negociantes de diamantes, comerciantes e mercadores se reuniam para examinar pilhas de mercadorias à venda e trocar fofocas e boatos. Todas as manhãs, agricultores bôeres levavam até a praça carroças carregadas com sua produção. Outras, cheias de equipamentos de mineração, materiais de construção, utensílios domésticos, provisões e bebidas alcoólicas, chegavam da Cidade do Cabo e de outros portos do litoral, tendo sobrevivido à viagem de centenas de quilômetros por trilhas difíceis. Ao lado da Market Square ficava a Main Street, uma rua comercial cheia de lojas, cantinas, bares e as casas de madeira dos compradores de diamantes. Espalhados por Kimberley, havia uma série de hotéis baratos, pensões, salas de bilhar e “inferninhos” de jogos de azar. Bebida, jogo e sexo eram as principais diversões da cidade.

O *boom* do diamante atraiu um fluxo constante de migrantes negros de toda a África meridional. Muitos viajavam a pé durante semanas até os campos de diamantes, onde chegavam exaustos e cadavéricos. O maior número vinha da terra dos pedi, no Transvaal, a oitocentos quilômetros de distância, incentivados pelo chefe supremo pedi, Sekhukhune, para juntar dinheiro para a compra de armas. Migrantes tsongas (“shangaan”) caminhavam do território de Gaza ao norte do Limpopo, a cerca de 1.600 quilômetros de distância. Zulus chegavam de Natal, e “o povo de Moshoeshoe”, da

Basutolândia. Ao todo, no início da década de 1870, as minas atraíram mais de 50 mil africanos por ano.

A maioria permanecia por períodos de três a seis meses, trabalhando como operários para garimpeiros brancos ou encontrando outra função nos campos. Eles ganhavam cerca de dez xelins por semana e mais dez xelins sob a forma de alimentação, e voltavam para casa assim que tivessem juntado dinheiro suficiente para comprar gado, um arado ou uma arma. Um velho fuzil Enfield descartado pelo exército britânico e carregável pela boca poderia ser comprado por três libras esterlinas; um Snider carregável pela culatra custava doze. Entre abril de 1873 e junho de 1874, cerca de 75 mil armas foram vendidas em Kimberley. O negócio oferecia um espetáculo impressionante. "Em momentos de liquidação", escreveu um garimpeiro, "nossos cafres desciam as ruas com as barracas de comerciantes brancos, nas quais vendedores negros gritavam, agitando armas acima da cabeça. Eles atiravam para o ar, exclamando: '*Reka, Reka, mona mtskeka*' [Compre, compre uma arma]. Um barulho ensurdecedor. Uma visão para nunca se esquecer."

Um pequeno número de negros e mestiços "de cor" do Cabo conseguiu se estabelecer como titulares de lotes para exploração ou trabalhadores acionistas gerindo lotes em troca de uma parcela dos lucros. Eles se reuniam principalmente em Bultfontein, também conhecida como "minas de pobre". As autoridades britânicas insistiam que os negros e os mestiços deveriam ter as mesmas oportunidades que os garimpeiros brancos e autorizava a compra e venda de lotes para eles segundo as mesmas condições.

Mas os garimpeiros brancos deixaram clara sua oposição a essas noções e se organizaram para restringir as atividades dos negros nos campos de diamantes. Eles alegavam que os garimpeiros negros com direito a vender diamantes atuavam como veículo para o tráfico de pedras preciosas. O que os garimpeiros brancos queriam era trabalho negro, não competição negra.

Enfrentando protestos dos brancos, as autoridades britânicas concederam a emissão de um novo conjunto de regras que exigiam que os “servos” ou empregados carregassem o tempo todo um passe assinado por seus “senhores” ou empregadores. Qualquer pessoa encontrada sem um passe estava sujeita a uma multa ou pena de prisão ou açoitamento. Em teoria, a lei não fazia distinção de cor, aplicando-se igualmente a todos os servidores ou empregados. Na prática, era aplicada apenas aos negros. Os negros que eram seus próprios mestres, titulares de lotes de exploração ou de carroças, ou que trabalhavam como comerciantes independentes, receberam “passes de proteção” para provar sua isenção do passe – um passe para não portar um passe. O novo regime de contratos de trabalho que os ligava a um sistema de passes tornou-se o principal dispositivo para controle do trabalho negro em toda a África meridional nas décadas seguintes.

À medida que as escavações na mina Kimberley se aprofundaram, as operações de mineração tornaram-se cada vez mais complexas. Para superar o problema do colapso das ruas, os garimpeiros construíram um elaborado sistema de transporte por cabos, sustentado por uma série de grandes andaimes de madeira erguidos ao redor da mina. Cordas suspensas envoltas em molinetes erguiam os baldes dos lotes de exploração. Em 1874, havia mil molinetes nos andaimes. Mas, assim que o sistema de cabos foi concebido, problemas mais graves ocorreram. À medida que a escavação se aprofundou, as paredes externas da mina, constituídas essencialmente de xisto preto por cem metros ou mais de profundidade, começaram a se desintegrar. As tempestades de verão com frequência provocavam avalanches. As enchentes se somaram às desgraças dos garimpeiros.

A dimensão do problema decretou o fim da era dos loteamentos individuais. Até então, o número de lotes que os titulares poderiam possuir fora restringido para proteger os interesses dos garimpeiros individuais e impedir que empresas de mineração ganhassem o controle. Mas, em 1876, as autoridades mineradoras concluíram que o futuro da mineração pertencia a capitalistas e empresas capazes

de operar máquinas a vapor sofisticadas e outros equipamentos modernos, e levantaram as restrições.

Surgiu uma nova espécie de empresários mineiros. Alguns emergiram das fileiras de garimpeiros mais bem-sucedidos; outros eram comerciantes de Kimberley que fizeram fortuna importando equipamentos e suprimentos. O grupo mais ativo na compra de lotes foi o de comerciantes de diamantes. Tudo dependia fortemente de conexões internacionais. Entre eles, havia jovens imigrantes europeus que abriam caminho até o topo da pirâmide e acumulavam grandes fortunas.

Entre os novos empresários, o mais interessante era Barney Barnato, um comerciante de diamantes judeu nascido em 1852 no East End, em Londres, e conhecido em Kimberley mais pelo desempenho como apresentador de teatro de variedades do que pelo talento para os negócios. Ele chegou aos campos de diamantes em 1873, trazendo uma caixa de charutos de má qualidade, na esperança de iniciar uma carreira de negócios lá. Começou na extremidade inferior do comércio de diamantes, trabalhando como *kopje-walloper*, um comprador itinerante de diamantes que, todos os dias, circulava pelas minas em busca de garimpeiros que estivessem vendendo diamantes pequenos e baratos que ele pudesse comprar no ato. Passando por dificuldades, mudou-se para um quarto nos fundos do hotel decadente de seu irmão Harry – um local notório por encontros de negociantes ilícitos de diamantes. Juntos, eles conseguiram acumular dinheiro suficiente para comprar, em 1876, quatro lotes em Kimberley, arriscando todo o seu capital. Apesar do início precário, o setor de mineração da Barnato Brothers começou a prosperar, embora sob uma nuvem de suspeita sobre a origem de sua riqueza. Em 1878, seus lotes produziam cerca de 1.800 libras esterlinas por semana. Em 1880, eles se tornaram os principais negociantes no mercado de diamantes, com escritórios em Londres.

Outra figura central foi Alfred Beit, filho de um comerciante de Hamburgo. Em 1875, aos 22 anos, Beit foi enviado para Kimberley como representante de uma empresa de diamantes alemã. Pequeno, tímido e pouco atraente, ele fez sua primeira fortuna no mercado

imobiliário, mas tornou-se um dos maiores especialistas de Kimberley em diamantes e um gênio financeiro. Beit firmou uma parceria comercial duradoura com Julius Wernher, um jovem aristocrata alemão que tinha chegado a Kimberley em 1873, como agente de um comerciante de diamantes com sede em Paris.

Um jovem inglês, Cecil Rhodes, também se firmou nas minas da Griqualândia. Filho de um pastor de aldeia, Rhodes tinha sido enviado da Inglaterra para Natal, em 1870, para trabalhar com o irmão no cultivo de algodão, mas se juntou à corrida para a Griqualândia um ano depois, aos dezoito anos. Junto com um parceiro inglês, Charles Rudd, ele conseguiu uma participação na mina De Beers, na qual os lotes podiam ser comprados a preços mais baixos do que na mina Kimberley. Aos 22, já era rico, tendo acumulado cerca de 40 mil libras esterlinas. Em seguida, com um grupo de outros titulares de lotes de exploração, Rhodes concentrou-se em conquistar o controle de toda a mina De Beers, fundando, em 1880, uma sociedade anônima que chamou de De Beers Mining Company.

À medida que os lucros da mineração subiam, Kimberley assumiu um estilo mais bem-comportado. Sob supervisão britânica, as lojas de bebidas e as prostitutas negras, que haviam tornado as noites de sábado de Kimberley lendárias, foram banidas. A cidade ostentava igrejas, capelas, uma sinagoga, escolas, sociedades de temperança e uma biblioteca pública. As ruas eram regadas com regularidade para manter a poeira baixa. Na Main Street, o Craven Club, com sua sala de leitura, carteados e bilhar, era um local de encontro conveniente para garimpeiros ricos. Perto dali, o Teatro de Variedades oferecia entretenimento em um ambiente elegante. Um novo subúrbio residencial chamado Belgravia foi estabelecido em 1875, atraindo "comerciantes importantes e homens que vivem de renda", que construíram casas de alvenaria com todos os luxos e confortos esperados de um estilo de vida burguês vitoriano. Uma estação telegráfica foi inaugurada em 1876, proporcionando uma ligação direta com a Cidade do Cabo.

Kimberley, no entanto, ainda tinha um ar de cidade de fronteira. Ao visitar a cidade em 1877, o romancista e escritor de viagens inglês Anthony Trollope ficou impressionado com a riqueza que a região produzia, mas queixou-se do calor, da poeira, das moscas, da comida, das condições de vida, dos altos preços e da paisagem estéril. "O desejo de lucrar atrai os homens a determinados lugares que parecem tão repulsivos que nenhum ganho pode compensar as misérias incidentais de tal habitação", escreveu.

35. A corporação de africanos

IMPULSIONADA PELA FARTURA de diamante, na década de 1870 a Colônia do Cabo gozava de grande prosperidade. O investimento em ferrovias, portos e estradas cresceu em ritmo acelerado. A população branca atingiu 250 mil pessoas. Em 1872, o parlamento do Cabo aprovou a oferta de "governo responsável" do Reino Unido, aumentando o controle local. Com confiança crescente, os políticos do Cabo também defendiam a expansão da influência do Cabo na África meridional, como meio de assegurar a lei, a ordem e o desenvolvimento. Ainda na década de 1870, o governo do Cabo assumiu a responsabilidade administrativa pela Basutolândia e por grande parte do território Transkei, entre o Cabo e Natal.

Os funcionários britânicos definiram um plano de expansão do Cabo e promoveram a ideia de criar um domínio britânico autogovernado na África meridional que sustentasse a supremacia britânica na região e evitasse que outras potências europeias se intrometessem ali. Os britânicos estavam cada vez mais preocupados com certos esforços do Transvaal em estender seu território para o leste e ganhar acesso ao mar na baía da Lagoa, o que lhe permitiria escapar da dependência comercial dos portos coloniais e romper com o domínio britânico. A supremacia britânica no interior era considerada essencial para a segurança do Cabo e os interesses estratégicos e comerciais mais amplos da Inglaterra.

Em Londres, o secretário de Estado das colônias do Reino Unido, o conde de Carnarvon, elaborou planos para uma "confederação" de estados que incluiria colônias britânicas, repúblicas bôeres e uma variedade de chefaturas africanas. As vantagens da confederação, argumentou ele, eram "muito óbvias". Ela incentivaria o fluxo de imigração europeia e de capitais; proporcionaria uma administração mais eficaz com menos despesas; e reduziria a probabilidade de

pedidos de ajuda. Além disso, contribuiria para o desenvolvimento de “uma política uniforme, forte e sábia” em relação à “questão dos nativos”.

Carnarvon, no entanto, encontrou poucos colaboradores dispostos na região. Havia muitas queixas antigas, muita desconfiança. Para as repúblicas bôeres, cooperar com o Reino Unido significava apenas se submeter a “*die juk van Engeland*”, o jugo da Inglaterra. Em agosto de 1876, Carnarvon conseguiu organizar uma conferência em Londres com a presença de alguns enviados da África meridional, mas não obteve progresso.

No entanto, quando a causa da confederação parecia condenada, uma virada dramática de eventos no Transvaal deu nova vida à ideia. Em setembro de 1876, o presidente Thomas Burgers lançou uma guerra contra a chefatura pedi de Sekhukhune, no Transvaal oriental. O ataque bôer comportava riscos elevados. O Transvaal era um Estado agonizante. Seu governo estava praticamente falido. Seus cidadãos – os *burghers* – se negavam a pagar impostos; os bancos se recusaram a aprovar novos empréstimos; os funcionários públicos não recebiam salários. A terra, penhorada por dívidas públicas e privadas, não podia ser vendida. O Transvaal não possuía exército. Sua segurança dependia de um sistema de comandos que exigia que assentamentos agrícolas dispersos fornecessem voluntários, armas e munições. A reserva de mão de obra branca era limitada: uma população de cerca de 40 mil brancos estava espalhada por um vasto território, superada em número pelos nativos africanos em todos os lugares e sempre preocupada com a possibilidade de que uma aliança negra se levantasse contra ela. No máximo, apenas cerca de 8 mil homens, em sua maioria agricultores, estavam disponíveis para o serviço militar.

Sekhukhune, por sua vez, governava a chefatura mais poderosa da região. Seu exército estava muito bem equipado com as armas compradas pelos trabalhadores migrantes pedi com os ganhos dos campos de diamante da Griqualândia. A capital em Tsate, nas montanhas Leolu, era pesadamente fortificada. No entanto, em resposta ao clamor dos colonos do Transvaal oriental por uma ação

contra Sekhukhune, o Volksraad votou pela guerra. Consciente dos riscos, Burgers montou a maior força expedicionária que o Transvaal já havia mobilizado – 2 mil *burghers*, 2.400 guerreiros suázis e seiscentos africanos do Transvaal – e levou-a para o campo ele mesmo, vestindo uma cartola e a faixa presidencial.

A campanha de Burgers logo se desintegrou. Depois do fracasso do ataque inicial sobre a capital pedi, os comandos voltaram depressa para casa. Na Cidade do Cabo, as notícias da retirada bôer sugeriam que o Transvaal estava em perigo de colapso iminente. O alto-comissário britânico na Cidade do Cabo, sir Henry Barkly, telegrafou para o Colonial Office [Ministério Colonial], em Londres: “Exército do presidente totalmente derrotado. Desertores afluindo em Pretória.”

Carnarvon na mesma hora viu uma oportunidade de intervir e “adquirir de uma só vez todo o Transvaal”. Ele nomeou um administrador de Natal, Theophilus Shepstone, para atuar como comissário especial para o Transvaal. Assim como Carnarvon, Shepstone era um imperialista fervoroso, interessado em estender a supremacia britânica para o Highveld do Transvaal e convencido dos méritos do sistema de confederação. Na teoria, a função de Shepstone era informar sobre a situação na região e avaliar a ameaça que as guerras nativas apresentavam para os territórios britânicos no sul da África. Mas ele recebeu instruções em segredo para anexar o Transvaal e se instalar como o primeiro governador britânico.

Em dezembro de 1876, Shepstone partiu de Pietermaritzburg, a capital de Natal, e seguiu para o Highveld do Transvaal, acompanhado por uma escolta de 25 soldados da polícia montada de Natal, um pequeno grupo de funcionários e diversos ajudantes e servos africanos. Sua equipe incluía um jovem de 20 anos, o oficial júnior Rider Haggard. A aventura de Haggard no interior africano forneceu-lhe rico material para os seus romances, *As minas do rei Salomão*, *Ela, a feiticeira* e *Allan Quatermain*.

Viajando em um ritmo calmo, chegaram a Pretória seis semanas depois. A capital do Transvaal tinha nascido, em 1854, como um *kerkplaas*, um lugar pelo qual um pastor itinerante passava, de tempos em tempos, para officiar casamentos e batismos. Era ainda pouco mais que uma vila, com uma população branca de apenas 2 mil pessoas, e famosa pelas casas simples com jardins cheios de rosas, salgueiros e hortas. No centro, ficava a Church Square, na qual se encontravam a Igreja Reformada Holandesa e edifícios públicos. Era ali que, de três em três meses, as famílias de agricultores distantes e os moradores locais se reuniam para o *nagmaal*, um evento religioso e social no qual os bebês eram batizados, os casamentos eram celebrados e a praça ficava cheia de carroças, tendas e barracas de mercado. No lado sul da praça ficava o Raadzaal, o edifício de um andar só e teto de palha onde o parlamento se reunia.

Para alívio de Shepstone, ele teve uma recepção cordial. A chegada dos britânicos foi vista como uma defesa bem-vinda contra um possível ataque do exército de Sekhukhune. Além disso, os britânicos afirmaram publicamente que tinham a intenção de respeitar a independência do Transvaal. Nas discussões entre os dois lados, no entanto, logo se tornou evidente que Shepstone estava inclinado à anexação. Ele dispensou uma resolução em que o Volksraad rejeitava a anexação com veemência. Em uma carta a Carnarvon, Shepstone alegou que tinha recebido 2.500 petições de moradores apoiando a anexação. Além disso, afirmou, havia 1 milhão de nativos ressentidos com o governo bôer, "pairando como que em margens escuras ao redor de uma população branca amplamente dispersa".

Em 9 de abril, Shepstone informou Burgers que pretendia anexar o Transvaal, e Burgers respondeu que tinha a intenção de emitir um protesto público. Dois dias depois, às onze horas da manhã, um grupo de oito oficiais britânicos se reuniu em Church Square, em meio à confusão de bois e carroças, e, nervosos com a reação que poderiam despertar, anunciaram a decisão. Uma pequena multidão, principalmente de ingleses, comemorou animada, e os oficiais

partiram, suspirando de alívio. Logo em seguida, a resposta de Burgers foi lida no mesmo local por um membro do poder executivo. Para evitar a violência, declarou ele, o governo do Transvaal tinha concordado, sob protesto, submeter-se ao domínio britânico. Não houve cerimônia de hasteamento da bandeira para marcar essa última aquisição do império britânico. Shepstone achou prudente aguardar a chegada de tropas britânicas de Natal.

O ressentimento entre a comunidade bôer com a ação arbitrária da Inglaterra foi profundo, e a resistência logo se manifestou. Ao anexar o Transvaal, os britânicos uniram uma série de facções bôeres em disputa. Até aquele momento preocupadas com questões religiosas e familiares, as facções agora se reuniram em torno de uma causa comum, a de expulsar o Reino Unido.

A resistência foi encabeçada por um líder de comando aposentado e proprietário de terras, Paul Kruger, uma figura lendária entre a comunidade bôer, cuja carreira sintetizava o caráter obstinado, resiliente e engenhoso dos *trekboers*. Nascido em 1825 em uma fazenda em Bulhoek, na fronteira norte da Colônia do Cabo, Kruger havia estudado a Bíblia, mas fora isso, tinha pouca educação formal. Tornou-se mestre dos ofícios de fronteira – um perito caçador, cavaleiro e guerrilheiro. Por vinte anos, combinou agricultura e luta, participando de nove grandes campanhas contra chefaturas africanas e chegando ao posto de general comandante do Transvaal. Ele havia se aposentado em 1873, um idoso respeitado a quem se referiam comumente como *oom* Paul, tio Paul. Seus guias durante toda a vida, dizia, eram Deus e a Bíblia. Nunca chegou a ler outro livro que não a Bíblia, conhecendo-a de cor. Estava convencido da verdade literal dos textos bíblicos e constantemente se referia a eles na tomada de decisões e na vida cotidiana. Kruger pertencia à Igreja "Dopper", a Igreja Reformada da África do Sul, a menor e mais conservadora das Igrejas reformadas holandesas no sul do continente africano, cujos membros se viam como mais próximos de Deus do que outros grupos e acreditavam possuir uma compreensão especial do propósito divino.

Desde o início de suas relações com Kruger, os britânicos o subestimaram. Eles o viam como um ignorante, um camponês fanático e mal-educado do *backveld* – um *takhaar*, para usar a palavra africâner. No entanto, no momento em que o poder imperialista do Reino Unido estava no auge, ele foi capaz de desafiar os primeiros-ministros e generais britânicos por quase um quarto de século.

A primeira tática de Kruger foi tentar convencer o governo britânico a realizar um plebiscito da comunidade branca. Ele viajou para a Inglaterra em maio de 1877, para defender seu ponto de vista, mas foi rejeitado. Em junho de 1878, foi a Londres novamente, dessa vez armado com petições assinadas por 6.500 cidadãos *burghers* exigindo sua independência de volta. Mais uma vez foi rejeitado. De volta ao Transvaal em dezembro de 1878, Kruger pediu calma aos que queriam pegar em armas. Ainda não era a hora, disse a eles. Para começo de conversa, havia uma grave falta de armas e munições.

ENQUANTO ISSO, A ONDA de raiva com a anexação do Transvaal pelo Reino Unido se espalhou pelo território adentro, para as comunidades bôeres do Estado Livre de Orange e da Colônia do Cabo, reacendendo ressentimentos antigos. No Estado Livre, ainda havia ressentimento com a forma como os britânicos tinham anexado a Basutolândia, em 1868, em resposta ao apelo de Moshoeshoe por ajuda, quando estava prestes a ser derrotado por seus comandos. A indignação era ainda maior pelo fato de os britânicos terem arrebatado os campos de diamantes da Griqualândia, em 1871. O Estado Livre agora se via cercado por territórios geridos por britânicos, o que colocava em perigo a sua própria independência.

No Cabo, o domínio do regime colonial britânico deu um enorme impulso a um movimento cultural e político nascente liderado por intelectuais africâneres prejudicados pela crescente dominação, em especial pelo uso do inglês. O idioma era a única língua oficial da

colônia, a língua do comércio, do direito e da administração. Em 1875, um padre da Igreja Holandesa Reformada, Stephanus du Toit, se juntou a vários indivíduos para fundar uma sociedade chamada Die Genootskap Van Regte Afrikaners (Irmandade de Africâneres Verdadeiros), dedicada a promover o uso do africâner. O objetivo de Du Toit era desenvolver o africâner como *landstaal*, uma língua nacional. Até então, ele tinha sido comumente usado apenas entre patrões e empregados e entre as camadas mais pobres da comunidade bôer. Africâneres de classe média e alta, particularmente os que viviam na província do Cabo Ocidental, tendiam a falar o “holandês culto”, a língua da Igreja e da Bíblia, e consideravam o *Zuid-Afrikaansche taal* com desdém, descartando-o como uma *hotnotstaal*, uma língua hotentote, ou uma *kombuistaal*, uma linguagem de cozinha. Eles também usavam o inglês.

Como parte de sua campanha, em 1876 Du Toit lançou o *Di Afrikaanse Patriot* [Esses africanos patriotas], o primeiro jornal a usar uma forma primitiva de africâner. No ano seguinte, ele foi o principal autor de um livro intitulado *Die Geskiedenis van Ons Land in die Taal van Ons Volk* (A história da nossa terra na língua do nosso povo). Foi o primeiro livro a tratar todos os africâneres, ainda que dispersos entre colônias britânicas e repúblicas independentes, como um povo distinto, ocupando uma terra pátria distinta; e ligou-os a um destino comum, atribuído por Deus: o de governar a África meridional e civilizar seus habitantes pagãos.

O livro marcou o início de uma nova historiografia que acabaria por desencadear uma “africaneridade” e que retratava os africâneres como uma nação valente, injustamente oprimida por décadas de domínio britânico. Naquilo que se tornaria a interpretação-padrão da história africâner, um depois do outro, episódios do passado eram citados como evidência da opressão britânica, a começar pelo momento em que o Reino Unido tomara posse do Cabo, em 1806. O êxodo dos agricultores emigrantes do Cabo, na década de 1830, passou a ser conhecido como a Grande Trek, um desafio à Inglaterra imperialista, em nome da nação bôer. Os emigrantes eram agora chamados de *voortrekkers*, pioneiros dotados de qualidades

heroicas, firmes em sua determinação de proteger a liberdade e a solidariedade africâner, guiados por um sentido profundamente religioso de objetivo, dirigindo-se, destemidos, para o interior desconhecido só para encontrar os ingleses a persegui-los incessantemente. Em sua busca pela supremacia, os britânicos haviam anexado o primeiro Estado bôer, a República de Natália; em seguida, tinham se apoderado dos campos de diamantes do Estado Livre.

A anexação britânica do Transvaal, passando por cima dos apelos de seus habitantes bôeres, parecia confirmar a validade dessas ideias e deu-lhes novo impulso. "A anexação do Transvaal teve seu lado bom", escreveu Jan Hofmeyr, um importante editor africâner no Cabo. "Ela ensinou ao povo da África do Sul que o sangue é mais grosso do que a água. Encheu os africâneres, que de outra maneira estariam rastejando na lama do materialismo, com um fulgor nacional de simpatia para com seus irmãos em todo o Vaal, o que vemos como um dos sinais mais promissores do futuro."

O que a ação britânica conseguiu foi o despertar de um movimento nacionalista.

36. Lavando as lanças

A CONSTANTE INVASÃO do domínio branco e suas muitas manifestações – magistrados, missionários, agricultores, agentes de trabalho, tributação e apropriação de terras – continuaram a provocar revoltas africanas. Em setembro de 1877, no que marcou o início da nona guerra xhosa, os gcalekas xhosas atacaram um posto de polícia do Cabo. A eles se juntaram os ngqikas xhosas baseados no Cabo. As forças coloniais e os reforços britânicos levaram sete meses para reprimir a revolta. Em fevereiro de 1878, houve uma insurreição de griquas na Griqualândia Leste. Ela foi seguida por uma rebelião griqua na Griqualândia Oeste que se espalhou para grupos ressentidos de khoikhois, thaping e koras, afetando a maioria das áreas da colônia, bem como territórios ao norte e a oeste da mesma.

O novo alto-comissário do Reino Unido, sir Bartle Frere, um fervoroso imperialista comprometido com o ideal da confederação de Carnarvon, interpretou essa maré de eventos como uma “insurreição geral e simultânea dos cafres contra a civilização branca” que bloqueava o caminho da confederação e precisava ser eliminada por completo. Junto com seus funcionários do Cabo, ele considerou que, enquanto existissem chefaturas africanas independentes, o perigo de uma “conspiração negra” contra a autoridade branca sempre estaria presente. O mais poderoso de todos era o reino zulu. Assim que as forças britânicas – usando os novos rifles Martini-Henry, de carregamento pela culatra – suprimiram a rebelião xhosa, Frere se concentrou em subjugar a Zululândia.

Sob o governo de Mpande, a Zululândia tinha continuado a funcionar como um Estado militarizado, com um exército que permanecera uma força formidável. Novos regimentos etários eram regularmente recrutados, treinados para o combate corpo a corpo e

estacionados em quartéis em todo o país. Todo jovem zulu fazia questão de “lavar a sua lança” no sangue de seus inimigos, para provar sua masculinidade. Mas Mpande tinha procurado evitar o confronto com o poder branco. A fronteira entre a Zululândia e Natal ao longo dos rios Tugela e Buffalo mantinha-se relativamente tranquila. Ao longo dos anos, Mpande estabeleceu uma relação cordial com o secretário de Natal para assuntos nativos, Theophilus Shepstone.

Na fronteira noroeste da Zululândia com o Transvaal, no entanto, havia atrito constante, à medida que colonos bôeres invadiam terras que as autoridades britânicas reconheciam como território zulu. Em vez de declarar guerra, em 1854, Mpande cedeu aos bôeres uma fatia de terra fértil entre os rios Buffalo e Blood que ficou conhecida como o distrito de Utrecht. Mas os agricultores bôeres continuaram seu avanço para o leste, em áreas adjacentes na fronteira noroeste, reivindicando ainda mais território zulu. Mpande pediu diversas vezes a Shepstone que mediasse a disputa; em 1869, ele chegou a sugerir a criação de uma zona-tampão britânica “neutra” para deter a invasão bôer. Shepstone apoiou o caso zulu – o governo britânico se opunha à expansão bôer –, mas a disputa ressoava com a sempre presente ameaça de guerra.

Quando Mpande morreu, em 1872, foi sucedido por seu filho Cetshwayo, de quarenta anos, um homem alto, de peito largo, porte real e as coxas imensas típicas da casa real zulu. Incomodado pela rivalidade interna, Cetshwayo convidou Shepstone para comparecer à sua “coroação”, na esperança de que uma demonstração de apoio britânico fortalecesse sua posição. Shepstone aceitou prontamente, interessado em aproveitar a oportunidade para estender a influência britânica sobre Cetshwayo. Em dois dias de discussão em um recinto militar na planície Mahlabathini, Shepstone descobriu que Cetshwayo era um negociador hábil.

Cetshwayo é um homem de considerável habilidade, muita força de caráter e tem modos dignos; em todas as conversas, era notavelmente franco e direto, e se classifica em todos os aspectos muito acima de qualquer chefe nativo com quem já tive que lidar. Não acho que sua disposição seja muito guerreira; mesmo que seja, sua obesidade vai

impor prudência; mas ele é naturalmente orgulhoso das tradições militares de sua família, especialmente a política e os atos de seu tio e predecessor, Chaka, a quem cita com frequência. Sua sagacidade permite-lhe, no entanto, ver claramente o rumo das novas circunstâncias pelas quais está cercado, e por isso a necessidade de ajustar sua política para se adequar a elas.

Cetshwayo insistiu que todos os assentamentos bôeres abaixo do Drakensberg, incluindo todo o distrito de Utrecht, pertenciam por direito à Zululândia. Para impedir um maior avanço bôer, ele ofereceu todo o território em disputa aos britânicos. Mas Shepstone, sabendo como tal medida iria contrariar os bôeres, sentiu-se incapaz de aceitar.

Quando o Reino Unido passou a controlar o Transvaal, quatro anos depois, Cetshwayo presumiu, em vista das promessas britânicas anteriores, que seria capaz de recuperar o território perdido. A disputa de fronteira passara dezesseis anos se intensificando. Durante esse tempo, enquanto os bôeres apreendiam terra e gado dos zulus, Shepstone os instava a mostrar moderação e contenção. Eles o tinham atendido. E encaminharam uma declaração completa de seu caso por escrito. Agora Cetshwayo queria o assunto resolvido.

Mas Shepstone provou-se um amigo inconstante. Uma vez instalado como o grande senhor do Highveld do Transvaal, passou a defender "um controle mais aprofundado do território zulu", fosse "por meio de anexação ou de outra forma". Estava mais preocupado em apaziguar seus súditos bôeres descontentes do que perseguir as reivindicações de terras zulu.

Alarmado com a conversa de anexação, Cetshwayo ficou cada vez mais desconfiado das intenções de Shepstone, dizendo a um missionário: "Amo os ingleses. Não sou filho de Mpande. Sou filho da rainha Vitória. Mas também sou um rei no meu país e devo ser tratado como tal ... Não vou acatar ordens ... Prefiro morrer."

Em outubro de 1877, Shepstone participou de uma reunião inflamada com uma delegação zulu perto do rio Blood, enfurecendo-os ao sugerir um acordo com os bôeres sobre a questão da terra. A reunião terminou em desordem. Lívido pelo desafio à sua

autoridade, Shepstone disse a Londres que a delegação zulu tinha sido "exigente e irracional em suas demandas, e o tom que exibiram era muito convencido, quase desafiante e, em todos os sentidos, insatisfatório".

Shepstone se voltou contra Cetshwayo com força total. Insistindo que estava em posse de "evidência mais incontestável, esmagadora e clara", nunca antes divulgada, pendeu para o lado da reivindicação dos bôeres sobre o território disputado e desconsiderou o caso zulu como "caracterizado por mentira e traição, de uma extensão que não poderia ter acreditado nem mesmo selvagens serem capazes".

Em despachos para Londres, Shepstone protestou contra o efeito perturbador de permitir que o regime de Cetshwayo permanecesse em vigor. "O poder zulu", afirmou ele, "é a raiz e a verdadeira força de todas as dificuldades nativas na África do Sul." Em dezembro de 1877, ele disse a Carnarvon:

Cetshwayo é a esperança secreta de cada chefe independente a centenas de quilômetros dele, que sentem um desejo de que sua cor deva prevalecer, e apenas quando for destruída essa esperança é que eles vão se submeter ao comando da civilização.

A eclosão da guerra xhosa, no Cabo, argumentou ele, tinha sido inspirada pelo rei zulu. "Estou plenamente convencido", disse a Frere, em janeiro de 1878, "que nenhuma paz permanente pode ser esperada até que o poder zulu seja vencido". Frere, já convicto da necessidade de guerra, concordou prontamente. Acreditava que a derrubada de Cetshwayo seria uma lição salutar para todas as chefaturas africanas.

O governo britânico não tinha qualquer objeção à anexação da Zululândia, mas estava preocupado que o belicismo de Shepstone pudesse precipitar a ação antes que os preparativos adequados tivessem sido feitos e queria evitar a guerra. Para ganhar tempo, autorizou uma comissão de fronteiras a investigar a disputa. Mas a comissão de fronteiras concordou com a causa zulu. Em julho de 1878, ela relatou que o governo do Transvaal nunca tinha exercido qualquer jurisdição, civil ou criminal, sobre a área, nem tinha

governado qualquer dos residentes nativos naquela terra, nem recebera impostos ou aluguel da terra dos habitantes zulus, ou nomeara um funcionário do governo para a área.

Frere, portanto, teve que encontrar outro pretexto para a guerra. Alegando que Natal estava ameaçada por uma invasão zulu, enviou reforços de tropas britânicas do Cabo para a cidade. Cetshwayo foi rápido em expressar sua preocupação para as autoridades britânicas:

Soube de tropas chegando a Natal, vindo para atacar os zulus e me prender; o que fiz de errado para ser pego como um *Umtakata* [malfeitor]? Os ingleses são meus pais, não quero brigar com eles, mas viver como sempre fiz, em paz.

Frere dispensou os protestos e continuou a falar do perigo de uma invasão zulu, afirmando em seus relatórios para o Ministério Colonial que Cetshwayo tinha 60 mil guerreiros sob seu comando, prontos para invadir a fronteira; o povo de Natal, insistia ele, estava "dormindo sobre um vulcão".

Alarmados pelas advertências, o governo britânico autorizou o envio de mais dois batalhões britânicos para Natal, mas ainda esperava que a guerra pudesse ser evitada. A dificuldade que os ministros britânicos enfrentavam era que não tinham meios imediatos de controlar Frere. Não havia ainda ligação telegráfica direta para o Cabo ou Natal. O cabo teleográfico de Londres chegava apenas até as ilhas de Cabo Verde; de lá, as mensagens tinham que ser encaminhadas para a Cidade do Cabo por navio, o que levava no mínimo dezesseis dias; as cartas e os despachos levavam até um mês para chegar de Londres. O atraso permitiu a Frere argumentar que ele precisava reagir aos acontecimentos em tempo real, sem esperar pela aprovação do governo para cada decisão que tomava; isso lhe dava uma desculpa para ignorar completamente as instruções do governo.

Mas, de qualquer forma, nem Frere nem seu comandante do exército, lorde Chelmsford, esperavam mais do que uma ação curta e precisa antes que a resistência zulu entrasse em colapso. Tendo recentemente derrotado os xhosas, Chelmsford estava confiante.

“Estou inclinado a pensar”, escreveu a um subordinado em novembro, “que a primeira experiência do poder dos Martini-Henrys será uma surpresa tão grande para os zulus que eles não vão ser formidáveis após o primeiro esforço.”

O pretexto de Frere para provocar uma guerra foi um ultimato que enviou a Cetshwayo, em 11 de dezembro, contendo exigências que sabia serem inaceitáveis. Frere disse a Cetshwayo para dissolver o exército e abolir o sistema militar, ou seja, acabar com sua principal fonte de poder, ou enfrentar as consequências. Ele tinha trinta dias para obedecer. Para garantir que não haveria interferência de Londres, Frere adiou a informação sobre seu ultimato ao Ministério Colonial até ser tarde demais para que fosse revogado. O texto completo de suas demandas não chegou a Londres até 2 de janeiro de 1879. Enquanto isso, Chelmsford tinha reunido um exército de 18 mil homens – soldados, voluntários coloniais e recrutas africanos de Natal – na fronteira da Zululândia, pronto para invadir.

EM 11 DE JANEIRO, Chelmsford atravessou o rio Buffalo em Rorke's Drift, um antigo posto comercial irlandês que se tornara uma missão, no comando da principal força expedicionária de 4.700 homens, entre eles 1.900 soldados brancos e 2.400 auxiliares africanos. Sua intenção era avançar por uma estrada para carroças que ia de Rorke's Drift à capital de Cetshwayo, em Ondini, cem quilômetros a leste. Como a estrada estava em mau estado, ele decidiu montar um acampamento intermediário no meio do caminho. Depois de fazer um reconhecimento pessoal da área, escolheu um local sob um enorme afloramento rochoso chamado Isandlwana, a vinte quilômetros de Rorke's Drift, descartando as apreensões de vários membros de sua equipe. Nenhuma trincheira ou qualquer outro tipo de defesa foi construído em torno do acampamento, porque Chelmsford considerou que tomaria muito tempo. Ele também não ordenou reconhecimento suficiente, descartando a possibilidade de

um ataque frontal zulu contra uma tropa de britânicos fortemente armados, embora os zulus fossem famosos por esse tipo de guerra.

Nesse dia, o exército britânico sofreu um dos piores desastres de sua história. Uma força de 20 mil guerreiros zulus invadiu o acampamento em Isandlwana, aniquilando seis companhias do 24º regimento. Ao todo, cerca de 1.360 homens morreram – 870 soldados brancos e 490 auxiliares negros e não combatentes. De uma guarnição de 1.760 soldados, apenas 55 brancos e 350 auxiliares sobreviveram. Aproximadamente mil zulus foram mortos.

Mais tarde naquele dia, outra força zulu atacou a missão em Rorke's Drift, que os britânicos tinham convertido em hospital improvisado. Prevenidos de que os zulus estavam chegando, um destacamento britânico de cem homens improvisou defesas, erguendo barricadas de caixas de biscoito feitas de madeira e sacos de espigas de milho, e conseguiram deter um ataque feroz de doze horas.

Os reflexos da derrota do exército britânico nas mãos de forças tribais portando flechas propagaram-se por toda a África meridional. Em toda Natal, comunidades brancas foram tomadas pelo pânico, temendo uma invasão zulu. Em Londres, os ministros britânicos ficaram não apenas mortificados pelo golpe no prestígio militar do Reino Unido, mas lívidos que Frere tivesse começado a guerra sem sua sanção. Ninguém duvidava que o exército britânico acabaria por prevalecer na Zululândia, mas a derrota em Isandlwana deixou o Reino Unido humilhado aos olhos de potências europeias rivais.

Precisando restaurar sua autoridade no sul da África, o Reino Unido decidiu não só esmagar a resistência, mas desmantelar o Estado zulu. Cetshwayo enviou uma série de emissários a Frere: "O que eu fiz? Quero paz. Peço paz." Mas Frere não estava disposto a ouvir. Amparados por reforços e armados com morteiros, artilharia e metralhadoras Gatling, as forças britânicas, depois de uma pesada campanha de cinco meses, liquidaram o último dos *impis* de Cetshwayo, na batalha de Ulundi. Mais de 1.500 guerreiros morreram, contra apenas treze baixas do lado britânico.

Um novo procônsul britânico, o general sir Garnet Wolseley, foi enviado para lidar com essa parte problemática do sudeste da África, com poderes para agir como “suprema autoridade civil e militar” não só sobre Natal e a Zululândia, mas também sobre o Transvaal; o gabinete britânico queria um “ditador” para resolver a confusão.

Em pouco tempo, Wolseley enviou Cetshwayo para a prisão na Cidade do Cabo e dividiu seu reino em treze “reinozinhos”, removendo o status, a terra e o gado do clã usuthu, de Cetshwayo, e gratificando os zulus que haviam se aliado aos britânicos ou que se entregaram cedo, em uma exposição cruel da tática de dividir para reinar. Uma parte considerável do sul da Zululândia foi entregue a um traficante de armas branco, John Dunn, que fora aliado de Cetshwayo e que o havia abandonado, no início da guerra, para se juntar ao acampamento britânico. Todos os “territórios disputados” foram cedidos ao Transvaal. Wolseley afirmou que sua “decisão” colocava “duradouros alicerces de paz, felicidade e prosperidade”, mas resultou apenas em anos de amarga luta entre facções zulus rivais.

Em seguida, Wolseley dedicou-se a esmagar o Estado pedi, de Sekhu-khune, no leste do Transvaal. Em novembro de 1879, ele reuniu um exército heterogêneo de tropas britânicas, voluntários coloniais, auxiliares africanos do Transvaal e 8 mil guerreiros suázis para destruir a capital de Sekhukhune, em Tsate. Sekhukhune foi preso e encarcerado em Pretória; seus seguidores foram dispersos em novos assentamentos, perdendo grande parte de suas terras.

Wolseley pensou que tal demonstração de poder imperialista teria um efeito salutar sobre o estado de espírito inquieto dos bôeres do Transvaal – derrotando um inimigo que eles tinham tão notavelmente falhado em desalojar. Mas, na verdade, ao esmagar tanto Cetshwayo quanto Sekhukhune, os britânicos haviam liberado os bôeres do Transvaal das duas maiores ameaças à sua segurança. Agora, eles viam uma nova oportunidade para se livrar dos britânicos.

37. Um povo escolhido

EM DEZEMBRO DE 1879, duas semanas após as forças britânicas terem esmagado Sekhukhune, uma reunião em massa de 2 mil rebeldes bôeres foi realizada em Wonderfontein para decidir que medidas tomar para livrar o Transvaal do domínio britânico. O clima da reunião era fortemente a favor da guerra. Mas Paul Kruger, mais uma vez, defendeu cautela. "Os passos que vocês desejam dar são uma questão de vida ou morte", disse-lhes. "Vocês sabem que a Inglaterra é um grande poder, enquanto nossas forças são pequenas e insignificantes em comparação com o que ela pode trazer para o campo ... Considerem atentamente antes de gritar 'Sim! Sim! Queremos lutar!'"

Depois de cinco dias de deliberação, a reunião aprovou por unanimidade uma *Volks-Besluit* ("Decisão do Povo"), declarando que os cidadãos *burghers* do Transvaal não tinham vontade alguma de serem súditos britânicos. Nada menos do que a independência seria suficiente. "Nós declaramos solenemente que estamos dispostos a sacrificar a nossa vida e a derramar nosso sangue por ela."

O governo britânico, no entanto, rejeitou as demandas, insistindo que o Transvaal continuasse a ser uma parte do império britânico. Tudo o que os ministros estavam preparados para ceder era uma forma de autogoverno, uma proposta que Kruger descartou de cara. "Vou tentar explicar o que esse autogoverno, na minha opinião, significa", disse a seus partidários. "Eles dizem: 'Primeiro você obedece e coloca a cabeça no laço, aí eu posso pendurar você, então você pode chutar as pernas o quanto quiser.' Isso é o que eles chamam de autogoverno."

Sem fazer progressos, Kruger concluiu que a guerra era inevitável. "Chegamos agora à convicção de que outras reuniões e

protestos amigáveis seriam inúteis”, disse, em suas memórias. “O melhor caminho parecia ser começar em silêncio o trabalho e se preparar para o pior, comprando armas e munição. Grande prudência e o mais estrito sigilo tinha que ser observado, a fim de evitar suspeitas.”

Alheias ao perigo e convencidas da superioridade britânica, as autoridades britânicas continuaram a carimbar sua autoridade no Transvaal, determinadas a fazer cumprir as medidas fiscais e de cobrança. A resistência bôer ao pagamento de impostos havia sido comum mesmo durante o período do governo bôer. Agora as demandas fiscais britânicas tornavam-se o gatilho para a rebelião em grande escala.

Em dezembro de 1880, cerca de 5 mil cidadãos *burghers* se reuniram em uma assembleia em uma fazenda chamada Paardekraal, perto da atual Krugersdorp, dispostos a brigar. Depois de três dias de deliberação e de uma pausa no ritual do sabá, eles resolveram proclamar a independência do Transvaal, restaurar o velho Volksraad e estabelecer um governo republicano. No topo haveria um triunvirato executivo que incluía Kruger. Antes que os *burghers* se dispersassem, eles construíram um memorial para a nova unidade do *volk* (“povo”). Cada homem pegou uma pedra da encosta e, um a um, em fila indiana, colocou a pedra para formar um enorme monte em torno de um poste que ostentava a velha bandeira republicana, o Vierkleur, cada pedra um símbolo de que os *burghers* haviam jurado lealdade uns aos outros para lutar até a morte em defesa da república.

Uma cópia da proclamação declarando uma república foi enviada às autoridades britânicas, juntamente com uma carta escrita em termos diplomáticos:

Declaramos da maneira mais solene que não temos desejo de derramar sangue e que, do nosso lado, não queremos guerra. Está em suas mãos nos forçar a apelar às armas em legítima defesa, do que possa Deus nos livrar. Se chegarmos a isso, vamos fazê-lo com a mais profunda reverência a Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra e sua bandeira

...

O plano bôer era estabelecer uma nova capital temporária na pequena cidade de Heidelberg, no Highveld, a cem quilômetros ao sul de Pretória, proteger a fronteira com Natal e sitiar guarnições britânicas em todo o Transvaal. Os comandantes bôeres estimaram que poderiam contar com 7 mil *burghers* montados. Kruger esperava que voluntários do Estado Livre de Orange também se alistassem e escreveu ao presidente Brand e ao Volksraad em Bloem-fontein, apelando por apoio. “Podemos vencer ou morrer, mas a liberdade virá para a África, tão certo como o sol nascerá por entre as nuvens amanhã – como a liberdade reina nos Estados Unidos. Assim será do Zambeze à baía Simon, a África para os africanos.”

A guerra de independência, como os bôeres a chamaram, equivaleu a pouco mais de uma emboscada e três escaramuças. Depois que uma coluna de tropas britânicas foi atacada a caminho de Pretória, o comandante britânico, general sir George Colley, reuniu uma força de campo de unidades em Natal – composta por 1.400 homens, uma brigada naval com oitenta marinheiros, artilharia e metralhadoras Gatling – e levou-a a um passo estratégico na fronteira Natal-Transvaal, chamado Laing’s Nek. O assalto de Colley a posições bôeres terminou em desordem, com pesadas baixas. Uma segunda tentativa de proteger suas linhas de abastecimento resultou em mais baixas significativas. Em dez dias, ele perdeu um quarto de sua força de campo, entre mortos e feridos.

Na esperança de recuperar a reputação, Colley ignorou a possibilidade de um armistício e concebeu a ideia de aproveitar o cume de uma colina de topo achatado chamada Majuba, de onde se via Laing’s Nek e todo o território por quilômetros a seu redor. Ele preparou o plano quase que completamente em segredo, informando apenas dois oficiais, e não fez um reconhecimento adequado da área. A força de Colley chegou ao cume pouco antes do amanhecer, sem dificuldades, mas as forças bôeres também conseguiram escalar as alturas durante o dia, em grande parte sem serem vistas. Sob fogo bôer, o perímetro britânico começou a desmoronar e, em seguida, entrou em colapso. À medida que o pânico tomava conta, os soldados apavorados recuaram, correndo, e

fugiram encosta abaixo. Em mais um episódio humilhante, os britânicos foram varridos do cume em cerca de trinta minutos. Unidades de elite tinham sido destruídas por combatentes amadores trajando calças civis de veludo e chapéus moles de abas largas.

Apesar do clamor em casa para “vingar Majuba”, o governo britânico não tinha interesse em novos conflitos. Majuba deu um fim à política de “avanço” do Reino Unido. Em março, a Inglaterra chegou a um acordo preliminar com Kruger, concedendo independência, sujeita apenas a uma reserva vaga e maldefinida sobre “a suserania de Sua Majestade”. Em 3 de agosto de 1881, o acordo final foi anunciado publicamente em uma cerimônia na Church Square, em Pretória, pelo novo alto-comissário britânico, sir Hercules Robinson, falando de uma plataforma construída às pressas com tábuas e fardos de palha, vestido com o traje proconsular completo e chapéu de plumas. Apesar da pompa, era só uma maneira de a Inglaterra sair do Transvaal com o mínimo de vexame.

PARA COMEMORAR o retorno da independência do Transvaal, Kruger organizou um “festival de ação de graças” de quatro dias, em Paardekraal, aproveitando a ocasião para promover o conceito calvinista de vocação nacional e destino. Discursando perante uma multidão de 12 mil bôeres, lembrou-lhes da luta passada dos *voortrekkers* e de como, em todas as vezes, Deus os havia guiado em frente. A Grande Trek, disse ele, era como a jornada dos israelitas do Antigo Testamento, deixando o Egito para escapar do jugo do faraó, e ele a citava como prova de que Deus havia convocado os bôeres para uma missão semelhante, para estabelecer uma terra prometida na África meridional. Eles eram, portanto, um povo escolhido. A vitória bôer, em 1881, afirmou, era um sinal do compromisso contínuo de Deus para com eles.

Eleito presidente do Transvaal em 1883, Kruger manteve um estilo de vida simples. Em sua casa em Church Street, em Pretória, recuada da rua a apenas dois metros, deixava a porta da frente escancarada durante o dia, pronta para acolher todos os que

viesses vê-lo, amigos e estranhos igualmente. Muitos negócios eram realizados no *stoep* ("a varanda"), na parte da frente da casa. O *stoep* dos fundos era usado para armazenar *biltong* ("carne-seca"). No jardim atrás da casa, Kruger criava vacas.

Suas ambições para o Transvaal eram igualmente modestas. As finanças do governo mantiveram-se precárias. Dependiam da receita de uma economia pastoral e uma pequena indústria de mineração de ouro no distrito de Lydenburg, no Transvaal oriental. As primeiras descobertas de ouro consideráveis tinham sido feitas ali em 1872, perto da escarpa oriental, onde o grande planalto do Transvaal acaba e desce para o Lowveld e a costa. Os garimpeiros chegaram aos montes, vindos da baía da Lagoa, o porto mais próximo, atravessando um trecho selvagem de mata nativa cheio de doenças, até alcançar o seu destino. Mas as descobertas de ouro foram limitadas, e as receitas que geraram foram escassas.

Com poucos fundos, Kruger foi persuadido por um aventureiro húngaro empreendedor, Hugo Nellmapius, de que um método útil para o Estado arrecadar dinheiro era vender concessões de monopólio para empresários independentes. O que o Transvaal necessitava, disse Nellmapius, era ter suas próprias indústrias de produtos básicos, como roupas, cobertores, couro, farinha e açúcar, protegidas por barreiras tarifárias elevadas para garantir sua viabilidade. O que faltava era iniciativa empresarial. Qualquer nova empresa envolvia alto risco. Mas o governo poderia superar isso oferecendo "privilégios, patentes, monopólios, bônus etc."

Nellmapius propusera apenas um pequeno começo, mas, uma vez desencadeada, a ideia que apresentou teria consequências enormes. Ele pediu dois monopólios, um para destilação de bebidas a partir de grãos locais e outras matérias-primas, e outro para a produção de açúcar de beterraba e milho. Uma vez que o custo de construção e operação de uma fábrica seria de pelo menos 100 mil libras esterlinas, argumentou, sua concessão teria de durar por no mínimo quinze anos. Em troca, ele faria uma contribuição anual para o tesouro de mil libras esterlinas, pagas antecipadamente. O esquema

de Nellmapius de uma concessão de quinze anos para uma destilaria foi devidamente aprovado pelo poder executivo e pelo Volksraad.

A primeira fábrica do Transvaal – construída para produzir bebida alcoólica – começou sua produção em 1883. Apesar da aversão de Kruger ao álcool, ele concordou em presidir a cerimônia de abertura. Enquanto outros convidados bebiam champanhe e provavam os primeiros produtos da destilaria – um gim forte e ardente –, Kruger bebia leite. Ele comentou que, embora não gostasse de bebidas, não via sua produção como um pecado. Falou da fábrica como “*De Volks-Hoop*” (“a esperança do povo”), oferecendo emprego a *burghers* e incentivando produtores agrícolas. Em um grande cartaz que decorava uma das paredes lia-se: “A política de concessão é a construção do país.”

Kruger também foi convencido da necessidade de recrutar especialistas estrangeiros para reforçar a administração do Transvaal. Embora determinado a proteger da influência estrangeira o caráter bôer do Transvaal, ele reconhecia que, com apenas um conjunto limitado de mão de obra especializada disponível entre os naturais do Transvaal, o recrutamento estrangeiro era inevitável. Sua solução foi apelar para imigrantes holandeses. “Detecto um menor perigo de uma invasão da Holanda”, disse. Ao longo dos quinze anos seguintes, mais de 5 mil imigrantes holandeses chegaram ao Transvaal, reforçando as fileiras dos funcionários públicos e professores.

Mas Kruger teve pouco tempo para dar atenção aos estrangeiros. Em 1885, chegou a notícia em Pretória de uma importante descoberta de ouro na fronteira oriental do Transvaal. O editor da *Pretoria Press*, Leo Weinthal, registrou a reação de Kruger. Depois de permanecer em silêncio, perdido em pensamentos, ele comentou, com fervor digno do Antigo Testamento:

Não me fale de ouro, o elemento que traz mais desentendimento, infortúnio e pragas inesperados em suas trilhas do que benefícios. Ore a Deus, como estou fazendo, para que a maldição ligada à sua vinda não possa ofuscar a nossa querida terra logo após ela ter voltado de novo para nós e nossos filhos. Ore e implore para que Ele, que ficou

conosco, continue a fazê-lo, porque eu vos digo hoje que cada grama de ouro tirado das entranhas do nosso solo ainda terá que ser ponderado com rios de lágrimas.

A descoberta de ouro na aldeia de Barberton produziu uma corrida de caçadores de fortuna de todo o mundo. Barberton transformou-se rapidamente em uma cidade em ascensão, o maior centro populacional do Transvaal. Milhares de concessões foram indexadas; novas empresas foram abertas aos montes; e milhões de certificados de ações foram vendidos. Desde o amanhecer até tarde da noite, a bolsa de valores de Barberton era cenário de atividade frenética. Os investidores na Inglaterra disputavam entre si para comprar ações de ouro de Barberton.

Mas o *boom* logo esfriou. A maioria das empresas nunca produziu nem uma onça de ouro; muitas eram fraudes, criadas para atrair investidores com prospectos falsos. Embora houvesse bolsões de ouro excepcionalmente ricos espalhados no campo de Barberton, apenas cinco minas provaram ser viáveis. Centenas de caçadores de fortuna que tinham chegado com esperança e entusiasmo voltaram para Pretória e a Cidade do Cabo sem um tostão, alguns em farrapos. Os investidores de Londres perderam grandes somas. Depois de uma estreia tão desastrosa nos mercados mundiais, as ações de ouro da África do Sul passaram a ser vistas com profunda desconfiança.

Então, em 1886, um prospector inglês itinerante, George Harrison, que havia trabalhado nas minas de ouro da Austrália, bem como no Transvaal oriental, deparou-se com um afloramento rochoso aurífero em uma fazenda chamada Langlaagte ("Longo Vale Raso"), em uma área que os agricultores bôeres conheciam como Witwatersrand. Acompanhado de George Walker, um colega ex-mineiro de carvão de Lancashire, na Inglaterra, Harrison estava caminhando até Barberton quando recebeu a oferta de construir uma casa de campo em Langlaagte para uma viúva bôer, Petronella Oosthuizen. Em abril, Harrison e Walker assinaram um contrato com a família Oosthuizen que lhes dava a permissão de prospectar ouro. Em maio, Harrison apressou sua ida a Pretória para garantir uma licença de prospecção, levando consigo uma amostra de rocha

aurífera que mostrou a Kruger. Ele foi devidamente nomeado o *zoeker* ("descobridor") e recebeu uma concessão de mineração gratuita. Mas Harrison decidiu seguir seu caminho, vendendo sua concessão por dez libras esterlinas. Abaixo estava o mais rico campo de ouro jamais descoberto.

38. A companhia mais poderosa do mundo

EM 1885, TEVE INÍCIO uma nova fase da mineração de diamantes em Kimberley que iria transformar as perspectivas do setor. Depois de anos sofrendo quedas devastadoras da beira de crateras a céu aberto, as empresas de mineração começaram a experimentar operações subterrâneas, construindo poços e túneis para chegar a escavações de nível profundo. Embora os custos das operações subterrâneas fossem elevados, a produção e os lucros subiram. Além disso, as escavações de nível profundo conseguiram atingir depósitos de diamantes ainda mais ricos.

A introdução de mineração subterrânea e o aumento do uso de motores a vapor e outras máquinas trouxeram grandes mudanças para a organização da força de trabalho. Em vez de usar os superintendentes brancos, as empresas de mineração precisavam de mineiros qualificados. Eles foram recrutados das minas inglesas de carvão de Cumberland e de estanho da Cornualha; especialistas em perfuração vieram de Lancashire; e artesãos de fábricas na Escócia e na Inglaterra. O número de brancos coloniais trabalhando nas minas caiu para apenas 10% da força de trabalho branco.

Foram aprovadas novas leis, introduzindo uma barreira de cores legal entre os funcionários brancos e os negros. Embora os administradores britânicos tivessem resistido anteriormente à discriminação legal, a legislação de mineração de 1883 decretou que “nenhum nativo deve ser autorizado a manipular explosivos ou preparar o mesmo para implosão ou outros fins”. Elas deveriam ser realizadas “sob a supervisão de um europeu”. A legislação subsequente declarou que: “Nenhum nativo deve trabalhar ou ter permissão para trabalhar em qualquer mina, seja em trabalhos abertos ou subterrâneos, exceto sob a responsabilidade de um homem branco como mestre ou ‘baas’ [chefe].”

Para garantir um fornecimento mais confiável de trabalho negro, as empresas de mineração organizaram seu próprio sistema de recrutamento. Os recrutas eram obrigados a concordar com contratos em vigor por seis a doze meses, em vez de três a seis meses. As condições de vida também mudaram. Originalmente, os escavadores acomodavam os trabalhadores negros em tendas ou abrigos em acampamentos. Eles passaram então a ser alojados em barracões. A partir de 1885, as empresas de mineração exigiram que os trabalhadores negros vivessem em recintos fechados e vigiados em sua propriedade durante todo o período do contrato. Recintos fechados tinham a vantagem de impedir o roubo de diamantes. Eles também permitiam que os proprietários das minas tivessem maior controle sobre a força de trabalho.

Em 1889, todos os 10 mil mineiros negros de Kimberley estavam acomodados em recintos fechados. Alguma discussão se seguiu sobre a possibilidade de incorporar funcionários brancos no sistema dos recintos. Mas a ideia não teve continuidade. Os brancos podiam viver na cidade, deixando os negros confinados em recintos segregados.

O sucesso das operações subterrâneas, no entanto, fez surgir mais uma vez um espectro que havia ofuscado a indústria desde a década de 1870: o aumento da produção levou a quedas de preços e a diminuição da rentabilidade. Como as empresas competiam para elevar a produção para obter lucros mais elevados, ao mesmo tempo, aumentavam os riscos de aniquilar completamente os lucros.

A solução tinha sido prevista havia muito tempo: uma companhia com monopólio no controle de toda a indústria. Várias tentativas de fusão foram feitas, mas nenhuma deu certo. A única opção era que as grandes empresas lutassem entre si pelo controle. Em 1885, o número total de empresas havia sido reduzido para aproximadamente cem: dezenove na mina Kimberley, dez em De Beers, 37 em Dutoitspan e 32 em Bultfontein.

Dois empresas surgiram como os núcleos mais prováveis para um monopólio na mineração de diamantes: Kimberley Central, na qual

Alfred Beit estava envolvido, e De Beers, principal empreendimento de Cecil Rhodes. Ambas começaram a esmagar as rivais menores, produzindo o maior número possível de diamantes. Em 1886, a Kimberley Central produziu, sozinha, mais pedras do que a mina de Dutoitspan ou a de Bultfontein e quase tanto quanto toda a mina De Beers, elevando a receita da companhia, mas mantendo o preço do quilate baixo. A De Beers desenvolveu suas operações em uma velocidade vertiginosa, duplicando a quantidade de terra que escavava no processo e mostrando, de acordo com um relatório do banco, “um desrespeito imprudente pela vida humana”. Com acidentes se multiplicando e doença abundante, a taxa de mortalidade na mina chegou a 150 em cada mil empregados.

Nomeado presidente da De Beers em 1886, Rhodes foi implacável na perseguição das empresas independentes sobreviventes na mina De Beers. Em 1887, em colaboração com Beit, ele ganhou o controle da última que restava. De Beers tornou-se, assim, a primeira mina na Griqualândia Oeste sob o controle de uma única companhia. Em seu relatório à reunião anual da De Beers, em maio de 1887, Rhodes declarou que a fusão permitiria à indústria de diamantes chegar à posição que deveria ocupar, “isto é, não ficar à mercê dos compradores, mas os compradores sob o controle dos produtores”.

ALÉM DAS ATIVIDADES empresariais, Cecil Rhodes desenvolveu ambições políticas. Sua incursão inicial era ficar como um dos membros do parlamento pela Griqualândia Oeste, logo depois que ela foi incorporada como uma nova província da Colônia do Cabo, em 1880. Seu principal objetivo era fazer com que o governo do Cabo construísse uma estrada de ferro ligando Kimberley aos portos para aliviar os custos da empresa. Um proeminente político no parlamento do Cabo, Thomas Fuller, lembrou que, em 1881, Rhodes, aos 27 anos, era um “homem alto, de ombros largos, com rosto e figura não bem-definidas”:

O cabelo era castanho-avermelhado, descuidadamente jogado sobre a testa, os olhos cinza-azulados, distraídos, mas gentis. Mas a boca – sim, ela era o “membro rebelde” de

seu rosto. Com linhas profundas após a curva do bigode, tinha uma expressão determinada, magistral e, por vezes, desdenhosa. Os homens não podem, é claro, pensar ou sentir com suas bocas, mas os pensamentos e sentimentos de Cecil Rhodes logo encontravam seu caminho para aquela parte de seu rosto. No melhor dos casos expressava determinação – no pior, bem, vi tempestades de paixão reunirem-se nela e torcê-la em formas desagradáveis.

Além de fazer campanha para uma ligação ferroviária para Kimberley, ele era ativo na pressão por legislação para atender os interesses das grandes empresas de mineração, tais como a De Beers. Para garantir que seus discursos fossem bem colocados e na esperança de influenciar a opinião pública, Rhodes comprou uma participação de controle no *Cape Argus*, o principal jornal do Cabo. O negócio custou-lhe 6 mil libras esterlinas. Concluiu-se no maior segredo. Rhodes queria que o *Argus* o apoiasse, mas que mantivesse a aparência de um jornal independente.

Ele também era um fervoroso defensor da expansão imperialista. Em um testamento que elaborou em Kimberley, em 1877, instruiu os executores de sua propriedade a usar sua fortuna para ajudar a estender os domínios do império britânico – “especialmente a ocupação por colonos britânicos de todo o continente da África”. No parlamento, logo se envolveu em questões imperiais, exigindo a intervenção britânica para impedir o recém-independente Transvaal de alargar seu território para o oeste em terras dos tsuanas, bloqueando assim a estrada do Cabo para o norte.

LIVRES DO CONTROLE BRITÂNICO, os colonos do Transvaal – *freebooters*, ou “flibusteiros” – avançaram pela fronteira ocidental estabelecida com a Inglaterra em 1881, sabendo que a rival não tinha vontade de intervir. Muitos se alistaram como mercenários – “voluntários” –, apoiando facções rivais tsuanas em troca de promessas de terra. Em maio de 1882, Mankurwane, dos tlhaping, um chefe pró-britânico, informou um alto funcionário britânico em Pretória: “Tenho a honra de informar que existe um comando de súditos do Estado Livre e do Transvaal assediando minha cidade de Taungs. Disseram-me que aqueles que formam este comando desejam tomar meu país para

formar uma república independente.” No momento em que a mensagem chegou à Cidade do Cabo, o cerco tinha acabado e os bôeres tinham vencido. Mankurwane foi obrigado a assistir, enquanto flibusteiros bôeres dividiam sua terra entre si em fazendas de 2.400 hectares cada. Também foi forçado a assinar um tratado no qual concordava em se referir, em disputas futuras, às autoridades do Transvaal, e não aos britânicos. Não havia assistência britânica a caminho. Escrevendo ao alto-comissário britânico na Cidade do Cabo, em agosto, Mankurwane reclamou: “Vendo, pois, que fui abandonado pelo governo britânico ... fiz o que deveria ter feito há muito tempo, ou seja, a paz com os bôeres ... e tive que entregar uma parte considerável de meu país.”

Com a terra tomada de Mankurwane estendendo-se por mais de cem quilômetros a oeste da fronteira de 1881, os flibusteiros – cerca de quatrocentas famílias bôeres – começaram a criar sua própria pequena república, chamando-a Stellaland, para marcar a passagem de um cometa, e estabelecendo sua capital em Vryburg, perto de Taungs. Era uma capital modesta, consistindo de algumas casas de tijolo, algumas lojas, uma sala de bilhar e um campo de *croquet*.

Com Mankurwane eliminado, os flibusteiros voltaram-se para Montshiwa, outro chefe pró-britânico. Montshiwa resistiu por três meses, mas acabou sendo forçado a ceder dois terços de sua terra, perdendo tudo ao sul do rio Molopo. Ele também foi obrigado a reconhecer fidelidade ao Transvaal. Nas terras de Montshiwa, os flibusteiros estabeleceram a república de Goshen, um nome tirado do Gênesis – “o melhor da terra do Egito, dada a José”. Ocupada por algumas dezenas de aventureiros, a capital de Goshen, Rooi Grond, era simplesmente uma fazenda fortificada, perto de Mafikeng, 1,5 quilômetro a oeste da fronteira do Transvaal.

Ambas as “repúblicas”, no entanto, ficavam na estrada para o norte, bloqueando o acesso ao interior. Uma das primeiras medidas tomadas em Vryburg foi impor um imposto de três libras esterlinas por quinzena a todos os comerciantes que passassem por Stellaland. Stellaland e Goshen representavam, assim, uma ameaça significativa para o comércio do Cabo com o interior africano, que, na época,

valia a considerável soma de 250 mil libras esterlinas por ano. Além disso, eram um obstáculo no caminho da única rota ferroviária viável em direção ao norte, até a Zambézia, fora das repúblicas bôeres. Parecia inevitável que se fundissem em um Transvaal maior, deixando o Cabo isolado.

Preocupado com questões mais prementes do que um conflito obscuro na beira do deserto do Kalahari, o governo britânico respondeu aos ataques dos bôeres na Bechuanalândia com indiferença estudada. "A página mais triste na história sul-africana", observou um funcionário do Ministério Colonial, em dezembro de 1882, "mas como não devemos tentar coagir os bôeres, Montshiwa e Mankurwane devem enfrentar a fome da melhor forma possível."

Mas Rhodes se sentiu impelido a agir. Sem esperança de ajuda britânica e enfurecido com o que via como "hesitação constante" da política britânica, instou incansavelmente o Cabo a assumir o controle da área, salientando as vantagens do "colonialismo do Cabo". Em maio de 1883, ele convenceu o primeiro-ministro do Cabo, Thomas Scanlen, a mandá-lo para o norte para investigar a situação na Bechuanalândia, e, em seu retorno a Barkly Oeste, bombardeou Scanlen com telegramas, exigindo intervenção. Mas Scanlen não foi persuadido.

Em um discurso ao parlamento na Cidade do Cabo, em agosto de 1883, Rhodes foi mais longe, afirmando que "todo o futuro desta colônia" está em jogo. "Vejo o território da Bechuanalândia como o canal de Suez do comércio deste país, a chave de sua estrada para o interior." Se o Cabo não conseguir garantir o controle do interior, "vamos perder nossa posição de Estado soberano".

Apesar da retórica, Rhodes não conseguiu conquistar o apoio do parlamento para a expansão colonial. Mas o alto-comissário do Reino Unido, sir Hercules Robinson, estava mais favorável à ideia. Robinson era um defensor da "administração doméstica" colonial, em lugar da administração imperialista, e considerou que colonos, em vez de funcionários metropolitanos, seriam mais adequados como agentes de administração africana. Ele estava disposto a usar

sua influência em Londres. O *lobby* missionário também foi eficaz em instar o governo britânico a ter um interesse mais ativo no destino da Bechuanalândia. Nas negociações com Kruger, concluídas em 1884, a Inglaterra concordou com uma nova fronteira para a Bechuanalândia, o que permitiu ao Transvaal uma fatia de território tsuana, mas deixou a maior parte desse território intacto. O acordo deu ao Reino Unido a responsabilidade global de administrar a metade sul conturbada da Bechuanalândia, incluindo as duas repúblicas de Stellaland e Goshen, assegurando, assim, o caminho para o norte.

Mas Rhodes foi inflexível ao afirmar que o que a Bechuanalândia precisava era do controle do Cabo, e não da tutela imperial, e continuou a fazer campanha para estender as fronteiras do Cabo para o norte. "A Bechuanalândia é o gargalo da garrafa e comanda a rota para o Zambeze. Devemos assegurá-la, a menos que estejamos preparados para ver todo o norte escapar de nossas mãos ... Não quero perder a chave para o interior, deixando-nos fixados apenas nesta pequena península. Quero a Colônia do Cabo capaz de lidar com a questão da confederação como o Estado dominante da África do Sul."

Em 1884, ele convenceu Robinson a nomeá-lo comissário britânico responsável pelo sul da Bechuanalândia. Ao saber da nomeação, um funcionário do Ministério Colonial em Londres perguntou: "Que informação temos sobre o sr. Rhodes?" Um colega respondeu que se tratava de "um homem sensato", embora inexperiente e sem prática no trabalho administrativo. A opinião geral em Londres era que ele iria "desempenhar muito bem o papel de tampão".

Rhodes partiu para a Bechuanalândia em agosto de 1884. Seu plano era oferecer títulos aos flibusteiros bôeres pela terra que ainda ocupavam, na condição de que dispensassem suas repúblicas e aceitassem o governo do Cabo. Os bôeres de Stellaland pareciam dispostos a concordar, mas os de Goshen, com a cumplicidade de Kruger, eram muito mais hostis. Em setembro, Kruger tornou claras suas intenções, proclamando a anexação de Goshen e do território

restante de Montshiwa ao Transvaal, em desafio aos acordos que fizera com os britânicos.

A ação arbitrária de Kruger finalmente levou o governo britânico a intervir. Em 1885, ele enviou uma força armada de 4 mil homens para afastar os flibusteiros e resolveu o futuro da Bechuanalândia, estabelecendo o controle britânico na região. A metade sul, até o rio Molopo, foi declarada colônia da Coroa britânica, sob o nome de Bechuanalândia Britânica, com a expectativa de que acabaria por ser transferida para o Cabo. A metade norte, incluindo a chefatura ngwato de Kgama, tornou-se um "protetorado" britânico.

EM KIMBERLEY, RHODES E BEIT forjaram uma aliança cada vez mais eficaz. Rhodes passou a depender do aconselhamento financeiro de Beit. Quaisquer problemas relacionados com diamantes, invariavelmente, eram resolvidos por Beit. "Pergunte ao pequeno Alfred" tornou-se um bordão entre o círculo de amigos de Rhodes. Eles eram frequentemente vistos juntos no Kimberley Club, tomando uma bebida para começar o dia; o drinque preferido era uma mistura de champanhe e cerveja preta. E jogavam pôquer ali, embora mal. Ocasionalmente, iam a um Baile de Solteiros, Rhodes vigorosamente girando a moça mais desinteressante no salão e Beit entregando-se à sua propensão por jovens altas.

Na última corrida para ganhar o controle da indústria de diamantes, sua aliança se comprovaria decisiva. As conexões de Beit com bancos estrangeiros garantiam o financiamento para suas anexações. O principal rival era Barney Barnato. Depois de meses de licitação e especulação frenéticas, eles chegaram a um acordo, em março de 1888, para consolidar seus ativos em uma única empresa: De Beers Consolidated Mines Limited. Os ativos da empresa eram consideráveis. Ela possuía toda a mina De Beers, três quintos da mina de Kimberley e participação de controle tanto de Bultfontein como de Dutoitspan. Barnato era o maior acionista da nova empresa, com 7 mil ações; Rhodes tinha 4 mil. Rhodes instou os demais acionistas a aderirem e triunfantemente proclamou sua

determinação em fazer da De Beers a maior, mais rica e mais poderosa empresa que o mundo já viu.

Nos meses seguintes, Rhodes passou a comprar os operadores de minas independentes restantes. Em setembro de 1889, tinha conseguido um monopólio completo de todas as minas de Kimberley – responsáveis por 90% da produção mundial. Em aliança com os principais comerciantes de diamantes do mundo, dedicou-se então a alcançar o monopólio do comércio de diamantes, para garantir que o mercado pudesse ser manipulado de maneira vantajosa, mantendo a oferta em linha com o preço mais alto disponível. Em 1891, praticamente todas as saídas de Kimberley eram canalizadas para os membros de um sindicato com sede em Londres, que controlava o sistema.

A pedido de Rhodes, a nova empresa De Beers estabeleceu-se com ambições que ultrapassavam em muito os propósitos originais da antiga empresa De Beers. Em vez de se limitar à mineração de diamantes, Rhodes insistiu que a nova empresa fosse capaz de se envolver em qualquer tipo de negócio, anexar terra em qualquer parte da África, governar territórios estrangeiros e manter exércitos permanentes. Ele pretendia usar sua fortuna para concretizar seus “grandes esquemas”, que alimentava havia muito. “Dinheiro é poder”, explicava Rhodes, “e o que se pode realizar sem poder? É por isso que preciso de dinheiro. Ideias não servem de nada sem dinheiro ... Pelo seu valor em si, não ligo para o dinheiro. Nunca tentei tê-lo por seu valor intrínseco, mas ele é poder, e gosto de poder.”

De sua base em Kimberley, os magnatas da mineração voltaram sua atenção para os garimpos do Transvaal de Kruger.

PARTE X

A corrida para explorar a África no final do século XIX

A ÁFRICA ANTES DA PARTILHA

39. Esse magnífico bolo

QUANDO HENRY STANLEY chegou a Londres, em janeiro de 1878, após a jornada épica ao longo do rio Congo, foi recebido com muita admiração, mas encontrou pouco interesse por seus planos em usar o rio como uma “grande estrada de comércio” para o interior. Nem ministros, nem missionários, nem casas comerciais encamparam suas sugestões. Em Bruxelas, no entanto, as façanhas de Stanley tinham sido observadas de perto pelo rei Leopoldo II, da Bélgica.

Monarca ambicioso, ganancioso e desonesto, havia muito tempo que o rei Leopoldo sonhava em estabelecer colônias no exterior, enriquecendo ele próprio com os resultados. Sua atenção se voltara para a África central, de início, por observações feitas por um oficial da marinha britânica, tenente Verney Cameron, depois de completar uma viagem de três anos pelo continente, da costa leste à costa oeste, em 1875. Conforme relatado no *Times*, um jornal que o rei Leopoldo lia avidamente, Cameron dizia que a África central era um “país de riquezas indizíveis”, com uma abundância de ouro, cobre, prata e carvão, apenas esperando por um “capitalista empreendedor” para “controlar a questão”.

O rei Leopoldo começou sua busca por um império africano em setembro de 1876, convidando alguns exploradores e geógrafos europeus, incluindo Cameron, para uma conferência no seu palácio em Bruxelas. Ao acolher seus convidados, ele falou sobre a necessidade de uma cruzada internacional para abrir a África central “para a civilização” e extinguir o comércio de escravos. Ele ressaltou que “não estava em nada motivado por projetos egoístas”, mas apenas queria fazer avançar a causa da ciência e da filantropia, estabelecendo bases na região. Com a aprovação dos delegados, o rei montou um novo organismo internacional, a Association Internationale Africaine [Associação Internacional Africana, AIA],

com ele mesmo como presidente, para liderar a cruzada. Mas seu verdadeiro propósito, como deixou claro em uma carta escrita poucos meses depois ao barão Solvyns, embaixador belga em Londres, era ganhar o controle pessoal do território africano e usá-lo para fins comerciais: "Não quero perder a oportunidade de obter uma fatia desse magnífico bolo africano."

Stanley destacou-se no grande esquema do rei Leopoldo, mas o rei não confiava em revelar seu verdadeiro propósito. Em novembro de 1877, ele confidenciou a Solvyns:

Acredito que se comissionar Stanley para tomar posse em meu nome de qualquer lugar na África, o inglês iria me deter ... Por isso, estou pensando em confiar a Stanley uma missão puramente exploratória que não ofenda ninguém e nos forneça alguns locais na região, com pessoal e equipamento, sob um comando superior que nós podemos desenvolver quando a Europa e a África já tiverem se acostumado com as nossas "pretensões" no Congo.

Não encontrando qualquer interesse britânico pela região do Congo, Stanley aceitou um convite para conhecer Leopoldo II, em Bruxelas, em junho de 1878. O rei, ao que parecia, era a única pessoa disposta a patrocinar seu retorno à África. Em novembro, Stanley assinou um contrato de cinco anos com ele. Seu papel era criar postos ao longo do rio Congo, construir estradas e pavimentar o caminho para o desenvolvimento comercial.

Em agosto de 1879, a flotilha de barcos de Stanley chegou à foz do Congo e navegou rio acima em direção às cataratas de Yellala, a primeira de uma cadeia de quedas-d'água a 170 quilômetros da costa. Ele arrendou de chefes locais um lote de terra em um planalto rochoso, em Vivi, e começou a construir uma estação ali. O próprio Stanley juntou-se à construção de estradas, quebrando pedras com uma marreta. Vendo o inglês trabalhar, um chefe bakongo local o chamou de Bula Matari, o quebrador de pedras, um nome que se espalhou por toda a bacia do Congo e que acabaria por adquirir conotações sinistras.

A intenção de Stanley era construir uma estrada a partir de Vivi pela qual superar as cataratas e atravessar as montanhas de Cristal, abrindo uma rota até o lago Malebo, que ele passou a chamar de

lago Stanley, a 370 quilômetros de distância. O lago Malebo era fundamental para todo o empreendimento: era a porta de entrada para a bacia do Congo, que dá acesso a uma rede de rios interconectados, navegáveis por 6.500 quilômetros pelo interior. Stanley estimava que seriam necessários dois anos de trabalho duro e muita remoção de terra antes de a estrada chegar a Malebo.

Em 7 de novembro de 1880, com cerca de cem quilômetros da estrada completos, Stanley estava lendo um livro em sua tenda perto das cataratas de Isangila quando um estranho, branco, em um uniforme naval esfarrapado, chegou ao seu acampamento. Foi um dos primeiros encontros do que ficou conhecido como a Partilha da África.

Pierre Savorgnan de Brazza era um jovem oficial da marinha francesa de origem italiana e estava em uma missão para explorar o curso superior do rio Congo, em nome da Sociedade Geográfica de Paris. Nascido em 1852, filho de um aristocrata italiano, alistou-se como cadete na Escola Naval francesa em Brest, na esperança de uma carreira de aventuras. Teve sua primeira visão da África central em 1872, quando servia em uma patrulha antiescravagista na costa do atual Gabão, onde os franceses tinham estabelecido vários postos de comércio. Interessado em explorar o interior, fez duas viagens à sua própria custa até os rios Gabão e Ogooué, e então, em 1875, persuadiu o governo francês a fornecer fundos para uma expedição para descobrir a origem do rio Ogooué. Durante três anos de exploração, Brazza rastreou o Ogooué até uma bacia hidrográfica a 240 quilômetros do lago Malebo. De volta a Paris, em dezembro de 1878, ficou sabendo que Leopoldo II havia encomendado a expedição de Stanley ao Congo e pediu às autoridades francesas que autorizassem outra expedição para "plantar a bandeira francesa" no lago Malebo, antes que os belgas o fizessem. Brazza recebeu fundos, mas sem mandato oficial.

Acompanhado por uma escolta armada de 24 marinheiros do Senegal e do Gabão, Brazza subiu o rio Ogooué mais uma vez, cruzou por terra para o rio Lefini e chegou ao Congo em agosto de 1880, diante da foz do rio Kwa (Kasai ou Cassai), depois do lago

Malebo. Ele teve uma recepção calorosa por parte do rei bateke, Makoko, que esperava lucrar com os laços comerciais com a costa. Em 10 de setembro, Makoko colocou a sua marca em um tratado que estabelecia seu reino sob "proteção" francesa. Ele também providenciou que Brazza recebesse terras em Mfwa, na costa norte do lago Malebo, para construir uma estação. Em 3 de outubro, Brazza levantou a bandeira francesa em Mfwa, um lugar que mais tarde ficou conhecido como Brazzaville. E, em 18 de outubro, em vez de voltar pelo rio Ogooué, seguiu pelo Congo, deixando para trás um sargento senegalês, Malamine, encarregado da estação de Mfwa.

Ao se encontrar com Stanley, três semanas depois, Brazza não fez menção ao Tratado Makoko, só falou que tinha criado um pequeno posto de guarda no lago Malebo. Dois dias depois, estava a caminho da costa com o tratado no bolso. Mas, para seu espanto, as autoridades francesas em Paris estavam relutantes em iniciar a construção de um império na África central naquele momento; elas tinham prioridades em outras partes do continente, no norte e na costa oeste. O sargento Malamine foi chamado de volta para a costa do Gabão. Foi só depois de uma longa campanha de Brazza em Paris que, em novembro de 1882, o parlamento francês concordou em ratificar o Tratado Makoko.

Enquanto isso, Stanley perseverava em seu próprio pedaço da construção do império. Em dezembro de 1881, havia completado os 320 quilômetros de estrada de Vivi até o lago Malebo, assinado tratados com os chefes locais ao longo do caminho e garantido um lugar na margem sul do lago Malebo, perto da aldeia de Kinshasa, para uma estação de comércio chamada Léopoldville. A partir de Léopoldville, Stanley lançou uma frota de barcos a vapor que se aventurou mais rio acima, estabelecendo novas estações cada vez mais no interior. O posto avançado mais distante ficava nas Cataratas Wagenia, a 1.600 quilômetros a montante do lago Malebo, que marcavam o limite superior de navegação no trecho principal do rio Congo e que ficaram conhecidas como Cataratas Stanley. Em 1882, a equipe de Stanley incluía 43 europeus – escriturários, agentes, almoxarifes e engenheiros. Para ajudar a financiar o conjunto da

empreitada, o rei Leopoldo o instruiu a recolher “todo o marfim que puder ser encontrado no Congo”.

Os tratados que Stanley obteve em nome da AIA, do rei Leopoldo, tinham inicialmente por objetivo estabelecer monopólios comerciais. Mas a possibilidade de intervenção francesa na região do Congo fez com que Leopoldo II pressionasse por acordos que concediam poderes mais amplos. Como resultado dos esforços de Brazza, a opinião pública na França havia oscilado decisivamente em favor da expansão colonial na África central, levando o parlamento francês a votar por fundos para uma grande expedição à região. Em abril de 1883, Brazza voltou para a costa do Gabão com a missão de estender a soberania francesa por toda a bacia do Congo. Sua prioridade era estabelecer a autoridade francesa na costa de Luango, uma área ao norte do estuário do Congo governada por descendentes de reis bakongos que daria aos franceses acesso direto e um curto percurso do mar até o lago Malebo.

Determinado a afastar os franceses, o rei Leopoldo estabeleceu uma nova organização de fachada, a Association Internationale du Congo [Associação Internacional do Congo, AIC], e ordenou que os agentes em campo obtivessem novos tratados atribuindo soberania a tal associação. “Os tratados devem ser tão breves quanto possível”, exigiu o rei, “e, em um par de artigos, devem nos conceder tudo.” Para dar suporte à presença da Associação na região, também começou a criar um exército particular e enviou a Stanley mil rifles, uma dúzia de canhões Krupp e quatro metralhadoras.

Retornando à Europa em junho de 1884, no final de seu contrato de cinco anos, Stanley levou consigo mais de quatrocentos tratados. “Temos um território relativamente contínuo de Vivi até as cataratas Stanley”, escreveu em seu diário. O próprio Stanley obtivera apenas alguns tratados. O restante tinha sido obtido por agentes.

O texto dos tratados e os pagamentos feitos por eles variavam. Em Isangila, Stanley registrou que tinha sido capaz de comprar a terra, fornecendo aos chefes locais “uma ampla oferta de roupas

finas, casacos de empregados e uniformes com detalhes de ouro, uma rica variedade de mercadorias ... sem se esquecer de um par de garrafas de gim". Um tratado estabelecido para os chefes dos ngombis e dos mafelas, em abril de 1884, afirmava que, em troca de "um pedaço de pano por mês" para cada um dos chefes, eles prometiam:

... livremente por vontade própria, para si e seus herdeiros e sucessores, para sempre, ... dar à referida Associação a soberania e todos os direitos de soberania e de governo de todos os seus territórios ... e auxiliar com o trabalho, ou de outra forma, em quaisquer obras, melhorias ou expedições que a referida Associação deva fazer a qualquer momento em qualquer parte desses territórios ... Todas as estradas e hidrovias que passam pelo país, o direito de cobrança de pedágios nas mesmas e todos os direitos de caça, pesca, mineração e florestais, serão de propriedade absoluta da referida Associação.

Em agosto de 1884, Stanley foi chamado à residência litorânea de verão do rei Leopoldo, em Ostend, para uma série de reuniões. Diante de um mapa da África e um lápis vermelho, foi convidado a desenhar um esboço do território que agora se dizia pertencer à AIC. Com o rei a observá-lo, Stanley o atendeu, marcando uma área que se estendia muito ao norte e ao sul da linha do equador e que ia desde a costa atlântica ao lago Tanganica. No centro estava a rota frágil das estações do Congo, dezessete ao todo. Eram não mais que pontinhos na floresta, alguns prédios com telhados de palha e varandas escuras, abrigadas por palmeiras, com a bandeira da AIC – um estandarte azul com uma única estrela dourada – esvoaçando em um mastro. Em torno deles, jazia 1 milhão de quilômetros quadrados de território africano inexplorado. Essa era a terra que o rei Leopoldo estava determinado a transformar em seu império pessoal.

As reivindicações da Bélgica e da França pelos direitos a um vasto leque da bacia do Congo provocaram uma reação em cadeia em outros países europeus. A ratificação francesa do Tratado Makoko, em novembro de 1882, convenceu o Reino Unido a apoiar as reivindicações de Portugal por ambas as margens do baixo Congo até Cabinda, no norte. O argumento de Portugal se baseava sobretudo nas façanhas de seus exploradores no século XV,

especificamente as relações com o antigo reino do Congo, e sua posse de postos comerciais em ambos os lados do estuário do rio Congo. Mas Portugal era um Estado muito fraco para argumentar por conta própria e pediu ajuda à Inglaterra. Ao apoiar as alegações de Portugal, a Inglaterra esperava negar o controle francês do baixo Congo e manter o rio aberto para a livre navegação. O apoio britânico aos argumentos de Portugal, por sua vez, encontrou a oposição do rei Leopoldo da Bélgica e do chanceler da Alemanha, Bismarck. Leopoldo II entendeu as negociações do Reino Unido com Portugal como uma conspiração para manter outras potências que não elas duas fora do Congo. Bismarck as enxergou como uma tentativa do Reino Unido de usar Portugal como um fantoche para promover seus próprios interesses. Mas Bismarck também era avesso à ideia de dar à França protecionista o controle da região do Congo; ele, portanto, apoiava as reivindicações de Leopoldo II: a pequena Bélgica e a aventura privada de seu rei não apresentavam ameaça aos interesses alemães. A França, por sua vez, opunha-se a qualquer intervenção britânica.

Mas a crescente contenda em torno do Congo desencadeada pela busca do rei Leopoldo por “uma fatia desse magnífico bolo africano” era apenas um aspecto de um crescente clamor europeu por território africano.

40. Esferas de interesse

A PARTIR DE UM PERÍODO de cinco anos, de 1880 a 1885, a África tornou-se alvo de crescente rivalidade europeia. “Quando saí do Ministério das Relações Exteriores, em 1880, ninguém pensava na África”, observou lorde Salisbury, do Reino Unido. “Quando voltei ao cargo, em 1885, as nações da Europa estavam quase brigando umas com as outras pelas diversas partes do continente que poderiam obter.”

Um fator importante por trás da onda de invasões europeias na África foi o poderio crescente da Alemanha na arena europeia. A vitória da Alemanha na Guerra Franco-Prussiana de 1870-71, e sua unificação como um império, em 1871, produziu um novo equilíbrio de poder que o chanceler alemão, o príncipe Otto von Bismarck, estava determinado a manter em favor da Alemanha. Bismarck na época não tinha interesse em estabelecer colônias alemãs na África, mas usou os territórios reivindicados por outros Estados europeus como peões em seu próprio jogo de diplomacia na Europa.

Em 1878, Bismarck organizou uma conferência de potências europeias em Berlim, projetada para lidar com as ramificações da desintegração do império da Turquia. O território africano era de interesse secundário. Como um meio de aplacar a França, ele propôs em segredo que a Tunísia, nominalmente sujeita à suserania otomana, devesse ser entregue aos franceses. Salisbury, em nome da Inglaterra, concordou. De acordo com um relato francês, Salisbury disse: “Façam o que quiser lá.” A França não fez nada por três anos. Mas quando a Itália mostrou sinais de querer se apropriar da Tunísia, em 1882, os franceses montaram uma invasão a partir da Argélia. Embora o beí de Túnis tenha sido mantido no cargo, a Tunísia tornou-se, de fato, um protetorado francês.

A rodada seguinte de rivalidade ocorreu como resultado da ocupação unilateral do Egito pelo Reino Unido em 1882. Os franceses estavam furiosos por terem sido excluídos do "Controle Dual" do país e procuraram maneiras de combater as atividades britânicas na África ocidental e ampliar a influência francesa na região. Assim, os políticos franceses decidiram ratificar o Tratado Makoko, que Brazza havia obtido no Congo dois anos antes, em 1880. Em 1883, a França assinou um tratado com o rei Tofa, de Porto Novo, na costa do Daomé, restabelecendo ali um protetorado francês abandonado vinte anos antes. Ela também anexou Cotonou e vários outros portos no mesmo litoral, criando uma separação entre a esfera de influência do Reino Unido em Lagos, a leste, e seus assentamentos na Costa do Ouro, a oeste. Os franceses chegaram até a enviar uma canhoneira para navegar pelo delta do Níger e a zona dos Rios dos Óleos, outra reserva britânica, na esperança de conseguir tratados comerciais na região. As casas comerciais francesas também começaram a desafiar as companhias britânicas no rio Níger. Em 1880, não havia um único posto de comércio francês entre Brass, na costa, e o reino terrestre de Nupe; em 1882, havia mais de trinta.

Observando a rivalidade anglo-francesa se desdobrar sobre a África, Bismarck permaneceu resoluto em ridicularizar a ideia de "projetos no exterior". Ele não via vantagem, apenas custo e complicações. Sua principal preocupação era evitar que qualquer outro poder na Europa ganhasse ascendência na África. Mas as companhias comerciais alemãs que operavam na África começaram a se mexer para obter assistência do governo.

Em 1883, um comerciante de Bremen, Adolf Lüderitz, ganhou concessão de um pequeno porto na costa árida do sudoeste da África chamado Angra Pequena, a 240 quilômetros ao norte da fronteira da Colônia do Cabo, e pressionou Bismarck para um monopólio do comércio na área e a "proteção" da bandeira alemã. Bismarck pediu ao governo britânico em Londres para verificar o estado dos comerciantes alemães no sudoeste da África, sugerindo que a própria Inglaterra poderia se interessar em estender sua

“proteção” a eles. Os britânicos tinham anteriormente tomado posse da baía de Walfisch, 320 quilômetros ao norte, o único porto significativo entre a Colônia do Cabo e a portuguesa Angola, mas consideravam o litoral um deserto inútil. As autoridades britânicas responderam que, embora considerassem a área parte da “esfera de interesse” dos britânicos, não tinham direitos oficiais na área e não estavam dispostos a oferecer proteção. Bismarck instruiu devidamente o cônsul alemão na Cidade do Cabo a conceder toda “assistência” a Lüderitz e a estender “proteção” consular a Angra Pequena.

Alertado por interesses comerciais alemães e uma onda de opinião pública na Alemanha a favor da expansão colonial, Bismarck começou a adotar uma abordagem mais ousada. No outono de 1883, enviou uma série de despachos cada vez mais enfáticos a Londres, pedindo uma declaração inequívoca sobre o estado de quaisquer direitos britânicos a Angra Pequena e seu território adjacente. Mas as respostas que recebeu, como antes, eram vagas. Enfurecido por meses de mistificação e atraso, Bismarck convenceu-se de que os britânicos estavam se preparando para frustrar a Alemanha e roubar Angra Pequena para si, e decidiu tomar uma atitude unilateral. Seu plano era estabelecer um sistema de protetorados alemães em territórios africanos onde já houvesse comerciantes alemães ativos e oferecer a empresas contratadas o direito de gerenciá-los. Em 24 de abril de 1884, ele emitiu um *Reichschutz* (“Proteção Imperial”), dando à companhia de Lüderitz o direito de governar Angra Pequena sob carta régia. Para grande prazer de políticos alemães, ele disse ao Reichstag, em junho, que era seu dever fundar um império colonial na África.

O primeiro passo de Bismarck foi despachar um cônsul alemão, Gustav Nachtigal, em uma canhoneira para obter tratados em dois enclaves da África ocidental. Nachtigal parou inicialmente na cidade costeira de Togo, para assinar um acordo, em 5 de julho, com o rei Mlapa III; ele, então, seguiu para o porto Bell, em Camarões, onde os chefes locais tinham abandonado suas tentativas de ganhar “proteção” britânica e estavam prontos a aceitar “proteção” alemã.

Nachtigal assinou um tratado com o rei Acqua e o rei Bell em 14 de julho – cinco dias antes de o cônsul britânico, Edward Hewett, chegar em um navio da Marinha Real com uma oferta britânica.

O passo seguinte de Bismarck mostrou a escala de sua ambição. Em 7 de agosto, a Alemanha declarou Angra Pequena seu território soberano. Em seguida, anunciou que havia anexado todo o sudoeste da África, do rio Orange ao rio Kunene, deixando de fora apenas o enclave britânico na baía de Walfisch. Em seis meses, um pequeno posto avançado comercial tinha “inchado” em uma enorme colônia semidesértica. O Reino Unido, que até então considerava a África ao sul do Limpopo sua legítima esfera de interesse, era agora confrontado, nas palavras de Gladstone, pelo “fantasma alemão”.

Na Partilha da África que se seguiu, sete Estados europeus competiram vigorosamente pela posse de território africano: França, Reino Unido, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália e Bélgica, sob o disfarce do rei Leopoldo. Seus motivos eram variados. Todos eram em parte impulsionados por um sentido de prestígio nacional: a construção do império no exterior marcava seu status como uma grande potência e ganhava apoio popular. Todos se consideravam portadores de uma cultura superior, trazendo a luz a um continente obscuro e ignorante, o que era justificativa para qualquer ação que houvessem por bem tomar. Todos temiam ser excluídos dos mercados coloniais dos Estados europeus rivais. A Inglaterra e a Alemanha, como defensoras do livre comércio, ficaram alarmadas com os instintos protecionistas da França; ambas estavam determinadas a manter a bacia do Congo aberta para suas próprias iniciativas comerciais. Como recém-chegados à corrida pela partilha, os alemães também temiam que a porta para a expansão colonial pudesse ser fechada antes mesmo de terem começado a tomar parte. Na primavera de 1884, um “pânico das portas fechadas”, o *Torschlusspanik*, galvanizou o eleitorado alemão. Bismarck, em particular, tinha a intenção de garantir que o peso dos impérios europeus na África não alterasse o equilíbrio de poder que ele queria manter na Europa para atender os interesses da Alemanha. No caso da França, a humilhação na Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e a

perda de território francês para a Alemanha deixaram uma facção militar determinada a revitalizar a sorte francesa por intermédio da expansão colonial na África. No caso de Leopoldo II, ele via no Congo uma oportunidade de fazer dinheiro.

Bismarck continuou a desempenhar papel central. Em outubro de 1884, ele enviou convites para todas as grandes potências da Europa e uma variedade de outros Estados para participarem de uma conferência em Berlim, para tratar de uma série de questões africanas. Nenhum delegado africano foi convidado. O principal item da agenda era resolver a questão dos direitos de navegação no Congo e no Níger e, mais amplamente, elaborar um esquema organizado para a ocupação das costas da África. Bismarck queria que os critérios para o reconhecimento de reivindicações territoriais incluíssem “ocupação efetiva” – a fim de minar reivindicações britânicas vagas e informais baseadas em “esferas de interesse”.

Em 15 de novembro, ministros e plenipotenciários se reuniram em torno de uma mesa em forma de ferradura na sala de música da residência oficial do chanceler, em Wilhelmstrasse, para ouvir seu discurso de abertura. Com desenvoltura, Bismarck desconsiderou as suspeitas mútuas e as rivalidades que grassavam entre os delegados e apresentou a ocupação da África com belas palavras:

O governo imperial foi guiado pela convicção de que todos os governos convidados aqui compartilham o desejo de associar os nativos da África com a civilização, por intermédio da abertura do interior para o comércio, fornecendo aos nativos meios de instrução, incentivando missões e companhias, de modo que o conhecimento útil possa ser divulgado, e abrindo caminho para a supressão da escravidão.

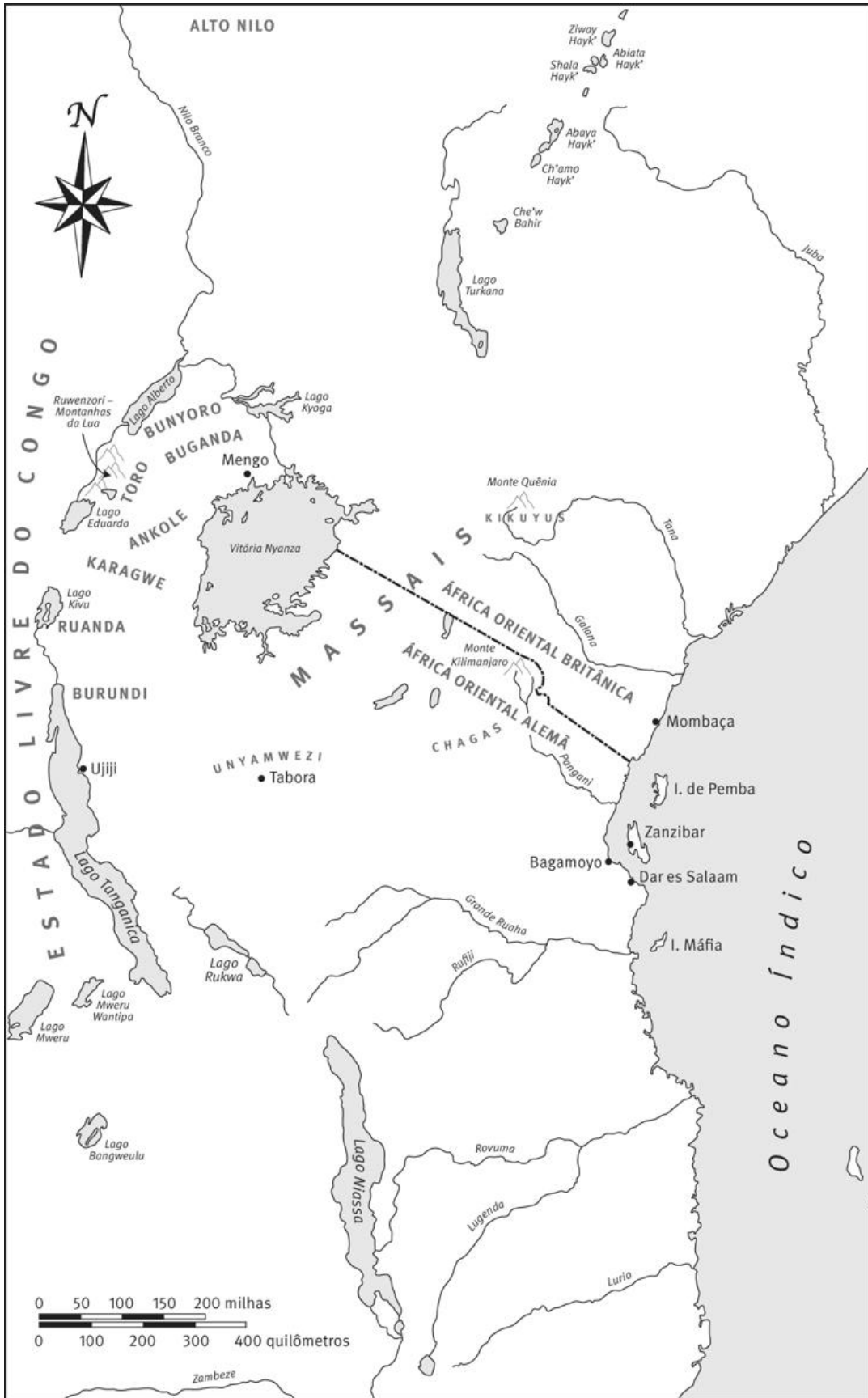
Quando a conferência de Berlim terminou, em 26 de fevereiro de 1885, os delegados tinham resolvido manter a livre navegação no Congo e no Níger e deixar a bacia do Congo como uma zona de livre comércio. Eles também concordaram sobre novas regras básicas para a ocupação europeia do litoral. Daí em diante, qualquer Estado que quisesse reivindicar terras africanas em qualquer parte do litoral era obrigado a notificar com antecedência outros Estados que assinaram o acordo de Berlim, a fim de que pudessem dar a conhecer todas as suas próprias reivindicações. Além disso, para

serem válidas, todas as reivindicações futuras deveriam ser apoiadas por "ocupação efetiva".

Leopoldo II saiu-se bem com a conferência. Embora sua Associação Internacional do Congo não estivesse diretamente representada em Berlim, ainda não tendo o status de um Estado, o rei tinha o apoio de Bismarck. Quando Leopoldo enviou a Bismarck o mapa que Stanley tinha desenhado para ele, abrangendo uma vasta área da bacia do Congo, Bismarck aceitou sem hesitação. A AIC foi reconhecida como a autoridade legítima na maior parte da bacia do Congo. Mas o rei Leopoldo emergiu da conferência com ganhos ainda maiores. Na complexa negociação, apesar das reivindicações portuguesas e francesas em relação a terras na foz do Congo, o rei belga conseguiu obter um corredor terrestre que ligava o porto de Matadi ao lago Malebo, dando-lhe acesso ao mar e uma via potencial para uma linha férrea, passando pelas cataratas em direção ao interior. Além disso, ao abrir mão da região do Loango em benefício dos franceses, o rei Leopoldo conseguiu em troca um acordo para um aumento brutal de suas fronteiras ao sul, até Katanga.

O território que o rei Leopoldo agora reivindicava como seu império pessoal era mais de setenta vezes o tamanho da própria Bélgica, maior do que a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Espanha e a Itália juntas. Por decreto real, em 29 de maio de 1885 ele nomeou seu novo domínio de État Indépendent du Congo, o Estado Livre do Congo. Ponderando sobre que título escolher para si próprio, Leopoldo II no início considerou "imperador do Congo", mas acabou por escolher um mais modesto: "rei soberano".

A ÁFRICA ORIENTAL



41. A águia e o leão

POUCOS DIAS APÓS O término da conferência de Berlim, em fevereiro de 1885, Bismarck arrebatou outra fatia do bolo africano, dessa vez na costa leste. Sua oportunidade surgiu como resultado das façanhas de um aventureiro alemão de 29 anos de idade, Carl Peters. Depois de estudar a política colonial britânica durante uma visita à Inglaterra, Peters voltou para a Alemanha, em 1884, e fundou a Gesellschaft für Deutsche Kolonisation [Companhia de Colonização Alemã, GDK]. “Cansei de ser contado entre os párias”, escreveu, mais tarde, “e tive vontade de pertencer à raça superior.” Com recursos limitados e sem apoio oficial, Peters e dois companheiros partiram para Zanzibar, em outubro de 1884, com a intenção de estabelecer as bases para uma nova colônia alemã no continente, até então considerado território pertencente ao sultão de Zanzibar. Peters desembarcou na costa de Bagamoyo, em 4 de novembro, e viajou em direção ao oeste, para o interior, persuadindo um grupo de doze chefes locais a colocar sua marca sobre o que foi dito serem tratados conferindo vários direitos para a GDK. Incapazes de ler ou escrever, os chefes tinham pouca ideia da verdadeira natureza dos tratados. No que foi chamado de “Tratado de Amizade Eterna”, Mangungu, de Msovero, oferecia a Peters seu território para “a utilização exclusiva e universal da colonização alemã”. Depois de apenas seis semanas em campo, Peters voltou a Bagamoyo em 17 de dezembro e retornou a Berlim, levando consigo seu pacote de tratados que cobriam quatro distritos: Usagara, Ungulu, Uzigua e Ukami, uma área de 6.500 quilômetros quadrados.

Impressionado com os esforços de Peters, Bismarck decidiu, durante os estágios finais da conferência de Berlim, atribuir à sua companhia uma carta imperial, mas mantendo o assunto em segredo até que a conferência tivesse acabado. Em 3 de março de

1885, ele emitiu um *schützbrief* [uma “carta de proteção”], anunciando que a GDK havia sido autorizada a estabelecer um protetorado no leste da África. Armado com a carta régia, Peters correu para estabelecer tratados e fincar sua bandeira em outras áreas, recrutando agentes alemães e instruindo-os a agir com rapidez, ousadia e sem piedade. Em julho, as fronteiras de seu domínio se estendiam por centenas de quilômetros em ambos os lados dos primeiros quatro distritos que ele visitara.

As reivindicações territoriais de Peters representavam uma intrusão flagrante ao que até então tinha sido considerado a “esfera de interesse” do Reino Unido. Os britânicos já haviam cogitado criar um protetorado em terra fértil na base do monte Kilimanjaro. Mas o primeiro-ministro, Gladstone, havia vetado o projeto. Em vez de confrontar Bismarck sobre a questão, os britânicos decidiram acatar sua vontade.

O sultão de Zanzibar, Barghash, ficou furioso ao saber que a Alemanha havia se mudado para o seu próprio quintal, bloqueando as principais rotas de comércio entre Zanzibar e o interior, mas foi-lhe dada pouca atenção. Em resposta a uma nota de protesto que ele mandou a Berlim, Bismarck enviou um esquadrão de cinco navios de guerra alemães para ancorar em Zanzibar, na frente do palácio do sultão. O Reino Unido o aconselhou a ceder às exigências alemãs. Em dezembro de 1885, ele assinou um tratado com a Alemanha aceitando um protetorado alemão sobre partes do continente que já havia considerado suas.

Como dois predadores, a Alemanha e o Reino Unido – a águia e o leão – passaram a trinchar grande parte do leste da África entre si. A autoridade do sultão foi confinada às três ilhas de Zanzibar, Pemba e Mafia, uma faixa da costa suaíli com dezesseis quilômetros de largura e 965 quilômetros de comprimento, e cinco cidades na costa Benadir. O que restou do grande planalto interior de 1.600 quilômetros foi dividido entre duas “esferas de interesse” separadas, uma para a Alemanha e outra para o Reino Unido. A fronteira entre as duas áreas seguia uma linha no sentido norte-oeste da foz do rio Wanga, perto do litoral, até a costa oriental do lago Vitória Nyanza.

A terra dos massais foi cortada em duas. A zona ao norte foi para os britânicos, a zona ao sul, para os alemães. A fronteira ocidental ficou indefinida. Além dela, havia Buganda, a “pérola da África”, que os *lobbies* coloniais na Alemanha e no Reino Unido cobiçavam. Este seria o seu próximo alvo.

QUANDO MWANGA, O VOLÁTIL governante de Buganda, soube que os estrangeiros brancos tinham tomado terras do sultão na costa e estavam avançando para o interior, ficou convencido de que tinham a intenção de “comer” Buganda também. A posição dos missionários brancos em sua capital em Mengo tornou-se cada vez mais precária. Mwanga suspeitou que poderiam ser os precursores de uma invasão branca. Quando o missionário Alexander Mackay foi ao palácio do *kabaka*, em setembro de 1885, solicitar autorização para que um bispo da Sociedade Missionária da Igreja Anglicana, James Hannington, visitasse Buganda, Mwanga ficou imediatamente preocupado. A rota que Hannington planejava fazer não era a tradicional, que passava por Tabora e chegava pelo sul, mas um atalho, recentemente feito pelo explorador Joseph Thomson, que ia de Mombaça pelo território massai até Busoga, no flanco oriental de Buganda – uma zona proibida, que o folclore de Buganda previra como a rota a ser usada por uma invasão vinda do leste. Mwanga liberou a visita de Hannington, mas instruiu que ele usasse uma rota pelo lago Vitória Nyanza.

A carta de Mackay para Hannington alertando-o para evitar a rota por Busoga nunca o alcançou. Em outubro, Hannington e sua equipe de cinquenta carregadores foram presos em Busoga, sob as ordens de Mwanga. Mackay e seu rival francês, o padre Lourdel, imploraram por misericórdia, mas não obtiveram sucesso. Depois de ser mantido por oito dias, Hannington foi levado para uma clareira na floresta, desnudado e esfaqueado até a morte, junto com quase todos os seus carregadores.

A comunidade cristã sitiada em Mengo sofreu perseguições por meses a fio. O auge veio em junho de 1886, depois que uma série

de jovens pajens se recusaram a se submeter às exigências sexuais de Mwanga. Em um acesso de raiva, Mwanga ordenou a prisão de todos os “leitores” cristãos na corte. Alguns foram castrados, outros espancados até a morte. Um grande grupo de protestantes e católicos foi queimado vivo em uma pira funerária. Ao todo, 45 cristãos morreram, recusando-se a negar sua fé. Em uma carta apelando para uma intervenção externa, Mackay falou de “sofrimento e injustiças terríveis”.

RELUTANTE A SE ENVOLVER na administração em qualquer lugar no leste da África, o governo britânico passou a tarefa a uma companhia privada, a East African Association [Associação do Leste Africano], um conjunto de empresários, trabalhadores humanitários e entusiastas imperialistas chefiados por um magnata escocês, William Mackinnon. Com a aprovação do governo, em 1887 a associação de Mackinnon obteve uma concessão do sultão Barghash, dando-lhe o direito de administrar os portos da costa leste ao norte da linha divisória com a Alemanha por um período de cinquenta anos, em troca de um pagamento anual de aluguel. Barghash também concordou em usar sua influência para persuadir chefes locais na zona britânica da África oriental a assinar tratados de transferência de soberania para a associação de Mackinnon. Um dos principais objetivos do escocês era ter certeza de que Buganda estivesse incluída na esfera britânica de interesse. Em abril de 1888, ele lançou uma empresa pública, a Imperial British East Africa Company [Companhia Imperial Britânica da África Oriental], que assumiu a concessão da Associação do Leste Africano. Em setembro de 1888, sua companhia recebeu uma carta régia, dando-lhe responsabilidades políticas, bem como direitos comerciais, no entendimento de que ela deveria estender sua área de atuação para Buganda e manter os alemães afastados. No verão de 1888, Mackinnon recebeu relatos de que um grupo de colonizadores alemães havia contratado Carl Peters para liderar uma nova expedição para fundar colônias além do lago Vitória Nyanza. Sem perder tempo, a Companhia Imperial Britânica da África Oriental

estabeleceu uma sede em Mombaça, fazendo questão de ostentar a bandeira vermelha do sultão, e organizou uma grande caravana para avançar para o interior.

A OCUPAÇÃO ALEMÃ de sua própria zona no leste da África tinha, entretanto, tropeçado em sérios apuros. Em abril de 1888, o sultão concordou em arrendar à Deutsch-Ostafrikanische Gesellschaft [Companhia da África Oriental Alemã], de Peters, a administração de toda a faixa costeira do sul, que lhe era atribuída pelos termos do acordo anglo-alemão de 1886, incluindo o recém-construído porto de Dar es Salaam. Mas as tentativas agressivas da companhia em impor seu domínio provocaram uma série de revoltas. Para restaurar o controle, Bismarck enviou reforços militares, cancelou a carta régia concedida à companhia de Peters e ordenou controle direto do governo.

Peters voltou para a Alemanha, mas logo se envolveu no planejamento de outra expedição ao interior, confiante de que acabaria por obter a aprovação oficial. Ele desembarcou em uma praia deserta perto de Lamu, no norte de Mombaça, abriu caminho pelas terras dos kikuyus e dos massais e chegou a Buganda em fevereiro de 1890, antes dos britânicos. Com a ajuda do padre Lourdel e de outros padres franceses, Peters convenceu Mwangi a assinar um tratado com a Companhia da África Oriental Alemã.

Estava, no entanto, atrasado. Em outra parte da complicada negociação europeia, ratificada em 1º de julho de 1890, o Reino Unido e a Alemanha chegaram a um acordo sobre a partilha da África oriental que anulava o tratado de Peters. Em troca do controle da pequena ilha Heligolândia, no mar do Norte, capturada pelos britânicos durante as guerras napoleônicas, a Alemanha cedia ao Reino Unido os direitos sobre um protetorado em Zanzibar e o reconhecimento de que sua esfera de interesse incluía Buganda. Em um acordo separado, a Alemanha comprou do sultão sua faixa do território continental por 200 mil libras esterlinas, e a África Oriental

Alemã tornou-se devidamente uma colônia imperial (mais tarde conhecida como Tanganica).

Coube à Companhia Imperial Britânica da África Oriental, de Mackinnon, estabelecer uma presença britânica em Buganda. Mackinnon contratou um ex-oficial do exército britânico, o capitão Frederick Lugard, para liderar uma expedição de trezentos homens de Mombaça até a capital de Mwangi, em Mengo, e impor um protetorado em Buganda. Para ajudar a garantir o resultado, Lugard levou consigo uma nova arma devastadora, uma metralhadora Maxim, capaz de disparar onze balas por segundo.

Mwangi já estava em uma situação delicada. Seu domínio sobre o próprio reino havia sido enfraquecido pelos anos de violência entre facções de protestantes, católicos, muçulmanos e tradicionalistas pagãos. Deposto por uma facção muçulmana em 1888, ele tinha recuperado o poder no ano seguinte com a ajuda de facções cristãs. Quando Lugard chegou, em dezembro de 1890, as duas facções cristãs rivais, a Wa-Ingleza e a Wa-Fransa, estavam envolvidas mais uma vez em lutas por poder e disputas sobre direitos à terra.

Montando sede em Kampala, no topo de uma colina com vista para o palácio real de Mengo, a cerca de 1,5 quilômetro ao sul, Lugard deixou claro, como ele mesmo disse em seu diário, que não tinha "vindo aqui para brincar e enganar" Mwangi. Mwangi recebeu "um tratado de amizade" que despojava Buganda de sua independência e exigia que entregasse o controle administrativo para a companhia, que aceitasse o comando da companhia sobre um novo exército permanente e que obtivesse da companhia o consentimento para lidar com questões de Estado. O comércio e a captura de escravos deveriam ser proibidos, e os comerciantes e missionários estrangeiros estavam livres para se estabelecer no país.

Após refletir alguns dias, intimidado pela ameaça da força militar, Mwangi colocou sua marca. "Ele o fez com má vontade, apenas correndo a caneta no papel e fazendo um borrão", escreveu Lugard, "mas eu o fiz repetir, e na segunda cópia ele comportou-se e fez uma cruz adequada." Mwangi mais tarde queixou-se a um padre da

Sociedade Missionária da Igreja Anglicana: “Os ingleses vieram ... Eles comem a minha terra e não me dão nada. Eles me fizeram assinar um tratado ... e nada recebo deles em troca.”

O governo da companhia foi tenso desde o início. As lutas por poder entre a Wa-Ingleza e a Wa-Fransa continuaram inabaláveis. Lugard tentou permanecer imparcial nas disputas de facções, mas era constantemente atraído para elas. Padres franceses, ressentidos com a autoridade britânica, despertavam a animosidade entre a facção católica, com a cumplicidade de Mwanga. Em 1892, uma guerra aberta entre as duas facções eclodiu, fazendo com que Lugard interviesse ao lado da Wa-Ingleza. A sobrecarga nos recursos da companhia era tão intensa que ela propôs evacuar Buganda: em 1892, a companhia tinha gastado meio milhão de libras e estava perdendo mais dinheiro todos os meses.

Considerando o custo provável de uma intervenção, o governo britânico manteve-se relutante em vir em seu auxílio. Mas a ideia de abandonar Buganda completamente provocou alarme público na Inglaterra. Em setembro, o jornal *London Times* trovejou: “A retirada seria nada menos do que uma calamidade nacional.” O movimento missionário liderou uma campanha para “Salvar Uganda”, manifestando-se para que o governo britânico interviesse e assumisse o controle. De volta à Inglaterra, Lugard engrossou a campanha, participando de uma reunião pública após outra, advertindo que, sem o domínio britânico, Buganda cairia em guerra civil e seria vítima de traficantes de escravos – ou dos alemães ou dos franceses.

Determinado a impedir a entrada de outras potências europeias, o governo britânico concordou em assumir o controle da companhia em 1893. Em agosto de 1894, ele levantou a bandeira do Reino Unido em uma cerimônia no forte Kampala e declarou formalmente Buganda um protetorado.

Uma vez de posse de Buganda, o Reino Unido ampliou sua área de controle para reinos vizinhos. Alguns, como Toro, alvo frequente da agressão de Bunyoro, prontamente se submeteram ao domínio

britânico. Ankole também assinou um acordo com os britânicos, em 1894. Mas Bunyoro apresentou resistência feroz. O *omukama* de Bunyoro, Kabarega, liderou uma campanha de guerrilha contra as forças britânicas durante quatro anos. O próprio Mwanga tentou se rebelar em 1897, mas os chefes gandas ficaram do lado dos ingleses, lutaram contra ele e prometeram lealdade a seu filho de um ano de idade, Daudi Chwa. Mwanga fugiu para a África Oriental Alemã, foi detido, escapou e, em seguida, juntou forças com Kabarega, anteriormente seu arqui-inimigo. Capturado em 1898, Mwanga foi enviado para as Seychelles, onde morreu em 1903. Kabarega foi capturado em 1899 e também enviado para as Seychelles, onde permaneceu por 24 anos.

O reino de Buganda tornou-se o núcleo do novo Protetorado de Uganda, incorporando outros três grandes reinos bantos: Toro, Ankole e o adversário tradicional de Buganda, Bunyoro. Os bagandas se beneficiaram com o arranjo. Tornaram-se o principal aliado dos britânicos em sua ocupação de toda a região do alto Nilo, fornecendo contingente para lutar contra Kabarega e sendo recompensados com grandes pedaços de território de Bunyoro. Os chefes cristãos de Buganda foram rápidos em ver as vantagens que a alfabetização e as armas europeias ofereciam e emergiram como uma nova oligarquia de proprietários. Muitos serviram aos britânicos como oficiais subordinados, administrando outras partes do Protetorado de Uganda. Seu status foi confirmado por acordo especial, em 1900. Sob proteção britânica, o *kabaka* manteve seu título e seu cargo, mas o poder real foi atribuído a um *lukiiko*, um conselho de aristocratas. O sistema de "administração indireta" idealizado pelos britânicos para Buganda tornou-se o modelo que eles usaram para outros reinos e territórios por eles ocupados.

O Protetorado de Uganda acabou sendo estendido para incluir grandes áreas ao norte dos reinos bantos, povoadas por povos do Nilo: acholis, langos, madis e karamajongs. Uma nova fronteira norte foi delineada, em grande parte semelhante à da província de Equatória, de Samuel Baker. Os povos do norte tinham pouco em comum com seus vizinhos do sul: nem língua, nem cultura, nem

costumes. Na pressa de estabelecer o controle imperial, tais questões foram desconsideradas. Mas as irregularidades por trás dos novos territórios emergentes na África iriam provocar intermináveis problemas no futuro.

UMA VEZ QUE TINHAM decidido tomar o controle direto de Buganda e do alto Nilo, a principal preocupação dos ministros britânicos era como proteger a região contra a invasão de Estados europeus rivais. Para garantir a segurança dos caminhos orientais até Buganda, o governo britânico declarou, em 1895, um protetorado sobre a terra entre Mombaça e o lago Vitória Nyanza, habitada por kambas, kikuyus, massais, nandis e luos. Mas isso ainda deixava Buganda e o alto Nilo expostos à invasão de outras direções. Buganda estava a mais de mil quilômetros da costa. Uma caravana de Mombaça levava três meses para chegar lá. A solução óbvia era a construção de uma estrada de ferro. O problema era que não havia uso comercial para uma. Não havia qualquer indicação no futuro próximo de que pudesse haver tráfego suficiente para justificar uma ferrovia. A opção de construí-la era unicamente estratégica.

De volta ao cargo de primeiro-ministro em junho de 1895, lorde Salisbury estava determinado a prosseguir com a construção o mais rápido possível, usando o que fosse necessário dos fundos do governo. Ele suspeitava que o rei Leopoldo pudesse agir em conluio com os franceses e tomar o controle do alto Nilo. Embora tivesse sido feito apenas um levantamento preliminar de uma rota, em 1896 Salisbury obteve aprovação parlamentar para gastar 3 milhões de libras esterlinas na obra. Os críticos ridicularizaram o projeto como “uma linha lunática”.

A rota proposta seguia mais ou menos paralela à trilha de caravana de Mombaça, atravessava o vale do Rift e suas escarpas íngremes e se dirigia para as margens do lago Vitória Nyanza. Um terminal para a ferrovia foi planejado em Kisumu, uma aldeia do povo luo, à beira do golfo Kavirondo. Os trezentos quilômetros finais entre Kisumu e o porto de Entebbe, em Mengo, deveriam ser

cobertos não por via férrea, mas sim por barco a vapor de baixo calado.

A construção começou em 1896, mas prosseguiu lentamente. A maior parte da força de trabalho, que atingiu um pico de 18 mil homens, teve de ser importada da Índia. Os engenheiros encontraram todos os perigos imagináveis, incluindo um grupo de leões comedores de homens no rio Tsavo, a duzentos quilômetros para o interior, que aterrorizou as equipes de construção por meses a fio e tirou a vida de 28 trabalhadores indianos. A taxa de mortalidade por doença – malária, disenteria, úlceras tropicais, pneumonia – atingia a casa dos milhares. Cerca de 1.500 animais de transporte morreram no cinturão da mosca tsé-tsé, no interior.

Em maio de 1899, a linha ferroviária chegou ao quilômetro 526, em uma planície pantanosa cortada por um pequeno riacho conhecido pelos massais como Uaso Nairobi – “água fria”. O chefe responsável pela colocação dos trilhos, Ronald Preston, descreveu a região como “um trecho desolado, de paisagem pantanosa, desprovido de habitação humana de qualquer tipo”; nem uma única árvore crescia ali, disse ele; era o habitat apenas de “milhares de animais selvagens de toda espécie”. Por menos convidativo que fosse o local, contudo, era o último trecho de terreno plano da rota ferroviária antes de galgar o cume da escarpa Kikuyu, subindo seiscentos metros em 43 quilômetros para então mergulhar em uma descida íngreme de 450 metros até a base do vale do Rift. O trecho de terra estéril de Uaso Nairobi foi, portanto, escolhido como o centro nevrálgico de toda a estrada de ferro. Logo ele estava coberto com filas de barracas gastas, cabanas feitas de chapas de ferro ondulado e diversas lojas indianas. Os oficiais médicos alertaram que se tratava de “uma localidade insalubre, repleta de mosquitos”. Mas ela acabou por ser nomeada sede do Protetorado da África Oriental Britânica, o futuro Quênia.

A ferrovia finalmente chegou a Kisumu em dezembro de 1901. Os custos da construção tinham então subido a 5,5 milhões de libras esterlinas. Embora amplamente considerada um triunfo da engenharia, o problema era como a ferrovia se faria pagar. O

Protetorado da África Oriental era visto como um “terreno baldio”, com perspectivas econômicas pobres. Sua única exportação significativa era o marfim. Ele era ainda menos capaz do que Uganda de sustentar operações ferroviárias sem um subsídio considerável.

Vários dos primeiros viajantes, no entanto, observaram que as terras altas da região do vale do Rift pareciam oferecer grande potencial agrícola. Escrevendo sobre a escarpa Mau, no flanco ocidental do vale do Rift, em 1893, o capitão Lugard observou: “O solo é extremamente rico e coberto com excelente e luxuoso pasto durante todo o ano, no qual se mistura trevo-branco e trifólio. A região é cortada por pequenos córregos, a precipitação é abundante, áreas de floresta oferecem bambu e madeira para construção e combustível. A caça vagueia ao longo dos hectares de grama ondulante, e o clima é frio e tonificante.” O Mau, disse Lugard, não era apenas ideal para a pecuária, mas “capaz de produzir provisões quase ilimitadas de grãos e outros produtos”.

Começou a formar-se a ideia de que as terras altas eram adequadas para a agricultura europeia e que o necessário para sustentar o Protetorado e a estrada de ferro que o atravessava era a colonização branca.

42. Retalhando o Níger

NA COSTA OESTE DA ÁFRICA, a principal corrida por território foi entre o Reino Unido e a França. Determinado a não permitir que os franceses ocupassem o delta do Níger e o lucrativo comércio de óleo de dendê, em maio de 1884 o governo britânico despachou para lá o cônsul Edward Hewett, armado com um maço de tratados em branco. Nos meses seguintes, Hewett assinou dezenas deles com reis e chefes nos portos ao longo da costa do Níger, reconhecendo sua soberania interna mas dando à Inglaterra os direitos políticos para um protetorado. Deixando os chefes do rio Camarões por último, Hewett chegou cinco dias atrasado e não conseguiu evitar que os alemães obtivessem seu próprio tratado. Mas, por outro lado, seus esforços nos meses anteriores à conferência de Berlim permitiram que ministros britânicos reivindicassem a hegemonia sobre a região dos Rios dos Óleos.

O trabalho da Companhia Nacional Africana, de George Goldie, na obtenção de tratados na região do baixo Níger durante os oito anos anteriores se somou às reivindicações que os representantes britânicos em Berlim foram capazes de fazer. Além disso, ao travar uma guerra de preços, Goldie conseguiu forçar o fechamento de duas companhias francesas que operavam na região do baixo Níger, fortalecendo, assim, as reivindicações britânicas, derrotando os franceses e obtendo um monopólio de fato, tudo numa cartada só. Nas negociações de Berlim, Bismarck estava disposto a aceitar as requisições britânicas pelos distritos do Níger em troca da promessa do Reino Unido de reconhecer as reivindicações de Leopoldo II na bacia do Congo.

Como resultado da conferência de Berlim, o governo britânico formou o Protetorado dos Rios dos Óleos para cobrir a região do delta do Níger e concedeu carta régia à agora chamada Royal Niger

Company [Companhia Real do Níger], de Goldie, para cobrir o baixo Níger. Tudo isso foi realizado a um custo mínimo para os cofres públicos britânicos. Em vez de contratar funcionários adicionais, o método britânico de gerir o Protetorado dos Rios dos Óleos – um território litorâneo que ia do leste da pequena colônia da ilha de Lagos até Calabar – pouco diferia da era anterior à conferência de Berlim, quando utilizava cônsules e navios de guerra para fazer valer seu mandato. Os funcionários britânicos consideravam a região dos Rios dos Óleos um “protetorado de papel”. “Nossa política pode, no presente, assumir principalmente um caráter negativo”, disse o vice-cônsul recém-nomeado. “Enquanto mantivermos outras nações europeias de fora, não precisamos ter pressa para entrar.”

A Companhia Real do Níger, por outro lado, usou seus poderes ao máximo para manter o monopólio do comércio, mesmo com a conferência de Berlim tendo declarado o Níger uma zona de livre comércio aberto para a navegação por outros Estados europeus que não o Reino Unido. A companhia estabeleceu sua sede em Asaba, no rio Níger, controlava o porto de Akassa e geria uma extensa rede de postos de comércio. Ela tinha o poder de administrar a justiça e cobrar direitos aduaneiros, livre de qualquer interferência direta do governo. Comerciantes franceses e alemães se esforçaram para conseguir se fixar no baixo Níger; enquanto, no território dos Rios dos Óleos, casas comerciais britânicas se ressentiam da invasão de Goldie em uma área que antes era dominada por eles.

Os comerciantes africanos também se viram em desvantagem. Antes da chegada da Companhia do Níger a Akassa, os intermediários em Brass desempenhavam papel de destaque no delta, tanto no comércio de óleo de dendê quanto no de bebidas. Mas, à medida que Goldie tentava esmagar a concorrência, esses comerciantes passaram a enfrentar imposições punitivas por fazerem negócio em “território da companhia”.

Mais para o leste, junto da costa, em Opobo, o rei local Jaja também foi afetado pelo domínio britânico. Nascido na Igbolândia, em 1821, Jaja havia sido sequestrado quando jovem, vendido como escravo e levado para Bonny, um centro de comércio de óleo de

dendê, onde se especializou em comércio. Em 1869, ele saiu de Bonny, fundou um assentamento em Opobo e proclamou-se rei Jaja. Ele foi tão bem-sucedido em estabelecer um domínio sobre o comércio com áreas produtoras de óleo do interior que muitas das casas sobre canoas de Bonny mudaram-se para Opobo. Jaja cultivou contatos com parceiros de negócios britânicos, vendendo-lhes 8 mil toneladas de óleo de dendê por ano. Ele também fez questão de tirar proveito da tecnologia europeia. Enviou um de seus filhos para uma escola em Glasgow, criou uma escola secular administrada por europeus e morava em uma casa de estilo europeu. No entanto, foi inflexível quanto à entrada de missionários, ciente de que a pregação deles minaria a sua própria autoridade.

Seus métodos de negociação eram implacáveis. Jaja manteve um monopólio rígido sobre o comércio ao longo dos rios costeiros, impedindo os comerciantes estrangeiros de terem acesso a mercados do interior. Qualquer um que tentasse fugir de seu monopólio, branco ou negro, enfrentava represálias. Em 1881, ele enviou uma força de cinquenta canoas armadas para lidar com os igbos por tentarem negociar diretamente com comerciantes europeus. Várias centenas de pessoas foram executadas. Em mais uma tentativa de estender seu monopólio e reduzir a dependência dos comerciantes europeus no delta do Níger, ele começou a exportar óleo de dendê diretamente para os portos de Liverpool e Glasgow.

Quando Edward Hewett visitou Opobo durante sua viagem para obter tratados, em 1884, Jaja recebeu bem a ideia britânica de "proteção", mas queria um esclarecimento sobre o que isso significava na prática. Hewett respondeu: "A rainha não quer tomar seu país ou seus mercados, mas ao mesmo tempo está ansiosa para que nenhuma outra nação o faça. Ela se compromete a estender seu poder e sua proteção generosamente, deixando seu país ainda sob o seu governo: ela não tem desejo de perturbar seu governo." Determinado a manter seu monopólio, Jaja insistiu que a cláusula-padrão no tratado, a que garantia o livre comércio, fosse omitida.

Jaja logo foi arrastado para uma guerra comercial com as casas comerciais britânicas, que queriam ter acesso aos mercados que ele controlava, ressentiam-se do comércio direto que ele tinha aberto com o Reino Unido e citavam a regra de Berlim sobre a liberdade de negociar no Níger para justificar suas ações. As autoridades britânicas também estavam ansiosas para coibir o poder e a prosperidade de Jaja. Em 1887, o cônsul britânico, Harry Johnston, decidiu forçar a questão. Embora, pelos termos do tratado que assinou com os britânicos, Jaja tivesse o direito de cobrar impostos sobre os comerciantes ingleses que operassem em sua jurisdição, Johnston pediu para ele parar de fazê-lo, alegando que seus embarques diretos de óleo de dendê para o Reino Unido sem taxas constituíam concorrência desleal. Diante da recusa de Jaja em atendê-lo, Johnston chegou a Opobo a bordo de uma canhoneira britânica, determinado a fazê-lo obedecer.

Johnston convidou Jaja a subir a bordo de seu navio, mas, temendo por sua segurança, Jaja a princípio se recusou a aceitar. Ele só concordou com uma reunião quando Johnston lhe deu uma garantia de salvo-conduto. Na garantia de Johnston lia-se: "Tenho a honra de assegurar-lhe que, quer aceite ou rejeite minhas propostas amanhã, nenhum impedimento será colocado sobre você ... você estará livre para ir assim que ouvir a mensagem do governo." Mas, uma vez a bordo, Jaja ouviu que teria de enfrentar um julgamento por obstruir o caminho do comércio ou enfrentar um bombardeio britânico. Ele foi levado a Acra, considerado culpado e enviado para o exílio em uma ilha no Caribe.

Outros importantes comerciantes africanos que desafiaram o poderio britânico sofreram destino semelhante. Em suas tentativas de regulamentar o comércio ao longo do rio Benin, na década de 1850 os funcionários britânicos reconheceram a autoridade de uma linhagem de reis itsekiris, dando a eles o título de "governador". Em 1884, o governador itsekiri Nana Olomu assinou tratados com o cônsul Hewett, colocando os rios Benin, Warri e partes do Ijo ocidental sob "proteção" britânica. Nana era considerado um líder de capacidade excepcional. Mas o monopólio de comércio que

estabeleceu sobre o rio Benin, como Jaja em Opobo, despertou o ressentimento de comerciantes britânicos. Quando os oficiais britânicos emitiram editais insistindo que o rio deveria estar aberto a todos os comerciantes, Nana os desafiou e colocou uma barreira, fechando a angra que conduzia à sua sede, em Ebrohimi. Os britânicos responderam com canhoneiras e tropas. Feito prisioneiro, Nana foi deportado para a Costa do Ouro.

A força militar também foi usada contra o antigo reino do Benin. Em 1896, o Benin era o único Estado significativo na região dos Rios dos Óleos que permanecia fora da esfera de influência do Reino Unido, uma área que os britânicos tinham rebatizado de Protetorado da Costa Níger. Embora o *oba* de Benin, Ovonramwen, tivesse assinado um tratado com a Inglaterra em 1892, concordando em abrir os laços comerciais, abolir o comércio de escravos no reino e acabar com a prática do sacrifício humano, ele permaneceu cético das intenções britânicas, temendo que seu real propósito fosse anexar seu reino. Várias tentativas de convencê-lo a aplicar o tratado de 1892 falharam. Em março de 1896, uma disputa comercial levou as negociações a um impasse. Comerciantes britânicos apelaram pela intervenção do governo, espalhando histórias de um "reino canibal", em que sacrifício humano ocorria por atacado.

Agindo por conta própria, um funcionário ambicioso do Protetorado, James Phillips, elaborou um plano para invadir o Benin, depor o *oba* e anexar o Benin. Em uma carta a lorde Salisbury, ele escreveu: "Tenho razões para imaginar que encontraríamos marfim suficiente na casa real para pagar as despesas incorridas pela remoção do rei de seu banco." Sem esperar pela aprovação oficial, em janeiro de 1897 Phillips liderou uma grande coluna até Gwato, a porta de entrada para o Benin, onde ela foi aniquilada. Em retaliação, o governo britânico autorizou o que foi chamada de expedição punitiva ao Benin. Em fevereiro de 1897, uma força de invasão britânica capturou a cidade do Benin. Jornalistas que acompanharam a expedição descreveram "árvores de crucificação" e

provas de massacre em massa. Os palácios do rei foram saqueados e dezenas de edifícios incendiados.

Entre os despojos que os britânicos levaram havia centenas de placas de latão retangulares que datavam dos séculos XVI e XVII, retratando figuras proeminentes e outros aspectos da vida cerimonial na corte real. Conhecidos como "bronzes do Benin", foram espalhados por museus na Inglaterra e na Europa e levaram a uma reavaliação da importância da arte do oeste africano. O destino de Ovonramwen, entretanto, foi o exílio, enquanto seu reino tornou-se um apêndice do império britânico.

A partir de suas bases na costa, os britânicos se expandiram cada vez mais para o interior. Em 1893, eles estabeleceram o controle sobre a maior parte da Iorubalândia, pondo fim a um século de guerra civil e abrindo caminho para o comércio com Lagos. Mais ao norte, no entanto, encontraram os franceses tentando forçar entrada em território que consideravam sua própria "esfera de influência".

NA TENTATIVA DE RESOLVER a disputa que havia começado como resultado da ocupação britânica do Egito em 1882, o Reino Unido e a França assinaram um acordo em 1890 abrangendo as esferas separadas de interesse que ambos possuíam na África. O Reino Unido reconheceu as reivindicações francesas sobre uma vasta faixa de território que ia da Argélia ao alto Níger, incluindo vários milhões de quilômetros quadrados do Saara, ao todo cerca de um quarto de todo o continente. A França reconheceu a primazia britânica em relação a Gâmbia, Serra Leoa, o baixo Níger e a Costa do Ouro.

Ambos os lados expressaram satisfação com o resultado. Em um relatório oficial, em agosto de 1890, os franceses se gabavam:

Sem muito esforço, sem qualquer sacrifício real, sem as despesas de exploração ... sem um único tratado ... nós asseguramos o reconhecimento do Reino Unido, o único poder cuja rivalidade precisamos temer ... de que a Argélia e o Senegal formarão no futuro próximo um único domínio ... Nós nos unimos aos quatro mil quilômetros do Níger, no Senegal, que se torna, assim, para a maior parte de seu curso, um rio francês ... Hoje, o governo pode anunciar à nação que este vasto império africano não é mais um sonho, um ideal distante ... mas uma realidade.

Lorde Salisbury, do Reino Unido, no entanto, julgou ter obtido a melhor parte do negócio. Em agosto de 1890, anunciou à Câmara dos Lordes:

Não vou me alongar sobre as respectivas vantagens de lugares que são absolutamente desconhecidos, não só para os senhores mas para o resto da raça humana branca ... Quem olha para o mapa e apenas mede os graus talvez seja da opinião de que a França apresentou reivindicação sobre um trecho considerável de terra. Mas é necessário julgar a terra não apenas por sua extensão, mas também por seu valor. Essa terra é o que os agricultores chamam de "terra muito leve"; ou seja, é o deserto do Saara.

As fronteiras desse interior, no entanto, mantiveram-se mal definidas. Apenas territórios costeiros foram demarcados, mas nenhum deles tinha limites ao norte. A fronteira entre a colônia do Reino Unido em Lagos e a do protetorado francês em Porto Novo foi desenhada por 150 quilômetros para o interior, mas a área para além disso foi deixada em aberto.

Em 1892, após uma série de disputas com o reino interior do Daomé, os franceses em Porto Novo embarcaram em uma campanha de conquista. O rei Behanzin enviou um pedido de ajuda para o mundo exterior, mas sem sucesso. Depois de cinco meses de resistência, o Daomé capitulou e Behanzin foi enviado para o exílio. Os franceses então voltaram sua atenção para o norte, para o reino de Borgu. O domínio de Borgu se estendia até as corredeiras de Bussa, no médio Níger. A região oferecia aos franceses a possibilidade de ganhar um porto no trecho do rio Níger em que era navegável até o mar.

Os avanços franceses em direção ao médio Níger alarmaram a Companhia Real do Níger, de Goldie. A companhia já havia assinado um tratado com o rei de Bussa, que havia afirmado ser "o Senhor de todos os Borgu". Mas os franceses sustentavam que o legítimo senhor de Borgu era o rei de Nikki, uma cidade a oeste, e despacharam o capitão Henri Decoeur do Daomé para assinar um tratado com ele. Determinado a manter os franceses de fora, Goldie contratou o capitão Lugard, recém-chegado de seus esforços em Uganda, para correr de Londres a Borgu e obter um tratado do rei de Nikki antes dos franceses. Lugard chegou a Nikki em 5 de

novembro de 1894 e obteve um tratado em 10 de novembro, não assinado pelo próprio rei, mas pelo conselheiro principal do rei agindo em nome dele. Cinco dias após Lugard ter deixado Nikki, Decoeur chegou à cidade e, no dia 26 de novembro, “convenceu” o rei a assinar, em pessoa, um tratado de proteção com a França. Os franceses rejeitaram a validade do tratado de Lugard e enviaram mais três expedições militares ao médio Níger para estabelecer uma presença francesa. Por mais de três anos, os franceses e os britânicos mantiveram-se em um impasse no médio Níger. Apenas em 1898 eles negociariam um acordo: a França ficou com Nikki, mas Bussa e a maior parte de Borgu foram para o Reino Unido, privando assim a França de um porto no trecho navegável do Níger abaixo de Bussa.

DEVIDO À NECESSIDADE de obter um controle mais eficaz sobre a esfera de interesse que alegava na região do médio Níger, o governo britânico passou a considerar que a missão que tinha dado à Companhia do Níger não era mais adequada para tal efeito. Enquanto os franceses foram capazes de mobilizar forças militares para perseguir seus objetivos, a Companhia do Níger permaneceu essencialmente uma companhia de comércio com presença apenas limitada além das margens do rio Níger. Além disso, havia profunda inquietação sobre suas tentativas de impor um monopólio em relação ao comércio, em uma violação de sua carta régia de concessão.

Em 1895, homens de Brass, prejudicados pela perda do comércio, atacaram a sede da companhia no porto de Akassa, destruíram o estaleiro e as oficinas e massacraram empregados locais. Mais de setenta foram baleados ou agredidos até a morte. Outros foram feitos prisioneiros e depois cozidos e comidos em uma orgia de sacrifício humano presidida por um sacerdote feiticeiro. O rei Koko e seus chefes deixaram claro para um vice-cônsul britânico que testemunhou os eventos que sua queixa não era com “a boa e velha rainha”, mas com a companhia. Na esperança de evitar represálias,

eles escreveram para o príncipe de Gales: “Estamos agora *de fato muito tristes*, em particular por *matar e comer* partes de seus colaboradores.” Os oficiais britânicos emitiram uma série de ultimatoss, instruindo os homens de Brass a entregarem seus chefes e armamentos, mas quando foram ignorados ordenaram a destruição da capital de Koko, em Nembe. Grande parte da culpa pela revolta dos homens de Brass, no entanto, foi atribuída à companhia.

Em janeiro de 1900, o governo britânico assumiu o controle de todos os territórios da companhia, incorporou seus diversos protetorados em uma região que chamou de Nigéria e criou três áreas administrativas: a oeste, Lagos permaneceu uma colônia oficial, juntamente com um pequeno protetorado; no sul, o Protetorado da Costa do Níger foi integrado a áreas da companhia ao sul de Idah, para formar o Protetorado do Sul da Nigéria; e, no norte, ficava uma vasta área chamada de Protetorado do Norte da Nigéria, que era pouco mais que marcações em um mapa.

Grandes partes do sul da Nigéria ainda não tinham tido contato com a intervenção estrangeira. A guardiã do renomado oráculo Arochukwu, a Confederação Aro, que havia dominado o comércio em toda a Igbolândia por dois séculos, apresentou forte resistência à intrusão britânica. Muitas das sociedades de aldeias sem liderança a leste do rio Níger seguiram o exemplo. Várias vezes os britânicos tiveram de recorrer a expedições punitivas para impor seu controle. Eles só conseguiram estabelecer uma administração eficaz na área em 1906. Os igbos não seriam totalmente derrotados até 1919.

No norte da Nigéria, a tarefa de trazer os emirados do califado de Sokoto para o domínio britânico foi dada a Frederick Lugard. Nomeado alto-comissário em janeiro de 1900, Lugard hasteou a bandeira do Reino Unido em Lokoja, um posto avançado no médio Níger, mas para além dali se estendia uma área de 500 mil quilômetros quadrados, com uma população de cerca de 15 milhões de pessoas, onde não havia presença britânica. Lugard recebeu um pequeno orçamento para a administração e recursos militares limitados – uma Força de Fronteira para a África Ocidental com 3 mil

soldados africanos sob o comando de oficiais britânicos. Enquanto isso, o sultão de Sokoto, Abdurrahman, foi categórico em rejeitar a noção do domínio britânico. Em maio de 1902, ele escreveu (em árabe) para Lugard: “De nós para vocês. Não consinto que nenhum de vocês more conosco. Entre nós e vocês não existem habitações, exceto como entre muçulmanos e não crentes – Guerra, como Deus Todo-Poderoso nos ordenou.”

Lugard optou por considerar a nota de Abdurrahman uma declaração de guerra e resolveu tomar Sokoto pela força. Depois de várias ações acertadas, Kano capitulou, Sokoto em seguida. As cargas de cavalaria das forças do sultão não eram páreo para os rifles automáticos, a artilharia e as metralhadoras Maxim. Um novo sultão, Muhammad Attahiru, foi colocado no poder. Em um discurso aprovando a nomeação de Attahiru, Lugard deixou claro que o antigo império de Usuman dan Fodio estava no fim: “Os fulanis nos velhos tempos sob Dan Fodio conquistaram este país. Eles se deram o direito de governar sobre ele, de cobrar impostos, depor reis e criar reis. Eles, por sua vez, pela derrota, perderam o governo, que veio para as mãos dos britânicos”.

Mas Lugard também reconheceu que, com tão poucos homens no terreno e fundos limitados disponíveis, os britânicos não tinham outra alternativa senão confiar na cooperação fulani para manter a autoridade do Reino Unido. Portanto, Lugard formou um sistema de administração indireta para o norte da Nigéria, colocando residentes britânicos nos tribunais dos emires, mas permitindo aos locais continuar o policiamento, lançar impostos e administrar a justiça de acordo com as tradições islâmicas da lei e da disciplina, tanto quanto antes. Anos mais tarde, os britânicos transformaram a política improvisada de Lugard de administração indireta em uma fórmula para a administração de outras partes da África.

AO CRIAR SEU PRÓPRIO império no oeste do Sudão, os franceses tenderam a confiar na força militar, em vez de elaborar tratados. O caminho era aberto por oficiais do exército francês interessados em

ganhar promoção e honras militares. Comandantes no campo determinavam o curso da ação, às vezes em desafio às instruções de Paris. Seu objetivo era adquirir o máximo de território possível, em nome da França. O sucesso era medido em termos de quilometragem quadrada adquirida. Tratados com líderes africanos eram obtidos por razões táticas e quebrados quando conveniente. O que importava era a conquista. Tudo isso foi feito em nome de uma "missão civilizadora" da França.

O foco da atenção francesa era o alto Níger. Dois importantes impérios africanos estavam no caminho. Um deles era o império tucolor, liderado por Amadou Seku, filho de seu fundador, Umar Tal. Apesar de um tratado de paz que os franceses haviam negociado com Amadou, um oficial francês ambicioso, coronel Louis Archinard, lançou um ataque contra o império, capturando a capital tucolor de Ségou em 1890. A explicação de Archinard foi que Amadou ameaçara quebrar a paz. O exército de Amadou lutou, mas foi forçado a recuar ano após ano. No lugar do império tucolor, os franceses criaram uma entidade chamada Sudão Francês, com sede em Bamako.

Outro adversário importante da França era um mandinga, o senhor da guerra Samori Touré, que, na década de 1870, tinha construído seu próprio império Wassoulou na bacia do alto Níger. De sua base no Milo, um afluente do alto Níger, Samori estendeu suas conquistas para os garimpos de Bure e para Kankan, um vital centro comercial diúla. Com um exército com 30 mil homens na infantaria e 3 mil na cavalaria, Samori provou-se um obstáculo formidável. Depois de vários confrontos iniciais, ele assinou um tratado em 1886, demarcando uma fronteira com os franceses, mas o tratado não durou muito. À medida que os franceses avançavam em seu território, Samori recuou da capital, em Bissandugu, movendo-se para o leste e criando um império na região do médio Volta. Por sete anos, exibindo notáveis habilidades militares e administrativas, ele conseguiu deter os franceses. Mas acabou sendo capturado em 1898 e enviado para o exílio, no Gabão, onde morreu dois anos depois.

As derrotas de Amadou e de Samori garantiram que a França se tornasse o poder dominante no oeste do Sudão. Mas até conseguir ligar os postos comerciais no litoral da Guiné e na Costa do Marfim com seu vasto interior, as forças francesas ainda tiveram que lutar para abrir caminho em muito do interior – subjugando resistências no Futa Djalon e no grande império mossi, baseado em Ouagadougou. Vez ou outra, revoltas em pequena escala contra o domínio francês estouravam. Os baoulés, da Costa do Marfim, lutaram contra os franceses, aldeia por aldeia, até 1911. Os diolas do Senegal não foram totalmente derrotados até a década de 1920.

43. Por direito de conquista

DESDE A FUNDAÇÃO do Estado akan de axânti, no final do século XVII, o Banco de Ouro tinha cumprido um papel crucial na vida nacional. Chefes akans tinham até então agido como guardiões dos bancos de madeira cerimoniais que eram utilizados como símbolo de sua autoridade e do bem-estar de seus povos. Acreditava-se que os bancos continham o espírito ou a alma – o *sunsum* – das comunidades akans. Mas, na década de 1690, considerando em como juntar as chefaturas akans no reino axânti, Osei Tutu introduziu um banco de ouro – o *Sika Dwa* – para representar a unidade espiritual do povo akan e simbolizar sua soberania. “Este é o *sunsum* de uma nova nação axânti”, declarou o sumo sacerdote do rei. “Se algum dia for capturado ou destruído, então, assim como um homem adoece e morre sem sua alma, os axântis perderão seu poder e se desintegrarão no caos.” O Banco de Ouro – um assento curvo de madeira coberto de ouro e decorado com sinos – ganhou seu próprio trono, à sombra de um palanquim, e era atendido por seus próprios acólitos.

Treze reis, sucessivamente – os *ashantihene* –, foram entronizados nele, em elaboradas cerimônias na capital, Kumasi, nas quais o Banco de Ouro comparecia como a personificação da nação. Mas, em um desses incidentes que varreram a ocupação europeia da África, um oficial britânico exigiu que o Banco de Ouro fosse entregue aos britânicos. O que se seguiu ficou conhecido como a Guerra do Banco de Ouro. Para os britânicos, era apenas mais um conflito cansativo. Para os axântis, foi a luta final para manter sua independência.

No auge de seu poder, no início do século XIX, o império axânti abrangia um núcleo interno de seis chefaturas metropolitanas centradas em Kumasi e um círculo externo de outras províncias de

língua akan e Estados tributários que se estendia desde as regiões de savana do norte aos portos costeiros do sul. Um sistema de “grandes estradas” mantinha Kumasi ligada a todos os cantos do império.

A sociedade axânti era essencialmente militar, capaz de colocar em campo até 80 mil homens. Ela devia lealdade ao *ashantihene*, mas o poder do rei não era absoluto. Além de um grupo interno de conselheiros, tanto o *ashantihene* quanto os chefes ou reis menores participavam de uma assembleia nacional. Não havia família real. O *ashantihene* era escolhido pela rainha-mãe e os chefes importantes dentre um grupo de candidatos elegíveis pela linha materna, um sistema que limitava os perigos de disputas de sucessão. Entre as características importantes do governo axânti estavam as execuções frequentes e os rituais de sacrifício humano.

O império era gerido por uma burocracia eficaz que usava as habilidades de muçulmanos alfabetizados do norte. Funcionários muitas vezes eram nomeados pelo mérito e não pela ascendência. A riqueza que sustentava o império vinha da agricultura e da mineração de ouro. A maior parte do ouro era produzida por trabalho escravo. Algumas minas eram propriedade direta do *ashantihene* e operadas por seus agentes. Outras eram de propriedade de chefes akans que pagavam impostos ao Estado. Camponeses akans também coletavam ouro de aluvião dos rios. Pó de ouro era usado como um meio de troca. Todo homem de importância carregava balanças e pesos de ouro. Até bananas eram avaliadas em pó de ouro.

A opulência dos axântis deslumbrava os visitantes europeus. Em 1817, Thomas Bowdich, um funcionário da African Company of Merchants [Companhia Africana de Comerciantes], partiu da fortaleza de Cape Coast em uma missão para fazer contato com Osei Bonsu. Depois de atravessar a planície costeira do território fonte, ele entrou na densa e escura floresta tropical e, três semanas depois, chegou a Kumasi, a 250 quilômetros ao norte. Cerca de 30 mil pessoas se reuniram para testemunhar sua entrada e assistir a uma exuberante recepção de música marcial, disparos e dança.

Bowdich descreveu Kumasi como uma cidade bem planejada, com ruas largas e nomeadas, figueiras plantadas com cuidado e um estilo próprio de arquitetura. As casas eram construídas com telhados pontudos de sapé, beirais salientes, complicadas ornamentações em gesso e decorações de animais e aves; muitas eram equipadas com banheiros com descargas de água fervente. As ruas eram varridas todos os dias e mantidas limpas. O complexo palaciano no centro da cidade abrangia dois hectares e consistia em um labirinto de pátios interligados e passagens. Ele abrigava uma série de serviços administrativos, tais como a tesouraria e aposentos pessoais do *ashantihene* e seu harém.

Levado para uma audiência com o rei, Bowdich passou por uma vasta multidão de cortesãos e funcionários sob guarda-sóis gigantes, vestidos com sedas e fino tecido *kente* e usando diversos ornamentos de ouro.

Uma área de mais de um quilômetro de circunferência estava lotada com magnificência e novidade. O rei, seus tributários e capitães eram resplandecentes à distância, rodeados por atendentes de todos os tipos ... O sol se refletia ... nos enormes ornamentos de ouro que brilhavam em todos os locais ...

Apresentado a Osei Bonsu, Bowdich achou-o uma figura impressionante. "Suas maneiras eram majestosas, embora corteses." Depois de vários meses de negociações e debate, Osei Bonsu assinou um tratado concordando em promover o comércio com os britânicos na fortaleza de Cape Coast.

A vida em Kumasi tornou-se cada vez mais urbana. Os visitantes estrangeiros traziam muitos presentes ao *ashantihene*: chapéus emplumados, espelhos dourados, camas com dossel, lanternas mágicas, relógios. Em 1841, um missionário metodista wesleyano, Thomas Freeman, surgiu em uma carruagem europeia puxada por seres humanos. Freeman fora convidado para um suntuoso jantar no palácio, ao qual o *ashantihene*, Kwaku Dua, compareceu usando um elegante paletó de veludo marrom com acabamento rendado, camisa de linho branco, calças de cetim branco e uma faixa de seda em volta da cintura. O jantar foi acompanhado por uma banda de

músicos, treinados pelos holandeses em Elmina, vestindo uniforme azul enfeitado com vermelho e equipados com flautas, clarinetes, trompas e tambores. Durante a visita, Freeman visitou o Palácio da Cultura do *ashantihene*, construído em pedra, para ver sua coleção de artes e ofícios. “Entramos em um pátio, subimos um lance de degraus de pedra, passamos por uma antessala e entramos em um salão, no qual estavam elegantemente dispostas, nas mesas, 31 espadas de cabo de ouro.”

Durante grande parte do século XIX, os britânicos das fortalezas comerciais na costa permaneceram em paz com o império axânti. Havia inúmeras disputas e vários episódios de conflito, mas também períodos prolongados de comércio pacífico. Em 1843, o governo britânico tomou medidas para assumir responsabilidade direta pela administração dos assentamentos na Costa do Ouro a partir de um Comitê de Mercadores, pedindo a cada assentamento para assinar um “termo de compromisso” que autorizava um governador britânico a agir em seu nome em certos assuntos judiciais. A área sob governo da Coroa ficou conhecida como Território de Proteção Britânica. Mas os “termos de compromisso” não resolveram a questão da soberania sobre o que havia sido previamente reconhecido como as províncias do sul do império axânti. Os britânicos chegaram a considerar os axântis uma potência expansionista, buscando ampliar seu controle sobre a população fante e o comércio costeiro. Os axântis, por sua vez, estavam determinados a preservar a integridade do império e garantir acesso aos portos do litoral.

A questão da soberania veio à tona em 1872, quando os holandeses negociaram a venda de seu forte em Elmina para os britânicos, desafiando as reivindicações dos axântis. Os holandeses tinham pagado aluguel anual aos axântis desde 1702. Além disso, o tratado assinado por Bowdich e os axântis, em 1817, reconhecia a soberania axânti sobre o assentamento. “O forte daquele lugar tem, desde tempos imemoriais, pago tributo anual aos meus antepassados até o presente momento, por direito de armas”,

declarou o *ashantihene* Kofi Kakari. “Ele é meu por direito.” No entanto, a venda se concretizou.

Em uma reunião da assembleia nacional, a Asantemanhyiamu votou pela guerra. Em janeiro de 1873, um exército axânti atravessou o rio Pra, que marcava o limite sul da área metropolitana de Axânti, e estabeleceu uma base avançada a apenas cinco quilômetros do quartel-general britânico na fortaleza de Cape Coast; outros dois exércitos foram enviados para o sul. Em outubro de 1873, no entanto, um grupo pela paz em Kumasi tinha ganhado maioria no Asantemanhyiamu e a força de invasão foi chamada de volta para o outro lado do rio Pra.

A resposta britânica à invasão foi montar uma força expedicionária de 4.500 homens sob o comando do general sir Garnet Wolseley. Embora os exércitos axântis já tivessem se retirado no momento em que a força expedicionária chegou a Cape Coast, Wolseley estava determinado a mostrar o poderio militar britânico. “O rei Café é um vizinho rico demais para ser deixado sozinho com suas riquezas”, observou o jornalista Henry Stanley, que acompanhou a expedição. As primeiras colunas deixaram Cape Coast em dezembro de 1873 e chegaram ao rio Pra em janeiro de 1874. Depois que tentativas de uma solução negociada falharam, as forças britânicas avançaram para Kumasi. Ao sul da capital, encontraram feroz resistência. Quando finalmente entraram em Kumasi, a cidade estava em grande parte deserta. O *ashantihene* e a maior parte de seu exército tinham recuado, levando consigo o Banco de Ouro, mas deixando para trás um palácio ainda cheio de uma enorme quantidade de riquezas. O palácio foi saqueado e, em seguida, explodido; o Palácio da Cultura, construído em pedra, também foi destruído; tumbas reais foram profanadas e o restante da cidade foi incendiado. Deixando Kumasi como um inferno, Wolseley liderou sua força de volta para a costa.

Além de exigir uma indenização de 50 mil onças de ouro,^o os britânicos deixaram o governo axânti em grande parte por conta própria. Seu poder militar havia sido quebrado. O império caiu em um período de turbulência interna, atormentado por dissensão e

anos de guerra civil. Suas antigas províncias costeiras foram incorporadas pelos britânicos na colônia da Costa do Ouro, administradas do quartel-general no forte Christiansborg, em Acra, que os britânicos haviam comprado dos dinamarqueses quando estes se retiraram, em 1851.

Mas, durante a partilha da África pela Europa, surgiu outra ameaça à independência axânti. Em 1890, preocupados com as atividades francesas nas fronteiras ocidentais de Axânti e atividades alemãs a leste, os britânicos tentaram convencer o *ashantihene* Agyeman Prempe a aceitar a proteção britânica. Prempe, no entanto, recusou a oferta:

Devo dizer que a sugestão de que Axânti, em seu estado atual, deveria vir a desfrutar a proteção de Sua Majestade, a Rainha e Imperatriz da Índia, é uma questão de consideração muito séria, e que estou feliz em dizer que chegamos a esta conclusão, que o meu reino de Axânti nunca vai se comprometer a tal política; os axântis devem permanecer independentes como antigamente, ao mesmo tempo devem se manter amigáveis com todos os homens brancos.

Em 1894, o governo britânico rebateu com uma proposta na qual Prempe deveria receber um residente britânico em Kumasi, em troca de salários para si e seus chefes principais. Mas Prempe e o Asantemanhyiamu rejeitaram a ideia. Em 1895, quando chegaram a Londres as notícias de que Prempe estava tentando estabelecer uma aliança com Samori Touré, na vizinha Bonduku, o governo britânico adotou uma abordagem mais agressiva e enviou um ultimato a Prempe, para que aceitasse um residente britânico, e exigiu o pagamento integral da indenização de guerra de 1874. Em dezembro, uma força expedicionária britânica desembarcou em Cape Coast. Quando a notícia chegou a Kumasi, o Banco de Ouro e outros objetos valiosos foram escondidos. Em vez de lutar outra guerra, Prempe não tentou se opor ao exército invasor. Ele foi então feito prisioneiro e enviado para o exílio.

Os britânicos construíram um forte em Kumasi e colocaram um residente britânico nele, mas não tinham qualquer pretensão de autoridade sobre a área metropolitana axânti. O ressentimento com a ocupação britânica e o exílio forçado do *ashantihene* continuaram

a aumentar. Em uma tentativa de reforçar sua legitimidade como governantes, os britânicos começaram a procurar o Banco de Ouro, acreditando que, ao capturá-lo, iriam melhorar sua reivindicação de soberania. Como secretário de Estado das colônias, Joseph Chamberlain explicou posteriormente ao parlamento em Londres: "Na opinião da tribo, e de acordo com o costume da tribo, a posse do Banco dá a supremacia ... Por isso, era da maior importância se apossar desse símbolo de soberania, se pudermos fazê-lo."

Determinado a quebrar a resistência axânti de uma vez por todas, o governador da colônia da Costa do Ouro, sir Frederick Hodgson, viajou para Kumasi, em março de 1900, para informar em uma reunião de chefes e nobres que Agyeman Prempe nunca seria autorizado a regressar a Axânti. Em uma demonstração de descortesia, ele permaneceu sentado em uma cadeira, dizendo: "A autoridade suprema de Axânti é agora a grande rainha da Inglaterra." Ele também insistiu que as reparações de guerra teriam de ser pagas. E, em seguida, exigiu que o Banco de Ouro fosse entregue às autoridades britânicas. "A rainha tem direito ao Banco; ela deve recebê-lo", disse ele. De acordo com os tradutores africanos, ele continuou: "Onde está o Banco de Ouro? Sou o representante do poder supremo. Por que me relegaram a esta cadeira comum? Por que não aproveitar a oportunidade da minha vinda para Kumasi para trazer o Banco de Ouro para eu me sentar?"

Apesar dos insultos, os chefes axântis permaneceram compostos, ouvindo em silêncio. Mas, poucas horas depois, encontraram-se em segredo para decidir sobre a guerra. Três dias após a provocação de Hodgson, ele se viu em estado de sítio em Kumasi, juntamente com algumas tropas britânicas, auxiliares africanos, missionários e suas esposas. Foram necessários oito meses para que as forças britânicas subjugassem totalmente a revolta axânti. O território foi então anexado "por direito de conquista" e gerido por governadores da colônia da Costa do Ouro. Um decreto de 26 de setembro de 1901 declarava: "Os territórios na África ocidental ... até então conhecidos como Axânti foram conquistados pelas forças de Sua Majestade, e pareceu conveniente à Sua Majestade que os referidos territórios

devessem ser anexados e passassem a fazer parte dos domínios de Sua Majestade.” Um canhão foi disparado em Kumasi ao meio-dia, todos os dias, para lembrar seus moradores da ocupação britânica. O Banco de Ouro permaneceu escondido.

[O](#) que equivale a 1.400 quilos. (N.T.)

PARTE XI

Resistência na Abissínia

44. Nova Flor

ACOSTUMADO A SÉCULOS de invasão por adversários muçulmanos, o reino cristão da Abissínia enfrentou uma nova ameaça durante a partilha da África pela Europa: a Itália. Quando os egípcios retiraram sua guarnição de Massawa em 1885 a pedido da Inglaterra, o imperador João IV tinha a esperança de recuperar o porto no mar Vermelho para a Abissínia. Era sua principal saída para o mundo exterior. Um tratado assinado com o Reino Unido em junho de 1884 – o Tratado de Adwa – foi motivo de otimismo para João. A Abissínia aceitava facilitar em seu território a retirada das tropas egípcias no leste do Sudão, sitiadas pelo exército do *mahdi*, e os britânicos prometiam garantir livre trânsito de todas as mercadorias pelo porto de Massawa, incluindo armas e munições. Mas, em outubro de 1884, o Reino Unido tinha chegado a um acordo secreto que permitia à Itália se apossar de Massawa, a fim de evitar que os franceses a tomassem e, assim, conseguissem uma rota para o Nilo.

Em fevereiro de 1885, a bandeira italiana foi devidamente hasteada em Massawa. Incentivados pelo resultado da conferência de Berlim, os italianos logo começaram a forçar avanço para o interior das terras baixas de Bogos e sondar o sul ao longo da costa. Em uma carta enviada à rainha Vitória, em abril de 1886, o imperador João reclamou: “Quanto à nossa relação com os italianos, até agora não tivemos nenhuma inimizade, mas eles tomaram minha terra quando eu não tirei a deles, então gostaria de saber como fazer amizade com eles.” Quando um contingente italiano ocupou Sahati, um posto avançado a meio caminho entre Massawa e a cidade serrana de Asmara, o general do imperador João, Ras Alula, partiu para o ataque, afirmando que aquilo era território da Abissínia. Na batalha de Dogali, em janeiro de 1887, as forças de Ras Alula aniquilaram uma coluna de 550 italianos expedidos de

Massawa para aliviar Sahati. Chocados com o desastre, os italianos resolveram fortalecer sua pequena colônia com estradas, pontes, fortalezas e uma ferrovia de 25 quilômetros entre Massawa e Sahati. Uma força expedicionária de 20 mil homens foi enviada para ocupar a área.

O imperador João formou um exército para enfrentar os italianos, mas havia uma ameaça simultânea de invasores mahdistas do Sudão. Em janeiro de 1888, um exército mahdista chegou a Gondar, saqueou a cidade e queimou a maioria das igrejas. Enfrentando guerra em duas frentes, João escolheu lutar contra os mahdistas. Em março de 1889, ele marchou à frente de 100 mil homens para tomar a cidade mahdista de Metemma. Mas, à beira da vitória, foi mortalmente ferido. Três dias depois de sua morte, os mahdistas interceptaram um grupo de nobres e sacerdotes que levavam seu corpo de volta para a Abissínia. Sua cabeça foi cortada e enviada para Omdurman.

Ao saber da morte do imperador João, Menelik, o rei de Shoa, proclamou-se imediatamente *negus negast*, rei dos reis. Durante os onze anos em que havia governado Shoa, Menelik havia estendido seu território em direção ao sul, conquistando os vizinhos oromos, capturando a cidade muçulmana de Harar e desenvolvendo suas próprias relações comerciais com o golfo de Tadjoura, onde os franceses tinham estabelecido um posto de abastecimento de carvão ao longo da rota para a Indochina. Sempre precisando de dinheiro, ele permitiu que seu domínio no sul fosse impiedosamente explorado em busca de gado e escravos para exportação pelo mar Vermelho. Admirador da tecnologia moderna, apoiou-se amplamente na assistência europeia para adquirir armas e desenvolver o comércio. Um dos assessores em quem mais confiava era o jovem engenheiro suíço Alfred Ilg, que atuou como arquiteto, construtor, bombeiro hidráulico, consultor médico, concessionário e assessor para assuntos internacionais, permanecendo com Menelik por 29 anos. Menelik também iniciou uma estreita amizade com um explorador italiano, o conde Pietro Antonelli, que havia chegado a Shoa em 1879 para participar de uma missão criada pela Sociedade

Geográfica Italiana três anos antes. Em 1883, Antonelli convenceu Menelik a abrir uma ligação comercial com o porto italiano em Assab e, em troca, conseguiu a entrega de 2 mil rifles Remington. Nos seis anos seguintes, Antonelli serviu como representante oficial da Itália em Shoa.

Em 1886, Menelik mudou seu quartel-general do monte Entoto para um novo local em um vale ao sul das montanhas, que chamou de Adis Abeba, ou Nova Flor. Foi a partir dali, após a morte de João, que reivindicou seu direito ao trono imperial. Houve pouca resistência. Menelik partiu depressa para visitar as regiões do norte, demonstrando seu poder e recebendo a submissão de oficiais locais. Daí em diante, o império passou a ser gerido não de Tigré, mas do cada vez maior acampamento de Menelik em Adis Abeba.

A primeira coisa a fazer era entrar em acordo com os italianos. Em maio de 1889, em uma cerimônia no acampamento de Menelik, em Wichale, no norte de Wollo, Menelik e Antonelli assinaram um tratado demarcando a extensão do território reivindicado pelos italianos. Menelik concordou em ceder à Itália as províncias de Bogos e Hamasien, no extremo norte, e uma pequena faixa do planalto cristão, que incluía Asmara. A fronteira entre o território italiano, mais tarde conhecido como Eritreia, e o de Menelik, na província de Tigré, ao norte, se estendia ao longo do rio Mareb.

A versão italiana do tratado, no entanto, diferia da versão amárica, como Antonelli, que falava os dois idiomas, devia saber. Na versão amárica, o texto do artigo XVII dava a Menelik a opção de usar a boa vontade da Itália para contatos com outros países. Na versão italiana, o mesmo artigo exigia que Menelik fizesse todos esses contatos por meio da Itália. Os italianos insistiam que o artigo XVII fazia da Abissínia um protetorado italiano. Menelik protestou que os italianos estavam tentando roubar seu país.

Em janeiro de 1890, os italianos emitiram uma proclamação que estabelecia formalmente a colônia da Eritreia, incorporando todos os territórios que ocupavam no norte da Abissínia, bem como a faixa costeira do nortede Massawa até o território controlado pelos

franceses, em torno do golfo de Tadjoura. Mas a disputa sobre o texto do tratado de Wichale se arrastava, sem ser resolvida. A Itália continuou a reivindicar seu direito a um protetorado sobre a Abissínia. Menelik exigiu que a Itália retirasse a reivindicação. Após três anos de discussão, Menelik decidiu revogar o tratado por completo.

É com muita desonestidade que [o rei da Itália], fingindo amizade, tenha desejado tomar meu país. Porque Deus deu a Coroa e o poder para que eu proteja a terra de meus antepassados, encerro e anulo este tratado. Não anulei, no entanto, minha amizade. Saiba que não desejo nenhum outro tratado além desse. Meu reino é um reino independente, e não busco a proteção de ninguém.

Apesar de alegar amizade, os dois lados começaram a se preparar ao longo da fronteira do rio Mareb. Em março de 1895, o comandante italiano na Eritreia, o general Oreste Baratieri, avançou para Tigré, tomando Adigrat. Retornando brevemente a Roma, foi aclamado herói nacional e recebeu fundos para uma conquista de grande escala. De volta a Massawa, em setembro, emitiu uma proclamação em que anexava Tigré à Eritreia e mudou-se para Mekele, para construir uma fortaleza.

Menelik respondeu à invasão italiana ordenando uma mobilização gigantesca:

Reúna o exército, bata o tambor. Deus, em sua bondade, derrubou meus inimigos e ampliou meu império e me preservou até hoje ... Chegaram inimigos que iriam destruir nosso país e mudar nossa religião. Eles passaram além do mar que Deus nos deu como fronteira ... Esses inimigos têm avançado, enfiando-se no país como toupeiras. Com a ajuda de Deus, vou me livrar deles.

Com o apoio de governadores provinciais, ele reuniu um exército de 100 mil homens e partiu para a marcha de oitocentos quilômetros até Tigré. Em dezembro de 1895, sua vanguarda aniquilou um posto avançado italiano na montanha de Amba Alagi, ao sul de Tigré, e sitiou Mekele, forçando a guarnição italiana a se render. Apesar dos contratempos, Baratieri permanecia confiante de que suas forças eritreias, munidas com mais de cinquenta armas de campo, eram mais do que páreo para as hordas abissínicas. Pressionado por Roma para dobrar Menelik e restaurar o prestígio italiano, em 1º de março

de 1896 ele liderou um ataque contra o exército de Menelik em Adwa, mas foi derrotado. Ao final do dia, dos 8.500 italianos, cerca de 4.100 tinham morrido ou desaparecido e 2 mil tinham sido capturados; e, dos 7.100 auxiliares eritreus, cerca de 4 mil foram mortos ou capturados. As baixas de Menelik foram no mínimo tão numerosas quanto a dos adversários, mas seu exército permaneceu uma força de combate. As forças italianas foram destruídas.

Como resultado, os italianos renunciaram publicamente o protetorado e reconheceram a Abissínia como um Estado independente e soberano. Menelik, em vez de se envolver em uma nova rodada debilitante de guerra, permitiu que os italianos mantivessem a Eritreia com o rio Mareb marcando sua fronteira. Outros países europeus também reconheceram a independência da Abissínia. No final da partilha da África, ela era o único Estado africano em todo o continente a alcançar esse status.

SEGURO DE SEU TRONO imperial e fortificado pelo reconhecimento internacional, o próprio Menelik se juntou à disputa por território, acrescentando terras a leste, a oeste e ao sul que nunca antes tinham sido parte do império abissíneo. Ele estendeu seu governo mais fundo no território oromo, tomou território somali no planalto de Ogaden e levantou a bandeira da Abissínia tão ao sul quanto a margem do lago Turkana. Entre 1896 e 1906, Menelik dobrou o tamanho do império, impondo a língua e a cultura amáricas às populações subjugadas. Soldados-colonos, conhecidos como *neftennya*, eram enviados para áreas periféricas para assegurar o controle imperial. Administradores cristãos presidiram como uma elite dominante a partir de aldeias fortificadas.

As áreas que Menelik conquistou foram devidamente reconhecidas pelas potências coloniais da Europa numa série de acordos fronteiriços destinados a demarcar zonas distintas de ocupação no nordeste da África. Em 1897, uma missão francesa assinou um tratado que concedia à Abissínia a maioria das planícies desérticas no interior do Djibuti e um porto no golfo de Tadjoura, que a França havia construído em 1892. A Somalilândia, um protetorado da França, foi reduzida em grande parte a um enclave

em torno do Djibuti. Em troca, Menelik reconhecia o Djibuti como saída oficial da Abissínia para o mar e determinava a construção de uma ferrovia entre o Djibuti e Adis Abeba.

Negociações semelhantes foram realizadas com os britânicos em 1897 para definir a fronteira com a Somalilândia Britânica, uma área que incluía os portos de Zeila e Berbera, que a Inglaterra havia estabelecido inicialmente para garantir que a guarnição britânica em Áden recebesse suprimentos regulares de carne. Os funcionários de Menelik argumentavam que, agora que a Abissínia dominava Harar, isso lhe dava direito a todo o território entre Harar e o mar. A fronteira com a qual acabaram por concordar atribuía a região costeira aos britânicos, mas dava praticamente todo o planalto de Ogaden para a Abissínia. Isso fazia com que as pastagens dos nômades somalis fossem cortadas por uma fronteira internacional. O povo somali foi de novo subdividido quando a Itália proclamou protetorados sobre áreas do sul da Somalilândia e, em seguida, estabeleceu uma colônia chamada Somália, baseada em Mogadíscio.

Assim, por uma das muitas reviravoltas cruéis do destino que ocorreram durante a partilha da África, os somalis, um povo que partilhava uma língua, uma cultura e uma religião, foram separados pelas fronteiras de novos territórios decididos por potências imperialistas.

POR VINTE ANOS, um pregador religioso somali, Muhammad Abdullah Hassan, travou uma campanha de guerrilha intermitente contra a ocupação estrangeira do território somali, confrontando tanto os britânicos no norte da Somalilândia quanto os abissínios em Ogaden. Para os britânicos, ele ficou conhecido como "Mulá Louco". Na década de 1900, os britânicos lançaram cinco expedições militares para derrotá-lo, recrutando clãs somalis rivais que se opunham ao clã darod, de Hassan. Mas Hassan escapou de todas. "Eu os aviso do seguinte", escreveu em uma das muitas mensagens enviadas para oficiais britânicos, "quero lutar com vocês. Gosto de guerra, mas vocês não." Poeta de renome, usou a poesia como arma de propaganda para sustentar a resistência somali. Um poema que escreveu sobre a morte de um comandante militar britânico na

batalha de Dul Madoba, em 1913, passou a fazer parte do patrimônio nacional somali.

À medida que a insurgência se arrastava, o Ministério da Guerra britânico registrou que “a imunidade continuada do mulá, que agora está sozinho como um potentado nativo e não subjogado na África, é uma fonte de ansiedade constante”. Douglas Jardine, um oficial britânico que servira no protetorado da Somalilândia de 1916 a 1921, descreveu mais tarde um inimigo “que não oferecia alvo para o ataque, uma cidade, um forte, uma terra que fosse ... em suma, não havia nenhum objetivo militar”.

Os britânicos tentaram fazer Hassan se render, prometendo uma garantia de segurança, o reencontro com a família e uma residência em Meca ou em Medina. Mas Hassan rejeitou a oferta. Em um poema que escreveu pouco antes de morrer, advertiu os somalis contra as ciladas e as maquinações dos colonizadores: “Recusei a riqueza abundante que os colonizadores estavam dispostos a me oferecer./ Abandonar minha religião pela riqueza do colonizador seria apenas aceitar ser colocado no inferno, o que não vou fazer./ Colaborar com colonizadores só produz resultados terríveis.”

Hassan morreu de pneumonia em Ogaden, em 1920, aos 64 anos. Diante do bombardeio aéreo, seu grupo de seguidores tinha diminuído para apenas algumas centenas. Mas ele permaneceu desafiador até o último momento. “Quero governar meu país e proteger minha própria religião”, disse aos britânicos.

45. Omdurman

OS EFEITOS DA DERROTA das forças italianas na Abissínia em março de 1896 foram sentidos não só em Roma, mas em outras capitais europeias. O governo britânico estava alarmado com a possibilidade de um colapso da ocupação italiana da Eritreia, pois seria uma oportunidade para os franceses se expandirem de sua base no Djibuti, ameaçando os interesses britânicos no Nilo. A inteligência britânica tinha conhecimento, desde 1894, de um esquema francês para mandar expedições ao alto Nilo a partir de ambos os lados da África – do Congo Francês, na costa do Atlântico, e da Somália Francesa, no mar Vermelho – e estabelecer uma faixa de território francês que se estenderia por todo o continente. Uma parte fundamental do esquema consistia em enviar colunas francesas para Fachoda, uma cidade provincial no alto Nilo, a 1.100 quilômetros ao sul de Cartum, e declará-la território francês. Os ministros britânicos temiam que, se os franceses tomassem o alto Nilo, então o controle da Inglaterra sobre o Egito seria prejudicado. “O controle do Nilo é essencial para a existência e a segurança do Egito”, declarou Joseph Chamberlain.

Em 12 de março, apenas onze dias após a derrota italiana em Adwa, o governo britânico decidiu enviar uma expedição militar para Dongola, a cerca de 320 quilômetros ao sul da fronteira do Egito com o Sudão. Havia muito tempo que os britânicos vinham considerando que uma ação militar contra o regime mahdista, para vingar a queda de Cartum e a morte de Gordon, em 1895, seria inevitável, mas isso agora tinha adquirido uma nova urgência. A primeira tarefa da expedição de Dongola era assegurar o controle de uma zona-tampão no norte do Sudão.

Liderados pelo general Herbert Kitchener, *sirdar* do exército egípcio, o avanço anglo-egípcio para o Sudão foi lento e metódico.

Enfrentando forças mahdistas ao longo do caminho, Kitchener tomou Dongola em setembro. Ele também concluiu a construção de uma ferrovia de quatrocentos quilômetros, cruzando o deserto núbio de Wadi Halfa até Abu Hamed, superando quatro cataratas do Nilo e criando uma rota mais direta para o sul. Com a captura de Berber, em setembro, Kitchener estava a pouco mais de trezentos quilômetros de Omdurman e Cartum.

Agitado pela invasão britânica do Sudão, o governo francês autorizou prontamente ação em duas frentes. Em junho de 1896, uma expedição francesa, liderada pelo capitão Jean-Baptiste Marchand, zarparou da França para o Congo Francês, com o objetivo de fincar a bandeira tricolor em Fachoda antes que os britânicos chegassem à cidade. Como Marchand deixou claro, era uma questão de prestígio nacional: "Isso tem por motivo a tarefa de lembrar o país de sua verdadeira grandeza, de sua missão no mundo, iniciada há quase vinte séculos", declarou.

Em janeiro de 1897, o governador francês da Somalilândia, Léonce Lagarde, convenceu o imperador Menelik a dar a sua aprovação para que duas expedições francesas avançassem no Nilo Branco, a partir do leste. Em troca, Menelik receberia apoio francês para expandir as fronteiras do império abissínio a oeste, para dentro do território sudanês, até a margem leste do Nilo Branco. O objetivo das duas expedições franco-abissínicas era encontrar Marchand em Fachoda.

O governo britânico, por sua vez, alertado sobre a partida de Marchand para a África, estava convencido da necessidade de uma invasão em grande escala no Sudão. "Se esperarmos mais um ano, poderemos descobrir que os franceses se anteciparam e criaram um principado francês em Fachoda", afirmou lorde Salisbury. "É claro que julgar o que está acontecendo no alto Nilo é tão difícil quanto imaginar o que está acontecendo do outro lado da Lua ... mas ... se conseguirmos chegar a Fachoda, a crise diplomática será algo para se lembrar, e o 'e agora' será uma pergunta muito interessante."

O exército anglo-egípcio de Kitchener foi reforçado por tropas britânicas enviadas do Egito. Em abril de 1898, elas expulsaram as forças mahdistas do rio Atbara. Em setembro, Kitchener chegou à planície de Kerrari, a cerca de onze quilômetros ao norte de Omdurman, e montou um acampamento na margem ocidental do Nilo. Ele tinha à sua disposição cerca de 25 mil homens e uma frota de dez navios de guerra e cinco barcos a vapor. As canhoneiras e a artilharia de frente entraram logo em ação e atacaram Omdurman com bombas de lidite, mirando na cúpula do túmulo do *mahdi*, que se elevava bem acima dos muros de barro da cidade.

A batalha de Omdurman começou no dia 2 de setembro. O sucessor do *mahdi*, o califa Abdallahi, montou um exército *ansar* de 50 mil homens e decidiu enfrentar Kitchener a céu aberto, na planície de Kerrari. Armados principalmente com espadas, lanças e punhais, pareciam batalhões medievais enfrentando um inimigo moderno, equipado com artilharia e metralhadoras Maxim. Abdallahi contava unicamente com o simples peso dos números para alcançar a vitória. Seu moral estava alto; a determinação em defender sua terra contra invasores estrangeiros era intensa; eles mantinham uma profunda crença de que Deus estava do lado deles. Mas não tinham senso de estratégia militar. Descrevendo seu avanço, um oficial britânico lembrou que era "imprudente em bravura e desprovido de qualquer tática". Um correspondente de guerra britânico escreveu: "Não foi uma batalha, mas uma execução."

Por volta do meio-dia, os mahdistas contavam 10.800 mortos e 16 mil feridos; Kitchener tinha meros 48 mortos e 382 feridos. Depois do almoço, o general entrou em Omdurman e montou seu quartel-general na mesquita. Na manhã seguinte, ordenou que o túmulo do *mahdi* fosse destruído. Seu corpo foi desenterrado e os ossos lançados no Nilo. O crânio foi separado e, mais tarde, enterrado em um cemitério muçulmano em Wadi Halfa.

À MEDIDA QUE KITCHENER e seu exército se arrastavam para o sul, os franceses faziam também um progresso lento. Uma das expedições

abissínicas terminou com a morte de seu líder, o capitão Michel Clochette, a caminho do Nilo. A segunda, sob o comando do marquês de Bonchamps, deparou-se com meses de manobras de retardamento por parte de Menelik e seus oficiais. Em junho de 1898, um pequeno grupo conseguiu atingir o Nilo Branco, onde içou a bandeira tricolor em uma ilha, mas, sem encontrar sinal da expedição de Marchand, voltou para a Abissínia.

Enquanto isso, Marchand levou dois anos para chegar ao Nilo. Partindo de Brazzaville com uma dúzia de oficiais franceses e cem *tirailleurs* senegaleses e barqueiros, ele encontrou um obstáculo após outro. Sua jornada foi prejudicada pela decisão de transportar um barco a vapor de cerca de 24 metros por terra, durante quatrocentos quilômetros, desde o alto Ubangi e passando pela bacia do Congo-Nilo. Ele foi então forçado a esperar a estação das chuvas por seis meses em um forte de lama no rio Sueh, até o nível do rio subir o suficiente para que pudesse continuar pelo Sudd em direção ao Nilo. Marchand só chegou navegando a Fachoda em 10 de julho de 1898.

A cidade não passava de um conjunto de cabanas destruídas do povo shilluk e as ruínas de uma fortaleza à beira do pântano. Mas Marchand declarou com orgulho que, a partir de então, aquilo era parte da "Grande França".

EM OMDURMAN, POUCO depois de sua vitória, em 2 de setembro, o general Kitchener abriu um pacote selado que carregara consigo durante toda a campanha, dando-lhe um novo conjunto de ordens. Ele foi instruído a seguir o Nilo Branco com uma força de combate pequena e repudiar todas as reivindicações territoriais rivais. Kitchener ficou sabendo pela tripulação de uma canhoneira mahdista capturada que "estrangeiros" já tinham chegado a Fachoda. Em 10 de setembro, ele seguiu para o sul, à frente de uma frota de quatro navios de guerra e doze barcaças transportando 1.500 homens.

O encontro entre Kitchener e Marchand, em 19 de setembro de 1898, em um local remoto nas margens do Nilo Branco, marcou o

clímax de vinte anos de rivalidade anglo-francesa sobre a repartição da África. Kitchener convidou Marchand a bordo de sua frota para uma discussão. O britânico deixou clara a sua determinação para tomar posse de Fachoda. O francês declarou que estava disposto a morrer defendendo-a.

Em vez de resolver a situação em combate, os dois concordaram em submeter a questão aos políticos de Londres e de Paris. Enquanto isso, as guarnições britânicas e francesas ocupavam Fachoda juntas, amigavelmente, aguardando uma decisão. Em novembro, os franceses concordaram em se retirar. Em março de 1899, sob os termos de um acordo anglo-francês, o vale do Nilo ficou reservado para os britânicos e os egípcios.

No mesmo mês, o Reino Unido e o Egito também assinaram um acordo concordando em governar conjuntamente o Sudão, no que foi denominado um condomínio. Na realidade, isso deixava o Reino Unido no controle da África do lago Vitória até o Mediterrâneo.

² Título dado ao comandante em chefe britânico a cargo do exército egípcio no século XIX. A palavra é de origem persa e significava, originariamente, "ancião". (N.T.)

46. Uma fraternidade do deserto

APÓS O DESAPARECIMENTO do mahdismo no Sudão, um dos últimos bastiões de resistência ao domínio europeu no norte da África vinha da região central do Saara de uma irmandade sufi, a Senussi. A irmandade foi fundada na Cirenaica por um erudito argelino itinerante, Muhammad ibn Ali al-Senussi, que, depois de se recusar a viver sob domínio francês, montou uma *zauia*, ou um complexo religioso, em 1843 em al-Bayda, no interior montanhoso, não muito longe da antiga cidade de Cirene. Senussi pregava a necessidade de voltar a uma forma purificada do islã, com o objetivo de restaurar o que concebia como a sociedade original do profeta.

Missionários senussis foram enviados de al-Bayda para clãs beduínos no deserto, onde foram recebidos como professores e mediadores em disputas de clãs, ganhando profunda influência sobre comunidades nômades e passando a fazer parte da sociedade tribal. Foram estabelecidos alojamentos senussis ao longo de todo o trecho de uma rota de caravanas que ia de Wadai, no sudeste do Saara, a Bengasi, na costa da Líbia. Eles eram bem organizados e bem defendidos, com assentamentos murados e propriedades agrícolas, e forneciam uma espécie de governo. Os governadores turcos em Bengasi logo aprenderam a aceitar a Senussi, mantendo o controle da costa, enquanto permitiam que a irmandade recolhesse impostos no interior.

Em 1856, Senussi transferiu sua sede mais para o sul, para Jaghbub, um oásis desabitado na borda sul do planalto da Cirenaica, e fundou uma universidade islâmica. Ao morrer, em 1859, o número de *zauias* senussis no Saara central chegava a mais de quarenta. Seu filho, Muhammad al-Mahdi, ampliou ainda mais a rede pelo Magrebe e o Sahel, chegando até Tombuctu, a oeste. Acredita-se que, em 1880, a ordem tinha alcançado quase 3 milhões de

seguidores e seria capaz de convocar cerca de 25 mil membros armados.

Além da obediência religiosa, o que mantinha a Senussi de pé era o comércio. A ordem tornou-se principalmente uma organização para comerciantes, que se beneficiavam da estabilidade que ela trouxe. O próprio Senussi ensinava o islã com respeito pelo trabalho prático no mundo material. Segundo a tradição oral, ele disse aos seguidores: "Os burocratas do papel e os rezadores acreditam que devem nos preceder nos favores de Deus; mas, por Deus, eles não nos precederão!" Os senussis usaram seu prestígio religioso e influência moral para proteger as caravanas em troca de pedágio, aluguel de espaço para armazenamento, presentes e ofertas dos comerciantes.

Uma parte fundamental do comércio no domínio senussi era o tráfico transaariano de escravos. A rota do deserto entre o sultanato de Wadai e Bengasi tornou-se a principal artéria de escravos negros do sul, já que outras rotas a partir do Sahel para os portos mediterrâneos haviam sido fechadas por proibição europeia e pelas restrições impostas por governantes otomanos de Trípoli. Bengasi, no século XIX, era um porto pequeno e remoto, separado da Tripolitânia pela Sirtica e do Egito pelo deserto ocidental. Apesar da presença de vários vice-cônsules europeus, a região tendia a não despertar atenção.

A rota de Wadai para Bengasi era uma das mais difíceis e perigosas estradas transaarianas. Não havia água por longos trechos, o que significava que os escravos eram obrigados a marchar catorze horas por dia, por até vinte dias, entre um oásis e outro. Uma vez que todas as vidas dependiam de se manter o ritmo, nenhuma caravana era autorizada a diminuir a velocidade ou parar para permitir que os retardatários a alcançassem; eles eram simplesmente abandonados para morrer na estrada. Um vice-cônsul britânico em Bengasi, Francis Gilbert, relatou, em 1847: "Foi-me dito que a principal razão para tantos serem abandonados na viagem não é tanto a escassez de comida e água, mas, por causa do inchaço dos pés ao atravessar areias quentes, eles são incapazes de acompanhar

os outros, e, não havendo camelos de reserva para carregá-los, são deixados para morrer no deserto.”

As jornadas de inverno apresentavam também seus perigos. Em maio de 1850, outro vice-cônsul britânico, George Herman, cavalcou de Bengasi para assistir à chegada de uma caravana de escravos vinda de Wadai. Segundo relatou, ela tinha quase 2 mil metros de comprimento e “movia-se à razão de três quilômetros por hora, em perfeito silêncio”. Nove em cada dez escravos eram mulheres e meninas. Cerca de 1.200 tinham conseguido sobreviver à travessia, mas 430 morreram durante a viagem de 162 dias entre Wadai e o entreposto em Augila. Herman observou que, durante a viagem, só se armavam barracas para “os principais oficiais e comerciantes, seus seguidores e alguns poucos dos escravos mais valiosos”. As demais pessoas da caravana eram deixadas ao relento. “A ação do sereno nos corpos seminus, jovens e empobrecidos daqueles infelizes já teria sido suficiente para produzir uma grande mortalidade entre eles.” Em 1850, o cônsul da Sardenha em Trípoli relatou que uma caravana de cerca de 2,5 a 3 mil pessoas tinha se perdido na rota entre Wadai e Bengasi.

Os próprios senussis usavam escravos como trabalhadores agrícolas e servos domésticos. Os que sobreviviam à viagem até Bengasi eram comprados por moradores da cidade ou vendidos para o Levante. Por um período de mais de cinquenta anos, os senussis mantiveram o comércio, deslocando até 4 mil escravos por ano pela estrada de Wadai. Herbert Weld Blundell, um arqueólogo britânico que viajou pela Cirenaica entre 1894 e 1895, descreveu a Senussi como “uma corporação muito grande e bem-organizada de deslocamento e venda de escravos, gerida pelos chefes da irmandade”.

No entanto, diante da ameaça da invasão europeia em seu domínio, os senussis transformaram-se em uma organização política e militar. Quando os franceses avançaram para o sul a partir da Argélia, na década de 1900, ocupando as terras do sul saariano dos modernos Níger e Chade, os senussis travaram guerras recorrentes contra eles. Durante a Primeira Guerra Mundial, os agentes senussis

despertaram uma rebelião tuaregue contra os franceses, colocando em perigo a sua influência sobre o território tuaregue.

A resistência senussi em sua base na Cirenaica mostrou-se ainda mais formidável. Em um ato de agressão não provocada, em 1911, a Itália declarou guerra à Turquia e enviou uma força de invasão para tomar os portos de Trípoli, Bengasi, Derna e Tobruk. Os italianos por fim conseguiram o controle da planície costeira da Cirenaica, forçando os turcos a evacuar a Líbia, mas a vasta região do deserto permaneceu sob domínio senussi. As tentativas italianas de conquistar o coração do território senussi provocaram nove anos de guerra de guerrilha. Só em 1931, usando bombardeio aéreo, campos de concentração e quilômetros de cercas de arame farpado, é que os italianos foram capazes de impor seu controle.

A última disputa europeia por território norte-africano ocorreu no Marrocos. França, Espanha, Alemanha e Inglaterra, todas elas se envolveram. A França contornou as objeções britânicas em troca de ceder ao Reino Unido liberdade para gerir o Egito, e superou as reivindicações alemãs concordando em transferir uma grande fatia do território do Congo Francês para a colônia alemã de Kamerun (Camarões). O resultado final, em 1912, foi dividir o Marrocos em duas zonas de controle estrangeiro: a Espanha ficou com um protetorado ao norte, com base nos portos de Ceuta e Melilla; a França ganhou o protetorado principal, que incluía Casablanca, Fez e Marrakech. O sultão foi deixado como um governante nominal sob proteção europeia.

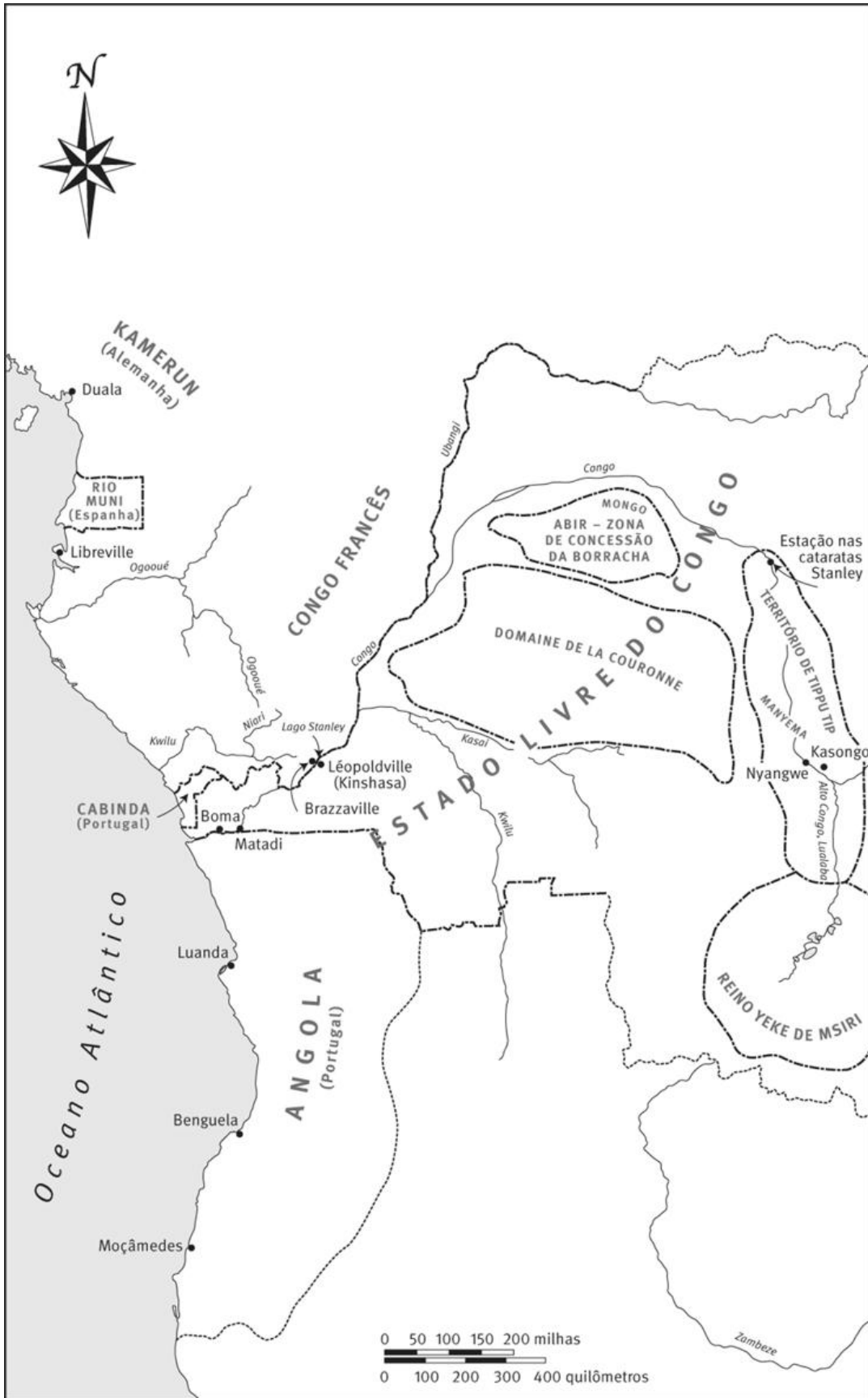
O ADVENTO DO DOMÍNIO europeu, no final do século XIX, pôs fim ao tráfico de longa distância de escravos africanos que tinha sobrevivido por mais de 1.100 anos. O volume do comércio no século XIX superou o de todos os séculos anteriores. De acordo com estimativas modernas, a rota transatlântica levou 4 milhões de escravos; o percurso transaariano, 1,2 milhão; a rota do mar Vermelho, 492 mil; e a rota do leste africano, 442 mil. Um total de 6,1 milhões.

Ao todo, entre 800 e 1900, o tráfico transaariano de escravos chegou a cerca de 7,2 milhões de indivíduos; o tráfico do mar Vermelho, 2,4 milhões; e o tráfico do leste africano, 2,9 milhões. Estima-se que, entre 1450 e 1900, o tráfico transatlântico tenha chegado a 11,3 milhões. Mas, embora o tráfico de longa distância tenha se esgotado, a escravidão interna permaneceu profundamente enraizada em muitas sociedades africanas, durando grande parte do século XX.

PARTE XII

O coração das trevas: atrocidades no Congo

TREVAS NO CORAÇÃO DO CONGO



47. Bula Matari

EM 1890, UM MARINHEIRO polonês de 32 anos de idade chamado Konrad Korzeniowski chegou ao Congo como capitão de barco fluvial. Oito anos mais tarde, tendo adotado o nome de Joseph Conrad, ele usou suas experiências para escrever um romance expondo a loucura da ganância e da corrupção que tomou conta do Estado Livre do Congo, do rei Leopoldo. Intitulado *Coração das trevas*, tornou-se um dos romances mais duradouros dos tempos modernos.

O narrador do livro, Charlie Marlow, é contratado por uma companhia de comércio de marfim para navegar em um barco a vapor por um rio sem nome. Seu destino é um posto de comércio chamado Estação Interior, administrado por um dos agentes mais destacados da companhia, o sr. Kurtz. “Uma pessoa notável”, dizem a Marlow. “Exporta tanto marfim quanto todos os outros juntos.” Kurtz é também poeta e intelectual, autor de um relatório eloquente da Sociedade Internacional para a Supressão dos Costumes Selvagens, no qual conclamou: “Exterminar os selvagens!”

Como Conrad, Marlow começa sua jornada seguindo o longo percurso ao redor das corredeiras até a “Estação Central” – a estrada que Stanley construiu do porto de Matadi até o lago Stanley. Na Estação Central, Marlow descobre que só se fala em marfim:

A palavra “marfim” ecoava no ar, era sussurrada, era suspirada. Seria de imaginar que estavam orando para ele. O cheiro de rapinagem imbecil perpassava tudo, como uma lufada de um cadáver. Por Deus! Nunca vi nada tão irreal na vida. E, lá fora, a natureza selvagem e silenciosa em torno deste pontinho de terra me chocou como algo grande e invencível, como o mal ou a verdade, esperando pacientemente o fim desta fantástica invasão.

Na Estação Central, Marlow descobre que Kurtz está doente. Também ouve rumores de que ele caiu em algum tipo de selvageria. Sua viagem para a Estação do Interior é retardada, mas, por fim,

Marlow segue rio acima, assim como Conrad fez em seu caminho para as cataratas Stanley.

Subir o rio era como viajar de volta aos primórdios do mundo, quando a vegetação não tinha controle na terra e as grandes árvores imperavam. Um rio vazio, um grande silêncio, uma floresta impenetrável. O ar era quente, grosso, pesado, lento. Não havia alegria no brilho do sol. Os longos trechos da hidrovia corriam, abandonados, na escuridão das distâncias ofuscadas. Em restingas prateadas, hipopótamos e jacarés tomavam sol lado a lado. As águas se alargavam, fluindo por entre uma multidão de ilhas arborizadas. Você se perdia naquele rio como se em um deserto, e lutava o dia inteiro contra bancos de areia, tentando encontrar uma passagem, até ter certeza de que fora enfeitado e cortado para sempre de tudo o que conhecera.

A jornada é preenchida com um mau pressentimento.

Às vezes, chegávamos a uma estação perto da margem, agarrada às saias do desconhecido, e os homens brancos que corriam para fora do barraco caindo aos pedaços com grandes gestos de alegria, surpresa e boas-vindas pareciam muito estranhos – era como se estivessem sendo mantidos em cativeiro por um feitiço. A palavra marfim soaria no ar por um tempo – e então cairíamos novamente no silêncio ... Nós penetrávamos mais e mais no coração das trevas.

Ao se aproximar da Estação Interior no barco a vapor, Marlow observa de binóculo a casa de Kurtz, na margem do rio. Na extremidade de cada estaca que compõe a cerca diante da casa, vislumbra o que a princípio acha que sejam bolas ornamentais, mas depois descobre que cada uma delas é, “negra, seca, chupada, com as pálpebras fechadas, uma cabeça que parecia dormir no topo daquela estaca, com os lábios secos encolhidos deixando entrever uma estreita faixa branca de dentes”.

Com uma carga de marfim e um Kurtz doente a bordo, Marlow volta rio abaixo. Kurtz fala de planos grandiosos, mas morre no caminho, sussurrando em desespero: “O horror! O horror!”

NENHUM OUTRO EPISÓDIO de ocupação colonial adquiriu tão duradoura notoriedade como o do Estado Livre do Congo, do rei Leopoldo. Entre os habitantes da África, o regime que ele montou e os agentes europeus que empregou ficaram conhecidos coletivamente pelo termo *kikongo* “Bula Matari”. Era um nome que significava “quebrador de pedras”, originalmente dado a Henry Stanley por um chefe bakongo ao observá-lo no trabalho com uma marreta. Mas o

termo acabou imbuído da força do esmagamento e do terror que Leopoldo II empregava para explorar seu império privado.

O principal objetivo do rei era acumular uma fortuna tão grande quanto possível para si próprio. O marfim foi, inicialmente, seu foco principal. De estações fluviais, os agentes da companhia vasculhavam o país, enviando grupos de caça, invadindo aldeias, forçando carregadores, adquirindo presas em troca de miçangas ou barras de latão, ou simplesmente confiscando-as. Os habitantes locais eram proibidos de vender ou entregar marfim para qualquer outra pessoa; nem eram autorizados a receber dinheiro como pagamento. Os agentes, no entanto, eram pagos por comissão: quanto mais marfim recolhiam, mais ganhavam. Seus métodos de obtenção de marfim e recrutamento de carregadores, portanto, tornaram-se cada vez mais cruéis. O símbolo do reinado de Leopoldo tornou-se o chicote – feito de couro cru de hipopótamo seco ao sol e cortado em tiras longas com arestas afiadas, usado para açoitar as vítimas, às vezes até a morte.

As estações fluviais do rei Leopoldo não serviam apenas como pontos de coleta de marfim, mas também como postos militares. Seu controle, em última análise, dependia da Force Publique [Força Pública], um exército mercenário composto por oficiais brancos e auxiliares africanos, notório pela conduta brutal, que chegou a consumir metade do orçamento do Estado.

O Estado Livre do Congo foi atingido desde o início por revoltas, rebeliões, motins e guerras intermitentes. Um problema imediato enfrentado pelo rei Leopoldo era que grande parte do leste do Congo era território do senhor da guerra árabe-suaíli Tippu Tip, cujo império de Manyema, construído com marfim e escravos, já havia alcançado a vasta região a leste das cataratas Stanley. Em 1886, o sobrinho obstinado de Tippu Tip invadiu a estação de rio nas cataratas Stanley. Para evitar um confronto caro, Leopoldo II aceitou o conselho de Henry Stanley e ofereceu a Tippu Tip o cargo de governador do leste do Congo, com liberdade para explorar marfim e qualquer outra riqueza que pudesse encontrar. Tippu Tip prontamente acumulou outra fortuna em marfim. "A vida era muito

boa nas cataratas Stanley”, comentou, ao se lembrar dos quatro anos que passou ali, antes de se retirar para Zanzibar. “O comércio era maravilhoso e o volume de presas era impressionante.” A nomeação de Tippu Tip, no entanto, foi apenas uma conveniência temporária. O rei Leopoldo reconheceu que, a longo prazo, uma guerra entre o Estado Livre do Congo e os comerciantes árabe-suaílis pelo controle do leste do Congo seria inevitável.

Leopoldo II também encontrou resistência em sua tentativa de alargar as fronteiras do Estado Livre do Congo na direção de Katanga. Na década de 1860, Msiri, um comerciante nyamwezi, tinha construído para si um império ao longo da bacia rica em cobre entre o Zambeze e os afluentes do Congo, impondo domínio militar sobre chefaturas locais lundas e lucrando com o comércio de longa distância de marfim, escravos, sal e produtos de cobre. De sua capital em Bunkeya, perto do rio Lofoi, suas caravanas alcançavam tanto o porto angolano de Benguela quanto a costa suaíli diante de Zanzibar. Um missionário da ordem Irmãos de Plymouth, Frederick Arnot, que se aventurou até Bunkeya em 1886, ficou horrorizado com a brutalidade do governo de Msiri. “Ouvindo-o falar de suas guerras e vendo todos os crânios humanos em seu pátio ... a sensação que se tem é a de estar no covil de um monstro ... Ele tem a fama de ser muito gentil com seu povo, mas ao mesmo tempo muito rigoroso. Não hesita em cortar suas cabeças.” Os esforços missionários fizeram pouca diferença. Em 1890, outro missionário, Dan Crawford, registrou: “Caracterizar o modo de governo de Mushidi [Msiri] como rigoroso é escolher uma palavra completamente equivocada. O termo certo é assassino.”

O rei Leopoldo enviou três expedições armadas para dominar Katanga. A primeira, uma coluna de trezentos homens, chegou em abril de 1891. Msiri lhes permitiu construir um pequeno posto no Estado Livre a dois dias de viagem de Bunkeya, em um local junto ao rio Lofoi, na esperança de tirar partido da sua presença, já que seu poder começava a diminuir. A segunda coluna, liderada por um oficial da Force Publique, Alexandre Delcommune, chegou a Bunkeya em outubro de 1891. “Tudo que você tem que fazer”, Delcommune

disse a Msiri, "é aceitar a proteção de Bula Matari e hastear a bandeira com a estrela em cada uma de suas aldeias, depois as coisas vão se acalmar e a paz e a abundância vão voltar para o seu país." Msiri rejeitou a oferta.

A terceira coluna, composta por 330 homens, chegou a Bunkeya em dezembro de 1891. Ela havia sido organizada pela Compagnie de Katanga, uma empresa comercial contratada pelo rei Leopoldo para ocupar Katanga em troca de um terço da terra "desocupada" e direitos minerais exclusivos sobre o local. A coluna era conduzida por um mercenário canadense, o capitão Grant Stairs, que estava determinado a forçar Msiri à submissão. Diante da recusa de Msiri em se dobrar e hastear a bandeira de Bula Matari, Stairs agarrou um poste da paliçada, içou a bandeira em um monte alto com vista para Bunkeya e enviou mensageiros a Msiri para lhe dizer que "no futuro, ele deveria obedecer ao homem branco".

Msiri reagiu recuando à noite para um vilarejo fortificado nos arredores de Bunkeya. Stairs decidiu que a "comédia ridícula" já tinha durado demais e mandou um destacamento armado para prendê-lo. No tumulto que se seguiu, Msiri foi morto a tiros por um oficial belga. No dia seguinte, de acordo com o relato de outro oficial belga, a cabeça de Msiri foi espetada em um poste como um "exemplo" para os povos de Katanga.

A demonstração de força de Leopoldo II logo se seguiu com os árabes-suaílis do leste do Congo. Tudo começou em 1892, à medida que as unidades da Force Publique e comerciantes europeus penetravam cada vez mais em seu domínio, saqueando marfim e precipitando confrontos. Ambos os lados lutaram por intermédio de outros, armando e liderando grupos tribais rivais na batalha. Um oficial da Force Publique, o capitão Guillaume van Kerckhoven, vangloriou-se da maneira com que pagou seus soldados negros: cinco barras de latão por cabeça humana que lhe trouxessem durante as operações militares. Uma de suas expedições foi descrita pelo governador-geral do Congo como "um furacão que deixou nada além de devastação à sua passagem".

Em março de 1893, uma coluna de tropas combinadas da Force Publique e auxiliares da tribo batatele invadiu a velha cidade escravista de Nyangwe. Em abril, capturaram Kasongo, uma cidade murada de 50 mil habitantes no rio Lualaba que o filho de Tippu Tip, Sefu, usava como capital. O ataque a Kasongo foi tão rápido que a cidade foi tomada praticamente intacta. O oficial médico da coluna, o capitão Sidney Hinde, escreveu sobre a gama impressionante de luxos disponíveis em Kasongo.

... até os soldados rasos dormiam em colchões de seda e cetim, em camas entalhadas com cortinas de seda contra mosquitos. O quarto de que tomei posse tinha 24 metros de comprimento por cinco de largura, com uma porta que dava para um jardim de laranjeiras, além de ter uma vista que se estendia por dez quilômetros ... Encontramos muitos luxos europeus, o uso dos quais quase havíamos esquecido; velas, açúcar, fósforos, prata, taças de vidro e *decanters* existiam em profusão. Também levamos cerca de 25 toneladas de marfim; dez ou onze toneladas de pólvora; milhões de cápsulas; cartuchos para todo tipo de rifle, pistola e revólver ... Os celeiros da cidade estavam abastecidos com enormes quantidades de arroz, café, milho e outros alimentos; os jardins eram luxuosos e bem plantados; e laranjas, doces e azedas, goiabas, romãs, abacaxis, mangas e bananas abundavam em todos os cantos ...

Eu era constantemente surpreendido pelo excelente trabalho que os árabes tinham feito na vizinhança. Kasongo foi construída no canto de uma floresta virgem, e, por quilômetros ao redor, todo o mato e a grande maioria das árvores tinham sido removidos. Na clareira da floresta, cresciam belas culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho e frutas. Cavalguei por um único campo de arroz por uma hora e meia.

O custo da criação do Estado Livre do Congo como uma empreitada pessoal, no entanto, estava muito além dos fundos privados de Leopoldo II. Para evitar a falência, ele recorreu a uma série de medidas. Convenceu o parlamento da Bélgica a lhe atribuir um empréstimo sem juros de 1 milhão de libras esterlinas. Declarou a posse de todas as terras consideradas “desocupadas” e, em seguida, arrendou-as a empresas comerciais, como a Compagnie de Katanga, dando-lhes concessões de longo prazo em troca de uma parte dos lucros. Uma empresa belga – a Compagnie du Congo pour le Commerce et l’Industrie [Companhia do Congo para o Comércio e a Indústria] – recebeu um contrato para construir uma estrada de ferro em torno das corredeiras do baixo Congo, de Matadi até Léopoldville, ganhando em troca o direito de 1.500 hectares de terra para cada quilômetro de linha construída, num total de cerca de 8

mil quilômetros quadrados. O rei Leopoldo também montou sua própria companhia de comércio, *Domaine de la Couronne* [Domínio da Coroa], concedendo-se um monopólio de 100 mil quilômetros quadrados no centro da bacia do Congo, com o controle de toda a receita que produzisse.

Apesar de tais medidas, o Estado Livre do Congo continuou a escorregar para a falência. O marfim era uma fonte de renda cada vez menor. A sorte do rei Leopoldo seria resgatada por um único fator fortuito – a borracha.

48. O regime da borracha

AS FLORESTAS TROPICAIS do Congo eram ricas em borracha selvagem. Ela surgia das vinhas que se entrelaçavam nos troncos das árvores em direção às copas, a trinta metros ou mais acima do solo. Até a década de 1890, a seiva da borracha tinha pouco valor. Mas a invenção do pneu, primeiro para bicicletas e, em seguida, para automóveis, e o aumento do uso da borracha em produtos industrializados, como fiação elétrica, mangueiras e tubos, levou ao aumento da demanda. O rei Leopoldo se agarrou a essa nova fonte de riqueza, consumindo relatórios de preços e de embarques de borracha. Seu objetivo era ganhar tanto dinheiro quanto possível com a mercadoria, antes que as novas plantações de borracha na Ásia entrassem em produção, reduzindo seu preço. A colheita da borracha selvagem não envolvia cultivo ou equipamentos caros. Era necessário apenas mão de obra.

Os agentes da companhia, apoiados pela Force Publique, recorriam a métodos cada vez mais brutais para forçar os moradores de vilarejos africanos a coletarem seiva de borracha e transportá-la em cestos para postos da companhia. Os agentes eram pagos por comissão e recebiam cotas a cumprir. Eles, por sua vez, impunham cotas aos aldeões. Mulheres, crianças e idosos eram mantidos reféns com aprovação oficial até que a quantidade certa fosse entregue. Os moradores que não atingiam a cota eram chicoteados, presos e até baleados. Os que se opunham eram mortos em massa, suas aldeias incendiadas. Para garantir que não houvesse desperdício de munição, os milicianos da companhia e os soldados eram instruídos a cortar a mão direita dos cadáveres para que os oficiais pudessem manter um controle sobre eles. A coleção de mãos decepadas tornou-se uma parte regular do comércio. Mas não foram só os mortos que perderam as mãos – os vivos também foram mutilados.

Os lucros obtidos com o comércio da borracha eram enormes. Em 1892, o rei Leopoldo atribuiu uma concessão no norte do Estado Livre à empresa Anglo-Belgian India Rubber Company [Companhia Anglo-Belga de Borracha das Índias], também conhecida como Abir. Ela recebeu o direito exclusivo de explorar todos os produtos florestais por um período de trinta anos em uma área que era quatro vezes o tamanho da Bélgica. Em troca, o Estado Livre adquiriu uma participação de 50% na empresa. Em 1895, a Abir produziu setenta toneladas de borracha; em 1898, 410 toneladas; e em 1903, 951 toneladas. Os moradores recebiam quantias triviais em barras de latão, sal, cobertores e facas. As margens da companhia chegavam a 700% ao ano.

O aumento global na produção de borracha foi impressionante. Em 1890, o Congo exportou cem toneladas de borracha; em 1901, 6 mil toneladas. Leopoldo II usou essa riqueza para financiar um programa grandioso de obras públicas, construção de palácios, pavilhões e parques na Bélgica, desfrutando da reputação de monarca "filantropo". Ele também adquiriu uma enorme carteira pessoal de propriedades em Bruxelas e na Riviera Francesa.

Poucos vislumbres de como essa riqueza era gerada atingia o mundo exterior. Os missionários que trabalhavam no Estado Livre eram uma fonte de informação, mas seus relatórios produziam pouco impacto. Em uma carta para o *Times* de Londres, em novembro de 1895, um missionário americano, J.B. Murphy, descreveu como o sistema funcionava:

Cada cidade no distrito é forçada a trazer uma certa quantidade [de borracha] para a sede do comissário todos os domingos. É coleta pela força. Os soldados conduzem as pessoas para o mato. Se elas não vão, são derrubadas e suas mãos esquerdas cortadas e levadas como troféus para o comissário. Os soldados não se importam com quem atiram, e mais frequentemente atiram em pobres mulheres indefesas e crianças inocentes. As mãos, mãos de homens, mulheres e crianças, são colocadas em fila diante do comissário, que as conta para ver que os soldados não desperdiçaram cartuchos. O comissário recebe uma comissão de cerca de um *penny* por libra de borracha que recebe. É, portanto, de seu interesse obter o máximo que puder ...

O rei Leopoldo se disse chocado com tais relatórios, mas reconheceu que pode ter havido alguns excessos. "Não vou permitir

ser salpicado de sangue ou lama”, disse a um oficial sênior do Estado Livre: “É necessário que essas vilanias cessem.” Ele chegou a nomear uma comissão de seis homens, em 1896, para informar as autoridades de quaisquer “atos de violência de que os nativos pudessem ser vítimas”. Mas nada foi feito para impedir o regime da borracha ou verificar os abusos. Era muito rentável.

As atividades de comércio do Estado Livre do rei Leopoldo, no entanto, começaram a intrigar um oficial de uma companhia desconhecida de navegação, Edmund Morel. O trabalho de Morel para a linha de transporte Elder Dempster, de Liverpool, o colocava em contato frequente com os funcionários do Estado Livre em Bruxelas e na Antuérpia. Ao estudar as estatísticas do comércio, Morel observou como navios trazendo enormes remessas de borracha do Congo voltavam carregados principalmente com armas e munição, e concluiu que o Estado Livre do rei Leopoldo estava usando um sistema de trabalho forçado semelhante à escravidão e apoiado pela violência para extrair fortunas da borracha congoleza. “Os números, por si sós, contam a história”, escreveu ele, mais tarde. “Só o trabalho forçado de um tipo terrível e contínuo poderia explicar tais lucros inéditos ... trabalho forçado de que o governo do Congo foi o beneficiário imediato; trabalho dirigido pelos colaboradores mais próximos do próprio rei.” Ele afirmou que ficara “tonto e consternado” com o significado de sua descoberta. “Já é ruim o suficiente tropeçar em um assassinato. Eu tinha topado com uma sociedade secreta de assassinos com um rei como cúmplice.”

Em 1901, Morel pediu demissão da Elder Dempster e se dedicou a expor o que chamou de “escândalo do Congo”, recolhendo provas incansavelmente, fazendo discursos e publicando livros, panfletos e artigos na imprensa. Sua campanha avançou pouco na Bélgica, mas ele conseguiu atrair a atenção do parlamento inglês. O governo britânico respondeu instruindo Roger Casement, seu cônsul no Estado Livre, a investigar.

Veterano de vinte anos de trabalho na África, Casement tinha viajado pela primeira vez ao Congo em 1883 e, desde então, realizara várias tarefas na região, antes de estabelecer o primeiro

consulado britânico em Boma, em 1900. O relatório de sua viagem para o interior, em 1903, foi um golpe fatal às afirmações de Leopoldo II de que o Estado Livre do Congo fosse um lugar de domínio colonial benigno.

Casement viajou por mais de três meses em um barco a vapor de um andar ao longo do rio Congo e seus afluentes, parando em postos avançados pelo caminho para entrevistar missionários e moradores sobre as condições no território da Abir e no vasto *Domaine de la Couronne* de Leopoldo II, compilando uma riqueza de detalhes sobre como o regime da borracha funcionava na região. Testemunha após testemunha comprovavam a brutalidade do sistema:

Cada aldeia de nosso país tinha que levar vinte cargas de borracha. Essas cargas eram grandes ... Tínhamos que levá-las quatro vezes por mês ... Não recebíamos remuneração. Não recebíamos nada ... A nossa aldeia recebia pano e um pouco de sal, mas as pessoas que faziam o trabalho não ganhavam nada ... Levava dez dias para conseguir as vinte cestas de borracha; estávamos sempre na floresta para encontrar árvores de borracha, íamos sem comida, e nossas mulheres tiveram que parar de cultivar os campos e jardins. Então passávamos fome. Animais selvagens – leopardos – mataram alguns de nós enquanto trabalhávamos longe na floresta, e outros se perderam ou morreram de exposição ou de fome, e implorávamos ao homem branco para nos deixar em paz, dizendo que não conseguíamos obter mais borracha, mas os homens brancos e seus soldados disseram: Vá. Vocês são só animais. Você são apenas *nyama* [carne]. Nós tentamos, sempre indo mais longe na floresta, e quando falhamos e nossa borracha era pouca, os soldados vinham para nossas cidades e nos matavam. Muitos foram baleados, alguns tiveram as orelhas cortadas; outros foram amarrados com cordas no pescoço e no corpo e levados embora. Os homens brancos nos postos às vezes não sabiam das coisas ruins que os soldados faziam conosco, mas foram os homens brancos que enviaram os soldados para nos punir por não trazermos borracha o suficiente.

Casement voltou para a costa com relatos de aldeias queimadas, mãos decepadas, assassinato em massa e populações de refugiados fugindo do terror. O que mais chamou sua atenção foi a escala de despovoamento. Na missão Bolobo, no rio Congo, foi informado de que a população, que uma vez atingira 40 mil pessoas, tinha sido reduzida a mil.

O relatório de Casement foi publicado no início de 1904. Morel o usou para promover sua campanha, produzindo um livro intitulado *King Leopold's Rule in Africa* [O reino do rei Leopoldo na África]. O

livro foi publicado em 1904, juntamente com fotografias de vítimas mutiladas. Uma mostrava um homem chamado Nsala, um morador do distrito de Wala, olhando tristemente para uma mão e um pé decepados. Era tudo o que restava de sua filha de cinco anos de idade, que tinha sido morta e depois comida por milicianos da Abir.

À medida que o furor público aumentava, o rei Leopoldo procurou afastar as críticas nomeando uma comissão de inquérito, na esperança de que ela fornecesse um endosso para seu governo. Mas depois de uma extensa turnê pelo Congo, a comissão chegou a um veredito semelhante ao de Casement e de Morel. Um desenho da revista *Punch* de 1906 mostrava o rei como uma serpente cujas espirais de borracha esmagavam a vida do povo do Congo. As exigências para que Leopoldo II abrisse mão de seu império privado para o Estado belga ganharam força.

Ele tentou manter o controle ainda por vários anos. "Meus direitos sobre o Congo não podem ser compartilhados", declarou, em 1906. As negociações se arrastaram até 1908, quando Leopoldo II finalmente concordou em ceder, em troca de substanciais somas de dinheiro público.

Ao final de seus 21 anos de reinado como "Rei Soberano", Leopoldo tornou-se um dos homens mais ricos da Europa. Mas o Congo tinha perdido vários milhões de pessoas, possivelmente até 10 milhões, metade da população estimada. Em um artigo sobre a exploração, Joseph Conrad descreveu as atividades do Estado Livre do Congo do rei Leopoldo como "a mais vil corrida para saquear que já desfigurou a história da consciência humana".

PARTE XIII

Guerra no sul da África

49. Um conto de duas cidades

A CORRIDA DO OURO para o Witwatersrand, iniciada em 1886, levou hordas de estrangeiros brancos à desorganizada república do Transvaal, de Paul Kruger, e transformou um árido trecho do Highveld, a 1.800 metros acima do nível do mar, em uma paisagem de capacetes de mineração, bate-estacas e depósito de minério. Todos os dias, surgia uma leva de recém-chegados de toda a África meridional e além para tentar a sorte, muitos vindos de escavações aluviais no leste do Transvaal, trazendo consigo peneiras de garimpo, panelas, pás e picaretas. Mas o filão de ouro que despontou na superfície do Witwatersrand era diferente de todas as descobertas anteriores feitas no Transvaal. O ouro estava contido em pequenos veios na rocha dura que mergulhavam em ângulos diferentes, descendo para profundezas desconhecidas. O traço de ouro era mínimo, difícil de minerar, mas foram encontrados afloramentos em uma vasta área, com cerca de cem quilômetros de leste a oeste. O Witwatersrand oferecia poucas possibilidades para garimpeiros individuais e acabou por se tornar o domínio de um grupo de magnatas e financiadores da mineração conhecidos na imprensa britânica como *randlords*.⁹ Na vanguarda dessa nova bonança, havia um poderoso contingente dos operadores das minas de diamantes de Kimberley, incluindo Cecil Rhodes, Julius Wernher, Alfred Beit e Barney Barnato.

Joanesburgo cresceu de um acampamento de barracas de garimpeiros para uma cidade de fronteira extravagante e movimentada, com construções de ferro corrugado, pensões e conhecida como local de embriaguez, devassidão e jogos de azar. No começo, o centro das atenções era a bolsa de valores, um edifício de um único andar feito de ferro e tijolos e que atraía multidões no frenesi das ações. Ao final de 1887, havia 68 empresas de mineração

de ouro, com um capital nominal de 3 milhões de libras esterlinas. Em 1888, em uma orgia de especulação, cerca de 450 empresas de mineração de ouro abriram seu capital. Outros grandes edifícios foram construídos. Joanesburgo tornou-se, acima de tudo, uma cidade do dinheiro. Mas nunca se afastou muito de suas origens como um campo de mineração. O barulho dos equipamentos britando o minério de ouro varava a noite, e, em dias de vento, as ruas ficavam cobertas por nuvens de pó amarelo dos depósitos de minério.

Em 1896, depois de apenas uma década de existência, a população de Joanesburgo tinha alcançado 100 mil pessoas. Os brancos ricos moravam nos subúrbios ao norte, no alto da encosta, onde viviam em casas de luxo com vista para os montes Magaliesberg, protegidos do barulho e da poeira da mina pelos ventos do norte que os sopravam para o sul. Mas a maioria dos mineiros brancos e dos outros empregados vivia em pensões em bairros operários perto das minas, frequentando os bares e os bordéis da região. Cerca de dois terços da população branca estrangeira – *uitlanders*, como os bôeres do Transvaal os chamavam – era de homens solteiros. Os mineiros negros ficavam confinados em barracões, como em Kimberley.

Durante os anos 1888 e 1889, no início do *boom*, chegaram dezenas de prostitutas da Colônia do Cabo e de Natal. Outras mais vieram quando a ligação ferroviária com o Cabo foi concluída, em 1892. Dois anos depois, com a abertura da estrada de ferro que saía do porto de Lourenço Marques, na baía da Lagoa, houve um afluxo de prostitutas da Europa e de Nova York. Uma pesquisa realizada em 1895 contou 97 bordéis de várias nacionalidades, incluindo 36 franceses, vinte alemães e cinco russos; os bordéis em uma parte de Joanesburgo eram tão numerosos que a área ficou conhecida como "Frenchfontein".¹

Em visita a Joanesburgo, em 1892 Flora Shaw, uma correspondente do *Times* de Londres, disse que se sentiu enojada pelo caráter ousado da cidade. "É hedionda e detestável, luxo sem organização, gozo sensual sem arte, riqueza sem refinamento,

exibição sem dignidade. Na verdade, há de tudo o que é mais estranho aos princípios da moral e do bom gosto pelos quais a vida decente foi guiada em todos os estados da civilização.” Em 1898, o escritor sul-africano Olive Schreiner, que foi morar em Joanesburgo, a descreveu como um “grande e diabólico inferno de cidade que, por brilho e ouro, maldade, carruagens e palácios, bordéis e casas de jogo, derrota a criação”.

Paul Kruger teve dificuldade em aceitar esse monstro industrial em seu quintal, a apenas cinquenta quilômetros de Pretória, e sua comunidade *uitlander* profana. Ele a chamou *Duivelstad*, “Cidade do Diabo”. Mesmo em sua primeira visita a Joanesburgo, em 1887, já havia sinais de atrito que posteriormente se configurariam fatais. Ele teve uma recepção cordial, mas se irritou ao receber petições listando queixas. Os garimpeiros exigiam um serviço postal diário; queriam uma autoridade municipal própria, uma corte de concessão de licenças própria e uma redução dos impostos aduaneiros e de mineração. E ressaltaram que não tinham representação no Volksraad para apresentarem seu caso.

Os encontros de Kruger com a comunidade *uitlanders* tornaram-se cada vez mais agressivos. Temendo que pelo simples peso de seus números pudessem superar a população bôer, ele resistiu às exigências de lhes atribuir direitos políticos. Joanesburgo não tinha nem sequer o próprio poder municipal, sendo gerida por um conselho sanitário com poderes limitados. Apesar da preponderância de anglófonos no Witwatersrand, a única língua oficial e o único idioma permitido nas escolas públicas era o holandês.

Em 1891, Kruger tentou atender a demanda dos *uitlanders* por representação política por meio do estabelecimento de um segundo Volksraad para “novos *burghers*”. Depois de dois anos de residência, os *uitlanders* recebiam o direito à cidadania do Transvaal e de votar nas eleições para o segundo Volksraad. Esse Volksraad, no entanto, além de ter funções limitadas, era também sujeito ao veto do primeiro Volksraad, no qual os “velhos *burghers*” permaneciam no controle. Mas Kruger teve pouco apoio para seu sistema de dois

níveis. Os *uitlanders* eram tributados, mas ainda não tinham representação adequada.

À medida que as queixas dos *uitlanders* aumentavam, a riqueza que eles geravam com o ouro transformava as perspectivas do Transvaal. Em 1884, as receitas do governo totalizaram 188 mil libras esterlinas. Em 1886, a república foi à beira da falência, incapaz de levantar um empréstimo de 5 mil libras. Em 1895, as receitas tinham subido para 4,2 milhões de libras esterlinas. Pretória cresceu de uma vila rural sonolenta a uma cidade próspera. Inundado com a renda nova, Kruger ordenou a construção de um novo prédio opulento na Church Square, para abrigar os escritórios do governo e o parlamento, com instalação elétrica e de telefone. Ele também se concedeu um grande aumento no salário, elevando-o de 3 a 8 mil libras esterlinas por ano.

Seu temperamento, no entanto, o tornava inadequado para lidar com as mudanças revolucionárias que varriam o Transvaal. Na casa dos sessenta anos, Kruger se tornou cada vez mais ditatorial, ressentindo-se com a oposição, propenso a explosões monumentais de raiva e avesso a novas ideias, ainda se acreditando divinamente inspirado. Seus discursos eram cada vez mais como longos sermões, desconexos e repetitivos, com infundáveis referências a Deus e à Bíblia. Tanto sua visão como sua audição estavam prejudicadas pela velhice. Além das queixas dos *uitlanders*, Kruger enfrentava um coro de reclamações de um grupo cada vez maior de críticos bôeres descontentes com seu estilo antiquado de liderança.

Mais do que isso, seu governo era obsoleto, ligado às necessidades de uma república rural. Não havia controles financeiros adequados. Kruger estava acostumado a assinar formulários de ordens do tesouro sem fazer as devidas conferências. Até 1896, não havia regime de inspeção. Quando, em 1898, uma comissão do Volksraad investigou saques ao tesouro, descobriu que os "adiantamentos" feitos para funcionários sem registro apropriado nos últimos dezesseis anos atingiam quase 2,4 milhões de libras esterlinas.

Havia também críticas crescentes à política de concessão de Kruger e a corrupção que ela gerava. Introduzida na década de 1880 como uma forma de promover o desenvolvimento industrial em um estado rural debilitado, ela se tornara parte central de seu método de governo. Kruger fazia concessões de monopólio para indivíduos e empresas favorecidos estabelecerem não apenas fábricas, mas toda uma gama de serviços de utilidade pública: um banco estatal; fornecimento de água, gás e eletricidade; serviços municipais em Pretória, Joanesburgo e em outras cidades; bondes; manutenção de estradas; mercados. Os benefícios, argumentava Kruger, incluíam uma renda substancial para o Estado, bem como o fornecimento de bens e serviços locais para o público. Seus críticos apontavam para os altos preços resultantes dos monopólios e das barreiras tarifárias necessárias para protegê-los. A concessão mais controversa era a do fornecimento de dinamite. O acordo de Kruger para entregar o monopólio a um consórcio estrangeiro aumentou consideravelmente os custos da indústria de mineração. Além disso, o sistema de concessões era usado por muitos caçadores de concessões não para construir fábricas ou prestar serviços, mas para fins especulativos; uma vez na posse de uma concessão, eles tentavam vendê-la pelo lucro.

Com tantas concessões disponíveis, o sistema logo ficou atolado em corrupção. Tão notável era o miasma da corrupção em Pretória que os críticos começaram a se referir à existência de um "terceiro Volksraad" – empresários, políticos e funcionários dispostos a negociar favores em troca de dinheiro. O jornal da oposição, *Land en Volk*, citava com frequência exemplos de suborno e corrupção. Mesmo um jornal pró-governo, o *Pretoria Press*, admitiu que havia "corrupção generalizada na administração pública" e lamentava a forma como altos funcionários se preocupavam mais com o próprio enriquecimento do que com os interesses do Estado, enquanto pequenos funcionários contavam rotineiramente com subornos em troca de pequenos favores.

Tudo isso alimentava o caldeirão de litígios e queixas da população *uitlander*. Apesar dos enormes lucros que estavam

começando a ter, os *randlords* se lamentavam constantemente das dificuldades que o setor enfrentava. Enquanto o preço dos diamantes era variável, tendo flutuado descontroladamente nas duas décadas antes de De Beers estabelecer seu monopólio, o preço do ouro era fixado por um acordo internacional em 85 xelins por onça *troy*.⁹ A única forma de os *randlords* obterem lucros maiores era cortando custos. No entanto, os problemas que isso gerava eram insustentáveis. Mineiros brancos especializados exigiam salários altos. Uma escassez de mão de obra negra significava a necessidade de salários mais altos para atrair trabalhadores. Com o advento da mineração a nível profundo, o alto preço da dinamite, fixado pela concessão do monopólio de Kruger, tornou-se uma crescente irritação.

Havia ressentimento também com a recusa de Kruger em participar de uma união aduaneira com o Cabo e com Natal, o que fazia com que as importações para a indústria mineradora fossem submetidas a taxas alfandegárias nos portos do Cabo ou no porto de Natal, em Durban, bem como às taxas impostas pelo Transvaal; alimentos e bebidas também eram tributados. Os altos encargos ferroviários das três linhas que funcionavam em Joanesburgo – do Cabo, de Durban e de Lourenço Marques – eram outra fonte de reclamações; por causa do monopólio sobre o tráfego ferroviário do Transvaal ao mar, a companhia ferroviária era capaz de cobrar taxas exorbitantes sobre o carvão, o maquinário de mineração importado e produtos alimentares.

No recém-construído Rand Club, a elite *uitlander* – banqueiros, financeiros, advogados, engenheiros e empresários – se reunia para reclamar e conspirar contra a república de Kruger. Entre os mais proeminentes estava Cecil Rhodes.

⁹ *Rand*, em africâner, significa montanha, cordilheira ou cume. O termo é derivado de Witwatersrand, ou “montanha das águas claras”, local onde a cidade de Joanesburgo foi construída e que deu também origem ao nome da atual moeda corrente sul-africana, o *rand*. (N.T.)

┌ Ou "chafariz francês", peça do banheiro conhecida como bidê. (N.T.)

└ Equivalente a 31,10 gramas. (N.T.)

50. A estrada para Ofir

EM 1890, AOS 37 ANOS, Cecil Rhodes estava no auge da riqueza e do poder. Como presidente da De Beers, controlava praticamente o monopólio da produção e comercialização de diamantes. Sua empresa de mineração de ouro, com o imponente nome de The Gold Fields of South Africa [Os Campos de Ouro da África do Sul], havia assegurado uma posição importante no Wit-watersrand. Sua situação política também tinha prosperado. Por cultivar laços com políticos africâneres na Colônia do Cabo, Rhodes havia alcançado o cargo de primeiro-ministro.

Mais do que isso, seu projeto de estender os domínios do império britânico para o norte do Limpopo e de criar ali um novo negócio tinha avançado significativamente. A pedido de Rhodes, agentes penetravam fundo no continente, obtendo “tratados” e “concessões” de chefes locais. “Pegue tudo o que conseguir e me pergunte depois”, orientou o capitão Melville Heyman. Rhodes até tentou arrebatar Katanga do rei Leopoldo, enviando emissários para tratar com Msiri.

Sua principal ambição no norte era ganhar o controle da Zambézia, as terras entre o Limpopo e o Zambeze, que se acreditava serem ricas em ouro. Em 1867, o geólogo alemão Carl Mauch retornou de viagens à Mashonalândia anunciando que havia descoberto dois filões de ouro, um dos quais havia traçado por 130 quilômetros, o outro, por trinta quilômetros. “Em um determinado ponto, a extensão e a beleza desses campos de ouro é tanta que fiquei paralisado, pregado no lugar, golpeado pela admiração diante da visão.” Mauch sugeriu que tinha encontrado a terra de Ofir, uma cidade mencionada na Bíblia como o lugar a partir do qual os navios do rei Salomão traziam ouro.

A lenda continuou a crescer. Em 1881, Fred Selous, um caçador de elefantes de trinta anos, escreveu um livro sobre suas viagens pela Matabelelândia que acabou por estimular o interesse generalizado na região. Rider Haggard inspirou-se em Selous para criar o herói Allan Quatermain, ao escrever o romance *As minas do rei Salomão*. Publicado em 1885, o livro se tornou um best-seller, popularizando a lenda. Rhodes foi apenas mais um entre os muitos a serem convencidos pela ideia. Estava certo de que iria encontrar na Zambézia uma “segunda rand”, ou uma segunda montanha ainda mais valiosa do que o Witwatersrand.

A porta de entrada para a Zambézia era controlada pelo rei ndebele Lobengula, um dos filhos de Mzilikazi. Temido em toda a região, o exército ndebele consistia de 15 mil homens em quarenta regimentos baseados em torno da capital GuBulawayo – “o local do abate”. Durante anos, os ndebeles invadiram povos vizinhos para extrair tributos – os shonas da Mashonalândia, grupos tsuanas no norte da Bechuanalândia, e os lozis, os ilas e os tongas ao norte do rio Zambeze.

Como Mzilikazi, Lobengula estava vigilante para deter a entrada de brancos em seus domínios. Foram estabelecidos postos militares ao longo da fronteira nos quais todos os viajantes eram detidos, interrogados e mantidos por uma semana ou mais, até que o rei lhes permitisse continuar – em suas próprias palavras, “dar-lhes o caminho”. Alguns poucos missionários podiam operar na Matabelelândia. Lobengula tolerava sua presença, como seu pai, reconhecendo a vantagem de poder convocar homens que sabiam ler e escrever cartas para ele, mas, fora isso, não lhes dava incentivo. Caçadores brancos também podiam entrar por períodos limitados. E um punhado de comerciantes obteve permissão para se estabelecer nos arredores de Bulawayo, mas sua permanência ali sempre dependeu da vontade do rei.

Caçadores de concessões recebiam pouca atenção. Eles chegavam trazendo uma infinidade de presentes – rifles, munição, selaria, mobiliário, artigos para o lar, até champanhe, pelo qual Lobengula adquiriu um gosto particular –, mas ele rejeitava suas

súplicas resolutamente. Em 1887, um jovem aventureiro inglês, Frank Johnson, partiu da Cidade do Cabo, em nome de um sindicato de negócios, para pedir permissão a Lobengula para buscar por ouro, prata e outros minerais. Ele passou quase três meses em Bulawayo, tentando convencê-lo a lhe dar "o caminho" para a Mashonalândia, oferecendo cem libras esterlinas para a permissão de prospecção e duzentas libras esterlinas por ano enquanto a escavação durasse. Mas Lobengula desconfiou das intenções de Johnson: "Vocês são pessoas difíceis, pois quando digo que não há ouro em meu país, não acreditam em mim e insistem em continuar ... Você fala boas palavras agora, mas depois disso vai haver problema." No entanto, após novas discussões intermináveis, Lobengula concordou em dar "o caminho" a Johnson. O inglês viajou até o vale do Mazoé, na Mashonalândia, onde se deparou com evidências abundantes de depósitos aluviais, mas, ao voltar a Bulawayo, encontrou Lobengula em um clima raivoso. Johnson foi acusado de espionagem, assassinato e desrespeito ao rei. Depois de concordar em pagar uma multa de cem libras esterlinas, dez cobertores e dez latas de pólvora, foi autorizado a deixar a Matabelelândia, mas viajou de volta para o Cabo de mãos vazias.

Rhodes percebeu que, para seu empreendimento na Zambézia dar certo, ele iria precisar do aval da Inglaterra. O governo britânico fazia questão de assegurar que o interior além do Limpopo fosse aceito como parte de sua esfera de influência e não caísse nas mãos dos alemães, dos portugueses ou do Transvaal de Kruger; mas os ministros não tinham o desejo de estabelecer novos protetorados como a Basutolândia e a Bechuanalândia, que, além de caros, não forneciam receita. A esperança de Rhodes era a de persuadir o governo britânico a lhe conceder uma carta régia para operar na Zambézia, como tinha feito com George Goldie, na Nigéria, em 1886, e William Mackinnon, no leste da África, em 1888. Em conversas com os ministros em Londres, em 1888, Rhodes ressaltou que não teria problema em obter fundos para gerir uma empresa contratada, isentando o governo de qualquer despesa em potencial. Sua dificuldade era que não possuía concessão na Matabelelândia ou em

qualquer outro local da Zambézia na qual basear seu plano para uma empresa contratada.

A necessidade de Rhodes de obter uma concessão era, portanto, crucial. “Se conseguirmos a Matabelelândia, vamos conseguir o equilíbrio da África”, confidenciou a um de seus seguidores, sir Sidney Shippard, o administrador britânico da Bechuanalândia. Em agosto de 1888, Rhodes enviou Charles Rudd, um parceiro de negócios de confiança, e dois outros associados para Bulawayo, para conseguir algum tipo de concessão de Lobengula. Eles enfrentaram forte concorrência. Rudd contou cerca de trinta outros caçadores de concessões à espera em torno do acampamento do rei. Mas, mediante acordo prévio, Shippard chegou da Bechuanalândia para dar peso com sua própria figura como oficial britânico, dizendo a Lobengula que seus colegas representavam um grupo com interesses substanciais e com o apoio da rainha Vitória. Embora Lobengula tivesse dúvidas profundas sobre fechar um acordo e muitos de seus *indunas* (“conselheiros”) fossem veementemente contrários, logo após a saída de Shippard, o rei decidiu colocar sua marca em um documento.

A concessão que Lobengula assinou em 30 de outubro de 1888, concordando em atribuir ao grupo de Rudd “a completa e exclusiva responsabilidade sobre todos os metais e minerais” em seus domínios, foi altamente controversa desde o início. Lobengula assinou como “Rei da Matabelelândia, da Mashonalândia e de determinados territórios adjacentes”, mas seu governo compreendia de fato não mais do que a Matabelelândia. A Mashonalândia e outras áreas eram objeto de seus ataques militares intermitentes, mas não eram governadas por ele. Além disso, Rudd deu a Lobengula a impressão de que a concessão restringia a quantidade de atividade de mineração permitida. De acordo com Charles Helm, um missionário britânico que atuou como intérprete, Rudd prometeu que não mais do que dez homens brancos seriam trazidos para cavar em seu território – uma promessa que não foi incluída no documento de concessão.

Em troca, Rudd se comprometeu a pagar cem libras esterlinas por mês a Lobengula e seus sucessores e a fornecer mil rifles Martini-Henry, de carregamento pela culatra, juntamente com 100 mil cartuchos de munição. Mais do que qualquer outro fator, foi a oferta de armas que convenceu Lobengula a assinar a concessão, acreditando que elas iriam ajudá-lo a proteger sua independência; não fosse por isso, ele não teria razão para assinar. No entanto, além de ilegal sob a lei do Cabo e proibido sob os termos de um tratado internacional, fornecer armas e munições para os africanos que viviam fora da Colônia do Cabo era uma flagrante violação da política britânica.

Em função da concessão de Rudd, Rhodes esperava convencer o governo britânico a conceder-lhe uma carta régia. Mas ele ainda enfrentava enormes dificuldades. Caçadores de concessões rivais em Bulawayo advertiram Lobengula de que ele tinha, com efeito, “vendido seu país”. Alarmado com a conversa, Lobengula anunciou que estava suspendendo a concessão “durante uma investigação” e enviou dois *indunas* a Londres para verificar se “a Grande Rainha Branca” realmente apoiava Rudd como ele tinha reivindicado. Convencido de ter sido enganado, Lobengula desmentiu várias vezes a concessão a Rudd. “Não vou reconhecer o papel, já que não contém as minhas palavras nem as de quem o recebeu”, disse ao governo britânico por carta. Seu caso foi apoiado em Londres pela rede missionária e uma série de críticos que se opunham às atividades de Rhodes. Outros reclamantes apresentaram suas próprias demandas. Mas, um a um, por meio de subornos ou incentivos, Rhodes “enquadrou” todos.

Os ministros britânicos também tinham dúvidas a respeito de Rhodes. Nos círculos governamentais ele era considerado um nacionalista problemático do Cabo. Mas o primeiro-ministro do Reino Unido, lorde Salisbury, acabou concluindo que a empresa de Rhodes – a British South African Company [Companhia Britânica da África do Sul, BSAC] – oferecia a melhor perspectiva de ampliar a hegemonia britânica no sul da África sem ônus para os cofres públicos. Ela

poderia ser utilizada como um braço da política imperialista sem custos financeiros.

Por conseguinte, em 29 de outubro de 1889 a BSAC recebeu formalmente uma carta régia da rainha Vitória com um mandato semelhante ao de um governo. Enquanto Lobengula tinha dado a Rudd uma concessão atribuindo-lhe não mais do que o direito de extração de metais e minerais, a carta régia habilitava a BSAC a construir estradas, ferrovias e telégrafos; estabelecer e autorizar atividades bancárias; conceder lotes sob adjudicação; negociar tratados; promulgar leis; manter uma força policial da empresa, a polícia BSA; e ajudar e promover a imigração.

Uma vez de posse de uma carta régia, Rhodes não perdeu tempo em organizar uma expedição armada à Zambézia. Como Lobengula se recusou a lhe dar "o caminho" a partir de Bulawayo, ele decidiu, depois de ouvir o conselho de Fred Selous, desviar a expedição, contornando os limites orientais da Matabelelândia e tomando uma rota direta para a Mashonalândia que não passava por Bulawayo. Selous havia retornado recentemente de uma viagem de prospecção à Mashonalândia e sugeriu que a expedição rumasse para uma colina perto da fonte do rio Mazoé, que ele havia chamado de monte Hampden. Segundo ele, a extensão do Highveld ali era a área mais adequada para ocupação europeia que tinha encontrado em toda a África meridional. Rhodes contratou Selous como o principal guia da expedição.

Em junho de 1890, a expedição partiu de seu acampamento-base, na margem norte do Limpopo, na Bechuanalândia. Ela consistia de 186 voluntários – ou "pioneiros", como eram chamados – e uma força paramilitar de quinhentos policiais equipados com canhões e metralhadoras. Os pioneiros receberam uniformes e armas. Cada um recebia sete xelins e seis *pence* por dia, e a promessa de quinze loteamentos de mineração e 1.500 *morgen* (cerca de 1.200 hectares) de terra. Muitos eram garimpeiros atraídos pelas lendas de que era possível encontrar ouro em abundância perto da superfície, mas, por insistência de Rhodes, havia também comerciantes de outras áreas e habilidades. Além disso, a coluna contava com quase

mil africanos, entre escoteiros, condutores, artesãos, cozinheiros e trabalhadores.

Depois de atravessar o Lowveld do vale do Limpopo, a coluna subiu para as pradarias da Mashonalândia, passando pelas ruínas de pedra de Grande Zimbábue, que o geólogo Carl Mauch havia sugerido que poderia ter sido a capital de Ofir. Em 12 de setembro, depois de uma viagem de 650 quilômetros, o grupo principal de colonos e policiais chegou às proximidades do monte Hampden. No dia seguinte, organizaram uma cerimônia, içaram a bandeira do Reino Unido em um tronco torto de msasa, deram três fortes vivas à rainha e batizaram o local de Forte Salisbury.

Mas a terra de Ofir acabou por ser não mais do que um mito. Os pioneiros encontraram muitas evidências de antigos trabalhos em ouro, mas poucos sinais de ouro de superfície que poderiam explorar com facilidade. As chuvas torrenciais de verão se acrescentaram às suas desgraças. Em dezembro, a rota de abastecimento de Kimberley, a 1.300 quilômetros de distância, foi interrompida por rios alagados e estradas intransitáveis. A BSAC, de Rhodes, encontrava-se em grandes dificuldades. Em março de 1891, a maior parte do dinheiro que tinha arrecadado com a venda de ações – 600 mil libras esterlinas – já tinha sido gasta. Na ausência de uma bonança de ouro, o administrador da empresa na Mashonalândia, dr. Starr Jameson, um amigo íntimo de Rhodes, de Kimberley, distribuiu terras no atacado para os sindicatos e os especuladores, com promessas de que eles iriam arar o desenvolvimento. Em 1893, mais de 800 mil hectares tinham sido atribuídos a fazendas para brancos. Mas poucas delas se desenvolveram.

Frustrados pela ausência de lucros fáceis na Mashonalândia, os colonos brancos começaram a cobiçar a Matabelelândia, acreditando que ali as perspectivas eram melhores. Jameson também favoreceu a ação contra o reino de Lobengula. Quando Lobengula enviou um grupo guerreiro à Mashonalândia em represália a um chefe shona por roubo de gado, Jameson usou o incidente para reivindicar uma guerra de conquista. Ele telegrafou para Rhodes: “Nós temos a desculpa para uma briga agora, com essa questão das mulheres e

crianças assassinadas, e abrir a Matabelelândia provocaria uma tremenda valorização das ações e tudo o mais. O custo da campanha poderia ser reduzido ao mínimo, pagando voluntários em terra, ouro e saque [de gado].”

Rhodes concordou e aceitou vender 50 mil libras esterlinas em ações para financiar a guerra. Com rédea solta, Jameson ordenou a compra de mil cavalos do Transvaal e da Colônia do Cabo e emitiu contratos a voluntários prometendo-lhes 3 mil *morgen* de terra (2.540 hectares) “em qualquer parte da Matabelelândia”, vinte concessões de ouro e “butim”. Em outubro, ele havia montado uma força de 650 voluntários e novecentos auxiliares shonas.

Em Bulawayo, Lobengula enviou protestos a funcionários britânicos e à rainha Vitória, deixando repetidamente claro que queria evitar conflito. Mas foi em vão. Armados com metralhadoras e artilharia, o exército de Rhodes ceifou os defensores ndebeles às centenas. Diante da derrota, Lobengula ordenou a destruição de sua capital e fugiu em direção ao norte. Ele morreu algumas semanas mais tarde, depois de tomar veneno.

Rhodes chegou a Bulawayo em dezembro e autorizou Jameson a distribuir gado, terrenos e concessões de lavra para os voluntários. Foi criada uma “Comissão do Butim”, para gerenciar a distribuição do gado ndebele. Praticamente todo o Highveld num raio de cem quilômetros ao redor de Bulawayo, no coração do território ndebele, foi demarcado como terras cultiváveis para brancos. Aos ndebeles foram atribuídas duas “reservas nativas” em áreas periféricas.

Em 1894, o governo britânico reconheceu a jurisdição da Companhia Britânica da África do Sul sobre a Matabelelândia e deixou Rhodes governar a região como bem entendesse. Em 1895, a empresa adotou o nome de Rodésia, em lugar de Zambézia, para descrever seus territórios. “Sabe”, disse Rhodes a um amigo, “ter um pedaço de país nomeado em homenagem a alguém é uma das coisas de que um homem pode se orgulhar.”

51. Marchando para Pretória

COM TANTO DINHEIRO e poder à disposição, a busca de Rhodes por território tornou-se implacável. “Gostaria de anexar os planetas se pudesse”, disse certa vez a um jornalista de Londres. Por 2 mil libras esterlinas, ele adquiriu “direitos minerais exclusivos” no Barotse, ao norte do Zambeze (Zâmbia ocidental). E, por um subsídio anual de cem libras esterlinas, obteve um tratado na Manicalândia (Zimbábue leste), a cerca de 160 quilômetros do litoral do oceano Índico, conferindo-lhe não só direitos minerais, mas também a concessão de monopólios de obras públicas, incluindo ferrovias, bancos, cunhagem de dinheiro e fabricação de armas e munição. Rhodes também financiou a ocupação da região do lago Niassa (Malawi) para mantê-lo fora das mãos portuguesas.

Ele ficou obcecado com a ideia de obter acesso à costa de Moçambique, fazendo repetidos esforços para adquirir a baía da Lagoa dos portugueses. Em sua primeira visita a Pretória como primeiro-ministro do Cabo, em novembro de 1890, propôs uma união com Kruger para tal.

RHODES: Devemos trabalhar juntos. Sei que a República precisa de um porto marítimo. Você deve ter a baía da Lagoa.

KRUGER: Como podemos trabalhar juntos desse jeito? O porto pertence aos portugueses, e eles nunca vão abrir mão.

RHODES: Devemos simplesmente tomá-lo.

KRUGER: Não posso tomar a propriedade de outras pessoas ... uma maldição recai sobre bens ilícitos.

Seu objetivo, como explicou a uma plateia africâner no Cabo, em 1891, era estabelecer uma união de todos os Estados do sul da África, com liderança no Cabo. “O Cabo”, afirmou, “deveria se

estender da Cidade do Cabo ao Zambeze com um sistema de leis, um método de governo e um povo.”

Em uma longa conversa que teve com a rainha Vitória, em dezembro de 1894, Rhodes discorreu sobre o mesmo tema. Quando ela iniciou a conversa perguntando-lhe, educadamente, “Com o que o senhor está envolvido no presente, sr. Rhodes?”, ele respondeu: “Estou fazendo o melhor que posso para ampliar os domínios de Sua Majestade.” Ele afirmou que, desde que tinham se encontrado pela última vez, tinha adicionado 20 mil quilômetros quadrados de território. Mas havia mais a ser feito. Rhodes expressou sua crença de que o Transvaal – “de que nunca deveríamos ter desistido” – acabaria por regressar ao império, uma ideia que a rainha achou gratificante.

Mas a mirabolante ambição de Rhodes levaria ao desastre e à humilhação. Quando percebeu que a Zambézia não ia proporcionar outro *boom* de ouro, ele voltou sua atenção para o Transvaal, de Kruger. As receitas do ouro tinham feito do Transvaal o Estado mais rico da África meridional, permitindo a Kruger desafiar a hegemonia britânica na região e frustrar o plano de Rhodes para uma confederação de Estados governada pelos britânicos. Além disso, um fator novo importante tinha sido adicionado à confusão dos litígios e queixas que se propagavam entre a população *uitlander* e as empresas de mineração estrangeiras: para neutralizar a pressão britânica no Transvaal, Kruger começara a cultivar laços com a Alemanha, incentivando o investimento e a imigração alemães. Em um banquete para marcar o aniversário do Kaiser Guilherme, em 1895, Kruger falou de cimentar os laços com a Alemanha. Sua amizade crescente atingiu não só Rhodes, no Cabo, mas também os políticos britânicos, em Londres. Em conluio com ministros britânicos, Rhodes preparou-se para remover Kruger do poder.

Tendo recentemente capturado a Matabelelândia com pouca dificuldade, Rhodes presumiu que a derrubada do regime de Kruger seria igualmente simples. Ele estava convencido de que a população *uitlander* no Witwatersrand estava pronta e disposta a se rebelar. Seu plano era reunir um grupo de conspiradores de Joanesburgo,

fornecer-lhes armas contrabandeadas do Cabo para uma insurreição e apoiar sua revolta com uma coluna de voluntários armados de seu exército privado, a polícia BSA, enviando-a para Joanesburgo a partir de um ponto de paragem na fronteira da Bechuanalândia, a apenas 27 quilômetros de distância. Rhodes entregou o comando dessa ação a seu velho amigo Starr Jameson. Aventureiro inveterado, Jameson assumiu a tarefa com o entusiasmo de um menino.

Como parte do plano, Rhodes tinha de persuadir o secretário de Estado das colônias do Reino Unido, Joseph Chamberlain, um imperialista fervoroso, a conceder à BSAC “uma faixa de terra” ao longo da fronteira da Bechuanalândia que ele pudesse usar como base militar para preparar a invasão. Bem ciente das intenções de Rhodes, Chamberlain aprovou a concessão de terras.

A tentativa de golpe por parte de Rhodes foi um fiasco. Por mais que estivesse descontente, a população *uitlander* não se mostrava inclinada a participar de um levante. Mesmo os líderes conspiradores mudaram de ideia e pediram a Rhodes para postergar a invasão. Os oficiais britânicos no Cabo fizeram apelos semelhantes. Rhodes, no entanto, ainda acreditava que poderia ter sucesso. E Jameson estava determinado a agir. Ignorando todas as mensagens para adiar a ação, ele liderou uma força de invasão de quinhentos homens para o outro lado da fronteira da Bechuanalândia, entrando no Transvaal em 30 de dezembro de 1895, confiante de que chegaria a Joanesburgo em três dias. Mas foi logo cercado por comandos de Kruger e forçado a se render.

O Ataque Jameson, como ficou conhecido, causou alvoroço. Diante de mais um exemplo de agressão britânica, africanos em toda a África meridional – no Cabo, no Transvaal e no Estado Livre de Orange – se reuniram em apoio a Kruger. Rhodes foi obrigado a renunciar ao cargo de primeiro-ministro da Colônia do Cabo. Os africanos do Cabo nunca o perdoaram pela traição. A aliança de trabalho entre africanos e anglófonos que prevalecera por décadas no Cabo estava irremediavelmente danificada. No Transvaal, a profundidade da desconfiança africano com as intenções britânicas intensificou-se ainda mais. Rhodes e Jameson foram expostos como

os principais culpados da conspiração. Mas Kruger acreditava que Chamberlain era igualmente responsável pela tentativa de derrubá-lo.

O evento teve outras ramificações. Ao retirar as unidades da polícia BSA da Rodésia para participar da invasão ao Transvaal, Rhodes deixara os colonos brancos da Matabelelândia e da Mashonalândia em risco considerável. Os ndebeles, privados da maior parte de seu gado e de sua melhor terra, submetidos a trabalho forçado e tratamento severo, estavam fervendo de descontentamento. Seca, gafanhotos e uma doença do gado, a peste bovina, se acrescentavam aos seus sofrimentos. Quando se tornou conhecido que as forças de Jameson haviam sido derrotadas no Transvaal e presas em Pretória, os ndebeles aproveitaram a oportunidade para se revoltar. Os shonas, ressentidos com a perda de terras, os impostos e os maus-tratos, seguiram seu exemplo, voltando-se contra os brancos com mais ferocidade do que qualquer resistência que já tivessem mostrado contra os ndebeles. Só com a ajuda de forças imperiais britânicas é que Rhodes conseguiu reprimir as revoltas e garantir a manutenção de seu reino particular.

EMBORA A TENTATIVA de Rhodes de assumir o Transvaal tenha sido frustrada, Chamberlain perseguiu o mesmo objetivo impiedosamente. Ele considerou que a ascensão do Transvaal como um rico Estado independente representava uma ameaça não só para o domínio britânico da África meridional, mas à sua posição como uma potência imperialista. Ele temia que, por causa de sua força econômica, o Transvaal viesse a ser a potência dominante na região, atraindo para sua órbita outros territórios – a Colônia do Cabo, Natal e o Estado Livre de Orange – e levando-os para uma união independente fora do controle do império britânico. Chamberlain estava disposto a arriscar uma guerra com Kruger para evitar esse resultado e garantir que a supremacia britânica reinasse em toda a África meridional.

Para reforçar sua estratégia, em 1897 Chamberlain nomeou sir Alfred Milner, um imperialista fervoroso, para o cargo de alto-comissário britânico na Cidade do Cabo. O objetivo de Milner era ganhar o que chamava de "grande jogo pelo domínio da África do Sul". Ele logo se convenceu de que só a guerra daria um fim à "oligarquia do Transvaal" e partiu para projetar uma. Em uma carta privada para Chamberlain, sugeriu que ele deveria "criar uma crise". Com a cumplicidade de funcionários britânicos na Cidade do Cabo e em Pretória, os *uitlanders* do Transvaal começaram a mobilizar um movimento "jingo" para a intervenção britânica.

Em Pretória, Kruger reagiu aos sinais de beligerância britânica reforçando as defesas do Transvaal. Ele encomendou uma vasta gama de equipamentos militares modernos da Alemanha e da França – canhões, armas de cerco, metralhadoras Maxim, obuses e rifles modernos. Foram construídas fortalezas em Joanesburgo e em Pretória. Entre 1896 e 1899, mais de um terço das receitas do Transvaal foi alocado em despesa com a defesa. Kruger também se aproximou do Estado Livre de Orange, assinando um tratado de defesa que prometia apoio mútuo "caso a independência de um dos dois Estados estivesse ameaçada ou atacada". Em uma série de discursos públicos, também admitiu que era necessário fazer alterações às leis de cidadania para acomodar "estrangeiros" e "estranhos".

Mas Milner manteve a agitação *uitlander* contra Kruger em estado febril e organizou campanhas de imprensa para apoiar sua causa. Ele convenceu Chamberlain a publicar um "Livro Azul", definindo em pormenores a crise *uitlander* para que ela pudesse "ser esfregada na mente do público". Em sua contribuição para o Livro Azul, afirmou que milhares de súditos britânicos eram "mantidos permanentemente na posição de hilotas" – o que sugeria que sua situação era comparável à dos escravos da Grécia antiga. Milner insistiu que era urgente intervir em nome deles. O que estava em jogo era a reputação do Reino Unido como um poder imperialista.

Com a possibilidade de uma guerra pairando sobre o sul da África, um grupo de africanos proeminentes no Cabo interveio como

intermediário, propondo um encontro pessoal entre Kruger e Milner para evitar o confronto. Embora pouco se esperasse de tal encontro, a reunião teve lugar em Bloemfontein, a capital do Estado Livre de Orange, em junho de 1899. Milner se concentrou na questão única do direito ao voto e à cidadania, vendo-a como um meio de “quebrar o molde” da política do Transvaal e arrebatá-lo do controle bôer. Ele exigia representação “imediate e substancial” para os *uitlanders*. Depois de muita discussão, Kruger ofereceu aos *uitlanders* uma escala variando de dois a sete anos de residência. Mas Milner levantou uma série de acusações. Ele não tinha intenção de negociar o assunto e interrompeu as discussões; a única solução que tinha em mente era uma vitória da supremacia britânica. Como Kruger continuava repetindo em seu último encontro com Milner: “É o nosso país que você quer.”

A atmosfera bélica foi ficando cada vez mais forte. Na Inglaterra, Chamberlain deixou claro para o público que o que estava em jogo não era a questão do direito ao voto, mas “o poder e a autoridade do império britânico”. Ele argumentou que o Reino Unido tinha o direito de intervir no Transvaal não apenas por causa de sua obrigação de proteger os súditos britânicos, mas por sua posição como “potência suserana” na África meridional. Quando Kruger melhorou sua oferta por cidadania, Chamberlain o rejeitou. O que era necessário, disse Chamberlain, era estabelecer “de uma vez por todas” quem era “o poder supremo na África do Sul”.

Esperava-se que o conflito provocado pela Inglaterra não durasse mais do que uns poucos meses. Confiante, Milner previu que os bôeres não iriam apresentar mais do que “um arremedo” de resistência. Os jornais de Londres prenunciaram um embate no intervalo do “chá da tarde”, que estaria concluído antes do Natal. Mas ele se transformou na mais cara, mais sangrenta e mais humilhante guerra que o Reino Unido tinha empreendido em quase um século. Desde o início, a campanha britânica sofreu uma derrota militar após outra. Um exército expedicionário britânico levou oito meses para chegar a Joanesburgo e a Pretória, e mais dois anos se passaram antes de o conflito finalmente terminar. Tendo perdido o

controle das cidades, os exércitos bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange recorreram à guerra de guerrilha, sabotando linhas ferroviárias, emboscando colunas de abastecimento, destruindo pontes, cortando linhas telegráficas, invadindo depósitos e circundando as forças britânicas com táticas de ataque e fuga.

Mal preparados para este tipo de confronto, os comandantes militares britânicos recorreram a táticas de terra arrasada, destruindo milhares de chácaras, arruinando aldeias e abatendo gado em tal escala que, no final da guerra, os bôeres do Estado Livre de Orange tinham perdido metade de seus rebanhos, e os do Transvaal, três quartos. Em um relatório de 1901 para Londres, Milner descreveu o Estado Livre de Orange como “praticamente um deserto”. Para se certificar de que os *burghers* capturados não lutariam novamente, os britânicos deportaram milhares deles para campos de prisioneiros no exterior. Mulheres e crianças foram reunidas e colocadas nos chamados campos de concentração britânicos, onde as condições eram tão terríveis que cerca de 26 mil morreram de doença e desnutrição, a maioria com menos de dezesseis anos. Em Londres, um político da oposição, sir Henry Campbell-Bannerman, acusou a Inglaterra de conduzir a guerra com “métodos de barbárie”. Tudo isso tornou-se parte de uma herança bôer passada, em meio a muita raiva, de pai para filho. A guerra terminou formalmente em 31 de maio de 1902, quando os generais bôeres concordaram com um tratado de paz que incluía o Transvaal e o Estado Livre de Orange como colônias do império britânico. Mas muitos bôeres lamentavam a perda de suas repúblicas.

Nas palavras de Rudyard Kipling, o poeta imperialista inglês, a guerra ensinou aos britânicos “uma lição sem fim”. Ela tinha exigido o emprego de 450 mil soldados das tropas imperiais e custado 217 milhões de libras esterlinas aos cofres públicos, muito além da estimativa inicial de 10 milhões. Os militares britânicos sofreram 22 mil baixas – dois terços por doença e sequelas. Apenas cinco anos depois, o governo britânico concluiu que o autogoverno poderia ser a melhor opção para suas duas colônias bôeres. Por volta de 1907, o Transvaal e o Estado Livre de Orange passaram mais uma vez a ser

autogovernados pelos generais bôeres derrotados que haviam assinado os termos da rendição. O Reino Unido decidiu então agrupar suas quatro colônias em uma União da África do Sul, na esperança de que os bôeres e os britânicos pudessem encontrar uma maneira de resolver suas diferenças e se fundir em um único país sul-africano.

A população negra saiu perdendo com o arranjo. Após cem anos de guerras e confrontos contra os britânicos e os bôeres, todas as chefaturas africanas da África meridional haviam sucumbido ao governo branco. A maioria de suas terras tinha sido perdida por meio de conquista e colonização. Durante a guerra anglo-bôer, cerca de 116 mil africanos foram pegos nas varreduras realizadas por comandantes militares britânicos para "limpar" os distritos rurais de todos os meios de apoio à guerrilha bôer. Eles foram enviados para seus próprios campos de concentração, onde cerca de 14 mil morreram, a maioria deles crianças. No rescaldo da guerra, os líderes africanos esperavam confiantemente que o governo britânico melhorasse os direitos políticos da população negra. Mas a prioridade da Inglaterra era facilitar a reconciliação entre bôeres e britânicos, o que significava ignorar as demandas africanas. Os africanos foram excluídos das negociações que levaram à fundação da União da África do Sul e tiveram seus direitos políticos negados na constituição proposta. Uma delegação africana foi a Londres para protestar contra o que consideravam uma traição de seus interesses por parte do Reino Unido, mas não obteve sucesso.

A União da África do Sul foi lançada em 1910 com muita esperança. Mas o medo e o ressentimento da dominação britânica eram profundos nas duas colônias bôeres. A guerra destruíra muita coisa que não podia ser reconstruída e reduzira a maioria da população bôer a um povo rural empobrecido. Cada vez mais pessoas se mudavam para as cidades, na esperança de encontrar trabalho. Mas as cidades eram enclaves de comércio e cultura britânicos nos quais bôeres da *platteland* não possuíam habilidades ou educação, eram ridicularizados e desprezados por sua pobreza, suas maneiras interioranas e sua língua. A partir do turbilhão de

degradação surgiu uma forma virulenta de nacionalismo africâner que, por fim, tomou conta da África do Sul.

^t Ou "patriótico fanático", numa referência ao movimento nacionalista extremo surgido na Inglaterra, entre 1877 e 1878, durante a guerra russo-turca. O termo é derivado da expressão exclamativa "*by jingo!*", usada em substituição à expressão "*by Jesus!*", ou "por Jesus!". (N.T.)

52. A ordem de extermínio

A VASTA EXTENSÃO DO sudoeste africano entre os rios Orange e Kunene que a Alemanha reivindicou como colônia foi uma decepção para os entusiastas coloniais alemães. A maior parte do território era desértico: no oeste, junto à costa, ficava o deserto do Namibe; no leste, os desolados e estéreos Omaheke e Kalahari. Os campos áridos do planalto central eram habitados por pastores hereros e namas que mostravam pouco interesse na “proteção” alemã. Expedições geológicas enviadas para encontrar diamantes e ouro voltaram de mãos vazias. Tão escassas eram as perspectivas do Sudoeste Africano Alemão que o Kaiser Guilherme considerou abandoná-lo para os britânicos. Um memorando secreto, elaborado em 1891 e mantido em um envelope selado pelo Diretor do Departamento Colonial, em Berlim, afirmava: “Se necessário, o imperador está preparado para desistir do Sudoeste Africano, de modo que todas as energias possam ser voltadas para a África oriental.”

No entanto, um surto de guerra por pasto e gado entre os clãs herero e nama deu aos alemães a oportunidade de explorarem o conflito e se expandirem para o planalto central. Em 1890, o comandante militar da colônia, o capitão Curt von François, mudou sua sede da beira do deserto do Namibe para um amplo vale conhecido pelo nome holandês de Windhoek, no coração fértil das terras hereros. Von François construiu ali um forte e encorajou os agricultores alemães a se instalarem nas vizinhanças. Em 1891, a população branca do Sudoeste Africano Alemão era de 139 pessoas.

Von François também tomou partido no conflito herero-nama, oferecendo um tratado de proteção para os hereros e ajuda para derrotar os namas. Reconhecendo o verdadeiro propósito da intervenção alemã, o líder nama, Hendrik Witbooi, tentou avisar seu rival herero, Tjimuaha, das consequências prováveis:

Você acha que vai manter a independência de sua chefatura depois de eu ter sido destruído ... mas, meu caro *Kapitein*, você vai se arrepender eternamente de sua ação ao entregar ao homem branco o direito de governar o seu país. Esta guerra entre nós não é de longe tão pesada quanto você pensou que fosse ao fazer essa coisa tão grave.

Em junho de 1892, preocupado com a possibilidade de uma aliança entre os hereros e o clã nama de Witbooi, Von François viajou para o acampamento de montanha de Witbooi, em Hoorankrans, a 160 quilômetros ao sul de Windhoek, na esperança de atraí-lo para um tratado de proteção. Embora consciente do risco de guerra com as forças alemãs, Witbooi o rejeitou. "Não vejo qualquer verdade ou sentido na sugestão de que um chefe que se rendeu possa manter sua autonomia e fazer o que quiser", disse a Von François.

Depois de receber reforços da Alemanha para sua *Schutztruppe*,^u Von François atacou Hoorankrans durante a madrugada, em abril de 1893. Tomado de surpresa, Witbooi ordenou a seus homens que fugissem, deixando para trás mulheres e crianças, na suposição de que elas seriam poupadas. Mas, em vez de perseguir os homens de Witbooi, a *Schutztruppe* massacróu mulheres, crianças e idosos de forma indiscriminada. O número de mortos incluía 78 mulheres e crianças. Outras oitenta mulheres foram levadas para o forte alemão em Windhoek e distribuídas como escravas domésticas. Von François informou ao Departamento Colonial: "Qualquer outra resistência por parte de Witbooi está fora de questão."

Mas, longe de estar derrotado, Witbooi liderou uma campanha de guerrilha contra os alemães, cortando as linhas de abastecimento de Windhoek para a costa e forçando Von François a pedir mais reforços. Depois de dezoito meses de luta, os dois lados chegaram a um acordo de paz que deixou Witbooi no controle de sua terra, obrigando todos os brancos que viviam ali a "aderir" às leis e aos costumes locais, e permitindo-lhes manter suas armas.

No entanto, quando os hereros e os namas estavam começando a absorver o impacto da colonização alemã, foram atingidos por uma série de outras calamidades. Em 1897, a peste bovina que havia dizimado rebanhos inteiros na África oriental e central atingiu o

sudoeste do continente. Ao fim da epidemia, muitas comunidades hereros tinham perdido seu principal meio de subsistência. Em desespero, venderam terras para colonos alemães e procuraram trabalho braçal. Elas também foram atingidas por surtos de febre tifoide e malária.

Tudo isso abriu caminho para mais invasão alemã. Em 1902, os alemães concluíram a construção de uma estrada de ferro entre o novo porto de Swakopmund e a capital em Windhoek, atraindo ainda mais imigrantes. Em 1903, a população branca tinha subido para 4.700 pessoas. Os hereros, por sua vez, receberam "reservas ambientais".

O tratamento duro dispensado por colonos e soldados alemães e sua atitude de desprezo para com a população nativa produziram uma onda de ressentimento e hostilidade. Os relatórios oficiais registravam numerosos incidentes de espancamento, estupro e assassinato. Os brancos culpados muitas vezes não eram punidos ou recebiam sentenças leves. O governador Theodor von Leutwein descreveu, em particular, o comportamento dos colonos como "bárbaro". Unidades *Schutztruppe*, compostas quase inteiramente de soldados brancos, eram famosas pela brutalidade aleatória. Na capital herero de Okahandja, houve especial indignação com a profanação de sepulturas hereros e tentativas de usurpação de terras.

Um único incidente foi o estopim na terra herero. Em janeiro de 1904, uma coluna de cem cavaleiros hereros chegou a Okahandja para pedir a orientação do chefe supremo Samuel Maherero numa disputa de herança. O comandante da guarnição local, tenente Ralph Zürn, uma figura odiada entre os hereros, interpretou a chegada como o início de uma rebelião, ordenou que todos os brancos em Okahandja evacuassem suas casas e se abrigassem no forte da *Schutztruppe*, apontou suas armas para a cidade e enviou um telegrama a Berlim avisando que havia uma revolta em andamento.

Nos dias que se seguiram, uma onda de violência irradiou-se a partir de Okahandja. Fazendas e chácaras alemãs foram atacadas.

Com a propagação da conflagração, Maherero escreveu a Hendrik Witbooi, apelando por uma frente unida contra os alemães:

Toda a nossa obediência e paciência com os alemães é de pouco proveito, pois, a cada dia, eles atiram e matam alguém sem razão. Por isso faço um apelo a você, meu irmão, para não se manter afastado da revolta, mas para fazer ouvir a sua voz, de modo que toda a África possa pegar em armas contra os alemães. Vamos morrer lutando, em vez de morrer como resultado de maus-tratos, prisão e alguma outra calamidade. Diga a todos os *kapiteins* lá embaixo para se rebelarem e lutarem.

Mas Witbooi não se envolveu até ser tarde demais.

Determinado a esmagar o levante pela força e exercer vingança, o Kaiser Guilherme nomeou um novo comandante militar, o general Lothar von Trotha, e despachou-o de Berlim com reforços e ordens para usar de “meios justos ou desleais”. Veterano do exército colonial alemão no leste da África e dono de uma reputação de extrema crueldade, Von Trotha foi claro sobre o que era necessário:

Conheço tribos suficientes na África. Todas elas têm a mesma mentalidade na medida em que respondem somente à força. A minha política foi, e continua sendo, a de exercer essa força por meio de terrorismo absoluto e até de crueldade. Vou destruir as tribos rebeldes derramando rios de sangue e dinheiro. Só então vai ser possível plantar as sementes de algo novo que irá perdurar.

Enquanto Von Trotha reunia um enorme exército colonial – cerca de 6 mil homens, mais do que o número de colonos –, Maherero recuou para Waterberg, uma cadeia de montanhas na extremidade do deserto conhecido pelos hereros como Omaheke, levando consigo aproximadamente 50 mil seguidores, dois terços da população herero. Suas opções eram limitadas. Ataques hereros contra colonos brancos tinham cessado havia muito tempo. Alguns subchefes hereros favoreciam negociações.

Mas Von Trotha rejeitou a possibilidade de negociação e qualquer abordagem dos hereros. Seu plano não era apenas derrotá-los, mas aniquilá-los. Em agosto de 1904, suas tropas cercaram os acampamentos hereros em Waterberg. Sob o fogo, desesperados para escapar, os hereros encontraram um elo fraco no cerco alemão. Milhares de homens, mulheres e crianças escaparam do deserto de Omaheke, levando o que podiam carregar. Para evitar seu regresso,

Von Trotha selou os poços, criou patrulhas, construiu postos de guarda ao longo do perímetro do deserto e emitiu uma *Vernichtungsbefehl*, ou ordem de extermínio.

Eu, o Grande General dos soldados alemães, dirijo esta carta ao povo herero. Os hereros não são mais considerados súditos alemães. Eles assassinaram, roubaram, cortaram orelhas e outras partes de soldados feridos, e agora se recusam a lutar, por covardia. Tenho que dizer isto a eles ... o povo herero terá que deixar o país. Caso contrário, vou forçá-los a fazê-lo por meio de armas. Dentro das fronteiras alemãs, todo herero, quer armado ou não, com ou sem gado, será morto. Não vou aceitar mais mulheres ou crianças. Vou levá-las de volta ao seu povo – caso contrário, vou ordenar que sejam fuzilados.

Com uma grande parte da população herero presa no deserto, muitos morrendo de cansaço e sede, Von Trotha cercou os grupos que ainda restavam em terras dos hereros. As tropas alemãs formaram o que ficou conhecido como *Aufklärungspatrouillen* ("Patrulhas de Limpeza") e receberam ordens para abrir fogo, caso necessário. Muitos hereros foram enganados e se entregaram, com garantias de que podiam sair do esconderijo, e então foram mortos. Os que sobreviveram foram levados para *Konzentrationslager*s e forçados a desempenhar trabalhos braçais. Um missionário alemão, descrevendo as condições no campo de concentração de Swakopmund, um dos cinco principais, escreveu no *Swakopmund Missionary Chronicle*, em dezembro de 1905:

De manhã cedo até tarde da noite, nos fins de semana, bem como aos domingos e feriados, eles tinham que trabalhar sob os porretes dos superintendentes até a exaustão. Somado a isso, a comida era extremamente escassa ... Como gado, centenas de pessoas foram levadas à morte e, como gado, eram enterradas.

Ao final de 1905, de uma população de oitenta mil pessoas, apenas quinze mil hereros tinham sobrevivido no Sudoeste Africano Alemão. Cerca de dois mil outros conseguiram atravessar o Omaheke e o Kalahari em busca de segurança na Bechuanalândia britânica.

As notícias da brutal repressão do povo herero espalharam-se para o território nama, ao sul. Em outubro de 1904, Hendrik Witbooi e outros *kapiteins* namas juntaram-se ao levante, temendo que

seriam os próximos a serem atacados. Durante doze meses, eles travaram uma guerra de guerrilha debilitante contra os alemães, mas, após a morte de Witbooi, em outubro de 1905, a resistência nama definhou. Como os hereros, os clãs namas que se renderam foram levados para campos de concentração. A taxa de mortalidade em um deles – uma ilha varrida pelo vento ao largo do porto de Lüderitzbucht (Angra Pequena) – era tão alta que as autoridades alemãs se referiam a ela como “Ilha da Morte”. De uma população nama de aproximadamente 20 mil pessoas, apenas cerca de metade sobreviveu.

Em dezembro de 1905, o Kaiser Guilherme expropriou formalmente toda a terra herero. Em maio de 1907, ele publicou um decreto semelhante, expropriando quase toda a terra nama, deixando apenas alguns bolsões em mãos namas. Ao todo, o governo alemão tomou posse de mais de 40 milhões de hectares de terra anteriormente detidos pelos povos nama, herero, damara e san, entregando-os para colonos alemães.

Como um memorial aos soldados e aos colonos que perderam a vida nas guerras contra os hereros e os namas, os alemães encomendaram uma estátua de bronze de cinco metros de um soldado montado. A estátua foi erguida em um local em Windhoek usado anteriormente como campo de concentração, onde cerca de 4 mil hereros, principalmente mulheres e crianças, morreram de sofrimento e doença. Em uma cerimônia para marcar sua inauguração, o governador alemão, Theodor Seitz, declarou: “O venerável soldado colonial que daqui avista a terra anuncia ao mundo que somos os senhores deste lugar, agora e para sempre.”

UMA REVOLTA SEMELHANTE contra o domínio alemão estourou em sua colônia na África oriental (Tanganica). Ela foi inspirada por um médium espírita, Kinjikitile Ngwale, que vivia em uma aldeia nas encostas ocidentais dos montes Matumbi, a duzentos quilômetros ao sul de Dar es Salaam, e que pediu que os membros das tribos locais se unissem para expulsar os alemães. O domínio alemão no leste

africano não era menos voraz do que no sudoeste. Os alemães usavam agentes suaílis – *akidas* – para cobrar impostos e cotas de cultivo com um alto nível de violência e intimidação. Os moradores eram obrigados a trabalhar em terrenos comunais, semeando culturas de rendimento como o algodão, mediante pagamentos muito baixos. À medida que o ressentimento com o domínio alemão aumentava, centenas de pessoas fugiram para a aldeia de Kinjikitile, em Ngarambe, para ouvir sua mensagem de revolta. Ele prometeu a elas que um “medicamento de guerra”, que consistia em água mágica (*maji*) e sementes de painço, era forte o suficiente para transformar os projéteis alemães em água.

O levante “maji-maji” começou em 1905, quando dois anciãos de Nandete caminharam para os campos de algodão e, em um ato de desafio simbólico, desenraizaram três pés de algodão. A rebelião se espalhou depressa por toda a região, atraindo clãs sem líderes – matumbis, kichis e ngindos – em uma campanha unida de resistência. Armados apenas com pistolas, lanças e flechas, eles atacaram postos avançados alemães, mataram um grupo de missionários e cortaram as linhas de abastecimento. Mas, após quatro semanas, com a morte de milhares de pessoas em uma tentativa de invadir uma guarnição alemã equipada com metralhadoras, a revolta arrefeceu.

Os alemães reagiram chamando reforços e instigando uma política de terra arrasada, destruindo aldeias e devastando vastas extensões do planalto central e do sul. “Só a fome e a pobreza podem provocar uma submissão final”, declarou o governador alemão, Gustav Adolf Graf von Götzen. “A ação militar por si só será mais ou menos como uma gota no oceano.” Os relatórios oficiais alemães alegaram que 26 mil “rebeldes” foram mortos em uma ação militar. Na fome que se seguiu, talvez até 250 mil vidas tenham sido perdidas.

^u Literalmente “Força de proteção”, como era chamado o exército colonial alemão na África. (N.T.)

PARTE XIV

Os Estados coloniais da África

A ÁFRICA EM 1914



53. Interregno

QUANDO A DISPUTA pela África terminou, cerca de 10 mil organizações políticas africanas tinham sido amalgamadas em quarenta colônias e protetorados europeus. Os limites dos novos Estados, elaborados pelos negociadores na Europa, em mapas que eram em grande parte imprecisos, tiveram pouca consideração pelo mosaico de monarquias, chefaturas e sociedades sem líderes existentes na vida real. Quase metade das novas fronteiras eram linhas geométricas, coordenadas de latitude e longitude ou outras marcações lineares. Em determinados casos, sociedades africanas foram separadas em várias partes: os bakongos foram divididos entre o Congo Belga, o Congo Francês e a Angola Portuguesa. Em outros, os territórios coloniais europeus englobaram vários grupos díspares: em 1914, a Inglaterra juntou seus protetorados norte e sul da Nigéria, criando um novo país em que se falavam trezentas línguas diferentes.

Após terem se esforçado tanto na aquisição de território africano, as potências coloniais europeias acabaram perdendo muito de seu interesse inicial. Poucas partes da África ofereciam a perspectiva de riqueza imediata. Os governos coloniais estavam preocupados, acima de tudo, em tornar seus territórios autossuficientes. Sua função se limitava à manutenção da lei e da ordem, ao recolhimento de tributos e ao fornecimento de uma infraestrutura de estradas e ferrovias. A atividade econômica foi deixada às sociedades comerciais. A educação foi colocada nas mãos dos missionários. A administração foi mantida a um mínimo. Existia apenas uma fina linha branca de controle.

Com tão poucos homens no local, os governos coloniais dependiam fortemente de chefes africanos e outros intermediários para colaborar com os funcionários e exercer controle em seu nome. Os britânicos, em particular, favoreciam um sistema de

“administração indireta”, usando autoridades africanas para manter a ordem, arrecadar impostos e oferecer trabalho, o que exigia um mínimo de pessoal e despesa. O modelo utilizado era o método de Lugard para lidar com o califado de Sokoto, no norte da Nigéria, o que permitia que emires fulanis continuassem a governar de acordo com as tradições de lei e disciplina locais. Nos casos em que não existia liderança local, como entre as sociedades de aldeia dos igbos, no sul da Nigéria, chefaturas foram inventadas. Os franceses buscaram políticas semelhantes. O primeiro governador francês a governar o Marrocos, marechal Lyautey, declarou: “Em cada sociedade, há uma classe dirigente nascida para governar ... Traga-a para nosso lado.” Na África ocidental, os franceses nomearam africanos como *chefs de canton* (“chefes de cantão”), muitas vezes escolhidos entre os mais eficientes escriturários e intérpretes a serviço do governo.

O governo colonial era imposto com vigor autoritário. Nos primeiros anos, o trabalho forçado era comumente usado para projetos públicos, como construção de estradas e transporte. Nos territórios da África Ocidental Francesa e da África Equatorial Francesa, a população nativa estava sujeita ao *Code de l'Indigénat* (“Código dos Indígenas”), que permitia aos administradores franceses ordenarem punições arbitrárias, como a prisão sem julgamento, para qualquer pessoa que considerassem inconveniente. Os belgas e os portugueses empregaram medidas semelhantes.

Ano após ano, as novas colônias foram tomando forma. As linhas ferroviárias se expandiram para o interior a partir da costa e alcançaram Kumasi, a capital axânti, em 1903; Bamako, no rio Níger, em 1905; Katanga, em 1910; Kano, em 1912; e o lago Tanganica, em 1914. Novos padrões de atividade econômica foram estabelecidos. Na África ocidental, os camponeses foram encorajados a aumentar os cultivos para os mercados europeus. Em 1914, a Costa do Ouro tinha se tornado o maior produtor de cacau do mundo. O Senegal e o norte da Nigéria especializaram-se na produção de amendoim. Entre a década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, as exportações de amendoim do Senegal multiplicaram dez

vezes. Outras culturas camponesas de exportação na África ocidental incluíam café e azeite de dendê. No leste do continente, Uganda tornou-se um grande produtor de algodão. Em outras áreas da África oriental e meridional, a colonização branca foi considerada a chave para o desenvolvimento agrícola. Na África Oriental Britânica (rebatizada como Quênia, em 1920), os colonos brancos começaram a se mudar para as montanhas ao redor de vale do Rift, na década de 1900, em um esforço determinado para transformá-lo em uma "terra do homem branco", mas seus números permaneceram pequenos, espalhados por vastos distritos.

Uma vez que as ferrovias tinham desbravado o interior, as companhias de mineração europeias chegaram para explorar a cornucópia de depósitos minerais ali existentes. Empresas britânicas assumiram os garimpos de ouro axântis. A belga Union Minière [União Mineradora] obteve controle exclusivo sobre a mineração de cobre em Katanga. O investimento europeu foi canalizado para a produção de estanho nas antigas minas do planalto de Jos, no norte da Nigéria; a exploração de diamantes em Angola; e as exportações de fosfato da Tunísia.

Por meio dos esforços de missionários cristãos, a alfabetização e a educação primária foram lentamente introduzidas em grande parte da África tropical. Em 1910, havia cerca de 16 mil missionários europeus alocados na região. Eles fundaram redes de escolas de aldeias, proporcionando uma educação simples em leitura, escrita, aritmética e instrução religiosa, a fim de difundir a mensagem cristã e aumentar o número de igrejas. Anos de trabalho foram dedicados a traduzir a Bíblia, orações e hinos para as línguas vernáculas, e a transcrever, pela primeira vez, línguas orais para a forma escrita. Os africanos educados nas missões tornavam-se catequistas e professores, espalhando tanto o cristianismo quanto a educação cada vez mais longe. Em 1914, havia cerca de 7 milhões de cristãos na África.

Sob o domínio colonial, o islã também se expandiu rapidamente por grandes partes do oeste da África. Ao permitir que emires muçulmanos governassem o norte da Nigéria de acordo com as

tradições islâmicas de lei e disciplina, a Inglaterra conferiu um selo de legitimidade à liderança muçulmana e ao governo e à cultura islâmicos. Os clérigos muçulmanos podiam pregar em áreas não muçulmanas do norte, até então inacessíveis a eles por causa da guerra ou do banditismo, e estabelecer escolas e irmandades corânicas na região. Os franceses, por sua vez, depois de anos tentando esmagar a resistência muçulmana aos seus avanços na África ocidental, eram mais desconfiados das ambições muçulmanas, mas logo passaram a aceitar a irmandade Mouride, do Senegal, quando ela comprovou ser um fator vital para o aumento da produção de amendoim. O deslocamento do comércio das tradicionais rotas ao norte para as zonas costeiras da África ocidental estimulou mais expansão. O islã se enraizou em terras iorubás e nos principais portos, como Lagos, Dacar e Acra. Enquanto o cristianismo era muitas vezes visto como “a religião do homem branco”, o islã se apresentava como uma religião africana. Comparada às pesadas exigências feitas pelos missionários cristãos, em particular a insistência em pôr fim a práticas costumeiras, tais como a poligamia, a conversão ao islã envolvia poucos obstáculos. Na África ocidental, o islã fez progressos maiores do que o cristianismo.

No entanto, mal o mapa imperial da África tinha sido demarcado, os Estados europeus entraram em guerra uns com os outros, arrastando a África para a briga. Desde o início da Primeira Guerra Mundial, as potências coloniais tentaram ocupar territórios rivais, usando tropas africanas para se enfrentarem em seu nome. O primeiro tiro “britânico” na guerra foi disparado por um sargento da Costa do Ouro, em agosto de 1914, quando as forças britânicas, em articulação com os franceses, invadiram a pequena colônia alemã do Togo. O governador alemão do Togo tentou impedir a invasão, sugerindo por telegrama que o Togo deveria permanecer neutro, para que os africanos não testemunhassem o espetáculo da guerra entre os europeus, mas não obteve sucesso. No final de agosto, o Togo estava em posse dos Aliados.

A campanha anglo-francesa para dominar o Camarões Alemão acabou sendo uma tarefa mais árdua. Em agosto, os britânicos

enviaram tropas da Gâmbia, de Serra Leoa, da Costa do Ouro e da Nigéria; as colunas francesas avançaram a partir da África Equatorial Francesa. Mas o último posto avançado alemão só capitulou em fevereiro de 1916. O Sudoeste Africano Alemão, entretanto, foi invadido após uma campanha de três meses lançada por um exército expedicionário da África do Sul. No leste da África, sob o comando do general Paul von Lettow-Vorbeck, as forças alemãs lutaram até novembro de 1918, usando táticas de guerrilha para manter os britânicos e seus aliados sob controle e rendendo-se apenas após receber notícias do armistício na Europa.

O impacto da guerra foi profundo sobre vários territórios africanos. As potências coloniais recrutaram ou alistaram mais de 2 milhões de africanos como soldados, carregadores e trabalhadores. Na África Ocidental Francesa, os chefes receberam cotas a serem preenchidas. Os franceses usavam tropas não só para operações na África, mas também na Europa. Aproximadamente 150 mil africanos serviram na Frente Ocidental, na França e na Bélgica, onde cerca de 30 mil morreram em ação. Um regimento do Marrocos tornou-se o mais condecorado em todo o exército francês. Na África oriental, a campanha contra as forças de guerrilha de Von Lettow-Vorbeck devastou as áreas rurais. Ambos os lados usaram táticas de terra arrasada, queimando vilas, destruindo plantações e requisitando mão de obra para privar seus adversários de suprimentos e apoio. "Deixamos para trás campos destruídos e celeiros saqueados, e, para o futuro imediato, a fome", escreveu Ludwig Deppe, um médico alemão. "Já não somos os agentes da cultura; nosso caminho é marcado pela morte, pelo roubo e por aldeias evacuadas."

Ao final da Primeira Guerra Mundial, as colônias alemãs foram repartidas entre a Inglaterra, a França, a Bélgica e a África do Sul. Tanganica foi entregue ao Reino Unido; o Sudoeste Africano para a África do Sul; os pequenos reinos montanhosos de Ruanda e Urundi (Burundi) foram passados para a Bélgica; e Togo e Camarões foram divididos entre Inglaterra e França. Como recompensa pelo apoio italiano na Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido cedeu a Jubalândia para a Itália, para fazer parte da Somália italiana,

movendo a fronteira do Quênia para o oeste. Os britânicos também assumiram o controle de Darfur, um sultanato independente que havia se aliado aos otomanos, incorporando-o ao Sudão colonial.

Uma vez que a nova divisão colonial fora estabelecida, a África retomou seu papel como um remanso imperial. O ritmo de desenvolvimento era lento. As potências coloniais não viam necessidade de um progresso mais rápido. Esperava-se que o domínio colonial durasse séculos.

54. Um protetorado velado

A OCUPAÇÃO DO Egito pelo Reino Unido, inicialmente destinada a ser um empreendimento de curto prazo, logo se transformou em uma presença permanente. Por um período de mais de sessenta anos, o Egito ficou sob uma sucessão de procônsules britânicos com o poder de intervir como quisessem, apoiados por uma guarnição britânica local. O tom era ditado por lorde Cromer (Evelyn Baring), cônsul-geral do Reino Unido de 1883 a 1907, uma figura autocrática austera que insistiu desde o início que o Egito precisava de um longo período de domínio britânico para restaurar suas finanças e reformar sua administração. Oficialmente, o Egito permaneceu um Estado autônomo governado pela dinastia de Muhammad Ali, devendo lealdade às autoridades otomanas em Istambul. Na prática, a espinha dorsal do poder era o consulado britânico. Embora os departamentos governamentais e os ministérios fossem chefiados por egípcios, o controle real estava com as autoridades britânicas. Um dos funcionários de Cromer, Alfred Milner, descreveu a forma britânica de governar o Egito como um "protetorado velado". Quando o jovem quediva Abbas Hilmi II, filho de Tawfik, tentou desafiar a autoridade de Cromer, foi repreendido publicamente.

O programa de reforma iniciado por Cromer levou a uma era de estabilidade financeira, redução da carga fiscal e avanços nas obras públicas. Em 1902, foi concluída uma barragem de grande escala em Assuã, a maior hidrelétrica do mundo na época, proporcionando água irrigada suplementar para o Alto e o Baixo Egito. Muitas partes do país, sobretudo o delta, não dependiam mais da cheia anual do Nilo. Os agricultores podiam colher duas ou três safras por ano; a produção de algodão dobrou em vinte anos. Mas grande parte do aumento da prosperidade agrícola fluía para as mãos dos grandes proprietários de terra, em vez dos camponeses.

O domínio britânico, no entanto, despertou crescente ressentimento entre a elite de classe média egípcia. Frustrado em sua tentativa de obter um papel mais proeminente, Abbas foi fundamental em provocar a agitação antibritânica. Ele apoiou as atividades de um grupo de nacionalistas egípcios, ajudou secretamente a formar uma sociedade para o renascimento da nação, auxiliou publicações anticolonialistas que exigiam a independência e procurou estreitar o contato com a Turquia.

A Primeira Guerra Mundial provocou um maior distanciamento nas relações. Quando a Turquia se juntou à Alemanha na guerra contra a Inglaterra, o governo britânico depôs Abbas, por medo de que a população egípcia apoiasse os otomanos, e o substituiu por um tio seu, mais facilmente influenciável, declarando o Egito um protetorado e impondo lei marcial. O Egito tornou-se a principal base britânica para as operações no Oriente Médio. Em 1916, havia três exércitos britânicos estacionados no país, num total de 400 mil homens. O influxo de tropas estrangeiras produzia crescente inflação dos preços e dificuldades generalizadas. Os britânicos recrutavam trabalho e requisitavam alimentos e animais de transporte, provocando uma série de incidentes violentos. Os egípcios expressaram sua fúria em uma canção popular dirigida ao alto-comissário britânico, general Wingate.

Ai de nós, Wingate. Que levou nosso trigo.
Levou nosso algodão. Levou nossos camelos.
Levou nossas crianças. Deixando-nos apenas nossas vidas.
Pelo amor de Alá, agora nos deixe em paz.

Quando a guerra terminou, o Egito estava fervendo de descontentamento. O clamor pela independência tornou-se cada vez mais insistente. Em novembro, um advogado do Cairo, Saad Zaghlul, pediu a Wingate permissão para liderar uma delegação egípcia – uma *wafd* – a Londres, para apresentar uma petição pela “total independência do Egito”. Impedido pelas autoridades britânicas de viajar tanto para Londres como para a Conferência de Paz de Paris, Zaghlul e seus associados transformaram a *wafd* em um movimento

de protesto. Em março de 1919, em uma tentativa de coibir as atividades da *wafd*, os britânicos prenderam Zaghlul e o enviaram com outros colegas para o exílio em Malta. O resultado imediato, no entanto, foi uma revolta nacionalista. Em poucos dias, o Egito estava envolto em uma onda de manifestações, greves, violência rural e sabotagem. Buscando restaurar a ordem, os britânicos libertaram Zaghlul e permitiram-lhe levar uma delegação *wafd* para Paris. Mas as esperanças de Zaghlul em conseguir uma audiência em Paris para a independência do Egito foram logo frustradas. Em maio de 1919, a Conferência da Paz reconheceu a reivindicação do Reino Unido para um protetorado sobre o Egito.

Diante de mais perturbações e percebendo que o Egito só poderia ser mantido pela força, o governo britânico acabou aceitando as exigências egípcias por independência, mas mantendo certos poderes que foram considerados essenciais para proteger os interesses britânicos. Em uma declaração unilateral feita em fevereiro de 1922, o Reino Unido acabou com o regime de protetorado e concedeu ao Egito uma forma modificada de independência, reservando para si a autoridade sobre quatro áreas principais: a segurança das comunicações imperiais egípcias, incluindo o canal de Suez; a defesa do Egito contra toda agressão externa, envolvendo o controle do exército egípcio; a proteção dos interesses estrangeiros e das minorias no Egito; e a hegemonia sobre o Sudão. Além disso, exigia-se que o Egito aceitasse a presença militar britânica para salvaguardar os interesses britânicos. Os limites impostos pela Inglaterra para a independência do Egito despertaram tanta controvérsia que a questão só foi resolvida em 1936, nas negociações para um novo tratado.

Quando a independência do Egito foi formalmente declarada, em 15 de março de 1922, a dinastia de Muhammad Ali permaneceu no poder, mas assumindo a partir de então o título de reis. O primeiro rei, Ahmad Fuad, era o filho mais novo do quediva Ismail, que tinha sido nomeado sultão do protetorado britânico em 1917. Homem ambicioso, Fuad conspirou para obter poderes significativos para si próprio durante as manobras para uma nova constituição.

Introduzida em 1923, a constituição dava direito ao rei de nomear e demitir o primeiro-ministro e o gabinete, bem como suspender ou demitir o parlamento. Nas eleições parlamentares de 1924, o partido Wafd, de Zaghlul, conseguiu uma maioria esmagadora, garantindo 90% dos assentos. Mas, apesar do tamanho de sua vitória, a arena política estava constantemente em efervescência, envolvida em uma luta tripartite entre o rei, o movimento Wafd e os britânicos, todos tentando fazer valer sua própria autoridade. Em novembro de 1924, após o assassinato de um oficial britânico no Cairo, as autoridades britânicas entraram em cena para remover o ministério de Zaghlul. Nos primeiros oito anos de vida constitucional, o parlamento foi dissolvido quatro vezes. As intrigas intermináveis e a corrupção da classe política levaram a uma desilusão generalizada com a ideia de democracia parlamentar, oferecendo oportunidades para outros grupos criarem raízes.

O mais influente desses grupos era a Irmandade Muçulmana – *Jam'iyyat al-Ikhwān al-Muslimīn* –, fundada em Ismailia, em 1928, por um fervoroso professor de 22 anos de idade, Hasan al-Banna, que buscava reforma política e religiosa no Egito. Um orador cativante que usava não só as mesquitas da cidade, mas também suas casas de café como púlpito, Banna fez campanha para o retorno a uma forma “pura” do islã como prevista pelo profeta Maomé e os primeiros anciãos muçulmanos – o *Salaf*. Segundo ele, a prática original do islã era a chave para a renovação moral e social do Egito. Banna forneceu não só um guia para a crença privada e ritual, mas um sistema abrangente de valores e governança para o Estado. Ele desprezava o sistema parlamentar do Egito, dominado por grandes proprietários de terras e comerciantes ricos, considerando-o uma farsa imposta pelos ricos para manter os pobres em seu lugar. De modo mais geral, lamentava a divulgação de valores e estilos de vida ocidentais seculares no Egito – a praga do álcool, dos jogos de azar, da prostituição, de filmes e literatura “indecentes”, e a livre mistura de mulheres com homens fora das relações de família.

Transferido para uma escola no Cairo, em 1932 Banna transformou a Irmandade Muçulmana em uma organização nacional. Ele adotou o título de "guia supremo", emitiu estatutos, percorreu filiais em todo o país, criou centros de serviço social e organizou acampamentos de verão para os jovens. A Irmandade Muçulmana logo se tornou um movimento de massas, com centenas de milhares de seguidores. Ela também estabeleceu unidades paramilitares conhecidas como *rovers (jawala)* e batalhões (*kata'ib*), inspirando-se nas organizações europeias de jovens fascistas do entreguerras.

Entre os outros grupos que entraram na briga havia o Jovem Egito, um movimento ultranacionalista que criou uma milícia conhecida como os Camisas Verdes, que usava de violência de rua para desafiar o establishment. Em resposta, o partido Wafd formou seu próprio grupo paramilitar, os Camisas Azuis. O uso da violência na política egípcia tornou-se cada vez mais comum.

Em meio ao tumulto, o rei Fuad se aproveitou de sua posição como monarca para acumular uma vasta riqueza. Sua fortuna pessoal incluía 30 mil hectares de terras férteis, cinco palácios, inúmeras propriedades rurais para caça, iates e carros. Tendo sido educado principalmente na Europa, ele falava pouco árabe e ganhou uma reputação de desprezar os egípcios comuns e ser mesquinho com seu dinheiro. Quando morreu, em abril de 1936, houve pouco luto.

Seu filho, Faruk, tinha apenas dezesseis anos de idade quando se tornou o décimo e último membro da dinastia de Muhammad Ali. Mimado desde o nascimento, passou uma infância solitária em palácios reais, cercado por funcionários, mas sem permissão para ter amigos. Embora competente em idiomas, entre eles o árabe, não gostava de estudar e conseguiu evitar a educação formal. Em outubro de 1935, foi enviado para a Inglaterra, para estudar na Real Academia Militar de Woolwich, mas preferiu passar o tempo em atividades mais prazerosas em Londres.

No entanto, a antipatia do público por seu pai era tanta que o retorno de Faruk ao Egito como rei, em 1936, foi recebido com

otimismo considerável. Sua coroação em julho de 1937 foi uma ocasião de celebração nacional. As ruas do Cairo se encheram de visitantes de todo o país, ansiosos para presenciar o espetáculo de bandas, desfiles militares e fogos de artifício e aproveitar as montanhas de comida gratuita que foram oferecidas. Em um discurso para a Câmara dos Deputados, Faruk adotou um tom populista ao afirmar sua crença no islã e sua preocupação com os pobres. Entre os diversos banquetes e bailes reluzentes de que participou, ele encontrava tempo para vestir um terno simples e ir às favelas da cidade distribuir dinheiro para organizações de ajuda humanitária. A imprensa o aclamou como o "rei piedoso" e o "renovador do islã". Seu casamento, em janeiro de 1938, com a filha de um juiz foi marcado por comemorações igualmente pródigas.

Mas o clima de otimismo logo arrefeceu. Faruk começou a perder seu entusiasmo juvenil, optando pelo estilo de vida de um playboy rico. Quando a guerra eclodiu na Europa, em 1939, o Egito tornou-se mais uma vez o chão para exércitos estrangeiros marcharem.

55. Eleito de Deus

EMBORA PERTENCESSE A um ramo subordinado da dinastia governante da Abissínia, Tafari Makonnen nunca duvidou de seu destino como monarca imperial. Seu pai, Rás Makonnen, um primo e amigo dedicado do imperador Menelik, foi governador da província de Harar. Sua mãe era filha de um nobre menor de Wollo, e Tafari, nascido em 1892, foi seu décimo e último filho. Educado em parte por missionários jesuítas, em parte em uma escola do palácio, em Adis Abeba, Tafari cresceu à margem da política do palácio, mas possuía um forte senso de missão. Em 1916, durante um período de tumulto interno, ele desempenhou um papel de liderança em uma conspiração para derrubar o neto de Menelik, Lij Yasu, como imperador. Quando a filha de Menelik, Zauditu, foi instalada como imperatriz em seu lugar, Tafari foi nomeado regente e herdeiro legítimo e recebeu o título de rás (equivalente ao de duque). A portas fechadas, os aristocratas poderosos que apoiaram a nomeação de Tafari presumiram que, por causa de sua juventude e inexperiência, ele seria maleável e fácil de controlar.

Rás Tafari atuou como regente por catorze anos, superando conspirações e revoltas e adquirindo progressivamente poder pessoal por meio de manobras hábeis. Ele iniciou um programa de modernização, acreditando-o essencial para a sobrevivência nacional. Durante os anos 1920, deu fim ao tráfico de escravos, proibiu a escravidão e baniu uma variedade de práticas rudimentares, como cortar as mãos e os pés de criminosos. Tafari fundou escolas, construiu estradas e iniciou o processo de criação de um exército moderno. Ele importou duas prensas e começou a publicação de livros e folhetos em amárico. Em 1924, fez uma viagem por capitais europeias na qual tornou-se uma figura

conhecida no continente: um homem diminuto, lembrado pelo manto preto bordado a ouro e a coleção de chapéus.

Adis Abeba tornou-se não só a capital política do império, mas seu centro comercial. Cresceu de pouco mais do que um acampamento nas encostas dos montes Entoto a uma cidade de 100 mil habitantes, com escolas, hospitais, igrejas, uma mesquita, estabelecimentos comerciais e bares, tudo construído em meio a bosques de eucalipto. A estrada de ferro que vinha do Djibuti, concluída em 1917, terminava em uma estação imponente. As legações estrangeiras acrescentaram novos prédios a seus complexos. A população europeia aumentou para cerca de 2.500 pessoas, principalmente gregos e armênios. Em 1927, havia cerca de trezentos carros em circulação. Milhares de trabalhadores eram empregados em armazéns de selecionar café ou em fábricas de tinturas. Aos sábados, uma multidão de camponeses das áreas circunvizinhas trazia sua produção para o grande mercado.

Quando Zauditu faleceu, em abril de 1930, o Conselho da Coroa proclamou Tafari imperador. Ele adotou seu nome de batismo, Hailê Selassiê, que significa "Poder da Trindade", mas decidiu adiar sua coroação por sete meses, para que pudesse fazer dela um evento internacional. Foram convidados imperadores, reis e presidentes do mundo todo. Adis Abeba ganhou estradas pavimentadas e arcos triunfais e passou por meses de limpeza e pintura. A polícia e a guarda imperial receberam novos uniformes cáqui. Foram fabricadas medalhas de ouro com efígies do imperador e sua esposa para serem dadas como lembranças aos convidados estrangeiros. O próprio Hailê Selassiê assumiu o comando dos preparativos, ajudando a projetar vestes de coroação e símbolos do Estado.

Delegações lideradas por príncipes, nobres e comandantes militares afluíram a Adis Abeba de todos os cantos do império para testemunhar a coroação. Milhares de dignitários estrangeiros e visitantes chegaram de trem. Entre os jornalistas que vieram, estava o escritor Evelyn Waugh, que mais tarde se baseou em suas experiências na Abissínia para produzir um romance cômico, *Malícia negra*.

Hailê Selassiê lutou muito para apresentar a Abissínia como um país com ambições modernas, mas também fez questão de assegurar que a monarquia mantinha sua mística antiga. A constituição que introduziu em 1931 permitia o estabelecimento de um parlamento bicameral, que consistia em um senado nomeado pelo imperador a partir das fileiras da nobreza e uma câmara de deputados eleitos indiretamente com base em qualificações de propriedade. Mas a constituição também estipulava que nenhuma lei aprovada pelo parlamento poderia ser posta em prática até ser promulgada pelo imperador.

Além disso, de acordo com a constituição, o imperador possuía direito divino de governar. A pessoa do imperador foi considerada "sagrada"; sua dignidade, "inviolável"; seu poder, "incontestável". Ele dizia ser descendente de uma linhagem "ininterrupta desde a dinastia de Menelik I, filho do rei Salomão e da rainha de Sabá". Entre os títulos com o qual foi agraciado estava "Eleito de Deus". Seu direito divino de governar foi devotamente acolhido pela Igreja ortodoxa em toda a sua profusão de mosteiros, igrejas e sacerdotes.

Hailê Selassiê usou seu poder para construir um governo central totalmente dependente da monarquia. Ele colocou funcionários leais no comando de departamentos governamentais e de capitais de províncias, e manteve um controle rígido do fluxo de informações, retendo notícias, manipulando relatórios e plantando propaganda. Era retratado por todo o império como a única fonte de autoridade.

Havia, no entanto, uma ameaça persistente da Itália que ofuscava o triunfo de Hailê Selassiê. Muitos italianos desejavam vingar a derrota em Adwa, em 1896. Ao assinar um Tratado de Amizade e Arbitragem com a Abissínia, em 1928, o líder fascista Benito Mussolini pretendia expandir sua influência pela região, mas, quatro anos depois, não tendo conseguido avançar muito com penetração pacífica, começou os preparativos para uma guerra de conquista, acreditando que uma vitória rápida iria reforçar o orgulho italiano e demonstrar o que o fascismo poderia alcançar. Em 1932, Mussolini ordenou uma implantação logística na Eritreia. A propaganda

fascista representava a Abissínia como um país primitivo, no qual a escravidão ainda florescia.

O pretexto para a guerra foi um pequeno incidente em Walwal, na região de Ogaden, fronteira da Abissínia com a Somália italiana. A divisão entre os dois países nunca tinha sido claramente demarcada na região. Um acordo feito em 1897 estipulava que ela deveria seguir uma linha a não mais que trezentos quilômetros da costa do oceano Índico. Mas, na década de 1920, os italianos tinham avançado para além do limite de trezentos quilômetros, assumindo o controle de um grupo de poços de água em território abissíneo, entre eles Walwal. Um mapa italiano publicado em 1925 mostrava Walwal pelo menos cem quilômetros adentro da Abissínia. Os abissínios protestaram contra as incursões, mas a disputa continuou sem solução. Em dezembro de 1934, com aeronaves e carros blindados, os italianos lançaram um ataque contra posições da Abissínia em Walwal, matando mais de cem soldados abissínios.

O incidente de Walwal desdobrou-se em uma disputa internacional. Hailê Selassiê procurou assistência junto à Liga das Nações, em Genebra. Mussolini argumentou que a Abissínia era a culpada e fez exigências enfáticas por desculpas e reparações. Nem a Inglaterra nem a França estavam dispostas a enfrentar Mussolini sobre a questão, deixando Hailê Selassiê sozinho, enquanto o líder fascista enviava reforços para a Eritreia e a Somália italiana, em preparação para uma invasão. Em outubro de 1935, quase dez meses após o incidente em Walwal, Mussolini declarou: "Temos sido pacientes com a Etiópia por quarenta anos; agora, nossa paciência está esgotada."

No dia seguinte, 100 mil soldados italianos deixaram a Eritreia e atravessaram o rio Mareb, infiltrando-se no norte da Abissínia. Outro exército italiano invadiu a partir da Somália. Usando bombardeios aéreos, artilharia e gás venenoso, eles ceifaram os abissínios aos milhares. Mês após mês, Hailê Selassiê se esforçou para conter o avanço, juntando suas forças mal equipadas no campo de batalha, mas sem sucesso. Em maio de 1936, com os italianos prontos para atacar Adis Abeba, ele decidiu que, em vez de arriscar uma captura

ou uma morte humilhante, iria partir para o exílio, na esperança de fornecer um símbolo da recusa da Abissínia em aceitar a derrota.

Em junho, em um discurso na Liga das Nações, em Genebra, Hailê Selassiê descreveu como os italianos tinham usado gás mostarda não só contra seu exército, mas contra a população civil. Segundo ele, o problema que os 52 membros da Liga das Nações tinham diante de si era maior do que um simples caso de agressão italiana. "Se um governo forte descobre que pode destruir um povo fraco impunemente", então a segurança coletiva dos pequenos Estados, prometida pela Liga das Nações, estava em perigo. Ele apelou por proteção. "Que resposta devo ter para levar para meu povo?", perguntou. Hailê Selassiê recebeu não mais do que expressões de simpatia e foi para o exílio na Inglaterra.

Na introdução à sua história da Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill escreveu sobre as consequências do fracasso do Reino Unido e de outros poderes em agir em defesa da Abissínia. "Se alguma vez houve uma oportunidade de dar um golpe decisivo por uma causa generosa, foi essa. O fato de que o espírito do governo britânico não estivesse à altura da ocasião foi um dos precursores de uma guerra ainda mais terrível."

TENDO ASSEGURADO Adis Abeba, Mussolini declarou a Abissínia como parte da África Oriental Italiana (AOI), um território que incluía as colônias da Eritreia e da Somália. Exceto pelos enclaves da Somália Francesa (Djibuti) e da Somália Britânica, que Mussolini também esperava enfim absorver, todo o Chifre da África era agora considerado pertencente à Itália. De acordo com um decreto emitido em 1º de junho de 1936, as terras da Abissínia foram retalhadas de novo. Tigré foi incorporada à província da Eritreia, Ogaden fundiu-se com a Somália e o restante da Abissínia foi dividido em quatro regiões, cada uma governada por um governador militar italiano. Em sua admissão na nova administração, os funcionários abissínios foram obrigados a fazer saudações fascistas ao seu novo imperador, o rei Vítor Emanuel III, e ao "*Duce* do Fascismo", Benito Mussolini.

Nas cidades do interior, foram estabelecidas as milícias de Mussolini, os Camisas Negras.

A Itália, no entanto, nunca teve o controle completo da Abissínia. Remanescentes do exército de Hailê Selassiê lutaram nas províncias por meses a fio. Depois de sofrer uma tentativa de assassinato em Adis Abeba, em fevereiro de 1937, o vice-rei da Itália, general Rodolfo Graziani, ordenou uma campanha de repressão brutal que alimentou ainda mais a resistência abissínia ao governo italiano. Poucas horas depois do atentado, 62 abissínios foram levados perante um tribunal militar, condenados à morte e executados. Durante três dias, vigilantes Camisas Negras receberam licença "para destruir e matar e fazer o que quiserem com os etíopes". Vários milhares morreram no tumulto. Funcionários italianos também efetuaram a captura de todos os jovens educados que conseguiram, executando-os. Em um telegrama enviado ao governador italiano de Harar, Graziani exigiu: "Atire em todos – eu disse todos –, os rebeldes, os notáveis, os chefes, os seguidores, tanto capturados em ação quanto os que se entregarem ou os fugitivos isolados ou os elementos que despertarem sua curiosidade ... e qualquer um suspeito de má-fé ou culpado de ajudar os rebeldes ou apenas com a intenção de fazê-lo e qualquer um que esconda armas." Cerca de 350 chefes foram enviados para o exílio na Itália.

Quando uma investigação italiana encontrou evidências implicando monges do mosteiro de Debre Libanos na tentativa de assassinato, Graziani telegrafou ao comandante local: "Executar portanto sumariamente todos os monges, sem distinção, incluindo o vice-prior." Em 20 de maio, depois de participar de uma cerimônia celebrando a festa de são Takla Haimonot, o fundador do mosteiro, 449 monges, diáconos, estudantes e leigos foram levados e fuzilados. Várias centenas mais foram enviadas para campos de concentração. Por ordem de Graziani, o mosteiro foi destruído. "... do mosteiro de Debre Libanos", Graziani telegrafou para Roma, "não resta nenhum traço."

Longe de intimidar a população, a repressão de Graziani levou-a à ação. Do outro lado do planalto, combatentes da resistência

conhecidos como “patriotas” deram início a uma guerra de guerrilha, atacando comboios, depósitos de abastecimento, armazéns e postos militares, e conseguiram manter o controle de várias áreas montanhosas. Mesmo com um exército de 150 mil homens, as campanhas italianas de combate à insurgência progrediram pouco.

Em Roma, Mussolini protestou contra a ineficácia da administração italiana na Abissínia. Em 1º de janeiro de 1939, Galeazzo Ciano, seu genro, registrou em seu diário: “O *Duce* retornou a Roma ontem e tivemos uma longa discussão. Ele está muito descontente com a situação na AOI.” Mussolini ordenou esforços mais determinados antes do início da temporada de chuvas seguinte. Mas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a insurgência se espalhou ainda mais. Quando a Itália entrou na guerra ao lado da Alemanha nazista, em junho de 1940, a Inglaterra reconheceu Hailê Selassiê como um aliado incontestável.

56. Com o objetivo de dominar

NO RESCALDO AMARGO da guerra anglo-bôer, um grupo de líderes africâneres organizou novas formas de resistência, temendo que o peso do poder e da influência britânica engoliria o povo africâner e o levaria ao declínio e ao esquecimento. Muitos africâneres nunca aceitaram a ideia de serem parte do império britânico. Em todos os lugares, eles eram lembrados da presença da autoridade britânica. “Deus salve o rei” se tornou o hino oficial. A bandeira nacional era uma bandeira vermelha britânica, com o brasão de armas da União da África do Sul em um canto inferior. O árbitro final na administração da justiça era o Conselho Privado, em Londres, e não o Supremo Tribunal de Justiça. Além disso, em questões de guerra e paz, sob a constituição de 1910 a África do Sul não era um Estado soberano e independente, mas vinculado às decisões do governo britânico. A maioria dos funcionários públicos era de língua inglesa, mesmo na *platteland* (as áreas rurais). Durante o interregno do domínio britânico no Transvaal e no Estado Livre de Orange, na era do pós-guerra, todo o sistema de ensino foi mudado. Foram nomeados professores e inspetores ingleses. O inglês foi definido como o único idioma de instrução, exceto pela permissão de algumas horas por semana para o ensino em holandês.

Em vez de se submeterem ao novo sistema escolar, os líderes africâneres fundaram suas próprias escolas particulares para a chamada Educação Cristã Nacional, que usava tanto o holandês como o inglês como idioma de instrução, era ligada estritamente às tradições calvinistas e promovia um sentimento de consciência nacional africâner entre os alunos. Na linha de frente da campanha das escolas estavam as Igrejas Reformadas Holandesas, as mais poderosas instituições africâneres a sobreviver à guerra, determinadas a preservar a cultura e a religião africâneres tanto por

seus interesses próprios como por motivos nacionalistas mais amplos. Em 1908, um pregador da Igreja Reformada Holandesa de Graaff-Reinet, dr. Daniel Malan, pediu: "Elevem a língua africâner a uma língua escrita, que ela se torne o veículo para a nossa cultura, para a nossa história, para os nossos ideais nacionais, e vocês também elevarão as pessoas que a falam."

As esperanças de que africâneres e sul-africanos de língua inglesa pudessem encontrar uma maneira de resolver suas diferenças e se fundir em um único país sul-africano logo começaram a ruir. Em 1910, uma eleição levou ao poder um novo governo liderado por Louis Botha e Jan Smuts, dois generais da guerra bôer, ambos comprometidos com a reconciliação. Mas outros líderes africâneres questionaram a hegemonia britânica. Entre eles estava Barry Hertzog, outro general da guerra que se juntou ao governo, mas que continuava um republicano convicto. Hertzog estava determinado que a África do Sul deveria desenvolver uma identidade separada e independente dentro do império, unindo ingleses e africâneres em uma mesma esfera de completa igualdade. "Não sou uma dessas pessoas que sempre têm suas bocas cheias de conciliação e lealdade", disse em 1912, "pois se trata de palavras vãs que não enganam ninguém." E acrescentou, em uma clara referência a uma reunião recente da Conferência Imperial em Londres a que o general Botha tinha assistido: "Prefiro viver com meu próprio povo em um lixão a ficar em palácios do império britânico." Afastado do gabinete ministerial em 1913, Hertzog viajou de aldeia em aldeia no Estado Livre de Orange para promover a causa africâner, deixando em seu rastro uma série de comitês de vigilância africâneres. No ano seguinte, com alguns colegas parlamentares, formou um novo Partido Nacional, exigindo que "os interesses da União venham antes que os de qualquer país".

Quando Botha e Smuts levaram a África do Sul à Primeira Guerra Mundial a pedido da Inglaterra, Hertzog foi contra. "Esta é uma guerra entre a Inglaterra e a Alemanha", afirmou. "Não é uma guerra sul-africana." Vários de seus antigos colegas da guerra bôer consideraram o momento propício para a rebelião e emitiram um

chamado às armas. Por três meses, os rebeldes africâneres lutaram contra as tropas do governo em embates esporádicos; um episódio que deixou outras lembranças ainda mais amargas. Na eleição geral, em 1915, o Partido Nacional ganhou dezesseis dos dezessete assentos no Estado Livre, bem como sete assentos no Cabo e quatro no Transvaal.

Para agravar a angústia dos nacionalistas africâneres, havia uma imensa comoção social afligindo sua comunidade. A mudança econômica nas zonas rurais, causada em parte pela guerra, em parte pelo crescimento da agricultura moderna, jogou centenas de milhares de africâneres em um abismo de pobreza, precipitando um êxodo em massa para as cidades – *die trek na die stad*. Em 1900, havia menos de 10 mil africâneres vivendo em cidades, menos de 2% da população total de 630 mil; em 1914, o número havia crescido para um terço. No entanto, os africâneres viam as cidades como um mundo estranho e muitas vezes hostil. A linguagem da indústria, do comércio e do serviço civil era preponderantemente o inglês; seu próprio idioma, ridicularizado como uma “linguagem de cozinha”, era tratado com desprezo. Sem muitas habilidades, educação e capital, muitos foram obrigados a procurar trabalho em concorrência com mão de obra negra barata e a viver com eles lado a lado nas difíceis periferias das cidades. A pobreza urbana tornou-se tão comum quanto a pobreza rural. “Observei casos em que os filhos de famílias africâneres corriam nus como os cafres das terras do Congo”, anunciou o dr. Daniel Malan em uma conferência sobre a pobreza urbana, em 1916. “Hoje, temos conhecimento de meninas africâneres tão pobres que trabalham para indianos e chineses. Sabemos de homens e mulheres brancos que vivem, casados e solteiros, com pessoas de cor.”

A degradação dos africâneres pobres nas cidades alarmava muitos líderes africâneres. As rudes comunidades mineiras que tinham surgido no Witwatersrand já eram conhecidas como locais de embriaguez, imoralidade e crime. Joanesburgo, nas palavras de um jornalista australiano que a visitou em 1910, tornara-se “uma cidade de desperdício desenfreado e esqualidez insondável”. Agora, temia-

se que os brancos pobres descessem ao nível de vida africano, quebrando barreiras de sangue e raça, rebaixando toda a cepa africâner.

Ano após ano, o "problema do branco pobre", como era chamado, aumentava. Secas periódicas (em 1919 e 1924-27) e crises (em 1920-23) tiravam mais e mais brancos da terra. Nos anos de depressão de 1928 a 1932, a dimensão da miséria afetando brancos pobres era imensa. Um relatório da Comissão Carnegie estimou que, em 1930, cerca de 300 mil brancos, representando 17,5% das famílias brancas, eram "muito pobres", tão pobres que dependiam de caridade ou subsistiam em "extrema pobreza" nas fazendas. Outros 31% dos brancos foram classificados simplesmente como "pobres", tão pobres que não conseguiam alimentar e vestir seus filhos adequadamente. Pelo menos nove em cada dez dessas famílias eram tidas como sendo de língua africâner.

Nas áreas rurais, informou a Comissão, muitas famílias viviam em casebres feitos de junco ou em cabanas de barro com telhados de palha semelhantes aos utilizados pelos africanos. Um terço dessas moradias foi considerado "impróprio para a vida civilizada". Muitas famílias brancas viviam uma existência limitada e atrasada. Mais de metade das crianças não completavam a primeira parte do ensino fundamental. "Entre a população rural, a educação era amplamente vista como algo estranho, uma coisa que não tinha qualquer influência sobre sua vida e as necessidades diárias."

Enfrentando convulsão social em todo o país e encontrando-se nas cidades à mercê do comércio e da cultura britânica, os africâneres reagiram criando suas próprias organizações para tentar manter o *volk* unido e preservar suas tradições. Foi criada uma série de associações culturais e de assistência social. Na Cidade do Cabo, um grupo de fazendeiros ricos e profissionais do Cabo estabeleceu uma editora e o primeiro jornal nacionalista, *De Burger*. Abandonando o púlpito pela política, o dr. Malan se tornou seu primeiro editor e, posteriormente, líder do Partido Nacional na província do Cabo. Entre as organizações criadas durante o período estava a Afrikaner Broederbond [Irmandade Africâner]. Ela começou

em 1918 como uma pequena e seleta sociedade interessada principalmente na promoção da cultura africâner, mas se transformou em uma das organizações mais formidáveis da história da África do Sul.

A POPULAÇÃO NEGRA, por sua vez, estava submetida a uma barreira legislativa projetada para relegá-la a um papel estritamente subordinado e mantê-la segregada dos brancos. Um grande impulso para a segregação veio como resultado de uma investigação por parte da South African Native Affairs Commission [Comissão Sul-Africana de Assuntos Nativos], criada em 1903, sob os auspícios britânicos, para elaborar uma "política nativa" uniforme para os quatro territórios da África do Sul, cada um dos quais mantinha diferentes leis e tradições em relação à população africana. A maioria dos membros da comissão era de língua inglesa e considerada representante da opinião "progressista" em assuntos nativos.

A principal recomendação do relatório da comissão, publicado em 1905, foi a de que brancos e negros devessem ser mantidos permanentemente separados na política e na ocupação da terra e da propriedade. A fim de evitar, no futuro, a "intolerável situação" em que os eleitores brancos pudessem ser superados em número pelos negros, deveria ser estabelecido um sistema de representação dissociado, apesar de o poder político, naturalmente, permanecer em mãos brancas. A terra, segundo o relatório, também deveria ser demarcada em áreas brancas e negras, "em caráter definitivo". Nas áreas urbanas, deveriam ser criados "locais" próprios para os cidadãos africanos. Essas ideias sobre a necessidade de segregação entre brancos e negros foram amplamente compartilhadas na época, tanto por amigos da população negra como por adversários.

A importância do relatório da Comissão foi que ele elevou as práticas de segregação, comumente empregadas em toda a África do Sul durante o século XIX, a uma doutrina política. A segregação

era usada por todos os políticos brancos proeminentes como um slogan respeitável e, lei após lei, acabou se tornando oficializada.

Em 1913, o Natives' Land Act [Lei da Terra dos Nativos] previu o princípio da segregação territorial e formatou as políticas fundiárias para as gerações vindouras. Os africanos foram proibidos de comprar ou arrendar terras em áreas brancas; a partir de então, as únicas áreas em que podiam adquirir terras de forma legal ficavam em reservas nativas, que, à época, representavam cerca de 7% do país. O Cabo foi excluído da legislação, pois ali os direitos africanos sobre a terra atingiam o direito ao voto.

O efeito da lei foi desenraizar milhares de inquilinos negros – “ocupantes”, como eram comumente conhecidos – que arrendavam terras de proprietários brancos. Alguns procuraram refúgio nas reservas, embora sua superlotação já estivesse se tornando uma característica notável. Outros, depois de vender seu gado e equipamentos, foram obrigados a trabalhar como operários para os agricultores brancos. Toda uma classe de camponeses prósperos acabou por ser destruída. O impacto foi particularmente grave no Estado Livre de Orange, onde, com base na lei, muitos agricultores brancos não perderam tempo em expulsar posseiros. O sofrimento dessas famílias carentes, expulsas de sua terra, foi descrito pelo escritor africano Sol Plaatje em seu relato *Native Life in South Africa* [A vida do nativo na África do Sul]: “Ao acordar na sexta-feira de manhã, em 20 de junho de 1913”, escreveu ele, “o sul-africano nativo descobria-se, na verdade, não um escravo, mas um pária na terra de seu nascimento.” Plaatje registrou como, ao viajar pelo Estado Livre de Orange, em 1913, encontrou bandos de camponeses africanos marchando de um lugar para outro em busca de um agricultor que pudesse lhes dar abrigo, suas mulheres e crianças tremendo de frio nas noites de inverno, o gado magro e faminto. “É como se essas pessoas fossem fugitivos de guerra.”

Embora a quantidade de terra para os africanos tenha sido aumentada em 1936 para 14% da área total do país, a superlotação gerava condições infestas. Relatórios oficiais alertavam para degradação da terra, erosão do solo, práticas agrícolas insuficientes,

doença e desnutrição em uma escala imensa. Incapazes de sustentar suas famílias nas reservas e precisando de dinheiro para pagar os impostos, mais e mais homens se dirigiam para as cidades em busca de trabalho.

O mesmo processo de segregação foi aplicado às cidades. O Native Urban Areas Act [Lei das Áreas Urbanas dos Nativos], de 1925, estabeleceu o princípio de que as cidades eram áreas brancas em que se permitia que africanos residissem em "locais" segregados apenas enquanto servissem a necessidades brancas. A lei previa "controles de influxo" que regulavam a entrada de africanos em áreas urbanas por meio de maior utilização do sistema de passes. Os passes, comumente utilizados desde o século XIX para uma variedade de propósitos, tornaram-se parte integrante da política para com os nativos. Os homens africanos foram obrigados a portar passes registrando permissão para trabalhar e viver em uma particular área branca. Eles precisavam de passes para viajar, para pagar impostos, para o toque de recolher, e estavam sempre sujeitos a inspeção pela polícia. Africanos considerados "excedentes" em relação às necessidades de mão de obra eram susceptíveis a serem deportados para as reservas.

Os trabalhadores africanos também enfrentaram discriminação no mercado de trabalho. Em 1911, o governo introduziu uma barreira de cores na indústria, concedendo a mineiros brancos um monopólio das profissões qualificadas. Em 1924, ele tentou resolver o problema do desemprego branco com a concepção de uma política do "trabalho civilizado", dando preferência a trabalhadores brancos e restringindo as oportunidades de emprego aos negros. Uma circular oficial definia o trabalho "civilizado" como aquele "prestado por pessoas cujo padrão de vida está em conformidade com o padrão de vida geralmente reconhecido como tolerável do ponto de vista europeu". E continuava: "Trabalho incivilizado deve ser considerado o trabalho prestado por pessoas cujo objetivo é restrito aos requisitos básicos das necessidades da vida como entendido entre as pessoas bárbaras e subdesenvolvidas." Na prática, a política significava que, sempre que possível, brancos substituiriam negros

no serviço público. O maior efeito ocorreu nas estradas de ferro estatais: entre 1924 e 1933, o número de empregados brancos aumentou em 13 mil; cerca de 15 mil africanos e mestiços perderam seus empregos. Outras agências e departamentos governamentais foram igualmente afetados. Na década de 1920, a África do Sul tinha desenvolvido um sistema econômico que alocava habilidades e altos salários para os brancos e trabalho pesado e tarefas domésticas com baixa remuneração para os negros.

Em 1936, os africanos votantes foram retirados do registro eleitoral da Província do Cabo, perdendo um direito que tinham mantido por mais de oitenta anos. O efeito prático da legislação – o Representation of Natives Act [Lei da Representação dos Nativos] – era limitado. Na época, os eleitores africanos chegavam a apenas 10 mil pessoas, atingindo não mais que 2,5% do eleitorado provincial e 1% do eleitorado da União. Mas o significado político era crucial. Como o historiador Cornelis de Kiewiet observou: “Destruir a votação dos nativos no Cabo era destruir a ponte mais importante entre o mundo das duas raças.”

Diante do rolo compressor do poder branco, a pequena elite negra – professores, pastores, funcionários, intérpretes, jornalistas – fez grandes esforços para mobilizar uma ação política a fim de proteger seus interesses. Em janeiro de 1912, em uma reunião em Bloemfontein para se opor à legislação discriminatória, várias centenas de africanos proeminentes formaram o South African Native National Congress [Congresso Nacional dos Nativos Sul-Africanos] – rebatizado mais tarde de Congresso Nacional Africano (CNA). Os primeiros nacionalistas africanos eram, em sua maioria, homens conservadores, produto das escolas missionárias, influenciados pela tradição cristã e interessados em grande parte em sua própria posição na sociedade. Por mais de trinta anos, eles organizaram delegações, petições e reuniões de protesto. Mas suas tentativas de resistir ao ataque da segregação tiveram pouco efeito.

NA DÉCADA DE 1930, a Broederbond tinha se desenvolvido em um grupo firmemente disciplinado, altamente secreto, com membros de uma elite ligados por juramento. Ela ajudou a lançar uma gama de instituições culturais africâneres e fez questão de entrar em novos âmbitos, na política e nos negócios. Sua força orientadora vinha de muitos acadêmicos africâneres do Transvaal, capazes de fornecer uma nova coerência às metas do nacionalismo africâner. Essas metas não se limitavam à defesa das tradições africâneres. Seu foco essencial era estabelecer o domínio africâner. Em uma circular confidencial emitida em 1934, o professor J.C. van Rooy, presidente da Broederbond, escreveu: "Vamos manter sempre em vista o fato de que a nossa principal preocupação é se a africaneridade vai alcançar seu objetivo final de domínio [*baasskap*] na África do Sul. Irmãos, a nossa solução para os problemas da África do Sul é ... que a Afrikaner Broederbond governe a África do Sul."

Mas a "africaneridade" em si foi atingida por novas divergências. Em 1932, enquanto a África do Sul lutava para suportar as consequências da Grande Depressão, Hertzog concordou em formar uma coalizão entre o seu Partido Nacional com a oposição, o Partido da África do Sul, de Smuts, no que ficou conhecido como o governo Fusão. No ano seguinte, os dois líderes deram mais um passo, fundindo os dois partidos no Partido Unido.

A divergência que a fusão causou representava um marco para o povo africâner. O propósito de Hertzog era forjar um novo tipo de unidade na África do Sul. Ele já não temia a ameaça do imperialismo britânico e procurou estabelecer uma *Suid Afrikaanse volkseenheid* – uma unidade entre todos os brancos da África do Sul. Seu novo aliado, Smuts, estava plenamente de acordo com o objetivo. Mas, para os nacionalistas africâneres, a fusão ameaçava tanto suas aspirações republicanas quanto suas esperanças de um eventual controle africâner. Em vez da *Suid Afrikaanse volkseenheid* de Hertzog, eles queriam uma *Afrikaner volkseenheid*, uma unidade nacional africâner. Eles afirmavam que Hertzog já não representava seus interesses e, assim, tinha perdido qualquer pretensão de liderança da "africaneridade".

Quem assumiu a bandeira nacionalista foi Malan. Repudiando a “traição” de Hertzog ao concordar com a fusão, ele lançou o Gesuiwerde Nasionale Party [Partido Nacional Purificado, GNP], alegando defender as metas e os objetivos dos “verdadeiros” africâneres. O nacionalismo *gesuiwerde* era marcadamente diferente de qualquer um de seus antecessores. Não era apenas um retorno ao nacionalismo “puro” do passado, do tipo uma vez defendido por Hertzog. Era um novo nacionalismo trazido das profundezas da privação, endurecido pela nova ideologia e movido por uma determinação implacável de dominar.

O GNP teve pouco impacto ao ser lançado, em 1933. Quando ocorreu a divisão, apenas dezoito membros do parlamento seguiram Malan para o GNP, uma pequena minoria. Nos anos seguintes, os nacionalistas de Malan permaneceram isolados. Hertzog os repudiava como um grupo de fanáticos com a intenção meramente de instigar o ódio e a discórdia. No entanto, naquele momento, foram lançadas as bases para um dramático renascimento dos destinos nacionalistas.

No centro desse renascimento estava a Broederbond. Em meados de 1930, sua influência havia se estendido a todos os níveis da sociedade africâner e a todas as áreas do país. Seu número de sócios, todos membros da elite, tinha subido para 1.400, divididos em oitenta células diversas, na sua maioria profissionais, professores, acadêmicos, religiosos e funcionários públicos. Seus esforços agora estavam dirigidos a infiltrar membros em “posições-chave” em todas as principais instituições. Com a formação do GNP, a Broederbond também ganhou o que era na realidade um braço político. Malan e outros deputados nacionalistas se associaram em 1933.

Foi sob os auspícios da Broederbond que os acadêmicos e intelectuais africâneres começaram a moldar a nova ideologia nacionalista. O nacionalismo cristão, como era chamado, era essencialmente uma mistura do Antigo Testamento com política moderna, influenciado, em parte, pela ascensão do fascismo europeu. Em seu núcleo, estava a noção um dia defendida por Paul

Kruger de que os africâneres eram membros de um povo exclusivo, criado pela mão de Deus para cumprir uma missão especial na África do Sul. Sua história, sua língua, sua cultura, sendo divinamente decretadas, eram únicas. Eles eram uma unidade orgânica a partir da qual foram excluídos "elementos estrangeiros", como pessoas de língua inglesa.

A história africâner foi retratada como uma luta épica contra dois inimigos poderosos, os britânicos e os negros, ambos com a intenção de aniquilá-los e apenas impedidos de ter sucesso por intervenção divina. "Os últimos cem anos", afirmou Malan, "testemunharam um milagre por trás do qual tem de haver um plano divino." Na década de 1930, era o imperialismo britânico e seus aliados na população de língua inglesa que eram vistos como a maior ameaça à "africanidade", e não os negros, como aconteceu em uma fase posterior. Fez-se de tudo para explicar a presente situação do povo africâner atribuindo-a aos maus desígnios da política britânica.

Em uma tentativa de ganhar apoio popular para a causa nacionalista, os membros da Broederbond conceberam a ideia de reencenar a Grande Trek do século XIX nas celebrações de seu centenário, em 1938. A *Ossewatrek*,^v como foi chamada, logo cativou a imaginação do público e levou Malan e o GNP a difundir a mensagem de que o povo africâner só podia confiar em si mesmo para lutar suas batalhas pela sobrevivência.

Em agosto, dois carros de boi, chamados *Piet Retief* e *Andries Pretorius*, em homenagem a dois *voortrekkers* famosos, começaram a longa viagem a partir da Cidade do Cabo com dois destinos: um deles se dirigiu a um alto cume fora de Pretória; o outro, às margens do rio Ncome em Natal, onde um comando bôer havia derrotado um exército zulu na batalha do rio Blood, em 1838. Outras trilhas semelhantes foram organizadas.

Em todas as cidades e aldeias por onde passavam, multidões cada vez maiores saíam para cumprimentá-los. Os homens deixavam a barba crescer e usavam grandes chapéus, as mulheres trajavam

longos vestidos *voortrekkers* e toucas tradicionais; bebês eram levados para junto dos carros de boi para serem batizados; jovens vinham se casar; homens e mulheres idosos choravam ao tocar a estrutura de madeira e as rodas; inúmeras ruas foram nomeadas em homenagem a heróis *voortrekkers*. Em discurso após discurso, os africâneres foram exortados a lembrar o passado heroico e o destino escolhido. Juntos, eles cantavam “*Die Stem van Suid-Afrika*” (A voz da África do Sul), um hino africâner baseado em um poema de C.J. Langenhoven, que agora se tornava familiar para milhares de africâneres. Em todas as reuniões, o tema era a *volkseenheid*, a necessidade de unidade para um novo esforço nacional.

A *Ossewatrek* gerou uma torrente de fervor nacionalista. Em dezembro, no auge das celebrações em Pretória, uma multidão de 100 mil africâneres – talvez um décimo de toda a comunidade – se reuniu para testemunhar a chegada dos carros de boi e acompanhar a colocação cerimonial da pedra fundamental de um monumento aos *voortrekkers*.

Menos de um ano depois, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a “africaneridade” se partiu. O governo de fusão liderado por Hertzog e Smuts dividiu-se entre os que concordavam ou não com a participação da África do Sul. Hertzog queria que a África do Sul se mantivesse neutra; Smuts defendia uma declaração imediata de guerra contra a Alemanha. Com uma votação no parlamento, Smuts levou a África do Sul à guerra, com oitenta votos a favor e 67 votos contra. A grande maioria dos africâneres ficou indignada que a África do Sul fosse arrastada para mais uma das “guerras da Inglaterra”. Do dia para a noite, o republicanismo africâner se tornou uma poderosa força política.

^v Termo africâner composto de “*trek*”, viagem, e “*ossewa*”, carro de boi. (N.T.)

57. A virada da maré

EM 1939, OS ESTADOS coloniais da África estavam firmemente entrincheirados. A maioria dos povos nativos os havia aceitado como parte de uma nova realidade. A ordem colonial já não era desafiada por revoltas e rebeliões. As autoridades coloniais estavam preocupadas, acima de tudo, em garantir um controle administrativo eficaz. Seus números eram baixos. No final de 1930, a África Ocidental Francesa, que compreendia oito territórios com uma população de 15 milhões, era gerida por 385 administradores coloniais. Com menos de quatrocentos, os britânicos controlavam a Nigéria, que tinha uma população de 20 milhões. A área britânica na África tropical, onde viviam 43 milhões de pessoas, era inteiramente governada por 1.200 administradores. A Bélgica geria o Congo com 728. O domínio colonial era mantido com a colaboração de uma série de autoridades africanas. Mas o que os administradores queriam eram unidades reconhecíveis que eles pudessem controlar.

As sociedades africanas da era pré-colonial – um mosaico de linhagens, clãs, vilarejos, chefaturas, reinos e impérios – tinham, muitas vezes, fronteiras variáveis e indeterminadas e fidelidades fluidas. Identidades e línguas haviam se matizado umas nas outras. Desde o início do domínio colonial, os administradores e etnógrafos se esforçaram para classificar os povos da África, dividindo-os no que chamaram de tribos e produzindo um mapa étnico inteiramente novo para determinar as fronteiras de cada um. As “áreas tribais” tornaram-se a principal base da administração rural. “Cada tribo deve ser considerada uma unidade distinta”, afirmou um comissário provincial em Tanganica a seus funcionários, em 1926. “Cada tribo deve estar sob um chefe.” Em muitos casos, foram impostos rótulos tribais a grupos até então indiferenciados. O chefe de um pequeno grupo conhecido na Rodésia do Norte (Zâmbia) lembrou: “Meu povo

não era soli até 1937, quando *bwana* D.C. [comissário do distrito, na sigla em inglês] nos disse que éramos.”

Nos dois antigos reinos de Ruanda e Burundi, administrados primeiro pelos alemães e em seguida pelos belgas como uma única colônia chamada Ruanda-Urundi, o processo de identificação tribal foi levado um passo adiante. Ambos os reinos eram ocupados por uma maioria hutu e uma minoria tútsi que falavam a mesma língua, compartilhavam os mesmos costumes e viviam juntos nas mesmas encostas. Na era pré-colonial, a elite real, os chefes e a aristocracia dos tútsis, um povo pastoril, haviam se estabelecido como uma classe dominante feudal superior aos hutus, que eram predominantemente agricultores. Mas hutus e tútsis moviam-se igualmente de um grupo para o outro. Alguns hutus eram ricos em gado; alguns tútsis eram agricultores. Gerações de casamentos mistos, migração e mudança ocupacional tinham obscurecido a distinção. No início da década de 1900, no entanto, as autoridades alemãs identificaram hutus e tútsis como grupos étnicos distintos. Com poucos funcionários próprios no local, eles confiaram nos tútsis, como a aristocracia dominante, para impor controle, permitindo-lhes aumentar sua hegemonia sobre os hutus. Os belgas foram mais longe. Na década de 1920, eles introduziram um sistema de cartões de identificação, especificando a tribo a que o titular pertencia. Os cartões praticamente impossibilitaram que hutus se tornassem tútsis. As autoridades belgas também estabeleceram uma burocracia tútsi, usaram chefes tútsis para manter a ordem e deram preferência à educação tútsi. As escolas primárias foram segregadas. Ao final dos anos 1930, os belgas fizeram da identidade tribal a característica definidora da vida comum tanto em Ruanda quanto no Burundi.

O esforço missionário auxiliou o processo de identificação tribal. Ao transcrever línguas até então não registradas na forma escrita, os missionários reduziram inúmeros dialetos africanos a um número menor de línguas escritas, cada uma ajudando a definir uma tribo. O efeito foi o de estabelecer novas fronteiras de grupos linguísticos. Iorubá, igbo, ewe, shona e muitos outros grupos foram formados dessa maneira. Os missionários também foram ativos em

documentar os costumes e as tradições locais e em compilar “histórias tribais”, que foram então incorporados ao currículo de suas escolas de missão, espalhando a noção de identidade tribal.

Na altura da década de 1930, os governos coloniais também tinham se envolvido em programas de educação. Precisando de recrutas treinados para preencher os degraus mais baixos do serviço administrativo, começaram a apoiar os missionários na criação de escolas. Com a ajuda do governo, fundou-se um punhado de escolas secundárias: a École Normale William Ponty, no Senegal; Achimota, na Costa do Ouro; o Gordon Memorial College, em Cartum; Kaduna, na Nigéria; e Makerere, em Uganda. Elas se tornaram os berçários das novas elites africanas.

As pequenas elites que o domínio colonial produziu nas décadas de 1920 e 1930 estavam preocupadas principalmente com seu próprio status, procurando ganhar para si um papel na administração, de preferência aos chefes que consideravam rivais pelo poder. Elas prestavam pouca atenção ao bem-estar das massas rurais. Poucas adotavam ambições nacionalistas. Em 1936, Ferhat Abbas, um ativista político e escritor que estudara farmacologia na Universidade de Argel, resumiu sua visão sobre o nacionalismo argelino em uma publicação semanal que fundara:

Se eu tivesse descoberto uma nação argelina, seria um nacionalista e não iria corar por isso como se fosse um crime. Os homens que morrem por um ideal patriótico são honrados e considerados diariamente. Minha vida não vale mais do que a deles. No entanto, não vou morrer pela pátria argelina, porque essa pátria não existe. Não a encontrei. Questionei a história. Perguntei aos vivos e aos mortos. Visitei os cemitérios; ninguém me disse dela ... Ninguém constrói no vento.

Além de estabelecer as bases da educação moderna, o domínio colonial trouxe avanços na saúde pública. Após a descoberta, em 1900, de que os mosquitos eram o vetor infeccioso tanto da malária quanto da febre amarela, campanhas contra o mosquito e medicamentos profiláticos levaram a uma queda acentuada nas taxas de mortalidade. Como resultado dos programas de vacinação em massa, a varíola deixou de ser uma grande assassina. Muita atenção foi dada ao tratamento da hanseníase. Nas áreas urbanas, o

governo colonial concentrou-se em saneamento, serviços de fornecimento de água limpa e hospitais; em áreas rurais, foram criadas clínicas. O efeito global foi um aumento significativo nos níveis populacionais. Em 1900, a população da África foi estimada em 130 milhões. Em 1939, tinha subido para cerca de 170 milhões.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL teve um impacto dramático no ritmo da mudança. Com um propósito e vigor nunca vistos no continente antes, os governos coloniais construíram aeroportos, portos, estradas e depósitos de suprimentos e exigiram uma produção cada vez maior de cobre, estanho, amendoim – na verdade, qualquer mercadoria útil no esforço de guerra. Bases como Freetown, Takoradi, Mombaça e Acra tornaram-se parte vital da rede aliada. Milhares de soldados africanos foram recrutados para o serviço militar. Cerca de 374 mil africanos dos territórios do Reino Unido serviram no exército britânico. Unidades africanas ajudaram a derrotar os italianos na Etiópia e a restaurar o imperador Hailê Selassiê ao trono. Regimentos africanos foram enviados para a Índia e para a Birmânia, na qual lutaram com distinção. Os soldados africanos aprenderam como os movimentos nacionalistas indianos e birmaneses tinham forçado promessas de autodeterminação por parte do governo britânico, apesar de suas populações serem principalmente pobres e analfabetas.

Cerca de 80 mil soldados africanos foram enviados da África francesa para a França, para lutar contra os alemães. Mas, para a França, a guerra criou o espetáculo de uma potência europeia não só derrotada, mas dividida em campos opostos – franceses livres e pró-Vichy – que lutavam entre si pela lealdade ao império. A maior parte da África francesa se alinhou ao regime de Vichy. Mas a África Equatorial Francesa, respondendo ao apelo do general De Gaulle, no exílio, uniu-se à causa da França Livre. Durante dois anos e meio, a pequena cidade de Brazzaville, na margem norte do Congo, tornou-se a capital temporária do que se dizia ser o governo da França. A partir dessa base, um exército foi montado, equipado e enviado pelo

Saara para participar da campanha dos Aliados no norte da África. Na África, nas próprias palavras do general De Gaulle, a França tinha encontrado “seu refúgio e ponto de partida para sua libertação”.

A guerra também provocou mudanças decisivas no poder. Na Ásia, a derrota que o Reino Unido, a França e a Holanda sofreram nas mãos dos japoneses foi um profundo golpe à influência europeia e ofereceu grande estímulo para os movimentos de oposição. Após a queda de Cingapura, a enorme base naval que simbolizava a força britânica no Extremo Oriente, a Inglaterra nunca mais recuperou sua posição. Apesar de, em última instância, ter sido vitoriosa, ela saiu da guerra com seu poder e prosperidade muito diminuídos. Na Indochina, os franceses foram incapazes de restaurar totalmente o controle contra a oposição nacionalista. Na Indonésia, os holandeses enfrentaram resistência semelhante. Liderando a retirada imperial da Ásia, num período de três anos o Reino Unido concedeu independência à Birmânia, à Índia e ao Ceilão (Sri Lanka). À medida que a influência europeia diminuía, as superpotências emergentes, os Estados Unidos e a União Soviética, competiam pela ascendência. Por motivos diferentes, ambos foram poderes anticoloniais.

Além disso, a guerra que tomou conta do mundo tinha sido travada em nome da liberdade e da autodeterminação. Para aqueles que procuravam um novo futuro no mundo colonial, a Carta do Atlântico, elaborada por Churchill e Roosevelt em 1941, apoiando o direito de todos os povos de escolher seu próprio governo, parecia constituir algum tipo de incentivo oficial. Churchill mais tarde alegou que tinha em mente a autodeterminação apenas para as nações conquistadas pelo restante da Europa, e não para os territórios britânicos. Mas Roosevelt estava convencido de que os objetivos do pós-guerra deveriam incluir a autodeterminação de todos os povos coloniais. A opinião de Roosevelt sobre o domínio britânico endureceu consideravelmente durante a guerra, quando, em seu caminho para a Conferência de Casablanca, em 1943, ele parou brevemente na Gâmbia. Consternado com a pobreza e as doenças que testemunhou ali, ele escreveu a Churchill, descrevendo o território como um “inferno”. E foi ainda mais contundente a respeito

dos franceses. Para a indignação deles, quando Roosevelt posteriormente chegou a Casablanca, ele insistiu em dizer ao sultão Mohammed V que a Carta do Atlântico se aplicava ao Marrocos, bem como a todas as outras colônias, dando impulso à ideia do nacionalismo marroquino.

Da mesma forma que em outras partes do mundo, o rescaldo da guerra trouxe frustração e inquietação à África. As elites africanas viram a Carta do Atlântico como uma oportunidade para exigir direitos políticos, mas enfrentaram obstáculos. Ex-militares que voltavam para casa com novas habilidades e ideias, experiências mais amplas e altas expectativas para o futuro, muitos acreditando terem ganhado o direito de exigir alguma participação no governo de seus próprios países, encontraram poucas oportunidades. Nas cidades, havia uma onda de descontentamento com o desemprego, a alta dos preços, as condições precárias de habitação, os baixos salários e a falta de artigos de consumo. Durante a guerra, os centros urbanos tinham inchado. À medida que um fluxo constante de migrantes chegava de áreas rurais em busca de trabalho, favelas e cortiços proliferavam nos arredores de cidades como Lagos, Acra, Dacar, Léopoldville e Nairóbi. A agitação social entre os trabalhadores era comum. Em muitas cidades africanas, havia uma atmosfera de tensão. As disciplinas sociais estavam enfraquecendo; as velhas religiões foram perdendo terreno. A propagação do ensino fundamental, particularmente na África ocidental, criou novas expectativas. Os jornais e as emissoras de rádio, levando notícias de um mundo mais amplo, tiveram um impacto crescente. Uma nova geração estava emergindo, ambiciosa e descontente. Em Acra e em Lagos, os movimentos de "juventude" e os jornais africanos colocavam a culpa de todos os problemas sociais nas autoridades, denunciavam todo o sistema colonial e exigiam o autogoverno. As autoridades coloniais desconsideraram esses críticos como um punhado de "agitadores" urbanos sem apoio popular, confiando de que os chefes locais e, portanto, a maior parte da população se manteriam fiéis. No entanto, começou a fluir uma maré de eventos

que acabaria por varrer os impérios africanos que a Europa tão orgulhosamente possuía.

PARTE XV

A onda do nacionalismo

A ÁFRICA EM 1954



58. Antes do dilúvio

EM 1945, HAVIA quatro Estados independentes na África: o Egito, nominalmente independente, liderado por um monarca corrupto, mas sujeito à interferência política britânica e obrigado por um tratado a aceitar a presença de forças militares britânicas; a Etiópia, um império feudal recém-restaurado para Hailê Selassiê após cinco anos de ocupação italiana; a república decadente da Libéria, pouco mais do que um feudo da empresa norte-americana Firestone, que era a proprietária de suas plantações de borracha; e a União da África do Sul, o Estado mais rico do continente, dono dos maiores depósitos mundiais de ouro e que se tornou independente em 1910, sob um governo de minoria branca. Os demais eram reservas naturais das potências europeias, todos confiantes da importância de sua missão imperialista.

A Inglaterra, tendo estabelecido precedentes na Ásia, era a única potência colonial que contemplava a possibilidade de autogoverno para seus territórios africanos. No entanto, esperava manter o domínio ali pelo menos até o final do século XX. Da perspectiva do Ministério Colonial, em Londres, o império do Reino Unido na África era um domínio calmo e ordeiro. Das pacatas capitais africanas, emergiam poucas questões que exigissem atenção urgente. Graças a muitos anos de experiência, os territórios africanos eram administrados de forma eficiente, além de serem baratos aos cofres públicos. Estrategicamente, como a guerra tinha mostrado, eram úteis no fornecimento de matéria-prima, bases militares e um grande número de tropas. No rescaldo sombrio da guerra, quando a Inglaterra lutava com o racionamento de comida, os danos causados pelos bombardeios, as dívidas de guerra e uma crise financeira aguda, as colônias eram encaradas principalmente como ativos úteis. No entanto, *à medida que se enraizava, no pós-guerra*, uma

abordagem colonial mais esclarecida, as autoridades britânicas começaram a considerar que planos eram necessários a longo prazo.

O sistema de administração que o Reino Unido tinha projetado para seus catorze territórios na África permitiu que eles operassem separadamente e com um acentuado grau de independência. Cada um tinha seu próprio orçamento, as próprias leis e serviço público. Cada um estava sob o controle de um governador, poderoso o suficiente em seu próprio domínio para garantir que sua opinião ali prevalecesse. Cada um estava em um estágio diferente de desenvolvimento político e econômico.

Os territórios britânicos na África ocidental eram os mais avançados. Na Costa do Ouro, na Nigéria e em Serra Leoa, a elite profissional negra – advogados, médicos, professores e comerciantes – vinha participando de instituições importantes desde o final do século XIX. Na Costa do Ouro, o primeiro africano nomeado para o legislativo local assumiu o cargo em 1888. Em todos os três territórios, as primeiras eleições diretas haviam ocorrido na década de 1920, permitindo que uma pequena minoria de representantes locais se sentasse ao lado de funcionários e chefes britânicos em conselhos legislativos. Durante a guerra, foram admitidos africanos nos conselhos executivos, aconselhando governadores, e, no caso da Costa do Ouro, alguns tinham sido introduzidos nos quadros superiores da administração. Depois da guerra, foram elaboradas novas constituições para a Costa do Ouro e a Nigéria, o que representava mais uma medida de avanço político. Na Costa do Ouro, os africanos do conselho legislativo pela primeira vez superaram em números os funcionários coloniais. O efeito, no entanto, era limitado. Apenas cinco dos 31 membros eram eleitos diretamente; e, com a prudência habitual, os britânicos garantiam que o governador mantivesse o poder real. Os membros só podiam criticar a política, e não a formular. Gâmbia, uma colônia minúscula que consistia de pouco mais que duas margens de rio, foi considerada muito pequena e pobre para algum dia alcançar o autogoverno.

Nas colônias britânicas da África oriental e central, a atividade política girava em torno das demandas de colonos brancos por mais poder político. Na Rodésia do Sul, a população branca, que atingia não mais que 33 mil pessoas, havia ganhado autonomia interna em 1923. O Reino Unido manteve certas reservas de poder, incluindo o direito de vetar leis que discriminassem a população africana. Mas, ao longo dos quarenta anos seguintes, o governo britânico jamais interveio, enquanto os brancos rodesianos *construíam* uma estrutura econômica e social baseada principalmente na discriminação de terra, empregos e salários. Em 1931, o Land Apportionment Act [Lei do Rateio da Terra] dividia a terra em áreas brancas e negras, alocando 20 milhões de hectares à *população branca* e 12 milhões a 1 milhão de africanos. Somente o direito ao voto permaneceu não racial, mas as qualificações, com base no rendimento, eram tão altas que, em 1948, havia apenas 258 eleitores negros, em comparação com 47 mil brancos. Sem qualquer obstrução do governo britânico, os brancos rodesianos tornaram-se cada vez mais hostis a qualquer sugestão de que não tinham o direito de controlar por completo seus próprios assuntos.

No Quênia, a pequena população branca se organizou para obter ganhos semelhantes. Embora, na década de 1920, chegasse a apenas 10 mil pessoas, elas conseguiram obter representação no conselho legislativo local, no qual exerceram grande influência. A comunidade agrícola branca, um grupo heterogêneo de agricultores pioneiros, ricos aristocratas europeus e expatriados africanos, era especialmente agressiva, exigindo uma parcela cada vez maior de terras altas para uso exclusivo dos europeus. Quando foram finalmente definidas, as Terras Altas Brancas se estendiam por 20 mil quilômetros quadrados das melhores terras agrícolas no país, uma região próspera de plantações de café e chá e fazendas de gado leiteiro e de corte.

No entanto, após o precedente rodesiano, o governo britânico passou a se prender à *noção de que os interesses africanos precisavam ser protegidos*. Na prática, isso nem sempre significou muito. Como os povos africanos da África oriental e central tinham

entrado em contato com os sistemas europeus havia relativamente pouco tempo, várias gerações depois dos africanos ocidentais, o Ministério Colonial considerou que a futura prosperidade da região dependia sobretudo de encorajar as comunidades brancas que ali representavam o esteio econômico. Assim, depois da guerra, apesar de as queixas africanas por território estarem aumentando, foi disponibilizada mais terra nas Terras Altas Brancas – 100 mil hectares – para ex-funcionários britânicos. O ritmo do progresso africano, por sua vez, era mínimo. No Quênia, o primeiro africano a se sentar no conselho legislativo foi nomeado em 1944; em Tanganica e Uganda, em 1945; na Rodésia do Norte (Zâmbia), em 1948; e na Niassalândia (Malawi), em 1949.

Nos anos do pós-guerra, por causa do clima excelente, das paisagens espetaculares e da mão de obra barata, as colônias britânicas na África oriental e central tornaram-se o destino de milhares de emigrantes, que escapavam da monotonia e da austeridade do Reino Unido e procuravam estabelecer uma versão mais rica e tropical de uma forma inglesa de vida. Na Rodésia do Sul e no Quênia, a população branca dobrou. Amparados por números crescentes e investimentos estrangeiros, os políticos brancos de Salisbury (atual Harare) e de Nairóbi estavam determinados a estabelecer novos domínios geridos por britânicos brancos no coração da África.

Ainda que cauteloso quando se tratava de progresso político, o Ministério Colonial movimentou-se com muito mais vigor para promover o desenvolvimento econômico. Embora o princípio orientador antes da guerra tivesse sido o de que as colônias deveriam ser autossustentáveis, o governo britânico passou a alocar grandes somas de dinheiro para seu desenvolvimento. Concentrando-se primeiro no progresso econômico e social, as colônias deveriam passar gradualmente de possessões pobres e atrasadas a territórios prósperos, nos quais, em seu devido tempo, a população local poderia ser introduzida lentamente nos negócios do governo.

Assim, após 1945, com um orçamento generoso *à disposição*, o Ministério Colonial ganhou vida com novos esquemas, novas comissões e um novo propósito. Num momento em que perdia outras partes do império, a África, ao menos, parecia destinada a uma época de renascimento imperial. Foram recrutados inúmeros especialistas técnicos nas áreas de agricultura, educação e saúde. Foram criadas novas empresas públicas. Centenas de jovens foram enviados para os confins da África com a garantia de que tinham o trabalho de uma vida inteira pela frente.

OS FRANCESES TAMBÉM embarcaram em grandes programas de desenvolvimento na era do pós-guerra e introduziram uma reforma política. Em 1944, com os alemães ainda ocupando Paris, De Gaulle organizou uma conferência de administradores coloniais em Brazzaville, na qual prometeu um novo papel para as colônias africanas. Como a maioria dos compatriotas, fossem eles franceses livres ou pró-Vichy, De Gaulle estava convencido de que as relações entre a França metropolitana e as colônias eram indissolúveis. Quaisquer que fossem os contratempos ocorridos durante a guerra, as colônias iriam continuar a ser governadas como parte de uma França maior. Na verdade, De Gaulle encarava o império como a chave para a reconstrução do poder e do prestígio da França no mundo. Mas, em reconhecimento pelo esforço de guerra, ele se comprometeu a abolir práticas coloniais antigas, tais como o trabalho forçado e o *indigénat*, e em dar às populações africanas maior representação política.

Ao contrário dos ingleses, os franceses consideravam suas colônias não entidades separadas, mas partes integrantes da França, o que lhes permitia enviar representantes para o parlamento francês, em Paris. No Senegal, a mais avançada das colônias da França na África negra, os residentes negros de quatro antigas cidades costeiras tinham exercido o direito de eleger um representante para o parlamento desde o século XIX. O primeiro deputado senegalês chegou a Paris em 1914 e logo subiu para o

posto de ministro júnior. Fora do Senegal, nas outras catorze colônias francesas, nenhuma atividade política organizada tinha sido permitida. Mas, no inverno de 1945, quando cerca de seiscentos delegados chegaram a Paris para elaborar uma nova constituição para a Quarta República, havia entre eles um grupo de nove representantes da África negra.

Em sua “missão civilizadora” na África, os franceses haviam absorvido muito bem a pequena elite negra que surgiu de suas colônias. De maneira geral, os membros dessa elite se viam e eram vistos como franceses, criados numa tradição de lealdade à França, aceitando seu governo e sua cultura de bom grado e orgulhando-se de serem cidadãos de uma potência mundial. Seu objetivo principal era garantir para os africanos os mesmos direitos e privilégios concedidos aos franceses metropolitanos. Ninguém sonhava com a independência. Nem uma única voz na Assembleia Constituinte levantou-se em favor de dividir o império. “Nosso programa”, afirmou um delegado do Senegal, “pode ser resumido em uma fórmula muito simples: uma única categoria de franceses com exatamente os mesmos direitos, já que todos estão sujeitos aos mesmos deveres, inclusive o de morrer pelo mesmo país.”

Sob a Quarta República, os africanos obtiveram ganhos consideráveis. Todos receberam cidadania francesa, e parte deles – mais de 1 milhão – o direito ao voto. Na Câmara de Paris, a África negra foi representada por um total de 24 deputados. Em casa, foram estabelecidas assembleias locais para cada território e assembleias federais para as duas principais regiões, a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa. Pela primeira vez, a atividade política floresceu em todo o império francês no continente. Acompanhando a promessa feita por De Gaulle, foram também introduzidas reformas sociais e econômicas.

Por mais que essas medidas tenham beneficiado os territórios da França na África, o principal objetivo da União Francesa, como o império do pós-guerra foi chamado, ainda era vincular firmemente as colônias à França metropolitana. Os políticos franceses concordavam tacitamente que dar muito poder aos subordinados

coloniais em Paris ou nas colônias poderia ameaçar o governo ou enfraquecer o império. Se o princípio da igualdade de direitos para todos os cidadãos inscritos na constituição da Quarta República fosse seguido em sua conclusão lógica, as colônias, em virtude de seus números, estavam, em última instância, em uma posição de se sobrepôr à França metropolitana. O temor de que a França se tornasse uma “colônia de suas colônias” ajudou a garantir a adoção de um ritmo apenas cauteloso de progresso político.

No sistema dual de voto adotado na África negra, foi dado muito mais peso aos votos dos franceses metropolitanos do que aos dos africanos. As assembleias territoriais criadas na África tinham alcance limitado. O poder real ainda estava com os funcionários da Rue Oudinot, o Ministère de la France d’Outre-Mer [Ministério da França Ultramarina], e com as administrações francesas locais. A maioria dos partidos políticos que emergiram na África negra no início da Quarta República era patrocinada por funcionários franceses que pretendiam que seus próprios candidatos fossem eleitos para as assembleias nacionais e locais.

Sob a Quarta República, a Argélia foi tratada de forma diferente de todos os outros territórios franceses. Como antes, os três departamentos do norte, Argel, Constantina e Orã, onde vivia a maioria da população europeia, foram considerados parte da França, com o mesmo status que os departamentos da França continental. As cidades argelinas possuíam um caráter francês inconfundível. Argel, cercada por morros íngremes e polvilhada de mansões de telhados vermelhos com vista para uma das baías mais espetaculares do Mediterrâneo, parecia um resort da Riviera. Seus bulevares e avenidas largos eram repletos de lojas caras, quiosques, cafés e livrarias. Ao longo da orla, grandes edifícios com arcadas alojavam bancos e empresas mercantis. Um terço da população era branca.

Depois de 115 anos de presença francesa na Argélia, os colonos franceses – ou *pieds-noirs*, como eram chamados – tinham conseguido total controle do poder político, do comércio, da agricultura e do emprego, resistindo de forma obstinada a todas as

tentativas de mudança e relegando efetivamente a população de maioria muçulmana – árabe e cabila – a um status subserviente. Ambos os grupos enviaram deputados à Assembleia Nacional em Paris, mas os 8 milhões de muçulmanos receberam não mais que quinze assentos, o mesmo garantido a 1 milhão de *pieds-noirs*. Na Argélia, a assembleia local era sujeita ao controle da administração francesa. As eleições eram descaradamente manipuladas para garantir que candidatos muçulmanos submissos – os *béni-oui-oui*, como os colaboradores do governo eram conhecidos pejorativamente – conquistassem seus lugares. Os escalões superiores da administração eram praticamente uma exclusividade francesa: dos 864 postos administrativos mais altos, apenas oito eram ocupados por muçulmanos. Nas áreas rurais, um pequeno grupo de 250 administradores governava 4 milhões de muçulmanos.

O abismo entre as duas comunidades era enorme. A vasta maioria dos nativos era analfabeta, pobre e desempregada. Seus números estavam em rápido crescimento. Em cinquenta anos, a população argelina tinha quase dobrado, provocando temores entre os *pieds-noirs* de serem “inundados”. Nas áreas urbanas, grande parte vivia em *bidonvilles*, favelas miseráveis improvisadas com latão na periferia das cidades. Argel estava cercada por mais de cem delas, construídas em terrenos baldios, locais de demolição e nos barrancos que desciam para o mar. Na casbá, a antiga fortaleza-palácio de Argel, cerca de 80 mil muçulmanos viviam amontoados em uma área de um quilômetro quadrado, uma cidade árabe incrustada em uma cidade europeia. As perspectivas de emprego para os muçulmanos eram limitadas; em geral, dava-se preferência aos *petits-blancs*.^w Quase dois terços da população rural era oficialmente classificada como “indigente”. Ao visitar sua terra natal, em 1945, o escritor Albert Camus ficou horrorizado ao encontrar crianças cabilas disputando com cães o conteúdo de uma lata de lixo.

Para o mundo externo, os franceses mantinham um firme controle. Mas havia um forte sentimento interno em crescimento. Na década de 1930, ganhou força um movimento religioso conhecido

como Ulemá, que defendia um retorno aos princípios primordiais do islã e reacendia um senso de consciência religiosa e nacional entre os argelinos. O credo que o movimento adotava era simples: "O islã é a minha religião, o árabe é a minha língua, a Argélia é o meu país ... A independência é um direito natural de todos os povos da terra." Em 1944, na esteira dos anúncios do general De Gaulle, em Brazzaville, foi formado um novo grupo político chamado Amis du Manifeste et de la Liberté [Amigos do Manifesto e da Liberdade], que tinha por objetivo "propagar a ideia de uma nação argelina e o desejo de uma constituição argelina com uma república autônoma federada a uma república francesa renovada, anticolonial e anti-imperialista".

Em maio de 1945, uma erupção súbita de violência na pequena cidade provincial de Sétif, a 130 quilômetros a oeste de Constantina, ofereceu uma dura advertência do grau das pressões internas que estavam ganhando força. Uma área predominantemente muçulmana, Sétif sofrera com meses de seca e dificuldades econômicas. Uma manifestação de ativistas muçulmanos que carregavam faixas exigindo independência acabou em ataques aos europeus que se espalharam pela região de Constantina. Em cinco dias de caos, 103 europeus foram mortos. As autoridades francesas responderam com repressão feroz, sujeitando aldeias muçulmanas suspeitas à *ratissage* sistemática, um "rastreamento" no qual cerca de 6 mil argelinos morreram.

Nas aparências, a Argélia voltou a sua rotina tranquila. As autoridades francesas não esperavam mais perturbações. Mas, para um pequeno grupo de ativistas, muitos deles ex-soldados do exército francês que voltavam para casa depois da guerra na Europa, o único caminho a seguir era o da resistência armada.

A BÉLGICA ENCARAVA o Congo essencialmente como um bem valioso que só precisava de uma boa gestão. Desde o fim do Estado Livre do Congo do rei Leopoldo, em 1908, os assuntos do Congo tinham sido controlados rigidamente a partir de Bruxelas por um pequeno

grupo de gestão que representava uma aliança entre o governo, a Igreja católica e as empresas gigantes de mineração e de negócios, cujas atividades eram praticamente isentas de controle externo. Em essência, o governo providenciava a administração, a Igreja cuidava da educação e do bem-estar moral, e as mineradoras produziam a receita para manter a empreitada. Por convenção, as questões coloniais eram mantidas fora da política belga. Ninguém lhes dava tanta atenção quanto os políticos na Inglaterra e na França. No geral, o público belga estava contente em possuir a colônia mais rica da África sem se preocupar com o que acontecia por lá. O Congo, em si, não emitia opiniões que não as oficiais. Nem os belgas que lá viviam nem os congoleses tinham direito a voto; ninguém era consultado. Editais e diretrizes eram simplesmente transmitidos de Bruxelas.

A única interrupção a este ordenado estado de coisas veio da própria Bélgica, quando os alemães invadiram o país, em 1940, e o governo retirou-se para Londres. Em seu regresso a Bruxelas, em 1944, foram empregadas as mesmas políticas coloniais. Os ministros do governo não viam razão para mudança. O sistema, ao que parecia, era bom o suficiente para durar indefinidamente.

O Congo permanecia um empreendimento imensamente lucrativo. Nenhuma outra colônia na África possuía tal profusão de cobre, diamantes e urânio. Tudo isso permitia que a Bélgica mantivesse um quadro de lei, ordem e desenvolvimento que ultrapassava em muito os esforços de outras potências coloniais. Mesmo nas áreas rurais mais remotas, a mão firme da autoridade belga era encontrada, garantindo que os aldeões produzissem culturas de forma eficiente, mantivessem as estradas e estivessem disponíveis para o trabalho nas minas e nas plantações. Os missionários eram ativos na construção de uma rede impressionante de escolas primárias e clínicas em todo o país; na era do pós-guerra, mais de um terço da população se dizia cristã. As mineradoras no leste do Congo ofereciam a seus funcionários habitação, sistemas de previdência e formação técnica. O governo belga partiu da premissa de que, com educação rígida, liderança sábia e benefícios materiais suficientes, a

população africana ficaria contente com o governo belga para o resto de suas vidas.

Os congolezes, no entanto, eram mantidos em um papel subserviente. Não tinham voz política, nem direito à posse de terra ou a viajarem livremente. Estavam sujeitos a toques de recolher em áreas urbanas e ao trabalho forçado em áreas rurais. Embora as escolas primárias fossem abundantes, não havia ensino superior, exceto nos seminários católicos. Os alunos tampouco eram autorizados a estudar na Bélgica. As crianças congolezas que buscavam o ensino superior só foram autorizadas a frequentar escolas secundárias brancas a partir de 1950. Embora os africanos fossem encorajados a se formar como funcionários administrativos, auxiliares de enfermagem ou mecânicos, não podiam se tornar médicos, advogados ou arquitetos. Os belgas isolaram deliberadamente o Congo de qualquer influência externa e reprimiram o surgimento de uma elite negra, que poderia exigir uma mudança no sistema.

Embora formassem uma comunidade privilegiada, os brancos também tinham seu papel claramente definido. Não havia incentivo para colonos brancos. Exceto na porção oriental de Kivu e em Katanga, poucos eram realmente proprietários de terra. Também não havia demanda para artesãos. Para evitar sua chegada, o governo exigia aos emigrantes para o Congo que trouxessem grandes títulos financeiros. E os funcionários públicos ou empregados belgas contratados não deveriam considerar o Congo um posto permanente.

No entanto, nos anos do pós-guerra, à medida que a economia crescia, surgiu uma pequena elite negra – os *évolués* (“evoluídos”), como eram chamados. Mas era uma elite preocupada apenas em exigir mais direitos e o fim da discriminação em relação a si própria. Relutante em admitir qualquer mudança real, Bruxelas concebeu uma série de esquemas apáticos que ganhou pouco apoio. Em 1948, os africanos que eram alfabetizados, de bom comportamento e não adeptos de práticas como a poligamia e a feitiçaria tinham o direito de pedir uma *carte du mérite civique* (“carteira de mérito cívico”).

Mas, como tal documento não trazia benefícios precisos, relativamente poucos congolese se deram ao trabalho de obtê-lo. Depois de anos de debate e prevaricação, o governo estabeleceu por decreto um novo status, *immatriculation* ("matrícula"), que na prática dava a certos *évolués* os mesmos direitos jurídicos dos brancos: eles poderiam ser julgados nos mesmos tribunais, mas as barreiras sociais e econômicas permaneceram.

Para chegar a esse status elevado, o candidato deveria convencer os funcionários belgas de que não só tinha a educação europeia adequada, mas que foi "penetrado pela civilização europeia e se pauta por ela", um obstáculo que muitos brancos, sem dúvida, não conseguiriam transpor. No curso de suas investigações, o oficial faria um exame bem detalhado do estilo de vida do candidato, interrogando-o sobre o relacionamento com sua esposa e amigos e indo com um grupo em sua casa para a inspeção. Um jovem funcionário dos correios, Patrice Lumumba, mais tarde descreveu o procedimento em seu livro, *Le Congo, terre d'avenir* [O Congo, terra do futuro]: "Todos os cômodos da casa, da sala de estar, o quarto e a cozinha até o banheiro, são vasculhados de cima a baixo, a fim de encontrar tudo o que seja incompatível com as exigências da vida civilizada." Como tentativa de mostrar a boa vontade belga, o decreto de *immatriculation*, introduzido em 1952, foi um fracasso completo.

Enquanto o Congo pudesse ser mantido isolado do resto do mundo, os belgas esperavam que seu sistema de governo paternal, que fornecia, como de fato o fez, educação primária de massa, habilidades industriais, oportunidades econômicas e assistência social, satisfizesse a sede que os congolese tinham por progresso. Não há dúvida de que o Congo tinha a reputação de ser um refúgio estável e próspero, livre de efervescência política.

COMO O PAÍS MAIS pobre da Europa, Portugal não podia se dar ao luxo de investir muito no desenvolvimento de seu império africano. O ditador de Portugal, Antônio de Oliveira Salazar, gostava de se

vangloriar da importância de Portugal como “uma grande potência colonial” e de lembrar ao público que sua “missão civilizadora” na África remontava a quatrocentos anos. Mas, na realidade, Angola e Moçambique (África Oriental Portuguesa) eram colônias atrasadas, com escassez de fundos e usadas como depósito para milhares de camponeses pobres e analfabetos e trabalhadores não qualificados desesperados para escapar da miséria em Portugal. Quando os primeiros planos de desenvolvimento geral para Angola e Moçambique foram lançados em 1953, nada incluíam sobre educação e serviços sociais. A ditadura de Salazar era tão repressora nas colônias como na metrópole. A atividade política era rigidamente controlada; críticos e dissidentes de qualquer tipo eram tratados sem piedade; qualquer pessoa suspeita de agitação era presa ou enviada para uma colônia penal ou para o exílio.

Para Lisboa, a principal função da população africana era fornecer mão de obra e pagar impostos, e, na era do pós-guerra, os funcionários do Ministério das Colônias não viam razão para mudança. Os homens africanos eram recrutados para trabalhar seis meses ao ano para o governo ou para empregadores privados em plantações, estradas, minas, às vezes a centenas de quilômetros de casa, a menos que pudessem provar que tinham um emprego remunerado. As condições em que eram forçados a viver eram muitas vezes miseráveis, agravadas às vezes por funcionários corruptos e empregadores que abertamente desrespeitavam a lei. Práticas como o trabalho infantil, fraudes salariais, castigos corporais e suborno eram bem conhecidas em Lisboa, mas pouco esforço foi feito para corrigi-las. Em 1947, um alto funcionário da administração colonial, Henrique Galvão, relatou para a Assembleia Nacional, em Lisboa, os danos causados pelas políticas do governo. Ele advertiu que áreas inteiras de Angola e Moçambique estavam sendo despovoadas, pois os homens africanos cruzavam as fronteiras para territórios vizinhos em busca de uma vida melhor. “Vê-se apenas o desafortunado, o velho, o doente e mulheres e crianças.”

Uma minoria afortunada escapou desse submundo por meio do chamado regime do indigenato. Desde que um homem africano

fosse alfabetizado em português (apenas 1% o era), pertencesse à fé cristã, tivesse renda suficiente e estivesse disposto a abandonar costumes nativos, como a poligamia, poderia se submeter a um tribunal do governo para obter o status de "civilizado" ou, como mais tarde foi denominado, "assimilado". Se ele passasse pelo escrutínio, poderia receber cidadania plena, assim como os brancos e os mestiços. Por volta de 1950, Angola contava com aproximadamente 30 mil "civilizados", e Moçambique com cerca de 4.300, uma pequena fração da população negra, mas, para os portugueses, era a prova de que estavam cumprindo sua missão histórica.

O ANTIGO IMPÉRIO da Itália foi desmembrado após a guerra e dividido entre governos de custódia. Na Líbia, a administração militar britânica apoiou as pretensões de liderança feitas pelo líder da irmandade Senussi, Idris al-Senussi, neto do fundador da irmandade, que havia se aliado aos britânicos contra os italianos durante a guerra. Em 1951, sob os auspícios das Nações Unidas, uma assembleia constituinte escolheu Idris como rei de uma união federal da Cirenaica, a Tripolitânia e o Fezzan; no final do ano, o reino da Líbia se tornou independente. Um Estado pobre, a Líbia era fortemente dependente da ajuda britânica e norte-americana.

A Eritreia também foi colocada provisoriamente sob o controle de uma administração militar britânica, mas seu futuro, nas mãos da Organização das Nações Unidas, revelou-se difícil de resolver. A Etiópia, como a Abissínia passou a ser chamada no pós-guerra, reivindicou a Eritreia, alegando que, historicamente, o território ou partes dele pertenceram anteriormente ao seu império. Por razões estratégicas, também, Hailê Selassiê estava ansioso para controlar os portos de Assab e Massawa e dar à Etiópia acesso direto ao mundo exterior.

Os próprios eritreus, cerca de 3 milhões de pessoas, estavam divididos quanto à questão. A metade cristã da população, principalmente os tigrínios, que habitavam as montanhas ao redor

da capital, Asmara, tendiam a apoiar a unificação com a Etiópia, com a qual tinham vínculos religiosos e étnicos. A metade muçulmana, também encontrada nas terras altas, mas ocupando sobretudo a região desértica ao longo da costa do mar Vermelho e as planícies ocidentais, tendiam a favorecer a independência.

Como meio-termo, a ONU planejou uma forma de federação sob a qual o governo etíope recebeu o controle das relações exteriores, defesa, finanças, comércio e portos, enquanto a Eritreia poderia ter seu próprio governo eleito e sua assembleia. A Eritreia também podia ter sua própria bandeira e línguas oficiais, tigrínia e árabe. Pouco antes da partida dos britânicos, em 1952, uma eleição realizada sob seus auspícios resultou em uma divisão quase igual de votos entre cristãos e muçulmanos, mas deu maioria a um partido unionista. Desde o início, Hailê Selassiê via a federação como nada mais do que um passo para a unificação.

Na Somália, após um período transitório de domínio britânico, em 1950 os italianos receberam um mandato de dez anos da ONU para preparar o território para a independência. A Inglaterra lançou um programa semelhante na Somalilândia Britânica. A maior ambição dos somalis nacionalistas no pós-guerra não era apenas unir os territórios da Somália e da Somalilândia após o final do domínio colonial, mas recuperar as “terras perdidas” de Ogaden, a Somalilândia Francesa e o distrito da fronteira norte do Quênia, onde vivia cerca de um terço dos 4 milhões de somalis.

ASSIM, A ÁFRICA entrou no pós-guerra em grande parte sob o controle de quatro potências coloniais europeias – Inglaterra, França, Bélgica e Portugal –, todas presumindo que as trajetórias que haviam escolhido para suas colônias africanas iriam durar pelas próximas décadas. Ninguém esperava que tais trajetórias fossem ser interrompidas tão cedo.

^W Literalmente, "brancos pequenos", brancos de classe média e classe média baixa, em oposição aos *gros blancs*, "brancos grandes", a aristocracia fundiária. (N.T.)

59. Revolução no Nilo

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL deixou o Egito em um estado de agitação. O rei Faruk e seus ministros tentaram permanecer neutros e se recusaram a declarar guerra à Alemanha, mas o Reino Unido, invocando o tratado de 1936, usou o país como quartel-general de um esforço militar brutal para afastar as tentativas de invasão por parte de italianos e alemães a partir da Cirenaica, de onde poderiam ganhar controle do canal de Suez e do restante do Oriente Médio. Quando 100 mil membros das tropas aliadas desembarcaram no Cairo, o sentimento antibritânico se renovou. Houve especial raiva quando o líder britânico da guerra, Winston Churchill, declarou que o Egito estava "sob proteção britânica". Mais atrito se seguiu. Em 1942, quando o rei Faruk obstruiu a nomeação de um primeiro-ministro apontado pela Inglaterra, o embaixador britânico, sir Miles Lampson, deu ordens para que as tropas britânicas cercassem o palácio Abdeen com tanques e carros blindados e em seguida apresentou em pessoa uma carta de abdicação ao rei. Faruk rapidamente cedeu. Lampson viu isso como uma vitória. Mas a maioria dos egípcios ficou indignada com a humilhação de seu rei. O governo Wafd que os britânicos instalaram logo ficou atolado em política partidária, negligência e corrupção, causando ainda mais desilusão pública. A escassez de alimentos por causa da guerra e o aumento dos preços somaram-se às muitas queixas populares.

Em 1946, o exército britânico retirou-se de seu posto de comando na Cidadela e de outras bases nos arredores do Cairo e de Alexandria e concentrou suas forças na zona do canal de Suez. Durante a guerra, a região se tornara a maior base militar do mundo montada no exterior – um enorme complexo de estaleiros, aeroportos, armazéns e quartéis que se estendia por dois terços do canal, abrangendo mais de 9 mil quilômetros quadrados. A área

incluía três cidades principais – Porto Said, Ismailia e Suez, onde viviam 1 milhão de egípcios. No pós-guerra, chefes militares do Reino Unido consideravam a zona do canal, com sua posição dominante na encruzilhada entre a Europa, a Ásia e a África, como parte indispensável de seus interesses globais. Cerca de 80 mil soldados estavam estacionados lá.

Mas a contínua presença britânica na região do canal tornou-se uma pedra no sapato para os egípcios. O que era especialmente agravante era que, sob os termos do tratado de 1936, os britânicos deveriam limitar suas tropas em Suez a não mais do que 10 mil homens. Havia constantes exigências para a Inglaterra evacuar não só o Egito, mas também o Sudão, que os egípcios reivindicavam como parte de seu próprio império, mas que a Inglaterra tinha administrado desde 1899 como um condomínio.

No entanto, apesar da hostilidade que nutriam em comum contra o Reino Unido, as facções rivais do Egito estavam perpetuamente envolvidas em lutas destrutivas. Na era do pós-guerra, o Cairo tornou-se um caldeirão de conspiração, assassinato, tumultos, greve e agitação da imprensa, com nacionalistas, monarquistas, comunistas e a Irmandade Muçulmana disputando ascendência. Entre as vítimas de assassinato estavam dois primeiros-ministros, um líder do partido Wafd e Hasan al-Banna, o guia supremo da Irmandade Muçulmana. Nas áreas rurais, havia surtos de violência à medida que camponeses empobrecidos se rebelavam contra latifundiários feudais. Grupos de jovens, estudantes e trabalhadores tomaram as ruas, deixando o governo desorientado sobre a forma de impor controle.

O rei Faruk também não oferecia qualquer liderança. Ainda na casa dos vinte anos, ele se tornara um playboy inveterado, obeso, cada vez mais calvo e viciado na busca de prazer. Um dos homens mais ricos do mundo, sua fortuna incluía o maior latifúndio do Egito, quatro palácios, dois iates, treze aviões particulares e duzentos carros. Com o Egito à beira do colapso, Faruk trocava primeiros-ministros e gabinetes, mas dedicava-se a gastos excessivos, sessões de jogo e uma procissão interminável de amantes.

Em 1948, a situação piorou ainda mais com a derrota humilhante do exército egípcio no conflito árabe-israelense pela Palestina. Atribuindo a derrota à corrupção e à incompetência do alto-comando do rei Faruk, um grupo de jovens oficiais formou uma rede clandestina dentro do exército chamada de Sociedade dos Oficiais Livres – *Dhobat el-Ahrar* –, determinada a estabelecer uma nova ordem política. Seu líder, o coronel Gamal Abdel Nasser, era um oficial taciturno e estudioso, de natureza recatada e com talento para a intriga, impulsionado por fervorosa ambição pessoal. Inicialmente, o principal objetivo dos Oficiais Livres era livrar o Egito da presença militar da Inglaterra, mas eles logo se convenceram da necessidade de remover também o rei Faruk, que acabara por representar o velho imperialismo tanto quanto os britânicos.

Após vários anos de negociações infrutíferas em torno da evacuação das tropas britânicas, o governo egípcio decidiu tomar uma atitude unilateral, anunciando, em outubro de 1951, a revogação do tratado de 1936 e do acordo de 1899, que estabelecia o condomínio do Sudão. Com a conivência das autoridades no Cairo, foram lançados ataques de guerrilha contra alvos britânicos na região do canal. Os confrontos armados entre esquadrões de guerrilha e unidades do exército britânico continuaram por meses. Em janeiro de 1952, as forças britânicas em Ismailia bombardearam um posto da polícia egípcia, matando mais de cinquenta defensores. No dia seguinte, multidões enfurecidas no Cairo destruíram cerca de 750 propriedades estrangeiras, incluindo locais como o lendário Shepherd's Hotel.

Em meio ao caos, o rei Faruk continuava imperturbável sobre sua permanência no poder, confiante de que o comando do exército poderia lidar com qualquer desafio. Em julho de 1952, para escapar do calor e da agitação do Cairo, ele se retirou com a família e a equipe doméstica para o palácio Montazah, na orla de Alexandria, com a intenção de passar o verão lá. Uma noite, enquanto desfrutava de uma sessão de jogo com socialites ricos, foi chamado para uma conversa telefônica com seu primeiro-ministro, que o advertiu sobre um pequeno grupo de oficiais dissidentes dentro do

exército estarem planejando um golpe de Estado. Quando revelou a identidade dos conspiradores, o rei Faruk riu. "Um bando de cafetões", zombou ele, e voltou para a mesa de jogo.

O golpe dos Oficiais Livres, na noite de 22 de julho de 1952, teve pouca resistência. Em um programa de rádio, eles anunciaram que haviam tomado o poder, a fim de expurgar o exército e o país de "traidores e covardes". Com seu palácio em Alexandria cercado por tropas, Faruk assinou um ato de abdicação e foi enviado para o exílio na Europa.

Pouco se sabia sobre o grupo de oficiais que tinham tomado o poder. Mas, em termos históricos, as mudanças provocadas pelo golpe militar em 1952 foram revolucionárias. Mais do que um fim à dinastia turca de 140 anos fundada pelo trisavô do rei Faruk, o golpe significava que, pela primeira vez desde a conquista persa 25 séculos antes, o Egito era governado por egípcios nativos.

Os Oficiais Livres inicialmente alegaram que seus objetivos se limitavam a livrar o Egito da velha elite corrupta e introduzir reformas para repartir seus latifúndios. Mas eles logo começaram a entrincheirar-se no poder, lançando as bases para uma ditadura militar. Com Nasser como presidente, um Conselho do Comando Revolucionário aboliu a monarquia, criou uma república, proibiu os partidos políticos e reprimiu brutalmente grupos rivais, incluindo os comunistas, os ultranacionalistas e a Irmandade Muçulmana. De maneira semelhante, eles purgaram os sindicatos, as organizações estudantis, os meios de comunicação, os consórcios profissionais e as organizações religiosas de elementos da oposição.

Nasser também buscou ativamente a retirada da Inglaterra da zona do canal e do Sudão. Em outubro de 1954, ele chegou a um acordo que exigia que todas as tropas britânicas deixassem sua base de Suez até junho de 1956. O acordo constituía um novo marco na história do país. Pela primeira vez desde 1882, não haveria tropas britânicas em solo egípcio. E, pela primeira vez em 25 séculos, o Egito teria soberania nacional completa.

Nas negociações sobre o futuro do Sudão, Nasser inicialmente esperava pressionar a reivindicação do Egito pelo controle total. Mas a Inglaterra, consciente da crescente onda de nacionalismo sudanês, insistiu pelo direito de os sudaneses decidirem seu próprio futuro. Nasser acabou aceitando a necessidade de autodeterminação, imaginando que, quando chegasse o momento, os sudaneses iriam preferir se articular com o Egito. Em fevereiro de 1953, ele chegou a um acordo que dava ao Sudão um período de três anos de autogoverno interno; os sudaneses, então, decidiriam se iriam querer uma união com o Egito ou a independência total.

O ritmo acelerado das mudanças comportava perigos inerentes. O Sudão era um país de duas metades, regido durante a maior parte da era colonial por duas administrações britânicas separadas, uma que tratava do norte relativamente avançado e outra que lidava com as províncias remotas e atrasadas do sul. As duas metades eram diferentes em todos os sentidos: o norte era quente, seco, parcialmente deserto, habitado por muçulmanos de língua árabe que representavam três quartos da população; o sul era verde, fértil, com um índice de precipitação elevado, habitado por diversas tribos negras que falavam vários idiomas e praticavam, em sua maioria, religiões tradicionais, mas entre as quais havia uma pequena minoria cristã que se formara a partir de escolas missionárias. As ligações históricas entre o norte e o sul eram uma fonte de atrito. O saque de nortistas ao sul em busca de escravos e marfim no século XIX tinha deixado um legado de amargura e ódio. Os nortistas ainda tendiam a tratar os sulistas com tanto desdém quanto no passado, referindo-se a eles como *abid* ("escravos").

Os britânicos só começaram o processo de integração em 1946, quando ainda parecia haver muito tempo, na esperança de que o norte e o sul acabariam por formar uma parceria entre iguais. Desde o início, os políticos do sul expressaram temores de que os nortistas, por causa de sua maior experiência e sofisticação, em breve dominariam e explorariam o sul. O sul estava mal preparado para o autogoverno. Até 1953, não contava com partidos políticos organizados. Quando as negociações em torno do autogoverno do

Sudão terminaram, em 1953, os sulistas não foram nem representados nem consultados. Os temores do sul a respeito da dominação do norte cresceram em 1954, quando foram feitas novas nomeações no serviço civil, substituindo oficiais britânicos por sudaneses. De um total de cerca de oitocentos postos de alto nível, apenas seis foram concedidos a sulistas. A presença no sul de administradores do norte, muitas vezes abusivos em suas relações com a população local, logo reacendeu velhos ressentimentos. Em agosto de 1955, as tropas do sul em Equatória se amotinaram contra os oficiais do norte; funcionários e comerciantes do norte foram perseguidos, e várias centenas deles foram mortos. Quando o Sudão votou pela independência, em 1º de janeiro de 1956, a ocasião foi recebida com júbilo pelos nortistas, mas com apreensão e medo no sul.

DEPOIS DE UMA PROLONGADA luta interna no exército, Nasser emergiu como governante sozinho. Sob uma nova constituição, ele governou como presidente, exercendo poderes enormes. Para extinguir qualquer sinal de oposição, fez amplo uso de um aparato repressivo de segurança e inteligência. Mais de 3 mil prisioneiros políticos foram detidos em prisões e campos de concentração.

Nasser tornou-se cada vez mais ambicioso, determinado a modernizar a economia do Egito por meio de programas industriais e a transformar o país em uma potência regional. Ele defendeu a causa da unidade árabe e da libertação africana, rejeitou uma oferta para se juntar a um pacto de defesa ocidental e defendeu uma estratégia de "não alinhamento" na política externa, para não se enredar na Guerra Fria.

A postura de Nasser foi distanciando cada vez mais os governos ocidentais. O Reino Unido e os Estados Unidos consideravam sua forma de neutralismo pouco mais que um disfarce para a hostilidade antiocidental. Quando Nasser pediu ajuda ao Ocidente para adquirir armas para o mal equipado exército egípcio, para lidar com os ataques israelenses na Faixa de Gaza, não foi atendido. Sua resposta

foi assinar um acordo com o bloco soviético para receber aviões de caça, bombardeiros e tanques, o que chocou Londres e Washington.

Determinados a “colocar Nasser em seu lugar”, os Estados Unidos e o Reino Unido retiraram seu apoio ao grande esquema de Nasser para a construção de uma nova barragem em Assuã. O objetivo da represa alta de Assuã era regular o fluxo do Nilo durante o ano inteiro, liberar 400 mil hectares para cultivo, fornecer uma fonte de irrigação e gerar energia elétrica. Com cinco quilômetros de comprimento, deveria ser um dos maiores projetos de engenharia do mundo, requerendo fundos e conhecimento técnico do exterior. Tanto a Inglaterra quanto os Estados Unidos tinham se disponibilizado, inicialmente, a participar do esquema, mas agora passaram a desdenhá-lo.

A rápida reação de Nasser surpreendeu o mundo. Em 26 de julho de 1956, dirigindo-se a uma multidão na principal praça de Alexandria, em um comício para marcar o quarto aniversário da abdicação de Faruk, Nasser anunciou a nacionalização da Companhia do Canal de Suez, uma empresa egípcia de propriedade de acionistas britânicos e franceses com uma concessão que ainda tinha mais de treze anos de contrato em vigor. “Hoje, em nome do povo, estou assumindo a empresa”, declarou Nasser. “Esta noite, o nosso canal egípcio será gerido por egípcios. *Egípcios!*”

As receitas que antes eram da Companhia do Canal de Suez seriam usadas para financiar a construção da represa, disse ele. Mas Nasser também prometeu compensação total aos acionistas – entre eles, o governo britânico, que tinha uma participação de 44% na empresa –, e insistiu que não haveria interferência com o tráfego normal.

Ligando a Europa aos campos de petróleo do Oriente Médio e à Ásia, o canal de Suez era o caminho marítimo mais importante do mundo, usado por 12 mil navios de 45 nações ao ano. Sob gestão egípcia, o fluxo de tráfego não só continuou como antes, mas passou de uma média diária de 42 para 45 navios. Os políticos britânicos e franceses, no entanto, ficaram chocados com a afronta

aos interesses europeus. A Inglaterra dependia da rota de Suez para mais da metade de seus fornecimentos de petróleo; o primeiro-ministro Anthony Eden declarou que o Reino Unido não poderia tolerar ter “o polegar [de Nasser] em sua traqueia”. Enquanto as negociações com o Egito estavam em andamento, Eden e os franceses se envolveram em um conluio secreto para invadir o Egito com o apoio de Israel e tomar o canal. O objetivo era destruir o regime de Nasser.

Em 29 de outubro de 1956, as forças israelenses cruzaram a fronteira do Sinai e avançaram em direção ao canal. Sob o pretexto de separar os dois combatentes, a Inglaterra e a França lançaram sua própria invasão. Mas a loucura desse exercício de *bullying* imperialista ficou logo evidente. Nasser prontamente afundou 47 navios no canal, bloqueando todo o tráfego e cortando a principal artéria de fornecimento de petróleo para a Europa, provocando assim o cenário de pesadelo que o conluio anglo-francês tentara impedir.

Além disso, os norte-americanos ficaram furiosos por terem sido enganados a respeito da conspiração. Eles consideravam Nasser uma ameaça, mas não viam razão para a guerra e estavam convictos de que a disputa deveria ter sido resolvida por meio de negociação. Nas Nações Unidas, os Estados Unidos apresentaram uma resolução exigindo a retirada e se recusaram a ajudar a Inglaterra a lidar com uma crise na libra esterlina precipitada pelo fiasco de Suez. O Reino Unido e a França foram forçados a uma retirada humilhante.

A invasão de Suez impulsionou Nasser a um pináculo de prestígio e influência. Ele foi aclamado como um Saladino moderno, o arquiteto da derrota do Ocidente. Estabeleceu-se um culto a Nasser, tanto no Egito como no restante do mundo árabe. A crise de Suez também permitiu a Nasser varrer níveis de influência estrangeira na vida comercial, acadêmica e social do Egito. Todos os bancos e as empresas britânicas e francesas foram confiscados, um total de 15 mil empresas. Em outubro de 1958, ele concluiu um acordo com a

União Soviética permitindo que o projeto da represa de Assuã prosseguisse.

Suez marcou o fim das ambições imperialistas da Inglaterra. Diante de uma crescente onda de nacionalismo em suas colônias africanas, o governo britânico começou a reconsiderar os méritos do domínio colonial na região.

60. O impulso nacionalista

EM RELATÓRIOS OFICIAIS, os administradores britânicos referiam-se regularmente à Costa do Ouro como uma colônia “modelo”. Suas riquezas e sucessos eram inigualáveis na África tropical. Como o maior produtor mundial de cacau por quarenta anos, possuía uma comunidade agrícola grande e rica. Seu sistema de educação era o mais avançado de qualquer colônia africana. Durante várias décadas, prósperas famílias de classe média tinham sido capazes de enviar seus filhos às escolas secundárias tradicionais, e muitos haviam continuado a educação em universidades, escolas de medicina e Inns of Court^x na Inglaterra. Voltando para casa como médicos, advogados e professores, eles acabaram por constituir o maior reservatório de pessoal treinado a ser encontrado em qualquer colônia africana. O nível de sofisticação política era anormalmente elevado, mesmo para a África ocidental. A Costa do Ouro era relativamente homogênea, aparentemente livre de tensões étnicas e religiosas; metade da população era de origem akan e falava dialetos relacionados. Esperava-se que a nova constituição, de 1946, a mais avançada já pensada pela Inglaterra para suas colônias africanas, permitindo a participação da elite africana junto a funcionários e chefes britânicos, satisfizesse as demandas de representação política por várias décadas futuras. Em 1946, o governador, sir Alan Burns, era capaz de expressar “grande confiança nessas pessoas extremamente sensatas”.

O ritmo das mudanças previstas pelos oficiais britânicos, no entanto, deixou a elite de classe média – a *intelligentsia*, como era chamada localmente – descontente. Em agosto de 1947, ela lançou um partido político, United Gold Coast Convention [Convenção da Costa do Ouro Unida], para pressionar por mais influência sobre a política do governo. Seus líderes eram homens conservadores –

advogados, empresários e outras figuras profissionais –, com um grande respeito pelos métodos constitucionais. Como objetivo a longo prazo, pretendiam o autogoverno “no mais curto espaço de tempo possível”, mas estavam apenas esperançosos de que a meta pudesse ser alcançada no curso de suas vidas.

Seis meses depois, Acra foi atingida pelos piores distúrbios que a capital já tinha visto. Um governador recém-chegado, sir Gerald Creasy, foi rápido em detectar o que chamou de uma conspiração comunista, afirmando que os líderes da Convenção estavam envolvidos. Uma comissão de inquérito, no entanto, não encontrou evidências convincentes de subversão comunista, mas apontou, em vez disso, profundas injustiças econômicas e políticas e recomendou avanço político rápido como solução. Em consulta a um comitê de notáveis africanos, os funcionários britânicos elaboraram prontamente um novo plano constitucional, oferecendo um “governo semirresponsável” à Costa do Ouro. Isso abriu caminho para uma eleição geral, uma assembleia nacional com maioria africana e um novo conselho executivo, composto em grande parte por ministros africanos que iriam gerir assuntos internos. O novo sistema de governo foi considerado um “experimento” que poderia ser cuidadosamente controlado, monitorado, adiado e interrompido por completo, caso algo desse errado.

Ao elaborar o plano, os funcionários britânicos esperavam continuar colaborando com o grupo de profissionais que liderava a Convenção, confiantes de que eles seriam parceiros admiráveis no novo empreendimento. Mas a Convenção logo foi ofuscada por uma facção separatista radical que clamava não por “autogoverno no menor tempo possível”, mas por “autogoverno agora!”.

Seu líder, Kwame Nkrumah, era um estudante itinerante e ativista político que tinha passado doze anos no exterior, entre os Estados Unidos e a Inglaterra, e havia retornado para a Costa do Ouro em dezembro de 1947, aos 38 anos, para trabalhar como organizador em tempo integral para a Convenção. Frustrado pelas ambições limitadas dos líderes da Convenção, em junho de 1949 Nkrumah lançou seu próprio partido, o Convention People’s Party [Partido da

Convenção do Povo, CPP], como uma máquina política moderna, organizando grupos de jovens, usando bandeiras, faixas e slogans, e criando jornais que vilipendiavam as autoridades coloniais em todas as oportunidades. Em discursos acalorados por todo o país, prometia que o “autogoverno agora” resolveria todos os ressentimentos e as dificuldades infligidas pelo regime colonial e traria um novo mundo de oportunidades e de prosperidade. Sua maneira extravagante e sorriso atraente lhe renderam o apelido de Showboy. A mensagem radical atraiu sindicalistas, ex-militares, funcionários administrativos, pequenos comerciantes e professores do ensino primário. Para os jovens e os “meninos de varanda” sem teto que dormiam nas varandas dos ricos, ele se tornou um ídolo, um político mágico cujos desempenhos de campanha produziam emoção, esperança, expectativa. Para os que não tinham dinheiro, posição ou propriedade, o grito de Nkrumah por “liberdade” era uma oferta de salvação. “Buscai primeiro o reino político”, Nkrumah lhes dizia, “e todo o resto se seguirá.”

No final de 1949, Nkrumah se sentiu forte o bastante para desafiar o governo diretamente. Ele denunciou o novo plano constitucional como “falso e fraudulento” e embarcou em uma campanha de “ação positiva” – greves, boicotes, agitação e propaganda – com a intenção de forçar a Inglaterra a concordar com o autogoverno imediato. Quando a violência eclodiu, o governo declarou estado de emergência e ordenou a prisão de Nkrumah e de outros líderes do CPP. No tribunal, Nkrumah foi condenado por três acusações a um total de três anos de prisão.

Mas, em vez de atrapalhar o CPP, a prisão de seus líderes transformou-os em heróis, galvanizando o apoio popular no período de preparação para a eleição. De sua sede no castelo Christiansborg, um forte escravista do século XVII de onde os governadores britânicos tinham comandado a Costa do Ouro nos últimos cinquenta anos, o governador, sir Charles Arden-Clarke, notou “uma grande onda de entusiasmo” se espalhando pelo CPP. Na eleição realizada em fevereiro de 1951, o CPP teve uma vitória esmagadora, levando 34 dos 38 assentos disponíveis. A Convenção ficou com três

assentos. Apesar de ainda estar na prisão, Nkrumah foi capaz de se candidatar por um distrito eleitoral de Acra e conquistou uma vitória igualmente emblemática.

Em vez de tentar frustrar o resultado, Arden-Clarke decidiu soltar Nkrumah. No dia seguinte, ele foi convidado a ir ao castelo Christiansborg e recebeu a proposta de formar um governo, dando um salto de condenado a primeiro-ministro em menos de um dia. "Ao descer os degraus", recordou ele, "era como se a coisa toda fosse um sonho, como se eu estivesse descendo das nuvens e fosse acordar a qualquer momento e me encontrar de cócoras no chão da prisão, comendo uma tigela de mingau de milho."

Essa se tornaria uma experiência familiar para os governadores britânicos na África, a de ter que entrar em acordo com políticos nacionalistas que eles haviam anteriormente considerado agitadores extremistas. Mas, na época, a vitória eleitoral de Nkrumah foi uma comoção em toda a África, inspirando admiração em alguns setores, alarme em outros. As autoridades britânicas ainda pensavam que seriam capazes de controlar o ritmo do avanço na Costa do Ouro. Mas, uma vez que o impulso nacionalista tomou conta, seu papel se tornou pouco mais do que um "exercício de manutenção". Um oficial sênior envolvido no experimento da Costa do Ouro mais tarde descreveu o processo como "tentar colocar trilhos na frente de um trem expresso em movimento".

Uma vez no cargo, Nkrumah pressionava constantemente por mudanças mais rápidas e mais poder. Apesar dos fortes pressentimentos e de acreditar que era necessário um "período de teste" maior, o governo britânico concedeu, em 1954, uma nova constituição, que previa autonomia interna integral e um gabinete inteiramente africano. Depois de vencer a eleição de 1954, Nkrumah planejava mover-se rapidamente para a independência, mas enfrentou um desafio cada vez maior de Axânti, a região central da Costa do Ouro. Com a bênção do *ashantihene* e dos chefes supremos do Conselho Ashantiman, um partido de oposição, o National Liberation Movement [Movimento de Libertação Nacional, NLM], exigiu uma constituição federal antes da independência que

desse a Axânti uma medida substancial de autonomia local. O NLM retratava o governo de Nkrumah como corrupto, ditatorial e voltado para o solapamento da cultura e dos costumes do povo axânti. À medida que o NLM e o CPP, de Nkrumah, lutavam pela supremacia, eclodiram distúrbios violentos. Alarmado com a desordem, o governo britânico se recusou a fixar uma data para a independência e insistiu em realizar outra eleição. Em julho de 1956, o CPP conquistou nas urnas 72 dos 104 assentos, embora apenas 57% dos votos. Satisfeita com o resultado, a Inglaterra finalmente definiu uma data para a independência: 6 de março de 1957.

A data marcou o início de uma nova era para a África. A independência de Gana, como o novo Estado foi chamado, era vista como um prenúncio, e foi assistida e admirada em todo o mundo. Nenhum outro evento na África atraía tanta atenção. Gana independente destacou-se como um símbolo de liberdade que outras colônias desejavam alcançar. Nenhum outro Estado africano se lançou com tanta promessa para o futuro. Gana embarcou na independência como um dos mais ricos países tropicais do mundo, com um serviço público eficiente, um sistema judiciário imparcial e uma classe média próspera. Seu parlamento era bem estabelecido, com políticos capazes no governo e na oposição. O próprio Nkrumah, então com apenas 47 anos de idade, foi considerado um líder de notável capacidade, eleito pelo voto popular, com seis anos de experiência no funcionamento de um governo. As perspectivas econômicas de Gana eram igualmente propícias. Como o maior produtor mundial de cacau, o país havia construído enormes reservas em moeda estrangeira durante o apogeu do cacau, nos anos 1950. Outros recursos econômicos incluíam ouro, madeira e bauxita. Acra, de acordo com a descrição de 6 de março de 1957 em um jornal britânico, parecia o lugar mais feliz do mundo.

OUTROS TERRITÓRIOS BRITÂNICOS na África ocidental – Nigéria, Serra Leoa e até mesmo a pequena faixa de terra conhecida como Gâmbia – seguiram os passos de Gana, trilhando seu caminho até a

independência. O cronograma foi definido não por qualquer relutância britânica em libertá-los, mas por complicações locais.

A Nigéria, o país mais populoso da África, contendo mais de trezentos grupos etnolinguísticos, enfrentou a maior dificuldade. Sendo uma construção colonial, era assolada por rivalidades intensas e complexas entre suas três regiões, cada uma das quais era dominada por um grande grupo étnico com seu próprio partido político. Embora tenham amalgamado o norte e o sul da Nigéria em 1914, os britânicos continuavam a tratar o norte como uma entidade distinta e separada. Ele compreendia três quartos do território da Nigéria, com mais da metade de sua população. Seus habitantes eram de maioria muçulmana e de língua hauçá, acostumados a um sistema feudal de governo controlado pela classe dominante fulani. Poucos traços do mundo moderno tinham conseguido se inserir na educação ou vida econômica. Em 1950, havia apenas um indivíduo do norte com diploma universitário – um fulani de Zaria convertido ao cristianismo. Tanto os hauçás como os fulanis viam os povos do sul com desdém. Os sulistas que migravam para o norte eram obrigados a viver em casas separadas e a educar seus filhos em escolas diferentes. Depois de viajar para Lagos pela primeira vez, em 1949, o principal líder do norte, o *sardauna* de Sokoto, lembrou: “O lugar inteiro era estranho às nossas ideias, e, do nosso ponto de vista, os membros de outras regiões poderiam muito bem pertencer a outro mundo.”

O sul da Nigéria era dividido em duas regiões. A parte ocidental, que incluía Lagos, a capital, era dominada pelos iorubás, que tradicionalmente tinham sido organizados em vários estados governados por chefes régios. Por causa de seu contato precoce com os europeus e da longa experiência de vida urbana, os iorubás tinham progredido muito em educação, comércio e administração e também absorvido um alto grau de habilidades modernas. Na região leste, do outro lado do rio Níger, os igbos, que ocupavam a parte mais pobre e mais densamente povoada da Nigéria, tinham se tornado a população mais instruída, deixando sua terra natal aos montes em busca de trabalho em outros lugares como escriturários,

artesãos, comerciantes e operários, e formavam grupos minoritários consideráveis em cidades por todo o país. Sua presença criava tensões étnicas tanto no norte como entre os iorubás, no oeste. Ao contrário dos hauçás-fulanis e dos iorubás, os igbos não tinham reino político ou autoridade central, eles funcionavam como sociedades aldeãs autônomas e estavam acostumados a um alto grau de afirmação e realização individual.

Além disso, um terço da população era formado por uma miríade de grupos étnicos minoritários, cada um com sua própria língua e ocupando territórios distintos. Os hauçás-fulanis constituíam apenas cerca de metade da população do norte. Os iorubás somavam aproximadamente dois terços da população do oeste; e os igbos, aproximadamente dois terços da população do leste. Em todas as regiões, os grupos minoritários se ressentiam com a dominação dos três principais grupos étnicos e a negligência e discriminação que sofriam como minorias. Eles ambicionavam obter seus próprios estados separados dentro da Nigéria e os recursos que isso lhes proporcionaria. No norte, algumas minorias não muçulmanas se envolveram em lutas para derrubar senhores feudais muçulmanos: em 1960, a resistência do povo tiv gerou tumultos. No oeste, as pessoas de língua edo da província do Benin desejavam restaurar a antiga autonomia do reino do Benin, uma vez conhecido por sua realização artística. No leste, os povos ibibio e efik ansiavam pela antiga glória do império comercial de Calabar.

Os políticos nigerianos não tentavam minimizar as diferenças que os dividiam. Em 1948, um proeminente líder do norte, Abubakar Tafawa Balewa, que estava destinado a se tornar o primeiro primeiro-ministro federal, disse ao conselho legislativo: "Desde 1914, o governo britânico vem tentando fazer da Nigéria um país, mas os nigerianos são historicamente diferentes em suas origens, crenças religiosas e costumes, e não mostram qualquer sinal de vontade de se unirem ... A unidade nigeriana é apenas uma invenção britânica." Em um livro publicado em 1947, o líder iorubá Obafemi Awolowo, que dominou a política da Nigéria ocidental por mais de trinta anos, escreveu: "A Nigéria não é uma nação. É uma mera expressão

geográfica. Não há 'nigerianos' no mesmo sentido em que há 'ingleses', 'gauleses' ou 'franceses'. A palavra 'nigeriano' é só uma denominação para distinguir os que vivem dentro dos limites da Nigéria dos que vivem fora.”

A negociação para encontrar um arranjo constitucional que satisfizesse tantos interesses foi demorada e cheia de discussões acaloradas. Sob a constituição de 1954, cada região recebeu seu próprio governo, assembleia e serviço público e ficou autorizada a se mover separadamente para o autogoverno. O ocidente e o oriente o alcançaram em 1957, mas tiveram de esperar até 1959 pelo norte. A constituição de independência oferecia uma estrutura federal que foi considerada um compromisso efetivo de equilíbrio dos interesses regionais, embora deixasse o norte, por causa do tamanho de sua população, em posição de controle, com a possibilidade de dominar o processo político, já que era capaz de se sobrepor às outras duas regiões somadas.

No entanto, quando a Nigéria se apresentou como um Estado independente, em 1960, a sensação foi de otimismo. Liderada por políticos bastante elogiados por sua longa experiência de governo, dotada de uma economia forte e diversificada e de um serviço público eficiente, a Nigéria foi considerada uma das potências emergentes da África.

✕ Associações profissionais britânicas originadas no século XV para advogados contenciosos, que atuam nas cortes judiciais. Essas associações oferecem alojamento, biblioteca, refeitório e locais para treinamento da oratória. Embora ainda existam quatro Inns of Court no Reino Unido, a partir do século XX seu papel passou a ser em grande parte desempenhado pelas escolas de direito e pelo Bar Council, equivalente à brasileira OAB. (N.T.)

61. E o vento levou

NA ÁFRICA ORIENTAL E CENTRAL, onde as comunidades brancas aspiravam estabelecer novos domínios, os planos da Inglaterra nos anos do pós-guerra giraram em torno da ideia de desenvolver o que se chamou de sociedades “multirraciais”, uma “parceria” entre brancos e negros, ainda que sob a liderança dos brancos. O processo foi marcado por disputas acirradas. A qualquer sinal de que os africanos ou os imigrantes sul-asiáticos poderiam progredir à custa da comunidade branca, a reação branca era invariavelmente hostil. No Quênia, o governo britânico decidiu finalmente por uma proporção de dois representantes europeus para um africano e um sul-asiático (2:1:1). Em Uganda, com uma mistura de população diferente, a proporção foi de 1:2:1. Em Tanganica, deveria ter sido inicialmente de 1:2:1, mas, como resultado da forte pressão europeia, foi por fim fixada em 1:1:1.

Na África central, os políticos brancos conseguiram garantir maiores avanços. Ao enfatizar os benefícios econômicos derivados da associação mais estreita entre três territórios – a colônia autogovernada da Rodésia do Sul e os protetorados da Rodésia do Norte (Zâmbia) e da Niassalândia (Malawi) –, eles ganharam o apoio britânico para um plano de estabelecer uma federação na África central. A Rodésia do Sul tinha potencial agrícola e de manufatura, mas necessitava de mais mercados; a Rodésia do Norte era um grande produtor de cobre, mas precisava de uma economia mais diversificada; a Niassalândia era pobre, muito endividada, mas oferecia um grande excedente de mão de obra. O argumento era que, combinadas, elas constituiriam uma proposta mais atraente para os investidores estrangeiros e ofereceriam um ritmo muito mais rápido de desenvolvimento econômico.

O plano encontrou forte oposição entre as populações africanas da Rodésia do Norte e da Niassalândia, que temiam, no lugar do governo relativamente benigno do Ministério Colonial, ficar sob o controle de brancos rodesianos e ser submetidas às práticas restritivas raciais predominantes na Rodésia do Sul. Nenhuma explicação das vantagens econômicas que se seguiriam fez qualquer diferença. Em todas as oportunidades, por meio de chefes, sociedades de assistência social, conselhos provinciais e em reuniões com funcionários do governo, os africanos expressaram seus medos e objeções incansavelmente.

Para reforçar seu caso, os políticos brancos insistiram que a federação levaria a uma nova "parceria" entre europeus e africanos, embora ao explicar sua ideia de "parceria" eles invariavelmente falassem de parceiros seniores e juniores, ou, como o primeiro-ministro da Rodésia do Sul, sir Godfrey Huggins, colocou de maneira mais memorável: "A parceria entre o cavalo e seu cavaleiro." No entanto, os funcionários do Ministério Colonial estavam convencidos dos méritos da federação. Em junho de 1951, eles produziram um relatório que aprovava a ideia em razão do benefício econômico, estratégico e administrativo. Eles acreditavam que poderiam contornar as objeções africanas permitindo que a Rodésia do Norte e a Niassalândia permanecessem sob os auspícios do Ministério Colonial e com a introdução de salvaguardas na constituição federal.

Lançada em 1953, a Federação da Rodésia e da Niassalândia foi um triunfo para o poder branco. Salisbury foi escolhida como a capital federal. A autoridade branca prevaleceu no governo federal, no parlamento federal e no serviço público. Entre os 35 membros do parlamento, seis eram africanos, mas suas opiniões eram em geral ignoradas. Todas as tentativas de introduzir uma legislação para lidar com a discriminação eram bloqueadas. Após a criação da federação, nenhum esforço foi feito para implementar parceria. Confiantes devido à receita das minas gigantes da Rodésia do Norte e ao enorme crescimento da indústria secundária na Rodésia do Sul, os políticos brancos se voltaram para a obtenção de um status de domínio independente.

A ESTRATÉGIA "MULTIRRACIAL" do Reino Unido, no entanto, logo foi interrompida por uma rebelião contra o domínio colonial no Quênia. A rebelião surgiu do descontentamento do povo kikuyu com a distribuição de terras, um sentimento que, desde os anos 1920, tornava-se cada vez mais forte. Vivendo perto de Nairóbi e quase cercados pelas Terras Altas Brancas, os kikuyus tinham sofrido o impacto do domínio colonial mais pesadamente do que a maioria dos outros grupos no Quênia. Mais de 260 quilômetros quadrados de terra kikuyu nas proximidades de Nairóbi foram alienados para a colonização europeia, uma fonte constante de raiva e ressentimento. Em 1929, um jovem ativista político, Jomo Kenyatta, levou a Londres uma petição kikuyu exigindo o retorno de "terras perdidas".

À medida que a população kikuyu aumentava, suas "reservas" tornavam-se cada vez mais lotadas. Milhares de camponeses sem terra emigraram para a parte principal das Terras Altas Brancas, a província do vale do Rift, anteriormente domínio dos pastores massais. A princípio, os kikuyus "posseiros", como eram chamados, foram bem recebidos por fazendeiros brancos que queriam um fornecimento regular de mão de obra. Muitos prosperaram como produtores independentes. Em meados da década de 1940, a população de kikuyus posseiros e suas famílias tinha subido para 250 mil, mais de um quarto do seu povo.

No período do pós-guerra, no entanto, as comunidades de posseiros do vale do Rift ficaram sob crescente ameaça. Necessitando de mais terra para suas operações de expansão e contratando apenas trabalhadores assalariados, os fazendeiros brancos impuseram duras restrições às atividades dos posseiros, empurrando milhares de pessoas para além da linha da miséria. Diante da perda de terras e da destruição de suas comunidades, os posseiros embarcaram em uma campanha de resistência, unindo-se com juramentos secretos. Em 1948, os administradores do governo no vale do Rift relataram a existência do que acreditavam ser uma sociedade secreta sinistra chamada Mau-Mau. Era um nome que não tinha significado na língua kikuyu e cuja origem se perdeu na paixão de seu povo por charadas. Mas o que as autoridades tinham de fato

diante de si era uma revolta incipiente entre os kikuyus da qual, em função do uso corrente, Mau-Mau passou a ser a expressão temível.

Não eram só os posseiros no vale do Rift que estavam à beira da rebelião. Nas densamente povoadas reservas kikuyus, havia um descontentamento crescente com as novas medidas de conservação aplicadas pelo governo para evitar a degradação do solo, agravando o antigo ressentimento com as “terras perdidas” e as restrições governamentais sobre a produção africana de culturas comercialmente lucrativas, como o café. Os camponeses sem terra abandonavam o território dos kikuyus e, junto com posseiros despojados do vale do Rift, fluíam para as favelas de Nairóbi.

Nos anos do pós-guerra, a população africana de Nairóbi dobrou de tamanho. Mais da metade dos habitantes da cidade era de kikuyus, suas fileiras inchadas por uma maré crescente de pobres desesperados e desocupados. A eles, somavam-se os ex-militares que voltavam da guerra com grandes expectativas de uma nova vida, mas encontravam pouco mais do que pobreza e leis de porte de passes. O desemprego, as condições precárias de habitação, os baixos salários, a inflação e a falta de moradia produziram uma onda de descontentamento e um aumento da criminalidade. Misturando política e crime, junto com outros militantes, o Anake wa 40 (Grupo dos 40), que consistia em grande parte de ex-soldados convocados na década de 1940, estava pronto para empregar táticas de força na oposição a políticas governamentais e no trato com quem as apoiava.

Quando Jomo Kenyatta retornou ao Quênia, em 1946, depois de passar quinze anos no exterior, ele rapidamente assumiu a liderança da Kenya African Union [União Africana do Quênia, KAU], um grupo nacionalista formado em 1944 para defender os direitos africanos. Kenyatta defendia o uso de meios constitucionais para se opor ao domínio colonial, mas logo se viu ultrapassado por militantes preparados para usar de violência. Solicitado pelo governo colonial a denunciar publicamente os Mau-Mau, ele o fez, mas foi posteriormente convocado por membros de um comitê central com sede em Nairóbi, onde lhe mandaram voltar atrás. “Nós dissemos:

‘Somos Mau-Mau, e o que você disse nessa reunião em Kiambu não deve ser dito de novo’”, lembrou Fred Kubai, um membro da comissão. “Se Kenyatta continuasse a denunciar os Mau-Mau, nós o teríamos denunciado. Ele teria perdido a vida.”

O movimento em direção à violência dividiu o povo kikuyu. Tanto o antigo establishment kikuyu – chefes, líderes e proprietários de terras – quanto a classe média aspirante – homens de negócios, comerciantes, funcionários públicos e professores de escolas públicas – eram contrários à violência. O mesmo acontecia com um grande número de kikuyus cristãos. Mas muitos outros se juntaram à rebelião. A partir de 1952, surtos de violência – assassinatos, sabotagem, incêndios e votos de filiação forçados – tornaram-se cada vez mais comuns.

Pegas de surpresa pela dimensão da violência, as autoridades britânicas pensaram que os organizadores tinham sido Kenyatta e sua KAU. Em outubro de 1952, o governador, sir Evelyn Baring, declarou estado de emergência, pediu reforços de tropas e ordenou a detenção de Kenyatta e de outras 150 figuras políticas, uma medida tomada pelos ativistas Mau-Mau como equivalente a uma declaração de guerra. Em pânico crescente, os agricultores brancos no vale do Rift expulsaram cerca de 100 mil posseiros, proporcionando aos Mau-Mau um afluxo imenso de novos recrutas. Muitos se dirigiram diretamente para as florestas da cordilheira de Aberdare e do monte Quênia, para se juntar a gangues armadas estabelecidas recentemente na região. Longe de extinguir a rebelião, a ação de Baring intensificou-a.

Todo o medo e o ódio que a comunidade branca sentiu ao enfrentar o perigo repentino concentraram-se fortemente na pessoa de Kenyatta. Nenhuma outra figura na África colonial foi tão criticada. As autoridades britânicas o retratavam como um gênio do crime empenhado em ganhar poder e lucro usando bruxaria e coerção para explorar um povo majoritariamente primitivo e supersticioso, confuso e desorientado por seu contato com o mundo civilizado. Sem provas, mas determinados a condená-lo em um tribunal de justiça para legitimar suas acusações, eles fraudaram seu

juízo. Kenyatta foi acusado da gestão dos Mau-Mau, uma sociedade ilegal, e recebeu a pena máxima de sete anos de prisão, seguida por um período indefinido de restrição. Baring prometeu publicamente que Kenyatta e outros líderes condenados nunca mais seriam autorizados a regressar à terra kikuyu.

A rebelião se estendeu por quatro anos, até que o exército pudesse retirar seus reforços. Ela evoluiu de episódios brutais e aleatórios de pequena escala a uma intensa guerra de guerrilha. No auge da Emergência, como foi chamada, o governo empregou onze batalhões de infantaria, cerca de 21 mil policiais, força aérea com bombardeiros pesados e milhares de auxiliares africanos. O ônus da guerra caiu não sobre os colonos brancos, mas sobre os kikuyus legalistas. Eles se tornaram o alvo de líderes Mau-Mau determinados a impor unidade completa entre o povo kikuyu antes de se voltar contra os brancos. Quase 2 mil legalistas morreram. O número oficial de mortes entre os rebeldes e seus partidários foi calculado em 11.500, embora os pesquisadores modernos apontem que seja muito mais elevado. Mais de mil rebeldes foram enforcados. Cerca de 80 mil kikuyus foram mantidos em campos de detenção sem julgamento, muitas vezes sujeitos a tratamento cruel e brutal, incluindo tortura. Em comparação, a comunidade branca escapou sem maiores problemas. Apesar de os agricultores brancos de fazendas isoladas viverem com medo de ataques, depois de quatro anos apenas 32 civis brancos haviam sido mortos, menos do que o número de óbitos em acidentes de trânsito em Nairóbi no mesmo período.

Ao final da rebelião, o governo britânico reconheceu que, para sua estratégia de desenvolvimento de uma parceria multirracial sobreviver, era necessário haver progresso africano mais rápido. As primeiras eleições africanas, em 1957, levaram oito africanos à assembleia legislativa; no ano seguinte, o número de africanos aumentou para catorze, obtendo paridade com os representantes brancos. Em outubro de 1959, as Terras Altas Brancas foram formalmente abertas a todas as raças. As objeções por parte dos brancos brecavam o ritmo de mudança. Mas, a essa altura, os

ministros britânicos tinham começado a concluir que não se podia mais permitir que as minorias brancas ficassem no caminho do progresso político africano. O custo, como a rebelião Mau-Mau tinha mostrado, era demasiado elevado.

JUSTAMENTE QUANDO a Federação da Rodésia e da Niassalândia parecia caminhar para a soberania, eclodiu uma explosão de violência na Niassalândia. A causa principal foi a crescente oposição africana contra a federação, liderada por um médico idoso, Hastings Banda, que tinha voltado à Niassalândia em 1958 depois de passar 42 anos no exterior, a maioria deles na Inglaterra. Desde o início, Banda fizera uma campanha veemente contra o plano da Inglaterra de incluir a Niassalândia na federação, descrevendo-o como "uma traição fria, calculista, insensível e cínica de um povo honesto e leal". Aos sessenta anos, ele tinha decidido deixar a prática médica em Londres e voltar para a Niassalândia, para liderar a campanha. Recebido como o salvador do povo, Banda se jogou de forma incansável na tarefa de promover o Congresso Nacional Africano da Niassalândia, indo de um distrito a outro, sempre trajando um terno de três peças escuro e chapéu de feltro preto, mesmo sob um sol de meio-dia, criticando a federação "estúpida" em todas as oportunidades.

Enfrentando violência e caos, o governador, sir Robert Armitage, decidiu que aquilo tudo era parte de uma conspiração antigovernista, incluindo uma trama para assassinar os brancos. Em fevereiro de 1959, ele convocou tropas rodesianas para ajudar a manter a ordem, declarou estado de emergência, fechou o Congresso Nacional Africano da Niassalândia e ordenou a prisão de Banda e de centenas de partidários seus. Longe de restaurar a ordem, no entanto, as medidas de emergência provocaram mais confusão.

O relatório de um inquérito oficial sobre a violência definiu que as ações do governador eram justificadas, mas causou choque profundo ao apontar que elas tinham tornado a Niassalândia "um

Estado policial". Além disso, o relatório desafiou a alegação do governo britânico de que a agitação nacionalista sobre a federação estivesse confinada a "uma pequena minoria de políticos africanos, principalmente de oportunistas". A oposição à federação, dizia o relatório, foi "manifestada quase que universalmente". Os ministros britânicos já não eram mais capazes de retratar a federação como um experimento corajoso em parceria racial.

Com medo de novos surtos de violência anticolonial, o governo britânico alterou o curso abruptamente, acelerando todo o processo de avanço político em direção à independência, apesar de poucos preparativos terem sido feitos. Em janeiro de 1960, o primeiro-ministro Harold Macmillan anunciou a retirada da Inglaterra da África, durante uma turnê que fez a Gana, à Nigéria, à Rodésia do Sul e à África do Sul. "O vento da mudança está soprando pelo continente", disse ele, na Cidade do Cabo, "e, quer queiramos ou não, esse crescimento da consciência nacional é um fato político. Todos nós devemos aceitá-lo como um fato, e nossas políticas nacionais devem ter isso em conta."

Um a um, os novos Estados africanos emergiram, em meio a muita alegria. Em 1961, foi a vez de Serra Leoa e de Tanganica; em 1962, Uganda; em 1963, Quênia e Zanzibar. Em 1964, após o fim da federação, a Niassalândia ganhou a independência, tornando-se o Malawi, e a Rodésia do Norte tornou-se a Zâmbia. Em 1965, a pequena Gâmbia tornou-se um Estado independente. Em seguida, vieram os três territórios do sul da África: Bechuanalândia (Botsuana) e Basutolândia (Lesoto), em 1966; e Suazilândia, em 1968.

Para as comunidades brancas vivendo sob domínio negro, havia muitas incertezas, dúvidas e medos. Milhares decidiram ir embora. Na Zâmbia, mais da metade dos funcionários públicos coloniais deixou a administração. Ao se tornar independente, o Quênia perdeu um terço de seus fazendeiros brancos. Para os brancos que ficaram, no entanto, o ajuste não foi nem de perto tão doloroso como haviam imaginado. A vida nos trópicos parecia seguir igual a antes. Dentro de um curto período de tempo, os colonos brancos se reconciliaram

com os hábitos do governo africano. No Quênia, eles aceitaram Kenyatta prontamente como primeiro-ministro. Na verdade, seu governo parecia tão estável e benigno que muitos brancos que até recentemente o consideravam com repulsa passaram a se preocupar com seu falecimento.

Outros brancos, porém, viram a retirada britânica da África como um ato de rendição às forças do extremismo negro. Em nenhum lugar essa visão foi reforçada com tanta convicção como na Rodésia do Sul, e em nenhum lugar a determinação para deter o vento da mudança de Macmillan foi maior.

62. “Uma saída honrosa”

O PRIMEIRO DESAFIO para o domínio francês na África veio do Magrebe. No Marrocos, os franceses imaginavam que o sultão, Mohamed ben Youssef, educado por tutores franceses e dependente de administradores franceses, fosse passível de controle da França, mas, na era do pós-guerra, ele surgiu como a figura central de um movimento nacionalista em expansão que clamava por independência. Em 1947, em um discurso dramático, Ben Youssef proclamou a afiliação do Marrocos ao mundo árabe e exigiu o reconhecimento das aspirações nacionais do Marrocos, lançando-o em conflito aberto com as autoridades francesas. Ele os enfureceu ainda mais ao se recusar a assinar decretos governamentais, incluindo os de um plano para uma nova assembleia territorial em que os votos dos colonos europeus superavam os da maioria muçulmana.

Os franceses retaliaram, incentivando os rivais do sultão, os chefes berberes, a organizarem uma grande passeata exigindo que ele fosse deposto. Usando isso como pretexto, em agosto de 1953 o governo francês devidamente o depôs e o mandou para o exílio, primeiro na Córsega, em seguida em Madagascar, substituindo-o por um tio idoso, um rico proprietário de terras que, até então, não tinha tido qualquer participação na vida política. Os espanhóis, no entanto, continuaram a reconhecer Ben Youssef como o soberano legítimo de sua zona. O sultão logo se tornou o foco da agitação nacionalista, unindo populações urbanas e rurais, a classe média e os camponeses por uma causa comum. Violência e desordem eclodiram em cidades e áreas rurais.

Uma onda semelhante de protesto nacionalista irrompeu na Tunísia, outro protetorado da França no Magrebe. A demanda por independência ali foi liderada por um advogado enérgico, Habib

Bourguiba, que havia sofrido inúmeras detenções e períodos no exílio desde que fundara o partido Neo-Destur, em 1934. Quando a França retomou seu domínio sobre a Tunísia, em 1945, Bourguiba partiu para o Cairo, esperando obter apoio do mundo árabe. De volta à Tunísia em 1949, ele procurou induzir os franceses a implementar reformas. A nova administração francesa em Paris concordou, em 1950, com medidas que colocavam a Tunísia no caminho da autonomia interna. Mas as reformas foram frustradas em grande parte pela resistência da comunidade branca, que chegava a 250 mil pessoas. Bourguiba planejava levar a questão às Nações Unidas, mas foi preso. A princípio, ele foi mantido em uma detenção no deserto do Saara, em seguida transferido para La Galite, uma ilha desabitada no Mediterrâneo, exceto por alguns pescadores de lagosta. Depois de dois anos, foi transferido para outra ilha, Groix, ao largo da costa da Bretanha, onde ficou até que um novo governo francês decidiu mandá-lo para Chantilly, perto de Paris. Nesse meio-tempo, a violência política na Tunísia continuou crescendo.

Então, o caos irrompeu na Argélia. Em 1º de novembro de 1954, dia em que os colonos franceses deveriam celebrar a festa de Todos os Santos, bandos de guerrilheiros nacionalistas lançaram uma série de ataques coordenados, setenta ao todo, em uma ampla área da Argélia. Seus alvos incluíram postos de polícia, quartéis, as instalações do governo e propriedades privadas de *grands colons* e de “colaboradores” muçulmanos. Panfletos espalhados nas ruas anunciavam que um novo movimento nacionalista chamado Front de Libération Nationale [Frente de Liberação Nacional, FLN] havia iniciado uma luta revolucionária pela independência e lutaria até vencer.

As autoridades francesas determinaram represálias severas. A polícia fez detenções indiscriminadas, encarcerando centenas de muçulmanos, incluindo nacionalistas moderados sem envolvimento com a rebelião. Expedições punitivas foram lançadas nas montanhas Aurès, um tradicional reduto de rebeldes que se tornara a base principal das operações de guerrilha da FLN. As forças de segurança

realizavam repetidas *ratissages* (“batidas”) contra as comunidades argelinas, “varrendo-as” brutalmente em busca de sinais de apoio à guerrilha.

A repressão francesa teve apenas um impacto temporário. Em 1955, a FLN renovou sua ofensiva, concentrando-se em alvos “leves”. Centenas de funcionários muçulmanos foram torturados, mutilados e assassinados. Civis brancos foram atacados. Os franceses mandaram muitos reforços, expandindo suas forças para 100 mil homens, o dobro do número estacionado na Argélia no início da rebelião. Suas batidas se tornaram cada vez mais brutais; foi aplicada punição coletiva contra moradores; milhares foram enviados para campos de concentração. Ambos os lados recorreram cada vez mais a táticas de terror. Mês a mês, a Argélia descia a um inferno de violência.

Em vez de enfrentar um contágio de guerras no Magrebe, o governo francês decidiu rever suas prioridades. O Marrocos e a Tunísia eram, afinal de contas, dispensáveis. A Argélia, o centro dos interesses e investimentos franceses, considerada parte da França tanto quanto a metrópole, seria mantida a qualquer custo. Em 1955, Ben Youssef voltou do exílio para a aclamação popular no Marrocos, devidamente reconhecido pelo governo francês como Sua Majestade Mohammed V; e Bourguiba foi libertado para liderar um governo interino na Tunísia. Em março de 1956, o Marrocos ganhou a independência como um reino unido; e a Tunísia tornou-se uma república independente. Quanto à Argélia, mais seis anos de terrível guerra civil a esperavam.

ENQUANTO O PODERIO da França sobre o Magrebe se desintegrava, o restante de seu império africano – *L’Afrique Noire* – permanecia firmemente leal à União Francesa. Dois políticos africanos proeminentes, Léopold Senghor, do Senegal, e Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, desempenharam um papel crucial em manter a África negra firmemente dentro do aprisco francês. Ambos

se tornaram ministros do governo francês, bem como líderes políticos em seus territórios de origem.

Senghor distinguiu-se não apenas como político, mas como um poeta talentoso e um intelectual, segundo a grande maneira francesa. Em 1945, como um dos nove deputados africanos presentes na Assembleia Constituinte em Paris, ele ajudou a redigir a constituição da Quarta República, endossando a ênfase colocada na natureza "indivisível" da União Francesa. Em 1948, formou seu próprio partido político no Senegal. Católico em um país predominantemente muçulmano e serere em meio ao grupo dominante jalofo, tornou-se adepto de formar coalizões, buscando apoio sem apelar para afinidades étnicas ou religiosas. Sua inclinação para a persuasão e o acordo tornou-se parte da cultura política do Senegal, com impacto duradouro.

Houphouët-Boigny também havia participado da Assembleia Constituinte em 1945, ganhando notoriedade por sua campanha para acabar com o trabalho forçado. Formado pela École Normale William Ponty, no Senegal, havia se tornado um dos mais ricos plantadores de cacau da África na Costa do Marfim e defendia uma ligação estreita com a comunidade empresarial francesa.

No entanto, embora tanto Senghor quanto Houphouët-Boigny dessem suporte ao domínio francês na África, ambos pressionavam por um maior desenvolvimento africano no âmbito da União Francesa. Em 1956, receoso de que o tipo de violência que atingia a Argélia pudesse vir a ocorrer em outros lugares da África, o governo francês concedeu grandes reformas, concordando com o voto universal e um único colégio eleitoral. A França permitiu também a seus territórios africanos uma medida considerável de autonomia interna. Em vez de duas federações, a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa, cada território ganhou seu próprio primeiro-ministro, gabinete ministerial e assembleia com controle sobre assuntos tais como orçamentos, serviço civil, obras públicas e educação primária. A África negra passou a enviar 33 deputados para Paris.

Em 1958, depois que De Gaulle assumiu o poder como presidente da Quinta República, foram propostas outras reformas. De Gaulle ofereceu à África negra autonomia interna completa dentro de uma nova Comunidade Franco-Africana, deixando apenas o controle das relações exteriores, da defesa e da política econômica global nas mãos dos franceses. A oferta foi submetida a um referendo em setembro de 1958. Os territórios africanos poderiam votar "sim", o que os definiria como membros permanentes da Comunidade, ou "não", o que significaria "secessão" e perda de toda a assistência francesa. A votação em onze territórios foi esmagadoramente a favor da adesão à Comunidade. Mas Guiné desafiou De Gaulle. O jovem líder da Guiné, Ahmed Sékou Touré, um sindicalista, fez uma campanha vigorosa pelo "não", descrevendo a oferta do presidente De Gaulle como chantagem. Quatro dias após a votação, a Guiné foi proclamada república independente.

A reação do presidente De Gaulle foi rápida e vingativa. Ignorando as disposições educadas de Touré, ele encerrou toda a ajuda francesa. Funcionários franceses e unidades do exército, incluindo médicos do exército responsáveis pelo serviço de saúde para a população civil, foram retirados. Em um êxodo em massa, cerca de 3 mil administradores, professores, engenheiros, técnicos e empresários deixaram o país. Eles levaram consigo todas as propriedades do governo francês que podiam carregar e destruíram o que tinha de ser deixado para trás. Os arquivos do governo e os registros foram queimados; escritórios foram despojados de móveis e telefones, até mesmo de lâmpadas elétricas. Os médicos do exército levaram suprimentos médicos; os policiais quebraram as janelas de seus quartéis. Quando Touré se mudou para a residência do ex-governador, descobriu que o mobiliário e os quadros tinham sido removidos, e as louças, destruídas. Isolado, Touré voltou-se para a União Soviética e outros países comunistas para obter assistência.

A Comunidade Franco-Africana do presidente De Gaulle sobreviveu por menos de dois anos. Outros líderes africanos começaram a pressionar pela independência. De Gaulle, de início,

resistiu às demandas, mas, em seguida, veio a reconhecer que a independência era, como disse, “uma espécie de disposição psicológica elementar”. Em 1960, os onze membros da Comunidade Franco-Africana se tornaram Estados independentes: Daomé (mais tarde, Benin); Níger; Alto Volta (mais tarde, Burkina Faso); Costa do Marfim; Chade; República Centro-Africana; Congo Francês (Brazzaville); Gabão; Senegal; Mali; e Mauritânia. Dois outros territórios, Camarões e Togo, administrados pela França sob um mandato das Nações Unidas, também receberam independência.

Exceto pela Costa do Marfim, nenhum desses Estados era economicamente viável. O Chade, o Níger e o Mali não tinham litoral, eram principalmente deserto, pouco povoados e desesperadamente pobres. A Mauritânia consistia em não mais do que um deserto habitado por nômades que, até 1954, haviam sido governados a partir da cidade senegalesa de Saint-Louis. Mesmo o Senegal, o segundo país mais rico da África negra, dependia fortemente de subsídios franceses.

Para garantir que os novos Estados sobreviveriam e que os interesses franceses seriam protegidos na região, De Gaulle adotou uma abordagem benevolente, assinando acordos para cobrir uma ampla gama de assistência técnica e financeira. A França fornecia assessores presidenciais, conselheiros militares e funcionários públicos para a mão de obra dos ministérios do governo. O tesouro francês apoiou uma união monetária, subscrevendo uma moeda estável e conversível.

De fato, muitas das mudanças que ocorreram não foram mais do que cerimoniais. Os novos Estados eram governados por grupos de elite muito acostumados a colaborar com os franceses e bem sintonizados com sistemas franceses de gestão e cultura. Suas ambições consistiam, acima de tudo, em acumular posições de poder, riqueza e status agora acessíveis, já que o governo colonial chegara ao fim.

EM SEUS ESTÁGIOS FINAIS, a guerra da Argélia se tornou um caldeirão de terrorismo e antiterrorismo encenado impiedosamente por ambos os lados. Em março de 1962, 1 milhão de argelinos, 18 mil soldados franceses e 10 mil *pieds-noirs* tinham morrido. Exaurido pela violência, o presidente De Gaulle chegou a um acordo com a FLN, concordando com a independência da Argélia e dizendo ao gabinete que isso representava "uma saída honrosa". Mas, em um último paroxismo de violência, os extremistas brancos vingaram-se da população muçulmana, bombardeando e assassinando a esmo, destruindo escolas, bibliotecas e instalações hospitalares, atacando bancas de floristas e mercearias, determinados a deixar para trás nada além de "terra arrasada". Qualquer que fosse a magra chance de reconciliação entre os *pieds-noirs* e os argelinos, ela foi extinta.

No êxodo em massa que se seguiu, mais de 1 milhão de *pieds-noirs* fugiu para a França, muitos partindo com não mais do que o que podiam carregar em malas. Fazendas, casas e meios de subsistência foram abandonados aos montes. Depois de 132 anos de presença francesa, o domínio francês terminou em caos e confusão, deixando a Argélia nas mãos de um governo revolucionário.

63. A aposta do Congo

O FIM DO DOMÍNIO BELGA no Congo se deu em um clima de desconfiança, medo e mau agouro. Os belgas nunca conceberam qualquer política coerente para levar a independência ao Congo. Ao se depararem de repente com um surto de violência, reagiram com surpresa e alarme, incertos sobre o rumo a tomar. Como as demandas dos nacionalistas congolezes se tornaram cada vez mais insistentes, eles improvisaram reformas, na esperança de deter a maré. Por fim, temendo a possibilidade de uma guerra colonial, simplesmente entregaram o poder o mais rápido que puderam.

A velocidade com que a Bélgica concordou com as demandas congolezas pela independência, em 1960, foi baseada em um jogo conhecido como *le pari congolais* – a aposta do Congo. Por causa da determinação da Bélgica em isolar o Congo da atividade política, nenhum congolês havia adquirido qualquer experiência de governo ou de vida parlamentar. Nenhuma eleição nacional ou mesmo provincial já havia sido realizada. Os belgas só haviam permitido que os congolezes participassem das eleições municipais nas principais cidades em 1957. A falta de pessoal qualificado era intensa. Apenas três congolezes detinham cargos nos altos escalões do serviço público, de um total de 1.400 postos, e dois deles eram nomeações recentes. Em 1960, havia trinta congolezes com formação universitária. A maior categoria de mão de obra treinada era de sacerdotes: havia pelo menos seiscentos deles. No final do ano letivo de 1959-60, apenas 136 alunos concluíram o ensino médio. Não havia congolezes médicos, professores de ensino médio ou oficiais do exército.

Os belgas calcularam que, devido à inexperiência dos políticos congolezes, eles ficariam satisfeitos com as armadilhas do poder, deixando os belgas dirigirem o país tanto quanto antes. Os

congoleses teriam a gestão dos ministérios, mas o núcleo do Estado colonial – a burocracia, o exército e a economia – permaneceria em mãos belgas. Para garantir um resultado favorável nas eleições que levariam à independência, os belgas também planejaram apoiar as atividades dos partidos “moderados” pró-Bélgica e frustrar as ambições dos nacionalistas radicais. “Com um pouco de sorte”, disse o ministro da Bélgica para o Congo, August de Schryver, em maio de 1960, poucas semanas antes da independência, “vamos ganhar a aposta do Congo independente.”

Apenas dezoito meses antes, os belgas tinham estado extremamente confiantes sobre seu domínio no Congo. Os únicos protestos sobre o domínio belga tinham vindo de grupos de “evoluídos” em busca de maior status para si próprios. “O desejo essencial da elite congoleza”, escreveu em 1956 Patrice Lumumba, um funcionário dos correios de 31 anos de idade, “é ser ‘belga’ e ter acesso às mesmas liberdades e aos mesmos direitos.” Mas, em janeiro de 1959, com uma rapidez que abalou a Bélgica profundamente, Léopoldville foi dilacerada por tumultos rancorosos. A causa imediata da violência foi uma decisão das autoridades locais em recusar a permissão para um grupo cultural bakongo realizar uma reunião agendada para domingo à tarde. Mas as investigações belgas subsequentes mostraram que o desemprego, a superlotação e a discriminação haviam produzido uma onda de frustração e descontentamento. Elas também apontaram que as ofertas francesas de autogoverno para o Congo Francês, do outro lado do rio, tinham inflamado a opinião congoleza contra o governo belga. Para ajudar a restaurar a calma, o governo belga anunciou um programa de reforma política, começando com eleições locais. Ele também acrescentou uma vaga promessa sobre o objetivo final da política belga ser a independência. Mas, após tomar essa decisão tão importante, o governo entrou em um debate prolongado sobre a sabedoria de tal medida.

De um lado ao outro do Congo, a atividade política, negada aos congoleses por tanto tempo, explodiu em uma profusão selvagem e descontrolada. Em novembro de 1959, foram oficialmente

registrados 53 grupos políticos; alguns meses depois, o número tinha aumentado para 120. Quase todos os partidos derivavam de origens étnicas. Vários eram baseados em grandes grupos, como os bakongos, os balubas, os balundas e os bamongos; outros eram apenas de importância local. As vastas distâncias no interior do Congo dificultavam a formação de movimentos de base nacional. Katanga, por exemplo, estava a milhares de quilômetros a sudeste de Léopoldville. Para muitos congolese aspirantes a políticos, a esperança de que, com a saída dos belgas, eles poderiam reviver reinos africanos antigos, que existiam antes dos dias de governo belga, era mais importante do que a ideia de independência nacional.

Em nenhum lugar essa ambição étnica foi mais pronunciada do que entre os bakongos da região do baixo Congo, em torno de Léopoldville, onde um movimento cultural nascente, Abako – a Aliança do Bakongo –, cresceu em uma organização política militante que defendia a causa bakongo. Seu líder, Joseph Kasa-Vubu, um “evoluído” conservador que havia estudado para sacerdote, voltou suas atenções para reunir o povo bakongo, dividido pelos limites do Congo Belga, do Congo Francês e de Angola, para reconstruir o antigo império do Congo, que havia florescido no século XVI.

Em Katanga, a província mais rica do Congo, onde ficava a gigantesca indústria do cobre, associações tribais semelhantes germinaram em partidos políticos. O mais proeminente foi a Confédération des Associations Tribales du Katanga [Confederação das Associações Tribais de Katanga], também conhecida como Conakat, apoiada principalmente pelos lundas. Seu líder, Moïse Tshombe, era filho de um rico comerciante de Katanga, relacionado por casamento com a família real lunda. A Conakat defendia a autonomia provincial para Katanga, trabalhava em estreita colaboração com grupos belgas que perseguiram o mesmo interesse e defendia a continuidade dos laços com a Bélgica.

Apenas um partido, o Mouvement National Congolais [Movimento Nacional Congolês, MNC], fundado em Léopoldville em outubro de 1959 por um grupo de jovens “evoluídos”, destacou-se como o

defensor do nacionalismo congolês. Seu líder, Patrice Lumumba, era um organizador enérgico e orador poderoso, muito conhecido por seus artigos em revistas e jornais. Alto, magro e intenso, nascido na pequena tribo Batatela, na província de Kasai, Lumumba tinha feito de Stanleyville (Kisangani), no nordeste do Congo, seu principal reduto eleitoral.

Ao final de 1959, as autoridades belgas enfrentavam desordem crescente. Facções rivais competiam por apoio com total desenvoltura. No Baixo Congo, os bakongos recusaram-se a pagar impostos e a cumprir os regulamentos administrativos. Na província de Kasai, uma guerra tribal eclodiu entre os lulus e os balubas. Em Stanleyville, eclodiram motins após um discurso de Lumumba. Alarmado com a possibilidade de mais violência, o governo belga tentou recuperar a iniciativa, convidando os líderes de treze partidos políticos para uma conferência em Bruxelas, para discutir os termos e o cronograma da independência.

A conferência, em janeiro de 1960, foi a primeira ocasião em que os belgas consultaram a opinião congoleza. Os negociadores belgas esperavam fechar um acordo que levaria a uma transferência gradual de poder durante um período de cerca de quatro anos, mas viram-se confrontados com uma frente unida de delegados congolezes, animados com a perspectiva de poder e posição, exigindo eleições imediatas e independência em 1º de junho de 1960. O máximo que os congolezes estavam dispostos a ceder eram trinta dias a mais de governo belga. Temendo que a alternativa fosse uma guerra como a da Argélia, a Bélgica concordou com a independência do Congo em 30 de junho.

A aposta do Congo logo saiu pela culatra. Apesar do apoio belga, os partidos moderados saíram-se mal nas eleições de maio. O maior registro único de assentos foi para o MNC, de Lumumba, que conseguiu 33 dos 137 assentos. Mas quase metade dos votos MNC veio de apenas uma província, o interior de Stanleyville. Em duas áreas cruciais, Léopoldville e o sul de Katanga, o MNC ganhou poucos votos. Nas negociações que se seguiram, as autoridades belgas se mostraram indevidamente relutantes em permitir que

Lumumba formasse um governo, voltando-se em vez disso para Kasa-Vubu. Mas, quando Lumumba conseguiu obter o apoio da maioria na Câmara dos Deputados – 74 de 137 assentos –, eles foram obrigados a empossá-lo. O resultado final alcançado cinco dias antes da independência era uma aliança incômoda de doze partidos diferentes que incluíam rivalidades acirradas. Kasa-Vubu, ainda abrigando sonhos de autonomia bakongo, foi escolhido como um presidente não executivo. Lumumba, fervendo de ressentimento com as intrigas belgas durante a campanha eleitoral, tornou-se primeiro-ministro do Congo. Em Katanga, a atividade separatista foi ganhando força.

O resultado, talvez inevitável, era o desastre. Mas o desastre foi agravado por um evento fatal após outro, até que, poucas semanas depois da independência, o Congo se tornou sinônimo de caos e desordem.

O NOVO GOVERNO TEVE apenas um fim de semana de celebrações antes de ser confrontado com sua primeira crise. Entre as fileiras da Force Publique, o exército do Congo de 25 mil homens, o ressentimento com os baixos salários e a falta de promoção tinham ficado em ebulição por meses. Os soldados comparavam suas próprias perspectivas sombrias com a riqueza e a influência súbitas de políticos civis, ex-funcionários e vendedores, que circulavam pelas ruas em carros grandes e gastavam dinheiro à vontade. Embora o governo fosse chefiado pelos congolezes, o exército permanecia sob controle do mesmo corpo de 1.100 oficiais belgas. O comandante da Force Publique, general Émile Janssens, um oficial de carreira da direita linha-dura, estava confiante de que não haveria aceleração no programa de africanização. Explicando melhor, depois de lidar com um surto de indisciplina, ele escreveu em um quadro-negro no quartel do exército: “Antes da independência = após a independência.” Naquela noite, uma reunião de protesto dos soldados terminou em motim.

Lumumba acusou publicamente os oficiais belgas de fomentarem a rebelião, demitiu Janssens e decidiu substituir todo o corpo de oficiais por congolese. O novo comandante do exército que nomeou era um ex-sargento que tinha servido pela última vez durante a Segunda Guerra Mundial. Como chefe de equipe, ele escolheu um assessor pessoal de 29 anos de idade, Joseph Mobutu, que passara sete anos na Force Publique, principalmente na função de escriturário, antes de sair, em 1956, para trabalhar como jornalista.

Apesar das mudanças, o motim se espalhou. Brancos foram espancados, humilhados e estuprados em dezenas de incidentes. Tomada pelo pânico, a população branca fugiu aos milhares. O governo belga pediu a Lumumba que permitisse que as tropas belgas estacionadas no Congo restabelecessem a ordem, mas Lumumba se recusou. A Bélgica, então, ordenou de forma unilateral que as forças belgas estacionadas no Congo entrassem em ação e organizou o envio de reforços. Quando as tropas belgas tomaram posse de pontos-chave, incluindo o aeroporto de Léopoldville, Lumumba convenceu-se de que a Bélgica estava tentando voltar a impor seu domínio. Ele rompeu relações diplomáticas e declarou que, no que lhe cabia, o Congo estava agora em guerra com a Bélgica.

Em 11 de julho, a crise se agravou. Com a conivência da Bélgica e o apoio de empresas comerciais e de mineração belgas, o líder de Katanga, Moïse Tshombe, aproveitou a oportunidade do caos para declarar Katanga um Estado independente. Oficiais regulares belgas anteriormente ligados à Force Publique começaram a treinar uma nova força militar em Katanga, e uma missão de assistência técnica belga foi enviada para Elisabethville, a capital de Katanga, para agir, de fato, como um governo paralelo. O plano da Bélgica era usar Katanga como uma base para estabelecer um governo pró-Bélgica em Léopoldville.

Com a administração do Congo se desintegrando e a segurança interna entrando em colapso, Lumumba apelou às Nações Unidas por ajuda. Atuando em uma velocidade impressionante, em poucos dias a ONU organizou um enorme envio aéreo de tropas

estrangeiras, sobretudo de países africanos, e estabeleceu planos para uma força-tarefa civil executar serviços públicos. Mas Lumumba exigiu mais. Em um estado de espírito cada vez mais volátil, ele insistiu que a força da ONU fosse usada para expulsar as tropas belgas. Então deu um ultimato, ameaçando que, se a ONU não retirasse as tropas belgas até 19 de julho, ele pediria à União Soviética para intervir. As manobras frenéticas de Lumumba, em um momento em que a Guerra Fria estava em um de seus ápices, enfureceram os Estados Unidos. Para o sofrimento e a confusão do Congo, agora havia a possibilidade de um envolvimento na Guerra Fria.

Ao final de julho, as forças da ONU estavam estacionadas em cinco das seis províncias do Congo, permitindo que as tropas belgas se retirassem. Mas o problema de Katanga permaneceu sem solução. Lumumba emitiu novas demandas, insistindo que as tropas da ONU fossem usadas para acabar com a secessão de Katanga por meio da força, caso necessário. Quando os funcionários das Nações Unidas deixaram claro que seu mandato não lhes permitia interferir nos assuntos internos do Congo, Lumumba reagiu com fúria, acusando-os de colaboração com a Bélgica e atacando toda a operação da ONU. Funcionários-chave da ONU passaram a compartilhar da visão americana e belga de Lumumba ser muito irregular e irracional para ser confiável. Políticos congolese em Léopoldville e a hierarquia católica estavam igualmente exasperados com as brigas incessantes de Lumumba, seus hábitos ditatoriais e as decisões impetuosas.

Em 15 de agosto, obcecado pela necessidade de vitória militar em Katanga e diante de outra secessão no sul de Kasai, a principal fonte de riqueza de diamantes do Congo, Lumumba tomou a fatídica decisão de pedir assistência militar imediata à União Soviética. Ele planejava enviar uma força militar primeiro para recuperar o controle no sul de Kasai e, em seguida, marchar sobre Elisabethville para expulsar Tshombe. A expedição militar de Lumumba até Kasai, apoiada por aviões soviéticos, caminhões e técnicos, resultou no massacre de centenas de membros da tribo baluba e na fuga de 250

mil pessoas. O coronel Mobutu, que controlava as tropas em Léopoldville, se desentendeu com Lumumba a respeito da expedição e juntou-se às fileiras de críticos.

As ações para se livrar de Lumumba ganharam força. Incentivado por conselheiros belgas, diplomatas norte-americanos e partidários congolezes, o presidente Kasa-Vubu anunciou a demissão de Lumumba como primeiro-ministro, acusando-o de agir de forma arbitrária e mergulhar o Congo em uma guerra civil. Lumumba, por sua vez, anunciou que tinha demitido Kasa-Vubu como presidente. Os governos ocidentais alinharam-se com Kasa-Vubu; o bloco soviético com Lumumba. O resultado foi decidido em 14 de setembro, quando Mobutu, com o encorajamento ativo da CIA, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, e a conivência de funcionários da ONU, anunciou que estava assumindo o poder ele próprio. Ele, então, ordenou a expulsão de todo o pessoal soviético.

Enquanto Mobutu montava um governo interino em Léopoldville, retendo Kasa-Vubu como presidente, Lumumba, depois de procurar proteção da ONU, continuou a viver na residência do primeiro-ministro, às margens do rio Congo, guardado por um círculo interno de tropas das Nações Unidas. Vários esquemas de assassinato foram postos em movimento. O governo belga era o mais determinado de todos em se livrar de Lumumba. Em um telegrama de 6 de outubro para oficiais belgas em Elisabethville, o ministro de assuntos africanos, o conde Harold d'Aspremont Lynden, que arquitetara a secessão de Katanga, resumiu as intenções belgas: "O principal objetivo a se buscar, no interesse do Congo, de Katanga e da Bélgica, é claramente a *eliminação definitiva* de Lumumba."

Em novembro, logo após a Assembleia Geral da ONU se curvar à pressão norte-americana e reconhecer a administração de Kasa-Vubu, Lumumba decidiu fugir de Léopoldville e dirigiu-se para Stanleyville, sua principal base política, para criar ali um regime rival. "Se eu morrer, tanto faz", disse a um amigo. "O Congo precisa de mártires." A meio caminho para Stanleyville, ele foi capturado, espancado e levado para uma prisão do exército, em Thysville, cerca de 150 quilômetros a sudoeste de Léopoldville. Com rebeliões

eclodindo na região de Stanleyville, na província de Kivu e no norte de Katanga, um círculo de funcionários belgas e políticos congolese, entre eles Mobutu, decidiu se livrar de Lumumba de uma vez por todas, mandando-o para Elisabethville, a capital de Tshombe, sabendo que era o mesmo que uma sentença de morte. Em 17 de janeiro de 1961, ele foi executado por um pelotão de fuzilamento, sob o comando de um oficial belga.

A agonia do Congo continuou ano após ano. O país tornou-se um campo de batalha para facções em guerra, soldados saqueadores, tropas estrangeiras, forças mercenárias, entusiastas revolucionários e legiões de diplomatas e assessores. A secessão de Katanga durou mais dois anos, até que, em 1963, as Nações Unidas resolveram acabar com ela. As rebeliões no leste do Congo, em 1964, terminaram com a morte de 1 milhão de congolese. Em Léopoldville, os políticos brigavam sem parar. Quando, em 1965, Mobutu, o comandante do exército, adiantou-se uma segunda vez e assumiu a presidência, pareceu, na época, que haveria algum tipo de trégua.

O DOMÍNIO BELGA EM RUANDA culminou em um desastre semelhante. A política da Bélgica de favorecer a minoria tútsi em todos os aspectos da administração e da educação produziu uma onda de ressentimento profundo entre a maioria hutu. Em março de 1957, um grupo de nove intelectuais hutus, todos ex-seminaristas, publicou o *Manifesto BaHutu*, desafiando todo o sistema econômico e administrativo em Ruanda. O problema central, disseram os autores, era "o monopólio político de uma raça, a raça tútsi, que, dado o atual quadro estrutural, torna-se um monopólio econômico e social". Eles exigiram medidas para atingir "a promoção integral e coletiva dos hutus".

Os funcionários belgas reagiram letargicamente ao protesto. Em dezembro de 1958, um administrador sênior enfim admitiu que "a questão hutu-tútsi é um problema inegável" e propôs que o uso oficial dos termos "hutu" e "tútsi" fosse abolido – nos cartões de

identificação, por exemplo. Os hutus, no entanto, rejeitaram a proposta, querendo manter sua maioria identificável; a abolição dos cartões impediria "a lei da estatística de estabelecer a realidade dos fatos". A ideia de que o governo da maioria significava um governo hutu ganhou terreno. A obsessão étnica tomou corpo entre o pequeno estrato da elite educada. Os partidos políticos foram formados de acordo com uma base étnica. Partidos hutus faziam campanha pela abolição da monarquia tútsi e do estabelecimento de uma república.

O primeiro espasmo de violência eclodiu em novembro de 1959. No que se tornou conhecido como "o vento da destruição", bandos de hutus se enfureceram, atacando autoridades, queimando e saqueando casas e propriedades tútsis. Centenas de tútsis foram mortos; milhares de pessoas fugiram para o exílio. A terminologia usada pelos extremistas hutus para o assassinato foi "trabalho".

Em meio ao caos, a Bélgica decidiu lançar a ideia de autogoverno. E também mudou de lado, dando apoio à causa hutu. "Em função da força das circunstâncias, temos que tomar partido", disse um oficial sênior belga em Bruxelas, em janeiro de 1960. "Não podemos permanecer neutros e passivos." Assim, as autoridades coloniais começaram a demitir chefes tútsis e a nomear hutus em seu lugar. Os novos chefes organizaram imediatamente a perseguição dos tútsis nos distritos que controlavam, precipitando um êxodo em massa de 130 mil tútsis para estados vizinhos.

Nas eleições governamentais locais, realizadas entre junho e julho, em meio à violência contínua, um partido inteiramente hutu, o ParmeHutu, ganhou uma posição dominante em quase todas as comunas. As autoridades belgas, então, juntaram-se aos líderes hutus para abolir a monarquia tútsi e estabelecer Ruanda como uma república. Em setembro, as eleições legislativas confirmaram a supremacia hutu. Um relatório das Nações Unidas advertiu: "Um sistema opressor foi substituído por outro."

Em 1º de julho de 1962, Ruanda tornou-se um Estado independente sob um governo republicano dedicado à causa da

hegemonia hutu e determinado a manter os tútsis em um papel subordinado. Burundi ganhou sua independência no mesmo dia. Embora houvesse ali tensões semelhantes entre hutus e tútsis, a monarquia tútsi sobreviveu. Mas ambos, Burundi e Ruanda, iriam sofrer imensas revoltas.

64. Em nome do apartheid

A ONDA DE NACIONALISMO africano que varreu um regime colonial após outro foi interrompida de forma abrupta nas fronteiras da África meridional de governo branco. Para as populações brancas da África do Sul, do Sudoeste Africano, da Rodésia (do Sul) e das colônias portuguesas de Angola e Moçambique, a noção de governo africano significava desastre. Determinados a manter o poder e a riqueza em mãos brancas, os governos de minoria branca reforçaram seu controle, suprimindo grupos negros que tentavam desafiar o regime branco e transformando a África meridional em uma fortaleza aparentemente impenetrável.

Na África do Sul, à medida que, durante a década de 1940, um estado de espírito militante crescia entre a população urbana africana, a questão do “perigo negro” – *swaart gevaar* – dominava o debate político branco. As áreas urbanas foram mudando depressa. Um enorme número de africanos migrou para os centros industriais no Witwatersrand, impulsionados pela pobreza e a fome nas “reservas” africanas e pelas condições adversas nas fazendas de brancos. Eles tinham esperança de achar trabalho nas indústrias em expansão do tempo de guerra, mas muitas vezes encontraram pouca coisa além de sofrimento e miséria. Acampamentos de sem-tetos proliferaram nos arredores de Joanesburgo, num desafio à autoridade municipal. O custo dos alimentos disparou. Sindicatos africanos levaram a uma erupção súbita de greves em apoio às demandas por salário mínimo. Em 1946, os mineiros africanos deram início à maior greve da história da África do Sul, em protesto contra os salários e as condições de trabalho.

Além dos sinais de truculência em meio à população negra, os brancos eram lembrados dos números, que ameaçavam sobrepujá-los. Segundo o censo de 1946, os brancos representavam

uma proporção cada vez menor da população. Desde 1910, a população branca tinha aumentado de pouco mais de 1 milhão para 2,4 milhões, enquanto a população não branca se expandira de quase 4,5 milhões para 9 milhões. Cerca de 60% dos africanos estavam vivendo em áreas designadas como europeias, enquanto apenas 40% permaneciam nas reservas. Nas áreas urbanas, os negros superavam os brancos.

O primeiro-ministro, Jan Smuts, falava eloquentemente sobre o problema, mas não era capaz de oferecer uma solução. “Uma mudança revolucionária está ocorrendo entre os povos nativos da África a partir do movimento do campo para as cidades”, afirmou ele. “A segregação tentou brecá-lo. No entanto, não chegou nem perto de consegui-lo ... Seria o mesmo que tentar varrer o oceano de volta com uma vassoura.” A impressão que transmitiu a um eleitorado branco cada vez mais preocupado foi que seu governo estava começando a perder o controle da população negra e, o que era pior, não tinha a determinação de restaurar o controle.

Seus adversários no Partido Nacional, entretanto, apresentaram um plano que, segundo alegavam, seria uma solução permanente para o problema: *apartheid*. A palavra entrou em uso comum, em meados da década de 1930, entre um grupo de intelectuais africanos que buscava métodos mais decisivos de lidar com a “questão dos nativos”. O *apartheid* tinha permanecido um conceito vago até a década de 1940, quando os políticos nacionalistas apresentaram-no como um projeto que iria acabar com o “perigo negro” e assegurar a supremacia branca em definitivo. Em um manifesto lançado em 1948, poucos meses antes de uma eleição geral, o Partido Nacional prometeu segregar a população negra sempre que possível. Cada faceta de sua vida – residência, acomodações, transportes, educação, política – seria regulada para mantê-los em um papel estritamente subordinado. Assim, nenhum grupo racial ameaçaria o futuro de qualquer outro. Os nacionalistas afirmavam que tudo isso se daria de acordo com os princípios cristãos de direito e justiça. Textos bíblicos eram citados como justificativa.

Com propaganda implacável, os nacionalistas jogavam com as ansiedades raciais do eleitorado em todas as oportunidades. Eles deram especial atenção à classe trabalhadora africâner, que enfrentava a concorrência da mão de obra negra barata. Em 1948, cerca de metade da população de brancos de língua africâner vivia em áreas urbanas. Uma grande proporção era de mineiros, ferroviários, trabalhadores do setor de transportes, de fábricas e da indústria do aço, para quem o *slogan* nacionalista do *apartheid*, prometendo proteção dos empregos brancos, tinha um apelo potente. O programa nacionalista atraía agricultores africâneres, que queriam a imposição de controles mais rígidos ao movimento africano, para superar a intensa escassez de trabalho negro. Ao longo da campanha, o líder do Partido Nacional, Daniel Malan, insistia na necessidade de unidade entre os africâneres. Eles constituíam agora cerca de 60% da população branca. "Reunir todos os que, por convicção interior, estão unidos" foi seu grito de guerra constante.

O Partido Nacional ganhou a eleição de 1948 por uma margem estreita. Em seu discurso de vitória, Malan declarou: "Hoje, a África do Sul pertence a nós de novo. Pela primeira vez desde a União, a África do Sul é nossa, e Deus permita que ela permaneça sempre nossa."

Os nacionalistas colocaram sua marca na África do Sul com determinação implacável. O governo de Malan foi o primeiro na história da União a ser exclusivamente constituído por africâneres; todos, exceto dois, eram membros da Broederbond. Usando favoritismo em uma escala até então desconhecida na África do Sul, ele afastou os anglófonos dos escalões superiores da administração pública, das forças armadas, da polícia e das organizações paraestatais, como as ferrovias, e os substituiu por africâneres cuidadosamente selecionados. O setor estatal tornou-se praticamente uma reserva africâner. A profissão de advogado acabou enfrentando o mesmo tratamento. O governo também favoreceu os bancos e as empresas africâneres com contratos.

Para lidar com a questão dos nativos, o gabinete de Malan começou a construir um aparato de leis, regulamentos e burocracias que foi desenvolvido por governos nacionalistas sucessivos, até construírem o edifício racial mais elaborado que o mundo já viu. A estrutura básica do *apartheid* repousava sobre um Population Registration Act [Lei do Registro da População], que exigia que todas as pessoas fossem classificadas dentro de um dos três grupos raciais: branco, de cor ou africano. Foram alocadas áreas residenciais distintas para cada grupo racial, embora isso significasse o desenraizamento de comunidades inteiras. Novas leis garantiram a segregação em todas as esferas da vida pública: ônibus, trens, correios, estações, restaurantes e teatros. Em todos os lugares, proliferaram cartazes com os dizeres *Slegs vir Blankes*, "Apenas Brancos", e *Nie Blankes*, "Não Brancos". Os edifícios públicos tinham portas e balcões de atendimento separados; os parques públicos tinham bancos separados. Em seu esforço para deter a integração inter-racial, os nacionalistas também proibiram o casamento e as relações sexuais entre brancos e negros.

Foram instituídos novos controles para restringir a entrada de africanos em áreas urbanas. De acordo com as disposições da "seção dez", nenhum africano era autorizado a permanecer em uma área urbana por mais de 72 horas sem uma licença, a menos que tivesse vivido ali continuamente por quinze anos ou servido sob o mesmo empregador por dez anos. Os que não pudessem provar seu direito de permanecer eram susceptíveis de serem "colocados para fora" – expulsos para uma área rural africana. A lei dividia famílias, separava maridos de esposas, pais de filhos. As normas trabalhistas também ficaram mais restritas. Os departamentos governamentais foram orientados a substituir funcionários africanos por brancos.

Depois de uma longa batalha legal, os nacionalistas também conseguiram remover os eleitores de cor da província do Cabo do registro eleitoral, do qual tinham feito parte, junto com os brancos, desde 1853. Eles nem tentaram disfarçar seus objetivos. "Ou o homem branco domina ou o homem negro assume", afirmou o primeiro-ministro, Hans Strydom, ao parlamento, em 1956. "A única

maneira de os europeus manterem a supremacia é pela dominação ... E a única maneira de manterem a dominação é impedindo o voto dos não europeus.”

O ATAQUE DA LEGISLAÇÃO do *apartheid* fez com que uma nova geração de ativistas políticos do Congresso Nacional Africano (CNA) lançasse, em 1949, um “Programa de Ação” contra as medidas do governo, incluindo desobediência civil, boicotes e greves. Entre eles, estava Nelson Mandela, um estudante de direito relacionado à família real thembu. Nascido em 1918, nos arredores simples de uma aldeia camponesa nas terras dos thembus, ele tinha obtido um lugar na cobiçada Universidade de Fort Hare, o mais importante instituto educacional para africanos no sul da África, mas deixou os estudos para evitar um casamento arranjado. Em Joanesburgo, acabou conseguindo trabalho em um escritório de advocacia branco, o que lhe permitiu concluir o curso universitário por correspondência. Uma figura alta e atlética, com olhos escuros penetrantes e um sorriso cativante, Mandela tinha uma presença imponente, um porte patricio, mas uma tendência a agir por impulso. Um amigo próximo, Oliver Tambo, lembra-se dele na época como “passional, emocional, sensível, rapidamente levado à amargura e à retaliação diante do insulto e do favoritismo”.

O governo do Partido Nacional reagiu energicamente aos sinais de oposição. Alegando que a maior parte da dissidência era causada por atividades de comunistas, introduziu o Suppression of Communism Act [Lei da Supressão do Comunismo], que lhe deu poderes para reprimir não apenas o pequeno Partido Comunista multirracial, mas outros adversários que entendesse serem problemáticos. A lei foi a primeira arma em um arsenal de medidas de segurança preparado pelo governo que acabaria por lhe dar controle totalitário. Sua definição de comunismo era tão ampla que poderia ser usada para silenciar todos que se opusessem à política do governo simplesmente “nomeando-os”. O governo tinha o poder de colocá-los em prisão domiciliar, de restringir seus movimentos, de

proibi-los de assistir a reuniões públicas ou mesmo sociais e de banir seus escritos e discursos.

Em 1952, sem temer a ameaça de repressão do governo, o CNA ajudou a organizar uma "Campanha de Desafio", pedindo a voluntários que corressem deliberadamente o risco de serem presos ao infringir leis do *apartheid*, como quebrar os regulamentos do toque de recolher ou usar vagões e salas de espera marcados para uso exclusivo de brancos. A campanha logo cativou o público, elevando o CNA de um pequeno grupo ativista a um movimento de massas. Em cinco meses, mais de 8 mil pessoas foram presas por períodos de um a três meses. O governo reagiu, introduzindo poderes de emergência para esmagar a oposição e tornando praticamente qualquer forma de protesto ilegal. Nos anos seguintes, os ativistas políticos foram intimidados por meio de batidas policiais, vigilância, medidas de interdição, restrições, prisões e exílios.

Embora a repressão do governo tivesse um alto custo, o CNA perseverou. Em 1955, em conjunto com ativistas indianos e um grupo de brancos radicais, muitos deles membros do Partido Comunista clandestino, o CNA elaborou uma "Carta da Liberdade" na qual defendia uma sociedade multirracial. "A África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos", declarava a Carta. Ela exigia o direito de todos os cidadãos votarem, exercerem cargos e serem iguais perante a lei.

O governo considerou a carta parte de uma conspiração para "derrubar o Estado existente por meio de métodos revolucionários" e levou 156 ativistas, incluindo quase todos os membros seniores do CNA, bem como radicais brancos proeminentes, para os tribunais, sob a acusação de alta traição. O julgamento se arrastou por quatro anos, minando a energia do movimento e de seus líderes e terminando na absolvição de todos os acusados.

O rolo compressor do *apartheid*, entretanto, seguia implacável. Em 1958, o Partido Nacional escolheu como primeiro-ministro Hendrik Verwoerd, um fanático ideológico nascido na Holanda que tinha a ambição de levar o desenvolvimento separatista muito além

da estratégia nacionalista anterior de *baaskap*, ou domínio branco. Verwoerd achou ter encontrado a solução definitiva para a África do Sul: a separação territorial total entre brancos e negros. Seu plano mestre envolvia dividir a população africana em grupos étnicos distintos ou “nações”, dando-lhes o controle de suas próprias terras, nas quais gozariam de direitos sociais e políticos – “liberdades separadas” – sob um sistema de governo adequado para sua própria formação tribal. Todos os negros se tornariam cidadãos dos novos países de origem, incluindo os negros residentes em áreas de “brancos”, independentemente de quantas gerações haviam vivido ali. Divididos em grupos étnicos diferentes, os negros seriam inibidos de agir como uma comunidade única contra a minoria branca. Como todos os grupos “nacionais” eram uma minoria do todo, nenhuma “nação” poderia reivindicar direitos com base na força numérica. Assim, as demandas dos nacionalistas africanos por um governo da maioria eram irrelevantes, e os brancos garantiriam a supremacia de sua própria área para todo o sempre. Ao revelar sua estratégia em 1959, Verwoerd anunciou que, dali em diante, a África do Sul se tornaria um Estado “multinacional” com terras separadas para oito “nações” negras.

A população branca saudou a “nova visão” de Verwoerd, confiante de que iria garantir seu futuro a longo prazo. Mas, menos de um ano depois, a África do Sul foi profundamente abalada por uma reviravolta súbita. Suas origens estão em uma divergência dentro do CNA entre o grupo multirracial, que havia lançado a Carta da Liberdade, e um grupo “africanista”, que acreditava na “África para os africanos”. Os africanistas eram particularmente contrários à cláusula na Carta da Liberdade que afirmava que a África do Sul pertencia a “todos os que nela vivem, negros e brancos”. Na visão africanista, os únicos “donos” verdadeiros da África do Sul eram os africanos. Os outros tinham apenas “roubado” o país. Em 1959, os africanistas formaram um grupo rival, o Pan-Africanist Congress [Congresso Pan-Africanista, PAC], que exigia o “governo dos africanos, pelos africanos, para os africanos”. Concorrendo por apoio com o CNA, esse novo grupo anunciou uma campanha de protesto

em massa contra o odiado sistema da lei do passe. Em 21 de março de 1960, a polícia de Sharpeville abriu fogo contra uma multidão de manifestantes do PAC, matando 69 e ferindo 186 pessoas. A maioria das vítimas foi atingida pelas costas, enquanto fugia dos tiros.

O massacre de Sharpeville provocou uma tempestade de protestos africanos – marchas, manifestações, greves e violência. Muitos brancos temiam que a África do Sul pudesse estar à beira de uma revolução. Uma explosão de condenação internacional somou-se à sensação de crise. A postura ocidental em relação à África do Sul, até então ambivalente, tornou-se marcadamente mais hostil. Os investidores estrangeiros desertaram em massa. Mas, em vez de oferecer concessões, Verwoerd ordenou repressão intensa. Usando poderes de emergência, o governo proibiu o CNA e o PAC e deteve milhares de ativistas anti-*apartheid*. Em algumas semanas, a espinha dorsal da resistência africana tinha sido quebrada.

Apesar de empurrados para uma existência clandestina, os ativistas do CNA fizeram mais uma tentativa de ação de massa, organizando o apoio para uma greve de três dias, em 1961, na esperança de abalar a determinação do governo. A figura-chave na campanha foi Nelson Mandela. Abandonando o emprego na prática legal e qualquer possibilidade de manter uma vida familiar, tornou-se um líder clandestino, viajando pelo país às escondidas. A resposta à greve, no entanto, não correspondeu às expectativas de Mandela, e, no segundo dia, ele a desmobilizou.

O fracasso da greve convenceu Mandela de que não havia mais nada a ser alcançado com ações de protesto, e que a única alternativa disponível era recorrer à violência. Anos de manifestações, boicotes, greves e desobediência civil tinham conseguido pouco além de represálias do governo. Mandela acreditava que uma campanha limitada de sabotagem iria assustar os investidores estrangeiros, perturbar o comércio e causar dano suficiente para forçar o eleitorado branco e o governo a mudarem de rumo. Apoiado por entusiastas revolucionários do Partido Comunista clandestino, Mandela criou um braço armado chamado Umkhonto

we Sizwe (Lança da Nação) e iniciou os primeiros ataques em dezembro de 1961.

A incursão de Mandela na luta armada estava, desde o início, fadada ao insucesso. Nenhum dos conspiradores tinha qualquer experiência de ação de sabotagem ou de guerrilha. Três semanas após o início da campanha, Mandela deixou a África do Sul para buscar apoio de outros países africanos. Ele retornou em julho de 1962, mas, descuidado com sua segurança pessoal, sobreviveu no campo por não mais que duas semanas. Outros conspiradores foram logo encurralados. Para lidar com os ataques de sabotagem, a polícia de segurança recebeu poderes praticamente ilimitados de prisão e detenção. Dezenas de suspeitos desapareceram na prisão, submetidos a interrogatórios prolongados, confinamento solitário, agressões físicas e tortura. Com as informações obtidas de detentos e informantes, a polícia identificou os edifícios agrícolas nos arredores de Joanesburgo onde funcionava a sede da Umkhonto. Quando eles a invadiram, em julho de 1963, capturaram não apenas um grupo de líderes conspiradores, mas uma série de documentos incriminatórios relativos à produção de armas, ao recrutamento e ao treinamento de guerrilha, além de contatos com o bloco soviético e a China. Em junho de 1964, Mandela e oito de seus colegas foram condenados à prisão perpétua.

Em termos dos objetivos que Mandela tinha proposto, a campanha de sabotagem foi um fracasso total. O impacto sobre a economia foi insignificante. Longe de se afugentarem, os investidores estrangeiros tornaram-se mais profundamente envolvidos durante os anos 1960. O governo, em vez de mudar de rumo, foi estimulado a tomar contramedidas ainda mais repressivas, obliterando direitos civis fundamentais por meio de alegações de que se tratava de uma conspiração de inspiração comunista para derrubar o Estado. O eleitorado branco reagiu com apoio incondicional ao governo, e não em oposição a ele. Em última análise, tudo o que se provou é que um grupo de revolucionários amadores não era páreo para o poderio do Estado sul-africano. Os entusiastas revolucionários falaram de "uma falha heroica". Mas foi

mais um erro de cálculo fatal a respeito da natureza do poder branco. O custo desse erro de cálculo foi enorme. Com a destruição do movimento nacionalista, pairou um silêncio de mais de uma década.

OS GOVERNANTES BRANCOS da Rodésia enfrentaram uma agitação nacionalista semelhante e lidaram com ela de maneira parecida. A oposição nacionalista havia crescido durante a década de 1950, alimentada pelo ressentimento com a pobreza e a frustração nas cidades, a superlotação nas "reservas" rurais e as políticas de terras do governo que, ao longo de um período de trinta anos, afastaram mais de meio milhão de africanos de áreas designadas como "brancas". Ao lançar a primeira grande organização nacionalista, em 1957 – o CNA –, os líderes nacionalistas expressaram ambições relativamente modestas: eles clamavam pela abolição das leis discriminatórias, pela reforma da distribuição de terras e por uma extensão do direito ao voto. Embora o voto fosse não racial, as qualificações necessárias, com base na renda, eram tão altas que, de 52 mil eleitores, apenas 560 eram africanos. O governo considerou o CNA uma organização subversiva e, em 1959, proibiu-a.

No ano seguinte, foi lançada uma nova organização, o National Democratic Party [Partido Nacional Democrático, NDP], com objetivos mais radicais, entre eles a demanda por poder político. Quando o governo britânico convocou uma conferência constitucional em Salisbury, em 1961, uma delegação do NDP, liderada por Joshua Nkomo, um funcionário de sindicato, foi convidada a participar. O objetivo da conferência era formular uma nova constituição que reconciliasse as demandas brancas por independência sob um governo de minoria branca com as demandas africanas por avanço político. Foi uma oportunidade crucial para os nacionalistas avançarem sua causa. Mas seu desempenho foi inepto e indeciso. Enquanto o governo rodesiano obteve um acordo para a Inglaterra retirar praticamente todo o seu poder moderador,

tornando a Rodésia, na prática, um Estado semi-independente, os nacionalistas ganharam quinze dos 65 assentos, com base em um sistema de votação complexo, que atrasaria o governo da maioria por pelo menos várias décadas, garantindo a permanência do governo branco pelo futuro próximo.

Os nacionalistas logo sucumbiram à desordem, recorrendo à violência temerária para tentar impedir que a nova constituição fosse posta em prática. Mas, além da violência, eles não tinham um plano coerente. O governo rodesiano respondeu banindo o NDP e, em seguida, seu sucessor, a Zimbabwe African People's Union (União do Povo Africano do Zimbábue, Zapu). Em 1963, o movimento nacionalista dividiu-se em dois grupos irreconciliáveis, o Zapu e o Zanu (Zimbabwe African National Union, ou União Nacional Africana do Zimbábue). À medida que ambos os grupos tentavam se afirmar, sua rivalidade se desenvolveu em uma guerra sangrenta.

A ameaça que a efervescência africana representava para o regime branco produziu uma reação crescente. Nas eleições de dezembro de 1962, a Rhodesian Front [Frente Rodesiana] – um conjunto díspar de facções de direita que prometia lidar brutalmente com a ameaça nacionalista e consolidar o controle branco de forma permanente – saiu vitoriosa. Uma vez no poder, a Frente Rodesiana ficou obcecada com a necessidade de independência. Ano após ano, ela pressionava sua intenção na metrópole, em Londres. O governo britânico estava disposto a conceder a independência à Rodésia sob o domínio da minoria branca, mas queria concessões constitucionais para garantir que o progresso político africano não seria impedido uma vez que a Rodésia se liberasse do Reino Unido. O líder da Frente Rodesiana, Ian Smith, não via razão para fazer tais concessões. Enquanto isso, à medida que a violência nacionalista continuava, Smith ordenou a detenção de líderes nacionalistas, entre eles Joshua Nkomo, do Zapu, e Robert Mugabe, do Zanu, além de centenas de outros ativistas, alegando necessidade de manter a lei e a ordem.

Depois de três anos de negociações infrutíferas, em 11 de novembro de 1965 Smith declarou independência unilateral. Ele

retratou seu ato de desafio em termos grandiosos: "Demos um golpe pela preservação da justiça, da civilização e do cristianismo." Mas, em sua busca pela supremacia branca, Smith tinha colocado a Rodésia em um curso perigoso.

OS TERRITÓRIOS PORTUGUESES de Angola e Moçambique permaneciam, como sempre, tão firmemente nas garras da ditadura de Salazar. Para Salazar, as colônias de Portugal na África eram uma parte da nação portuguesa tão inalienável como a metrópole. Portugal, disse ele à Assembleia Nacional em Lisboa, em 1960, tinha estado na África por quatrocentos anos; não interessava o que outras potências europeias escolhessem fazer de suas colônias, Portugal não tinha intenção de abandonar seu destino para os "ditos `ventos da história"". Qualquer sinal de oposição política, entre os brancos, assim como os negros, era rapidamente apagado por sua polícia secreta. Em 1960, a maioria dos grupos nacionalistas clandestinos formados na década de 1950 tinha sido levada para a clandestinidade ou para o exílio.

Apesar do regime repressivo de Salazar, Angola e Moçambique começaram a prosperar durante os anos 1950. Em Angola, a descoberta de campos de petróleo, a expansão da mineração e a vivaz indústria do café produziram condições de *boom* econômico. Em 1960, a capital Luanda tornou-se a terceira maior cidade do Estado português, depois de Lisboa e do Porto, e a população branca de Angola aumentou para 200 mil pessoas, a maior comunidade branca na África tropical. A tranquilidade que a África portuguesa parecia desfrutar convenceu Salazar de que Portugal, sozinho entre as potências coloniais europeias, possuía um talento único para o estabelecimento de comunidades multirraciais de sucesso.

Portanto, uma explosão de violência no norte de Angola, em 1961, pegou os portugueses de surpresa. Bandos itinerantes de africanos armados com facões, espingardas de fabricação caseira e outras armas rudimentares atacaram assentamentos europeus

isolados e plantações, matando centenas de brancos e massacrando trabalhadores migrantes africanos. A revolta foi, em parte, o trabalho de agitadores nacionalistas baseados no vizinho Congo. Mas foi também impulsionada por fortes queixas a respeito da perda de terras africanas e pelo tratamento rude dispensado por colonos e comerciantes portugueses à população local.

Salazar ordenou repressão pura e simples, mas também autorizou as primeiras grandes reformas na política colonial dos últimos sessenta anos. Foram emitidos decretos abolindo todas as formas de trabalho compulsório e proibindo a desapropriação ilegal de terras. E foi atribuída igualdade de direitos aos cidadãos "civilizados" e aos "não civilizados" do império. Mas, fora isso, Salazar ainda se recusava a contemplar quaisquer reformas políticas ou em relaxar seu controle sobre a atividade política.

ASSIM, EM TODA A ÁFRICA, uma nova fronteira foi definida, dividindo o norte negro do sul branco. Acreditava-se que o sul branco possuísse a força econômica e militar suficiente para suportar qualquer desafio que porventura surgisse. No entanto, lá também os ventos da mudança foram finalmente sentidos. E pouco mais de uma década depois, a fronteira teve de ser redesenhada.

PARTE XVI

A era da independência: golpes, ditadores e “vida platinum”

A ÁFRICA NO MOMENTO DA INDEPENDÊNCIA



- 1 Senegal (1960)
- 2 Gâmbia (1965)
- 3 Guiné-Bissau (1973)
- 4 Serra Leoa (1961)
- 5 Guiné Equatorial (1968)
- 6 Cabinda (incorporada a Angola)
- 7 Lesoto (1966)
- 8 Suazilândia (1968)
- 9 Malauí (1964)
- 10 Burundi (1962)
- 11 Ruanda (1962)
- 12 Djibuti (1977)

65. A primeira dança da liberdade

A ÁFRICA ENTROU NA ERA da independência em uma onda de otimismo e boa vontade. Numa crista de popularidade e prestígio, os líderes africanos seguiram em frente, com planos de desenvolvimento ambiciosos. As circunstâncias econômicas herdadas eram propícias. A independência veio em meio a um *boom* econômico. Os preços mundiais dos produtos africanos – culturas de rendimento como o cacau e o café, e minérios como o cobre – atingiram novos níveis na era do pós-guerra, estimulando ainda mais crescimento. As boas chuvas de toda a década de 1950 trouxeram boas colheitas. A dívida pública era baixa; em muitos casos, as reservas em moeda estrangeira eram relativamente altas. Os tesouros minerais que a África era conhecida por possuir – ouro, diamantes, petróleo, gás, urânio, bauxita, cobre – sugeriam um futuro próspero.

No cenário global, os Estados africanos chamavam a atenção dos blocos rivais de poder do mundo. Com a Guerra Fria no auge, a posição que cada novo Estado independente adotasse em suas relações com o Ocidente ou com o Oriente era vista como um assunto de importância crucial. O bloco do Leste embarcou em grandes campanhas para ganhar influência; os governos ocidentais procuraram uma nova parceria, oferecendo subsídios, empréstimos baratos e perícia técnica. A África foi considerada um prêmio valioso demais para se perder.

As expectativas populares sobre o advento da independência subiram a novos patamares. Em suas campanhas para tirar o poder dos governos coloniais, os políticos africanos fizeram promessas pródigas sobre o oferecimento de educação, habitação, cuidados médicos, emprego e terra para todos, despertando um clima de euforia. “Buscai primeiro o reino político”, Nkrumah dissera a seus seguidores, “e todo o resto se seguirá.”

Quando analisada à luz fria do dia, no entanto, a dimensão de dificuldades e perigos enfrentados pela África era assustadora. O continente era muito profundamente afetado pela pobreza em massa, o analfabetismo, doenças e seca para permitir soluções fáceis para seu desenvolvimento. A maioria da população – mais de três quartos – estava envolvida na agricultura de subsistência, sem acesso nem aos serviços de educação nem à saúde básica. Embora a medicina moderna tivesse domado doenças epidêmicas como a varíola e a febre amarela, doenças endêmicas, como a malária e a doença do sono (tripanossomíase) cobravam um pesado tributo; a mosca tsé-tsé, transmissora da doença do sono tanto para seres humanos quanto para o gado, impedia que cerca de 10 milhões de quilômetros quadrados de terras potencialmente produtivas fossem utilizadas de forma eficaz para a pecuária e a agricultura mista; enxames de gafanhotos devastavam regularmente as plantações. Esquistossomose e cegueira dos rios (oncocercose) eram perigos comuns. As taxas de mortalidade infantil eram as mais altas do mundo; e a expectativa média de vida, 39 anos, a mais baixa.

A escassez de mão de obra qualificada era intensa. A maioria das sociedades africanas era predominantemente analfabeta e sem conhecimento de aritmética. Apenas 16% da população adulta era alfabetizada. No final de 1950, no início da época da independência, na África negra, uma região com população de cerca de 200 milhões de pessoas, apenas 8 mil estudantes formavam-se no ensino secundário, e quase metade deles vinha de dois países, Gana e Nigéria. Poucos novos Estados tinham mais de duzentos alunos com formação universitária. Em 1959, na Rodésia do Norte (Zâmbia), apenas 35 africanos tinham ensino superior; na Niassalândia (Malawi), o número era de 28. Em 1961, o ano da independência de Tanganica, todos os funcionários civis seniores de Dar es Salaam, todos os comissários provinciais e 55 dos 57 comissários distritais ainda eram expatriados britânicos. Nas ex-colônias francesas, nem sequer havia universidade. Apenas cerca de um terço da população em idade escolar frequentava o nível primário.

Os recursos econômicos disponíveis para os governos africanos financiarem seus sonhos eram limitados. A renda da maioria dos países dependia de produtos primários, como o cacau e o café, ou minerais, como cobre e minério de ferro, todos eles vulneráveis a mudanças nos preços mundiais. As receitas públicas eram, portanto, sujeitas a oscilações bruscas. Comércio e indústria também estavam em grande parte sob o controle de empresas e empresários estrangeiros. A maior parte da atividade econômica estava confinada a áreas costeiras ou concessões de mineração no interior. O vasto interior permaneceu praticamente intocado pelo desenvolvimento moderno, faltando-lhe ainda uma infraestrutura básica. Catorze Estados africanos não tinham litoral e dependiam de ligações longas e precárias com o mar, a centenas de quilômetros de distância.

No entanto, o início da era da independência inspirou uma nova esperança e um novo propósito que faziam esses obstáculos parecerem menos assustadores. Com o desaparecimento da velha ordem colonial, a África revitalizou-se com uma série de projetos de desenvolvimento. Encorajados por uma influente escola de economistas ocidentais, os governos africanos favoreceram a industrialização como o caminho para o sucesso econômico. Industrialização, pensava-se, permitiria que os Estados africanos saíssem de seus padrões de comércio colonial, rompendo a dependência limitante de exportar mercadorias básicas e importar manufaturados. Isso teria um impacto muito mais “modernizador” do que a agricultura, proporcionando maior produtividade e criação de empregos urbanos. A agricultura foi considerada incapaz de fornecer o motor do crescimento econômico. Como o setor privado na África foi considerado muito fraco para gerar algum impacto, a visão predominante era de que a solução para promover o desenvolvimento econômico seria manter a economia sob a direção e o controle do governo. Economistas ocidentais frequentemente se referiam ao “grande impulso” que era necessário para quebrar o molde da pobreza africana.

Desde o início, os líderes africanos também estavam preocupados com os problemas do controle político, em manter o Estado unido ou

simplesmente permanecer no poder. Por um período relativamente curto, a bandeira anticolonial tinha fornecido uma unidade de propósito. Políticos nacionalistas haviam explorado com sucesso uma variedade de queixas para galvanizar apoio para a causa. Nas eleições pré-independência, Houphouët-Boigny, na Costa do Marfim; Senghor, no Senegal; Modibo Keita, no Mali; Julius Nyerere, em Tanganica; Hastings Banda, no Malawi, foram todos vencedores; outros tiveram vitórias semelhantes. Mas, uma vez que o impulso que tinham conseguido em sua luta pela independência começou a diminuir, outras lealdades e ambições surgiram à tona. "Todos nós herdamos de nossos antigos senhores não nações, mas Estados", comentou Houphouët-Boigny, "Estados que têm dentro deles ligações extremamente frágeis entre os grupos étnicos." Enquanto os políticos nacionalistas começaram proclamando objetivos nacionalistas, na era pós-independência eles passaram a contar com o apoio étnico como sua principal base política e exploraram isso impiedosamente para seus próprios fins. Em um continente em que a formação de classes mal tinha começado a alterar lealdades políticas, o fator tribal tornou-se muito importante. Poucos Estados escaparam a tais divisões.

Em sua busca de controle, muitos líderes africanos insistiam na necessidade de um regime de partido único. Dizia-se que novos Estados com tantos desafios diante de si precisavam de governos fortes, que estariam mais bem servidos ao concentrar a autoridade em um único partido nacional. Apenas um partido de massas disciplinado e dirigido centralmente poderia superar as divisões étnicas e tribais, inspirar um sentimento de nacionalidade e mobilizar a população para o desenvolvimento econômico. Política multipartidária, argumentava-se, em geral se deteriora em uma competição entre os blocos e as alianças tribais. Como os partidos de oposição tendiam a buscar apoio em grupos tribais, eles minavam a causa da reconstrução nacional e enfraqueciam a eficiência do Estado. "A democracia é um sistema de governo para as pessoas virtuosas", explicou Houphouët-Boigny, em sua defesa de um sistema de partido único. "Em países jovens, como o nosso,

precisamos de um chefe que seja todo-poderoso por um período de tempo determinado. Se ele cometer erros, o substituímos depois...”

Na prática, os sistemas de partido único foram usados pelos líderes africanos para reprimir qualquer sinal de oposição e para se manterem no poder. Os partidos que lideravam serviam apenas como um reduto de elites privilegiadas. Pouco a pouco, eles foram acumulando cada vez mais poder pessoal, preferindo governar não por meio de constituições ou de instituições estatais, como o parlamento, mas pelo exercício de vastos sistemas de clientelismo, distribuindo empregos, contratos e favores em troca de apoio político. Os parlamentos que ainda existiam estavam cheios de membros postigos, escolhidos por sua conhecida obediência. As burocracias governamentais eram compostas por funcionários leais do partido. Os sindicatos e as organizações de agricultores estavam subordinados aos interesses do governo. A imprensa existia apenas como um canal para a propaganda do governo. O debate político tornou-se uma questão de platitudes e hinos de louvor. Crítica, de qualquer tipo, era raramente tolerada. Com poucas exceções, o governo de partido único passou a significar não mais do que o governo de uma elite dominante que detinha o monopólio do poder político. “Sistema? Qual sistema?”, retrucou o presidente Bourguiba, quando perguntado sobre o sistema político da Tunísia. “Eu sou o sistema.”

Ditaduras personalistas logo se tornaram um fenômeno comum. No Egito, Nasser concentrou todo o poder nas próprias mãos. A organização do Estado e de sua política era determinada apenas por sua vontade. Todos os aspectos do governo ficaram sob sua competência. Sob suas ordens, o Egito nacionalizou a indústria, os transportes, as instituições financeiras, grandes hotéis e lojas de departamentos e introduziu o planejamento central da economia. Seu controle se estendia aos meios de comunicação, aos sindicatos, às organizações juvenis e às instituições religiosas. Ele não tolerava oposição, esmagando tanto os comunistas quanto a Irmandade Muçulmana, e confiando em sua polícia secreta – o *mukhabarat* –

para rastrear dissidentes. Alguns egípcios o comparavam a um faraó moderno.

Com implacabilidade semelhante, Kwame Nkrumah montou sua própria ditadura pessoal em Gana, instituindo um culto de personalidade que atingiu proporções grotescas. Todos os dias, a imprensa exaltava seu brilhantismo intelectual, sua visão, sua integridade. Ele assumiu grandes títulos e criou uma ideologia oficial, chamando-a "nkrumaísmo". Sua presença tornou-se inevitável: seu perfil embelezava moedas, cédulas, selos postais; fotografias emolduradas enfeitavam lojas e escritórios; seu aniversário tornou-se feriado público. Nkrumah construiu em torno de si uma cidadela de poder, estendendo seu alcance para as organizações de agricultores, os sindicatos e a administração pública, usando poderes de emergência para aprisionar críticos e opositores. Com a intenção de estabelecer Gana como um Estado industrial moderno, ele encomendou um projeto após outro a uma velocidade imprudente, ignorando o conselho de proceder com mais cautela. Para assegurar o controle pessoal direto, transferiu mais e mais funções do Estado para seu complexo presidencial em Acra, instituindo ali "secretarias" que ficavam acima dos ministérios. Sob seus auspícios pessoais estavam, por exemplo, educação superior, comércio exterior, negócios parlamentares, assuntos africanos e segurança interna. Nkrumah foi considerado onisciente. Nas palavras de um retrato oficial publicado em 1961: "Kwame Nkrumah é nosso pai, nosso mestre, nosso irmão, nosso amigo, na verdade, nossa própria vida, pois, sem ele, sem dúvida teríamos existido, mas não teríamos vivido."

No Malawi, o alcance de Hastings Banda não se estendia apenas ao governo e à economia do país, mas até mesmo aos padrões morais sob os quais a população era obrigada a viver. Seu rigoroso código puritano pessoal tornou-se o modelo de vida da nação. Os homens foram proibidos de usar cabelos longos; as mulheres, de usar saias curtas ou calças. Filmes, jornais, revistas e livros estrangeiros foram rigorosamente censurados, para evitar que influências ocidentais "decadentes" prejudicassem a população.

Banda insistia em controlar até os menores detalhes dos assuntos do Malawi. “Tudo me diz respeito”, disse uma vez. “Tudo.” Ele foi igualmente franco sobre a extensão de seu poder. “Qualquer coisa que digo é lei. Literalmente lei. É um fato neste país.” Ele não tolerava nem dissidência nem críticas, e ordenava a detenção de opositores com frequência. “Se, para manter a estabilidade política e uma administração eficiente, tenho que deter 10 ou 100 mil pessoas, vou fazê-lo”, afirmou, em 1965. Banda encorajou jovens ativistas do partido a caçar dissidentes, dando-lhes licença para agir praticamente como bem entendessem. Ele controlava pessoalmente departamentos do governo, nomeando ou demitindo à vontade membros do parlamento, dirigentes partidários e funcionários públicos. Seu governo foi, por vezes, comparado com o de um dos antigos reis maravi, completo, com direito divino e autoridade absoluta.

Quaisquer que tivessem sido as circunstâncias da independência, a nova elite africana foi rápida em usar sua posição para grande vantagem pessoal. O primeiro ato legislativo do parlamento do Congo, em Léopoldville, por exemplo, foi aumentar em cinco vezes o salário anual dos deputados parlamentares. Os políticos não perdiam a oportunidade de acumular riqueza e privilégio. Muitos estavam mais preocupados com seus próprios negócios, contratos, comissões e em fazer dinheiro do que com assuntos governamentais. Os funcionários públicos que ocuparam os postos vagos pela partida de funcionários coloniais insistiram nos mesmos altos salários e regalias – pensões, subsídios habitacionais e empréstimos baratos. Os orçamentos do governo logo ficaram sobrecarregados com o enorme custo dos salários, dos subsídios e das despesas presidenciais. A independência também deu à elite o controle do registro de terras, do crédito, da tributação, dos conselhos de marketing, do investimento público, das condições de importação e das negociações com o capital privado – todos oferecendo mais possibilidades de autoenriquecimento. A elite também foi capaz de tirar pleno partido dos sistemas de clientelismo que os líderes africanos usavam para se manter no poder.

À medida que a disputa por riqueza se intensificava, os Estados africanos eram cada vez mais perturbados pelo flagelo da corrupção. Em Gana, os ministros de Nkrumah eram bem conhecidos por intermediar contratos com empresas estrangeiras por uma taxa de 10%. “A ordem do dia”, um dos funcionários de Nkrumah recordou, “era cada ministro ligado a um contrato com o governo tirar uma lasca para si mesmo.” Na Nigéria, uma vez em seus cargos, os políticos saqueavam fundos públicos, acumulando fortunas grandes o suficiente para pagar subornos para ganhar a próxima eleição. A prática do suborno e do desvio de verbas propagou-se por todos os níveis da hierarquia, dos políticos aos coletores de impostos, passando por funcionários aduaneiros, policiais, funcionários do correio e assistentes de postos de saúde. Isso afetava tudo, desde processos seletivos de empregos a licenças, bolsas de estudo, câmbio de moeda estrangeira e a localização de fábricas. Um funcionário público nigeriano sênior lembrou: “Você suborna para colocar o filho na escola; paga para conseguir um trabalho e, em alguns casos, continua pagando para mantê-lo; separa 10% de qualquer contrato que obtém; molha a mão do [paga propina ao] oficial de impostos para não pagar impostos; no hospital, dá dinheiro a um médico ou a um enfermeiro para obter a atenção devida; paga ao policial para fugir da prisão. A lista da vergonha é infinita.”

A riqueza que a nova elite adquiriu era exibida ostensivamente em casas imponentes, carros de luxo e estilos de vida suntuosos – ou “vida platinum”, como era chamada em Abidjã. Em Gana, os ministros de Nkrumah se gabavam abertamente de suas fortunas. “O socialismo não significa que, se você já fez um monte de dinheiro, não possa mantê-lo”, comentou Krobo Edusei, em 1961. Ele ganhou notoriedade especial quando sua esposa comprou uma cama banhada a ouro em uma loja de Londres. Nos anos posteriores, Edusei confessou possuir catorze casas, uma mansão de praia, um apartamento em Londres com *leasing* de longa duração, vários carros caros e seis contas bancárias diferentes. No Quênia, surgiu uma nova tribo, conhecida cinicamente como wabenzi, para descrever políticos ricos, funcionários e empresários que desfilavam

em caros Mercedes-Benz. A jovem esposa de Kenyatta, Ngina, usou suas conexões com o presidente para construir um império de negócios que se estendeu a plantações, fazendas, imóveis, hotéis e comércio do marfim. Ela acabou alcançando o status de bilionária.

Em 1964, um estudo dos dados de comércio de catorze Estados francófonos mostrou que a importação de bebidas alcoólicas foi seis vezes maior do que a de fertilizantes. A de perfume e cosméticos foi o dobro da de maquinários. O valor gasto na importação de gasolina para carros particulares foi semelhante ao investimento na compra de tratores, e a importação de carros foi cinco vezes maior do que a de equipamentos agrícolas.

Embora os políticos no poder ainda promettessem igualdade social e falassem eloquentemente sobre as necessidades do homem comum, a disparidade entre a elite rica, vivendo em casas e edifícios de luxo, e as massas, sobrevivendo em cortiços e favelas na periferia das cidades, tornou-se cada vez mais evidente. Para a grande maioria da população, a independência trouxe poucas das mudanças a que as pessoas tinham sido induzidas a esperar. "A vida de um camponês", observou um crítico proeminente na República Centro-Africana, "vale um mês e meio daquela de um membro do parlamento."

66. Golpes e ditadores

AS PRIMEIRAS REVOLTAS da época da independência foram vistas como eventos isolados, e não como arautos de um futuro mais perigoso. Em 1963, o presidente autocrático do Togo, Sylvanus Olympio, foi morto a tiros por um grupo de recrutas liderados por um sargento de 25 anos de idade, Étienne Eyadéma, depois que ele se recusou a empregá-los no exército do Togo. O assassinato de Olympio marcou o primeiro golpe de Estado da África negra e foi denunciado veementemente em todo o continente africano, embora, no Togo, tenha havido pouco luto.

Uma série de golpes se seguiu em outros Estados francófonos: Daomé (Benin); Alto Volta (Burkina Faso); e na República Centro-Africana. Nenhum atraiu muita atenção. O Daomé sofreu com todas as dificuldades que se pode imaginar: uma pequena faixa de território que vai da costa ao interior, enfrentava o excesso populacional, a insolvência e era assolado por disputas tribais, dívidas enormes, desemprego, greves frequentes e uma luta sem fim por poder entre três líderes políticos rivais. Quando o comandante do exército, o coronel Christophe Soglo, um veterano do exército francês, entrou em cena para assumir o controle, em 1965, pareceu haver alguma sensação de alívio. Tanto o Alto Volta quanto a República Centroafricana eram Estados pobres, sem acesso ao mar e geridos por governos corruptos. No caso do Alto Volta, multidões de manifestantes imploravam ao comandante do exército, coronel Sangoulé Lamizana, outro veterano do exército francês, para intervir. Golpistas como Soglo e Lamizana viam-se na tradição do presidente De Gaulle e da Quinta República Francesa, substituindo regimes em dificuldade pelo feitiço salutar do regime militar. O golpe de Estado na República Centroafricana teve conotações mais pessoais. Ao saber que seu primo, o presidente David Dacko,

pensava substituí-lo, o comandante do exército, o coronel Jean-Bédél Bokassa, um ex-sargento do exército francês, tomou o poder, explicando: "Eu lhe dei conselhos valiosos, nos quais ele não prestou atenção."

As ex-colônias francesas pareciam particularmente propensas à desordem e à guerra civil. Frequentemente, as unidades militares francesas estacionadas na África, em conformidade com os acordos de cooperação de defesa que a França assinara com quase todas as suas ex-colônias, eram chamadas para ajudar, muitas vezes decidindo o resultado de enfrentamentos locais. Quando o primeiro presidente do Congo-Brazzaville, Abbé Fulbert Youlou, um ex-padre, pediu a tropas francesas que esmagassem manifestações contra seu regime notoriamente corrupto, De Gaulle recusou-se e disse-lhe para renunciar. Quando o primeiro presidente do Gabão, Léon M'ba, foi deposto por um grupo de oficiais dissidentes, em 1964, as tropas francesas foram usadas para derrotar os rebeldes e reintegrá-lo ao cargo. Um porta-voz francês explicou que não era possível "deixar que alguns homens carregando metralhadoras por aí tomassem um palácio presidencial a hora que quisessem".

A África oriental tinha suas próprias dificuldades. Em 1964, gangues africanas armadas incitaram uma revolta contra a elite governante árabe em Zanzibar, forçando o sultão a fugir em seu iate. Cerca de 5 mil árabes foram mortos, milhares foram presos, suas casas, propriedades e bens apreendidos à vontade. Um conselho revolucionário, liderado por Abeid Karume, um ex-marinheiro mercante, pediu ajuda à China, à União Soviética e à Alemanha Oriental. Centenas de técnicos comunistas chegaram, provocando temores no Ocidente de que a ilha se tornasse uma "Cuba" africana. Em Tanganica, no continente, Julius Nyerere, preocupado com a perspectiva de Zanzibar ser arrastada diretamente pela Guerra Fria e ansioso por exercer uma influência moderadora, propôs uma união entre Tanganica e Zanzibar. A união foi posteriormente chamada de Tanzânia.

Uma vez no poder, Karume se dispôs a esmagar o que restava da comunidade árabe. Milhares de pessoas foram deportadas para o

golfo Pérsico, amontoadas em *dhow*s, alguns velhos e impróprios para navegação. A próspera comunidade sul-asiática também se tornou vítima. A população em geral foi submetida a controle ditatorial. Governando por decreto, Karume declarou um Estado de partido único e ordenou que todos os adultos zanzibaritas se inscrevessem como membros do partido. Qualquer pessoa que se queixasse, mesmo sobre escassez de comida ou de bens consumo, poderia ser denunciada como "inimiga da revolução".

A revolução em Zanzibar foi rapidamente seguida por uma série de motins em Tanganica, Uganda e no Quênia, precipitados não por ressentimento político contra os três governos, mas por queixas a respeito de salários, promoções e a presença contínua de altos oficiais britânicos. Em todos os casos, as tropas britânicas foram solicitadas a aplacar os motins.

Qualquer que fosse a causa, golpes militares e intervenções na África tornaram-se uma ocorrência familiar. Com alguns anos de independência, eles se espalharam como um contágio por todo o continente, derrubando não só regimes que eram inerentemente fracos e instáveis, mas atingindo até mesmo os gigantes africanos.

SOB A LIDERANÇA DE NKRUMAH, Gana afundou rapidamente em uma espiral de caos econômico e declínio. Seu grande projeto de industrialização e a corrupção que o acompanhou sobrecarregaram o país com uma vasta estrutura, de difícil controle, de empresas estatais deficitárias – fábricas, siderúrgicas, empreendimentos de mineração, estaleiros navais –, todas sob o peso de gestores gananciosos e incompetentes designados pela hierarquia de Nkrumah. Suas políticas agrícolas foram igualmente desastrosas. Ele privilegiava fazendas estatais mecanizadas e desviou enormes recursos financeiros para sustentá-las, negligenciando as necessidades dos agricultores. Suas fazendas estatais foram um fracasso avassalador. Os produtores de cacau, por sua vez, foram forçados a aceitar cortes sucessivos nos preços da mercadoria e viram seus rendimentos reduzidos pela metade ao longo de um

período de dez anos. O grosso da população não estava melhor: acossado pelo aumento dos preços e dos impostos e pela escassez de consumo, sofria crescente dificuldade. Filas para obter alimentos tornaram-se uma visão comum; hospitais ficaram sem remédios. Uma pesquisa oficial mostrou que, em 1963, o padrão de vida dos trabalhadores urbanos não qualificados tinha caído, em termos reais, ao nível de 1939. O resultado geral foi calamitoso. Um dos países tropicais mais prósperos do mundo na época da independência, em 1957, a Gana de 1965 estava praticamente falida.

À medida que o descontentamento público com seu regime crescia, o controle de Nkrumah sobre Gana tornou-se cada vez mais rígido. Quando os trabalhadores portuários e ferroviários entraram em greve, em protesto contra o aumento acentuado do custo de vida, ele prendeu os líderes da manifestação e os encarcerou sem julgamento. Para lidar com críticos e dissidentes políticos, criou tribunais especiais para crimes políticos, com juízes nomeados por ele mesmo e sentenças para as quais não havia direito a recurso. Para sua proteção pessoal, passou a contar cada vez mais com o pessoal de segurança recrutado em grande parte em seu distrito natal.

A queda de Nkrumah, no final, veio não como resultado da situação econômica desesperadora de Gana, do alto nível de corrupção ou da má gestão do governo, mas por causa de sua decisão fatal de interferir com os militares. Sua tentativa de subordiná-los a seus próprios propósitos e de conceder um tratamento favorável ao próprio Regimento da Guarda do presidente, uma unidade de elite considerada seu exército privado, causou ressentimentos profundos e perigosos entre o corpo de oficiais. Em fevereiro de 1966, enquanto Nkrumah estava no exterior, os generais de Gana deram o golpe. Nas ruas de Acra e Kumasi, grandes multidões se reuniram para saudar os soldados e celebrar rasgando as fotografias emolduradas que adornavam escritórios, fábricas e casas. Do lado de fora do parlamento, a estátua de Nkrumah foi lançada ao chão e quebrada em pedaços.

O declínio de Gana, no entanto, não parou por aí. Durante as duas décadas seguintes, uma sucessão de governos, tanto militares como civis, engendrou um novo colapso. Entre 1965 e 1983, a produção de cacau caiu em mais da metade. As provisões de alimentos eram imprevisíveis. Em hospitais e clínicas, faltavam medicamentos e equipamentos básicos. Milhares de professores formados e outros profissionais fugiram para o exterior. Sobrecarregada com dívidas enormes, queda de produção, corrupção endêmica e gestão incompetente, a Gana da década de 1980 tinha sido reduzida a pouco mais que um terreno baldio.

O REGIME CIVIL na Nigéria sobreviveu por menos de seis anos após a independência. Desde o início, os partidos políticos rivais de três regiões do país se lançaram em uma luta feroz pela supremacia sobre o governo federal e os despojos do poder. O norte estava determinado a manter sua hegemonia; as duas regiões do sul procuravam quebrá-la. Como cada região tinha seu próprio partido político dominado pelo maior grupo étnico que a compunha, a luta se transformou em um combate étnico. Políticos de todos os lados usavam o medo étnico, a desconfiança e o ciúme em proveito próprio, para se consolidar no poder. Recursos públicos eram direcionados regularmente para ganho tanto político quanto pessoal. Em troca de apoio político, líderes de partidos e do governo eram capazes de brindar seus seguidores e amigos com empregos, contratos, empréstimos, bolsas de estudo, serviços públicos e projetos de desenvolvimento. Em todos os níveis, do governo federal ao regional, até os distritos e municípios, os políticos no poder usavam o sistema para garantir que suas próprias áreas e os membros de seu próprio grupo étnico se beneficiassem, enquanto as áreas da oposição sofriam de negligência. As campanhas eleitorais eram cada vez mais marcadas por suborno, fraude e violência.

O regime civil terminou de maneira súbita e violenta. Em janeiro de 1966, estimulados pela indignação perante as manobras flagrantemente corruptas e avaras de políticos do país, um grupo de

juvencs maiores do exército tentou montar uma revolução. Oficiais rebeldes em Lagos assassinaram o primeiro-ministro federal, Abubakar Tafawa Balewa, e jogaram seu corpo em uma vala. O primeiro-ministro da região norte, o primeiro-ministro da região oeste e vários oficiais superiores do exército também foram mortos. "Nossos inimigos", disse um dos principais conspiradores em uma transmissão de rádio, "são os aproveitadores políticos, os vigaristas, os homens nos lugares altos e baixos que procuram subornos e exigem 10%, os que buscam manter o país dividido permanentemente para que possam permanecer no cargo como ministros e VIPs do desperdício, os tribalistas, os nepotistas." Mas a revolução vacilou e depois falhou. Comandantes leais do exército assumiram o controle. Em vez de revolução, veio um governo do exército e um mergulho precipitado na guerra civil.

Embora o golpe de janeiro tenha sido saudado por cenas de júbilo selvagem no sul do país, ele deu lugar a suspeitas profundas no norte. Os nortistas observaram que todos, exceto um dos sete principais conspiradores, eram igbos da região leste, e que muitas das principais vítimas eram do norte, sem que nenhuma figura proeminente do leste tivesse sido tocada. Além disso, o resultado do golpe tinha sido arrancar do poder os políticos do norte para colocar a Nigéria nas mãos de um governo militar liderado por um general igbo. Meditando sobre o curso dos acontecimentos, os nortistas ficaram cada vez mais convencidos de que o golpe dos maiores, longe de ser uma tentativa de livrar a Nigéria de um regime corrupto, era, na verdade, parte de uma conspiração igbo para assumir o controle.

Em julho, um grupo de oficiais do norte lançou um contragolpe, matando dezenas de oficiais do leste e outras fileiras. Em um ataque selvagem, nortistas descontentes atacaram comunidades minoritárias do leste que viviam em bairros segregados – *sabon garis* –, matando e mutilando milhares. À medida que pessoas do leste procuravam escapar da violência, começou um êxodo gigantesco para a zona leste. Abandonando todas as suas posses, centenas de milhares de pessoas – comerciantes, artesãos,

funcionários e trabalhadores – fugiram de suas casas no norte. Conforme o clima de medo se espalhava entre os igbos que viviam em outras regiões do país, milhares mais se juntaram ao êxodo, incluindo funcionários públicos e acadêmicos. Ao final do ano, mais de 1 milhão de refugiados haviam procurado a segurança no leste.

Liderados pelo ambicioso governador militar da região leste, o coronel Emeka Ojukwu, um círculo íntimo de funcionários igbos começou a preparar o caminho para a secessão. As receitas provenientes dos ricos campos petrolíferos localizados na região leste faziam com que a ideia de um Estado independente parecesse uma proposta eminentemente viável. Tendo iniciado sua produção em 1958, os campos de petróleo, em 1967, correspondiam a quase um quinto da receita federal da Nigéria, figura que deveria dobrar em poucos anos. Para mobilizar a população do leste pela secessão, Ojukwu martelou implacavelmente propaganda por rádio e imprensa, para manter a opinião popular inflamada, ressaltando detalhes das atrocidades que ocorreram e alertando para o perigo do genocídio. Em 30 de maio de 1967, ele proclamou a independência do novo Estado de Biafra, em meio a alto júbilo.

A guerra civil nigeriana durou dois anos e meio e custou quase 1 milhão de vidas. À medida que o laço federal apertava em torno de Biafra, refugiados famintos procuravam sobreviver em campos fétidos. Alarmadas pelo espetáculo de fome em massa, agências humanitárias estrangeiras organizaram o envio de alimentos e suprimentos médicos, mas a ajuda foi usada por Ojukwu para prolongar a guerra. Apesar do sofrimento terrível da população de Biafra, Ojukwu permaneceu intransigente, mantendo obstinadamente a noção de independência mesmo quando não havia mais nada a ganhar, rejeitando os esforços de mediação internacional e apresentando-se como um símbolo de resistência heroica. Dois dias antes de Biafra se entregar formalmente, em janeiro de 1970, com o povo exausto, desmoralizado e desesperado pela paz, ele fugiu para o exílio, declarando que “enquanto eu viver, Biafra vive”.

Após a guerra, a Nigéria foi dividida em uma federação de dezenove estados, em uma tentativa de diluir os blocos de poder rivais que a tinham levado ao desastre e permitir que alguns grupos minoritários tivessem sua própria representação. Mas as disputas pelo controle político e pela riqueza continuaram inabaláveis, agora alimentadas por um crescente fluxo de dinheiro do petróleo.

EM SUA VELHICE, depois de governar a Etiópia primeiro como regente, a partir de 1916, e então como imperador, a partir de 1930, Hailê Selassiê tinha cada vez mais dificuldade em manter o controle pessoal de seu império. A estrutura imperial que havia construído dependia exclusivamente de suas decisões. Sua aprovação era necessária mesmo em pequenas questões administrativas ou para liberar despesas menores. Com quase oitenta anos, não demonstrava o menor sinal de vontade de afrouxar seu apego ao poder. Nem aceitava discutir a questão de sua sucessão, incerto das habilidades de seu filho, o príncipe herdeiro. Sua autoridade se manteve absoluta. No entanto, as fragilidades da velhice começaram a superá-lo. Selassiê já não possuía a energia para dominar os assuntos do império. Além disso, o próprio império estava mais uma vez em apuros.

Durante os anos 1960, eclodiam com cada vez mais frequência rebeliões locais nas regiões fronteiriças da Etiópia. No sul, uma revolta oromo na província de Bale, onde membros de tribos haviam perdido muito de suas terras para colonos amáricos armados e proprietários ausentes, durou sete anos. Em Ogaden, insurgentes somalis lançaram uma campanha para expulsar os etíopes e se articularam com a Somália, que havia conseguido a independência em 1960. Ao longo da fronteira, irrompiam confrontos periódicos entre a Etiópia e as forças do governo da Somália.

Outra ameaça ao império veio da Eritreia. Em 1962, a partir de uma mistura de clientelismo, manobras tortuosas e intimidação, Hailê Selassiê conseguiu incorporar a Eritreia ao império, tratando-a da mesma maneira autocrática com que tratava suas outras treze

províncias. Diversas vantagens que os eritreus haviam desfrutado na era do pós-guerra – direitos políticos, sindicatos, imprensa independente – foram suprimidas. O amárico foi substituído pela tigrínia e o árabe como língua oficial. Oficiais amaras receberam altos cargos na administração. O princípio da paridade entre cristãos e muçulmanos, uma vez cuidadosamente observado, foi abandonado. O resultado foi uma guerra de guerrilha que acabou por necessitar de toda uma divisão das tropas de Hailê Selassiê para ser contida. Os métodos brutais de repressão que os etíopes empregaram para manter o poder sobre a Eritreia, queimando aldeias, bombardeando e infligindo represálias contra a população civil, serviu apenas para afastar um crescente número de eritreus, cristãos e muçulmanos, e incitar o nacionalismo eritreu.

Atravancada pela crescente enfermidade de Hailê Selassiê, a Etiópia ia à deriva, em um estado de paralisia. Ministros do governo e líderes aristocratas reconheciam que o sistema de governo era demasiado arcaico para atender às necessidades modernas da Etiópia, mas, com medo de desagradar o imperador, não tomavam iniciativa. Quando a seca e a fome atingiram a província de Wollo, em 1973, provocando a morte de dezenas de milhares de camponeses, o governo, embora ciente do desastre, fez pouco para aliviá-lo. Também não procurou a ajuda de agências internacionais, por medo de danificar a reputação do país.

No início de 1974, o descontentamento dentro do exército a respeito dos salários e das condições de trabalho levou a uma série de motins menores. Simultaneamente, uma profusão caótica de greves e manifestações eclodiu em Adis Abeba e em outras cidades; funcionários públicos, professores, estudantes, jornalistas e até padres e prostitutas foram às ruas, em protesto por salários melhores, contra o aumento dos preços e uma infinidade de outras queixas.

A velha ordem logo entrou em colapso. Um grupo de oficiais subalternos radicais formou um *Derg* (“comissão militar”) e, pouco a pouco, começou a desmontar toda a estrutura imperial, aprisionando ministros, funcionários e membros da família de Hailê Selassiê. Em

setembro de 1974, três oficiais chegaram ao Grande Palácio do imperador com uma proclamação, destronando-o. Ele foi preso, confinado aos quartos no palácio para o resto da vida e assassinado em agosto de 1975.

A revolução da Etiópia, realizada inicialmente sem derramamento de sangue, tornou-se cada vez mais violenta. Um ambicioso oficial de artilharia, o major Mengistu Haile Mariam, emergiu no comando e embarcou no que definiu como uma campanha de "terror vermelho" para acabar com toda a resistência.

A SUCESSÃO DE GOLPES DE ESTADO na África foi tão rápida que muitos episódios passaram como pouco mais que uma sombra. Nas duas primeiras décadas de independência, ocorreram cerca de quarenta golpes bem-sucedidos e inúmeras tentativas. Em dez anos, o Daomé (Benin) passou por seis golpes de Estado, cinco constituições diferentes e dez chefes de Estado. Em nenhuma das vezes um governo africano saiu pacificamente por votação. Ao justificar suas ações, os líderes dos golpes, invariavelmente, referiam-se ao pântano de corrupção, à má gestão, ao tribalismo, ao nepotismo e a outras práticas ilícitas em que os regimes anteriores tinham se afundado. Somente os militares, dizia-se, com sua formação de disciplina e dedicação, estavam em posição de restaurar a integridade nacional e fazer um retorno a um governo honesto e eficiente. Na tomada do poder, os líderes do golpe também enfatizavam a natureza estritamente temporária do regime militar. Tudo o que queriam, segundo eles, era tempo suficiente para limpar a bagunça que os havia feito intervir.

Alguns regimes militares se distinguiram por governar de forma eficaz e por seus esforços em erradicar a corrupção. Mas os governantes militares da África em geral acabaram por não ser mais competentes, mais imunes às tentações da corrupção ou mais dispostos a desistir do poder do que os regimes que tinham derrubado. Os resultados, na maioria dos casos, foram desastrosos.

APÓS SEU GOLPE DE ESTADO, em 1965, o general Joseph Mobutu se propôs a criar um “novo Congo” das ruínas em que o país tinha se transformado depois de cinco anos de guerra civil e conflitos políticos. Atuando implacavelmente para reprimir a desordem e a dissidência, ele conseguiu, em poucos anos, impor alguma forma de controle central sobre a maioria das regiões do Congo. Sua estratégia econômica foi igualmente eficaz. A inflação foi controlada, a moeda foi estabilizada e a indústria mineradora de cobre foi nacionalizada. Em uma tentativa de criar uma nova identidade nacional, ele ordenou que o país passasse a ser conhecido como Zaire, um nome derivado do português, a partir de uma palavra kikongo, *nzadi*, que significa “grande rio”.

Mas Mobutu então começou a transformar o Zaire em seu feudo. Ele estabeleceu um único partido político nacional, se colocou como seu único guia e mentor, adotou títulos grandiosos e estabeleceu uma ideologia a que todos estavam obrigados a aderir. Ano após ano, ele acumulou grande poder pessoal, governando por decreto, controlando todas as nomeações e promoções e decidindo sobre as alocações das receitas do governo.

Em seguida, voltou-se para o autoenriquecimento em uma escala até então desconhecida na África independente. Em 1973, citando a necessidade de dar ao Zaire maior independência econômica, ordenou a apreensão de cerca de 2 mil empresas de capital estrangeiro – fazendas, plantações, ranchos, fábricas, empresas de atacado e lojas de varejo –, entregando-as sem qualquer compensação a indivíduos favorecidos. Os principais beneficiários foram Mobutu e membros de sua família. Ele usou o banco central para seus próprios interesses, requisitando os fundos que bem entendia, canalizando enormes somas para o exterior para comprar casas de luxo, edifícios de escritórios e grandes propriedades na Bélgica, na França, na Suíça, na Espanha, em Portugal, na Itália e em outros países. Mobutu construiu para si próprio um enorme complexo palaciano ao custo de 100 milhões de dólares, nas profundezas da floresta equatorial, em Gbadolite, uma pequena vila a 1.100 quilômetros a nordeste de Kinshasa (Léopoldville), que

considerava seu lar ancestral. O aeroporto ali era capaz de receber Concorde supersônicos, que ele fretava com frequência para suas viagens ao exterior.

Enquanto Mobutu estava ocupado acumulando riquezas, o Zaire mergulhou cada vez mais em declínio e decadência. Corrupção e desvio de verbas espalharam-se por todos os níveis da sociedade. Funcionários públicos e oficiais do exército desviavam fundos do Estado rotineiramente. Professores e funcionários do sistema de saúde ficavam meses sem salário. Hospitais fechavam por falta de remédios e equipamentos. A maior parte da rede de estradas rurais ficou inutilizável para a circulação motorizada. O sistema de transporte fluvial se desintegrou. A produção agrícola despencou. Grandes importações de alimentos eram necessárias para manter viva a população urbana. O nível de emprego caiu abaixo daquele do momento da independência. Agências humanitárias estimam que dois quintos dos habitantes de Kinshasa sofriam de desnutrição grave. O Estado só existia para servir aos interesses da elite dominante. O grosso da população foi deixado à própria custa.

NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA, o regime de Jean-Bédél Bokassa se tornou famoso não só pela brutalidade, mas pela extravagância e a loucura insuperáveis na África da época. Logo depois de tomar o poder em Bangui, em 1965, Bokassa promoveu-se à patente de general e começou a pensar em termos grandiosos. Ele gostava de descrever a si mesmo como um "monarca absoluto" e proibiu a menção das palavras democracia e eleições. Além de fazer fortuna com diamantes e marfim, usou os fundos do governo para adquirir uma série de propriedades valiosas na Europa.

Bokassa ficou obcecado com a carreira de Napoleão, um general que se tornou imperador, chamando-o de seu "guia e inspiração". Em 1976, em uma tentativa de emular Napoleão, declarou a República Centro-Africana um império, e ele o imperador de seus 2 milhões de habitantes, e fez arranjos elaborados para a sua coroação, utilizando como modelo a cerimônia em que Napoleão se

coroou imperador da França, em 1804. Nenhuma despesa foi poupada. Ele encomendou à França toda a pompa de uma monarquia: uma coroa de diamantes, rubis e esmeraldas; um trono imperial; carruagens e cavalos puros-sangues. Em dezembro de 1977, ao som de Beethoven, Mozart e o batuque de tambores tribais, Bokassa coroou-se imperador, no Palácio dos Esportes Jean-Bédél Bokassa, na Avenue Bokassa. O governo francês, interessado em manter Bokassa dentro da órbita francesa, pagou a maior parte da conta.

Em um país com poucos serviços governamentais, alta mortalidade infantil, analfabetismo generalizado, apenas quinhentos quilômetros de estradas pavimentadas e sérias dificuldades econômicas, o delírio de grandeza de Bokassa era mais uma na enorme lista de queixas entre a população de Bangui. Em janeiro de 1979, estudantes fizeram manifestações de protesto contra uma ordem imperial que determinava a compra e o uso de novos uniformes escolares contendo o nome e o retrato de Bokassa, fabricado por uma empresa têxtil de propriedade da família e vendido exclusivamente em suas lojas de varejo. As manifestações foram brutalmente reprimidas pelas tropas, mas as greves de professores e funcionários públicos continuaram. Quando o carro de Bokassa foi apedrejado, ele ordenou à Guarda Imperial encerrar os alunos. Mais de cem morreram na prisão, em um massacre do qual o próprio Bokassa participou. Na França, a mídia apelidou Bokassa de "Açougueiro de Bangui".

Não mais capaz de suportar a vergonha de sustentar o regime de Bokassa, o governo francês decidiu removê-lo e instalar seu primo, David Dacko, como presidente em seu lugar.

O DESTINO DE UGANDA foi cair vítima de dois ditadores megalomaníacos: Milton Obote e Idi Amin. Como tantos outros Estados africanos, suas perspectivas iniciais eram promissoras. Uganda tornou-se independente em 1962, com uma economia em expansão e uma constituição federal cuidadosamente construída que

permitia que o reino de Buganda exercesse uma medida de autonomia interna, mantendo seu próprio parlamento, o Lukiiko, e tradições monárquicas, enquanto o governo central em Kampala permanecia no comando efetivo a nível nacional. Num espírito de conciliação, o rei baganda, *kabaka* Edward Mutesa, foi nomeado chefe de Estado, enquanto Milton Obote, um lango do norte, liderava um governo de coalizão que incluía o partido monarquista baganda, chamado Kabaka Yekka.

Desde o início, porém, Obote se esforçou para obter controle absoluto. Quando seus planos para um Estado de partido único encontraram resistência, ele encenou o que era, na realidade, seu próprio golpe de Estado. Em 1966, ordenou a prisão de importantes ministros do gabinete, anunciou que estava assumindo todos os poderes, revogou a constituição, suspendeu a Assembleia Nacional e depôs o *kabaka* do cargo de presidente. Também nomeou um novo comandante do exército, Idi Amin, um ex-sargento do exército colonial que tinha subido para o posto de tenente-coronel com o comando de seu próprio batalhão. Quando o Lukiiko tentou se opor ao golpe de Obote e simpatizantes foram às ruas, Obote ordenou que Amin atacasse o palácio do *kabaka*, em Mengo Hill. Várias centenas de bagandas morreram no assalto. O *kabaka* conseguiu escapar, depois de escalar um muro alto e chamar um táxi. Ele viveu o resto da vida no exílio, em Londres. Seu palácio, entretanto, foi transformado em base para as tropas de Amin. Em 1967, Obote rematou sua vitória abolindo o reino de Buganda por completo.

Obote presumiu que Amin iria continuar a servi-lo como um soldado leal e simples. Um homem de grande compleição física, membro do povo kakwa, da região do Nilo ocidental, Amin era praticamente analfabeto, sem instrução e de inteligência limitada, mas possuía a astúcia e a esperteza de um camponês. Quando Obote começou a construir um séquito pessoal no corpo de oficiais e a procurar apoio entre os grandes contingentes de tropas langos e acholis, Amin espelhou suas manobras, alistando grupos do Nilo ocidental. Amin atacou primeiro, destituindo Obote em 1971, enquanto ele estava em uma visita no exterior.

Sob o governo de Amin, Uganda entrou em um pesadelo de massacres, assassinatos e ilegalidade. Em constante medo de um contra-ataque por parte dos apoiadores de Obote, ele ordenou o extermínio em massa de policiais e tropas langos e acholis e deu liberdade a esquadrões especiais para caçar supostos opositores. Ninguém estava imune. O principal magistrado do judiciário foi arrastado do tribunal superior, para nunca mais ser visto novamente. O vice-reitor da Universidade de Makerere desapareceu. O corpo crivado de balas do arcebispo anglicano, ainda em vestes eclesiásticas, foi despejado no necrotério de um hospital de Kampala logo depois que ele se manifestou contra a tirania de Amin. O serviço público do país, que já fora o mais avançado da África oriental, foi reduzido a uma mera casca, seus membros superiores foram expurgados ou fugiram para o exterior, em busca de segurança. Qualquer noção de governo organizado deixou de existir. Amin utilizava o Estado e seus recursos simplesmente para continuar no poder e manter seu exército satisfeito.

À medida que Uganda afundava cada vez mais na desordem, com os preços disparando e enfrentando escassez de artigos de consumo, Amin voltou-se vingativamente contra a comunidade sul-asiática de Uganda. Uma minoria de imigrantes ricos, os sul-asiáticos controlavam grande parte do comércio e da indústria do país e eram amplamente detestados. Em 1972, Amin ordenou a expulsão de todas as famílias sul-asiáticas de nacionalidade britânica, distribuindo suas lojas, empresas e propriedades para comparsas no exército. No êxodo geral dos sul-asiáticos que se seguiu – ao todo, cerca de 50 mil partiram –, Uganda perdeu grande parte de seus médicos, dentistas, veterinários, professores e técnicos.

O regime de Amin acabou em 1979. Depois de se desentender com seus colaboradores mais próximos, Amin procurou desesperadamente uma manobra de diversão e ordenou ao exército que invadisse a saliência de Kagera, no norte da Tanzânia, permitindo que suas tropas saqueassem e roubassem à vontade. As forças tanzanianas revidaram, atravessando a fronteira, e, em seguida, decidiram expulsar Amin por completo. Depois de uma

breve resistência, Amin abandonou Kampala e se dirigiu para o exílio, encontrando refúgio na Arábia Saudita.

O governo de Amin deixou Uganda devastada, sem lei e falida, com um número de mortes em torno de 250 mil pessoas. Mas seu calvário ainda não havia terminado. Em 1980, Obote recuperou o poder em eleições controversas, arrastando Uganda para uma guerra civil anárquica. A repressão de Obote foi tão ruim quanto a de Amin. Quando Obote foi derrubado, em 1985, Uganda estava destruída.

A DESCOBERTA DE ENORMES reservas de petróleo na Líbia, em 1965, transformou-a de um remanso empobrecido em um dos Estados potencialmente mais ricos da África. Mas, justamente quando as receitas do petróleo começaram a fluir, um golpe militar, em 1969, levou ao poder um capitão de 27 anos de idade, Muammar Kadhafi, um oficial beduíno impulsionado por grandes ambições, ódios ferozes e uma propensão patológica para se intrometer nos assuntos de outros países, desperdiçando fortunas da Líbia em aparatos militares e aventuras estrangeiras. Seus gastos em equipamentos militares eram gigantescos: entre 1970 e 1985, a conta chegou a cerca de 29 bilhões de dólares. Entre suas compras estavam setecentos aviões, submarinos e helicópteros. Kadhafi também usou as receitas de petróleo da Líbia para apoiar uma série de grupos dissidentes e rebeldes que lutavam para derrubar governos estrangeiros e enviou esquadrões da morte para assassinar opositores que viviam no exílio. Sua prontidão para usar de violência por procuração, assassinato e suborno em terras estrangeiras o tornou amplamente temido e detestado.

Na África, Kadhafi apoiou guerrilheiros da Eritreia contra o regime de Hailê Selassiê; guerrilheiros da Frente Polisário, que lutavam para expulsar o Marrocos do Saara ocidental; facções de oposição no Níger e no Mali; e movimentos de libertação na África meridional. Quando o exército de Amin foi derrotado, em 1979, Kadhafi mandou uma força expedicionária a Uganda para tentar sustentá-lo. Ele

enviou tropas para invadir a faixa de Aozou, um trecho de deserto na fronteira com o Chade, e depois a usou como base avançada para intervir em uma guerra civil no Chade, na esperança de torná-lo parte de um novo império. Na Líbia, enquanto isso, a população suportava décadas de ditadura sufocante.

DESDE O INÍCIO DA REVOLUÇÃO da Etiópia, em 1974, Mengistu Haile Mariam perseguiu implacavelmente sua meta de alcançar o controle exclusivo, eliminando toda oposição que estivesse no caminho. Homem fechado, sisudo, vindo de uma família pobre e com pouca educação formal, estava ansioso por ação revolucionária. Quando os membros do *Derg* se reuniram, em novembro de 1974, para decidir o destino de cerca de sessenta prisioneiros, em sua maioria funcionários associados ao regime de Hailê Selassiê, foi Mengistu quem insistiu em ordenar sua execução. No mês seguinte, ele proclamou o advento do socialismo etíope e seguiu nacionalizando bancos, companhias de seguros, todas as grandes empresas industriais e comerciais, terrenos rurais e urbanos, casas e apartamentos que pudessem ser alugados. Em uma transmissão de rádio e televisão em 1976, ele anunciou o marxismo-leninismo como ideologia orientadora da Etiópia. Em 1977, finalmente conseguiu o controle indiscutível do *Derg*, ao organizar o assassinato de sete de seus adversários no comitê.

À medida que a revolução prosseguia, a Etiópia foi engolida em contendas e confusão. Latifundiários, proprietários, monarquistas e aristocratas, todos levantaram a bandeira da revolta. Em uma província após outra, acenderam-se novamente rebeliões contra o governo central, agravadas por antigas queixas. Guerrilheiros eritreus lançaram uma enorme ofensiva em sua campanha pela independência, ganhando o controle de grande parte do interior. Em Adis Abeba, grupos políticos radicais que queriam o controle civil da revolução tentaram resistir ao *Derg*, assassinando dezenas de oficiais e apoiadores.

A resposta de Mengistu a qualquer oposição foi a repressão brutal. Em Adis Abeba, ele enviou pelotões de extermínio para esmagar ativistas civis que desafiavam seu governo. Milhares de pessoas morreram em sua campanha de "terror vermelho"; outras milhares foram presas e torturadas. Na Eritreia, rejeitando a possibilidade de uma negociação, enviou exércitos camponeses para o norte, na esperança de que fosse superar os rebeldes apenas com seus números. Mas perdeu ainda mais terreno na região, incluindo o controle das principais grandes cidades, e sua posição se tornou cada vez mais sitiada. Em julho de 1977, tirando vantagem das convulsões internas da Etiópia, a Somália lançou uma invasão em grande escala de Ogaden.

O que salvou Mengistu da derrota militar foi a imensa intervenção de forças soviéticas e cubanas, despachadas para garantir a sobrevivência de seu regime marxista. Em novembro de 1977, os soviéticos organizaram um enorme envio aéreo e marítimo para a Etiópia, transportando tanques, aviões, artilharia, veículos blindados e centenas de conselheiros militares. Uma força cubana de 17 mil homens se juntou a eles. Liderados por carros de combate cubanos, as tropas etíopes infligiram uma derrota esmagadora sobre as forças somalis em Ogaden. Apoiado pela União Soviética, o exército etíope voltou-se então para a Eritreia com força total. Nos doze anos seguintes, os soviéticos continuaram a apoiar o regime de Mengistu, fornecendo-lhe 12 bilhões de dólares em armas e equipamento militar.

Assegurado do apoio soviético, Mengistu adotou hábitos cada vez mais imperiais. Nos eventos comemorativos do quarto aniversário da derrubada de Hailê Selassiê, em 1978, sentado em uma poltrona dourada coberta com veludo vermelho em um palanque na Praça da Revolução, Mengistu assistiu sozinho a uma parada de unidades do exército e grupos civis. "Era para ter sido uma revolução da igualdade", lembrou um de seus ministros. "Agora, ele havia se tornado o novo imperador."

67. Décadas perdidas

NA ALTURA DA DÉCADA de 1980, a África ficara conhecida por seus “Big Men”, ditadores militares e presidentes de partido único que ocupavam o cargo reforçando seu controle pessoal, reprimindo qualquer oposição ou dissidência, autorizando polícias secretas a silenciar seus críticos, intimidando a imprensa, limitando os tribunais de justiça e tornando-se extremamente ricos. Uma vez no poder, sua única preocupação era permanecer no poder, empregando todos os meios necessários para tal. Poucos exemplos de democracia multipartidária sobreviveram – nomeadamente em Botsuana e no Senegal – o suficiente para provar que a ideia poderia funcionar. Alguns Estados de partido único ofereciam um governo relativamente tolerante e realizavam ocasionalmente formas restritas de eleição. Mas a grande maioria dos africanos não podia esperar nem direitos políticos nem liberdades.

Os indicadores econômicos eram igualmente sombrios. Embora fizesse um progresso acelerado em frequência escolar e assistência médica, a maioria dos governos africanos não conseguia desenvolver programas econômicos eficazes para melhorar a situação de suas populações. Em sua maior parte, as recompensas da independência foram muito evidentemente colhidas por pequenos grupos privilegiados no topo do poder. Somas enormes foram esbanjadas em projetos de prestígio, como palácios presidenciais, salas de conferências, grandes hotéis, habitações de elite, companhias aéreas e embaixadas no exterior.

O foco na industrialização como motor do desenvolvimento, e não na agricultura, foi desastroso. Em pouco tempo, os Estados africanos estavam repletos de indústrias e empresas estatais mal geridas, com excesso de pessoal, sujeitas a ingerências políticas frequentes e sugando subsídios enormes do governo para mantê-las funcionando.

A Zâmbia, rica em receitas de cobre, desperdiçou suas fortunas em uma porção de empresas estatais caras, ineficientes e deficitárias. O Mali, um país pobre até para padrões africanos, criou 23 empreendimentos estatais, os quais caíram em confusão e caos, acumulando déficits enormes. Em uma revisão da política econômica da Guiné, um economista francês escreveu: "Abrir uma fábrica de latas sem ter produtos que enlatar, uma fábrica têxtil onde não existe plantação de algodão, uma fábrica de cigarros onde não há cultivo suficiente de tabaco e desenvolver ... uma região de floresta sem estradas ou caminhões para transportar sua produção – todas essas foram apostas feitas por idealistas utópicos e ignorantes." As corporações estatais também se tornaram veículos para a corrupção, pilhadas tanto por políticos quanto por fraudadores. Com frequência, eram entregues contratos a empresas duvidosas, que nunca entregavam bens ou serviços. Os custos dos projetos eram superfaturados, para permitir propinas, tornando muitos deles antieconômicos. As folhas de pagamento eram preenchidas com funcionários fantasmas. Os ativos das empresas eram roubados rotineiramente.

A agricultura, por sua vez, sofreu com décadas de negligência. Ela tinha sido o principal setor econômico da África, proporcionando subsistência para quatro em cada cinco pessoas. No entanto, os líderes africanos a consideravam útil apenas como uma receita lucrativa. Usando seu poder sobre os conselhos estatais de produtores, eles pagavam aos agricultores por suas culturas de exportação uma fração do que recebiam nos mercados internacionais, embolsando os lucros. Em alguns casos, os produtores de cacau em Gana e os de sisal na Tanzânia, por exemplo, os agricultores não recebiam nem o suficiente para cobrir seus próprios custos de produção. Um estudo realizado em 1981 mostrou que os produtores de arroz no Mali recebiam do governo 63 francos por um quilo de arroz que lhes custava oitenta francos para produzir. Outros produtores de alimentos não se saíram melhor. Para manter o custo da vida urbana baixo, por medo de protesto político entre as populações das cidades, os governos pagavam preços

baixos pelas culturas alimentares. Como consequência, os agricultores desertaram em massa.

Os resultados, em muitos casos, foram desastrosos. A Nigéria, que no momento da independência, em 1960, era o maior exportador mundial de amendoim e de produtos de dendê, interrompeu todas as exportações desses produtos na década de 1970. A Zâmbia, abençoada com terras férteis, chuvas abundantes e um enorme potencial agrícola, autossuficiente em bens alimentares quando da independência, foi forçada a depender da importação de alimentos. Em Gana, a produção de cacau, sua base econômica, caiu pela metade.

Na Tanzânia, um experimento socialista na agricultura, realizado por Julius Nyerere, mostrou-se igualmente desastroso. Ele envolvia o desenraizamento de populações rurais dispersas, deslocando-as para grandes aldeias comunais *ujamaa*, onde teriam serviços básicos à disposição, como escolas e clínicas. A campanha *ujamaa* foi concebida para ser voluntária, mas, quando as comunidades locais não mostraram entusiasmo para participar, Nyerere ordenou o reassentamento obrigatório de toda a população rural. Entre 1973 e 1977, cerca de 11 milhões de pessoas foram arrebanhadas para novas aldeias, no que foi o maior movimento de massa da história da África; muitos tiveram que ser coagidos a deixar seus lares ancestrais. A perturbação causada pelo programa de "aldeamento" de Nyerere quase levou à catástrofe. A produção de alimentos caiu drasticamente, aumentando o espectro da fome. Em vez de autossuficiente, a Tanzânia se tornou dependente de doações estrangeiras de alimentos para sobreviver.

Não houve apenas casos sombrios. Alguns países – Quênia, Malawi, Suazilândia, Costa do Marfim e Camarões – conseguiram estabelecer setores agrícolas prósperos. O Quênia, antes domínio de ricos fazendeiros brancos, foi muito bem-sucedido em promover o pequeno agricultor e a diversificação de sua produção em chá, café, pítetro e outras culturas. O Malawi, embora pequeno, sem litoral e densamente povoado, também alcançou um crescimento constante. Na Costa do Marfim, o *boom* na agricultura foi fenomenal de todos

os pontos de vista: a produção agrícola triplicou entre 1960 e 1980. A maior parte do aumento pode ser atribuída aos pequenos agricultores, a quem o governo concedeu preços favoráveis.

Mas, de forma geral, os números da agricultura indicavam a posição lamentável em que se encontrava a maior parte do continente. A produção de alimentos não conseguiu acompanhar o ritmo acelerado do crescimento populacional. Entre 1960 e 1990, a população cresceu de cerca de 200 para 450 milhões de habitantes. Durante os anos 1960 e 1970, a África foi a única região do mundo em que a produção de alimentos per capita diminuiu. Para compensar os déficits na produção, países relativamente ricos, como Nigéria e Zâmbia, pagaram enormes somas em importações de alimentos caros; países mais pobres passaram a depender de ajuda alimentar. A necessidade de importar comida, juntamente com a queda das exportações agrícolas, esgotou as reservas de divisas e contribuiu para as crises da balança de pagamentos.

O aumento da taxa de crescimento populacional teve outras consequências. Os governos simplesmente não conseguiam lidar com a demanda por mais escolas, mais hospitais, mais habitação e mais serviços básicos, como o abastecimento de água. O impacto sobre o uso da terra foi especialmente prejudicial. Na década de 1970, em algumas áreas não havia mais terras aráveis em abundância. Assim, os camponeses passaram a cultivar terras marginais, aumentando os problemas de erosão, degradação do solo, sobrepastagem e desmatamento. Na região do Sahel, cerca de 130 mil quilômetros quadrados de terra se deterioravam por ano. Quando uma sucessão de secas atingiu a região, entre 1968 e 1973, a população em partes do Níger, do Mali, do Chade, da Mauritânia, do Senegal, do Alto Volta (Burkina Faso) e do norte da Nigéria já estava perto da margem de sobrevivência. É possível que cerca de 250 mil pessoas tenham morrido; rebanhos de gado foram dizimados; vastas áreas de terra transformaram-se em deserto.

Para agravar a situação de muitos governos africanos, havia o crescente preço do petróleo. Em 1973, no rastro da guerra árabe-israelense, o preço do barril subiu de cerca de três dólares para mais

de doze. Em 1979, como resultado de eventos no Irã e no Iraque, ele disparou para dezenove dólares, chegando a 38, em 1981. Alguns exportadores de petróleo – Nigéria, Gabão, Congo-Brazzaville, Argélia e Líbia – tiveram ganhos espetaculares. Mas todos os importadores foram prejudicados. Um estudo de 1981 revelou que, para uma amostra de oito Estados importadores de petróleo, o percentual das importações do produto em relação ao ganho em exportações aumentou de 4,4%, em 1970, para 23,2%, em 1980. Os governos foram obrigados a reduzir as importações de muitos bens essenciais e aumentar os custos e os preços internos. A agricultura foi atingida pelo custo mais elevado dos combustíveis e fertilizantes e pela escassez de equipamentos. A indústria sofreu problemas semelhantes, com muitas fábricas operando em níveis baixos por falta de importações.

Em desespero crescente, os governos africanos tentaram se manter à tona não pela introdução de medidas de austeridade ou reformas políticas, mas por meio de empréstimos pesados no exterior. Entre 1970 e 1980, a dívida externa da África negra subiu de 6 para 38 bilhões de dólares. Em 1982, já tinha atingido 66 bilhões. Um ano depois, estava em 86 bilhões. Muitos países não foram capazes de cobrir os custos do serviço da dívida. Em alguns casos, não havia mais qualquer perspectiva realista de que os empréstimos seriam pagos. Os bancos comerciais no exterior, uma vez credores ansiosos, agora evitavam a África.

O impacto da crise nas economias africanas sobre a vida comum foi severo. Afetados por dívidas e má gestão, os governos africanos já não podiam se dar ao luxo de manter serviços públicos adequados. Hospitais e clínicas sofriam com falta de remédios e equipamentos; escolas não tinham livros didáticos; fábricas fechavam por falta de matérias-primas ou peças de reposição para máquinas; lojas eram atormentadas pela escassez de produtos; o fornecimento de eletricidade era errático; os sistemas de telefonia deixaram de funcionar; estradas e ferrovias se deterioraram; o desemprego aumentou; o padrão de vida despencou. Estima-se que mais de dois terços das populações da África viviam em condições

de extrema pobreza. Em meados da década de 1980, a maioria dos africanos era tão ou mais pobre quanto no momento da independência. Para escapar do turbilhão, um grande número de africanos treinados e qualificados procurou trabalho no exterior, diminuindo ainda mais a capacidade dos governos de lidar com a crise.

A situação da África tornou-se ainda pior devido a surtos de guerra civil. A linha que atravessa o Sudão e o Chade na altura do 12º paralelo, dividindo o norte muçulmano do sul não muçulmano e "árabes" de "africanos", foi causa de um conflito interminável. No Sudão, as tentativas do governo de Cartum de impor uma forma islâmica de administração sobre os sulistas provocaram seguidas rebeliões. De forma inversa, no Chade, os políticos do sul no controle do governo central em Fort Lamy (N'Djamena) precipitaram uma série de revoltas no norte muçulmano e em outros lugares por seu tratamento brutal das populações locais. Diversos governos estrangeiros, nomeadamente o regime líbio de Kadhafi, procuraram lucrar com os conflitos em benefício próprio.

Na Etiópia, o coronel Mengistu empregou táticas de terra arrasada, ano após ano, na tentativa de derrotar rebeliões em Tigré e em Wollo, usando com frequência a comida como arma de guerra. Ele colocou o exército para destruir os estoques de grãos, queimar plantações e pastagens e matar o gado; os mercados rurais e a atividade agrícola foram regularmente alvo de bombardeios aéreos. Além da destruição pura e simples, o exército requisitava alimentos e exercia bloqueios de comida e pessoas.

Durante os anos 1970, Mengistu lançou cinco grandes ofensivas contra os rebeldes de Tigré. Uma sexta ofensiva, em 1980, no Tigré central, durou sete meses e causou enorme perturbação. Uma sétima ofensiva, em 1983, no Tigré ocidental, obrigou centenas de milhares de habitantes a fugirem de suas casas. Quando partes de Tigré e de Wollo foram então atingidas pela seca, a área já estava repleta de refugiados carentes, buscando desesperadamente a ajuda de centros de socorro superlotados. Preocupado com os preparativos para celebrar o décimo aniversário da revolução etíope, de 1974,

Mengistu ignorou a situação deplorável das massas morrendo de fome ao norte da capital e ordenou os funcionários a permanecerem em silêncio. Quando a notícia do desastre começou a ser veiculada, inspirou uma extraordinária onda de compaixão e generosidade de povos e governos no mundo todo, o que levou à maior mobilização em tempo de paz da comunidade internacional no século XX. Mas, mesmo com as organizações de socorro lutando para lidar com a calamidade da fome em massa, Mengistu se recusou a permitir a distribuição de comida para áreas sob controle rebelde e lançou mais uma ofensiva militar.

NA DÉCADA DE 1980, foram criados vários pacotes internacionais de resgate para lidar com o declínio econômico da África. Em 1981, um relatório do Banco Mundial recomendou uma revisão completa da estratégia econômica que tinha prevalecido por mais de duas décadas. Enquanto, nos anos 1960, os economistas ocidentais haviam defendido que o Estado deveria agir como o motor do desenvolvimento e rejeitar o papel dos mercados, nos anos 1980 eles passaram a alegar que a intervenção do Estado tinha sido a principal causa do fracasso do desenvolvimento e apelavam para estratégias de desenvolvimento orientadas para o mercado. No lugar da propriedade estatal, eles propuseram um papel reforçado para o setor privado. Agindo em conjunto, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ofereceram-se para ajudar os governos africanos com apoio financeiro, desde que estes concordassem com uma reforma econômica radical. Eles queriam que os governos aumentassem os preços das mercadorias agrícolas; removessem subsídios urbanos; cortassem burocracias inchadas; vendessem ou fechassem empresas estatais; desvalorizassem moedas e reduzissem os déficits orçamentais e a dívida pública.

Tudo isso ameaçava os sistemas de clientelismo que sustentavam a maioria dos líderes da África e as elites dominantes. As burocracias e os sistemas de regulação inchados eram ativos políticos cruciais, os meios pelos quais as elites concediam empregos, contratos e

outras oportunidades de ganho para parentes e apoiadores políticos. Desde a independência, o controle do Estado sobre a economia tinha fornecido a eles toda uma série de vantagens, privilégios e largos caminhos para fazer dinheiro.

À beira da falência, no entanto, os governos africanos tinham pouca alternativa senão aceitar as condições impostas pelo FMI e o Banco Mundial. Durante a década de 1980, cerca de quarenta governos assinaram “acordos de estabilização” e aceitaram “programas de ajuste estrutural”. Ao todo, foram feitos 243 contratos de empréstimos. A ajuda externa tornou-se um componente cada vez mais crucial das economias africanas. Dezenas de instituições doadoras e organizações não governamentais ocidentais estavam envolvidas, algumas tomando a responsabilidade de funções-chave do Estado, como saúde e educação. Ao longo de duas décadas, dos anos 1970 aos 1980, a África obteve 200 bilhões de dólares em ajuda externa.

Mas, ao aceitar os fundos dos doadores, a maioria dos governos não levou as reformas a sério e logo descobriu que não havia consequências graves. A ajuda continuava chegando. A dívida ia simplesmente sendo acumulada e adiada. Além disso, os políticos no poder logo transformaram todo o negócio da privatização dos bens do Estado em uma oportunidade de fazer dinheiro, usando recursos fornecidos por organizações doadoras para entregar as companhias públicas a políticos amigos, parentes e empresários seletos, em condições muito favoráveis, incluindo empréstimos com juros baixos e longos períodos de liquidação. Na Nigéria, no final dos anos 1980, oficiais militares adquiriram ações majoritárias de quatro quintos das cem empresas estatais que foram privatizadas.

Ao final da década de 1980, apesar da entrada de recursos estrangeiros e de cancelamentos da dívida, pouco tinha mudado para melhor. A renda per capita na África negra durante os anos 1980 contraiu a uma taxa anual de 2,2%. A dívida externa triplicou, atingindo 160 bilhões de dólares, um montante superior ao produto nacional bruto. O próprio Banco Mundial concluiu, em 1989, após

uma década de fracasso, que a doença econômica da África tivera causas não apenas econômicas, mas políticas.

O histórico político do continente desde a independência era gritante: em três décadas, nem um único chefe de Estado havia concordado em sair do cargo por votação. Dos cerca de 150 chefes de Estado que haviam passado pelo cenário africano, apenas seis tinham voluntariamente abandonado o poder. Eles incluíam Léopold Senghor, do Senegal, depois de vinte anos no cargo, e Julius Nyerere, da Tanzânia, depois de 23 anos no cargo. Alguns membros da primeira geração de líderes africanos ainda se agarravam ao poder, mesmo em idade avançada. Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, estava com 84 anos; Kamuzu (Hastings) Banda, no Malawi, estava com 91.

De uma lista de cinquenta países africanos, quase todos eram Estados de partido único ou ditaduras militares. Em 32 deles, era ilegal formar partidos de oposição. As eleições, quando realizadas, serviam principalmente para confirmar o atual presidente e seu partido no poder. Nas 150 eleições realizadas em 29 países, entre 1960 e 1989, os partidos de oposição não ganharam uma única cadeira. Apenas três países – Senegal, Botsuana e a pequena Gâmbia – sustentavam uma política multipartidária, com eleições regulares razoavelmente livres e justas.

Mas o clima entre as populações africanas estava começando a mudar. A partir de 1989, em um país após outro, o descontentamento com a incompetência, a corrupção e a opressão sufocante do governo dos “Big Men” explodiu em protestos e manifestações. Os estudantes estavam na vanguarda, mas outros grupos urbanos – empresários, profissionais, religiosos, sindicatos e funcionários públicos – se juntaram a eles. Um novo vento de mudança estava soprando.

68. Guerras de libertação

ENQUANTO ISSO, no sul da África, a fortaleza do poder branco começava a desmoronar. Durante os anos 1960, movimentos nacionalistas lançaram uma sucessão de guerras de guerrilha para expulsar os portugueses de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, uma pequena colônia do oeste africano, usando territórios africanos vizinhos como bases de recrutamento, treinamento de partidários e para obter armas. Os ataques de guerrilha se restringiram inicialmente a zonas fronteiriças, mas logo se espalharam. A sobrecarga de lutar três guerras simultâneas minou os efetivos militares e o moral português, e levou a uma crescente insatisfação entre os corpos de oficiais e os recrutas do exército. Em abril de 1974, os militares portugueses tomaram o poder em Lisboa e prontamente abriram negociações para se retirarem da África. Na Guiné-Bissau, as negociações foram conduzidas com relativa rapidez. Em setembro de 1974, a Guiné-Bissau foi reconhecida como uma república independente. Mas a transição para a independência de Moçambique e de Angola foi marcada por caos e confusão.

Em Moçambique, a administração colonial entrou em colapso. Enquanto as forças portuguesas se retiravam, os guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) invadiam áreas do centro do país sem encontrar oposição. Assustados com a retórica revolucionária da Frelimo e temendo ataques por vingança, centenas de colonos brancos das zonas rurais abandonaram suas casas e fugiram para a costa. O que se seguiu foi um êxodo em massa dos brancos. Em longas negociações com os portugueses, a Frelimo exigiu reconhecimento como o "único representante legítimo do povo de Moçambique" e a transferência incondicional do poder, sem a realização de eleições. O resultado foi que, depois de um período de transição de nove meses, Portugal concordou em entregar o

poder exclusivamente à Frelimo em setembro de 1974. O êxodo branco se acelerou. No momento em que obteve sua independência, em junho de 1975, o país tinha perdido não só a maioria de seus administradores e funcionários, mas também gestores, técnicos, artesãos e lojistas. Ao todo, 200 mil brancos fugiram, abandonando fazendas, fábricas e casas.

Sem temer a perda incapacitante de mão de obra qualificada, o líder da Frelimo, Samora Machel, embarcou em um programa de ação revolucionária, destinado a transformar Moçambique em um Estado marxista-leninista. Com uma série de decretos, a Frelimo nacionalizou plantações e empresas, introduziu o planejamento econômico central e ordenou a produção agrícola coletiva. Com fervor semelhante, Machel procurou erradicar costumes e práticas da terra “tradicionais” e também eliminar a influência de chefes e líderes. A Igreja católica e seus adeptos foram outro alvo. A Frelimo ordenou o fim das festividades religiosas públicas, assumiu as propriedades da Igreja e encerrou seu envolvimento na educação e nos casamentos. As religiões tradicionais também foram denunciadas. As consequências foram desastrosas. As políticas de Machel provocaram descontentamento generalizado, que, como resultado, ajudou a alimentar quinze anos de guerra civil.

A transição em Angola foi ainda mais turbulenta. Três facções nacionalistas rivais lutavam entre si pelo poder, transformando uma guerra colonial em uma guerra civil, causando a fuga de quase toda a população branca e arrastando a União Soviética e os Estados Unidos para um perigoso confronto por procuração da Guerra Fria. O que estava em jogo era o controle dos campos de petróleo e as minas de diamantes de Angola.

Todas as três facções contavam com o apoio de diferentes grupos étnicos. A base da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto, era o território bakongo no norte do país. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto, estava enraizado em áreas dos quimbundos, nos arredores da capital, Luanda. A União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), de Jonas Savimbi, tinha seguidores entre os

ovimbundos, nos distritos de Huambo e Bié, no planalto central. Todas as três facções eram fracas e desorganizadas. Elas não fizeram nenhum esforço sério para chegar a uma solução negociada, recorrendo, em vez disso, a patrocinadores estrangeiros para obter a supremacia.

Nesse ínterim, os portugueses tentaram organizar um governo de coalizão para preparar o caminho para as eleições e a independência, em novembro de 1975. Mas, logo depois de ter sido criada, em janeiro de 1975, a coalizão ruiu em meio a intensos combates em Luanda. Com armas fornecidas pela União Soviética, o MPLA expulsou a FNLA e a Unita de Luanda e ganhou o controle momentâneo de outras áreas urbanas. Um êxodo em massa de 300 mil brancos seguiu-se, causando o colapso dos serviços públicos e da economia. À medida que o dia da independência se aproximava, os Estados Unidos e a África do Sul deram apoio à FNLA e à Unita em um esforço conjunto para impedir que o MPLA tomasse o poder em Luanda. Forças sul-africanas invadiram pelo sudoeste, com o objetivo de se juntar à FNLA em um assalto à capital. O que salvou o MPLA da derrota foi uma intervenção considerável da União Soviética e a chegada de milhares de soldados cubanos. Uma guerra civil intermitente continuou pelos 27 anos seguintes.

O COLAPSO DO IMPÉRIO português na África apresentou novos perigos para os governantes brancos da Rodésia. Desde 1972, pequenos grupos de guerrilheiros nacionalistas vinham se infiltrando em toda a fronteira norte a partir de bases na Zâmbia e na província de Tete, em Moçambique, mas as medidas de contra-ataque do governo tinham sido muito bem-sucedidas em contê-los. Para ajudar a escorar as defesas da Rodésia, a África do Sul tinha despachado um grande número de tropas de combate para a área, considerando o rio Zambeze, e não o Limpopo, como sua própria linha de frente. Mas o fim do domínio português significava que toda a fronteira oriental da Rodésia, aproximadamente 1.200 quilômetros de comprimento, era agora vulnerável à infiltração por grupos

guerrilheiros que operavam livremente a partir de bases em Moçambique.

A partir de 1976, a guerra de guerrilha se espalhou consistentemente como uma praga pelas áreas rurais. Milhares de guerrilheiros do Zanu cruzaram de Moçambique, atacando propriedades brancas, roubando lojas, plantando minas terrestres e subvertendo a população local. Guerrilheiros do Zapu abriram uma nova frente na Rodésia ocidental, ao longo das fronteiras com a Zâmbia e Botsuana. Rodovias e ferrovias importantes foram atacadas. Os fazendeiros brancos foram os que mais sofreram, convivendo diariamente com o risco de emboscada, trancados à noite em casas fortificadas. Um número crescente de brancos emigrou, para não enfrentar o serviço militar.

A guerra da Rodésia forçou a África do Sul a alterar sua própria estratégia. Até então, o governo sul-africano tinha considerado a Rodésia, junto com os domínios portugueses de Angola e Moçambique, parte essencial da zona-tampão que a separava da África negra. Mas a retirada dos portugueses significava que a Rodésia já não era mais considerada tão importante como uma defesa da linha de frente, pois os ventos da mudança tinham chegado à fronteira da África do Sul. Os sul-africanos calcularam que, sem um compromisso militar e financeiro irrestrito de sua parte, o regime branco na Rodésia estava com os dias contados e que seus interesses estariam mais bem garantidos na região com um governo negro estável e fortemente dependente da boa vontade sul-africana, em vez de um governo branco instável sob cerco.

Em conversas contundentes em Pretória, em 1976, o líder recalcitrante da Rodésia, Ian Smith, não teve opção a não ser aceitar a ideia de um governo de maioria negra. Deixando claro seu desdém pelo processo, Smith entrou em negociações prolongadas com uma facção nacionalista moderada liderada pelo bispo Abel Muzorewa, com o objetivo de chegar a um acordo "interno" que deixaria os brancos em grande parte no controle. Embora Muzorewa tenha vencido as eleições em 1979, a guerra de guerrilha difundiu-se cada vez mais. Quando Smith finalmente deixou o palco como primeiro-

ministro, no último dia de governo branco, em 31 de maio de 1979, catorze anos depois de ter proclamado a declaração unilateral de independência da Rodésia, seu legado era um Estado não reconhecido pela comunidade internacional, submetido a boicotes comerciais, devastado por guerra civil e com um futuro perigoso pela frente.

À medida que a guerra se intensificava, o Reino Unido organizou uma conferência em Londres, na esperança de que as negociações entre os principais protagonistas – o Zapu, de Joshua Nkomo, o Zanu, de Robert Mugabe, e o governo de Muzorewa – pudessem resolver o impasse. Nkomo e Muzorewa estavam prontos para aceitar um acordo que abrisse caminho para uma nova rodada de eleições, mas Mugabe recusou-se até o fim. Sozinho entre os líderes nacionalistas, Mugabe queria uma vitória militar e estava planejando uma nova fase de guerra urbana. Apenas um ultimato de Samora Machel, de Moçambique, o obrigou a assinar.

O acordo de Londres, fechado em dezembro de 1979, definia que a Inglaterra enviaria para a Rodésia uma pequena equipe de funcionários para intermediar a situação entre os diversos exércitos, na esperança de manter um cessar-fogo até que as eleições fossem realizadas. Com o retorno de Nkomo e Mugabe do exílio, a campanha eleitoral foi travada com ânimo feroz. Todos os lados foram julgados culpados de usar intimidação e violência, mas o Zanu-PF, de Mugabe, foi apontado como o principal culpado. “A palavra *intimidação* é leve”, bramou Nkomo. “As pessoas estão sendo aterrorizadas. É *terror*. Há medo nos olhos das pessoas.” Os resultados das eleições, em março de 1980, no entanto, deram a Mugabe uma vitória tão esmagadora que os argumentos sobre o efeito da violência tornaram-se em grande parte irrelevantes.

Para surpresa da comunidade branca, Mugabe usou sua vitória eleitoral como uma ocasião para prometer seu apoio à reconciliação. “Se ontem lutei com você como inimigo, hoje você se tornou um amigo e um aliado com os mesmos interesses nacionais, lealdade, direitos e deveres que eu”, disse ele. “O fato de que os brancos nos oprimiram ontem, quando detinham o poder, nunca poderia justificar

que os negros devam oprimi-los hoje, porque detêm poder. Um mal continua a ser um mal se praticado por um branco contra um negro ou por um negro contra um branco.” Ele clamava por uma nova visão e um novo espírito.

O Zimbábue, ao que parecia, estava no limiar de uma era de grande promessa, nascida de uma guerra civil, mas repleta de nova ambição. As belas palavras de Mugabe, no entanto, não se aplicavam aos seus rivais no Zapu. Desde o início, a ambição de Mugabe foi estabelecer um Estado de partido único, utilizando quaisquer meios necessários. Poucas semanas depois da independência, em abril de 1980, seus ministros começaram a falar abertamente sobre a necessidade de “esmagar” o Zapu. Em outubro, ele assinou um acordo com a Coreia do Norte, uma ditadura comunista brutal, para assistência na formação de uma nova brigada do exército – a 5ª Brigada –, com a missão específica de lidar com dissidentes internos. O movimento de Mugabe em direção a um Estado de partido único culminou em uma campanha de terror e assassinatos desencadeada pela 5ª Brigada contra a população civil em redutos do Zapu, na Matabelelândia. Residentes locais foram dizimados; bloqueios foram aplicados para garantir a fome em massa; milhares de homens, mulheres e crianças foram levados para centros de interrogatório notórios como locais de brutalidade e tortura. O número de mortos chegou a cerca de 20 mil pessoas. Depois de cinco anos de perseguição, Nkomo capitulou, assinando um “acordo de unidade”.

NA ÁFRICA DO SUL, depois de uma década de silêncio, uma nova geração de ativistas negros assumiu a causa da resistência anti-*apartheid*. Eles vinham das fileiras da população estudantil, encontrando inspiração não no conceito de luta multirracial que o Congresso Nacional Africano tinha defendido, mas numa necessidade de afirmação negra mais alinhada com a tradição africanista de política negra. Quando o domínio português em Angola e Moçambique entrou em colapso, em 1974, abrindo

caminho para os movimentos de libertação negra assumirem o controle, os grupos de consciência negra na África do Sul experimentaram um rompante de autoconfiança. Os ativistas estudantis tomaram a liderança, centrando seus protestos no sistema do governo de educação "banta", que tinha produzido um legado de escolaridade inferior, professores mal treinados, salas de aula superlotadas e equipamentos inadequados. Novas regulamentações governamentais que requeriam que a instrução fosse oferecida em africâner inflamaram novos protestos. Em junho de 1976, os manifestantes estudantis marcharam por Soweto, subúrbio negro na periferia de Joanesburgo, e foram recebidos por policiais armados. Os policiais abriram fogo, matando um estudante de treze anos e provocando uma revolta estudantil que durou seis meses.

Embora a repressão do governo tenha conseguido abafar o protesto anti-*apartheid* em casa, os governantes brancos da África do Sul enfrentavam novos perigos externos. Desde a partida dos portugueses, Moçambique e Angola passaram a ser administrados por governos marxistas favoráveis à União Soviética e dispostos a fornecer santuários e centros de treinamento para o Congresso Nacional Africano e Livros. Uma consequência da revolta de Soweto foi o êxodo de cerca de 14 mil jovens negros, o que forneceu ao CNA um exército de recrutas ansiosos. A partir de 1977, guerrilheiros do CNA começaram a se infiltrar pelas fronteiras da África do Sul, dando início a uma campanha de sabotagem. O advento do governo nacionalista negro no Zimbábue, em 1980, completou o cerco da África do Sul por governos hostis.

Eleito para liderar o Partido Nacional em 1978, P.W. Botha, um primeiro-ministro linha-dura, decidiu enfrentar as ameaças tanto externas quanto internas com a construção de um enorme aparato de segurança, liberando as autoridades de segurança a tomarem as medidas que considerassem necessárias no país e no exterior. Unidades secretas logo se envolveram em atentados a bomba, incêndios, sequestros e assassinatos. A partir de bases no Transvaal, a inteligência militar sul-africana treinou, armou e dirigiu um grupo

rebelde de Moçambique, a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), enviando-o pela fronteira para destruir pontes, ferrovias, projetos agrícolas e escolas.

Simultaneamente, Botha tentou modernizar o *apartheid*, livrando-se de seus obstáculos mais impraticáveis para fazê-lo funcionar de forma mais eficaz. Ele incentivou o cancelamento de suas regras mais triviais, usadas para impor a segregação em locais públicos, como agências de correio e bancos de praça. E sugeriu que as leis que proibiam o casamento e o sexo inter-racial não deveriam mais ser consideradas “vacas sagradas”. Trabalhadores africanos foram autorizados a se filiar a sindicatos registrados. A maioria dos regulamentos de reserva de empregos foi cancelada. De forma fragmentada, Botha também aprovou planos para melhorar as condições nas zonas urbanas negras. Após trinta anos de legislação dura que visava expulsar os negros de áreas “brancas”, o governo finalmente reconheceu seu direito de viver ali permanentemente, garantindo-lhes o direito de propriedade. Mas, embora permitisse reformas superficiais no *apartheid*, Botha manteve-se determinado como sempre a impor a dominação branca, seu objetivo central.

Uma nova fase de resistência anti-*apartheid* começou no início de 1980. Tratava-se de uma vasta gama de associações comunitárias, grupos religiosos, sindicatos e entidades estudantis. Campanhas locais sobre questões como as condições de habitação e os padrões educacionais passaram a aspirar a uma ação nacional. Em 1983, uma coalizão de mais de trezentas organizações formou a United Democratic Front (Frente Democrática Unida, UDF), que extrapolou os limites de classe e cor e definiu como meta uma África do Sul democrática. Os ativistas lançaram uma campanha ruidosa pela libertação de Nelson Mandela, que definhava na prisão, na ilha Robben, desde 1964, uma figura em grande parte esquecida. A campanha “Free Mandela” capturou a imaginação do público, atraindo o apoio não só de uma série de organizações negras, mas de estudantes universitários brancos e políticos liberais, e ganhando terreno em todo o mundo. Botha descartava qualquer possibilidade

de libertá-lo, mas, preso, Mandela tornou-se um símbolo poderoso de oposição ao governo.

Em 1984, iniciou-se um ciclo de violência que continuou de forma intermitente por quase dez anos. À frente dele, estavam grupos de jovens negros – “camaradas”, como vieram a ser conhecidos – determinados a destruir “o sistema” e prontos para desafiar, com pedras, catapultas e coquetéis-molotov, policiais e soldados armados nas empoeiradas e decrepitas ruas de bairros negros. Eles organizavam boicotes de consumidores e greves de aluguel, atacavam prédios do governo e caçavam “colaboradores” – vereadores distritais, policiais locais e outros apoiadores do “sistema”. Sua assinatura tornou-se o assassinato com o “colar” – um pneu cheio de gasolina que era jogado sobre a vítima e incendiado. Os estudantes entraram na briga, abandonando as salas de aula novamente. Mas dessa vez as revoltas nos subúrbios não eram apenas uma “guerra” das crianças, como em 1976; eram parte de um movimento popular que envolvia comunidades inteiras – pais, professores, trabalhadores, clérigos e mulheres.

O governo respondeu com uma repressão brutal, encarcerando milhares de ativistas, autorizando grupos de vigilantes a retaliar e liberando esquadrões de extermínio da polícia. Mas a repressão teve apenas um efeito temporário. Além do mais, o espetáculo diário de protestos violentos e represálias do governo, exibido nas telas de televisão do mundo todo, provocou um coro de condenação internacional. Assustados, os investidores estrangeiros começaram a vender suas ações sul-africanas. Os bancos norte-americanos decidiram parar de rolar empréstimos, iniciando uma reação em cadeia que colocou a África do Sul em uma grave crise financeira. Por mais que Botha contasse com a repressão para proteger o poder branco, ele deixou a África do Sul sem uma estratégia política viável, só com a perspectiva de mais violência.

Da prisão, Mandela tentou várias aproximações com o governo, procurando abrir um diálogo que pudesse quebrar o assustador impasse que começava a dominar a África do Sul. Apesar das fortes dúvidas que afligiam seus colegas de cela do CNA, em 1988 Mandela

deu início a uma série de discussões secretas com altos funcionários, propondo uma reunião com Botha como um passo preliminar para ver se havia margem para negociações. Em julho de 1989, Mandela foi levado em segredo para se encontrar com Botha, em sua residência oficial, na Cidade do Cabo. A conversa foi pouco mais do que um discurso educado sobre história e cultura sul-africana, com duração de meia hora. Seis semanas mais tarde, depois de meses de atrito com seus colegas de gabinete, Botha renunciou. No entanto, um avanço fundamental tinha sido feito: em seus encontros com Mandela, os funcionários do governo haviam ficado impressionados com sua compreensão das questões centrais que preocupavam os brancos e viram-no como um líder de estatura considerável com o qual o establishment branco poderia tratar.

O líder seguinte do Partido Nacional, F.W. de Klerk, estava tão determinado a proteger a dominação branca quanto Botha, mas procurou uma abordagem mais pragmática. Ao tomar posse como presidente, em 1989, ele iniciou uma reavaliação das perspectivas da África do Sul. Quarenta anos de governo do Partido Nacional tinham deixado a população branca poderosa e próspera; a comunidade africâner, em particular, havia se saído bem, alcançando sua antiga ambição de adquirir riqueza, habilidade e força econômica. A capacidade do governo para defender o sistema de *apartheid* ainda era formidável. Ele possuía os meios do controle totalitário e frequentemente o usava.

Além do mais, as ameaças externas que o país enfrentava tinham diminuído. A União Soviética, à beira da extinção, tinha deixado clara sua intenção de se afastar dos conflitos africanos. Em dezembro de 1988, foi concluída uma negociação envolvendo a retirada de tropas cubanas de Angola, o que abriu caminho para o Sudoeste Africano (Namíbia) prosseguir com uma transição ordenada para a independência, pondo fim à sua guerra de guerrilha contra o governo sul-africano. A ajuda soviética a Moçambique também foi interrompida. Em 1989, o governo da Frelimo, exausto por anos de fracasso econômico e de guerra civil, abandonou seu compromisso com um Estado marxista-leninista e se pronunciou a favor da

democracia multipartidária. Além disso, o colapso dos governos socialistas na Europa Oriental, em 1989, privou o CNA de uma de suas principais fontes de apoio militar, logístico e financeiro.

De Klerk foi rápido em reconhecer a importância dessas mudanças estratégicas. Seus assessores próximos argumentaram que elas forneciam uma oportunidade para o governo tomar a iniciativa. Se os brancos queriam preservar seu poder e privilégios, era necessária uma mudança fundamental. Embora o governo não enfrentasse dificuldades imediatas, quanto mais a reforma política fosse adiada mais fraca a sua posição se tornaria. Sem uma reforma, o ciclo de oposição negra iria se intensificar. Um exemplo potente era o destino da vizinha Rodésia, onde Ian Smith havia recusado um acordo favorável após outro, apenas para se envolver em uma guerra de guerrilha de sete anos e se ver obrigado a negociar um acordo tardio que levou ao advento de um governo marxista. "Quando havia uma oportunidade de estabelecer uma negociação construtiva de verdade, ela não foi compreendida", concluiu de Klerk. "Não devemos cometer esse erro."

Grande parte da população branca favorecia a mudança. Uma nova geração de sul-africanos brancos não gostava de ser tratada como párias pelo resto do mundo, sujeitos a boicotes em esportes, proibições de viagem e sanções comerciais. Os empresários queriam um sistema político mais estável que auxiliasse o crescimento econômico. A prosperidade econômica foi se tornando mais importante para a África do Sul branca do que a divisão racial. Em suas viagens ao exterior, De Klerk recebia a confirmação de apoio de governos ocidentais se ele mudasse de rumo. De uma capital a outra, o conselho que recebia era o mesmo: levantar a proibição do CNA, libertar Mandela e outros presos e iniciar conversações.

Ao decidir que ação tomar, De Klerk presumiu que, como o governo gozava de tal preponderância de poder, seria capaz de definir os termos das negociações. Ele também acreditava que havia uma boa chance de que, se posto em liberdade, o CNA, mal organizado e mal preparado para a paz, iria cair em desordem,

deixando o governo livre para avançar com uma nova aliança de organizações negras conservadoras.

Apesar dos sinais de uma reação da direita e das desconfianças profundas entre as forças de segurança, De Klerk deu o passo decisivo. Em 2 de fevereiro de 1990, anunciou que o governo iria suspender a proibição ao CNA, libertar Mandela e preparar o caminho para uma constituição democrática com base no voto universal.

Em 11 de fevereiro, livre depois de 27 anos, Mandela atravessou os portões da prisão Victor Verster, de mãos dadas com a esposa, Winnie, em direção a uma multidão de partidários e jornalistas do mundo todo. Embora todos esperassem que Mandela se debruçasse sobre o sofrimento infligido a ele e a seus colegas, ele estava mais interessado em explicar o que eles tinham aprendido lá, a compreensão que tinham adquirido, a força de seu compromisso com a democracia, que os havia sustentado. Em nenhum momento ele expressou amargura para com a comunidade branca, apenas contra o sistema que ela impunha. O exemplo que deu teve profunda importância. Pois, se depois de 27 anos de prisão Mandela podia emergir insistindo na necessidade de reconciliação, isso minava as exigências de quem procurava vingança e retaliação. A generosidade de espírito que ele demonstrou teve um profundo impacto sobre seus adversários brancos, o que lhe valeu medidas de confiança que, finalmente, estabeleceram as bases para um acordo político.

O caminho para uma solução política, no entanto, foi marcado por anos de negociações tortuosas e longos períodos de violência. Em muitas ocasiões, parecia que o empreendimento inteiro estava condenado. Uma guerra interna eclodiu entre o CNA e o Inkatha, um movimento nacionalista zulu que havia entrado em erupção inicialmente na Zululândia e se espalhado para o Witwatersrand, o coração industrial da África do Sul. Elementos dentro do sistema de segurança apoiavam o Inkatha, visando frustrar qualquer perspectiva de o CNA ganhar poder. Massacres de um lado e do outro tornaram-se banais. Ambos utilizavam esquadrões de

extermínio. Em uma tentativa de provocar uma conflagração racial, organizações paramilitares brancas de direita exerciam sua própria ação vigilante.

No entanto, depois de quatro anos de turbulência, à medida que a febre de violência diminuía, os sul-africanos, aos milhões, fizeram seu caminho pacificamente às urnas, cidadãos negros e brancos igualmente determinados em fazer da eleição um sucesso. Em abril de 1994, ao longo dos quatro dias de votação, as enormes filas formadas do lado de fora das zonas eleitorais davam voltas pelos quarteirões das cidades, estendiam-se pelas estradas de terra sinuosas e atravessavam campos. Muitos haviam chegado no início da manhã e continuavam lá no final do dia, pacientes. Ao voltarem para casa, depois da votação, vários negros falaram de como sua dignidade tinha sido restaurada. Muitos brancos também experimentaram uma sensação de sua própria libertação. Na verdade, o alívio de que a maldição do *apartheid* tivesse finalmente acabado era tão forte entre a comunidade branca que a havia imposto quanto entre os negros que a haviam sofrido.

No dia de sua posse como presidente, em 19 de maio de 1994, Nelson Mandela prometeu à África do Sul uma nova aliança. "Firmamos um pacto de que vamos construir uma sociedade em que todos os sul-africanos, brancos e negros, serão capazes de andar de cabeça erguida, sem medo em seus corações, seguros de seu direito inalienável à dignidade humana – uma nação arco-íris em paz consigo mesma e com o mundo."

69. Em busca da democracia

A PARTIR DE 1989, OS conflitos contra os governos do tipo “Big Man” tornaram-se uma característica constante da paisagem africana. Impulsionados pela ira pública contra o desemprego, a queda do nível de vida e a corrupção, uma série de grupos de oposição surgiu para desafiar as ditaduras de partido único e os regimes militares. Eventos na União Soviética e na Europa Oriental afetaram o clamor por mudança. Em seus últimos anos, a União Soviética decidiu que já não podia se dar ao luxo de sustentar Estados clientes que tinham confiado na sua generosidade para sobreviver. Em 1989, o surto de manifestações de rua no Leste Europeu, culminando com a queda de ditadores como Ceaușescu, na Romênia, e Honecker, na Alemanha Oriental, ofereceu exemplos importantes do que o “poder do povo” poderia alcançar. O fim da Guerra Fria, além disso, mudou a postura ocidental em relação à África. Os governos ocidentais já não viam qualquer razão para sustentar regimes repressivos simplesmente porque eram simpáticos ao Ocidente. Juntamente com o Banco Mundial, eles concluíram que os regimes de partido único que não tinham apoio popular eram um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico; a ênfase agora era a necessidade de reforma democrática.

Em cinco anos, muitos dos sistemas de partido único que tinham prevalecido na África por mais de uma geração foram desmantelados. Forçados a aceitar uma política pluripartidária, ditadores foram depostos um após outro. Tiranos militares no Benin, no Congo-Brazzaville, na República Centro-Africana e no Mali concorreram às eleições, mas foram derrotados nas urnas. Dois notáveis líderes da independência, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, e Kamuzu (Hastings) Banda, do Malawi, tentaram se agarrar ao cargo, mas sofreram derrotas esmagadoras. Na Etiópia, o coronel Mengistu,

sem o apoio da União Soviética, foi expulso do poder em 1991, por um exército conjunto de rebeldes eritreus e tigrínios, e fugiu para o exílio. A Eritreia obteve a independência dois anos mais tarde.

Mas, embora muitas ditaduras tenham caído, vários ditadores sobreviveram. Governantes militares venceram as eleições presidenciais na Guiné, na Mauritânia, na Guiné Equatorial e em Burkina Faso (Alto Volta) – “a terra de homens honestos”. Surgiu uma nova raça de ditadores, hábeis em manter uma aparência de democracia suficiente para obterem ajuda externa. Mesmo quando ocorria mudança de regime, a diferença na prática tendia a ser pequena e pouco discernível. Os líderes da oposição que venciam nas urnas muitas vezes eram ex-ministros ou membros da elite motivados não por ideais democráticos – embora fosse isso que proclamassem –, mas por determinação em obter sua própria vez no jogo do poder público e do dinheiro. Uma vez instalados, os novos governos logo revertiam para os mesmos sistemas de clientelismo e patrimonialismo operados por seus antecessores.

Alguns “Big Men” conseguiram manobrar a oposição e ficar no poder até a morte. Na Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny manteve-se na presidência por 33 anos, morrendo no cargo aos 88, em 1993. No Togo, Gnassingbé Eyadéma, um ex-sargento do exército que tinha participado no assassinato do primeiro presidente do Togo, entrincheirou-se no poder por 38 anos, até 2005, usando força bruta para reprimir a oposição. No Gabão, Omar Bongo permaneceu como presidente por 42 anos, usando seu acesso às receitas de petróleo e minerais do país para se tornar um dos homens mais ricos do mundo; à sua morte, em 2009, o poder passou para seu filho.

Os passos vacilantes que a África deu em direção à democracia logo foram ofuscados por uma série de revoltas que deixaram cicatrizes permanentes. Na Somália, a humilhante derrota sofrida pelo exército somali, em 1978, depois de invadir a região de Ogaden, na Etiópia, precipitou uma guerra civil entre clãs rivais e colocou em marcha uma implosão do Estado somali. Na esperança de estabelecer uma “Grande Somália”, o líder somali, o general

Mohammed Siyad Barre, tinha construído uma enorme força militar com apoio soviético. Em troca, a União Soviética poderia usar as instalações navais da Somália na costa do oceano Índico. Em 1977, apesar de sua extrema pobreza, a Somália já contava com um exército de 37 mil homens, artilharia pesada e uma força aérea moderna equipada com caças a jato. Mas, quando a União Soviética decidiu mudar de lado, privilegiando o regime marxista de Mengistu, Siyad ficou sem o apoio de qualquer um dos principais fornecedores de armas. Poucas semanas depois da derrota em Ogaden, ele enfrentou revoltas internas. Com a propagação dos conflitos, a Somália começou a se desintegrar, fragmentando-se em uma colcha de retalhos de feudos rivais controlados por chefes de clãs. Em 1991, Siyad foi forçado a fugir para o sul de Mogadíscio. Na luta que se seguiu, milícias rivais reduziram grande parte da capital a escombros. No norte da Somália, duas regiões declararam sua independência, adotando os nomes de Somalilândia e Puntlândia.

Em 1992, a situação da Somália se agravou em função de uma seca calamitosa que causou fome generalizada em áreas já devastadas pela guerra. Agências de ajuda externa que chegavam com suprimentos de emergência foram prontamente arrastadas para o caos e apelaram para intervenção militar estrangeira, para proteger suas operações. Sob os auspícios das Nações Unidas, foi montada uma força-tarefa multinacional, liderada pelo exército dos Estados Unidos. Quando as primeiras tropas norte-americanas desembarcaram nas praias de Mogadíscio, em dezembro de 1992, foram, de maneira geral, bem recebidas pela população somali. Foi organizado um cessar-fogo. Mas, em vez de limitar o âmbito de sua intervenção a mitigar a fome, os funcionários estrangeiros ambiciosos elaboraram planos para reconstruir a Somália como um Estado viável. A força-tarefa cresceu para 20 mil soldados de manutenção da paz, 8 mil funcionários logísticos e cerca de 3 mil funcionários civis de 23 nações. Para acomodar os funcionários expatriados, foi construído um enorme complexo em meio às ruínas de Mogadíscio, com um shopping center, sistemas de comunicação por satélite, uma rede de esgotos moderna, luzes de rua e canteiros

de flores. Mas, depois de um investimento de 4 bilhões de dólares, todo o empreendimento entrou em colapso. As tropas estrangeiras se envolveram em batalhas urbanas com milícias somalis. Após dezoito soldados norte-americanos morrerem em um incidente em Mogadíscio conhecido como "Black Hawk Down", os Estados Unidos decidiram retirar todas as suas forças, e outros países participantes seguiram o exemplo. A Somália foi deixada nas mãos de um conjunto de senhores da guerra gananciosos, sem um governo estabelecido.

UMA CATÁSTROFE BEM MAIOR ocorreu em Ruanda. Desde a independência, em 1962, políticos hutus tinham exercido rígido controle sobre a minoria tútsi, determinados a impedir qualquer tentativa de restabelecer o governo tútsi. Mas eles estavam igualmente preocupados com suas lutas internas. Em 1973, o comandante do exército, o general Juvénal Habyarimana, um hutu do norte, do distrito de Gisenyi, derrubou a classe dominante dos políticos do sul, instalou uma ditadura de partido único e favoreceu seus companheiros nortistas, especialmente de Gisenyi, com postos no gabinete ministerial, trabalhos de administração, oportunidades econômicas e bolsas de estudo no exterior; praticamente todos os membros superiores do exército e dos serviços de segurança eram de Gisenyi.

O regime corrupto de Habyarimana acabou por provocar a oposição de outros grupos hutus. Diante das exigências de reforma política, sua panelinha do norte procurou manter o controle do poder levantando os hutus contra a "ameaça" tútsi. Em 1990, uma incursão realizada pelos tútsis e Livross na vizinha Uganda contra o norte de Ruanda fracassou em poucos dias. Porém, ela permitiu que Habyarimana fomentasse um clima de medo e ódio. Com a ajuda francesa, ele iniciou uma grande expansão das forças armadas de Ruanda, que incluíam uma nova Guarda Presidencial recrutada exclusivamente em seu distrito natal.

Em 1991, sob pressão dos doadores ocidentais e de políticos locais, Habyarimana abandonou o sistema de partido único, entrou, em 1992, em uma coalizão com partidos de oposição e concordou em participar de negociações de paz com os eLivross tútsis. Essa onda de reformas enfureceu os hutus que defendiam a própria supremacia. Em segredo, um grupo do norte planejou uma contracampanha para recuperar o controle, preparando-se para um ataque com bastante antecedência, armando milícias, organizando esquadrões de extermínio, montando listas de pessoas a serem mortas e fomentando ódio étnico com uma propaganda implacável. Em 1993, um surto de violência em massa entre hutus e tútsis no vizinho Burundi intensificou o miasma de medo e paranoia que tomava conta de Ruanda. O genocídio que se seguiu não foi causado por antigo antagonismo étnico, mas por uma elite fanática engajada em uma disputa moderna por poder e riqueza, usando antagonismo étnico como sua principal arma.

Entre as primeiras vítimas, em 1994, estavam proeminentes hutus moderados – políticos, funcionários públicos, advogados, professores –, todos considerados adversários no caminho do movimento do “Poder Hutu”. O massacre de tútsis foi realizado em uma escala inédita desde o programa de extermínio nazista contra os judeus: em cem dias, cerca de 800 mil pessoas foram massacradas, aproximadamente três quartos da população tútsi. Embora os governos ocidentais soubessem que havia assassinato em massa em andamento, não conseguiram tomar as medidas necessárias para evitá-lo. O genocídio só parou quando um exército tútsi liderado por Paul Kagame abriu caminho a partir do norte de Ruanda para a capital, Kigali, e capturou outros redutos extremistas.

O IMPACTO DO HOLOCAUSTO de Ruanda logo se espalhou para o vizinho Zaire. Nos últimos dias, à medida que os extremistas hutus perdiam o controle, eles ordenaram um êxodo em massa da população hutu para o outro lado da fronteira, em direção à região de Kivu, no Zaire, planejando usá-la como base para recuperar o poder. As estradas

para o Zaire ficaram engarrafadas com centenas de milhares de refugiados hutus fugindo em caminhões, carros, bicicletas, a pé, levando seu gado e todos os pertences que podiam carregar. Entre eles, estavam membros das milícias derrotadas, com suas armas e equipamentos. Em dois dias, cerca de 1 milhão de pessoas cruzou a fronteira para Kivu.

Em 1994, o Zaire de Mobutu estava reduzido a pouco mais que uma carcaça, despojado de toda a riqueza. A moeda não valia nada. As províncias eram feudos esparsos, distantes do alcance do governo central. Muito antes de as hordas de hutus *génocidaires* chegarem, Kivu tinha se tornado um caldeirão de violência étnica entre os grupos autóctones e as sucessivas levas de colonos e refugiados de Ruanda e do Burundi, tanto hutus quanto tútsis. Milícias hutus, trazendo consigo sua marca virulenta de ódio étnico, agora se adicionavam à mistura.

Com consequências fatais, Mobutu permitiu que extremistas do "Poder Hutu" criassem um mini-Estado em Kivu. Agências de ajuda externa apressaram-se a apoiar os campos de refugiados controlados pelos *génocidaires*, que engordavam seus cofres, empregando funcionários públicos, médicos, enfermeiros e outros profissionais leais à causa. Tendo se reagrupado, os *génocidaires* lançaram ataques em Ruanda e também a grupos tútsis em Kivu, na intenção de aniquilá-los. Em retaliação, Kagame combinou suas forças em Ruanda com milícias tútsis em Kivu, determinado a acabar com a ameaça genocida.

A rebelião iniciada no leste do Congo, em 1996, foi liderada por Laurent Kabila, um pequeno líder ex-rebelde de Katanga do Norte famoso pela ganância e a brutalidade. Mas o cérebro por trás da campanha foi Kagame. À medida que uma cidade após outra caía em mãos rebeldes, Kagame decidiu avançar para Kinshasa, para derrubar completamente o pútrido regime de Mobutu. Em maio de 1997, quando o exército rebelde se aproximava da capital, Mobutu fugiu para seu palácio em Gbadolite e, em seguida, para o exílio, morrendo de câncer três meses depois.

Instalado como presidente do que passou a se chamar República Democrática do Congo, Kabila governou com os mesmos métodos tirânicos que Mobutu tinha empregado. Ele cercou-se de amigos e familiares, arrumou sua administração com os adeptos de Katanga do Norte, deteve rivais políticos e contava com um aparato de segurança para manter o controle. Suas relações com os patrocinadores de Ruanda logo azedaram. Quando Kabila procurou afirmar sua independência, dispensando os apoiadores tútsis e voltando-se para as milícias hutus, Kagame ordenou que o exército ruandês invadisse e o derrubasse.

Outros governos africanos intervieram, todos com a intenção de se aproveitar da desintegração do Congo, caindo sobre ele como abutres. Angola e Zimbábue apressaram-se a sustentar o regime cambaleante de Kabila; Uganda apoiou Ruanda, na tentativa de derrubá-lo. Para grupos de elite como oficiais do exército, políticos e empresários, o Congo oferecia lucros vantajosos. Em troca de apoio militar, Kabila prontamente distribuiu concessões de mineração e exploração de madeira e ofereceu acordos favoráveis em diamantes, cobalto e outros minerais. Angola ganhou o controle da produção e distribuição do petróleo do Congo. Os generais angolanos também ficaram com uma fatia do negócio de diamantes. O Zimbábue estabeleceu *joint ventures* em diamantes, ouro e madeira e foi premiado com uma participação na empresa de mineração do Estado. Um painel de investigação das Nações Unidas estimou que, durante um período de três anos, 5 bilhões de dólares foram transferidos do setor de mineração do Estado para empresas privadas, sem pagamento.

De seu lado, Ruanda e Uganda, não tendo conseguido desalojar Kabila de Kinshasa, transformaram o leste do Congo em seu próprio feudo, saqueando-o em busca de ouro, diamantes, madeira, coltan, café, gado, carros e outros bens valiosos. Cada um estabeleceu ali zonas separadas de controle e criou milícias congoleesas como parceiras no empreendimento.

Em 2002, após uma série de tortuosas negociações, um acordo de paz exigia que os exércitos estrangeiros de Ruanda, Uganda,

Angola e Zimbábue se retirassem. Ao longo de um período de quatro anos, mais de 3 milhões de pessoas tinham morrido, a maioria de fome e doença, a maior perda em qualquer conflito na história africana. Para o leste do Congo, no entanto, não houve pausa na violência. Milícias rivais, algumas agindo em nome de patrocinadores em Ruanda e em Uganda, outras controladas por senhores da guerra locais, continuaram suas guerras de pilhagem, trazendo ainda mais anos de tormento a uma população desesperada por paz.

NA LIBÉRIA, uma rebelião que começou na região da fronteira norte evoluiu para uma guerra civil anárquica, que acabou se espalhando para Serra Leoa, destruindo os dois países como Estados viáveis. A Libéria começou a descambar para a violência em 1980, quando Samuel Doe, um sargento semianalfabeto do exército, liderou uma revolta em Monróvia, derrubando a velha elite américo-liberiana, que tinha mantido o monopólio do poder por mais de cem anos. Com o apoio do governo dos Estados Unidos, Doe impôs sua ditadura sobre a Libéria por dez anos, por meio de repressão brutal. Ele confiava no apoio de seu pequeno grupo tribal, o krahn, e se vingou dos adversários gios e manos após uma fracassada tentativa de golpe. Seus massacres na região de Nimba provocaram um ciclo interminável de selvageria tribal. Em 1990, um pequeno agitador político, Charles Taylor, usou o condado de Nimba como base para recrutar um exército de crianças-soldados. Em uma tentativa de tomar o poder, as gangues de saqueadores de Taylor varreram o campo em direção à capital. Monróvia foi destruída na luta. Doe foi executado de forma repulsiva. Mas Taylor foi impedido de tomar o poder pela intervenção de tropas da Nigéria. Em vez disso, ele voltou sua atenção para o controle dos campos de diamantes do outro lado da fronteira, em Serra Leoa.

Os campos de diamantes eram o principal recurso de Serra Leoa. Durante duas décadas, eles haviam sido saqueados por sucessivos grupos de políticos em Freetown. Então se tornaram um campo de batalha para milícias rivais e bandos itinerantes de crianças-soldados

notórios por cortarem os membros das vítimas. O caos continuou em Serra Leoa e na Libéria por anos a fio. Freetown, como Monróvia, foi pega em meio aos combates e reduzida a uma favela abandonada. Pouco que se assemelhasse a governo permaneceu tanto na Libéria como em Serra Leoa. Somente quando as tropas britânicas intervieram em Serra Leoa, no ano 2000, é que foi restaurada alguma forma de ordem. O fim para a Libéria se deu em 2003, quando Taylor foi forçado ao exílio, deixando para trás uma terra arrasada.

O ZIMBÁBUE TAMBÉM FOI levado à beira da ruína. Diante de uma onda de descontentamento com o fracasso econômico e a corrupção do governo, Robert Mugabe reagiu, culpando a comunidade branca pelos problemas do país, e ordenou represálias contra os fazendeiros brancos, apreendendo terras de propriedade dos brancos na esperança de recuperar a popularidade.

Desde a independência, em 1980, Mugabe tinha adquirido grande poder pessoal, subordinando à sua vontade a polícia, o funcionalismo público, os meios de comunicação estatais e organizações paraestatais. Sob os auspícios de Mugabe, emergiu uma nova elite dominante – ministros, parlamentares, dirigentes do partido, chefes de defesa e de polícia, altos funcionários públicos, empresários selecionados, assessores e amigos –, que ele permitiu se envolver em uma disputa por propriedades, fazendas e empresas, como um meio de garantir sua lealdade e apoio para sustentar o regime. A disputa tornou-se cada vez mais frenética, gerando corrupção em grande escala. A maior parte da população, no entanto, viu poucos benefícios. Embora tenha havido uma grande expansão nos serviços de educação e saúde, o desemprego era alto. Um programa de reforma agrária destinado a beneficiar produtores camponeses fez apenas um lento progresso e logo estava atolado em corrupção e controvérsia. Em média, a população de 13 milhões de pessoas estava 10% mais pobre no final da década de 1990 que em seu início. Mais de 70% da população vivia em extrema pobreza.

Em 1997, veteranos de guerra, que já tinham sido considerados os mais leais partidários de Mugabe, tomaram as ruas para protestar contra a negligência do governo em relação às suas queixas. Em 1999, uma aliança de sindicatos, advogados e grupos cívicos lançou um novo partido político, o Movement for Democratic Change [Movimento para a Mudança Democrática, MDC], com o objetivo de derrubar o partido Zanu-PF, de Mugabe, nas eleições parlamentares seguintes. Em fevereiro de 2000, Mugabe sofreu uma derrota humilhante em um referendo sobre uma nova constituição que havia elaborado e que estenderia ainda mais seu poder e permitiria ao governo desapropriar terras sem compensação.

Profundamente abalados, Mugabe e sua panelinha pessoal viram seu poder escapar e, com ele, toda a riqueza, os salários, as regalias, os contratos, as comissões e as fraudes de que haviam desfrutado durante vinte anos. Atribuindo sua derrota principalmente à comunidade agrícola branca, Mugabe estava determinado a fazer os brancos pagarem por sua rebeldia.

Em poucos dias, armadas com machados e facões, gangues de jovens do partido invadiram fazendas de proprietários brancos em todo o país, montaram acampamentos e bloqueios em estradas, roubaram tratores e equipamentos, abateram gado, destruíram colheitas, poluíram reservatórios de água e assaltaram agricultores e suas famílias, forçando muitos a fugir. Trabalhadores rurais foram submetidos à mesma campanha de terror. Milhares foram presos e levados para centros de "reeducação". A polícia se recusou a tomar medidas, deixando os fazendeiros e seus empregados indefesos. Quando os agricultores buscaram a proteção do Tribunal Superior, Mugabe ignorou as ordens judiciais que declararam ilegais as invasões de terras. "Os tribunais podem fazer o que quiserem, mas nenhuma decisão judicial vai ficar no nosso caminho", afirmou.

Na campanha eleitoral que se seguiu, Mugabe usou táticas semelhantes de violência e intimidação contra a oposição do MDC. Depois de garantir uma vitória apertada nas urnas, em junho de 2000, ele exerceu sua vingança sem descanso contra os fazendeiros brancos, tomando-lhes fazendas de gado, plantações de tabaco,

fazendas leiteiras e propriedades de safári. As apreensões de fazendas decretaram o fim da agricultura comercial como uma grande indústria. Centenas de milhares de trabalhadores rurais e suas famílias ficaram desamparadas. O impacto sobre o abastecimento de alimentos foi calamitoso. Foi necessário importar comida e suprimentos estrangeiros para evitar a fome em massa.

Mugabe conseguiu se manter no poder por meio de força bruta e repressão política. Mas o custo foi enorme. Em cinco anos, de 1999 a 2004, a economia encolheu um terço. Não só os brancos fugiram para o exterior, mas uma grande parte da classe média negra – médicos, enfermeiros, professores, contadores e outros profissionais –, que não via futuro para si enquanto o regime de Mugabe durasse. O Zimbábue tornou-se um país de cortes de energia, falta de alimentos, infraestrutura arruinada, eleições fraudulentas e corrupção endêmica – um país outrora próspero estava devastado.

QUANDO OS ESTADOS AFRICANOS começaram a recuperar o terreno perdido, o atraso era tanto que tornava qualquer avanço uma tarefa formidável. Em 1983, o ditador militar de Gana, Jerry Rawlings, embarcou em um programa de reforma econômica projetado principalmente para revitalizar o setor agrícola e estimular a iniciativa privada. Em novas reformas, em 1992, ele encerrou uma proibição de onze anos na atividade política, concorreu nas eleições como presidente e obteve uma vitória que parecia legítima, levando Gana em direção a um período duradouro de regime democrático. Em 1998, no entanto, depois de quinze anos de esforço de reforma, o produto nacional bruto de Gana ainda era 16% menor do que em 1970.

A Nigéria retornou ao governo civil em 1999, mas em circunstâncias precárias. Uma bonança de petróleo no valor de 280 bilhões de dólares tinha sido em grande parte dissipada em corrupção, má gestão, projetos fracassados e ineficiência crônica. Serviços públicos, escolas e hospitais estavam em condições de decrepitude; o ensino superior tinha praticamente entrado em

colapso; as estradas estavam totalmente esburacadas; o sistema de telefonia mal funcionava; cortes de energia eram comuns. Em média, os nigerianos estavam mais pobres em 2000 do que tinham sido no princípio do *boom* do petróleo, no início dos anos 1970. Milhões viviam em favelas em meio ao lixo, sem acesso a recursos básicos. O ganhador do Prêmio Nobel Wole Soyinka descreveu seu próprio país como “a ferida aberta de um continente”.

A podridão na Nigéria foi profunda. Em desespero pelo fracasso do governo em prestar os mais básicos serviços, grande parte da população se voltou para grupos étnicos e religiosos para ajuda e proteção. Alguns grupos exigiam autodeterminação; alguns queriam o controle sobre os recursos econômicos locais; outros definiam objetivos culturais, sociais ou religiosos. Grupos militantes formavam suas próprias milícias. Violência comunal estourava continuamente. Ano após ano, o norte da Nigéria foi sendo dilacerado por lutas endêmicas de conflitos religiosos entre muçulmanos e cristãos. Os políticos, por sua vez, exploravam lealdades étnicas e religiosas como um meio de ganhar o apoio das massas em suas próprias lutas por poder. A arena política manteve-se muito semelhante à que tinha sido desde a independência: uma disputa entre grupos de elite à espreita de oportunidades para ganhar dinheiro.

Obscurecendo as perspectivas de recuperação da África, havia a ameaça de propagação da aids e seu vírus causador, o HIV, um retrovírus de ação lenta que infecta pessoas por até dez anos antes que a doença se manifeste de forma grave. Originário de vírus transmitidos por dois primatas africanos – chimpanzés e macacos mangabei cinzentos –, a doença cruzou a barreira entre as espécies e permaneceu ativa na população humana nas florestas da bacia do Congo por várias décadas, até ser identificada, nos anos 1980, como a causa de um número crescente de mortes. Transmitido predominantemente por meio de atividade sexual, o vírus se espalhou para Uganda e a Tanzânia, levado por caminhoneiros e trabalhadores migrantes pelas rodovias arteriais da África oriental, movendo-se inexoravelmente em direção à África do Sul e à África ocidental. Seu avanço foi acelerado pelos exércitos saqueadores e os

movimentos dos refugiados; pelo número crescente de mulheres e meninas que foram forçadas a se prostituir; e pelos homens mais velhos predando jovens vítimas.

Os grupos de maior risco eram os que tinham idade entre quinze e cinquenta anos, normalmente as pessoas mais produtivas na sociedade. A doença se alastrou por entre os profissionais qualificados – professores, médicos, enfermeiros, administradores e trabalhadores industriais –, agravando uma escassez crônica de mão de obra especializada. E deixou famílias e comunidades lutando para lidar com um fluxo crescente de órfãos. Gerações de crianças foram privadas de infância, forçadas a abandonar a escola para trabalhar, cuidar de moribundos ou simplesmente sobreviver. Com consequências cada vez mais amplas, a pandemia empobreceu famílias, interrompeu a atividade agrícola, minou negócios, reduziu a produtividade, sobrecarregou instalações de saúde e corroeu a capacidade dos governos de fornecer serviços públicos.

A resposta inicial da maioria dos líderes africanos para a calamidade crescente foi negar ou rejeitar o problema, permitindo que a pandemia se alastrasse sem controle. Apenas dois países – Uganda e Senegal – lançaram programas antiaids eficazes. Somente na década de 1990 outros começam a seguir o exemplo. A essa altura, o número de mortos tinha chegado a milhões.

⁴ Em português, “genocidas”; nome pelo qual se tornaram conhecidos os defensores e praticantes do genocídio de Ruanda, em 1994, que exterminou 1 milhão de tutsis. (N.T.)

70. Soldados de Deus

NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA, um ressurgimento de islamismo radical propagou-se por todo o norte da África, ameaçando os regimes seculares apoiados pelos militares que haviam herdado o poder ao fim do domínio colonial. O renascimento islâmico preencheu o vazio que se seguiu à derrota traumática da causa árabe na Guerra dos Seis Dias, de 1967. As ideias de unidade pan-árabe e do socialismo árabe que Nasser adotara não tinham mais muito peso. Os ativistas islâmicos buscavam inspiração e apoio no sucesso da Revolução Islâmica de 1979, no Irã. Um movimento crescente no mundo muçulmano favorecia a aplicação estrita dos princípios do islã, acreditando que a religião, e não a ideologia secular, oferecia uma solução para problemas do desenvolvimento social, econômico e político. Preceitos como o nacionalismo e o socialismo foram condenados como importações ocidentais de incrédulos. A *umma* – a comunidade universal dos crentes – deveria ser mais importante do que o sistema mundial de Estados-nação. Alguns grupos defendiam o avanço para uma versão salafista do islã; intelectuais moderados aspiravam a “islamizar a modernidade”, usando a lei e as instituições islâmicas como a base de governo, mas aceitando a tecnologia e as habilidades administrativas do Ocidente. Pequenos grupos radicais defendiam a jihad – a luta armada – contra os inimigos do islã, incluindo regimes no mundo muçulmano que consideravam não islâmicos, ímpios ou apóstatas.

O Egito, berço da Irmandade Muçulmana, estava no centro desse renascimento. Um confronto precoce ocorreu no início do regime de Nasser. A Irmandade Muçulmana tinha inicialmente apoiado o golpe dos Oficiais Livres, esperando que isso levasse a um governo islâmico. Mas, quando se tornou claro que Nasser não tinha a intenção de se acomodar às exigências islâmicas, seus dirigentes se

opuseram a ele. Quando um membro da Irmandade Muçulmana tentou assassiná-lo, em 1954, Nasser usou o incidente como pretexto para esmagar toda a organização. Milhares de membros da Irmandade foram encarcerados em campos de prisioneiros no deserto, privados de recursos básicos e submetidos a atos brutais de tortura. Entre eles, estava Sayyid Qutb, o ideólogo líder da Irmandade, que passou seus anos de prisão formando um credo revolucionário e defendendo a jihad para derrubar regimes seculares no mundo muçulmano corrompidos por valores e práticas ocidentais. A ideologia da jihad de Qutb teve profunda influência sobre os ativistas muçulmanos no norte da África e além.

Formado como professor, Qutb tinha sido um admirador do Ocidente e da literatura ocidental, mas, após dois anos nos Estados Unidos para estudar organização educacional, transformara-se em um crítico poderoso. Consternado pelo que via como a decadência moral da América, seu materialismo, o racismo e a depravação sexual, retornou ao Egito em 1951 e entrou para a Irmandade Muçulmana, tornando-se seu chefe de propaganda. Nasser tentou atrair Qutb para seu governo, oferecendo-lhe uma posição como ministro, mas Qutb desprezou-a. Acusado de envolvimento na conspiração para assassinar Nasser, foi condenado a 25 anos de prisão.

A prisão se tornou seu púlpito. Escrevendo prolificamente, ele produziu uma visão da luta entre os verdadeiros seguidores do islã e a multidão de inimigos que eles enfrentavam, incluindo Nasser. Em seu trabalho mais influente, *Ma'alim fi al-Tariq* (Marcos na estrada), Qutb acusou Nasser e seu governo secular de estarem levando o Egito de volta para a *jahiliyya*, uma era de ignorância e incredulidade semelhante à época anterior ao advento do islã. Segundo Qutb, Nasser não era o único responsável; outros governos e sociedades no mundo muçulmano eram igualmente culpados de práticas não islâmicas ou anti-islâmicas. De fato, na visão de Qutb, os muçulmanos verdadeiros eram uma minoria constantemente ameaçada por governos hostis.

Ele dividiu as sociedades muçulmanas em dois campos diametralmente opostos: os que pertenciam ao partido de Deus e o grupo de Satanás. Não havia meio-termo. A única alternativa para a *jahiliyya* era a *hakimiyyat Allah* – a soberania absoluta de Deus –, o que exigia a imposição da lei islâmica derivada dos textos do Corão e da Suna. Os muçulmanos, afirmou Qutb, precisavam olhar para o passado, para o tempo do profeta e dos primeiros anciãos salafistas, para redescobrir as doutrinas puras do islã. Um sistema de governo islâmico não era apenas uma questão de escolha; era um mandamento divino.

Por causa da natureza repressiva dos regimes não islâmicos, nenhuma tentativa de alterá-los a partir de dentro usando sistemas existentes seria bem-sucedida. Por isso, a única maneira de implementar uma nova ordem islâmica era através da jihad. Qutb exortou os jovens muçulmanos a formarem uma vanguarda (*tali'a*) pronta a lançar uma guerra santa contra o sistema *jahili* moderno e os que o apoiavam. A única pátria que um muçulmano deveria valorizar não era um pedaço de terra, mas todo o *Dar-al-Islam* – a Morada do Islã. Qualquer terra que dificultasse a prática do islã ou deixasse de aplicar a lei sharia era conseqüentemente parte do *Dar-al-Harb* – a Morada da Guerra. Os muçulmanos que se recusassem a participar ou que hesitassem deveriam ser contados entre os inimigos de Deus.

Qutb foi libertado da prisão em 1964, mas foi preso novamente no ano seguinte, acusado de conspirar para derrubar o Estado, em grande parte com base em seus próprios escritos, e enforcado em 1966. Aclamado como mártir da causa, foi venerado como uma figura paterna por movimentos extremistas muçulmanos em todo o mundo. Seu livro *Marcos na estrada* se tornou um best-seller e foi reimpresso cinco vezes.

Quando Nasser morreu de um ataque cardíaco em 1970, aos 52 anos, ocorreram verdadeiras manifestações de tristeza. Quatro milhões de pessoas compareceram ao funeral no Cairo, muitos sentindo que o Egito estava órfão. No entanto, o Estado que ele legou estava em apuros. Embora continuasse um ídolo para as

massas, seu regime havia degenerado em uma ditadura pessoal que abafou qualquer indício de oposição ou discordância, fosse da Irmandade Muçulmana ou de qualquer outro que as manifestassem. Seus planos para liderar uma revolução socialista tinham onerado o Egito com um setor público inchado, dívidas enormes, inflação alta e escassez crônica de bens de consumo. Mais desastrosa porém fora a humilhante derrota do Egito na Guerra dos Seis Dias, em 1967, que resultou na ocupação do Sinai por Israel, a perda dos campos petrolíferos do Sinai e o fechamento do canal de Suez.

Seu sucessor, Anuar al-Sadat, um colega do grupo Oficiais Livres, esforçou-se para escapar da sombra de Nasser e fortalecer sua própria posição, cultivando o apoio de grupos islâmicos. Ele adotou o título de "Presidente que Crê", organizou a cobertura de suas orações nas mesquitas por meios de comunicação de massa e abria e fechava seus discursos com versos do Corão. Sadat também encorajou o crescimento de associações estudantis islâmicas, promoveu cursos islâmicos nas escolas e estabeleceu um *modus vivendi* com a Irmandade Muçulmana, permitindo-lhe que funcionasse publicamente mais uma vez, com a condição de que renunciasse à violência.

Mas a aproximação logo azedou. A Irmandade Muçulmana denunciou a *infitah* de Sadat, a política econômica de "porta aberta", que era receptiva às forças do mercado e trouxe um afluxo de empresários ocidentais. E o vilipendiou pela assinatura de um tratado de paz com Israel em 1979. Com protestos em todo o Egito, os manifestantes denunciaram o acordo como o ato de traição de um "incrédulo".

Sadat, por sua vez, reagiu à crescente oposição recorrendo ao regime autoritário e à repressão direta. Ele castigou publicamente a Irmandade Muçulmana por abusar de suas liberdades recém-reconquistadas e avisou que não iria tolerar "os que tentam mexer com os altos interesses do Estado, sob o pretexto da religião". Em setembro de 1981, ele ordenou a prisão de mais de 1.500 líderes civis e políticos, incluindo altos membros da Irmandade e outros ativistas islâmicos. Algumas semanas mais tarde, quando estava

passando em revista um desfile militar, Sadat foi assassinado por membros de um grupo jihadista do exército, *Jamaat al-Jihad*.

O sucessor de Sadat, Hosni Mubarak, ex-comandante da Força Aérea, caçou os jihadistas, mas permitiu que a Irmandade Muçulmana se desenvolvesse como parte da vida pública principal. Em uma mudança de estratégia, os líderes da Irmandade começaram a invocar a linguagem da democracia e dos direitos humanos, transformando-se em uma força significativa na atividade política, econômica e social, com o objetivo de converter o Egito em um Estado islâmico por etapas evolutivas. Membros individuais concorreram às eleições para o parlamento, usando o slogan "O islã é a solução" e clamando pela aplicação da lei islâmica. Em 1987, os candidatos da Irmandade ganharam 17% dos votos e emergiram como o maior bloco de oposição ao governo de Mubarak. A Irmandade desenvolveu uma extensa rede de bancos, casas de investimento, fábricas e agroindústrias. Ela ganhou o controle dos sindicatos, grupos de estudantes, municípios e diversas organizações profissionais – de advogados, médicos, engenheiros e jornalistas. Sua rede de serviços sociais era muitas vezes muito mais eficaz do que a do governo.

Enquanto a Irmandade tentava avançar a causa islâmica por métodos tradicionais, grupos jihadistas prosseguiram sua agenda de violência revolucionária. Durante os anos 1990, as fileiras de jihadistas no Egito foram reforçadas pelo retorno de veteranos experientes no combate da jihad contra os soviéticos no Afeganistão. Seus alvos incluíam funcionários do governo, intelectuais, jornalistas e turistas estrangeiros. Eles atacavam e matavam cristãos coptas e queimavam lojas e igrejas cristãs. Lançavam bombas em bancos, prédios públicos, teatros, locadoras de vídeo e livrarias que divulgassem a cultura ocidental. A violência acometeu aldeias, pequenas e grandes cidades.

Mubarak reagiu à campanha jihadista com uma repressão em massa, usando leis de emergência para prender milhares sem julgamento e criando conselhos militares para julgar civis, sem direito a recurso. Além de visar aos extremistas, ele aproveitou a

oportunidade para conter a oposição islâmica oficial, incluindo a Irmandade Muçulmana, insistindo que ela fazia parte do violento ataque islâmico.

A estratégia de repressão de Mubarak conseguiu em grande parte esmagar a oposição islâmica violenta. Mas a maré islâmica, no entanto, continuou a subir. O renascimento tomou conta não só da massa de egípcios pobres, mas também prosperou entre as classes médias. Instituições islâmicas proliferaram em todo o país, proporcionando um sistema alternativo de escolas, clínicas, hospitais e assistência social. Valores islâmicos, códigos de conduta e vestimentas tornaram-se parte da corrente principal da sociedade. O Cairo, uma vez conhecido por seu caráter cosmopolita e multicultural secular, assumiu um tom cada vez mais islâmico.

O REGIME APOIADO pelos militares na Argélia enfrentou um desafio ainda mais formidável. Por mais de duas décadas após a independência da França, em 1962, a hierarquia militar havia reforçado com sucesso uma ditadura de partido único que deu a um seleto grupo de oficiais e aliados de negócios não só o monopólio do poder, mas a maior parte da riqueza gerada por laços lucrativos e “comissões comerciais” com empresas estrangeiras. Vivendo em bairros exclusivos no alto das colinas acima de Argel, essa elite rica veio a ser conhecida simplesmente como *le pouvoir*, “o poder”.

Mas, nas favelas e nos bairros da classe trabalhadora sob as colinas, as queixas sobre o aumento do desemprego, a falta de moradia, a superlotação, a escassez de mercadorias e o aumento de preços foram se inflamando, culminando, em 1988, em motins que se espalharam para cidades e vilas de toda a Argélia. Os motins quebraram o molde da política argelina. Optando por reforma em vez de repressão, *le pouvoir* concordou em permitir uma política multipartidária. Quase de imediato, surgiram uma série de partidos políticos e grupos cívicos.

Liderando o grupo, estava a Front Islamique du Salut (Frente Islâmica de Salvação, FIS), uma ambiciosa organização islâmica que

tinha o objetivo de conquistar o poder, a fim de transformar a Argélia em um Estado islâmico. Nas eleições provinciais e municipais de 1990, a FIS obteve ganhos notáveis, vencendo por maioria de votos em praticamente todas as grandes cidades. No primeiro turno das eleições para a Assembleia Nacional, em dezembro de 1991, ela obteve uma vitória esmagadora, obtendo 47% dos votos. Esperava-se que um segundo turno confirmasse a liderança da FIS. Mas isso nunca aconteceu. Em janeiro de 1992, o comando do exército tomou o controle, afirmando que uma vez que os islâmicos conquistassem o poder, seria impossível confiar que eles o deixariam; eles estavam, disse um porta-voz, tentando "usar a democracia para destruir a democracia".

Os generais decidiram esmagar a FIS por completo. Eles baniram a organização, introduziram um estado de emergência, detiveram milhares de membros em campos de prisioneiros no Saara, removeram os imãs dissidentes de mesquitas, fecharam jornais e prefeituras. A repressão militar levou a Argélia a um pesadelo de violência. Os militantes islâmicos iniciaram uma campanha de assassinatos, lançamento de bombas e sabotagem com a intenção de forçar o governo a aceitar as reivindicações islâmicas pelo poder. Os militares revidaram com esquadrões de extermínio, tortura e "desaparecimentos". Ano após ano, a insurgência islâmica oprimia a Argélia, degenerando em matança indiscriminada. Ambos os lados cometeram atrocidades. Ao longo de um período de dez anos, mais de 100 mil pessoas morreram.

Embora a insurgência tenha, por fim, perdido muito de sua força, a Argélia foi condenada a viver com um conflito de baixa intensidade. A violência parecia atender tanto os rebeldes islâmicos como os militares. Emires islâmicos lucraram muito com extorsão, esquemas de proteção e contrabando. Os militares foram capazes de justificar a prorrogação do estado de emergência e restringir a oposição, protegendo assim o sistema de controle que tinha feito a elite governante rica e poderosa, dando-lhe todo o apoio que precisava para manter seu controle sobre o poder.

O SUDÃO TEVE VÁRIOS PERÍODOS de governo islâmico, mas acabou sendo destruído por ele. Em 1983, em uma tentativa de ampliar a base de seu apoio no norte, o governante militar do Sudão, Gaafar Numeiry, decretou que, a partir de então, o país seria uma república islâmica sujeita à lei sharia. Os funcionários do governo e os comandantes militares foram obrigados a fazer uma promessa de fidelidade a Numeiry como um governante muçulmano. Da mesma forma arbitrária, Numeiry dissolveu o governo regional do sul do Sudão, que tinha sido criado sob os termos de um acordo de paz entre o norte e o sul, em 1972, para pôr fim a dez anos de guerra civil. O resultado foi provocar outra rodada de guerra civil. Os rebeldes do sul não clamavam pela secessão, mas por um Sudão unido, secular, livre do domínio islâmico.

O descontentamento popular no norte com o nível de desemprego, a escassez de mercadorias, a inflação e a corrupção desenfreada levou à queda de Numeiry em 1985, mas o governo seguinte, liderado por Sadiq al-Mahdi, um neto do famoso *mahdi* Mohammed Ahmed, seguiu a mesma agenda islâmica de antes e continuou a guerra no sul com a mesma ferocidade. Para combater ataques de rebeldes, o governo de Cartum armou milícias de árabes bakkaras e as liberou para invadir e roubar à vontade em territórios dinka e nuer, ao sul, assim como seus antepassados tinham feito no século XIX. Cartum também seguiu o costume antigo de explorar as divisões e rivalidades entre os grupos do sul, armando milícias tribais para atacar facções rebeldes. Seu mote era "*Aktul ab-abid bil abid*", "matar o escravo por meio do escravo". A rebelião, no entanto, continuou a se espalhar. Quando, em 1989, como parte de um acordo de paz, Sadiq mostrou sinais de estar disposto a fazer concessões sobre a introdução da lei islâmica, ele foi derrubado por militantes do exército. "Cartum nunca mais voltará a ser uma capital secular", declarou o líder do golpe, o general Omar al-Bashir.

Apoiado por fanáticos da Frente Islâmica Nacional, Bashir transformou o Sudão em uma ditadura islâmica totalitarista. Uma instituição após outra – o exército, o serviço público, o judiciário, as universidades, os sindicatos e as associações profissionais – era

expurgada da dissidência. A imprensa passou a ser rigidamente controlada. Centenas de políticos, jornalistas e outros profissionais foram detidos sem julgamento; muitos foram torturados. Um novo código islâmico previa enforcamento público ou crucificação por assalto à mão armada; execução por apedrejamento por adultério; e morte por apostasia. Fortes restrições foram estabelecidas sobre a música, a dança, as festas de casamento e as atividades das mulheres. A religião se tornou de fato um método de repressão.

A guerra no sul foi declarada oficialmente uma jihad e travada com brutalidade indiscriminada. A fatwa (sentença islâmica) emitida por estudiosos religiosos em Cartum concedia a recrutas enviados ao sul "a liberdade de matar". Um novo fator estava por trás do ataque implacável do norte contra o sul. Como resultado das descobertas de petróleo na região do alto Nilo, o sul tinha adquirido uma importância estratégica. Em 1999, em uma cerimônia para marcar a abertura de um gasoduto ligando os campos de petróleo do alto Nilo com a costa do mar Vermelho, Bashir descreveu as exportações de petróleo como uma recompensa de Deus pela "fidelidade do Sudão". Com novos recursos à disposição, Bashir embarcou em uma enorme onda de gastos militares.

Além de fazer respeitar seu próprio estilo de governo islâmico no Sudão, Bashir e seus mentores da Frente Islâmica Nacional ofereceram uma base operacional para jihadistas e outros grupos militantes do mundo muçulmano, inspirados na ideia de estabelecer uma "internacional islâmica". Ativistas islâmicos do Egito, da Argélia e da Tunísia receberam santuário e passaportes diplomáticos. Em 1993, líbios treinados no Sudão tentaram assassinar Kadhafi e, dois anos depois, lançaram ataques contra a Líbia. Em 1995, jihadistas egípcios baseados no Sudão tentaram assassinar Mubarak durante sua visita à Etiópia. Insurgentes eritreus usavam Cartum como sede. Em 1991, o jihadista saudita Osama bin Laden chegou a Cartum e passou cinco anos no Sudão, incubando sua rede Al-Qaeda. Em 1998, foram realizados ataques a bomba contra as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia, perpetrados por células "dormientes" plantadas pela Al-Qaeda em 1994.

Denunciado por líderes africanos e no Ocidente como um regime vilão que apoiava o terrorismo, o governo de Bashir começou a mudar de rumo, rejeitando antigos amigos, como Bin Laden, e outros militantes islâmicos. Em setembro de 2001, após o atentado ao World Trade Center, em Nova York, desesperado para evitar retaliação, Bashir apressou-se em prometer cooperação com as medidas norte-americanas dirigidas à Al-Qaeda e a outras organizações terroristas.

Sob a ameaça de sanções, ele também se tornou receptivo à ideia de negociar um fim para a guerra contra os rebeldes no sul. Em 2002, a guerra havia produzido 2 milhões de mortos e 4 milhões de deslocados. Com os Estados Unidos desempenhando papel de liderança como intermediário, um acordo de paz foi assinado em 2002 e concluído em 2004, dando ao sul o direito à autodeterminação. Depois de um período de transição de seis anos, a partir de janeiro de 2005, os sulistas deveriam escolher em referendo se continuariam a ser parte de um Sudão unido ou se criariam um Estado independente.

Os ganhos obtidos pelos rebeldes no sul em suas negociações com Cartum incentivaram grupos dissidentes em outras partes do Sudão a pressionar por suas próprias demandas. Em várias áreas do norte – Darfur, no oeste, e o território beja, nas colinas do mar Vermelho –, havia profundo ressentimento pelos anos de negligência e a indiferença em relação ao desenvolvimento local mostrado pela elite governante de Cartum. Darfur também estava assolado por um conflito milenar em torno da terra entre pastores nômades árabes e agricultores africanos “assentados”. Durante a década de 1980, como resultado da seca e da desertificação, o conflito se intensificou. Pastores árabes moveram-se do árido norte de Darfur em direção ao sul, para áreas ocupadas por tribos muçulmanas de negros – furis, masalits e zagauas –, precipitando uma série de confrontos violentos.

Em vez de trabalhar para aliviar as tensões, o governo de Cartum colocou-se ao lado dos grupos pastoris árabes, fornecendo-lhes armas. Quando um grupo rebelde de Darfur lançou sua própria

revolta, em protesto contra o fracasso de Cartum em fornecer proteção contra os ataques árabes e exigindo uma participação no governo central, Bashir reagiu com uma campanha selvagem de limpeza étnica destinada a expulsar a população local e substituí-la por colonos árabes, uma tática que tinha usado anteriormente no sul do Sudão. Milícias árabes conhecidas como *janjawid* receberam permissão para matar, pilhar e estuprar à vontade. Elas destruíram centenas de aldeias, mataram milhares de membros das tribos, raptaram crianças e roubaram gado. Ambos os lados estavam envolvidos em massacres indiscriminados. Quando as agências das Nações Unidas tentaram intervir, Bashir bloqueou seus esforços. Por mais de um ano a matança prosseguiu sem obstáculos até que a indignação internacional forçou Bashir a conter as *janjawid*. Em 2010, estimava-se que 300 mil haviam morrido e 3 milhões tinham ficado desabrigados. Bashir foi posteriormente indiciado pelo Tribunal Penal Internacional por acusações que vão desde o genocídio a assassinato em massa, estupro e tortura.

O sul do Sudão, no entanto, estava escapando de suas mãos. Em um referendo em 2011, tendo experimentado a liberdade do domínio do norte durante seis anos, os sulistas votaram esmagadoramente pela secessão e o estabelecimento de um Estado independente. Apesar do petróleo, suas perspectivas eram lamentáveis. O Sudão do Sul começou como um Estado com poucas estradas, escolas ou unidades de saúde, nenhuma indústria, uma crônica falta de mão de obra especializada e um governo constituído por facções rebeldes rivais que tinham muitas vezes lutado entre si durante trinta anos de guerra civil.

NO NORTE DA NIGÉRIA, um aumento no islamismo militante cresceu a partir do descontentamento generalizado com o fracasso do governo central em lidar com a pobreza em massa, o desemprego e a criminalidade na região. Enquanto a elite governante da Nigéria desperdiçava bilhões de dólares em corrupção e má gestão, muitos estados regionais no norte sofriam com a negligência. Mais de dois

terços da população da região viviam em extrema pobreza, em comparação com um terço no sul. Na década de 1980, à medida que a lei se desintegrava, grupos muçulmanos militantes se agitaram para a introdução de medidas mais rigorosas da sharia. Uma seita muçulmana liderada por um pregador conhecido como “Maitatsine” – “aquele que amaldiçoa” – mobilizou jovens pobres urbanos em uma série de revoltas, primeiro em Kano e, mais tarde, em Yola, Kaduna e Maiduguri, nas quais milhares de pessoas morreram. Os confrontos entre as comunidades muçulmanas e cristãs inflamaram-se várias vezes no chamado “Cinturão do Meio”, estados centrais na fronteira entre o norte muçulmano e o sul cristão.

As tensões religiosas no norte intensificaram-se em 1999, depois que um político cristão foi eleito presidente e centenas de oficiais do exército do norte, associados ao regime militar anterior, foram destituídos de seus cargos. Sofrendo com a perda de poder político, os líderes do norte ficaram com medo de uma “agenda oculta” cristã e usaram a sharia como uma arma para reafirmar a solidariedade do norte. Até então, cerca de três quartos do código penal do norte estava baseado na lei sharia, incluindo questões como casamento e divórcio. Em 1999, o recém-eleito governador de Zamfara, um estado pobre no extremo norte, anunciou que o estado iria aprovar a lei sharia como seu único sistema jurídico, citando a Arábia Saudita como modelo. A sharia seria aplicável a todos os casos penais e às sentenças, com penas que incluíam açoitamento e apedrejamento. A sharia, segundo ele, era necessária para restaurar uma vida mais saudável em uma sociedade decadente. Outros onze estados do norte seguiram o exemplo de Zamfara, provocando protestos violentos.

Vários grupos militantes exigiram medidas complementares. Em 2002, um clérigo de Maiduguri, Mohammad Yussuf, fundou o Boko Haram, um nome hauçá que significa “a educação ocidental é proibida”, buscando estabelecer um Estado muçulmano “puro”. Em 2009, o Boko Haram lançou uma insurgência com o objetivo de derrubar o governo federal. Seus alvos incluíram delegacias, prédios do governo, escolas e igrejas. O movimento assassinou clérigos

muçulmanos moderados, jogou bombas em mesquitas, bem como atacou comunidades cristãs. Em 2010, realizou um ataque suicida contra a sede das Nações Unidas em Abuja, a nova capital federal. O governo federal tentou conter a insurgência, liberando o exército para agir. Mas a insurgência tem voltado à tona continuamente.

A AMEAÇA REPRESENTADA pelos grupos islâmicos preocupou todos os governos em todo o norte da África. Mas, em 2011, o perigo que enfrentavam foi ultrapassado por uma explosão de raiva pública que acendeu a revolta popular contra as elites corruptas entrincheiradas no poder por tanto tempo.

O que ficou conhecido como “Primavera Árabe” desenvolveu-se a partir de um único incidente em uma cidade provincial empoeirada da Tunísia. Por 23 anos, a Tunísia tinha sido governada por Zine al-Abidine Ben Ali, um ditador avarento que usou uma rede de parentes para estabelecer um império de negócios que incluía bancos, companhias de seguros, hotéis, empresas de transporte e de construção, num valor estimado de 10 bilhões de dólares. Em um telegrama para Washington, um embaixador norte-americano descreveu como a família de Ben Ali era amplamente considerada uma “quase máfia”: “Seja dinheiro, serviços, terrenos, imóveis, ou, sim, até mesmo o seu iate, há rumores de que a família do presidente Ben Ali os cobiça, e, segundo informações, consegue o que quer.”

Em 17 de dezembro de 2010, um comerciante de rua de 26 anos de idade, Mohamed Bouazizi, ateou fogo a si mesmo diante de um prédio do governo, em Sidi Bouzid, em protesto contra o confisco de sua mercadoria por funcionários municipais, depois de ter sido acusado de não ter licença para trabalhar. Poucas horas depois desse ato solitário, multidões se reuniram para se manifestar contra o regime de Ben Ali. Os protestos se espalharam como fogo em mata seca por toda a Tunísia, atizados por redes de mídia social como Facebook e Twitter, e alimentados por anos de queixas acumuladas sobre a pobreza, o desemprego, a brutalidade policial, o

aumento dos preços, a ganância das elites dominantes e a falta de liberdade. As tentativas de repressão por parte da polícia falharam, e o exército se recusou a intervir. Depois de 29 dias de protesto, Ben Ali fugiu para a Arábia Saudita com a família.

Inspiradas pela “revolução jasmim” da Tunísia, multidões no Egito tomaram as ruas pedindo a derrubada de Mubarak. Os protestos foram liderados inicialmente por jovens ativistas e estudantes – a geração Facebook –, mas logo centenas de milhares de egípcios de todas as idades, profissões, classes e religiões se juntaram a eles, exigindo um fim ao Estado policial. Depois de trinta anos no poder, Mubarak tinha acumulado grandes fortunas pessoais e para os membros da família, mantendo-se no cargo por meio de um aparato brutal de segurança e deixando a maioria dos egípcios na pobreza.

Os manifestantes tomaram a praça Tahrir, no centro do Cairo, transformando-a em um foco de fervor revolucionário. Mubarak tentou esmagar a revolta, fazendo uso de esquadrões especializados da polícia e gangues de matadores. Mas o exército, o árbitro supremo do poder no Egito, logo decidiu que ele tinha se tornado um inconveniente grande demais e retirou seu apoio. Após dezoito dias de protestos, Mubarak foi forçado a renunciar.

Uma semana depois da queda de Mubarak, a Líbia pegou fogo. Em 2011, a ditadura de Kadhafi já durava 42 anos. Ele tinha usado seu controle das receitas do petróleo da Líbia para acumular uma enorme riqueza pessoal e para os membros de sua família, eliminando qualquer indício de oposição ou discordância ao longo do caminho. Seus métodos eram implacáveis. Mas as revoltas na vizinha Tunísia e no Egito encorajaram os líbios na cidade oriental de Bengasi a realizar sua própria manifestação. Protestos anti-Kadhafi se espalharam para outras cidades, incluindo Trípoli. Kadhafi tentou esmagar as manifestações com seu habitual uso da força bruta. As tropas do governo abriram fogo indiscriminadamente, matando centenas de manifestantes. Mas a fúria pública com os massacres se transformou em um levante popular. Usando tanques, ataques aéreos e de mercenários africanos, Kadhafi ordenou represálias brutais; as forças do governo, advertiu ele, não iriam mostrar

“perdão nem piedade”. À medida que seus tanques avançavam sobre Bengasi, o Conselho de Segurança da ONU, temendo um massacre iminente, interveio, autorizando uma “zona de exclusão aérea” e tomando “todas as medidas necessárias” para proteger os civis. Em poucas horas, a Inglaterra e a França, apoiadas pelos Estados Unidos, lançaram ataques aéreos contra tanques e artilharia de Khadafi, permitindo que milícias mal equipadas sobrevivessem. As forças ocidentais agiram para derrubar o regime de Kadhafi por completo, usando a supremacia aérea para destruir seu poder militar. Em agosto, as milícias rebeldes tomaram o controle de Trípoli; em outubro, Kadhafi foi capturado e morto na cidade costeira de Sirte, seu último reduto leal.

Assim, em uma questão de meses, em 2011 três ditaduras de longa data se desintegraram. Mas as esperanças de que as revoltas populares da Primavera Árabe no norte da África pudessem anunciar uma era mais promissora logo começaram a se desvanecer.

NA TUNÍSIA, uma nova luta pelo poder desenvolveu-se entre ativistas políticos de esquerda e sindicalistas que insistiam em um governo secular, grupos islâmicos moderados comprometidos com uma forma de política plural e militantes islâmicos que faziam campanha por um Estado islâmico. Sob a ditadura de Ben Ali, as mesquitas, os imãs e seus sermões eram controlados pelo governo. Mas, depois de sua queda, os clérigos salafistas foram rápidos em assumir o comando de centenas de mesquitas, montando seus púlpitos para atacar as ligações da Tunísia com o Ocidente e exigindo a aplicação da lei sharia.

Nas eleições de 2011, um partido islâmico moderado, o Ennahda, ganhou a liderança e passou a formar um governo de transição, em coalizão com partidos seculares. Mas ele foi lento em reformar as antigas estruturas governamentais, como a polícia e o judiciário; não conseguiu estimular o crescimento econômico ou as taxas de emprego; e permitiu que o movimento salafista ganhasse impulso. Incentivados por proeminentes imãs salafistas, grupos extremistas

recorreram à violência terrorista. Os líderes políticos da Tunísia expressaram sua determinação de concluir a transição para a democracia, mas a revolução de 2011 permaneceu inacabada.

No EGITO, o establishment militar permitiu que a janela de oportunidade democrática se abrisse apenas por pouco tempo. Depois de sacrificar Mubarak para sufocar um levante popular, os generais do Egito garantiram que estavam em posição para determinar o resultado de sua nascente revolução. A prioridade era proteger o orçamento do exército e seu enorme império econômico. Durante anos, os militares estavam acostumados a operar como um Estado dentro do Estado. Possuíam bancos, companhias de seguros e de navegação, fábricas e editoras. E não tinham a intenção de colocar nada disso em risco.

O principal desafio aos militares veio da Irmandade Muçulmana. Acostumada a anos de atividade clandestina, era mais bem organizada do que qualquer outro grupo de civis. Para sobreviver à repressão da ditadura de Mubarak, a Irmandade havia desenvolvido uma estrutura hierárquica centralizada, dependente de sigilo e rigorosa disciplina interna, com o credo de "ouvir e obedecer". Seus líderes estavam interessados em propor uma agenda islâmica. "O ponto de referência islâmico regula a vida em sua totalidade, política, econômica e socialmente", afirmou o estrategista-chefe da Irmandade, Khayrat al-Shatir. "Nós não temos essa separação [entre religião e governo]."

As eleições de janeiro de 2012 deram ao partido Liberdade e Justiça, da Irmandade Muçulmana, 43% dos assentos no parlamento, e a uma coalizão de três partidos radicais salafistas, 25%; os partidos seculares ficaram com não mais que 20%. Com comparecimento de 52% da população às urnas, as eleições parlamentares foram em geral consideradas livres e justas.

No primeiro turno das eleições presidenciais de maio de 2012, o candidato da Irmandade, Mohamed Morsi, um engenheiro com doutorado pela Universidade do Sul da Califórnia, assumiu a

liderança, com 24,7% dos votos. O candidato preferido dos militares, Ahmad Shafiq, ex-comandante da Força Aérea e o último primeiro-ministro a servir sob Mubarak, ficou em segundo lugar, com 23,6%. Sem maioria clara, ambos os candidatos avançaram para um segundo turno de eleições em junho.

Reconhecendo a probabilidade de uma vitória da Irmandade, o que lhe daria o controle do parlamento e da presidência, o establishment militar entrou em cena para conter seu avanço. Dois dias antes do segundo turno, o conselho militar no governo dissolveu o parlamento, depois que um tribunal constitucional cheio de juizes da era Mubarak questionou a legalidade de alguns dos resultados das eleições de janeiro. No segundo dia depois da intervenção, o conselho militar emitiu um decreto que tirava do presidente a autoridade sobre assuntos de defesa e segurança nacional, atribuindo a altos funcionários do Estado o poder de veto efetivo sobre as disposições de uma nova constituição.

No resultado final, anunciado em 24 de junho, Morsi ficou com 51,7% dos votos, contra 48,3% de Shafiq, com um comparecimento de 52% dos eleitores. Em termos históricos, a vitória de Morsi foi um acontecimento dramático. Foi a primeira vez na história que os egípcios tinham selecionado seu governante em eleições livres e justas. Foi também a primeira ocasião em que um islamita tinha se tornado o presidente democraticamente eleito de um Estado árabe moderno.

Houve, no entanto, atrito imediato entre Morsi e o antigo establishment de generais, juizes e funcionários – “o Estado profundo”, como era conhecido. Em julho, quando Morsi tentou restabelecer o parlamento, foi impedido. Em agosto, em um movimento destinado a melhorar sua autoridade, Morsi projetou a substituição dos generais da era Mubarak por uma nova geração de oficiais superiores, nomeando Abdel Fattah al-Sisi, de 59 anos, chefe da inteligência militar, como comandante em chefe e ministro da Defesa. Ele também demitiu editores de jornais e juizes e colocou várias centenas de islamitas em posições-chave no governo central e local. Suas ações tornaram-se cada vez mais partidárias. Ele não

tentou entrar em contato com grupos não islâmicos para forjar um consenso mais amplo, e alienou cristãos coptas – 10% da população –, descartando um convite para participar da entronização de um novo papa copta.

Em novembro, Morsi provocou alvoroço ao emitir um decreto que concedia a si mesmo poderes de longo alcance não sujeitos à revisão judicial ou supervisão, alegando que eram necessários para impedir que juízes e outros funcionários da era Mubarak sabotassem a passagem de uma nova constituição – “gorgulhos comendo a nação”. Milhares de manifestantes invadiram a praça Tahrir, o principal centro da revolução de 2011, entrando em confronto com partidários islâmicos de Morsi.

O processo de elaboração de uma nova constituição já estava envolto em controvérsia. Liberais seculares e cristãos coptas retiraram-se de um comitê de redação, protestando que a constituição proposta foi ponderada em favor de uma agenda islâmica. Os líderes da oposição, grupos de jovens e organizações de mulheres expressaram alarme similar. Morsi ignorou os protestos, apressou o processo e anunciou um referendo relâmpago, com não mais que duas semanas de aviso prévio. O resultado do referendo, anunciado em dezembro, mostrou que, embora quase dois terços dos votantes aprovassem a nova constituição, apenas um terço do eleitorado tinha participado, indicando crescente desilusão com o regime de Morsi. Os manifestantes foram às ruas mais uma vez. Os militares também começaram a se mexer, alertando que a crise política poderia levar a “um colapso do Estado”.

Para além de turbulência política, os egípcios tiveram que lidar com um encolhimento da economia e serviços públicos em ruínas. Os preços dos alimentos duplicaram no espaço de um ano. O turismo, que já tinha sido responsável por um décimo da produção econômica, despencou. O desemprego e o crime dispararam. Os cortes de energia e as filas do pão eram comuns. Nos primeiros cinco meses de 2013, o Egito sofreu cerca de 5 mil manifestações e níveis crescentes de violência nas ruas. Em face do crescente descontentamento, Morsi recuou para sua base islamita.

Em abril de 2013, os membros de um novo movimento das bases jovens, Tamarod ("Rebelião"), lançaram uma petição exigindo a resignação de Morsi e, nas semanas seguintes, recolheram milhões de assinaturas. Com o primeiro aniversário da posse de Morsi se aproximando, o Tamarod convocou protestos em massa para marcar o evento. Em 30 de junho, milhões de egípcios foram às ruas, lotando a praça Tahrir, no Cairo, e pontos em outras cidades.

Impaciente com a desordem crescente, o establishment militar emitiu um ultimato, avisando Morsi que, se não conseguisse encontrar uma solução para a crise dentro de 48 horas, haveria intervenção militar. Quando Morsi rejeitou a demanda, o general Sisi o depôs e destruiu as fileiras de liderança da Irmandade, aprisionando centenas de seus membros. A experiência do Egito com o regime democrático tinha durado apenas um ano.

O golpe de julho dos militares foi saudado com júbilo pelos manifestantes na praça Tahrir, mas em outros lugares do Cairo partidários islâmicos de Morsi montaram acampamentos de protesto e barricadas. "O islã está chegando", eles gritavam. "Nós não vamos sair." Depois de semanas de impasse, Sisi ordenou a repressão, enviando forças de segurança para esmagar a resistência islâmica. No massacre que se seguiu, mais de setecentos civis foram mortos.

Em meio à violência contínua, Sisi resolveu erradicar a Irmandade Muçulmana de uma vez por todas, assim como Nasser tinha feito sessenta anos antes. Foi lançada uma campanha orquestrada para marcar os partidários islâmicos de Morsi como traidores e terroristas. Em setembro, um tribunal do Cairo proibiu "todas as atividades" da Irmandade Muçulmana e ordenou que seus fundos, ativos e edifícios fossem apreendidos. Em outubro, Morsi e outros líderes da Irmandade foram levados a julgamento por acusações relacionadas às ações tomadas durante sua presidência. Em dezembro, a Irmandade foi declarada uma "organização terrorista". Os meios de comunicação informaram os egípcios de que só um governo secular robusto poderia impedir uma ditadura islâmica. Um culto de personalidade floresceu em torno do general Sisi, retratando-o como

o único homem capaz de salvar o país. O cheiro de um regime autoritário foi ficando cada vez mais forte.

Sob os auspícios dos militares, uma nova constituição foi elaborada por uma comissão de cinquenta membros, entre eles apenas dois representantes de partidos islâmicos. Ela dava ao establishment militar poderes significativos, incluindo o direito de nomear o ministro da Defesa, o de manter o orçamento militar secreto e fora da supervisão civil e o de colocar civis sob julgamento por tribunais militares. Uma intensa campanha publicitária foi lançada para garantir, em um referendo em janeiro de 2014, uma demonstração de apoio público à constituição. Poucas vozes dissidentes foram ouvidas. O resultado do referendo mostrou apoio quase total entre os que votaram – 98%, de acordo com números oficiais, em uma taxa de participação de 38,6% dos eleitores. Os apoiadores da Irmandade ficaram ao largo. Satisfeito com o resultado, o general Sisi apresentou-se como candidato nas eleições presidenciais, confiante na vitória. Mais uma vez, o Egito passou para as mãos de um militar forte.

NA LÍBIA, a queda de Kadhafi foi seguida por uma luta caótica entre milícias rivais e um fraco governo de transição, em Trípoli. A ditadura de Kadhafi tinha terminado sem instituições estatais em funcionamento. O vácuo foi preenchido por uma variedade de grupos armados: alguns instituídos pelas cidades locais e líderes tribais; alguns exigiam autonomia para a região leste da Líbia; alguns eram controlados por jihadistas; alguns estavam preocupados com o contrabando e o tráfico de armas. Grande parte da Líbia desabou na ilegalidade.

As repercussões se espalharam para além das fronteiras do país. Mercenários tuaregues do Mali, que Kadhafi tinha recrutado para servir em seu exército, voltaram para casa com veículos e armas pesadas e reacenderam uma rebelião contra o governo de Bamako, no sul do Mali. Desde a independência do Mali da França, em 1960, os rebeldes tuaregues haviam lutado várias insurreições, acusando o

governo de Bamako de negligência com a vasta extensão do Saara que ocupavam e exigindo um Estado independente a que deram o nome de Azauad. O epicentro da resistência tuaregue estava em uma região montanhosa conhecida como Adrar des Ifoghas, a cerca de mil quilômetros de Bamako, perto da fronteira com a Argélia.

Vários outros grupos insurgentes com objetivos diferentes estavam ativos no norte do Mali. Entre eles, dois grupos islâmicos locais, o Ansar Dine e o Mouvement pour l'Unité et le Jihad en Afrique de l'Ouest (Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental, Mujao). Ambos tinham como objetivo impor a lei sharia em todo o Mali. O norte do Mali também era usado como base por remanescentes armados da insurgência na Argélia, que, em 2007, haviam adotado o nome de Al-Qaïda au Maghreb Islamique (Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, AQMI), na esperança de conseguir financiamento e credibilidade. A AQMI se especializou em sequestrar estrangeiros para pedir resgate e tráfico de armas, veículos, cigarros e drogas.

Em janeiro de 2012, os rebeldes tuaregues do Mouvement National de Libération de l'Azawad (Movimento Nacional para a Libertação de Azauad, MNLA) lançaram uma nova ofensiva contra o governo de Bamako, unindo forças com o Ansar Dine e a AQMI. O avanço dos rebeldes precipitou um motim do exército em um quartel perto de Bamako, seguido por um golpe de oficiais juniores que deixou Bamako em desordem. Aproveitando-se do caos, os grupos rebeldes ganharam o controle sobre a maior parte do norte do Mali, incluindo as antigas cidades de Tombuctu e Gao. O MNLA devidamente anunciou que tinha assegurado todo o território que queria e declarou-se independente do Mali.

Mas a aliança rebelde logo se desfez. Içando a bandeira negra da Al-Qaeda, os jihadistas rapidamente implantaram a lei sharia, prendendo homens fumantes, exigindo que mulheres cobrissem o rosto, fechando boates, proibindo a música, infligindo punições severas e constantemente alienando a população local acostumada às práticas tolerantes do islã sufi. "Eles impuseram uma espécie de religião sobre nós que nunca tínhamos visto", disse um comerciante

de Tombuctu aos jornalistas, depois de fugir da cidade. “Você não pode nem caminhar com sua esposa. Somos como prisioneiros.” Uma cantora maliana de renome, Khaira Arby, conhecida como “o Rouxinol do Norte”, foi obrigada a fugir de sua casa em Tombuctu após o Ansar Dine ameaçar cortar-lhe a língua. “Não queremos a música de Satanás”, explicou um porta-voz.

Em junho, os jihadistas se voltaram contra os separatistas tuaregues, expulsando-os de Tombuctu, Gao e Kidal. Usando picaretas e pás, eles destruíram túmulos e mausoléus de venerados santos sufis, alegando que eram “idólatras”, e arrebentaram a porta sagrada do século XV da mesquita Sidi Yahia. Temendo pelo destino de milhares de manuscritos raros e livros em bibliotecas públicas e em coleções particulares, muitos remontando à época medieval, guardas e estudiosos locais começaram a transportar o acervo clandestinamente para esconderijos, muitas vezes com grande risco.

Quando os jihadistas avançaram para o sul do Mali, em janeiro de 2013, a França veio em resgate do regime de Bamako, enviando forças para esmagar a insurreição do norte. À medida que as tropas francesas se aproximavam de Tombuctu, em um último ato de vandalismo, os jihadistas atearam fogo ao Instituto Ahmed Baba, um centro de investigação fundado em homenagem a um estudioso do século XVII, com uma biblioteca que abrigava cerca de 20 mil textos antigos. Tombuctu perdeu vários milhares de documentos durante a insurreição, mas o grosso de sua herança foi preservado pela coragem dos cidadãos locais.

71. “Vida platinum”

No SÉCULO XXI, um novo fenômeno surgiu na África: a China. Enquanto o interesse ocidental no continente murchava, a China viu grandes oportunidades emergentes em uma região anteriormente considerada quintal da Europa. O movimento da China em direção à África foi impulsionado principalmente por seu apetite por matéria-prima para suas indústrias em expansão – petróleo, cobre, alumínio, minério de ferro, cobalto, diamantes, urânio, madeira. Mas também era parte de um plano de longo prazo para fazer da China o mais influente protagonista estrangeiro na África.

As autoridades chinesas trabalharam duro para estabelecer laços estreitos com os líderes africanos. Em troca de contratos sobre o petróleo e outros minerais, eles se comprometeram a construir estradas, ferrovias, refinarias, escolas e estádios de futebol. Foram criadas *joint ventures* nos setores de petróleo e mineração, na geração de energia, na manufatura e nas telecomunicações. Milhares de empresários chineses seguiram na esteira de grandes projetos, construindo fábricas, comprando imóveis, investindo em fazendas, lojas e restaurantes. Comerciantes e produtos chineses tornaram-se uma característica comum em muitas cidades africanas e vilas rurais. Ao longo de uma década, cerca de 1 milhão de chineses se mudou para a África – empresários, técnicos, pessoal médico, garimpeiros e fazendeiros. Entre 2000 e 2010, o comércio entre a China e a África cresceu dez vezes, atingindo 115 bilhões de dólares.

Os governos africanos deleitaram-se com o impulso trazido pelo envolvimento com a China. Além do investimento chinês, eles tiveram um ganho adicional em função do aumento acentuado dos preços das matérias-primas gerado pelo crescente poderio econômico chinês. Além disso, a abordagem pragmática da China

em relação à África, na qual os negócios ficavam em primeiro lugar, ajustou-se bem aos sistemas patrimoniais de governo empregados pelos líderes africanos. Enquanto as potências ocidentais continuavam a bater na tecla da corrupção, da transparência, dos direitos humanos e da democracia, a China não fazia tais exigências. Interessada nas riquezas da África, ela estava preparada para negociar com ditadores, déspotas e regimes repugnantes de todos os matizes, sem nenhum compromisso. Entre os beneficiários estavam o Sudão, de al-Bashir, e o Zimbábue, de Mugabe.

O papel cada vez mais dominante da China suscitou uma variedade de críticas tanto no Ocidente como na África. Os críticos ocidentais se queixavam de que os chineses minavam os esforços para promover a boa governança e agravavam os níveis de corrupção. Os africanos alertavam para uma nova forma de imperialismo. Os empresários chineses foram acusados de violar as leis trabalhistas, prejudicando o ambiente e inundando os mercados com produtos baratos que arruinavam as indústrias locais. Havia inúmeras disputas sobre os baixos salários e as más condições de trabalho, o que levou ministros chineses a emitirem sua própria repreensão. “Fazer uma imensa fortuna imediatista é míope”, advertiu um ministro sênior, Zhai Jun, em 2013. “A drenagem da lagoa para obter todos os peixes é ainda mais imoral.” Ele mandou os empresários chineses melhorarem sua autodisciplina e se afastarem de negócios de “uma martelada” – operações que não visam a um relacionamento sustentável. As empresas deveriam tratar melhor seus funcionários, obedecer às leis e aos costumes locais e ter mais respeito pelo meio ambiente, disse ele.

A China também atraiu críticas por seu envolvimento no comércio ilegal de marfim, que estava dizimando as manadas restantes de elefantes da África. Por séculos, os chineses haviam cobiçado o produto, mas a grande classe média que surgiu a partir do *boom* econômico chinês criou uma nova demanda que fez o preço do marfim mais do que quintuplicar nas ruas de Beijing, entre 2006 e 2013, levando a um enorme aumento no tráfico. Empresários chineses, trabalhadores e autoridades alocadas na África se

tornaram grandes figuras em seu comércio. Do tráfico clandestino de marfim, 70% foi para a China. Curvando-se ao alarme internacional sobre o destino da população de elefantes, a China concordou, em 2013, com a introdução de penas mais duras para o tráfico.

O *boom* dos preços das matérias-primas atraiu uma horda de outros investidores estrangeiros no que foi denominada uma nova partilha da África. Como o preço do barril de petróleo subiu de vinte para mais de cem dólares, as empresas estrangeiras correram para expandir a produção dos campos existentes e desenvolver novos campos. O valor das exportações de petróleo dos três maiores produtores de petróleo e gás da África – Nigéria, Angola e Argélia – aumentou de 300 bilhões de dólares, em 1990, para mais de 1 trilhão, nos anos 2000. Novos campos foram abertos em Gana, Uganda, Moçambique, na Tanzânia e no Quênia. As empresas estrangeiras também se moveram rapidamente para garantir novos negócios no setor de mineração.

Houve uma onda semelhante de interesse pelas vastas áreas de terras não cultivadas do continente. O principal gatilho foi uma escassez mundial de alimentos, em 2008, que levou ao aumento dos preços e a tumultos em uma série de países, do Egito ao México. De repente, a comida tornou-se uma questão de segurança nacional. Empresas estrangeiras começaram a vasculhar a África por terras aráveis para compra ou locação. Liderando a briga, estavam agronegócios internacionais, bancos de investimento, fundos de cobertura, comerciantes de matérias-primas e fundos soberanos de reservas estatais. A Etiópia, o Sudão, o Congo-Kinshasa, a Tanzânia e Moçambique estavam entre os locais preferidos. Os governos desses países acolheram o afluxo, garantindo que a terra fosse disponibilizada a preços baixos e ignorando a oposição de agricultores de subsistência.

Um novo impulso para o destino da África veio com a chegada da tecnologia de telefonia móvel. Ela ajudou a estimular o crescimento de uma sociedade consumidora, fornecendo aos empresários e comerciantes uma riqueza de informações sobre o mercado e um método de pagamento rápido. Agricultores e pescadores utilizavam o

celular para controlar preços e manterem-se informados sobre as colheitas, a pesca e as condições meteorológicas. O crescente uso de celulares e da internet transformou muitas economias locais. No ano 2000, a Nigéria possuía apenas 400 mil telefones fixos antigos, para uma população de 160 milhões de habitantes. Em 2012, a telefonia móvel já tinha alcançado 60 milhões de assinantes. Novos grupos de empresários surgiram em toda a África.

Assim, na primeira parte do século XXI, uma combinação de fatores – preços mais elevados das matérias-primas, investimento estrangeiro, desenvolvimento agrícola e a tecnologia de telefonia móvel – deu à África um período continuado de crescimento econômico. Os programas ocidentais de assistência da dívida e as enormes infusões de ajuda externa foram um impulso adicional. Em média, a taxa de crescimento foi de 5% ao ano. Estima-se que 90 milhões de africanos – quase um décimo de uma população total de um bilhão – teriam rendimentos de 5 mil dólares ou mais, uma classe aspirante de consumidores com algum grau de poder de compra.

Apesar da melhora do desempenho econômico, no entanto, a África manteve-se na parte inferior de muitas das tabelas de comparação do mundo. Ainda era a região mais pobre do planeta, com os níveis mais elevados de pobreza e os índices mais baixos de expectativa de vida. Era assolada por baixos padrões de educação e pelo desemprego em massa. Embora os setores de mineração e de petróleo e gás contribuíssem com grandes receitas, criavam pouco emprego – menos de 1% da força de trabalho. Apenas cerca de um quarto dos trabalhadores africanos tinha empregos estáveis, com salários regulares. Quase dois terços ganhavam a vida por meio de atividades de subsistência ou de trabalho autônomo de baixo retorno. Apesar do potencial agrícola da África, seu registro de produção de alimentos era desanimador. Muitos países africanos dependiam de importação para alimentar suas populações. Um relatório de 2010 mostrou que, enquanto a produção de alimentos em uma base global aumentara cerca de 150% nos últimos quarenta anos, a produção de alimentos africana tinha caído em 10% desde

1960, e o número de africanos desnutridos havia aumentado de 100 milhões para 250 milhões desde 1990.

A participação da África na produção econômica do mundo permaneceu apenas uma pequena fração: cerca de 2,7%. O produto interno bruto do continente inteiro foi de apenas 1,7 trilhão de dólares, um valor equivalente à produção de um único país, como a Rússia. As receitas que gerou, no entanto, permitiram enorme lucro. Mas grande parte da riqueza adquirida foi para outras partes do mundo. Empresas estrangeiras esperavam rendimentos elevados em troca do risco e das complicações de se investir na África. Os governos africanos estavam muito dispostos a facilitar o seu envolvimento com acordos secretos, isenção de impostos e outros favores.

COMO GUARDIÕES DA atividade econômica, as elites dominantes da África se tornaram os principais beneficiários do *boom* do século XXI. Elas aproveitavam todas as oportunidades para o autoenriquecimento, escondendo fundos saqueados em contas bancárias estrangeiras, comprando imóveis no exterior e desfrutando de um "estilo de vida platinum". Os exemplos mais notórios estavam nos Estados produtores de petróleo.

De acordo com um relatório oficial publicado em 2005, nos primeiros quarenta anos de independência da Nigéria seus líderes roubaram 220 bilhões de libras esterlinas. No século XXI, as elites nigerianas continuaram a lucrar com as mesmas fraudes e irregularidades. Investigadores revelaram que, em 2010, um montante de 22 bilhões de dólares havia desaparecido de um fundo governamental criado em 2004 para manter as receitas do petróleo adicionais resultantes da alta dos preços. Em 2014, o presidente do Banco Central da Nigéria, Lamido Sanusi, disse a uma comissão do Senado que, entre janeiro de 2012 e julho de 2013, havia desaparecido um montante de 20 bilhões de dólares.

O roubo de petróleo tornou-se uma grande indústria, realizado com a conivência de ministros, funcionários, militares, a marinha e a

polícia. Em 2013, uma organização de pesquisa independente com sede em Londres, Chatham House, informou que o petróleo da Nigéria estava sendo saqueado em “escala industrial”. “As altas autoridades nigerianas tornaram-se experientes no negócio de roubo de petróleo durante o regime militar”, afirmou o relatório da Chatham House. “Com o tempo, surgiram provas de que membros corruptos das forças de segurança estiveram ativamente envolvidos. O retorno do país à democracia em 1999, em seguida, deu a alguns funcionários e ‘padrinhos’ políticos mais acesso ao petróleo roubado.” Em troca de proteção, as autoridades de segurança obtinham pagamentos de quadrilhas altamente organizadas, que aproveitavam a rede de tubulações que cruza os campos de petróleo do delta do Níger e também roubavam de reservatórios, tanques de armazenamento da refinaria, molhes e portos. Foram roubados, em média, pelo menos 100 mil barris por dia, no valor de cerca de 3,5 bilhões de dólares por ano, ou 35 bilhões de dólares num período de dez anos. Mas, de acordo com estimativas do governo, o montante provavelmente estaria mais perto de 300 a 400 mil barris por dia. Os funcionários disfarçavam o roubo pela manipulação de medidores e a falsificação de documentos de embarque. “Os rendimentos são lavados em centros financeiros mundiais e usados para comprar ativos dentro e fora da Nigéria”, relatou a Chatham House. “Na Nigéria, políticos, militares, militantes, o pessoal da indústria do petróleo, os comerciantes de petróleo e as comunidades se aproveitam, assim como os grupos criminosos.”

O delta do Níger, enquanto isso, permaneceu uma região negligenciada. Seu potencial agrícola e de pesca foi marcado por derramamentos de petróleo e a prática da queima de gás. Muitos de seus pântanos e zonas úmidas se tornaram ambientes mortos, sem nem mesmo o canto dos pássaros. A maior parte da população em outras partes da Nigéria não se saiu melhor. Nas áreas urbanas, a taxa de desemprego de pessoas com idade entre quinze e 24 anos era de quase 50%.

EM ANGOLA, a indústria do petróleo e grande parte do restante da economia eram controladas a partir da sede presidencial em Luanda, Futungo de Belas, por uma panelinha rica que escondia suas atividades de qualquer escrutínio. Conhecidos como futungos, o grupo consistia principalmente de membros da família, amigos e colegas de Eduardo dos Santos, um engenheiro de formação soviética nomeado presidente em 1979. Aprovada em 2002, a Lei do Segredo de Estado classificava como secretos “os interesses financeiros, monetários, econômicos e comerciais do Estado”, autorizando penas de prisão para quem fosse pego divulgando informações. A cultura do segredo que Eduardo dos Santos aplicou permitiu aos futungos se tornar uma das mais ricas elites no poder na África. Em 2003, a Economist Intelligence Unit identificou 39 indivíduos em Angola com fortuna de pelo menos 50 milhões de dólares e mais vinte no valor de pelo menos 100 milhões. Seis deles eram antigos funcionários do governo, e um tinha acabado de se aposentar. A riqueza combinada dessas 59 pessoas seria de cerca de 4 bilhões de dólares.

O principal instrumento de controle futungo era a empresa petrolífera estatal Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), uma organização controlada somente pelo presidente. Por lei, qualquer empresa multinacional que quisesse fazer negócios em Angola era obrigada a lidar com a Sonangol e estabelecer alguma forma de *joint venture* ou parceria. A Sonangol era a única concessionária de Angola e a principal negociadora em todas as explorações de petróleo e licenças de produção. Sob “acordos de confidencialidade”, os termos e as condições de cada contrato eram mantidos longe dos olhos do público, mas funcionários do governo eram frequentemente identificados como proprietários ou sócios de empresas angolanas que recebiam os contratos de petróleo. A Sonangol também recolhia as receitas do petróleo e vendia óleo em nome do Estado. Em teoria, o Estado, como proprietário da Sonangol, tinha o direito de usar sua renda para fornecer educação, saúde e serviços sociais à população. Mas, na prática, as receitas do petróleo eram utilizadas para financiar a participação da Sonangol

em uma série de empresas subsidiárias – bancos, telecomunicações, habitação, transportes e empresas de manufatura –, ampliando a participação dos fundos na economia e enriquecendo-os ainda mais. Uma investigação independente realizada por Maria Lya Ramos em 2011, em nome da Open Society Initiative, concluiu: “Bilhões de dólares em rendas do petróleo passam pela Sonangol e são reinvestidos e distribuídos para alimentar o vasto sistema de patronagem que ajuda a presidência e o partido a manterem o poder político.”

O gritante contraste entre o estilo de vida de luxo da elite rica e a pobreza em massa suportada pelo restante da população era mais evidente em Luanda. Suas ruas estavam cheias de arranha-céus elegantes, edifícios de luxo e shopping centers com ar condicionado. Mas, por trás dessa fachada, em cortiços e favelas que se espalhavam por quilômetros, em todas as direções, os moradores sobreviviam com menos de dois dólares por dia, muitos sem acesso a água potável ou eletricidade. Cerca de dois terços da população de Angola vivia em extrema pobreza ou abaixo da linha de pobreza.

POR CAUSA DE SUAS enormes receitas do petróleo, o pequeno Estado da Guiné Equatorial, na costa oeste, surgiu, no século XXI, com a mais alta renda per capita na África. Em termos estatísticos, em 2012, os seus 670 mil habitantes desfrutariam de uma renda média de mais de 35 mil dólares. No entanto, o presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, um ex-coronel do exército que tomou o poder de seu tio senil em um golpe, em 1979, considerava o setor do petróleo sua reserva particular e manteve um firme controle pessoal sobre ele. Como Eduardo dos Santos em Angola, Obiang insistiu que a utilização das receitas do petróleo era um “segredo de Estado”. Assim, o destino da maior parte do dinheiro permaneceu oculto.

No entanto, foi possível ter um vislumbre da “vida platinum” que os membros da família levavam ao observar as ações das autoridades judiciais nos Estados Unidos e na França. Em 2012, funcionários do Departamento de Justiça dos Estados Unidos foram

ao tribunal pedir permissão para apreender os bens do filho playboy de Obiang, Teodorin, que se acreditavam adquiridos por meios duvidosos. Em 1998, Obiang nomeara Teodorin ministro das Florestas, com um salário oficial de 6 mil dólares por mês. De acordo com o Departamento de Justiça, entre 2004 e 2011 Teodorin gastara 315 milhões de dólares em propriedades e bens de luxo nos Estados Unidos. Suas compras incluíam uma mansão de 30 milhões em Malibu, na Califórnia, um jato particular de 38 milhões de dólares, uma frota de carros de luxo e uma coleção de memorabilia de Michael Jackson.

Os magistrados franceses descobriram extravagância semelhante em Paris. As compras de Teodorin na França incluíam uma mansão de cinco andares na Avenue Foch, no valor de 100 milhões de dólares; um tesouro em joias, arte, móveis antigos e vinhos vintage; e outra frota de carros de luxo. Em 2012, as autoridades francesas emitiram um mandado de prisão internacional para Teodorin, acusando-o de desvio de dinheiro público e lavagem de dinheiro.

Na Guiné Equatorial, três quartos da população sobreviviam com um dólar por dia.

A CHAGA DA CORRUPÇÃO afligia muitos outros Estados na África. Um relatório preparado para a União Africana em 2003 estimava que a corrupção custava ao continente 148 bilhões de dólares ao ano – mais de um quarto de todo o produto interno bruto. Alguns países com recursos limitados sofreram seriamente nas mãos de seus líderes predadores.

Quando Daniel arap Moi, do Quênia, acabou sendo obrigado a renunciar em 2002, após 24 anos no poder, os investigadores estimaram que ele e seus comparsas da “máfia Kalenjin” haviam saqueado a quantia de 3 bilhões de dólares. Mwai Kibaki, sucessor de Moi, falou em herdar “um país tremendamente devastado por anos de desgoverno e inépcia” e se comprometeu a erradicar a corrupção. Mas, uma vez no poder, a “máfia Mount Kenya”, dos políticos kikuyus de Kibaki, agiu rapidamente para estabelecer seus

próprios negócios e assumir fraudes existentes. Na corrida para as eleições de 2007, eclodiu uma violência em massa entre os kikuyus, os luos e os kalenjins, instigada pelos políticos em uma luta essencialmente sobre qual grupo herdaria os despojos do cargo.

Em 2008, no Zimbábue, onde a população era assolada pela falta de alimentos, cortes de energia, colapso dos serviços de saúde e educação e uma taxa de inflação que atingiu cerca de 90 sextilhões, com os preços dobrando ao dia, Robert Mugabe aproveitou a oportunidade para reforçar sua ditadura decrépita ao tomar à força o controle de campos de diamante recém-descobertos nos planaltos orientais. Sob ordens de Mugabe, unidades militares usaram de violência para expulsar centenas de garimpeiros independentes e garantir que as riquezas dos diamantes passassem para as mãos de seus comparsas. "O Zimbábue é meu", declarou Mugabe, após sua vitória eleitoral, em 2008. "Nunca, nunca, nunca, nunca me renderei."

Na África do Sul, que um dia fora a esperança de um novo estilo de integridade democrática, ministros e funcionários do Congresso Nacional Africano, o partido no poder, foram logo envolvidos em um grande escândalo de corrupção sobre um negócio de armas. O câncer da corrupção de alto nível tinha aparecido pela primeira vez durante o mandato de Mandela, como ele tristemente reconheceu pouco antes de deixar o cargo. "Nós viemos para o governo com o zelo de um grupo de pessoas que iria eliminar a corrupção no governo", disse, em 1999. "Foi uma decepção tão triste notar que as nossas próprias pessoas que estão lá para acabar com a corrupção tornaram-se corruptas."

Mas a escala da corrupção sobre o negócio de armas superou tudo o que havia ocorrido anteriormente. Em 1999, uma transação dentro do governo do CNA implantou um programa de aquisição de armas ao custo de 5 bilhões de dólares, projetado tanto para oferecer oportunidades de propina para negociantes de armas estrangeiros como para melhorar a capacidade de defesa da África do Sul. Quando as suspeitas foram levantadas pela primeira vez em público, o sucessor de Mandela, Thabo Mbeki, tentou organizar um

encobrimento em grande escala. Mas investigações posteriores realizadas no Reino Unido, na França e na Alemanha revelaram que pelo menos 300 milhões de dólares haviam sido pagos em subornos e “comissões” a políticos, funcionários, intermediários e ao CNA. Um ex-funcionário do CNA, Andrew Feinstein, que investigou a transação, escreveu: “O negócio de armas e seu encobrimento foi o momento em que o CNA e o governo sul-africano perderam seu norte moral, quando a liderança política do país estava preparada para minar as instituições da nossa democracia – pela qual eles e muitos outros tinham lutado – para se proteger e ao partido.”

EM TODA A ÁFRICA, a disparidade entre as elites ricas que se aproveitavam de um estilo platinum de vida e as massas de populações que elas governavam tornou-se cada vez mais evidente, à medida que as vilas e cidades do continente se tornavam grandes aglomerados urbanos, abrangendo quilômetros de cortiços e favela. A população urbana da África cresceu a uma taxa mais rápida do que em qualquer outro continente. Em 1945, havia apenas 49 cidades com uma população superior a 100 mil habitantes. Mais da metade ficava no norte: dez no Egito; nove no Marrocos; quatro na Argélia; uma na Tunísia; uma na Líbia. Outras onze ficavam na África do Sul. Entre o Saara e o Limpopo, apenas treze cidades tinham alcançado uma população de 100 mil pessoas, quatro delas na Nigéria. Em 1955, a população de Lagos contava com 312 mil pessoas; Léopoldville (Kinshasa), 300 mil; Adis Abeba, 510 mil; Abidjã, 128 mil; Acra, 165 mil. No período de sessenta anos entre 1950 e 2010, quando a população total da África aumentou mais de quatro vezes, de 225 milhões para 1 bilhão, os números concentrados nas áreas urbanas atingiram 40% do total. Em 2010, a população do Cairo tinha alcançado 11 milhões; a de Lagos, 10,5 milhões; Kinshasa, 8,5 milhões; Abidjã, 4,1 milhões; Nairóbi, 3,5 milhões; Dar es Salaam, 3,3 milhões; Adis Abeba, 3 milhões; Acra, 2,3 milhões. A maioria dos habitantes urbanos não tinha comodidades básicas, como água potável, sistemas de saneamento, estradas pavimentadas e eletricidade. Muitos milhões viviam em

barracos feitos de lona, caixotes, papelão e pedaços de lata, uma vasta classe subalterna, fervendo de descontentamento.

A população total da África continua a se expandir a uma taxa que é a mais rápida do mundo. Considerando que levou 27 anos para a população do continente dobrar de 500 milhões, um relatório da ONU-Habitat, de 2010, previu que levaria apenas dezessete anos para os próximos 500 milhões serem adicionados. O relatório calculou que, entre 2010 e 2050, a população total da África aumentaria em 60%, com a população urbana triplicando para 1,2 bilhão.

No entanto, de acordo com o mesmo relatório, a maioria dos governos africanos parece não ter nem vontade nem os meios para resolver a crise urbana. "O padrão que se desdobra é de geografias urbanas desconexas, disfuncionais e insustentáveis de desigualdade e sofrimento humano, com oceanos de pobreza contendo ilhas de riqueza." A crise urbana, concluiu, representa uma ameaça não só para a estabilidade das cidades africanas, mas para nações inteiras.

Notas

A ampla natureza deste livro fez com que eu me baseasse no trabalho de muitos outros autores. As notas a seguir incluem referências a alguns dos livros que julguei serem de particular interesse e valor. Uma lista mais completa pode ser encontrada na Bibliografia selecionada.

Introdução

O planalto de Gilf Kebir é do tamanho da Suíça. O nome significa “grande barreira”. Várias expedições aventuraram-se pela região nas décadas de 1920 e 1930, na esperança de encontrar o “oásis perdido” de Zerzura, uma lenda mencionada em um manuscrito do século XV conhecido como o *Livro das pérolas ocultas*. O livro descreve Zerzura como uma cidade caiada no deserto em cujo portão está esculpido um pássaro e oferece um guia para caçadores de tesouro que buscam as riquezas do local. “Pegue com a mão a chave no bico da ave, em seguida, abra a porta da cidade. Entre, e vai encontrar grandes riquezas...” A palavra *zerzura* é também o nome árabe de um pássaro comum no Saara oriental – o chasco-de-barrete-branco.

Durante uma expedição a Gilf Kebir, em 1933, um aristocrata húngaro, o conde László Almásy, descobriu a Caverna dos Nadadores, com arte rupestre que remonta a 10 mil anos. Em seu livro de 1934 *The Unknown Sahara* [Saara desconhecido], Almásy dedica um capítulo à caverna. Suas façanhas como explorador e espião servem de base para o romance de Michael Ondaatje *O paciente inglês* (1993), e sua adaptação para o cinema de 1996, vencedora do Oscar de melhor filme. Saul Kelly (2002) fornece um relato vívido do Clube Zerzura e seus membros.

Pesquisadores modernos sugerem que, como a área do deserto aumentou entre 3000 a.C. e 1500 d.C., secando depressões que continham água e transformando-as em oásis, muitas Zerzuras teriam surgido no Saara oriental e eram conhecidas apenas pelos anciãos das tribos por um certo tempo, antes de se perderem para a memória humana e tornarem-se lendas.

Parte I

A palavra “faraó” está relacionada com a origem etimológica do termo egípcio antigo *per ao*, que significa “casa grande” e se refere ao palácio em que o governante residia. Os egípcios antigos chamavam seu território de *kemet*, que significa “terra preta” e se refere aos solos negros férteis das planícies de inundação do Nilo, distinguindo-os da “terra

vermelha” do deserto – *deshret* –, que se estendia a leste e a oeste do Nilo. Eles chamavam o próprio Nilo simplesmente de *Iteru* – “o rio”.

Foram os gregos que cunharam a palavra *aigyptos* (egípcios) para representar o nome dos habitantes da bacia do rio Nilo, bem como o território em que viviam. A palavra grega tem origens egípcias antigas. Era uma corruptela grega do antigo nome egípcio para a cidade faraônica de Mênfis: *Hi-kaptah*,² o castelo do deus Ptah, que se dizia ser o criador do universo. Os conquistadores árabes do Egito mais tarde chamaram sua nova capital perto de Mênfis de *Misr* e os habitantes de *misriyyin*.

O historiador grego Heródoto, muitas vezes descrito como “o pai da história”, visitou o Egito no século V a.C., quando o país estava sob domínio persa, e escreveu um relato abrangente sobre ele no “Livro II” das *Histórias*, em grande parte baseado em conversas que teve com sacerdotes egípcios em Mênfis, Heliópolis e Tebas. “O Egito para onde os gregos vão em seus navios é um país adquirido, a dádiva do Nilo”, escreveu ele.

A literatura sobre o Egito antigo é volumosa. Mas vários relatos modernos se destacam. A obra de Toby Wilkinson *The Rise and Fall of Ancient Egypt* [Ascensão e queda do Egito antigo] (2010) abrange com elegância todo o período de 3000 a.C. a Cleópatra; Joyce Tyldesley (2010) escreve com grande conhecimento sobre *Myths and Legends of Ancient Egypt* [Mitos e lendas do Egito antigo]; John Romer (2012) detém-se sobre a importância de descobertas arqueológicas; George Hart (2010) fornece um compêndio sobre as trinta dinastias de faraós egípcios; Joyce Tyldesley (2008) e Stacy Schiff (2010) aprofundam-se sobre a carreira de Cleópatra VII; a *Oxford History of Ancient Egypt* [História do Egito antigo, pela Universidade de Oxford] (2000), editada por Ian Shaw, inclui grande riqueza de informações. Justin Marozzi (2008) segue os passos de Heródoto. Robert Collins (2002) escreve eruditamente sobre o Nilo. Martin Meredith (2001) trata da história do elefante.

O nome Núbia é derivado da antiga palavra egípcia *nuba*, que significa “ouro”. As obras básicas sobre a Núbia, Kush e Meroe incluem William Adams (1977), David Edwards (2004), Robert Morkot (2000) e Derek Welsby (1998, 2002).

O povo que vivia no deserto a oeste do vale do Nilo era conhecido pelos egípcios como *libu*, a partir do qual é derivado o nome Líbia. Os gregos usavam o termo “líbios” para descrever os habitantes da Cirenaica, onde montaram uma colônia com base em Cirene. Os líbios eram parte de uma população indígena que vivia em todo o norte da África e que vieram a ser comumente conhecidos como “berberes”. Nem os gregos nem os romanos usavam o termo “berbere”. Ele entrou em uso apenas no século VIII, após a invasão árabe. Os berberes referem a si mesmos como *imazighen* e à sua língua como *tamazight*. Michael Brett e Elizabeth Fentress (1996) exploram a história berbere.

A história de Cartago e sua rivalidade com Roma é vividamente retratada por Richard Miles (2010). Os fenícios chamavam a cidade de Qart-Hadasht, que significa “cidade nova”. O uso romano transformou o termo em Cartago. A viagem de Hanão ao longo da costa oeste da África é conhecida principalmente a partir de um breve relato grego – *Périplo de Hanão* –, preservado em um único manuscrito bizantino. O texto afirma ser uma versão de uma narrativa depositada no templo de Kronos, em Cartago, que foi destruído pelos romanos.

A ocupação romana do norte da África é tratada em detalhes por Susan Raven (1993). Foi somente sob o domínio romano que os nomes Numídia e Mauritânia, derivados de tribos locais, adquiriram significado territorial. O termo “mouro” é derivado de *mauri*.

Pesquisadores no século XX identificaram quatro famílias linguísticas principais:

- A família afro-asiática, que inclui o egípcio antigo, o berbere, o hauçá, o omótico, o amárico, o árabe e o hebraico. Os povos de línguas afro-asiáticas se expandiram em direção ao sul e em torno das terras altas da Etiópia, passando pelo Chifre da África e continuando até o planalto africano oriental, onde se tornaram os ancestrais dos povos de língua kushita.
- A família nilo-saariana, que é baseada no Saara central e no Sudão e inclui as línguas nilóticas faladas em partes do nordeste da África.
- A família nigero-congolesa, que está espalhada por toda a metade sul da África ocidental e inclui como subfamília todas as línguas bantas faladas na África ao sul do equador.
- A família khoisan, que é um amálgama de duas línguas estreitamente relacionadas faladas pelos sans e os khoikhois. "San" é o nome dos caçadores-coletores indígenas do sul da África dado a eles pelos khoikhois e originalmente usado em sentido pejorativo. Os colonizadores europeus mais tarde se referiram aos sans como "boxímanes", um termo que alguns sans ainda preferem.

A arte rupestre africana fornece um guia essencial para sua pré-história. Estima-se que haja cerca de 200 mil locais com arte rupestre no continente. *Origins* [Origens] (2006), uma coleção de ensaios editados por Geoffrey Blundell, oferece uma útil introdução à arte e à cultura san. Alguns dos mais bem preservados sítios arqueológicos de arte rupestre ficam nas montanhas Ahir, do Níger, nas montanhas Tibesti, no norte do Chade e sul da Líbia, e na cordilheira Tassili n'Ajjer, no sudeste da Argélia. Outras formas antigas de arte incluem as esculturas de terracota e em bronze fundido. A "cultura nok", assim chamada devido a um local perto de Taruga, no centro da Nigéria, estava bem estabelecida em 500 a.C.; os escultores da região produziam um grande número de belas cabeças de argila cozida. Um sítio arqueológico em Igbo-Ukwu, nas florestas do sudeste da Nigéria, revelou bronzes fundidos de grande habilidade e beleza artística datados do século X d.C. (ver Thurstan Shaw, 1977). No século XIII, metalúrgicos ifes eram hábeis o suficiente para fundir esculturas em bronze, usando o sofisticado processo de "cera perdida". Em 1996, a Academia Real Inglesa de Artes produziu uma obra enciclopédica sobre a arte africana para a ocasião de uma exposição em Londres, editada por Tom Phillips.

Diversos volumes individuais tratam do início da história da África e sua história geral. Entre eles estão Robert Collins e James Burns (2007), Christopher Ehret (2002), John Iliffe (2ª ed., 2007), John Reader (1998) e Kevin Shillington (3ª ed., 2012).

Parte II

Apesar de muitas crenças tradicionais terem sobrevivido, o cristianismo e o islamismo tornaram-se as religiões dominantes da África. Diarmaid MacCulloch (2009) oferece uma história erudita do cristianismo. Nehemia Levtzion e Randall Pouwels (2000) reuniram uma coleção útil de ensaios em *The History of Islam in Africa* [História do islã na África]. Joyce Salisbury (1997) examina a vida de Vibia Perpétua. Em 2003, a obra *Vida de santo Antão*, de Atanásio, foi republicada em inglês.

A principal fonte para a vida de Frumêncio é um relato feito no século IV por Rufino, historiador da Igreja romana. Durante uma visita a Tiro, Rufino conheceu Edésio, o irmão de Frumêncio, que lhe contou o que havia acontecido a eles. Os detalhes da história estão em *Aksum* (1991), de Stuart Munro-Hay. Na tradição da Igreja etíope, Frumêncio recebe o nome de *abuna* Selama Kesate Berhan: Pai da Paz, Revelador da Luz. Atribui-se a ele a primeira tradução da Bíblia para o ge'ez. David Phillipson (1998) também trata de Aksum e da história antiga da Abissínia.

Como o cristianismo, o islamismo envolveu-se, em seu início, em divisões rancorosas entre diversas seitas concorrentes, sendo que todas elas também se manifestaram na África. Os muçulmanos sunitas aceitavam a legitimidade dos califas que se sucederam à autoridade de Maomé e seguiram quatro principais escolas de interpretação legal. A maior seita dissidente, a xiita, é leal a uma linha alternativa de califas ou imãs, descendentes de Ali, o genro do Profeta pelo casamento com a filha de Maomé, Fátima, e produziu um conjunto diferente de interpretações da sharia e das práticas rituais. Outra versão dissidente do islamismo com forte apelo no norte da África foi a secessão caraje. Os carajitas recusavam submissão a qualquer linha de califas hereditários. Jamil Abun-Nasr (1987) aborda a história do Magrebe no período islâmico.

Durante vários séculos antes da introdução do camelo, o transporte de mercadorias no Saara era feito por meio de cavalos, bois e burros. Gravuras e pinturas rupestres em centenas de locais no deserto também retratam o uso de bigas e carroças puxadas por cavalos, mas elas nunca foram utilizadas para fins de comércio, apenas em guerras, caçadas, corridas e desfiles cerimoniais. Edward Bovill (1958, 1995) produziu um trabalho pioneiro em *The Golden Trade of the Moors* [O negócio de ouro dos mouros]; Ralph Austen (2010) oferece riqueza de detalhes acadêmicos.

O tráfico de longa distância de escravos pelo Saara é abordado por Paul Lovejoy (3ª ed., 2012) como parte de sua história mais ampla sobre a escravidão na África, que inclui muita evidência estatística. John Wright (2007) também abrange o comércio transaariano de escravos.

Em *The African Past* (1964), Basil Davidson compilou uma vasta gama de crônicas e registros de chefes e reis, viajantes e mercadores aventureiros, poetas, piratas, padres, soldados e estudiosos. Sua antologia inclui um relato escrito por Ibn Fadl Allah al-Omari sobre a visita feita por *mansa* Musa ao Cairo, em 1324. Al-Omari esteve no Cairo doze anos após o evento e conversou com funcionários que ainda estavam lidando com suas consequências. Em 2012, uma lista das pessoas mais ricas da história da humanidade, desenvolvida por pesquisadores para o site norte-americano celebritynetworth.com, colocou *mansa* Musa em primeiro lugar. Davidson também inclui um extrato do relato de Ibn Battuta sobre suas viagens no Mali. Uma versão mais completa das viagens de Ibn Battuta pela África está disponível em uma edição de 2002, organizada por Tim Mackintosh-Smith.

Quando *As mil e uma noites* foi traduzido para as línguas europeias, no século XVIII, Simbad o Marujo e suas aventuras tornaram-se uma parte permanente do folclore ocidental. De acordo com Simbad, em sua sétima e última viagem para a costa de Zanj, ele se deparou com um cemitério de elefantes. Isso aconteceu, relatou ele, depois de ter sido capturado por piratas e vendido a um comerciante rico. O comerciante lhe deu um arco e

flechas e ordenou que se escondesse no alto das árvores e matasse elefantes para retirar suas presas. Por dois meses, ele conseguiu abater um por dia. Então, certa manhã, viu-se cercado por uma manada de elefantes furiosos. Eles derrubaram a árvore e levaram-no em uma longa marcha, deixando-o em uma encosta coberta de ossos e presas de elefante. Simbad disse ter percebido que se tratava de um cemitério de elefantes e que tinha sido levado até lá para ver que não havia necessidade de matar mais animais, quando, para obter suas presas, bastava ir buscá-las.

Randall Pouwels (1987) aborda o impacto do islã na costa leste africana. Peter Garlake, uma autoridade em arquitetura islâmica antiga da costa leste do continente e da antiga cidade de Zimbábue, fornece um útil relato ilustrado em *The Kingdoms of Africa* [Os reinos da África] (1978). David Beach (1980, 1994) escreve sobre os shonas e Zimbábue. Paul Henze (2000), Harold Marcus (2002) e Richard Pankhurst (2001) cobrem os povos e a história da Abissínia/Etiópia.

Parte III

O infante dom Henrique (1394-1460), também conhecido como “Henrique o Navegador”, supervisionou as primeiras expedições portuguesas para a costa oeste da África, mas não as acompanhou. Seu papel foi registrado por Gomes Eanes de Zurara (Azurara), cronista, bibliotecário real e guarda-mor de arquivos, em *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*. Concluído em 1453 [e publicado em português por J.P. Aillaud em 1841, em Paris], foi traduzido para o inglês por C.R. Beazley e Edgar Prestage (1896-99) sob o título *Discovery of Guinea*. Peter Russell (2000) fornece uma biografia moderna de dom Henrique. Alvise Ca’ da Mosto é geralmente conhecido como Cadamosto. O relato original de suas viagens foi publicado em 1507 e traduzido para o inglês por G.R. Crone (1937). Eric Axelson escreve sobre as viagens de Diogo Cão em *Congo to Cape* [Do Congo ao Cabo] (1973). O reino do Congo é explorado por Georges Balandier (1968), Anne Hilton (1985) e John Thornton (1983). Os textos das cartas de Afonso para os reis de Portugal estão incluídos na obra *Correspondence de dom Afonso, roi du Congo, 1506-1543* [Correspondência de dom Afonso, rei do Congo, 1506-1543], editada por Louis Jadin e Mireille Decorato, publicada pela Académie Royale des Sciences d’Outre-Mer, Bruxelas (1974). Extratos também podem ser encontrados na antologia de Basil Davidson. Peter Forbath (1977) escreve de maneira brilhante sobre a história do rio Congo.

A épica viagem de Vasco da Gama costeando a África até a Índia e de volta a Portugal durou ao todo 732 dias, durante os quais ele percorreu quase 39 mil quilômetros. O roteiro de Álvaro Velho foi publicado em 1838 como *Roteiro de viagem que em descobrimento da Índia fez dom Vasco da Gama em 1497*, traduzido para o inglês e editado por E.G. Ravenstein, sob o título *A Journal of the First Voyage of Vasco da Gama*. Nigel Cliff (2013) fornece um relato moderno. Richard Hall (1996) escreve sobre as façanhas de Ahmad ibn Majid. As atividades portuguesas no sudeste da África são cobertas por Eric Axelson (1973) e Malyn Newitt (1973). O relato de Francisco Alvares sobre a terra do Preste João desenvolve-se em 151 capítulos. Foi publicado em Lisboa, em 1540, em um livro intitulado *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias*, traduzido por C.F. Beckingham e G.W.B. Huntingford e publicado em inglês em 1961. Tadesse Tamrat (1972) fornece um marcante relato moderno do período.

A pesquisa moderna sobre o comércio transatlântico de escravos começa com *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America* [Documentos ilustrativos da história do tráfico de escravos para a América], de Elizabeth Donnan, publicado em cinco volumes (1930-35). O censo pioneiro de Philip Curtin foi publicado em 1969. Entre as outras obras de Curtin sobre a escravidão está *Africa Remembered: Narratives of West Africans from the Era of the Slave Trade* [Lembrança da África: Histórias de africanos ocidentais do período do tráfico negreiro] (1967). O censo de Curtin foi aprofundado por David Eltis e colegas em 1999, com uma análise estatística de 27.233 viagens negreiras. Em 2010, David Eltis e David Richardson publicaram o *Atlas of the Transatlantic Slave Trade* [Atlas do comércio transatlântico de escravos], que incluiu a análise de 1999. A obra de Paul Lovejoy, *Transformations in Slavery* [Transformações na escravidão] (3ª ed., 2012) oferece rico material sobre o tráfico de escravos em toda a África. Hugh Thomas (1997) abrange quatrocentos anos do tráfico transatlântico em uma grande narrativa. John Thornton (1998) acrescenta novas perspectivas. O relato autobiográfico de Olaudah Equiano foi publicado pela primeira vez em 1789.

Estudos a respeito de locais específicos acrescentam muitos detalhes: James Searing, sobre o Senegal; Patrick Manning, sobre o Daomé; Robin Law, sobre Ouidah e a Costa dos Escravos; Alan Ryder, sobre o Benin; Robert Harms, sobre a bacia do Congo; Joseph Millar, sobre Angola. O romance histórico de Bruce Chatwin sobre comércio de escravos, *The Viceroy of Ouidah* [O vice-rei de Ouidah] (1980), baseia-se na carreira do comerciante de escravos brasileiro Francisco Félix de Souza, que se estabeleceu definitivamente na cidade na década de 1820.

A história do sul da África foi analisada mais profundamente do que qualquer outra região. Leonard Thompson (2001) fornece uma visão magistral. Outro trabalho de destaque é o volume de ensaios *The Shaping of South African Society* [A formação da sociedade sul-africana], editado por Richard Elphick e Hermann Giliomee (2ª ed., 1989). A sociedade escravocrata do Cabo é tratada por Elizabeth Eldredge e Fred Morton (orgs., 1994), Robert Ross (1983), Robert Shell (1994), Nigel Worden (1985) e uma coleção de ensaios editados por Nigel Worden e Clifton Crais (1994). Hermann Giliomee (2003) fornece uma biografia detalhada do povo africâner.

Parte IV

A principal obra sobre os treze séculos de história do Egito, da conquista árabe ao século XX, são os dois volumes da *Cambridge History of Egypt* [História do Egito, pela Universidade de Cambridge] (2008): o volume 1, editado por Carl Petry, abrange o período islâmico de 640 até a conquista otomana, em 1517; o volume 2, editado por Martin Daly, abrange o período da conquista otomana ao século XX.

Hizir Barbarossa (um nome que significa "barba ruiva", em italiano) foi tão bem-sucedido em sua jihad marítima contra os cristãos europeus que, em 1533, foi convocado a Istambul, nomeado almirante da frota otomana, governador-chefe do norte da África e recebeu o título honorário de Khair ad-Din – "bondade da fé", o nome pelo qual é mais conhecido hoje.

Usando registros históricos, Robert Davis, da Universidade Estadual de Ohio, compilou um relato detalhado das populações de escravos europeus na costa berbere. Em *Christian Slaves, Muslim Masters* [Escravos cristãos, mestres muçulmanos] (2004), ele calcula que, durante os anos de apogeu do comércio de escravos brancos – de 1580 a 1680 –, o “total viável” de escravos brancos detidos chegaria a “uma média” de cerca de 35 mil: 27 mil em Argel e territórios dependentes; 6 mil em Túnis; e 2 mil em Trípoli e outros centros menores. Em função da perda anual de cerca de 25%, por morte ou alforria, seriam necessários aproximadamente 8.500 novos prisioneiros por ano, para sustentar uma população escrava de 35 mil.

Considerando o período de 250 anos durante o qual a pirataria negreira foi um fator significativo no Mediterrâneo, Davis estima que o número total de escravos ultrapassou 1 milhão. “Entre 1530 e 1780, quase certamente 1 milhão e muito possivelmente 1,25 milhão de brancos europeus cristãos foram escravizados pelos muçulmanos da costa berbere.” Ele comenta:

As estimativas a que chegamos aqui tornam claro que, pela maior parte dos dois primeiros séculos da era moderna, quase tantos europeus foram levados à força para a Berberia, para trabalhar ou ser vendidos como escravos, quanto africanos ocidentais foram levados como mão de obra para as plantações nas Américas. No século XVI, especialmente, durante o qual os agentes de escravos no Atlântico ainda atingiam uma média de cerca de apenas 3.200 por ano, os piratas de Argel – e, posteriormente, de Túnis e de Trípoli – arrebatavam regularmente a mesma quantidade de prisioneiros brancos ou mais, em uma única incursão à Sicília, às ilhas Baleares ou a Valência. Os mais atingidos nesses ataques crescentes eram os marinheiros, os comerciantes e os moradores do litoral da Itália, da Grécia e da costa mediterrânea da Espanha e da França.

Para um cálculo geral, ver *Pirates of Barbary* [Piratas da Berberia] (2010), de Adrian Tinniswood. John Ward foi talvez o mais notório renegado de seu tempo, na costa berbere. Nascido em Kent, na Inglaterra, por volta de 1563, depois de servir na marinha inglesa, chegou a Túnis em 1605, “virou turco” em 1610, viveu em um castelo em ruínas e morreu de peste, em 1622. Giles Milton (2004) escreve com clareza sobre as façanhas de piratas de Salé e a tirania de Mulai Ismail.

Durante suas viagens pelo Sudão ocidental, na década de 1850, o viajante alemão Heinrich Barth recebeu uma cópia do *Tarikh al-Sudan*, de Abdurrahman as-Sadi, que ofereceu aos europeus, pela primeira vez, um vislumbre da rica história da região. Barth fora contratado pelo governo britânico para reunir informações e buscar oportunidades comerciais no oeste do Sudão. Ele desembarcou em Túnis, em dezembro de 1849, e passou quase seis anos viajando, enviando despachos para Londres e fazendo observações detalhadas das terras e povos que encontrava. Seus monumentais cinco volumes *Travels and Discoveries in North and Central Africa* [Viagens e descobertas no norte e centro da África], publicado em 1857-8, é considerado uma obra-prima de escritos de viagens. Suas viagens são examinadas por Steve Kemper (2012).

Mervyn Hiskett (1973) explora a vida e o período do *shehu* Usman dan Fodio. David Robinson examina as sociedades muçulmanas ao longo da história africana (2004) e cobre a guerra santa de Umar Tal (1985).

Os primeiros avanços no estudo da Abissínia se deram no século XVII, por Job Ludolf, um talentoso linguista alemão. Apesar de nunca ter visitado o país, Ludolf estabeleceu uma grande relação de trabalho com um monge etíope chamado Gregorius, durante uma visita a Roma, na década de 1650. Os resultados incluíram gramáticas e dicionários em amárico e ge'ez e uma longa história, *Historia Aethiopia*, publicada inicialmente em latim, em 1681, e em inglês, em 1682, com duas reimpressões em inglês, em 1684. A *História da Etiópia*, de Pedro Páez, embora concluída em 1620, só foi publicada em 1946 (Livraria Civilização, Porto, 3 vols.). Um missionário jesuíta português, Jerônimo Lobo, passou nove anos na Abissínia (1625-34) e escreveu sobre suas experiências em *Itinerário das suas viagens*, que foi traduzido para o inglês por Samuel Johnson, em 1735. Uma tradução para o inglês do texto português foi publicada em 1984. Páez alcançou a fonte do Pequeno Abbaí em 1613, Lobo em 1629. Uma primeira edição de *Travels to Discover the Source of the Nile* [Viagens para descobrir a fonte do Nilo], de James Bruce, foi publicada em 1790. Miles Bredin (2000) examina a vida e as viagens de Bruce.

Kaffa, a região nativa do café, é muitas vezes considerada a origem do nome. No entanto, a planta, o grão e a bebida são conhecidos em toda a Etiópia como *buna*, do qual a palavra árabe *bunn*, para o grão, parece ter sido derivada. O termo árabe para a bebida é *qahwa*, e o turco, *kahve*, e é desse nome que a palavra "café" foi adotada por várias línguas europeias. Introduzido na Europa a partir da Arábia pelos turcos otomanos, adquiriu o nome científico *Coffea arabica*.

Parte V

No século XV, marinheiros portugueses chamaram a península em que os bulom viviam de "Serra Leoa" ou montanha leoa, um nome que, ao longo do tempo, mudou para Serra Leoa. Em seu relato sobre a costa da Guiné, chamado *Esmeraldo de situ orbis*, escrito por volta de 1505, Duarte Pacheco Pereira explica como surgiu o termo:

Muitas pessoas pensam que o nome foi dado a este país porque há leões aqui, mas isso não é verdade. Foi Pero de Sintra, um cavaleiro do Infante D. Henrique de Portugal, que veio pela primeira vez a esta montanha. E quando viu um país tão íngreme e selvagem ele nomeou-o a terra do leão, e não por qualquer outra razão. Não há nenhuma razão para duvidar disso, pois ele o disse a mim mesmo. (Retirado da tradução por G.H.T. Kimble, 1937).

Stephen Braidwood (1994) escreve sobre os negros pobres de Londres, os brancos filantropos e a fundação de Serra Leoa.

Uma das dificuldades que os geógrafos europeus enfrentaram na identificação do curso do Níger foi que não só o rio flui em diferentes direções – norte, leste e sul – por uma distância de 4.200 quilômetros, mas vários trechos eram conhecidos localmente por nomes diferentes. Suas partes mais altas eram chamadas *Joliba*; sua parte inferior, *Quorra*; os tuaregues o conheciam como *egerew n-igerewen*. Os geógrafos do século XIX listaram 29 nomes para o rio principal e dezenove para o Benue, seu principal afluente. Pensava-se que os vinte rios do delta do Níger não passavam de zonas úmidas costeiras. Anthony Sattin

(2003) faz um relato vívido dos esforços dos exploradores europeus, incluindo Daniel Houghton, Mungo Park, Gordon Laing e Hugh Clapperton.

A incursão de Napoleão ao Egito é coberta por Paul Strathern (2008). A narrativa da ocupação francesa por Abd al Rahman al-Jabarti foi republicada em inglês, em 2005. Khaled Fahmy lida com a ascensão de Muhammad Ali ao poder (2009) e a formação de seu exército (1997).

A ocupação francesa da Argélia a partir de 1830 é tratada em edições em inglês por Charles-Robert Ageron (1991) e Benjamin Stora (2001). John Kiser lida com a vida e a época do emir Abd el-Kader (2008). Há várias explicações para a origem do nome *pieds-noirs*. Alguns dizem que pode ter sido inventado pelos árabes, que assim descreviam as botas pretas que soldados franceses usavam. Outros sugerem que era a cor dos pés dos viticultores franceses na Argélia ao pisarem as uvas, para fazer vinho. O termo "kouloughli" vem de uma palavra turca que significa literalmente "filhos de escravos". Era usado para distinguir a prole mestiça de mulheres argelinas e turcas dos janízaros, que eram escravos dos sultões otomanos.

A alta taxa de mortalidade por malária levou a costa oeste da África a ser conhecida como "o túmulo do homem branco". Muito antes da expedição de Baikie, de 1854, o quinina, um extrato retirado da casca de uma árvore nativa do Peru, a quinquina, já era utilizado para fins medicinais, mas como um curativo, e não como um profilático. Baikie provou que, ao tomar quinina como profilático, isso poderia ajudar a superar a malária. Por volta de 1860 e 1870, o quinina era de uso regular por missionários europeus, comerciantes e soldados, abrindo o caminho para a penetração mais profunda da África.

Parte VI

O êxodo de comunidades bôeres da Colônia do Cabo, na década de 1830, para o interior da África meridional, geralmente conhecido como Grande Trek, deu origem a uma mitologia poderosa sobre o povo africâner, construída no final do século XIX para combater a ameaça do imperialismo britânico. A mitologia é desvendada habilmente por Leonard Thompson (1985). A história zulu é abordada por Donald Morris (1966) e por John Laband (1998). A história xhosa e o desastre da mortandade do gado de 1856-7 são abordados por J.B. Peires (1981, 1989). A carreira de David Livingstone como missionário e viajante é explorada por Tim Jeal (1973).

Parte VII

Uma série de narrativas acadêmicas examina o papel de Zanzibar, no século XIX, no centro do comércio de marfim, escravos e especiarias: Edward Alpers (1975), Frederick Cooper (1977) e Abdul Sheriff (1987). Seguindo na esteira dos dois volumes clássicos de Alan Moorehead, *The White Nile* [O Nilo branco] (1960) e *The Blue Nile* [O Nilo azul] (1962), Tim Jeal (2011) escreve vividamente sobre as façanhas de aventureiros europeus procurando a fonte do Nilo, entre eles Richard Burton, John Hanning Speke, James Grant, David Livingstone, Henry Morton Stanley e Samuel Baker. O relato de Alfred Swann, *Fighting the*

Slave-Hunters in Central Africa [Lutando contra os caçadores de escravos na África central], foi publicado em 1910.

Em um registro em seu diário de 8 de abril de 1875, Stanley descreveu sua visão da capital do *kabaka* em Nabulagala, agora parte da moderna Kampala, ao se aproximar dela vindo de Usavara (atual Entebbe):

Está situada no cume de uma colina com vista para uma grande e bela região. Grandes estradas largas chegam a ela de todas as direções. A estrada mais larga e principal é aquela cuidada pelo Durbar [câmara do conselho] da capital do rei. Tem cerca de 120 metros de largura e 16 quilômetros de comprimento ... Em ambos os lados, alinham-se as casas e os jardins dos homens mais importantes.

Os aposentos reais, escreveu Stanley, eram uma vasta coleção coroando o soberano "em torno da qual existiam várias paliçadas e pátios circulares. Entre os aposentos e a cidade, havia uma estrada circular ... da qual irradiavam seis ou sete avenidas magníficas".

O fluxo de marfim da África no século XIX atingiu o mundo todo: Europa, América do Norte, Índia, China e Japão. O marfim africano era mais valorizado do que qualquer outro. Era mais refinado, mais rico em tom e maior do que o marfim indiano. Só a África oriental alcançou o status de maior fonte mundial de marfim por todo o século. A região produzia o que era conhecido como marfim "mole", que era branco, opaco, suave, ligeiramente curvo e fácil de ser trabalhado. A África ocidental tendia a produzir marfim "duro", que era menos intensamente branco, porém brilhante e mais translúcido.

Na era industrial do século XIX, os usos para o marfim pareciam ilimitados. Nenhum outro material respondia tão bem às ferramentas de corte e rodas de polimento da era vitoriana. Podia ser cortado, serrado, cinzelado, gravado, esmerilhado ou trabalhado em um torno. Podia ser tingido ou pintado. Era tão flexível que era possível transformá-lo em chicotes de montaria, cortado a partir do comprimento de presas inteiras. Podia ser fatiado em lâminas finas como papel tão transparentes que dava para ler uma impressão-padrão através delas. Uma folha de marfim exibida na Grande Exposição do Palácio de Cristal em Londres, em 1851, tinha 35 centímetros de largura e quinze metros de comprimento.

O marfim foi, em muitos aspectos, o plástico da época. As oficinas produziam uma vasta gama de produtos: botões, pulseiras, contas, argolas de guardanapo, agulhas de tricô, maçanetas, caixas de rapé, leques, cabos de pincéis para barbear, molduras, cortadores de papel, grampos de cabelo e de chapéus e joias de todos os tipos. Bengalas, guarda-chuvas, escovas de cabelo e bules ganharam cabos de marfim. Trabalhos de entalhes em marfim embelezavam espelhos, acessórios e mobiliários. Acima de tudo, ele se tornou o material ideal para teclas de piano e bolas de bilhar.

Mordechai Abir (1968) aborda o período do *Zamana Masafent*, na Abissínia. Sven Rubenson (1966) é o pioneiro dos estudos sobre o imperador Teodoro. Philip Marsden fornece um relato emocionante em *The Barefoot Emperor* [O imperador de pés descalços] (2007). Um dos reféns, Henry Blanc (1868), escreveu depois de sua libertação:

Em 1866, quando o vi pela primeira vez, tinha cerca de 48 anos. Sua pele é mais escura em comparação com a maioria de seus colegas etíopes. O nariz é aquilino; a boca é larga, mas os lábios são muito pequenos; o físico era médio, mas bem construído.

Ninguém se comparava a ele em sua capacidade de disparar lanças quando montado a cavalo; mesmo os mais fortes, se seguirem os passos de Teodoro, ficam cansados. Seus olhos são ligeiramente protuberantes, suaves e bruxuleantes; quando está de bom humor, as pessoas são obrigadas a gostar dele, mas quando está com raiva, aqueles olhos, de repente, se tornam marcados de sangue e parecem soltar fogo. Quando o rei está zangado seu estado geral é assustador; o rosto preto fica cinza; os lábios macios apertados parecem conter um forro branco; o cabelo fica arrepiado. Seu comportamento geral é um bom exemplo de pessoa sem controle e perigosa. No entanto, apesar da personalidade temperamental, ninguém se compara a ele em sua sagaz capacidade de comunicação e de reconciliar diferenças. Mesmo quando o encontrei, alguns dias antes de sua morte, ainda exibia a graça e o carisma de um rei ...

O exército do general Napier levou uma enorme quantidade de espólio, incluindo mais de mil manuscritos em ge'ez e amárico que Teodoro havia reunido. O arqueólogo da expedição selecionou 350 itens, que são considerados os mais valiosos da coleção do Museu Britânico e que serviram de base para valiosos estudos sobre a Etiópia.

Parte VIII

Peter Holt e Martin Daly (2011) fornecem uma consistente história geral do Sudão. O trabalho de Holt também inclui um estudo do Estado mahdista (2ª ed., 1970). O trabalho de Daly inclui dois volumes sobre o condomínio anglo-egípcio (1986, 1991). Richard Gray (1961) aborda a história do sul do Sudão entre 1839 e 1889. Fergus Nicoll (2004) fornece uma biografia detalhada do *mahdi*. Michael Asher (2005) faz um relato pitoresco das campanhas no Nilo, entre 1883 e 1898, incluindo o desastre que se abateu sobre o general Hicks, a última posição do general Gordon em Cartum e a batalha de Omdurman. A narrativa do padre Joseph Ohrwalder, *Ten Years' Captivity in the Mahdi's Camp* [Dez anos de cativo no acampamento do *mahdí*], foi publicada em 1892.

Wilfrid Blunt era um viajante que sabia falar árabe e que tinha trabalhado no serviço diplomático inglês por dez anos. Ele chegou ao Cairo em setembro de 1881, com a atribuição do governo britânico de avaliar a opinião pública egípcia. Ele admirava o coronel Urabi, via os urabitas como fonte de otimismo e tinha o islã em alta conta. Blunt fez um grande esforço para organizar uma defesa para o julgamento de Urabi e se correspondeu com ele com frequência. Em 1903, depois de Urabi ter retornado ao Egito, o coronel recontou sua versão dos acontecimentos de 1878 a 1882 a Blunt, que foi então incorporada por este em seu livro *Secret History of the English Occupation of Egypt* [História secreta da ocupação inglesa do Egito], publicado em 1907.

Parte IX

Em sua obra *Economic History of South Africa* [História econômica da África do Sul] (2005), Charles Feinstein fornece um relato magistral da transformação que ocorreu no sul da África, como resultado da descoberta de diamantes e ouro, no século XIX. Rob Turrell (1987) e William Worger (1987) lidam com o desenvolvimento da indústria de diamantes em Kimberley. Martin Meredith (2007) segue as carreiras de Cecil Rhodes e Paul Kruger e

abrange o período de quarenta anos a partir da descoberta de diamantes até a guerra anglo-bôer e a independência, em 1910. Richard Cope (1999) explora as origens da guerra anglo-zulu; Saul David (2004) faz um relato convincente do curso da guerra; e Jeff Guy (1979) descreve o pós-guerra. Em seu romance *The Story of an African Farm* [História de uma fazenda africana] (1863), Olive Schreiner evoca brilhantemente a paisagem semidesértica do Karoo.

Parte X (p.391-432)

Thomas Pakenham (1991) fornece uma narrativa notável sobre a disputa da Europa pelo território africano. Neal Ascherson (1963) e Barbara Emerson (1979) enfrentam o envolvimento do rei Leopoldo. Entre as muitas biografias de Henry Morton Stanley, o relato de Tim Jeal (2007) merece menção especial. Ronald Robinson, John Gallagher e Alice Denny (1965) tratam habilmente do papel do Reino Unido na África no século XIX, incluindo as maquinacões dos políticos britânicos sobre o Egito, Uganda, a África ocidental e a África meridional.

Em *The Lunatic Express* (1972), Charles Miller descreve os perigos envolvidos na construção da estrada de ferro de Uganda e as façanhas dos primeiros pioneiros e políticos brancos. Um engenheiro do exército, o tenente-coronel John Patterson (1907), escreveu um best-seller, *The Man-Eaters of Tsavo* [Os comedores de gente de Tsavo], sobre suas experiências como responsável pela construção de uma ponte sobre o rio Tsavo e os leões que ele teve de enfrentar. Winston Churchill visitou Uganda em 1907 e tomou chá com Daudi Chwa, então com onze anos de idade, no palácio do *kabaka*, sob retratos da rainha Vitória e do rei Eduardo: "um menino gracioso, de aparência distinta", que, depois de superar a timidez inicial, confessou sua paixão por futebol.

O vale do Rift, na África, é a maior ruptura na face terrestre do planeta. O nome foi dado pelo explorador inglês John Gregory (1896), em seu relato sobre sua viagem ao leste da África, em 1893. Ele primeiro avistou o vale da escarpa Kikuyu, próximo da atual Nairóbi, a noroeste. "Ficamos imóveis, perdidos na admiração da beleza e maravilhados com o caráter desse vale, até que os burros jogaram suas cargas e saíram correndo caminho abaixo." Parte do vale do Rift no Quênia e no norte da Tanzânia ainda é conhecida como vale Gregory Rift. Vários relatos de antigos colonos brancos no Quênia merecem menção. Na obra *The Flame Trees of Thika* [As árvores de fogo de Thika] (1959) e *The Mottled Lizard* [Lagarto pintado] (1962), Elizabeth Huxley narra em cores vívidas os anos de sua infância, vivida em uma família pioneira no início da era colonial. Em *A fazenda africana* (1937), Karen Blixen descreve seus esforços para estabelecer uma fazenda de café ao pé das colinas Ngong; um subúrbio da moderna Nairóbi leva seu nome.

Michael Crowder (1968) oferece uma pesquisa magistral sobre o oeste da África diante da incrustação europeia. Relatórios de dois visitantes europeus ao reino axânti, Thomas Freeman (1843) e Thomas Bowdich (1819), fornecem detalhes vívidos. Ivor Wilks (2ª ed., 1989) abrange a ascensão do reino axânti; Robert Edgerton (1995) lida com sua queda.

O rei Premepe e outros membros da família real foram primeiro encarcerados na fortaleza de Elmina e depois enviados para o exílio em Serra Leoa. Mas tantos súditos axântis viajavam toda a distância até Serra Leoa com presentes de ouro em pó e notícias da política axânti que as autoridades britânicas moveram-nos para as ilhas Seychelles, no oceano Índico. Em

seu retorno a Axânti, Prempe foi oficialmente reconhecido não como *ashantihene*, mas como o *kumasihene* – o rei de Kumasi. Em 1935, o título de *ashantihene* foi restaurado a seu sucessor, Prempe II. O Banco de Ouro permaneceu escondido dos britânicos até 1920, quando eles asseguraram que permaneceria em mãos axântis. Em 1935, foi exibido em público pela primeira vez desde 1896, na coroação de Prempe II.

Parte XI

O viajante inglês Richard Burton (1856) passou seis meses na Somália, em 1854, e observou o amor dos somalis tanto por camelos quanto por poesia:

Todo homem tem sua posição acerca de literatura tão precisamente definida como se tivesse sido citado por um século de revistas – o bom ouvido deste povo os leva a ter o maior prazer em sons harmoniosos e expressões poéticas, ao passo que uma quantidade falsa ou frases prosaicas incitam violenta indignação ... Cada chefe no país deve ter uma ode a ser cantada por seu clã, e os grandes patrocinam literatura leve, mantendo um poeta.

Para um relato informativo sobre o líder somali Muhammad Abdullah Hassan, ver o ensaio de Robert Hess em "Mad Mullah", *Journal of African History*, vol.V, n.3, 1964, p.415-33 ["Mulá louco", em Diário da história africana].

A metralhadora Maxim, um protótipo da metralhadora moderna, desenhada e produzida por Hiram Maxim em uma fábrica de Londres na década de 1880, foi usada com efeito devastador no curso de várias campanhas africanas, incluindo Omdurman. Em um poema intitulado "The Modern Traveller" ["O viajante moderno"], o escritor anglo-francês Hilaire Belloc resumiu a vantagem que ela deu às potências europeias:

Aconteça o que acontecer, temos
A metralhadora Maxim, e eles não.

A retirada francesa de Fachoda e, com ela, o fim das ambições de estabelecer um território francês que se estendesse ao longo do cinturão central da África, desde a costa atlântica até o mar Vermelho, denegriu a imagem dos oficiais franceses por gerações. Em suas memórias, o general De Gaulle listou os desastres que afligiram a França em sua juventude e que o levaram a se dedicar à defesa da "grandeza" do seu país: em primeiro na lista, estava o incidente de Fachoda. No século XX, a vigilância da França contra a incrustação anglófona no que eles consideravam ser seu quintal na África – ou seu "*pré carré*" – tornou-se conhecida como a síndrome de Fachoda. Martin Meredith (2011) analisa as consequências fatais para Ruanda.

Parte XII

A jornada de Joseph Conrad até o rio Congo, do lago Stanley até as cataratas Stanley, em 1890, levou quatro semanas. Na viagem de regresso, um agente francês para uma empresa de coleta de marfim morreu a bordo. Alguns anos mais tarde, um oficial belga da Force

Publique, que havia sido alocado nas cataratas Stanley como chefe do posto, ganhou notoriedade por decorar o canteiro de flores na frente de sua casa com as cabeças de 21 mulheres e crianças mortas durante uma expedição militar punitiva.

Stanley voltou ao Congo em 1887, à frente de uma expedição para resgatar um funcionário europeu, Emin Pasha, sob cerco no sul do Sudão. Em seu relato da expedição, *In Darkest Africa* [Na África mais sombria] (1890), Stanley protestou contra as depredações do comércio de marfim:

Cada presa, peça e resíduo de marfim na posse de um comerciante árabe estava banhado de sangue humano. Cada quilo custava a vida de um homem, mulher ou criança; para cada cinco quilos, uma cabana tinha sido queimada; para cada duas presas, uma vila inteira fora destruída; cada vinte presas eram obtidas à custa de um distrito com todos os seus habitantes, aldeias e plantações. É simplesmente incrível que, por causa da necessidade de marfim para ornamentos ou jogos de bilhar, o rico coração da África deva ser devastado neste ano tão perto do final do século XIX, e que populações nativas, tribos e nações devam ser totalmente destruídas ...

Adam Hochschild (1998) aborda a história do Estado Livre do Congo do rei Leopoldo da Bélgica com detalhes fascinantes e meticulosos. A pilhagem da bacia do Congo para obter borracha selvagem foi realizada não apenas por empresas belgas, mas por empresas concessionárias francesas que utilizavam métodos semelhantes de trabalho forçado, tomada de reféns, flagelação e assassinato. Foi atribuída a essas empresas a enorme proporção de dois terços do território da África Equatorial Francesa.

Parte XIII

Grande parte da evidência sobre a conspiração de Rhodes e o papel, nela, de Joseph Chamberlain permaneceu oculto até o trabalho pioneiro de Jean van der Poel ter sido publicado, em 1951. Em 1961, J.S. Marais seguiu-se a Van der Poel com um estudo magistral da queda do regime de Kruger. A narrativa de Elizabeth Longford, de 1982, acrescenta mais detalhes.

A controvérsia sobre as causas da guerra anglo-bôer durou grande parte do século XX. Tudo começou em 1900, com a publicação do livro de John Hobson *The War in South Africa: Its Causes and Effects* [A guerra na África do Sul: suas causas e efeitos], no qual ele afirmava que o Reino Unido tinha basicamente entrado em guerra "para colocar uma pequena oligarquia de proprietários de minas e especuladores no poder, em Pretória". Em essência, segundo ele, a guerra surgiu de uma conspiração de milionários do ouro e financeiros judeus, com a cumplicidade de políticos britânicos, que visavam tornar as operações de mineração mais rentáveis. Hobson desenvolveu o tema em uma análise geral da relação entre o capitalismo e o imperialismo em seu livro *Imperialism* [Imperialismo], publicado em 1902. A obra de Hobson teve uma profunda influência sobre Lênin, que a reconheceu em seu tratado *Imperialismo: Fase superior do capitalismo*, publicado originalmente em 1917. Essa obra foi posteriormente usada por gerações de marxistas e escritores de esquerda para ilustrar as maquinacões do mal do capitalismo.

Mas a perspectiva da guerra de Hobson era limitada. Ele não tinha conhecimento, por exemplo, do papel desempenhado por Milner. Quando os historiadores mais tarde procuraram arquivos do governo e os documentos privados de políticos e magnatas como provas sobre a conspiração, havia pouco a ser encontrado. A evidência arquivística mostrou que, ao tomarem decisões sobre o Transvaal, em 1899, os ministros britânicos não estavam motivados por qualquer preocupação com os lucros da empresa de mineração ou pelas ambições de controlar o comércio de ouro, mas pela necessidade de reforçar a supremacia política britânica na região. O próprio Milner reivindicou a responsabilidade pelo início da guerra. "Eu precipitei a crise, o que era inevitável, antes que fosse tarde demais." O historiador Iain Smith desvenda as questões em seu livro *The Origins of the South African War* [As origens da guerra sul-africana] (1996). A melhor narrativa integral da guerra é dada por Thomas Pakenham (1979).

A brutal ocupação alemã do sudoeste da África é coberta por Horst Drechsler (1980) e por David Olusoga e Casper Erichsen (2009).

Parte XIV

O caráter do Egito começou a mudar no início do século XX, com um êxodo contínuo das áreas rurais e o rápido crescimento do Cairo e de Alexandria. Segundo o censo de 1927, a população do Cairo tinha atingido mais de um milhão e a de Alexandria situava-se em meio milhão. Em sua brilhante sequência de romances *O quarteto de Alexandria* (1957-60), Lawrence Durrell descreve o estilo de vida hedonista da comunidade de expatriados ricos que dominou a sociedade de Alexandria no entreguerras.

A obra fundamental de Richard Mitchell sobre a Irmandade Muçulmana (1969) cobre seus anos de formação, antes de 1952. Gilles Kepel (1993) fornece mais detalhes. Na *risala* de Hasan al-Banna, chamada "Our Mission" ["Nossa missão"], ele escreveu:

Acreditamos que o islamismo é um conceito abrangente que regula todos os aspectos da vida, pronunciando-se sobre cada uma de suas características e prescrevendo para elas uma ordem sólida e rigorosa ... Algumas pessoas erroneamente entendem por islamismo algo restrito a certos tipos de práticas religiosas ou exercícios espirituais ... mas nós entendemos o islamismo – em oposição a este ponto de vista – de forma muito ampla e abrangente como a regulação dos assuntos dos homens neste mundo e no próximo.

Embora a maioria das atividades iniciais da Irmandade tenha sido direcionada para a reforma gradual da sociedade egípcia, Al-Banna abraçou o conceito islâmico da jihad. O uso da força era legítimo, argumentou ele, para defender a comunidade muçulmana, quando ela fosse submetida ao governo de incrédulos ou fosse vulnerável à ameaça externa. Os alvos primários da jihad eram os imperialistas ocidentais e os sionistas que tinham colonizado as terras muçulmanas. Mas a jihad também se justificava para tratar com grupos de oposição rivais e o governo egípcio.

Hailê Selassiê era adorado como um deus vivo (Jah) pelos adeptos do rastafarianismo, uma religião que surgiu na Jamaica, na década de 1930, e cujo nome deriva de seu título, rás Tafari. Em uma visita de três dias que Hailê Selassiê fez à Jamaica, em 1966, alguns jamaicanos ficaram convencidos de que haviam acontecido milagres. Anthony Mockler (1984) trata da ocupação da Abissínia pela Itália.

Um censo da população da África do Sul, em 1910, registrou um total de 5,878 milhões de pessoas, com 3,956 milhões de africanos e 1,257 milhão de brancos, dos quais cerca de 700 mil eram africanos; 517 mil, "coloureds" (mulatos); e 148 mil, asiáticos. O relatório da Comissão Carnegie *The Poor White Problem in South Africa* [O problema do pobre branco na África do Sul] foi publicado em cinco volumes, em 1932 (Pro-Ecclesia, Stellenbosch).

Parte XV

A ascensão do nacionalismo africano e o período de descolonização são tratados em abordagens gerais por David Birmingham (1995), Frederick Cooper (2002), Prosser Gifford e W. Roger Louis (orgs., 1982), John Hargreaves (1995), Thomas Hodgkin (1956) e Martin Meredith (2011). Os estudos de caso incluem Dennis Austin, sobre Gana (1964); James Coleman (1958) e Richard Sklar (1963), sobre a Nigéria; John Cartwright, sobre Serra Leoa (1970); David Throup, sobre as origens da rebelião Mau-Mau (1987); Ruth Morgenthau, sobre as colônias francesas da África ocidental (1964); Alistair Horne, sobre a Argélia (1987); Aristide Zolberg, sobre a Costa do Marfim (1969); e Crawford Young, sobre o Congo Belga (1965). A investigação inovadora de Ludo de Witte sobre o assassinato de Patrice Lumumba foi publicada em holandês, em 1999, depois em francês, em 2000, e em inglês, em 2001. A carreira de Nelson Mandela é coberta por sua autobiografia (1994) e por biografias por Anthony Sampson (1999) e Martin Meredith (2014).

Parte XVI

O título do capítulo "A primeira dança da liberdade" foi retirado de uma citação de Lord Byron, em *Detached Thoughts* [Pensamentos desconexos] (1821-2): "Às vezes, queria ser o dono da África; fazer logo o que Wilberforce vai fazer com o tempo, a saber – varrer a escravidão de seus desertos e olhar para a primeira dança de sua liberdade."

Em seu estudo sobre os Estados de partido único da África ocidental, publicado em 1965, sir Arthur Lewis, um importante economista caribenho, observou:

O que está acontecendo em alguns desses países é totalmente explicado em termos da cobiça normal dos seres humanos por poder e riqueza. É muita coisa em jogo. Governo significa poder, prestígio e dinheiro. O poder é incrível ... As decisões são arbitrárias ... O prestígio também é incrível. Homens que se dizem democratas, na verdade, se comportam como imperadores. Personificando o Estado, vestem-se com uniformes, constroem palácios para si próprios, fazem parar todo o tráfego quando estão dirigindo, organizam desfiles extravagantes e geralmente exigem serem tratados como faraós egípcios. E o dinheiro também é incrível ... salários ... abonos, despesas de viagem e outros benefícios adicionais. Há também grandes colheitas em subornos, contratos estaduais, desvio de fundos públicos para usos privados e comissões de vários tipos. Ser um ministro é ter a chance de uma vida inteira para fazer uma fortuna.

O declínio econômico da África é examinado por Robert Bates (1981), Thomas Callaghy e John Ravenhill (orgs., 1993), David Fieldhouse (1986), John Ravenhill (org., 1986), Douglas

Rimmer (org., 1992), Richard Sandbrook (1985, 1993) e Nicolas van der Walle (2001).

Entre 1990 e 1996, 37 dos 48 Estados africanos da África subsaariana realizaram eleições multipartidárias. Mais da metade das eleições resultou em um ex-ditador permanecendo no cargo. Os golpes militares foram uma característica recorrente do período pós-1990. Entre 1991 e 2001, houve 47 tentativas de golpe, das quais treze foram bem-sucedidas.

O avanço da China na África é analisado habilmente por Deborah Brautigam (2009) e Ian Taylor (2010). O relatório da Chatham House, *Nigeria's Criminal Crude: International Options to Combat the Export of Stolen Oil* [Óleo criminoso da Nigéria: opções internacionais para combater a exportação de óleo roubado] (2013), foi escrito por Christina Katsouris e Aaron Sayne. Em 2013, o Banco Mundial informou que o número de pessoas vivendo em extrema pobreza na África havia subido, nas três décadas anteriores, de 205 milhões para 414 milhões de pessoas.

^z Em grego, *Hi-Gi-Ptos*. (N.T.)



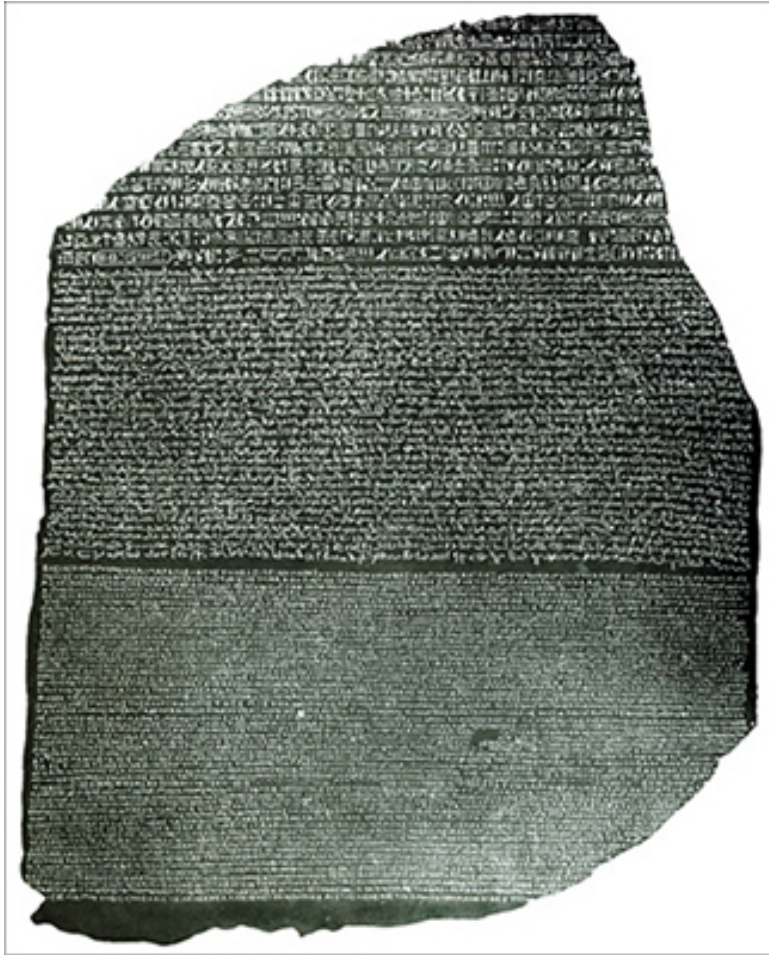
1. As pirâmides de Gizé são símbolos da riqueza dos governantes do Egito antigo, que as construíram, há 4.500 anos, como elementos de passagem para a vida após a morte.



2. O templo de Abu Simbel, encomendado por Ramsés II, foi esculpido na face de rocha pura de uma imponente montanha sagrada às margens do Nilo. Seu santuário interior foi projetado para que, duas vezes por ano, nos equinócios de primavera e de outono, os raios do sol nascente inundassem a entrada do templo, iluminando as estátuas dos quatro deuses, um dos quais era Ramsés.



3. A máscara funerária de ouro de Tutancâmon veio a simbolizar a opulência e o mistério do Egito antigo.



4. Descoberta em 1799, a Pedra de Roseta, um decreto do governo redigido no século II a.C. em três escritas – hieróglifos, demótico (egípcio cursivo) e grego antigo –, tornou-se a chave para desvendar os segredos da história egípcia antiga.



5. No século II d.C., o geógrafo alexandrino Cláudio Ptolomeu compilou um mapa do mundo, nomeando a nascente do Nilo como *Lunae Montes*, as Montanhas da Lua. Pelos 1.700 anos seguintes, o mapa de Ptolomeu manteve-se como o único guia para o mistério das nascentes do Nilo.



6. O reino de Aksum, nas terras altas da Etiópia, produziu mais de uma centena de estelas em granito, representando os edifícios de muitos andares do espírito subindo em direção ao céu. A maior ainda de pé tem 22 metros de altura.



7. Afresco do século XII, na igreja de Bet Maryam, em Lalibela.



8. A igreja de São Jorge, uma das onze igrejas monolíticas de Lalibela, esculpida em rocha sólida na forma de uma cruz.



9. Escultura de bronze do reino de Ife, que floresceu na África ocidental, no século XII.



10. Cabeça de bronze de uma rainha-mãe do reino do Benin, conhecido por uma tradição artística que remonta ao século XVI.



11. O *Atlas catalão*, elaborado por Abraham Cresques em 1375, retrata *mansa* Musa, governante do império do Mali, recebendo um comerciante saariano. A legenda descreve-o como "o rei mais rico e nobre em toda a Terra".



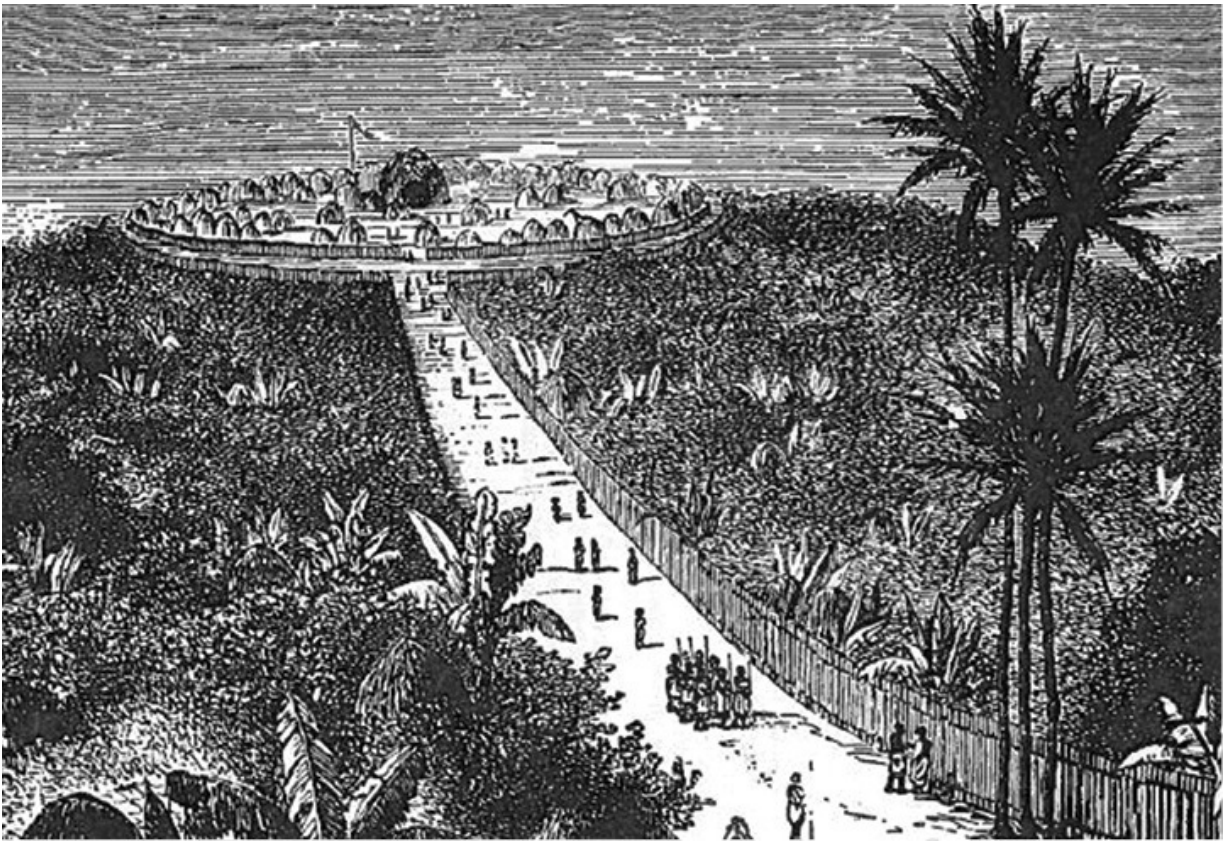
12. A Grande Mesquita em Djenné-Jeno é o maior edifício de tijolos de barro do mundo. A primeira mesquita a ser construída no local é do século XIII. A estrutura atual data de 1907.



13. Tombuctu foi outrora um famoso centro de aprendizagem. Sua Grande Mesquita foi fundada por *mansa* Musa, governante do império do Mali, no século XIV.



14. O cartógrafo holandês Willem Blaeu preencheu os espaços do interior africano em seu mapa de 1644 com elefantes e outras espécies da vida selvagem. A escassez de informações sobre o interior levou o satirista Jonathan Swift a zombar de geógrafos europeus por seus esforços em "colocar elefantes por falta de cidades".



15. Um esboço do século XIX de Rubaga, a capital de Mutesa, no reino de Buganda.



16. A Cidadela do Cairo, sede do governo do Egito por setecentos anos, foi construída sobre um promontório sob as colinas Muqattam, local originalmente escolhido, em 1171, pelo governante aiúbida Salah al-Din. A mesquita Muhammad Ali foi erguida ali no século XIX.



17. Um rico comerciante suaíli, Hamed bin Muhammed, também conhecido como Tippu Tip, construiu um império de marfim e escravos nas florestas de Manyema, na bacia do Congo, agindo supostamente como agente do sultão de Zanzibar.



18. O jovem iorubá Samuel Ajayi Crowther foi capturado como escravo aos doze anos por assaltantes muçulmanos, vendido para os portugueses, resgatado por um navio de patrulha da Marinha Real Britânica e educado por missionários em Serra Leoa. Ele se tornou o primeiro bispo anglicano africano na África ocidental.



19. O "Big Hole" de Kimberley ainda na fase inicial, retratado em 1872, local da mais rica mina de diamantes jamais descoberta.



20. As comemorações para marcar a abertura do canal de Suez, em 1869, duraram três semanas, atraindo visitantes e espectadores do mundo todo.



21. O magnata do diamante Cecil Rhodes usou sua fortuna impiedosamente para estender os domínios do império britânico na África. "Gostaria de anexar os planetas se pudesse", disse uma vez. Uma charge da revista *Punch* de 1892 apresenta-o como um colosso de pé sobre a África, um pé na Cidade do Cabo, o outro no Cairo.



22. Paul Kruger, líder da república bôer do Transvaal, onde a mina de ouro mais rica do mundo tinha sido descoberta, tornou-se alvo de uma conspiração britânica para derrubá-lo e assumir o controle.



23. O colosso de Rhodes. Da Cidade do Cabo ao Cairo.



24. Monarca ganancioso e desonesto, Leopoldo II da Bélgica conquistou um domínio privado de 2,5 milhões de quilômetros quadrados na bacia do Congo, com o qual procurou fazer fortuna pessoal, primeiro com marfim, em seguida com borracha.



25. O regime de exploração da borracha do rei Leopoldo logo degenerou em violência em massa e assassinato. Uma charge da revista *Punch* de 1906 o mostra como uma serpente de borracha esmagando a vida do povo do Congo.



26. Nsala, pai de uma menina de 5 anos, olha para o que restou da filha: um pé e uma mão decepados. A fotografia foi usada em um livro de 1904 que expunha o terror vigente no Estado Livre do Congo, do rei Leopoldo.



ON THE SWOOP!

27. Uma charge da revista *Punch* de 1890 mostra a águia alemã se lançando em ataque sobre a África. A ocupação de vastas áreas da África oriental e do sudoeste pela Alemanha provocou revoltas que foram tratadas com repressão brutal. Mais de três quartos do povo herero e metade dos namas, do sudoeste africano, foram aniquilados.



28. Em nome do "progresso", o ditador da Itália, Benito Mussolini, ordenou a conquista da Etiópia do imperador Hailê Selassie em 1936, usando bombardeio aéreo, gás venenoso e meio milhão de soldados.



THE DAWN OF PROGRESS.

"BUT HOW AM I TO SEE IT! THEY'VE BLINDED ME."

29. O amanhecer do progresso. "Mas como vou enxergá-lo? Eles me cegaram."



30. Gamal Abdel Nasser, Egito.



31. Jomo Kenyatta, Quênia.



32. Kwame Nkrumah, Ghana.



33. Hastings Banda, Malawi.



34. Patrice Lumumba, Congo.



35. Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, em Washington, com o presidente John F. Kennedy.



36. Léopold Senghor, Senegal.



37. Nelson Mandela, África do Sul.

Créditos das imagens

Fotos:

Corbis: [19](#), [21](#), [22](#), [33](#)

Getty: [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [6](#), [7](#), [8](#), [10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14](#), [16](#), [20](#), [24](#), [36](#), [37](#)

Mary Evans Picture Library: [9](#), [18](#), [32](#), [34](#), [35](#)

Punch: [23](#), [25](#), [27](#), [29](#)

Rex: [17](#), [28](#), [30](#), [31](#)

Mapas:

ML Design

Bibliografia selecionada

- Abir, M., *Ethiopia, The Era of the Princes: The Challenge of Islam and the Re-Unification of the Christian Empire*, 1968.
- Abun-Nasr, J.M., *A History of the Maghrib in the Islamic Period*, 1987.
- Achebe, C., *Things Fall Apart*, 1958. [Ed.bras.: *O mundo se despedaça*, 2009.]
- Adams, W., *Nubia: Corridor to Africa*, 1977.
- Afonso, I., *Correspondence de Dom Afonso, roi du Congo, 1506-43*, org. Louis Jadine, Mireille Decorato, 1974.
- Ageron, C.-R., *Modern Algeria: A History from 1830 to the Present*, 1991.
- Ajayi, J.F.A., *Christian Missions in Nigeria, 1841-1891: The Making of an Educated Elite*, 1965.
- Ajayi, J.F.A. e Crowder, M. (orgs.), *History of West Africa*, 3ª ed., 2 vols., 1985-6.
- Ajami, F., *The Arab Predicament: Arab Political thought and Practice Since 1967*, 1992.
- Ake, C., *Democracy and Development in Africa*, 1996.
- Akyeampong, E. e Gates, H. (orgs.), *Dictionary of African Biography*, 6 vols., 2012.
- Alpers, E., *Ivory and Slaves in East Central Africa*, 1975.
- Alvares, F., *The Prester John of the Indies (1540)*, trad. C.F. Beckingham e G.W.B. Huntingford, 1961. [Ed. port.: *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias, 1540.*]
- Andargachew Tiruneh, *The Ethiopian Revolution, 1974-1987*, 1993.
- Anderson, D., *Histories of the Hanged: Britain's Dirty War in Kenya and The End of the Empire*, 2005.
- Anderson, D. e Rathbone, R. (orgs.), *Africa's Urban Past*, 2000.
- Anstey, R., *Britain and the Congo in the Nineteenth Century*, 1962.
- _____, *King Leopold's Legacy: the Congounder Belgian Rule, 1908-1960*, 1966.
- Ascherson, N., *The King Incorporated: Leopold The Second in the Age of Trusts*, 1963.
- Asher, M., *Khartoum*, 2005.
- Athanasius, *The Life of St. Antony*, 2003. [Atanásio, *A vida de santo Antão.*]
- Austen, R., *Trans-Saharan African World History*, 2010.
- Austin, D., *Politics in Ghana, 1946-1960*, 1964.
- Autin, J., *Pierre Savorgnan de Brazza*, 1985.
- Awolowo, O., *Path to Nigerian Freedom*, 1947.
- Axelson, E., *Congo to Cape: Early Portuguese Explorers*, 1973.

- _____, *Portuguese in South-East Africa, 1488-1600*, 1973.
- Azurara, G.E. de, *The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea* [1441-48] (c.1450), trad. e ed. C.R. Beazley e E. Prestage, 2 vols., 1896, 1899. [Ed. port.: *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*, 1841.]
- Bahru Zewde, *A History of Modern Ethiopia, 1855-1991*, 2001.
- Baker, S., *The Nile Tributaries of Abyssinia*, 1867.
- _____, *The Albert N'yanza: Great Basin of the Nile and Exploration of the Nile's Sources*, 2 vols., 1874.
- Balandier, G., *Daily Life in the Kingdom of the Kongo from the Sixteenth to the Eighteenth Century*, 1968.
- Barber, J., *Rhodesia: The Road to Rebellion*, 1967.
- Barbot, J., *A Description of the Coasts of North and South Guinea; and of Ethiopia Interior, vulgarly called Angola*, 1746.
- Barth, H., *Travels and Discoveries in North and Central Africa*, 3 vols., 1857-59.
- Bates, R., *Markets and States in Tropical Africa: The Political Basis of Agricultural Policies*, 1981.
- _____, *Essays on the Political Economy of Rural Africa*, 1987.
- Beach, D., *The Shona and Zimbabwe 900-1850*, 1980.
- _____, *The Shona and Their Neighbours*, 1994.
- Beachey, R., *The Slave Trade of Eastern Africa*, 1976.
- Beinart, W., *Twentieth Century South Africa*, 2ª ed., 2001.
- Beinart, W. e Dubow, S. (orgs.), *Segregation and Apartheid in Twentieth-Century South Africa*, 1995.
- Bello, sir Ahmadu, *sardauna de Sokoto, My Life*, 1962. Bennett, N., *Mirambo of Tanzania (1840-1884)*, 1971.
- Berkeley, B., *The Graves Are Not Yet Full: Race, Tribe and Power in the Heart of Africa*, 2001.
- Berman, B. e Lonsdale, J., *Unhappy Valley: Conflict in Kenya and Africa*, 2 vols., 1992.
- Biko, S., *I Write What I Like*, 1986.
- Birmingham, D., *Decolonisation in Colonial Africa*, 1995.
- Birmingham, D. e Martin, P.M. (orgs.), *History of Central Africa*, 2 vols., 1983, 1990.
- Blake, J.W., *West Africa: Quest for God and Gold 1454-1578*, 2ª ed., 1977.
- Blake, R., *A History of Rhodesia*, 1977.
- Blanc, H., *A Narrative of Captivity in Abyssinia*, 1868.
- Blixen, K., *Out of Africa*, 1937. [Ed. bras.: *A fazenda africana*, 2005.]
- Blundell, G., *Origins*, 2006.
- Blunt, W., *The Secret History of the English Occupation of Egypt*, 1907.
- Boahen, A., *Britain, the Sahara and the Western Sudan, 1788-1861*, 1964.

- Bonner, P., *Kings, Commoners and Concessionaires: The Evolution and The Dissolution of the Nineteenth-Century Swazi State*, 1983.
- Bosman, W., *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea, divided into the Gold, the Slave and the Ivory Coasts*, 1705.
- Boubacar, B., *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*, 1998.
- Bovill, E.W., *The Golden Trade of the Moors*, 1968, reimpressão 1995.
- Bowden, M., *Black Hawk Down*, 1999.
- Bowdich, T., *Mission from Cape Coast to Ashantee*, 1819.
- Braidwood, S., *Black Poor and White Philanthropists: London's Blacks and the Foundation of the Sierra Leone Settlement, 1786-91*, 1994.
- Bratton, M. e van de Walle, N., *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*, 1997.
- Brautigan, D., *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*, 2009.
- Breasted, J., *Ancient Records of Egypt*, 1906-7.
- Bredin, M., *The Pale Abyssinian: The Life of James Bruce*, 2000.
- Brett, M., *Ibn Khaldun and the Medieval Maghrib*, 1999.
- Brett, M. e Fentress, E., *The Berbers*, 1996.
- Bretton, H., *The Rise and Fall of Kwame Nkrumah: A Study of Personal Rule in Africa*, 1967.
- Brodie, F., *The Devil Drives: A Life of Sir Richard Burton*, 1967.
- Bruce, J., *Travels to Discover the Source of the Nile, in the Years 1768-1773*, 1790.
- Buckle, C., *African Tears: The Zimbabwe Land Invasions*, 2001.
- _____, *Beyond Tears: Zimbabwe's Tragedy*, 2003.
- Bulliet, R.W., *The Camel and the Wheel*, 1975.
- Bundy, C., *The Rise and Fall of the South African Peasantry*, 1979.
- Burgat, F., *The Islamic Movement in North Africa*, 1993.
- Burr, J.M. e Collins, R., *Revolutionary Sudan: Hasan Al-Turabi and the Islamist State, 1989-2000*, 2003.
- Burstein, S., *Agatharchides of Cnidus, On the Erythraean Sea*, 1989.
- Burton, R., *First Footsteps in East Africa: or, An Exploration of Harar*, 2 vols., 1856.
- _____, *The Lake Regions of Central Africa*, 2 vols., 1860.
- _____, *Zanzibar: City, Island and Coast*, 2 vols., 1872.
- Butcher, T., *Blood River: A Journey to Africa's Broken Heart*, 2007.
- Caillié, R., *Travels through Central Africa to Timbuctoo and across the Great Desert to Morocco Performed in the Years 1824-1828*, 2 vols., 1830.
- Callaghy, T. e Ravenhill, J. (orgs), *Hemmed In: Responses to Africa's Economic Decline*, 1993.
- Cambridge History of Africa*, 8 vols., 1975-86.
- Cambridge History of Egypt*, 2 vols., 2008.

Cambridge History of South Africa, 2 vols., 2010-1.

Cameron, V., *Across Africa*, 1877.

Campbell, G., *Blood Diamonds: Tracing the Deadly Path of the World's Most Precious Stones*, 2004.

Carlin, J., *Playing the Enemy: Nelson Mandela and the Game that Made a Nation*, 2008.

Carnegie Commission, *The Poor White Problem in South Africa*, 1932.

Cartwright, J., *Politics in Sierra Leone, 1947-1967*, 1970.

Casement, R., *The Black Diaries: An Account of Roger Casement's Life and Times with a Collection of his Diaries and Public Writings*, org. Peter Singleton-Gates e Maurice Girodias, 1959.

Casson, L., *The Periplus Maris Erythraei*, 1989.

Chabal, P. et al. (orgs.), *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, 2003.

Charlton, M., *The Last Colony in Africa: Diplomacy and the Independence of Rhodesia*, 1990.

Chrétien, J.-P., *The Great Lakes of Africa: Two Thousand Years of History*, 2003.

Chipman, J., *French Power in Africa*, 1989.

Churchill, W., *The River War: An Historical Account of the Reconquest of the Soudan*, 2 vols., 1899.

_____, *My African Journey*, 1908.

Clapham, C., *Haile-Selassie's Government*, 1969.

_____, *Transformation and Continuity in Revolutionary Ethiopia*, 1988.

Clarke, P.B., *West Africa and Islam: A Study of Religious Development from the 8th to the 20th Century*, 1982.

Clayton, A., *The Zanzibar Revolution and its Aftermath*, 1981.

Cliff, N., *The Last Crusade: The Epic Voyages of Vasco da Gama*, 2013.

Coleman, J., *Nigeria: A Background to Nationalism*, 1958.

Collier, P., *The Bottom Billion*, 2007.

Collier, R., *Regimes in Tropical Africa: Changing Forms of Supremacy, 1945-1975*, 1982.

Collins, R., *Shadows in the Grass: Britain in the Southern Sudan 1918-1956*, 1983.

_____, *The Nile*, 2002.

_____, *A History of Modern Sudan*, 2008.

Collins, R.O. e Burns, J., *A History of Sub-Saharan Africa*, 2007.

Conrad, J., *Heart of Darkness*, 1899. [Ed.bras.: *Coração das trevas*, 2008.]

_____, *Last Essays*, 1926.

Cooper, F., *Plantation Slavery in East Africa*, 1977.

_____, *Africa since 1940*, 2002.

Cope, R., *The Ploughshare of War: The Origins of the Anglo-Zulu War of 1879*, 1999.

Coquery-Vidrovitch, C., *Afrique Noire: permanences et ruptures*, 1985 (*Africa: Endurance and Change South of the Sahara*, 1988).

Coulson, A., *Tanzania: A Political Economy*, 1982.

Crone, G.R., *The Voyages of Cadamosto and Other Documents on Western Africa in the Second Half of the Fifteenth Century*, 1937.

Crowder, M., *West Africa Under Colonial Rule*, 1968.

_____, *The Story of Nigeria*, 4^a ed., 1978.

Cruise O'Brien, C., *To Katanga and Back*, 1962.

Cruise O'Brien, D., *The Mourides of Senegal: The Political and Economic Organization of an Islamic Brotherhood*, 1971.

Crummey, D., *Land and Society in the Christian Kingdom of Ethiopia from the 13th to the 20th Century*, 2002.

Curtin, P., *The Atlantic Slave Trade: A Census*, 1969.

_____, *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade*, 2 vols., 1975.

Curtin, P. (org.), *Africa Remembered: Narratives of West Africans from the Era of the Slave Trade*, 1967.

Curtin, P., Feierman, S., Thompson, L. e Vansina, J., *African History: From Earliest Times to Independence*, 2^a ed., 1995.

Dallaire, R., *Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*, 2003.

Daly, M., *Empire of the Nile: The Anglo-Egyptian Sudan, 1898-1934*, 1986.

_____, *Imperial Sudan: The Anglo-Egyptian Condominium, 1934-56*, 1991.

Davenport, R. e Saunders, C., *South Africa: A Modern History*, 5^a ed., 2000.

David, S., *Zulu: The Heroism and Tragedy of the Zulu War of 1879*, 2004.

Davidson, B., *The African Past*, 1964.

Davis, R.C., *Christian Slaves, Muslim Masters: White Slavery in the Mediterranean, the Barbary Coast and Italy, 1500-1800*, 2004.

Dawit Wolde Giorgis, *Red Tears: War, Famine and Revolution in Ethiopia*, 1989.

de Beer, G., *Alps and Elephants: Hannibal's March*, 1955.

de Klerk, F.W., *The Last Trek: A New Beginning – The Autobiography*, 1998.

De Witte, L., *The Assassination of Lumumba*, 2001.

Decalo, S., *Psychoses of Power: African Personal Dictatorships*, 1989.

_____, *Coups and Army Rule in Africa*, 2^a ed., 1990.

Delius, P., *'The Land Belongs to Us': The Pedi Polity, the Boers and the British in the Nineteenth Century Transvaal*, 1983.

Des Forges, A., *Leave None to Tell the Story': Genocide in Rwanda*, 1999.

Desmond, C., *The Discarded People: An Account of African Resettlement in South Africa*, 1971.

- Diamond, L., *Class, Ethnicity and Democracy in Nigeria: The Failure of the First Republic*, 1988.
- Donnan, E., *Documents Illustrative of the Slave Trade to America*, 5 vols., 1930-35.
- Dowden, R., *Africa: Altered States, Ordinary Miracles*, 2008.
- Drechsler, H., *'Let Us Die Fighting': the Struggle of the Herero and Nama Against German Imperialism 1884-1915*, 1980.
- Duignan, P. e Jackson, R. (orgs.), *Politics and Government in African States, 1960-85*, 1986.
- Dumont, R., *L'Afrique Noire Est Mal Partie*, 1962 (*False Start in Africa*, 1966).
- Dumont, R. e Mottin, M.-F., *L'Afrique Etranglée*, 1980 (*Stranglehold on Africa*, 1983).
- Durrell, L., *The Alexandrian Quartet*, 1957-60. [Ed.bras.: *O quarteto de Alexandria*, 2006.]
- Edgerton, R., *The Fall of the Asante Empire*, 1995.
- Edwards, D.N., *The Nubian Past: An Archaeology of the Sudan*, 2004.
- Ehret, C., *The Civilizations of Africa: A History to 1800*, 2002.
- Eldredge, E. e Morton, F. (orgs.), *Slavery in South Africa: Captive Labour on the Dutch Frontier*, 1994.
- Ellis, S., *The Mask of Anarchy: The Destruction of Liberia and the Religious Dimension of an African Civil War*, 1999.
- Elphick, R., *Kraal and Castle: Khoikhoi and the Founding of White South Africa*, 1985.
- Elphick, R. e Giliomee, H. (orgs.), *The Shaping of South African Society, 1652-1840*, 2ª ed., 1989.
- Eltis, D. e Richardson, D., *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*, 2010.
- Emerson, B., *Leopold II of the Belgians: King of Colonialism*, 1979.
- Equiano, O., *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano or Gustavus Vassa the African*, 1789.
- Esposito, J., *Political Islam*, 1997.
- _____, *Islam and Politics*, 4ª ed., 1998.
- _____, *The Islamic Threat: Myth or Reality?*, 3ª ed., 1999.
- _____, *Unholy War: Terror in the Name of Islam*, 2002.
- Esposito, J. (org.), *Voices of Resurgent Islam*, Oxford University Press, 1983.
- _____, *Political Islam: Revolution, Radicalism or Reform?*, 1997.
- Evans-Pritchard, E., *The Sanusi of Cyrenaica*, 1963.
- Fage, J.D. e Tordoff, W., *A History of Africa*, 4ª ed., 2001.
- Fahmy, K., *All the Pasha's Men: Mehmed Ali, His Army and the Making of Modern Egypt*, 1997.
- _____, *Mehmed Ali: From Ottoman Governor to Ruler of Egypt*, 2009.
- Fanon, F., *The Wretched of the Earth*, 1967 (*Les Damnés de la Terre*, Paris, 1961). [Ed.bras.: *Os condenados da terra*, 1979.]
- Feinstein, A., *After the Party: Corruption, the ANC and South Africa's Uncertain Future*, 2009.

Feinstein, C., *An Economic History of South Africa*, 2005.

Fieldhouse, D., *Black Africa, 1945-80, Economic Decolonisation and Arrested Development*, 1986.

Forbath, P., *The River Congo*, 1977.

Freeman, T.B., *Journal of Two Visits to the Kingdom of Ashanti*, 1843.

Fromherz, A., *The Almohads: The Rise of an Islamic Empire*, 2000.

Furedi, F., *The Mau Mau War in Perspective*, 1989.

Fyfe, C., *A History of Sierra Leone*, 1962.

Gann, L.H. e Duignan, P. (orgs.), *Colonialism in Africa, 1870-1960*, 5 vols., 1969-75.

Garlake, P., *Great Zimbabwe*, 1973.

_____, *The Kingdoms of Africa*, 1978.

Gerhart, G., *Black Power in South Africa: The Evolution of an Ideology*, 1979.

Gifford, P. e Louis, W.R. (orgs.), *Britain and Germany in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule*, 1967.

_____, *France and Britain in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule*, 1971.

_____, *The Transfer of Power in Africa: Decolonization, 1940-1960*, 1982.

_____, *Decolonization and African Independence*, 1988.

Giliomee, H., *The Afrikaners: Biography of a People*, 2003.

Gilkes, P., *The Dying Lion: Feudalism and Modernization in Ethiopia*, 1975.

Godwin, P., *The Fear: The Last Days of Robert Mugabe*, 1993.

_____, *Mukiwa: A White Boy in Africa*, 1996.

Gourevitch, P., *We wish to inform you that tomorrow we will be killed with our families: Stories from Rwanda*, 2000. [Ed.bras.: *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*, 2006.]

Grahame, I., *Amin and Uganda: A Personal Memoir*, 1980.

Gray, R., *A History of the Southern Sudan, 1839-1889*, 1961.

Gray, R. e Birmingham, D. (orgs.), *Pre-Colonial African Trade: Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900*, 1970.

Greenberg, J., *The Languages of Africa*, 1966.

Greene, G., *Journey Without Maps*, 1978.

Greenfield, R., *Ethiopia: A New Political History*, 1965.

Gregory, J., *The Great Rift Valley*, 1896.

Griffiths, I., *The African Inheritance*, 1995.

Guevara, E. "Che", *The African Dream: The Diaries of the Revolutionary War in the Congo*, 2001.

Gunther, J., *Inside Africa*, 1955.

Guy, J. *The Destruction of the Zulu Kingdom: the Civil War in Zululand, 1879-1884*, 1979.

Haggard, H. Rider, *King Solomon's Mines*, 1885. [Ed.bras.: *As minas do rei Salomão*, 2012.]

- Hall, M., *The Changing Past: Farmers, Kings and Traders in Southern Africa 200-1860*, 1987.
- Hall, R., *Lovers on the Nile: The Incredible African Journeys of Sam and Florence Baker*, 1980.
- _____, *Empires of the Monsoon: A History of the Indian Ocean and Its Invaders*, 1996.
- Hamdi, M., *The Making of an Islamic Political Leader: Conversations with Hasan al-Turabi*, 1998.
- Hanno the Carthaginian, *Periplus ou Circumnavigation [of Africa]*, ed. e trad. A. Oikonomides e M. Miller, 1995.
- Harden, B., *Africa: Dispatches from a Fragile Continent*, 1991.
- Hargreaves, J., *Prelude to the Partition of West Africa*, 1973.
- _____, *Decolonisation in Africa*, 2ª ed., 1995.
- Harms, R., *River of Wealth, River of Sorrow: The Central Zaire Basin in the Era of the Slave and Ivory Trade 1500-1891*, 1981.
- Harris, W. Cornwallis, *The Wild Sports of Southern Africa*, 1852.
- Harrison, C., *France and Islam in West Africa, 1860-1960*, 2003.
- Hart, G., *The Pharaohs*, 2 vols., 2010.
- Hassen, M., *The Oromo of Ethiopia, A History 1570-1860*, 1990.
- Hastings, A., *A History of African Christianity 1950-1975*, 1979.
- _____, *The Church in Africa, 1450-1950*, 1994.
- Henrikson, T.H., *Mozambique: A History*, 1978.
- _____, *Revolution and Counter-Revolution: Mozambique's War of Independence, 1964-74*, 1983.
- Henze, P., *Layers of Time: A History of Ethiopia*, 2000.
- Hepple, A., *Verwoerd*, 1967.
- Heródoto, *The Histories*, livro II, trad. A. de Sélincourt, 2003. [Ed. bras.: Heródoto, *Histórias*, 2013.]
- Hilton, A., *The Kingdom of Kongo*, 1985.
- Hinde, S., *The Fall of the Congo Arabs*, 1897.
- Hiskett, M., *The Sword of Truth: The Life and Times of the Shehu Usman Dan Fodio*, 1973.
- Hobson, J., *The War in South Africa: Its Causes and Effects*, 1900.
- _____, *Imperialism: A Study*, 1902.
- Hochschild, A., *King Leopold's Ghost. A Story of Greed, Terror and Heroism in Colonial Africa*, 1998. [Ed. bras.: *O fantasma do rei Leopoldo*, 1999.]
- Hodges, T., *Angola: Anatomy of an Oil State*, 2004.
- Hodgkin, T., *Nationalism in Colonial Africa*, 1956.
- Holt, P.M., *The Mahdist State in the Sudan (1881-1898)*, 2ª ed., 1970.
- Holt, P.M. e Daly, M.W., *A History of the Sudan*, 6ª ed., 2011.
- Hooper, E., *The River: A Journey Back to the Source of HIV and AIDS*, 1999.

Hopkins, A.G., *An Economic History of West Africa*, 1973.

Hopwood, D., *Habib Bourguiba of Tunisia*, 1992.

Horne, A., *A Savage War of Peace, Algeria, 1954-1962*, 1987.

Hoskyns, C., *The Congo since Independence, January 1960-December 1961*, 1965.

Huband, M., *The Liberian Civil War*, 1997.

Huxley, E., *The Flame Trees of Thika*, 1959.

_____, *The Mottled Lizard*, 1962.

Hymans, J., *Léopold Sédar Senghor: An Intellectual Biography*, 1971.

Ibn Battuta, *Travels in Asia and Africa 1325-1354*, ed. T. Mackintosh-Smith, 2002.

Iliffe, J., *A Modern History of Tanganyika*, 1979.

_____, *The Emergence of African Capitalism*, 1983.

_____, *The African Poor*, 1987.

_____, *Africans: The History of a Continent*, 2^a ed., 2007.

Isaacman, A., *Mozambique – The Africanization of a European Institution: The Zambezi Prazos, 1750-1902*, 1972.

Isaacman, A. e Isaacman, B., *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, 1983.

Iyob, R., *The Eritrean Struggle for Independence, 1941-1993*, 1995.

Al-Jabarti, Abdal-Rahman, *Chronicle of the First Seven Months of the French Occupation of Egypt*, 2005.

Jackson, R. e Rosberg, C., *Personal Rule in Black Africa: Prince, Autocrat, Prophet, Tyrant*, 1982.

Janssen, P., *A La Cour de Mobutu*, 1997.

Jeal, T., *Livingstone*, 1973.

_____, *Stanley: The Impossible Life of Africa's Greatest Explorer*, 2007.

_____, *Explorers of the Nile: The Triumph and Tragedy of a Great Victorian Adventure*, 2011.

Jobson, R., *The Golden Trade*, 1623.

Johnson, D., *The Root Causes of Sudan's Civil Wars*, 2003.

Jones, T., *Ghana's First Republic, 1960-1966*, 1976.

Kaggia, B., *Roots of Freedom*, 1968.

Kalb, M., *The Congo Cables: The Cold War in Africa – From Eisenhower to Kennedy*, 1982.

Kanogo, T., *Squatters and the Roots of Mau Mau, 1905-63*, 1987.

Kapuściński, R., *The Emperor: The Downfall of an Autocrat*, 1983. [Ed.bras.: *O imperador*, 2005.]

_____, *Another Day of Life*, 1987.

_____, *The Soccer War*, 1990. [Ed.bras.: *A guerra do futebol*, 2008.]

_____, *The Shadow of the Sun*, 2001.

Karis, T., Carter, G. e Gerhart, G. (orgs.), *From Protest to Challenge: A Documentary History of African Politics in South Africa, 1882-1990*, 5 vols., 1972-97.

Katsouris, C. e Sayne, A., *Nigeria's Criminal Crude*, 2013.

Kelly, Saul, *The Hunt for Zorzura: The Lost Oasis and the Desert War*, 2002.

Kelly, Sean, *America's Tyrant: The CIA and Mobutu of Zaire*, 1993.

Kemper, S., *A Labyrinth of Kingdoms: 10,000 Miles through Islamic Africa*, 2012.

Kenney, H., *Architect of Apartheid: H.F. Verwoerd*, 1980.

Kenyatta, J., *Facing Mount Kenya*, 1938.

_____, *Suffering Without Bitterness*, 1968.

Kepel, G., *Muslim Extremism in Egypt: The Prophet and the Pharaoh*, 1993.

Killingray, D. e Rathbone, R. (orgs.), *Africa and the Second World War*, 1986.

Kimble, D., *A Political History of Ghana: The Rise of Gold Coast Nationalism, 1850-1928*, 1963.

Kiser, J., *Commander of the Faithful: The Life and Times of Emir Abdel-Kader*, 2008.

Klein, M., *Slavery and Colonial Rule in French West Africa*, 1998.

Klein, M. e Miers, S. (orgs.), *Slavery and Colonial Rule in Africa*, 1999.

Krapf, J., *Travels, Researches and Missionary Labours, During an 18 Years' Residence in East Africa*, 1860.

Krog, A., *Country of My Skull*, 1998.

Kyemba, H., *State of Blood*, 1977.

Kyle, K., *Suez*, 1991.

Laband, J., *Rope of Sand: The Rise and Fall of the Zulu Kingdom in the Nineteenth Century*, 1998.

_____, *The Transvaal Rebellion: The First Boer War, 1880-1881*, 2005.

Lacouture, J., *Nasser*, 1973.

_____, *De Gaulle: The Ruler, 1945-1970*, 1991.

Lamb, D., *The Africans: Encounters from the Sudan to the Cape*, 1983.

Lapping, B., *End of Empire*, 1985.

Law, R., *The Oyo Empire: A West African Imperialism in the Era of the Atlantic Slave Trade*, 1977.

_____, *The Horse in West African History*, 1980.

_____, *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750*, 1991.

Lehmann, J., *The First Boer War*, 1972.

Lelyveld, J., *Move Your Shadow: South Africa Black and White*, 1986.

Lemarchand, R., *Political Awakening in the Belgian Congo*, 1964.

Leão o Africano, *The History and Description of Africa*, 1896.

Levtzion, N., *Ancient Ghana and Mali*, 1980.

- Levtzion, N. e Hopkins, J. (orgs.), *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, 1981.
- Levtzion, N. e Pouwels, R. (orgs.), *The History of Islam in Africa*, 2000.
- Lewis, I.M., *A Pastoral Democracy: A Study of Pastoralism and Politics Among the Northern Somali of the Horn of Africa*, 1961.
- _____, *A Modern History of Somalia*, 2002.
- Lewis, I.M. (org.), *Islam in Tropical Africa*, 1980.
- Lewis, W. Arthur, *Politics in West Africa*, 1965.
- Livingstone, D., *Missionary Travels and Researches in South Africa*, 1857.
- _____, *Narrative of an Expedition to the Zambezi and its Tributaries*, 1865.
- _____, *Last Journals*, 1874.
- Lobo, J., *The Itinerário*, trad. D. Lockhart, ed. C.F. Beckingham, 1984. [Ed. port.: *Itinerário das suas viagens*, ed. Pe. M. Gonçalves da Costa, 1971.]
- Lodge, T., *Politics in South Africa Since 1945*, 1983.
- Lofchie, M., *Zanzibar: Background to Revolution*, 1965.
- Longford, E., *Jameson's Raid: The Prelude to the Boer War*, 1982.
- Louis, W.R., *Ruanda-Urundi, 1884-1919*, 1963.
- Lovejoy, P., *Salt of the Desert: A History of Salt Production and Trade in the Central Sahara*, 1986.
- _____, *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*, 3ª ed., 2012.
- Ludolphus, *The Learned Job, A New History of Ethiopia being a Full and Accurate Description of the Kingdom of Abessinia vulgarly, Though erroneously called the Empire of Prester John*, 1682.
- Lugard, F., *The Rise of Our East African Empire*, 2 vols., 1893.
- Lumumba, P., *Le Congo, terre d'avenir – est-il menacé?*, 1961 (*Congo, My Country*, 1962).
- MacCulloch, D., *A History of Christianity*, 2009.
- Macey, D., *Frantz Fanon: a Biography*, 2000.
- McIntosh, R., *The Peoples of the Middle Niger*, 1988.
- _____, *Ancient Middle Niger*, 2005.
- Mackintosh, J. et al., *Nigerian Government and Politics*, 1966.
- Macmillan, H., *Pointing the Way, 1959-61*, 1972.
- MacQueen, N., *The Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*, 1997.
- Mahoney, R., *JFK: Ordeal in Africa*, 1983.
- Maier, K., *Angola: Promises and Lies*, 1996.
- _____, *Into the House of the Ancestors: Inside the New Africa*, 1997.
- _____, *This House Has Fallen: Nigeria in Crisis*, 2000.
- Mandela, N., *No Easy Walk to Freedom*, 1965.

- _____, *Long Walk to Freedom: The Autobiography of Nelson Mandela*, 1994. [Ed.bras.: *Longa caminhada até a liberdade*, 2012.]
- Manning, P., *Slavery, Colonialism and Economic Growth in Dahomey, 1640-1960*, 1982.
- _____, *Slavery and African Life*, 1990.
- _____, *Francophone Sub-Saharan Africa, 1880-1995*, 2ª ed., 1999.
- Marais, J.S., *The Fall of Kruger's Republic*, 1961.
- Marcum, J., *The Angolan Revolution*, vol.1: *The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*; vol.2: *Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, 1978.
- Marcus, H., *The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913*, 1975.
- _____, *A History of Ethiopia*, 2002.
- Markakis, J., *Ethiopia: Anatomy of a Traditional Polity*, 1974.
- Markovitz, I., *Léopold Sédar Senghor and the Politics of Negritude*, 1969.
- Marozzi, J., *The Man Who Invented History: Travels with Herodotus*, 2008.
- Marsden, P., *The Barefoot Emperor: An Ethiopian Tragedy*, 2007.
- Martin, P.M., *The External Trade of the Loango Coast, 1576-1870*, 1972.
- Martinez, L., *The Algerian Civil War, 1990-1998*, 2001.
- Meredith, M., *The Past Is Another Country: Rhodesia, UDI to Zimbabwe*, 1980.
- _____, *The First Dance of Freedom: Black Africa In the Postwar Era*, 1984.
- _____, *In the Name of Apartheid: South Africa in the Post War Period*, 1988.
- _____, *Africa's Elephant*, 2001.
- _____, *Coming to Terms: South Africa's Search for Truth*, 2001.
- _____, *Mugabe: Power and Plunder in Zimbabwe*, 2007.
- _____, *Diamonds, Gold and War: The Making of South Africa*, 2007.
- _____, *The State of Africa*, 2011.
- _____, *Mandela*, 2014.
- Miers, S. e Roberts, R. (orgs.), *The End of Slavery in Africa*, 1985.
- Miles, R., *Carthage Must Be Destroyed: The Rise and Fall of an Ancient Civilization*, 2010.
- Millar, J., *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, 1988.
- Miller, C., *The Lunatic Express*, 1972.
- Milne, J., *Kwame Nkrumah*, 2000.
- Milton, G., *White Gold: The Extraordinary Story of Thomas Pellow and North Africa's One Million European Slaves*, 2004.
- Mitchell, R., *The Society of the Muslim Brothers*, 1969.
- Mockler, A., *Haile Selassie's War*, 1984.
- Moorehead, A., *The White Nile*, 1960.
- _____, *The Blue Nile*, 1962.
- Morel, E.D., *King Leopold's Rule in Africa*, 1904.

- _____, *Great Britain and the Congo: The Pillage of the Congo Basin*, 1909.
- _____, *Red Rubber: The Story of the Rubber Slave Trade Which Flourished on the Congo for Twenty Years, 1890-1910*, 1919.
- Morgenthau, R., *Political Parties in French-speaking Africa*, 1964.
- Morkot, R., *The Black Pharaohs*, 2000.
- Morris, D., *The Washing of the Spears: A History of the Rise of the Zulu Nation under Shaka and Its Fall in the Zulu War of 1879*, 1966.
- Morris-Jones, W. e Fischer, G. (orgs.), *Decolonisation and After: the British and French Experience*, 1980.
- Mortimer, E., *France and the Africans, 1944-1960*, 1969.
- Mostert, N., *Frontiers: The Epic of South Africa's Creation and the Tragedy of the Xhosa People*, 1992.
- Munro-Hay, S., *Aksum*, 1991.
- Murray-Brown, J., *Kenya*, 1972.
- Mutesa II, the Kabaka of Buganda, *Desecration of My Kingdom*, 1967.
- Nasser, Gamal Abdel, *The Philosophy of the Revolution*, 1955.
- Nasson, B., *The South African War*, 1999.
- Newbury, C., *The Cohesion of Oppression: Clientship and Ethnicity in Rwanda, 1860-1960*, 1988.
- Newitt, M., *Portuguese Settlement on the Zambezi*, 1973.
- _____, *Portugal in Africa*, 1981.
- _____, *A History of Mozambique*, 1995.
- Nicoll, F., *The Mahdi of Sudan and the Death of General Gordon*, 2004.
- Nkrumah, K., *Ghana: The Autobiography of Kwame Nkrumah*, 1959.
- Nugent, P., *Africa Since Independence*, 2004.
- Nutting, A., *No End of a Lesson: The Story of Suez*, 1967.
- _____, *Nasser*, 1972.
- Nzongola-Ntalaja, G., *The Congo From Leopold to Kabila*, 2002.
- O'Connor, D., *Ancient Nubia: Egypt's Rival in Africa*, 1994.
- Ohrwalder, J., *Ten Years' Captivity in the Mahdi's Camp, 1882-1892*, 1892.
- Oliver, R., *The Missionary Factor in East Africa*, 1965.
- Oliver, R. e Atmore, A., *Medieval Africa 1250-1800*, 2001.
- _____, *Africa since 1800*, 5ª ed., 2004.
- Olusoga, D. e Erichsen, C., *The Kaiser's Holocaust*, 2009.
- Orizio, R., *Talk of the Devil: Encounters with Seven Dictators*, 2002.
- Osaghae, E., *Crippled Giant: Nigeria Since Independence*, 1998.
- Páez, Pero, *História da Etiópia*, 3 vols., 1946.
- Pakenham, T., *The Boer War*, 1979.

- _____, *The Scramble for Africa, 1876-1912*, 1991.
- Palmer, R., *Land and Racial Discrimination in Rhodesia*, 1977.
- Pankhurst, R., *The Ethiopians*, 2001.
- Park, M., *Travels in the Interior Districts of Africa: Performed under the Direction and Patronage of the African Association in the Years 1795, 1796 and 1797*, 1799.
- Parker, J. e Rathbone, R., *African History*, 2007.
- Patterson, J., *The Man-Eaters of Tsavo*, 1907.
- Pennell, C.R., *Morocco since 1830*, 1999.
- Peires, J.B., *The House of Phalo: History of the Xhosa People in the Days of their Independence*, 1981.
- Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis* (1506), trad. e org. G.H.T. Kimble, 1937.
- _____, *The Deadwill Arise: Nongqawuse and the Great Xhosa Cattle-Killing Movement of 1856-7*, 1989.
- Peterson, J., *Province of Freedom: A History of Sierra Leone, 1787-1870*, 1969.
- Petherick, Mr. e Mrs. John, *Travels in Central Africa* (vol.1) e *Exploration of the Western Nile Tributaries* (vol.2), 1869.
- Philipp, T. e Haarmann, U. (orgs.), *The Mamluks in Egyptian Politics and Society*, 2007.
- Phillips, T. (org.), *Africa: The Art of a Continent*, 1996.
- Phillipson, D., *Aksum*, 1998.
- Plaatje, S.T., *Native Life in South Africa*, 1916.
- Plínio o Velho, *Natural History*, 10 vols., 1962-67.
- Plowden, W., *Travels in Abyssinia and the Galla Country*, 1868.
- Pouwels, R., *Horn and Crescent: Cultural Change and Traditional Islam on the East African Coast, 800-1900*, 1987.
- Powell, E., *Private Secretary (Female)/Gold Coast*, 1984.
- Pratt, C., *The Critical Phase in Tanzania, 1945-1968: Nyerere and the Emergence of a Socialist Strategy*, 1976.
- Prunier, G., *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, 1995.
- Ramos, M., *Angola's Oil Industry Operations*, 2012.
- Ranger, T., *Revolt in Southern Rhodesia, 1896-7*, 1967.
- Ransford, O., *Livingstone's Lake*, 1966.
- Raven, S., *Rome in Africa*, 3ª ed., 1993.
- Ravenhill, J. (org.), *Africa in Economic Crisis*, 1986.
- Reader, J., *Africa: A Biography of the Continent*, 1998.
- Reitz, D., *Commando: A Boer Journal of the Boer War*, 1929.
- Reno, W., *Corruption and State Politics in Sierra Leone*, 1995.
- _____, *Warlord Politics and African States*, 1998.
- Richards, P., *Fighting for the Rain Forest: War, Youth and Resources in Sierra Leone*, 1996.

Rimmer, D., *The Economies of West Africa*, 1984.
_____, *Staying Poor: Ghana's Political Economy, 1950-1990*, 1992.
Rimmer, D. (org.), *Africa 30 Years On: The Africas of 1961 and 1991*, 1991.
Rivière, C., *Guinea: Mobilization of a People*, 1970.
Roberts, H., *The Battlefield: Algeria, 1988-2002*, 2003.
Robinson, D., *The Holy War of Umar Tal: The Western Sudan in the Mid-Nineteenth Century*, 1985.
_____, *Muslim Societies in African History*, 2004.
Robinson, R., Gallagher, J. e Denny, A., *Africa and the Victorians*, 1965.
Rodney, W., *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800*, 1970.
Rogan, E., *The Arabs: A History*, 2012.
Romer, J., *A History of Ancient Egypt*, 2012.
Rooney, D., *Sir Charles Arden-Clarke*, 1982.
Rosberg, C. e Nottingham, J., *The Myth of 'Mau Mau': Nationalism in Kenya*, 1966.
Ross, R., *Cape of Torments: Slavery and Resistance in South Africa*, 1983.
_____, *A Concise History of South Africa*, 2ª ed., 2008.
Rotberg, R., *The Founder: Cecil Rhodes and the Pursuit of Power*, 1988.
Rubenson, S., *King of Kings: Tewodros of Ethiopia*, 1966.
Russell, A., *Big Men, Little People: Encounters in Africa*, 1999.
Russell, P., *Prince Henry, 'The Navigator'*, 2000.
Ryder, A.F.C., *Benin and the Europeans 1445-1897*, 1969.
Saad, E., *The Social History of Timbuktu: The Role of Scholars and Notables, 1400-1900*, 1983.
el-Sadat, A., *Revolt on the Nile*, 1957.
Salisbury, J., *Perpetua's Passion*, 1997.
Sampson, A., *Mandela*, 1999.
Sandbrook, R., *The Politics of Africa's Stagnation*, 1985.
_____, *The Politics of Africa's Economic Recovery*, 1993.
Sattin, A., *The Gates of Africa: Death, Discovery and the Search for Timbuktu*, 2003.
Schiff, S., *Cleopatra*, 2010. [Ed.bras.: *Cleópatra: uma biografia*, 2011.]
Schreiner, O., *The Story of an African Farm*, 1863.
Scott, I., *Tumbled House: The Congo at Independence*, 1969.
Scroggins, D., *Emma's War: Love, Betrayal and Death in the Sudan*, 2003.
Searing, J., *West African Slavery and Atlantic Commerce: The Senegal River Valley 1700-1860*, 2003.
Segal, R., *Islam's Black Slaves: The Other Black Diaspora*, 2000.
Selous, F., *A Hunter's Wanderings in Africa*, 1881.
_____, *Travel and Adventure in South-East Africa*, 1893.

Shaw, I. (org.), *The Oxford History of Ancient Egypt*, 2000.

Shaw, T., *Igbo-Ukwu*, 2 vols., 1970.

_____, *Unearthing Igbo-Ukwu*, 1977.

Shell, R., *Children of Bondage: A Social History of the Slave Society at the Cape of Good Hope, 1652-1838*, 1994.

Sheriff, A., *Slaves, Spices and Ivory in Zanzibar*, 1987.

Shillington, K., *History of Africa*, 3^a ed., 2012.

Short, P., *Banda*, 1974.

Sklar, R., *Nigerian Political Parties: Power in an Emergent African Nation*, 1963.

Smith, I.R., *The Origins of the South African War, 1899-1902*, 1996.

Soyinka, W., *The Open Sore of a Continent: A Personal Narrative of the Nigerian Crisis*, 1996.

Sparks, A., *The Mind of South Africa*, 1990.

_____, *Tomorrow Is Another Country: The Inside Story of South Africa's Negotiated Revolution*, 1995.

Speke, J., *What Led to the Discovery of the Source of the Nile*, 1863.

Spencer, J., *Ethiopia at Bay: A Personal Account of the Haile Selassie Years*, 1984.

St. Jorre, J. de, *The Nigerian Civil War*, 1972.

Stadiem, W., *Too Rich: The High Life and Tragic Death of King Farouk*, 1992.

Stanley, H.M., *How I Found Livingstone in Central Africa*, 1872.

_____, *Through the Dark Continent*, 1878.

_____, *The Congo and the Founding of its Free State*, 2 vols., 1885.

_____, *In Darkest Africa: or, The Quest, Rescue and Retreat of Emin, Governor of Equator*, 2 vols., 1890.

_____, *The Exploration Diaries*, ed. R. Stanley e A. Neame, 1961.

Stearns, J., *Dancing in the Glory of Monsters: The Collapse of the Congo and the Great War of Africa*, 2011.

Stephens, R., *Nasser, A Political Biography*, 1971.

Stockwell, J., *In Search of Enemies: A CIA Story*, 1978.

Stora, B., *Algeria, 1830-2000, A Short History*, 2001.

Strathern, P., *Napoleon in Egypt*, 2008.

Sundkler, B. e Steed, C., *A History of the Church in Africa*, 2000.

Swann, A., *Fighting the Slave Hunters in Central Africa*, 1910.

Tadesse Tamrat, *Church and State in Ethiopia 1270-1527*, 1972.

Taylor, I., *China's New Role in Africa*, 2010.

Thomas, H., *The Slave Trade: The Story of the Atlantic Slave Trade, 1440-1870*, 1997.

Thompson, L.M., *The Political Mythology of South Africa*, 1985.

_____, *A History of South Africa*, 2001.

- Thomson, J., *To the Central African Lakes and Back*, 1881.
- _____, *Through Masailand*, 1885.
- Thornton, J., *The Kingdom of the Kongo: Civil War and Transition 1641-1718*, 1983.
- _____, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*, 1998.
- Throup, D., *Economic and Social Origins of Mau Mau, 1945-53*, 1987.
- Tinniswood, A., *Pirates of Barbary: Corsairs, Conquests and Captivity in the 17th-Century Mediterranean*, 2010.
- Tip, Tippu, *The Autobiography of Tippu Tip*, trad. W.H. Whitely, 1966.
- Titley, B., *Dark Age: The Political Odyssey of Emperor Bokassa*, 1997.
- Trimingham, J.S., *Islam in East Africa*, 1964.
- _____, *A History of Islam in West Africa*, 1970.
- Turrell, R., *Capital and Labour of the Kimberley Diamond Fields, 1871-1890*, 1987.
- Tyldesley, J., *Cleopatra: Last Queen of Egypt*, 2008.
- _____, *Myths and Legends of Ancient Egypt*, 2010.
- Udal, J., *The Nile in Darkness*, vol.1: *Conquest and Exploration 1504-1862*, 1998; vol.2: *A Flawed Unity 1863-1899*, 2005.
- Unesco, *General History of Africa*, 8 vols., 1990-99. [Ed.bras.: *História geral da África*, 8 vols., 2010.]
- UN-Habitat, *The State of African Cities*, 2010.
- Urfer, S., *Une Afrique socialiste: la Tanzanie*, 1976.
- Vail, L. (org.), *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, 1989.
- Vaillant, J., *Black, French and African: A life of Léopold Sédar Senghor*, 1990.
- van de Walle, N., *African Economies and the Politics of Permanent Crisis, 1979-1999*, 2001.
- van der Poel, J., *The Jameson Raid*, 1951.
- van Onselen, C., *Studies in the Social and Economic History of the Witwatersrand 1886-1914*, 2 vols., 1982.
- van Reybrouck, D., *Congo*, 2014.
- Vansina, J., *Kingdoms of the Savanna*, 1964.
- _____, *The Tio Kingdom of the Middle Congo, 1880-1892*, 1973.
- _____, *The Children of Woot: A History of the Kuba Peoples*, 1978.
- _____, *Paths in the Rainforest*, 1990.
- Vatikiotis, P.J., *Nasser and his Generation*, 1978.
- _____, *The History of Egypt*, 3^a ed., 1985.
- Velho, A., *A Journal of the First Voyage of Vasco da Gama*, trad. E.G. Ravenstein, 1898. [Ed. port.: *Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia fez dom Vasco da Gama em 1497*, 1838.]
- Vikør, K., *Sufi and Scholar on the Desert Edge: Muhammad b. Ali al-Sanusi and his Brotherhood*, 1995.

- Waldmeir, P., *Anatomy of a Miracle: The End of Apartheid and the Birth of a New South Africa*, 1997.
- Warwick, P., *Black People and the South African War, 1899-1902*, 1983.
- Warwick, P. e Spies, S.B. (orgs.), *The South African War*, 1980.
- Wasserman, G., *Politics of Decolonisation: Kenya Europeans and the Land Issue, 1960-1965*, 1976.
- Waugh, E., *When the Going Was Good*, 1946.
- Weaver, M.A., *A Portrait of Egypt; A Journey through the World of Militant Islam*, 2000.
- Welsby, D., *The Kingdom of Kush: The Napatan and Meroitic Empires*, 1998.
- _____, *The Medieval Kingdoms of Nubia: Pagans, Christians and Muslims along the Middle Nile*, 2002.
- Welsh, F., *A History of South Africa*, 2000.
- West, R., *Back to Africa: A History of Sierra Leone and Liberia*, 1970.
- _____, *Brazza of the Congo*, 1972.
- White, D., *Black Africa and de Gaulle: From the French Empire to Independence*, 1979.
- Wickham, C., *The Muslim Brotherhood*, 2013.
- Wilkinson, T., *The Rise and Fall of Ancient Egypt: The History of a Civilisation from 3000 BC to Cleopatra*, 2010.
- Wilks, I., *Asante in the Nineteenth Century*, 2^a ed., 1989.
- Willis, M., *The Islamist Challenge in Algeria*, 1996.
- Woods, D., *Biko*, 1978.
- Worden, N., *Slavery in Dutch South Africa*, 1985.
- _____, *The Making of Modern South Africa*, 5^a ed., 2011.
- Worden, N. e Crais, C. (orgs.), *Breaking the Chains: Slavery and its Legacy in the Nineteenth-Century Cape Colony*, 1994.
- Worger, W., *South Africa's City of Diamonds: Mine Workers and Monopoly Capitalism in Kimberley, 1867-1895*, 1987.
- Wright, J., *The Trans-Saharan Slave Trade*, 2007.
- Wrong, M., *In the Footsteps of Mr. Kurtz: Living on the Brink of Disaster in the Congo*, 2000.
- _____, *It's Our Turn to Eat: The Story of a Kenyan Whistle Blower*, 2009.
- Young, C., *Politics in the Congo: Decolonization and Independence*, 1965.
- _____, *Ideology and Development in Africa*, 1982.
- _____, *The African Colonial State in Comparative Perspective*, 1994.
- Young, C. e Turner, T., *The Rise and Decline of the Zairean State*, 1985.
- Zolberg, A., *Creating Political Order: The Party-States of West Africa*, 1966.
- _____, *One-Party Government in the Ivory Coast*, 1969.

Índice remissivo

11 de setembro de 2001, ataques terroristas, [1](#)

Aba, ilha de, [1](#), [2](#)

Abbas, Ferhat, [1](#)

Abbas Hilmi II, [1](#), [2](#)

Abd el-Kader, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Abdallahi Muhammad, califa, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Abdurrahman, sultão de Sokoto, [1](#)

Abeokuta, [1-2](#)

Abidjã, [1](#)

Ábidos, [1](#)

Abissínia, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10](#), [11-12](#), [13](#), [14-15](#)

expansão territorial, [1](#), [2](#), [3](#)

identidade cristã, [1-2](#), [3-4](#)

invasão egípcia, tentativa, [1-2](#)

Itália e, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7-8](#)

modernização, [1-2](#)

presença portuguesa, [1-2](#)

Preste João, lendas do, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

reformas, [1](#)

“Tempo dos Juizes”, [1](#)

ver também Etiópia

Abomei, [1](#), [2](#)

Abu Hamed, [1](#)
Abu Simbel, [1](#)
Abuja, [1](#)
Abukir, baía de, [1](#), [2](#), [3](#)
acholis, [1](#), [2](#)
acordo de Londres, Rodésia (1979), [1-2](#)
Acra, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)
açúcar, plantações de, [1](#), [2](#), [3](#)
Adal, [1](#), [2](#)
Adamaua, [1](#)
Áden, [1](#), [2](#)
Adigrat, [1](#)
Adis Abeba, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Adrar des Ifoghas, [1](#)
Adúlis, [1](#), [2](#), [3](#)
Adwa, [1](#), [2](#), [3](#)
Adwa, Tratado de (1884), [1](#)
Afonso I, rei do Congo, [1-2](#), [3-4](#)
afri, tribo, [1](#), [2](#)
África, nome da, [1](#), [2](#)
África do Sul, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#)
África Equatorial Francesa, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
África Ocidental Francesa, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
África Oriental Alemã, [1](#)
ver também Tanganica
África Oriental Italiana (AOI), [1](#)
africâner, língua, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#)
africâneres, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7-8](#), [9-10](#), [11](#)

Broederbond, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
nacionalismo, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#), [7-8](#)
Ossewatrek (encenação da Grande Trek), [1](#)
"problema do branco pobre", [1-2](#), [3-4](#)
ver também bôeres; *trekboers*

afro-asiáticas, línguas, [1](#)

Afzelius, Adam, [1](#)

Agadez, [1](#)

Agadir, [1](#)

Agatárquides, geógrafo grego, [1](#)

aglabida, dinastia, [1-2](#)

Agostinho de Hipona, [1-2](#)

agricultura:

ajuda alimentar, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#)

Aksum, [1-2](#)

antiga, [1-2](#), [3](#)

banta, [1-2](#)

benue-kwa, [1-2](#)

Cabo, Colônia do, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

carneiros, fazendas, [1-2](#)

cartaginesa, [1-2](#), [3](#)

compra de terras internacionais, [1](#)

deficiência de produção de alimentos, [1](#)

Egito, [1-2](#), [3-4](#), [5](#)

exportações agrícolas, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)

gado, cultura, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

irrigação, sistemas, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

pastoralismo, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#)

pós-colonial, era, [1](#), [2-3](#)

províncias romanas, [1-2](#)

Saara, [1](#)

socialismo, experimentos, [1](#)

subsistência, de, [1](#), [2](#), [3](#)

ver também colheitas e produtos específicos

Agulhas, cabo, [1](#), [2](#)

Aha, faraó, [1](#)

Ahmadu Lobbo, [1](#), [2](#)

aiúbida, dinastia, [1](#)

ajuda estrangeira, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#)

akans, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

akans, minas de ouro, [1](#), [2-3](#), [4](#)

Akassa, [1](#), [2](#)

Akhenaton, faraó, [1](#)

Akitoye, rei de Lagos, [1](#)

Aksum, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#)

Al Said, dinastia, [1](#)

al-Afghani, Jamal ad-Din, [1](#)

alauita, dinastia, Marrocos, [1](#)

al-Azhar mesquita, [1](#), [2-3](#), [4](#)

al-Bakri, [1-2](#)

al-Banna, Hasan, [1](#), [2](#)

al-Bashir, Omar, [1](#), [2](#), [3](#)

al-Bayda, [1](#)

Alberto, lago, [1](#)

Alemanha, [1](#), [2](#)

colonialismo, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8](#), [9-10](#), [11-12](#), [13](#)

guerra franco-prussiana (1870-71), [1](#), [2](#), [3](#)
Primeira Guerra Mundial, [1](#), [2](#)
Segunda Guerra Mundial, [1](#), [2](#)
Alexandre o Grande, [1](#), [2](#), [3](#)
Alexandria, [1-2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14](#), [15](#), [16](#)
alfabetização, taxas de, [1](#), [2](#)
Al-Fashir, [1](#)
Algoa, baía de, [1](#), [2](#)
algodão, [1](#), [2-3](#)
Ali Ber, *soni*, [1](#), [2](#)
Al-Jabarti, Abd al Rahman, [1](#)
al-Jilani, Abd-al-Qadir, [1](#)
al-Kahina, rainha berbere, [1](#)
al-Kanemi, Muhammad, [1-2](#)
al-Magrizi, [1](#)
al-Mansur, Ahmad, [1](#), [2](#)
al-Masudi, Abdul Hasan Ali, [1](#)
Almásy, conde László, [1](#)
almôades, [1](#)
almorávidas, [1-2](#)
Alódia, [1](#), [2](#)
Al-Qaeda, [1](#)
Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), [1](#)
al-Sadat, Anuar, [1-2](#)
al-Senussi, Idris, [1](#)
al-Senussi, Muhammad ibn Ali, [1-2](#)
al-Shatir, Khayrat, [1](#)
al-Sisi, Abdel Fattah, [1](#), [2-3](#)

Alto Volta, [1](#), [2](#)

golpe, [1](#)

independência, [1](#)

ver também Burkina Faso

Al-Ubayyid, [1](#), [2](#), [3](#)

Álvares, Francisco, [1-2](#)

Amadou Seku, [1](#)

amazonas, [1](#)

amendoins, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Amenemhat I, faraó, [1](#)

Amenófis III, faraó, [1](#)

Amenófis IV, faraó *ver* Akhenaton, faraó

Amin, Idi, [1-2](#)

Amon, [1](#), [2](#), [3-4](#)

Amon-Rá, [1-2](#), [3](#)

Amósis I, faraó, [1](#)

Anglo-Belgian India-Rubber Company (Abir), [1](#), [2](#)

anglo-bôeres, guerras, [1](#), [2-3](#)

primeira (1880-81), [1-2](#)

segunda (1899-1902), [1-2](#), [3](#)

anglo-zulu, guerra (1879), [1-2](#)

Angola, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11-12](#), [13](#), [14](#), [15](#), [16](#)

“civilizados”, [1](#)

elite, autoenriquecimento, [1](#)

futungos, [1](#), [2](#)

governo português, [1](#), [2-3](#)

guerra civil, [1](#)

indústria do petróleo, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#)

marxista-leninista, regime, [1](#)
minas de diamantes, [1](#)
nacionalismo, [1](#), [2](#)
Angra Pequena, [1](#), [2](#)
Ankhtifi, [1](#)
Ankole, [1](#), [2](#)
Ansar Dine, [1](#)
Antão do Deserto, [1](#), [2](#)
antepassados, culto a, [1](#), [2](#)
Antonelli, conde Pietro, [1-2](#)
Antônio, Marco, [1-2](#)
Aozou, faixa de, [1-2](#)
apartheid, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
árabe-israelense, conflito, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#)
árabes, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
ver também islã
Arby, Khaira, [1](#)
Arca da Aliança, [1](#)
Archinard, coronel Louis, [1](#)
Arden-Clarke, sir Charles, [1-2](#)
Arendrup, Søren, [1](#)
Argel, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8-9](#)
Argélia, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11-12](#)
campos de petróleo, [1](#), [2](#)
ditadura militar, [1](#)
governo francês, [1-2](#)
guerra de independência, [1-2](#), [3](#)
mata-moscas, incidente, [1](#)

nacionalismo, [1](#), [2-3](#)
pieds-noirs, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)
revolta islâmica, [1-2](#)
Ulemá, movimento, [1](#)
Arguim, ilha, [1-2](#)
Aristarco de Samos, [1](#)
Armitage, sir Robert, [1-2](#)
Arnot, Frederick, [1](#)
Arochukwu, oráculo, [1](#)
Arquimedes de Siracusa, [1](#)
arroz, [1](#)
arte rupestre, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Arzew, [1](#)
Asaba, [1](#)
askia, dinastia, [1](#)
Asmara, [1](#), [2](#), [3](#)
Assab, [1](#), [2](#)
Assini, [1](#)
Associação Africana, [1](#), [2](#), [3](#)
Associação do Leste Africano, [1-2](#)
Association Internationale Africaine (AIA), [1](#)
Association Internationale du Congo (AIC), [1](#), [2](#), [3](#)
Assuã, barragem, [1](#), [2](#), [3](#)
Atanásio, bispo de Alexandria, [1](#)
Atkins, John, [1](#)
Atlas catalão (1375), [1](#), [2](#)
Aton, deus Sol, [1](#), [2](#)
Attahiru, Muhammad, [1](#)

Aventureiros Reais na África, [1](#)
Awdaghust, [1](#), [2](#)
Awolowo, Obafemi, [1](#)
Axânti, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#)
 Banco de Ouro, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#)
Axim, [1](#)
Azamor, [1-2](#)
azeitonas, produção de, [1](#)

ba (força espiritual), [1](#)
Badagry, [1](#), [2](#), [3](#)
Bahr al-Ghazal, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#)
Baikie, William, [1](#)
Baker, Samuel, [1-2](#), [3](#)
bakgatlas, [1-2](#)
bakkaras, pastores nômades, [1-2](#)
bakongos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Balewa, Abubakar Tafawa, [1](#), [2](#)
balubas, [1](#), [2](#), [3](#)
Balugani, Luigi, [1](#), [2](#), [3](#)
Bamako, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
bambaras, [1](#), [2](#)
Bambuk, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#)
bamongos, [1](#)
bananas, [1](#), [2](#), [3](#)
Banco Mundial, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Banda, Hastings, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Banks, Joseph, [1](#)

bantos, povos, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#)
Banu Hammad, [1](#)
Banu Hassan, [1](#), [2](#)
Banu Hilal, [1](#), [2](#)
baoulés, [1](#)
Baqt, [1](#)
Baratieri, general Oreste, [1](#)
Barbarossa, irmãos, [1](#), [2](#)
Barberton, [1](#)
Barbot, James, [1](#)
Barbot, John, [1](#)
Barca, Aníbal, [1-2](#)
Barghash, sultão, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Baring, Evelyn (lorde Cromer), [1](#), [2](#), [3](#)
Barkly, sir Henry, [1-2](#), [3](#)
Barnato, Barney, [1](#), [2](#), [3](#)
Barotse, [1](#)
Barrow, John, [1](#), [2](#)
Barth, Heinrich, [1](#), [2](#)
Basutolândia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
 anexação britânica de, [1-2](#)
 independência, [1](#)
 ver também Lesoto
batekes, [1](#)
Bathurst, [1](#)
Bati, [1](#)
ba-twas, caçadores-coletores, [1](#)
Bauchi, [1](#)

Baybars, Al-Malik al-Zahir, [1](#)

Bechuanalândia, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#)

ataques dos bôeres, [1-2](#)

controle britânico, [1-2](#)

independência, [1](#)

ver também Botsuana

beduínos, [1-2](#), [3](#), [4](#)

Beecroft, John, [1](#)

Behanzin, rei do Daomé, [1](#)

Beit, Alfred, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#)

bejas, [1](#)

Bélgica:

colonialismo, [1](#), [2](#), [3-4](#)

companhias de mineração, [1](#)

descolonização, [1-2](#)

ver também Congo Belga; Estado Livre do Congo

Bello, Muhammad, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Ben Ali, Zine al-Abidine, [1-2](#), [3](#)

Benadir, [1](#)

Bengasi, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#)

Benguela, [1](#), [2](#)

Benin, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#)

ver também Daomé

Benin, expedição punitiva, [1](#)

Benin, golfo do, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

Benin, rio, [1](#)

benue-kwa, [1-2](#)

Berber, [1](#)

Berbera, [1](#)
berbere, costa, [1](#), [2](#), [3](#)
berberes, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14](#), [15-16](#)
Berenice Troglodítica, [1](#), [2](#)
Berlim, conferência (1884-85), [1-2](#), [3](#)
Bethelsdorp, [1](#)
Biafra, [1-2](#)
Biafra, baía de, [1](#), [2](#)
"Big Hole" de Kimberley, [1](#)
"Big Man", governo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
ver também ditaduras
Bilad as-Sudan, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Bilma, [1](#)
Bin Laden, Osama, [1](#)
Birni Gazargamu, [1](#)
Bismarck, Otto von, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
Bissandugu, [1](#)
"Black Hawk Down", [1](#)
Blanc, Henry, [1-2](#)
Bleek, Wilhelm, [1](#)
Bloem, Jan, [1](#)
Bloemfontein, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Blood, rio, batalha do (1838), [1](#), [2](#)
Blundell, Herbert Weld, [1](#)
Blunt, Wilfrid, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#)
Boa Esperança, cabo, [1](#), [2](#)
bôeres, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7-8](#), [9-10](#), [11-12](#), [13](#), [14](#)
flibusteiros, [1-2](#), [3](#)

Grande Trek, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

trekboers, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)

Volksraad, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

ver também africâneres; Estado Livre de Orange; Transvaal
bôeres, guerras *ver* anglo-bôeres, guerras

Bogaert, Abraham, [1](#)

Bogos, [1](#)

Bojador, cabo, [1-2](#)

Bokassa, Jean-Bédel, [1](#), [2-3](#)

Boko Haram, [1](#)

Boma, [1](#), [2](#)

Bondu, [1](#)

Bonduku, [1](#)

Bône, [1](#)

Bongo, Omar, [1](#)

Bonny, [1](#), [2](#), [3](#)

boom nos preços das matérias-primas, [1](#), [2](#)

Borgnis-Desbordes, coronel Gustave, [1-2](#)

Borgu, [1-2](#)

Bornu, [1-2](#), [3-4](#)

borracha, [1-2](#), [3-4](#)

Boshof, Jacobus, [1](#)

Botha, Louis, [1](#)

Botha, P.W., [1](#), [2](#), [3-4](#)

Botsuana, [1](#), [2](#), [3](#)

ver também Bechuanalândia

Bouazizi, Mohamed, [1](#)

Bouët-Willaumez, Louis, [1](#)

Boulton, Samuel, [1](#)
Bourguiba, Habib, [1-2](#), [3](#), [4](#)
Bowdich, Thomas, [1-2](#)
boxímanes *ver sans*
Branco, cabo, [1](#)
Brand, Johannes, [1](#)
Brasil, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Brass, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Brass, revolta (1895), [1-2](#)
Brazza, Pierre Savorgnan de, [1-2](#)
Brazzaville, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Brière de L'Isle, Louis, [1-2](#)
Broederbond, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
"bronzes do Benin", [1](#)
Browne, William, [1](#)
Bruce, James, [1-2](#)
Bu Regregue, [1](#)
Buganda, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7-8](#), [9-10](#), [11](#), [12](#)
 indústria da banana, [1](#)
 kabaka, [1](#), [2](#), [3](#)
 missionários, [1-2](#), [3](#)
 protetorado britânico, [1-2](#)
Bugeaud, Thomas, [1-2](#), [3-4](#)
Bukedi, [1](#)
Bula Matari, [1](#), [2](#)
Bulawayo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Bultfontein, [1](#), [2](#)
Bunce, ilha, [1](#)

Bunkeya, [1](#), [2](#)

Bunyoro, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#)

Bure, [1-2](#)

Burgers, Thomas, [1](#), [2](#), [3](#)

Burkina Faso, [1](#), [2](#)

Burns, sir Alan, [1](#)

Burton, Richard, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#)

Burundi, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

 independência, [1](#)

Busoga, [1](#), [2](#)

Bussa, [1](#), [2](#), [3](#)

Ca' da Mosto, Alvise, [1-2](#)

Cabília, [1](#)

Cabinda, [1](#)

Cabo Verde, ilhas, [1](#), [2](#), [3](#)

Cabral, Pedro Álvares, [1](#)

caçadores-coletores, [1-2](#), [3](#)

cacau, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

café, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)

Caillié, René, [1](#)

Cairo, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14-15](#), [16-17](#), [18](#), [19](#), [20](#)

Calabar, [1](#), [2](#), [3](#)

Calcedônia, acordo de (451), [1](#), [2](#)

Caledon, rio, [1](#)

Camarões, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

 independência, [1](#)

camelos, caravanas, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#)

Cameron, Charles, [1-2](#)
Cameron, Lovett, [1](#)
Cameron, Verney, [1](#)
Campbell-Bannerman, sir Henry, [1](#)
campos de concentração, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Camus, Albert, [1](#)
Canaã, [1](#)
Cão, Diogo, [1-2](#)
Cape Coast, fortaleza, [1-2](#), [3](#)
carajitas, [1](#), [2](#)
Carnarvon, conde de, [1-2](#), [3](#)
Carta do Atlântico (1941), [1](#)
Cartago, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#)
 colonialismo, [1](#)
 Guerras Púnicas, [1-2](#), [3](#)
Cartum, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#), [10](#), [11](#), [12](#), [13](#)
Casablanca, [1](#)
cascos de tartaruga, [1](#), [2](#)
Casement, Roger, [1-2](#)
Catão, Marco Pórcio, [1](#)
cavalos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Caverna dos Nadadores, [1](#)
Cayor, [1](#), [2](#), [3](#)
cegueira dos rios (oncocercose), [1](#)
celular, tecnologia, [1](#)
cerâmica, [1](#), [2](#)
César, Júlio, [1](#), [2](#)
Cesário, [1](#)

Cetshwayo, rei zulu, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#)

Ceuta, [1](#), [2](#), [3](#)

Chade, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

 guerra civil, [1](#)

 independência, [1](#)

Chade, lago, [1](#), [2](#)

Chamberlain, Joseph, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)

Chelmsford, lorde, [1](#), [2](#)

Chifre da África, [1](#), [2](#), [3](#)

China, [1](#), [2](#), [3-4](#)

Chouane, [1](#)

Churchill, Winston, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Cidade do Cabo, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

circunceliões, [1](#)

Cirenaica, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

“civilizados”, [1](#)

Clapperton, Hugh, [1](#), [2](#), [3](#)

Clarkson, John, [1](#)

Clauzel, general Bertrand, [1](#)

Cleópatra VII, [1](#), [2-3](#)

“cliques”, linguagem com, [1](#)

Clot, Antoine, [1](#)

cobre, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)

Cochoqua, [1](#)

Colley, sir George, [1](#)

Collins, coronel Richard, [1](#)

Colombo, Cristóvão, [1](#), [2](#)

Colônia do Cabo:

atividade econômica, [1-2](#)

autogoverno, [1](#), [2](#)

conflitos com xhosas, [1-2](#), [3](#), [4-5](#)

emigrantes bôeres (Grande Trek), [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

estabelecimento holandês, [1-2](#)

governo britânico, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10-11](#)

população escrava, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8](#)

prosperidade, [1](#)

reformas administrativas, [1-2](#)

Rhodes como primeiro-ministro, [1](#), [2](#)

ver também africâneres; bôeres; *trekboers*

colonialismo:

após a Segunda Guerra Mundial, [1-2](#)

desenvolvimento de infraestrutura, [1](#)

dispensa após a Primeira Guerra Mundial, [1](#)

elites africanas, emergência de, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)

legado, [1](#)

“missão civilizadora”, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

“partilha da África”, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12](#)

representação política africana, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

sistema de “administração indireta”, [1](#)

sistema de identificação tribal, [1-2](#)

ver também poderes coloniais específicos

colonialismo holandês *ver* africâneres; bôeres; Colônia do Cabo

colonialismo pós-guerra, [1-2](#)

comércio:

Aksum, [1-2](#)

com a China, [1](#)

costa leste/oceano Índico, [1](#)-[2](#)

estradas transaarianas, [1](#), [2](#), [3](#)-[4](#)

muçulmano, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)-[6](#), [7](#)-[8](#), [9](#)

Níger, rio, [1](#)-[2](#)

Nilo, [1](#)

romano, [1](#)-[2](#), [3](#)

ver também escravidão e *bens e produtos específicos*

Comissão Sul-Africana de Assuntos Nativos, [1](#)

Compagnie de Katanga, [1](#), [2](#)

Companhia Africana Unida, [1](#)

Companhia Britânica da África do Sul (BSAC), [1](#), [2](#)-[3](#), [4](#)-[5](#)

polícia, [1](#), [2](#)

Companhia da África Oriental Alemã, [1](#), [2](#)

Companhia de Colonização Alemã (GDK), [1](#)

Companhia Francesa das Índias Ocidentais, [1](#)

Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC), [1](#), [2](#), [3](#)

Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), [1](#), [2](#)

Companhia Imperial Britânica da África Oriental, [1](#), [2](#)

Companhia Nacional Africana, [1](#), [2](#)

Companhia Real Africana da Inglaterra, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Companhia Real do Níger, [1](#), [2](#), [3](#)

Comunidade Franco-Africana, [1](#), [2](#)

comunismo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Conakat, [1](#)

Confederação Aro, [1](#)

Congo, bacia do, [1](#), [2](#)-[3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Congo, rio, [1](#), [2](#), [3](#)-[4](#), [5](#), [6](#)-[7](#), [8](#)-[9](#), [10](#), [11](#), [12](#)

Congo (reino antigo), [1](#)-[2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Congo Belga, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#)

immatriculation (matrícula), [1-2](#)

independência, [1-2](#), [3](#)

le pari congolais, [1](#), [2](#)

nacionalismo, [1](#), [2-3](#)

ver também Estado Livre do Congo; Congo-Kinshasa; República Democrática do Congo (Kinshasa); Zaire

Congo Francês, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

independência, [1](#)

Congo-Brazzaville, [1](#), [2](#), [3](#)

Congo-Kinshasa:

guerra civil, [1-2](#)

ver também República Democrática do Congo (Kinshasa); Zaire

Congresso Nacional Africano (CNA), [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12](#)

apartheid, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

boicotes, [1](#)

“Carta da Liberdade”, [1-2](#)

Congresso Pan-Africanista, [1-2](#)

corrupção, [1](#)

e a Rodésia, [1-2](#)

governo de fusão, [1](#), [2](#)

nacionalismo, [1-2](#)

resistência anti-*apartheid*, [1-2](#), [3](#), [4-5](#)

segregação, [1-2](#)

Segunda Guerra Mundial, [1-2](#)

terras natais, [1](#)

ver também africâneres; bôeres; Colônia do Cabo

Conrad, Joseph, [1-2](#), [3](#), [4](#)
Constantina, [1](#), [2-3](#), [4](#)
copta, escrita, [1](#), [2-3](#), [4](#)
copta, Igreja, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)
Coração das trevas (Conrad), [1-2](#)
Corão, [1](#), [2](#)
Cordofão, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
Coreia do Norte, [1](#)
corrupção, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#)
corsários, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Costa do Esqueleto, [1](#)
Costa do Marfim, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
 independência, [1](#)
Costa do Ouro, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
 autogoverno, demandas por, [1-2](#)
 colônia "modelo", [1](#)
 independência, [1-2](#)
 Inglaterra e, [1-2](#)
 tráfico de escravos, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
 ver também Gana
Costa do Ouro, colônia, [1](#), [2](#)
Costa dos Escravos, [1-2](#), [3](#)
Costa dos Grãos, [1](#), [2](#)
Cotonou, [1](#)
couro, artigos de, [1](#)
Covilhã, Pêro da, [1](#), [2](#), [3](#)
Cradock, sir John, [1](#)
cravos, [1-2](#)

Crawford, Dan, [1](#)

Creasy, sir Gerald, [1](#)

crescimento e desenvolvimento econômico:

após a Segunda Guerra Mundial, [1-2](#)

era da independência, [1](#), [2](#), [3-4](#)

estratégias de desenvolvimento orientadas pelo mercado, [1](#)

produto interno bruto, [1](#)

século XXI, [1-2](#)

crescimento populacional, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

criação de animais *ver* gado; pastoralismo

criação de carneiros, [1-2](#)

crianças-soldados, [1](#), [2](#)

crisandade:

cismas, [1](#), [2](#)

difusão da, [1-2](#), [3](#), [4-5](#)

Igreja católica romana, [1](#)

Igreja copta, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)

monasticismo, [1-2](#), [3](#)

monofisismo, [1](#)

perseguições contra cristãos, [1-2](#), [3](#)

ver também missionários

Cross, rio, [1](#), [2](#)

Crowther, Samuel Ajayi, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Cruz, cabo, [1](#)

cunhagem, [1](#), [2](#)

D'Urban, sir Benjamin, [1](#), [2](#)

Dabou, [1](#)

Dacar, [1](#), [2](#), [3](#)
Dacko, David, [1](#), [2](#)
damaras, [1](#)
danakil, [1](#)
Daomé, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#), [10](#)
 golpes, [1](#), [2](#)
 independência, [1](#)
 ver também Benin
dar al-'arbain ("a estrada dos quarenta dias"), [1](#)
Dar es Salaam, [1](#), [2](#)
Darfur, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Daudi Chwa, [1](#), [2](#)
Daym al-Zubair, [1](#)
de Beer, Johannes, [1](#)
De Beers Consolidated Mines Limited, [1](#), [2](#)
De Beers Mining Company, [1](#), [2-3](#), [4](#)
De Gaulle, Charles, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
de Klerk, F.W., [1-2](#)
Debre Damo, [1](#), [2](#)
Debre Líbanos, [1](#), [2](#)
Debre Tabor, [1](#), [2](#)
Decoeur, Henri, [1](#)
deflorestamento, [1](#)
Deir el-Bahri, [1](#)
Delegorgue, Adulphe, [1](#)
democracia multipartidária, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
demótico, escrita, [1](#), [2](#)
Denham, major Dixon, [1-2](#)

Der el Memun, [1](#)

Der Mar Antonios, [1](#)

Derna, [1](#)

descolonização:

belga, [1-2](#)

britânica, [1-2](#), [3](#)

francesa, [1-2](#)

portuguesa, [1-2](#), [3](#)

desemprego em massa, [1](#), [2](#)

destilarias de bebidas, [1](#), [2](#)

Deval, Pierre, [1](#)

diamantes, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14-15](#)

buracos a céu aberto, [1-2](#), [3](#), [4](#)

detentores de direitos, [1-2](#)

monopólio de mineração, [1](#), [2](#)

operações subterrâneas, [1](#)

trabalho negro, controle do, [1](#), [2-3](#)

Dias, Bartolomeu, [1](#)

dinamite, [1-2](#)

Dingane, rei zulu, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#)

Dingiswayo, rei zulu, [1](#)

dinkas, [1](#), [2](#), [3](#)

Diocleciano, imperador, [1](#)

Diodoro da Sicília, [1](#), [2](#)

Diógenes, mercador grego, [1](#), [2](#)

diolas, [1](#)

Dióscoro, bispo de Alexandria, [1](#)

ditaduras, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12](#)

diúlas, mercadores, [1](#)
dívida, e programas de auxílio a dívidas, [1-2](#), [3](#), [4](#)
Djenné-Jeno, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Djibuti, [1](#), [2](#)
Djoser, faraó, [1](#)
dlaminis, [1](#)
Doe, Samuel, [1](#)
doença do sono, [1](#)
Dogali, batalha de (1887), [1](#)
donatismo, [1-2](#)
Dongola, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Dosunmu, rei de Lagos, [1-2](#)
Du Toit, Stephanus, [1](#)
Dul Madoba, batalha de (1913), [1](#)
Dunn, John, [1](#)
Durban, [1](#), [2](#)
Durrell, Lawrence, [1](#)
Dutoitspan, [1](#), [2](#), [3](#)

economias, falhas, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)
 causas políticas, [1-2](#)
 pacotes de ajuda internacional, [1-2](#)

Eden, Anthony, [1](#)
educação:
 africâner, [1-2](#)
 era da independência, [1-2](#)
 islâmica, [1](#), [2](#)
 missionários e, [1](#)

programas coloniais, [1-2](#)

secular, [1](#)

Edusei, Krobo, [1](#)

efik, [1](#)

Egiptologia, [1](#)

Egito:

Alexandre o Grande, [1](#)

Alto Egito, [1](#), [2-3](#)

Antigo Império, colapso do, [1](#)

antigo, [1-2](#), [3-4](#), [5](#)

árabe-israelense, conflito, [1](#), [2-3](#), [4-5](#)

assírio, governo, [1](#)

Baixo Egito, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

campanha abissínia, [1](#)

Canal de Suez, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7-8](#), [9](#), [10-11](#), [12](#), [13-14](#), [15](#)

colonialismo, [1-2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7-8](#), [9-10](#)

“Controle Dual” anglo-francês, [1](#), [2-3](#), [4](#)

e o Sudão, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#)

escravos, operações para obtenção de, [1-2](#)

faraônico, governo, [1](#), [2-3](#)

“faraós negros”, [1](#)

fatímida, governo, [1](#)

hicsos, governo, [1-2](#)

Igreja cristã, [1-2](#), [3-4](#)

independência, [1-2](#), [3](#)

Irmandade Muçulmana, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8-9](#), [10](#), [11](#), [12](#)

islã em, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7-8](#), [9-10](#)

Jovem Egito, [1](#)

kushita, governo, [1](#)
líbio, governo, [1](#)
mamelucos, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#)
Médio Império, [1](#), [2-3](#)
modernização, [1-2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#)
Muhammad Ali, dinastia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
napoleônica, ocupação, [1](#), [2-3](#)
Nasser, ditadura, [1](#), [2](#)
Novo Império, [1-2](#)
Oficiais Livres, golpe, [1-2](#), [3](#)
persa, governo, [1](#), [2](#)
pirâmides, era das, [1-2](#)
Primavera Árabe, [1](#)
Primeira Guerra Mundial, [1](#)
protetorado britânico, [1](#), [2-3](#), [4-5](#)
ptolemaico, governo, [1-2](#)
romano, [1](#), [2-3](#), [4](#)
Segunda Guerra Mundial, [1](#)
Suserania otomana, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#), [7-8](#), [9](#), [10](#)
tráfico/comércio internacional, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
unificação, [1](#)
wafd, movimento, [1-2](#), [3](#), [4](#)

El Khartoum, [1](#)

elefantes:

caça, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

de guerra, [1-2](#), [3](#), [4-5](#)

ver também marfim

Elefantina, ilha, [1](#)

Elisabethville, [1](#), [2](#), [3-4](#)
elite, autoenriquecimento da, [1-2](#), [3-4](#), [5](#)
Elmina, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#)
el-Mokrani, Mohamed, [1](#)
Entebbe, [1](#)
Equatória, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#)
Equiano, Olaudah, [1](#), [2-3](#)
era pós-independência, [1](#), [2-3](#)
Eratóstenes de Cirene, [1](#)
Erhardt, James, [1](#)
Eritreia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10](#), [11-12](#)
 independência, [1](#)
erosão do solo e degradação, [1](#)
escambo, [1-2](#)
escavidão, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8-9](#)
 abolicionistas, [1-2](#), [3](#)
 alforria, [1](#), [2](#)
 colaboração africana, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8-9](#), [10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14](#),
 [15](#), [16](#), [17](#), [18-19](#), [20-21](#), [22](#)
 colônias de ex-escravos, [1-2](#), [3-4](#)
 corsários escravistas, [1](#), [2](#)
 emancipação, [1](#)
 escala de, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11](#)
 escavidão doméstica africana, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#),
 [12](#), [13](#)
 escravos brancos, [1-2](#), [3](#)
 escravos cristãos, [1](#)
 escravos muçulmanos, [1](#), [2](#)

exércitos de escravos, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#)
prisioneiros de guerra, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
raptos, [1](#)
sansão islâmica de, [1-2](#), [3](#), [4](#)
tráfico egípcio, [1-2](#)
tráfico espanhol, [1](#)
tráfico francês, [1](#), [2-3](#)
tráfico holandês, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8-9](#)
tráfico inglês, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10-11](#)
tráfico na costa leste, [1-2](#)
tráfico na costa oeste, [1-2](#), [3-4](#)
tráfico português, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11](#)
tráfico transaariano, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
tráfico transatlântico, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#)

Esfinge, Grande, [1](#)

Espanha:

cartagineses na, [1-2](#)
colonialismo, [1-2](#), [3](#), [4](#)
guerra sagrada, [1-2](#)
muçulmana, [1](#), [2](#), [3](#)
e tráfico de escravos, [1](#)

Esquadrão Britânico da África Ocidental, [1](#)

esquistossomose, [1](#), [2](#)

Estado Livre de Orange, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)

autogoverno, [1](#)

colônia britânica, [1](#), [2](#)

separação de terras, [1-2](#)

Estado Livre do Congo, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#)

atrocidades, [1-2](#), [3-4](#)

borracha, comércio da, [1-2](#), [3-4](#)

Force Publique, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

ver também Congo Belga

Estado-nação, primeiro do mundo, [1](#)

Estados Unidos:

anticolonialismo, [1](#)

ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, [1](#)

intervencionismo, [1](#)

medidas antiescravagistas, [1-2](#)

papel na África, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Sociedade Americana de Colonização, [1-2](#)

ver também Guerra Fria

estanho, [1](#), [2](#)

estelas, [1-2](#)

Etiópia, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7-8](#), [9](#)

fome, [1](#)

golpe, [1](#)

regime marxista, [1-2](#)

“terror vermelho”, [1](#)

tigrínios rebeldes, [1-2](#), [3-4](#)

ver também Abissínia

Euclides, [1](#)

Eugênia, imperatriz, [1](#), [2](#)

eunucos, [1](#), [2](#)

Eusébio, [1](#)

ewe, [1](#)

Ewuare, rei do Benin, [1](#)

expectativa de vida, [1-2](#), [3](#)
Expedição de Ajuda a Gordon, [1](#), [2](#)
Eyadéma, Étienne (Gnassingbé), [1](#), [2](#)
Eyo Honesty, rei de Calabar, [1](#)
Ezana, rei de Aksum, [1](#), [2](#)
Fachoda, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Faidherbe, Louis, [1-2](#)
Faku, rei mpondo, [1](#)
Farewell, Francis, [1-2](#)
Faros, farol de, [1-2](#)
Faruk, rei do Egito, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Fasilidas, imperador da Abissínia, [1-2](#)
fatímida, dinastia, [1](#)
febre amarela, [1](#)
Federação da Rodésia e da Niassalândia, [1](#), [2-3](#)
Feinstein, Andrew, [1](#)
fenícios, [1](#), [2](#)
ferro, trabalho em, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
ferrovias, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
Fez, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
Fezzan, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Firestone, empresa norte-americana, [1](#)
Flad, Martin, [1](#)
Fort Lamy, [1](#)
fosfato, o, [1](#)
França:
 colonialismo, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10-11](#), [12-13](#), [14-15](#), [16-17](#),
 [18](#), [19](#), [20](#), [21](#), [22](#), [23](#), [24](#), [25-26](#), [27](#), [28](#), [29](#), [30-31](#), [32](#), [33-](#)

- comércio, 1, 2-3, 4, 5
- descolonização, 1-2
- e Suez, 1-2, 3, 4
- e tráfico de escravos, 1, 2-3
- estratégia antiescravagista, 1
- guerra franco-prussiana (1870-71), 1, 2, 3
- “missão civilizadora”, 1, 2, 3
- Primeira Guerra Mundial, 1-2
- rivalidade anglo-francesa na África, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
- Segunda Guerra Mundial, 1
- União Francesa, 1, 2, 3

- Freeman, Thomas, 1
- Freetown, 1-2, 3, 4, 5
- Freitas, Lançarote de, 1
- Frelimo, 1-2, 3
- Fremona, 1, 2
- Frente Islâmica de Salvação (FIS), 1
- Frere, sir Bartle, 1, 2-3, 4-5
- Freycinet, Charles de, 1
- Frumêncio, missionário, 1-2, 3, 4
- Fuad, rei do Egito, 1, 2
- fula, língua, 1, 2, 3
- fulanis, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
- fulbes, 1, 2-3, 4, 5, 6
- Fuller, Thomas, 1
- Fundo Monetário Internacional, 1
- Fustat, 1

Futa Djalon, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Futa Toro, [1](#), [2](#), [3](#)

Gabão, [1-2](#)

independência, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

gado, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

gafanhotos, [1](#), [2](#)

Galavdevos, imperador da Abissínia, [1](#)

Galvão, Henrique, [1](#)

Gama, Vasco da, [1-2](#), [3](#)

Gambetta, Léon, [1](#)

Gâmbia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

independência, [1](#)

Gâmbia, rio, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#)

Gana, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#)

autoenriquecimento da elite, [1](#)

campos de petróleo, [1](#)

caos econômico e declínio, [1-2](#)

corrupção, [1](#)

golpe, [1](#)

nkrumaismo, [1-2](#)

reformas econômicas, [1](#)

Gana, antigo reino, [1-2](#)

ver também Wagadu

Gao, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

garamantes, [1](#), [2](#)

Gautier, Théophile, [1](#)

Gaza, reino, [1](#), [2](#)

ge'ez, língua, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Gefat, [1](#), [2](#)
genocídio, ruandês, [1-2](#)
Gérôme, Jean-Léon, [1](#)
Gezo, rei do Daomé, [1](#), [2-3](#), [4](#)
Gilbert, Francis, [1](#)
Gilf Kebir, planalto, [1](#), [2](#)
Gish Abbai, [1](#), [2](#)
Gizé, [1-2](#)
Gizé, Grande Pirâmide de, [1](#)
Gladstone, William, [1](#), [2](#)
Gobir, [1](#), [2](#)
Gojam, [1](#)
Goldie, George, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
golpes, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#)
Gomes, Diogo, [1](#)
Gomes, Fernão, [1](#)
Gondar, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Gondokoro, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Gordon, Charles, [1](#), [2-3](#), [4-5](#)
Gorée, [1](#), [2](#), [3](#)
Gorgora, [1](#)
Goshen, [1](#), [2](#), [3](#)
Graaff-Reinet, [1](#), [2](#)
Graf von Götzen, Gustav Adolf, [1](#)
Graham, coronel John, [1](#)
Graham's Town, [1](#)
Grand-Bassam, [1](#)

Grande Depressão, [1](#)
Grande Trek, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
 Ossewatrek (encenação da Grande Trek), [1](#)
Grande Zimbábue, [1-2](#), [3](#)
Grant, capitão James, [1](#), [2](#)
Graziani, general Rodolfo, [1-2](#)
Great Fish, rio, [1](#), [2-3](#), [4](#)
gregas, influências, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#)
Gregory, John, [1](#)
Griqualândia, [1](#), [2-3](#)
 anexação britânica da, [1](#)
 Griqualândia Leste, [1](#)
 Griqualândia Oeste, [1](#), [2](#), [3](#)
 mineração de diamantes, [1-2](#), [3](#)
 rebeliões, [1](#)
griquas, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Griquatown, [1](#)
Guardafui, cabo, [1-2](#)
Gudu, [1](#)
Guerra do Banco de Ouro, [1](#)
Guerra dos Seis Dias (1967), [1](#), [2](#)
Guerra Fria, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Guilherme, kaiser, [1](#), [2](#), [3](#)
Guiné Equatorial, [1](#), [2-3](#)
Guiné, [1](#), [2](#), [3](#)
Guiné, costa da, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Guiné-Bissau, [1](#)
Gwato, [1](#)

Habyarimana, general Juvénal, [1](#)
hadith, [1](#)
hadzabes, [1](#)
Haggard, H. Rider, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Hailê Selassiê (Rás Tafari), [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10-11](#), [12](#)
Halq al-Wadi (a Goleta), [1](#)
Hamasien, [1](#)
Hamdullahi, [1](#)
Hannington, James, [1](#)
Hanão, [1](#), [2](#), [3](#)
hanseníase, [1](#)
Harar, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Harkuf, explorador, [1](#)
Harris, capitão William Cornwallis, [1](#)
Harrison, George, [1-2](#)
Hasan, sultão de Kilwa, [1](#)
Hassan, Muhammad Abdullah, [1](#)
Hatshepsut, faraó, [1](#), [2](#), [3](#)
hauçá, língua, [1](#)
hauçás, Hauçalândia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#)
Hawkins, John, [1-2](#)
Hawkins, William, [1](#)
Heidelberg, [1](#)
Heligolândia, [1](#)
Heliópolis, [1](#)
Helm, Charles, [1](#)
Henrique o Navegador, infante de Portugal, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#)
Herero-Nama, conflito, [1](#)

hereros, [1](#), [2-3](#)
Herman, George, [1-2](#)
Heródoto, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#)
Hertzog, Barry, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Hewett, Edward, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Hicks, William, [1](#)
hicsos, [1-2](#)
hieroglífica, escrita, [1](#), [2](#)
Hinde, capitão Sidney, [1](#)
Hipona, [1](#), [2](#)
Hispaniola, [1](#), [2](#)
HIV/aids, [1](#)
hlubis, [1](#)
Hodgson, sir Frederick, [1-2](#)
Hofmeyr, Jan, [1](#)
Hoorankrans, [1](#)
Hórus, [1](#), [2](#)
hotentotes *ver* khoikhois
Houghton, major Daniel, [1](#), [2](#)
Houphouët-Boigny, Félix, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Hueda, reino, [1-2](#)
Huggins, sir Godfrey, [1](#)
hutus, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#)

iaos, [1](#), [2](#), [3](#)
ibaditas, comerciantes, [1](#)
ibibio, povo, [1](#), [2](#)
Ibn Abdullah, Idris, [1](#)

ibn al-'As, 'Amr, [1](#), [2](#)
ibn al-Nu'man, Hassan, [1](#)
ibn Ayyub, Salah al-Din (Saladino), [1](#), [2](#)
Ibn Battuta, [1-2](#), [3](#)
Ibn Ibrahim, Ahmad (Gragh), [1](#)
Ibn Khaldun, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Ibn Majid, Ahmad, [1](#)
ibn Nafi, 'Uqba', [1](#), [2](#)
ibn Sultan, Said, [1](#), [2](#), [3](#)
Ibn Tumert, Mohamed, [1](#)
Ibn Yasin, Abdullah, [1](#)
ibn Ziyad, Tariq, [1](#)
Ibsen, Henrik, [1](#)
Idris Alawma, [1](#)
Iêmen, [1](#)
Ifríquia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Igbobi, [1](#)
igbos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)
Igreja Holandesa Reformada, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)
ijos, [1](#)
ilas, [1](#)
Ilg, Alfred, [1](#)
Ilorin, [1](#)
iluminismo , [1](#)
Imhotep, [1](#)
impostos, Egito, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
incenso, [1](#)
industrialização, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#)

Inglaterra:

campos de diamantes, [1-2](#)

colonialismo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10-11](#), [12](#), [13-14](#), [15-16](#),
[17-18](#), [19](#), [20](#), [21-22](#), [23-24](#), [25-26](#), [27-28](#), [29](#), [30-31](#), [32-](#)
[33](#), [34-35](#), [36](#), [37-38](#), [39-40](#), [41](#), [42](#), [43](#), [44](#), [45](#), [46](#), [47](#), [48-](#)
[49](#), [50](#), [51-52](#), [53](#), [54-55](#), [56](#), [57](#), [58](#), [59](#), [60-61](#)

comércio, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8-9](#)

confederação de colônias, esquemas para, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

descolonização, [1-2](#), [3](#)

expedições, [1-2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#), [8-9](#), [10](#)

movimentos e estratégias antiescravagistas, [1-2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#),
[9](#)

“multirracial”, estratégia, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#)

Primeira Guerra Mundial, [1](#), [2](#)

rivalidade anglo-francesa na África, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

Segunda Guerra Mundial, [1-2](#), [3](#)

e Suez, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#)

e tráfico de escravos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10-11](#)

Inkatha, [1](#)

investimento estrangeiro, [1-2](#)

Inyati, [1](#)

Iorubalândia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)

iorubas, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Ipetsut (Karnak), [1](#)

Irmandade Muçulmana, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8-9](#), [10](#), [11](#), [12](#)

Isandlwana, [1](#), [2](#)

islã:

carajitas, [1](#), [2](#)

“cinco pilares”, [1](#)

Dar al-Islam, [1](#), [2](#), [3](#)
difusão de, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#)
escravidão, castigo de, [1-2](#), [3](#), [4](#)
jihad, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10-11](#), [12](#), [13-14](#), [15-16](#)
respeito a costumes locais, [1-2](#)
ressurgimento, [1-2](#), [3-4](#)
Senussi, [1-2](#), [3](#), [4](#)
sharia, lei, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#)
sufismo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
sunitas, [1](#)
Tijaniyya, fraternidade, [1](#)
tolerância religiosa, [1](#), [2](#)
torodbe, [1-2](#), [3](#)

Ulemá, movimento, [1](#)
xiita, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Ismail, Mulai, [1-2](#)
Ismail Paxá, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10-11](#), [12](#), [13](#)
Ismailia, [1](#)
Israel, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)
Istambul, [1](#), [2](#), [3](#)
Itália:
 colonialismo, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10-11](#)
 invasão da Abissínia, [1-2](#)
 Segunda Guerra Mundial, [1-2](#), [3](#), [4](#)
itsekiris, [1](#)

Jaghbub, [1](#)
Jaja, rei de Opobo, [1-2](#)
Jalofo, [1](#)
jalofos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
James, William, [1-2](#)
Jameson, Ataque, [1](#)
Jameson, dr. Starr, [1-2](#), [3-4](#)
Janssens, general Émile, [1](#)
Jaquim, [1](#)
Jardine, Douglas, [1](#)
jawaras, [1](#)
Jebel Barkal, [1](#)
Jebel Qadir, [1](#)
Jesus, forte, [1](#)
jihad, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10-11](#), [12](#), [13-14](#), [15-16](#)

Jimmy, rei, sub chefe temne, [1](#)
Joanesburgo, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
João de Éfeso, [1](#)
Jobson, Richard, [1](#)
Johnson, Frank, [1-2](#)
Johnston, Harry, [1-2](#)
Joubert, Gideon, [1](#)
Jovem Egito, [1-2](#)
Juba, rio, [1](#)
Jubalândia, [1](#), [2](#)
Judar Paxá, [1](#), [2](#)
judeus, comunidades, [1](#), [2](#), [3](#)
Juliano, monge egípcio, [1](#)
Justiniano, imperador, [1](#)

Kaarta, [1](#)
Kabarega, rei de Bunyoro, [1](#), [2](#)
Kabila, Laurent, [1-2](#)
Kadhafi, Muammar, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Kaffraria Britânica, [1](#), [2](#)
Kagame, Paul, [1](#), [2](#)
Kairouan, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#)
kambas, [1](#)
Kamerun *ver* Camarões
Kanem, [1](#), [2](#), [3](#)
Kankan, [1](#)
Kano, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Karagwe, [1](#), [2](#)

karamajong, [1](#)
Karoo, [1](#), [2](#)
Karume, Abeid, [1-2](#)
Kasanje, [1](#)
Kasa-Vubu, Joseph, [1](#), [2](#), [3](#)
Kasongo, [1](#), [2-3](#)
Katanga, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12-13](#), [14-15](#)
Katsina, [1](#), [2](#)
Kaunda, Kenneth, [1](#)
Kazeh (Tabora), [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Kazembe, [1](#)
Kebra Negast, [1-2](#)
Keil, rio, [1](#)
Keiskamma, rio, [1](#)
Keita, Modibo, [1](#)
Kenyatta, Jomo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Kerma, [1](#)
Khasekhem, rei do Egito, [1](#)
khoikhois, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12-13](#), [14](#), [15](#)
khoisan, língua, [1](#)
khumalos, [1-2](#)
Kibaki, Mwai, [1](#)
Kidal, [1](#)
Kigali, [1](#)
kikuyus, [1](#), [2-3](#), [4](#)
Kilimanjaro, [1](#), [2](#)
Kilwa Kisiwani (Quíloa), [1-2](#), [3](#), [4](#)
Kimberley, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8-9](#)

Kinshasa (Léopoldville), [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#)
Kipling, Rudyard, [1](#)
Kirk, John, [1](#)
Kismayu, [1](#)
Kisumu, [1](#), [2](#)
Kitchener, general Herbert, [1-2](#), [3](#), [4](#)
Kivu, [1-2](#)
Klaarwater, [1](#)
Kofi Kakari, [1](#)
Kok, Adam, [1](#)
Koko, rei nembe, [1](#)
Kolobeng, [1](#), [2](#)
koras, [1](#)
Kosoko, rei de Lagos, [1](#)
Koumbi Saleh, [1](#)
Krapf, Ludwig, [1-2](#)
Kruger, Paul, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12-13](#), [14-15](#), [16-17](#), [18](#),
[19-20](#), [21](#)
Kubai, Fred, [1](#)
Kukawa, [1](#)
Kumasi, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#)
Kurgus, [1](#)
Kuruman, [1](#)
Kush, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#)
kushitas, pastores, [1](#), [2](#), [3](#)
Kwaku Dua, [1](#)
kwenas, [1](#)
Lagarde, Léonce, [1](#)

Lagoa, baía da (Maputo), [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Lagos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
Laing, Gordon, [1](#)
Laird, Macgregor, [1](#), [2](#)
Lalibela, rei zagwe, [1](#)
Lamizana, coronel Sangoulé, [1](#)
Lampson, sir Miles, [1](#)
Lamu, [1](#), [2](#)
Land Apportionment Act [Lei do Rateio da Terra] (1931), Rodésia, [1](#)
Lander, John, [1](#)
Lander, Richard, [1](#), [2](#)
Landye, John, [1](#)
langos, [1](#)
Larache, [1](#), [2](#)
latão, trabalho em, [1](#), [2](#)
Lavigerie, Charles, [1](#)
Lebna Dengel, [1](#), [2-3](#)
Leo Africanus, [1-2](#), [3](#), [4](#)
Leopoldo II da Bélgica, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#), [9-10](#), [11-12](#), [13](#), [14](#), [15](#),
[16](#), [17](#), [18](#), [19-20](#), [21](#), [22-23](#)
ver também Estado Livre do Congo
Léopoldville, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10](#)
Lepsius, Richard, [1](#)
Lesoto, [1](#)
ver também Basutolândia
Lesseps, Ferdinand de, [1-2](#)
Lettow-Vorbeck, general Paul von, [1](#), [2](#)
Leutwein, Theodor von, [1](#)

Levante, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

Libéria, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

guerra civil, [1](#), [2](#)

Líbia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#), [9](#)

campos de petróleo, [1](#), [2](#)

colonialismo, [1](#)

independência, [1](#)

Kadhafi, ditadura, [1-2](#), [3-4](#)

Primavera Árabe, [1](#)

Liga das Nações, [1](#)

Limpopo, vale do, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#)

Livingstone, David, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8](#)

Livingstone, Mary, [1](#), [2](#)

Livro dos mortos, [1](#)

Lixus (Larache), [1](#), [2](#)

Loango, [1](#), [2](#)

Lobengula, rei ndebele, [1-2](#), [3-4](#)

Lok, John, [1](#)

Lokoja, [1](#)

Longínio, bispo, [1](#)

Lourdell, Siméon, [1-2](#), [3](#), [4](#)

Lourenço Marques, [1](#)

lozis, [1](#)

Lualaba, rio, [1](#), [2](#)

Luanda, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

Luango, [1](#)

Lüderitz, Adolf, [1](#), [2](#)

Ludolf, Job, [1](#)

Lugard, Frederick, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#)

Lukuga, rio, [1](#)

lulus, [1](#)

Lumumba, Patrice, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#)

lundas, [1](#), [2](#), [3](#)

luos, [1](#)

Luta Nzigé, [1-2](#)

Luxor, [1](#)

Lyautey, marechal, [1](#)

M'ba, Léon, [1](#)

Mabotsa, [1-2](#)

Macaulay, Zachary, [1](#)

Machel, Samora, [1](#), [2](#)

Macina, [1](#), [2-3](#)

Mackay, Alexander, [1](#), [2-3](#), [4](#)

Mackenzie, Charles, [1](#), [2](#)

Mackinnon, William, [1](#), [2](#), [3](#)

Macleane, Charles, [1](#)

Macmillan, Harold, [1](#), [2](#)

Macúria, [1](#), [2](#), [3](#)

madis, [1](#)

mafelas, [1](#)

Mafia, [1](#)

Magdala, [1-2](#), [3](#), [4-5](#)

Mago, escritor cartaginês, [1](#)

Magomero, [1](#)

Magrebe, hegemonia árabe, [1](#), [2-3](#), [4-5](#)

Mahdali, clã, [1](#)

mahdi (Muhammad Ahmad ibn Abdallah), [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

mahdi (Ubaydalla Said), [1](#)

Mahdia, [1](#)

mahdismo, [1-2](#), [3](#), [4-5](#)

Maherero, Samuel, [1](#), [2](#)

Maigoga, [1](#)

Maitatsine, [1](#)

maji-maji, levante, [1](#)

Majuba, [1](#)

Makaba II, rei tsuana, [1](#)

Makapanspoort, [1](#)

Makhzen, sistema, [1](#)

Makoko, rei bateke, [1](#)

Makoko, tratado (1880), [1](#), [2](#), [3](#)

malagueta, pimenta-da-guiné, [1](#)

Malan, Daniel, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

malária, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)

Malauí, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

ver também Niassalândia

Malebo, lago, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Mali, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

independência, [1](#)

islã em, [1-2](#)

Mali, império, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7-8](#)

Malka Christos, [1](#)

Malzac, Alphonse de, [1](#)

mamelucos, [1-2](#), [3-4](#), [5](#)

Mandela, Nelson, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
mandingas, [1](#)
mandingos, [1](#)
Maneto, historiador, [1](#)
Mangungu, chefe Msovero, [1](#)
Manicalândia, [1](#)
Mankurwane, chefe tlhaping, [1-2](#)
mansa Musa, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Manyema, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Maomé, profeta, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
mapas antigos, [1](#), [2-3](#)
Mapungubwe, [1](#)
Maqoma, [1](#)
marabus, [1](#), [2](#)
Marchand, capitão Jean-Baptiste, [1](#), [2](#), [3](#)
Marciano, imperador, [1](#)
Marcos, apóstolo, [1](#)
marfim, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14-15](#), [16](#), [17](#), [18](#), [19-20](#), [21-22](#), [23-24](#), [25](#), [26](#), [27](#), [28](#), [29](#), [30-31](#)
 comércio chinês, [1](#)
 demanda europeia por, [1](#), [2](#)
 demanda hindu por, [1](#)
Marrakech, [1-2](#), [3](#)
Marrocos, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10-11](#), [12](#), [13](#), [14](#), [15](#), [16](#)
 independência, [1](#)
 Makhzen sistema, [1](#)
 nacionalismo, [1](#)
marxismo-leninismo, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Mascara, [1](#)
Mascarenhas, ilhas, [1-2](#), [3-4](#)
mashariki, bantos de, [1](#)
Mashonalândia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Masindi, [1](#)
massais, [1](#), [2](#), [3](#)
massais, terra dos, [1](#), [2](#)
Massawa, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Matabelelândia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
matabeles, [1](#)
ver também ndebeles
matabeles, guerras, [1-2](#), [3](#)
Matadi, [1](#)
Matamba, [1](#)
Mauch, Carl, [1](#), [2](#)
Mau-Mau, [1-2](#)
Mauritânia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
independência, [1](#)
Mauritânia, reino berbere, província romana, [1](#), [2](#), [3](#)
Maxim, metralhadora, [1](#)
Mbanza, [1](#), [2](#)
Mbeki, Thabo, [1](#)
Mbuyasi, [1](#)
McKillop, capitão H.F., [1](#)
Medina, [1](#)
médio Níger, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Megido, [1](#)
Mehmed II, sultão, [1](#)

Mekele, [1](#)
Meknés, [1](#)
Melilla, [1](#), [2](#)
Melinde, [1](#), [2](#)
Mendes, Afonso, [1](#), [2](#)
Menelik I, imperador da Abissínia, [1](#), [2](#)
Menelik II, imperador da Abissínia, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
Mênfis, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Mênfis, decreto de, [1](#)
Mengistu Haile Mariam, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#)
Mengo, [1](#), [2](#)
Mentuhotep II, faraó, [1-2](#)
Mentzel, Otto, [1](#)
Meroe, [1](#)
meroítica, escrita, [1](#)
Mersa Gawasis, [1](#)
Mesa, baía da, [1-2](#)
Mesurado, cabo, [1](#)
Metemma, [1](#)
Mfecane, [1-2](#)
Mfwa, [1-2](#)
Mikael Sehul, Rás, [1](#), [2](#)
Milner, sir Alfred, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Minas, imperador da Abissínia, [1](#)
Miquerinos, faraó, [1](#)
Mirambo, [1](#), [2-3](#)
Missão das Universidades para a África Central, [1-2](#)
missionários, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#)

cristãos africanos, [1-2](#), [3](#), [4](#)
e o sistema de identificação tribal, [1-2](#)
em Buganda, [1-2](#), [3](#)
em Serra Leoa, [1-2](#)
iniciativa "Bíblia e Arado", [1](#)
na Abissínia, [1-2](#), [3-4](#)
na Colônia do Cabo, [1-2](#)
na Núbia, [1](#)
programas educacionais e médicos, [1](#), [2](#), [3](#)

Mlapa III, [1](#)

Mobutu, Joseph, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#)

Moçambique, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#)
campos de petróleo, [1](#)
independência, [1-2](#)
marxista-leninista, regime, [1](#), [2-3](#), [4](#)
nacionalismo, [1](#)

Moffat, Robert, [1](#)

Mogadíscio, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Mogador (Essaouira), [1](#)

Mohammed V, sultão de Marrocos, [1](#), [2-3](#), [4](#)

Moi, Daniel arap, [1](#)

Molepolole, [1](#)

Mombaça, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)

monasticismo, [1-2](#), [3](#)

monofisitismo, [1](#)

Monomotapa (reino), [1](#), [2](#)

monomotapas, [1](#)

Monróvia, [1](#), [2](#)

“Montanhas da Lua”, [1](#), [2](#), [3](#)
Montshiwa, [1](#), [2](#)
Moore, Francis, [1](#)
Morel, Edmund, [1](#), [2-3](#)
Morice, Jean-Vincent, [1](#)
Morsi, Mohamed, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
mortalidade infantil, [1](#), [2](#)
Mosega, [1](#), [2](#)
Moshoeshe, rei soto, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Mossel, baía, [1](#), [2](#)
mossis, [1](#), [2](#)
Mostaganem, [1](#)
Mpande, rei zulu, [1-2](#), [3-4](#)
Mpangazitha, rei hlubi, [1](#)
Mpinda, [1](#)
mpondos, [1](#), [2](#)
Msabila, chefe nyamwezi, [1](#)
Msiri, comerciante nyamwezi, [1-2](#), [3](#)
Msovero, [1](#)
mthethwas, [1](#)
Mubarak, Hosni, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Mugabe, Robert, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Muhammad Ali Paxá, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Muhammad Said, paxá, [1-2](#)
Mujao, [1](#)
mulheres, soldados, [1](#)
Munzinger, Werner, [1](#)
Murphy, J.B., [1](#)

Musa, *mansa*, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Mussolini, Benito, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Mutesa I, rei de Buganda, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#), [9](#)
Mutesa, sir Edward, [1](#)
Muzorewa, bispo Abel, [1](#)
Mwanga, rei de Buganda, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
mwissikongo, [1](#)
Myos Hormos, [1](#)
Mytela Kasanda, [1](#)
Mzilikazi, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#)

Nachtigal, Gustav, [1](#)
nacionalismo *ver nações específicas*
Nações Unidas (ONU), [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12](#)
Nairóbi, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
namas, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Namibe, deserto, [1](#)
Nana Asmau, [1](#)
Nana Olomu, [1](#)
nandis, [1](#)
Napata, [1](#)
Napier, sir Robert, [1-2](#)
Napoleão Bonaparte, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Narmer, paleta de, [1](#)
Nasir al-Din, [1](#)
Nasser, Gamal Abdel, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
Natal, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#)
Natália, República de, [1-2](#), [3](#)

Native Urban Areas Act (1925), África do Sul, [1](#)

Natives' Land Act (1913), África do Sul, [1](#)

Ndakarou (Dacar), [1](#)

ndebeles, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#)

ver também matabeles

Ndongo, [1](#), [2](#)

ndwandwes, [1](#), [2](#), [3](#)

Nefertiti, [1](#)

Negro, cabo, [1](#)

Nellmapius, Hugo, [1](#)

Nelson, Horatio, [1](#)

Nembe, [1](#)

Nero, imperador, [1](#)

Neto, Agostinho, [1](#)

ngombis, [1](#)

ngonis, [1](#), [2](#)

ngunis, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

ngwaketses, [1](#)

Ngwale, Kinjikitile, [1](#)

ngwanes, [1](#)

Niani, [1](#)

Niassa, lago, [1](#), [2](#)

Niassalândia, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#)

independência, [1](#)

ver também Malauí

Níger, [1](#), [2](#), [3-4](#)

independência, [1](#)

Níger, alto, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Níger, delta, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11](#)

Níger, Missão do, [1](#)

Níger, rio, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11-12](#), [13](#), [14](#), [15](#), [16](#), [17](#), [18](#), [19](#)

Nigéria, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#), [10-11](#), [12](#), [13-14](#), [15](#), [16-17](#), [18](#)

autoenriquecimento da elite, [1](#), [2](#)

Boko Haram, [1](#)

campos de petróleo, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#)

colapso econômico, [1](#)

conflito religioso, [1-2](#), [3-4](#)

corrupção, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

golpes, [1-2](#)

guerra civil, [1](#)

importação de alimentos, [1](#)

independência, [1](#)

islã na, [1](#), [2-3](#)

rivalidades regionais, [1-2](#), [3-4](#)

nigero-congoleses, línguas e povos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Nikki, [1](#)

Nilo, vale do:

antigos assentamentos, [1-2](#)

cheias, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

fonte do, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10](#), [11](#), [12-13](#), [14](#)

Nilo Azul, [1](#), [2](#)

Nilo Branco, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

nilo-saarianas, línguas, [1](#), [2](#), [3](#)

Nkomo, Joshua, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Nkrumah, Kwame, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#)

Nobatia, [1](#)
Nok, cultura, [1](#), [2](#), [3](#)
nomadismo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
"Nove Santos", [1](#)
noz-de-cola, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Nubar Paxá, [1](#)
Núbia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#)
 Baixa Núbia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
 Baqt, [1](#)
 Egito e, [1](#), [2](#), [3](#)
 Igreja cristã, [1-2](#)
Numeiry, Gaafar, [1](#)
Numídia, [1](#), [2](#)
Nun, rio, [1](#)
Nupe, [1](#)
Nur al-Da'ím, Muhammad Sharif, [1](#)
Nxele, profeta-guerreiro xhosa, [1](#)
nyamwezis, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#)
nyamwezis, território, [1-2](#)
Nyangwe, [1](#), [2](#)
Nyerere, Julius, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Nzinga a Nkuwu, [1](#), [2](#)

oatácida, sultanato, [1-2](#)
Obiang, Teodorin, [1](#)
Obiang, Teodoro, [1-2](#)
Obote, Milton, [1](#), [2](#), [3](#)
Offra, [1](#)

Ofir, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Ogaden, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#)
Ogooué, rio, [1-2](#)
Ohrwalder, padre Joseph, [1](#)
Ojukwu, coronel Emeka, [1-2](#)
Okahandja, [1-2](#)
óleo de dendê, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#)
Olifants, rio, [1](#)
Olympio, Sylvanus, [1](#)
omanis, árabes, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Omdurman, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#)
Ondini, [1](#)
Opobo, [1-2](#)
Orã, [1](#), [2](#), [3](#)
oromos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Osei Bonsu, [1](#), [2](#)
Osei Tutu, [1](#), [2](#)
Osíris, [1](#), [2](#), [3](#)
Oswell, William, [1](#), [2](#)
Otávio (Augusto), [1-2](#)
Ouagadougou, [1](#)
Oualata, [1](#)
Ouidah (Whydah), [1](#), [2-3](#)
ouro, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#), [10-11](#), [12](#), [13](#), [14-15](#), [16](#), [17](#), [18-19](#), [20](#),
[21](#), [22-23](#), [24](#), [25](#), [26](#)
 demanda europeia por, [1](#)
 trabalho escravo, [1](#)
 Transvaal, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#)

Zambézia, [1-2](#)
Oviedo, André da, [1](#)
Ovonramwen, [1-2](#)
Owen, Francis, [1](#)
Ozimândias, [1](#), [2](#)

Pacômio, monge, [1](#)
Padres brancos, [1](#)
Páez, Pedro, [1-2](#), [3](#), [4](#)
Países Baixos:
 Colônia do Cabo, [1-2](#)
 tráfico, [1-2](#)
 tráfico de escravos, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#)

Paiva, Afonso de, [1](#)
Palermo, Pedra de, [1](#)
pan-árabe, unidade, [1](#)
Park, Mungo, [1-2](#), [3](#)
Partido da Convenção do Povo (CPP), [1-2](#), [3](#)
Partido Nacional Purificado (GNP), [1-2](#)
"partilha" da África, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12](#)
 Conferência de Berlim (1884-85), [1-2](#), [3](#)
 nova era, [1-2](#)

passes, sistema de, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
pastoralismo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)
patronato/clientelismo, sistemas de, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
pedi, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
pedi, terra dos, [1](#)
pedra-sabão, escultura, [1](#)

Pemba, [1](#), [2](#)
Periplus Maris Erythraei, [1](#)
Peste Negra, [1](#)
Peters, Carl, [1-2](#), [3-4](#)
Petherick, John, [1](#)
petróleo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11](#), [12-13](#)
 importações, [1](#)
 roubo, [1](#)
Philip, John, [1-2](#)
Phillips, James, [1](#)
pieds-noirs, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Pietermaritzburg, [1](#)
pimenta, [1](#), [2](#)
pirâmide de degraus, Saqqara, [1](#)
pirâmides:
 egípcias, [1-2](#)
 kushitas, [1](#)
pirataria *ver* corsários
Plaatje, Sol, [1-2](#)
Plínio o Velho, [1](#)
Plowden, William, [1-2](#)
Plutarco, [1](#)
pobreza, século XXI, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
poligamia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Pompeu, [1](#)
Poncet, Charles-Jacques, [1](#)
Pongola, rio, [1](#)
Popo, [1](#)

populações urbanas, [1](#)

Porto Natal, [1-2](#), [3](#)

Porto Said, [1](#)

Porto-Novo, [1](#), [2](#), [3](#)

Portugal, [1-2](#)

atividade missionária, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#)

colonialismo, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#), [10-11](#), [12](#), [13-14](#)

comércio, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#)

descolonização, [1-2](#)

e tráfico escravista, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11](#)

iniciativas pioneiras na África, [1-2](#), [3-4](#)

prazeros, [1](#)

Potgieter, Hendrik, [1](#)

Povos do Mar, [1](#)

práticas e crenças religiosas:

bantas, [1](#), [2-3](#)

egípcias, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#), [10](#), [11-12](#)

xamanismo, [1](#), [2](#), [3](#)

ver também cristandade; islã

Prempe, Agyeman, [1-2](#), [3](#)

Preste João, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)

Preston, Ronald, [1](#)

Pretória, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#)

Pretorius, Andries, [1](#), [2](#), [3-4](#)

Primavera Árabe, [1-2](#)

Primeira Guerra de Fronteira, Colônia do Cabo (1779), [1](#)

Primeira Guerra Mundial (1914-18), [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#)

princípio de autodeterminação, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Proclamação Hotentote, [1](#)
Procópio, historiador grego, [1](#)
produto interno bruto, [1](#)
programas de ajuste estrutural, [1](#)
propriedade de terras, estrangeira, [1](#), [2](#), [3](#)
Protério, bispo de Alexandria, [1](#)
Protetorado da África Oriental Britânica, [1](#), [2](#)
ver também Quênia
Protetorado da Costa do Níger, [1](#), [2](#)
Protetorado dos Rios dos Óleos, [1-2](#)
Prutky, Remedius, [1](#)
Ptolemaida Theron, [1](#)
Ptolomeu I, [1](#), [2](#), [3](#)
Ptolomeu II, [1](#), [2](#), [3](#)
Ptolomeu XIII, [1](#)
Ptolomeu XIV, [1](#)
Ptolomeu, Cláudio, [1](#), [2](#)
púnicas, guerras, [1-2](#), [3](#)
Punt, [1](#), [2](#)
Puntlândia, [1](#)
Qadiriyya, fraternidade, [1-2](#), [3](#), [4](#)
Qapadan, Selim, [1](#)
Qasr Ibrim, [1](#)
Quéfren, faraó, [1](#)
Quelimane, [1](#)
Quênia, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7-8](#), [9-10](#), [11](#), [12](#), [13](#)
 autoenriquecimento da elite, [1-2](#)
 campos de petróleo, [1](#)

corrupção, [1](#)
"estratégia multirracial", [1](#), [2](#)
independência, [1](#)
Mau-Mau, revolta, [1-2](#)
nacionalismo, [1](#)
Quéops, faraó, [1-2](#)
quinina, [1](#), [2](#)
Qutb, Sayyid, [1-2](#)

Rá, deus Sol, [1-2](#), [3](#)
Rachid, Mulai, [1](#)
Ramsés II, faraó, [1-2](#)
Ramsés XI, faraó, [1](#)
randlords, [1](#), [2](#)
Rás Alula, [1](#)
Rassam, Hormuzd, [1-2](#)
Rawlings, Jerry, [1](#)
Real Sociedade Geográfica, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
realeza divina, [1](#), [2](#), [3](#)
Rebmann, Johann, [1-2](#)
Regimento Khoikhoi do Cabo, [1](#)
Renamo, [1](#)
República Centro-Africana, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
 golpe, [1](#)
 independência, [1](#)
República Democrática do Congo (Kinshasa), [1-2](#), [3-4](#)
 ver também Congo-Kinshasa; Zaire
República Sul-Africana *ver* Transvaal

Retief, Piet, [1](#), [2-3](#)
Rhapta, [1](#), [2](#)
Rhodes, Cecil, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11](#), [12](#), [13-14](#), [15](#), [16-17](#)
Riebeeck, Jan van, [1-2](#)
Rifqi, Uthman, [1](#), [2](#)
Rift, vale do, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#)
Rios dos Óleos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
Ripon, cataratas, [1](#), [2](#), [3](#)
Rivers Wilson, Charles, [1](#)
Robben, ilha, [1](#), [2](#)
Roberto, Holden, [1](#)
Robinson, sir Hercules, [1](#), [2](#)
Rodésia, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#), [8-9](#), [10-11](#), [12](#)
 acordo de Londres (1979), [1-2](#)
 Federação da Rodésia e Niassalândia, [1](#), [2-3](#)
 governo de maioria negra, [1](#)
 guerra de guerrilha, [1](#), [2](#), [3](#)
 independência, [1](#)
 nacionalismo, [1-2](#), [3-4](#)
 ver também Rodésia do Norte; Rodésia do Sul
Rodésia do Norte, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
 ver também Zâmbia
Rodésia do Sul, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Roha, [1](#)
rolong, [1](#)
romanos, império romano, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#)
 colapso do império, [1](#), [2](#)
 e o Egito, [1-2](#)

guerras púnicas, [1](#), [2](#)
perseguições cristãs, [1-2](#), [3](#)
províncias africanas, [1-2](#), [3](#), [4](#)
reinos clientes, [1](#)

Rooi Grond, [1](#)
Roosevelt, Franklin D., [1](#)
Rorke's Drift, [1](#)
Roseta, Pedra de, [1](#), [2](#)
rozwi, dinastia, [1](#)
Ruanda, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6-7](#), [8-9](#)
 divisões étnicas em, [1-2](#), [3](#)
 genocídio, [1-2](#)
 independência, [1](#)
Ruanda-Urundi, [1](#)
 ver também Burundi; Ruanda
Rudd, Charles, [1](#), [2](#), [3](#)
Rusizi, rio, [1](#)

saadianos, [1](#), [2](#)
Saara, deserto, [1](#)
 rotas comerciais, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#)
 tráfico de escravos transaariano, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#)
Sabá, [1](#)
Sabá, rainha de, [1](#), [2-3](#)
Sabouciré, [1](#)
sacrifício humano, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#)
Sadiq al-Mahdi, [1](#)
Sahati, [1-2](#)

Sahel, [1](#), [2](#), [3](#)
saifaua, dinastia, [1](#), [2](#), [3](#)
Saint-Louis, [1](#), [2](#)
sal, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#)
salafista, movimento, [1-2](#)
Salazar, Antônio de Oliveira, [1](#), [2](#), [3](#)
Salé, [1](#), [2](#)
Salisbury, lorde, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Sallee Rovers [Corsários de Salé], [1](#)
Salomão, rei, [1](#), [2-3](#)
Sammaniyya, [1](#)
Samori Touré, [1](#), [2](#)
sandawes, [1](#)
sanhajas, [1](#)
sans (boxímanes), [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Santos, Eduardo dos, [1](#), [2](#)
Sanusi, Lamido, [1](#)
São Tomé, [1](#), [2](#), [3](#)
Saqqara, [1](#)
saúde e medicina, [1](#), [2](#), [3](#)
Savimbi, Jonas, [1](#)
Scanlen, Thomas, [1](#)
Schön, James, [1](#)
Schreiner, Olive, [1](#)
Schryver, August de, [1](#)
Sebetwane, [1](#)
secas, [1](#), [2](#), [3](#)
Sechele, rei kwena, [1](#), [2](#)

Ségou, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
segregação, doutrina política de, África do Sul, [1-2](#)
Segunda Guerra de Fronteira, Colônia do Cabo (1792), [1](#)
Segunda Guerra Mundial, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Seitz, Theodor, [1](#)
Sekhukhune, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#)
Sekonyela, rei tlokwa, [1](#)
Selous, Fred, [1-2](#), [3](#)
Sena, [1](#)
Sêneca, [1](#)
Senegal, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11-12](#), [13](#), [14](#)
 democracia multipartidária, [1](#), [2](#)
 independência, [1](#)
 programas antiaids, [1-2](#)
Senegal, rio, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
Senghor, Léopold, [1-2](#), [3](#)
Sennar, [1](#), [2](#)
Senussi, [1-2](#), [3](#), [4](#)
Serengeti, planícies, [1](#)
Serra Leoa, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#)
 campos de diamantes, [1-2](#)
 ex-colônia escrava, [1-2](#)
 independência, [1](#)
sete maravilhas do mundo antigo, [1](#), [2](#)
Sétif, [1](#)
Shafiq, Ahmad, [1](#), [2](#)
Shaka kaSenzangakhona, rei zulu, [1-2](#), [3](#), [4-5](#)
Shaler, William, [1](#)

Shanga, [1](#), [2](#)
sharia, lei da, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6-7](#)
Sharp, Granville, [1-2](#)
Sharpeville, massacre (1960), [1](#)
Shaw, Flora, [1-2](#)
Shaw, William, [1](#)
Shaykan, [1](#)
Shelley, Percy Bysshe, [1](#)
Shepstone, Theophilus, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Sherbro, ilha, [1](#)
shilluks, [1](#)
Shippard, sir Sidney, [1-2](#)
Shire, rio, [1-2](#)
Shoa, [1](#)
shonas, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#)
Sicília, [1-2](#), [3](#)
Sidi R'bat, [1](#)
Sijilmasa, [1](#), [2](#), [3-4](#)
Simbad o Marujo, [1](#), [2-3](#)
Síria, [1](#), [2](#), [3](#)
sisal, [1](#)
sistema de identificação tribal, [1-2](#)
Siyad Barre, Mohammed, [1-2](#)
Smeathman, Henry, [1-2](#)
Smee, Thomas, [1](#)
Smith, Ian, [1](#), [2](#), [3](#)
Smith, sir Harry, [1-2](#), [3](#)
Smuts, Jan, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Soba, [1](#)

Soberania do rio Orange, [1-2](#), [3](#)

Sobhuza, rei dlamini, [1](#)

sobrepastagem, [1](#)

Sociedade Americana de Colonização, [1-2](#)

Sociedade Antiescravagista, [1](#)

Sociedade Missionária da Igreja Anglicana, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#)

Sociedade Missionária de Londres, [1](#), [2](#), [3-4](#)

sociedades missionárias:

 Missão das Universidades para a África Central, [1-2](#)

 Sociedade Missionária da Igreja Anglicana, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#)

 Sociedade Missionária de Londres, [1](#), [2](#), [3-4](#)

Sofala, [1-2](#), [3-4](#), [5](#)

Soglo, coronel Christophe, [1](#)

Sokoto, [1](#), [2](#), [3](#)

Sokoto, califado, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#)

Somália, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10-11](#)

 colapso e guerra civil, [1-2](#)

 força-tarefa multinacional, [1](#)

Somália Francesa, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Somalilândia, [1](#), [2](#), [3](#)

Somalilândia Britânica, [1-2](#), [3](#), [4](#)

Sonangol, [1-2](#)

Songai, império, [1-2](#)

soninquês, [1](#)

Soshangane, [1](#), [2](#)

soto, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#)

Sousa, Rui de, [1](#)

Soweto, revolta de (1976), [1](#)
Soyinka, Wole, [1](#)
Sparrman, Anders, [1-2](#)
Speke, John, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#)
Stairs, capitão Grant, [1](#)
Stanley, cataratas, [1](#), [2-3](#)
Stanley, Henry Morton, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10-11](#), [12-13](#), [14](#), [15](#),
[16-17](#), [18-19](#)
Stanleyville, [1](#), [2](#), [3](#)
Stellaland, [1](#), [2](#), [3](#)
Stellenbosch, [1](#), [2](#)
Stern, Howard, [1](#), [2](#)
Stockenstrom, Andries, [1](#)
Strydom, Hans, [1](#)
suáíli, [1](#)
suáíli, costa, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8-9](#)
Suakin, [1](#), [2](#), [3](#)
Suazilândia, [1](#), [2](#), [3](#)
 independência, [1](#)
Sudão, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6-7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12-13](#), [14](#), [15](#), [16-17](#), [18](#)
 governo britânico-egípcio, [1](#), [2-3](#)
 guerras civis, [1](#), [2](#), [3](#)
 independência, [1-2](#)
 invasão anglo-egípcia do, [1-2](#)
 islã em, [1-2](#)
 limpeza étnica, [1](#)
 nilótico, [1](#), [2-3](#)
 petróleo, [1](#)

Sudão egípcio, [1](#), [2](#)

ver também reinos e estados específicos

Sudão Francês, [1](#)

Sudão sul do, [1](#)

Sudd, [1](#)

Sudoeste Africano (Namíbia), [1](#)

Sudoeste Africano Alemão, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#)

Suez, canal de, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7-8](#), [9](#), [10-11](#), [12](#), [13-14](#), [15](#)

sufismo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Suna II, rei de Buganda, [1](#), [2](#)

sunismo, [1](#)

Susenos, imperador da Abissínia, [1-2](#), [3](#), [4](#)

Swakopmund, [1](#)

Swann, Alfred, [1-2](#)

Swellendam, [1](#), [2](#), [3](#)

Swellengrebel, Hendrik, [1](#)

Swift, Jonathan, [1](#)

Sy, Malik, [1](#)

taa-kwi, ramo san, [1](#)

taal, língua, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Tadjoura, golfo de, [1](#), [2](#)

Tafilalet, [1](#), [2](#)

Tafna, Tratado de (1837), [1](#)

Tagaza, [1](#), [2](#)

Tahert, [1](#)

Tahuda, [1](#)

Takoradi, [1](#)

Takrur, [1](#), [2](#)
Tamarod, [1](#)
Tamba, [1](#)
Tambo, Oliver, [1](#)
Tanganica, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
 estratégia "multirracial", [1](#)
 independência, [1](#)
 "maji-maji", levante, [1](#)
Tanganica, lago, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)
Tânger, [1](#), [2](#)
Tanzânia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)
 "aldeamento", programa, [1](#)
 campos de petróleo, [1](#)
Taruga, [1](#)
Taudeni, [1](#)
Tawfik, paxá, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)
Taylor, Charles, [1](#), [2](#)
Tebas, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)
tecelagem, [1](#), [2](#)
Tecla Haimanout II, imperador da Abissínia, [1](#), [2](#)
Tegbesu, rei do Daomé, [1](#)
Tekle Giorgis II, imperador da Abissínia, [1](#), [2](#)
Teodoro (Kassa Hailu), imperador da Abissínia, [1-2](#), [3-4](#)
terracota, escultura, [1](#)
Terras Altas Brancas, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Tertuliano, [1](#)
Tete, [1](#), [2](#)
Textos das Pirâmides, [1](#), [2](#), [3](#)

Textos dos Sarcófagos, [1](#), [2](#)
Thaba Bosiu, [1](#), [2](#), [3](#)
Thomson, Joseph, [1](#), [2](#)
Tigré, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#)
Tijaniyya, fraternidade, [1](#)
Tippu Tip, [1-2](#), [3](#), [4-5](#)
Tjeni, [1-2](#)
Tlemcen, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
tlhapings, [1](#), [2](#), [3](#)
tlokwas, [1-2](#)
Tobruk, [1](#)
Tofa, [1](#)
Togo, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)
 golpe, [1](#)
 independência, [1](#)
Tom, rei, subchefe temne, [1](#)
Tombuctu, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#), [10](#), [11](#)
Tondibi, [1](#)
tongas, [1](#)
Toro, [1](#)
torodbe, [1-2](#), [3](#)
Touré, Ahmed Sékou, [1](#), [2](#)
Towerson, William, [1](#)
trabalho:
 escravo *ver* escravidão
 forçado, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)
transe, danças, [1](#)
Transkei, [1](#)

Transorangia, [1](#)

Transvaal, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7-8](#), [9-10](#), [11-12](#), [13](#), [14](#), [15-16](#)

anexação de Goshen, [1](#)

autogoverno, [1](#)

bôeres *freebooters*, [1-2](#)

colônia britânica, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)

concessões de monopólio, [1-2](#)

imigrantes holandeses, [1-2](#)

independência, [1-2](#)

Jameson, Ataque, [1](#)

ouro, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#)

uitlanders, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#), [8](#)

trarza, mouros, [1](#)

trekboers, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#)

Trézel, general Camille, [1](#)

Trípoli, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#)

Tripolitânia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Trollope, Anthony, [1](#)

Trotha, general Lothar von, [1-2](#)

Tsate, [1](#), [2](#)

Tsavo, rio, [1](#)

Tshombe, Moïse, [1](#), [2](#), [3](#)

tsongas, [1](#)

tsuanas, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#), [9](#), [10](#), [11](#)

tuaregues, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

tucolor, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#)

Tugela, rio, [1](#), [2](#), [3](#)

Tumanbay, sultão, [1](#)

Túnis, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Tunísia, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#), [10-11](#)

independência, [1](#)

islã em, [1](#)

nacionalismo, [1](#)

Primavera Árabe, [1](#)

protetorado francês, [1-2](#), [3-4](#)

turco-circassianos, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

turcos otomanos, [1](#), [2-3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9-10](#), [11-12](#), [13](#), [14](#), [15](#)

Ture, Muhammad, [1](#)

Turkana, lago, [1](#)

Turquia *ver* turcos otomanos

Tutancâmon, faraó, [1-2](#)

Tutmés I, faraó, [1-2](#), [3](#), [4](#)

Tutmés III, faraó, [1](#)

tútsis, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5-6](#), [7](#)

Uaso Nairobi, [1](#)

Ubaydalla Said, [1](#)

Uganda, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#), [9-10](#)

campos petrolíferos, [1](#)

estratégia "multirracial", [1](#)

êxodo sul-asiático, [1](#)

golpe, [1](#)

independência, [1](#)

programas antiaids, [1-2](#)

Ujiji, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Ukami, [1](#)

Ulundi, [1](#)
Umar Tal, [1](#), [2](#), [3](#)
uMgungundlovu, [1](#), [2](#)
Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação), [1](#), [2](#)
Umzimkulu, rio, [1](#)
Unas, faraó, [1](#), [2](#)
Ungulu, [1](#)
União da África do Sul, [1](#), [2](#)
 ver também África do Sul
União Soviética, [1](#)
 anticolonialismo, [1](#)
 colapso da, [1](#)
 papel na África, [1](#), [2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
 ver também Guerra Fria
unipartidário, sistema, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Unyamwezi, [1](#), [2-3](#)
Urabi, Ahmad, [1-2](#), [3-4](#)
Urambo, [1](#)
urewe, cerâmica, [1](#)
Urundi (Burundi), [1](#)
Usagara, [1](#)
Usuman dan Fodio, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#)
Uzigua, [1](#)

Vaal, rio, [1](#), [2](#)
Vale dos Reis, [1](#)
van Jaarsveld, Adriaan, [1](#)
van Rooy, J.C., [1](#)

vândalos, [1](#)
varíola, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#)
Vegkop, [1](#)
vendas, [1](#)
ver também Costa do Marfim
"vento de mudança", discurso (Macmillan), [1](#)
Verdi, Giuseppe, [1-2](#)
Verwoerd, Hendrik, [1](#), [2](#)
vida após a morte, crenças egípcias, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#)
vinho, produção de, [1](#)
Vitória, cataratas de, [1](#)
Vitória, rainha, [1](#), [2](#), [3](#)
Vitória Nyanza, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#)
von François, capitão Curt, [1-2](#)
Voortrekkers *ver* Grande Trek
voto, direito a, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)
Vryburg, [1](#)

Wadai, [1](#)
Wadi Halfa, [1](#), [2](#)
Wagadu, [1](#), [2-3](#), [4-5](#)
Wagshum Gobeze, [1](#)
wahabitas, [1](#)
Walfisch, baía de, [1](#), [2](#)
Walo, [1](#)
Walo, [1](#)
Walwal, [1-2](#)
wangeras, [1](#)

Ward, John, [1](#), [2](#)

Warden, major Henry, [1](#)

Wargla, [1](#)

Wassoulou, [1](#)

Waterberg, [1](#)

Waterboer, Andries, [1](#), [2](#)

Waterboer, Nicholas, [1-2](#)

Waugh, Evelyn, [1](#)

Wawat, [1-2](#)

Wernher, Julius, [1](#), [2](#)

Wichale, Tratado de (1889), [1](#)

Wilberforce, William, [1](#)

Windhoek, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Witbooi, Hendrik, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#)

Witwatersrand, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#)

Wollo, [1](#)

Wollo, [1](#), [2](#), [3](#)

Wolseley, sir Garnet, [1](#), [2-3](#)

Wuli, [1](#)

Wyndham, Thomas, [1](#)

xamanismo, [1](#), [2](#), [3](#)

xhosas, [1-2](#), [3](#), [4-5](#), [6](#), [7-8](#), [9](#), [10](#)

xiitas, muçulmanos, [1](#), [2](#), [3-4](#)

Yasu, Lij, imperador designado da Abissínia, [1](#)

Yohannes IV (Kassa Mercha), imperador da Abissínia, [1](#), [2-3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Youlou, Fulbert, [1](#)

Za Dengel, imperador da Abissínia, [1](#)

zagauas, [1](#)

Zaghlul, Saad, [1-2](#)

zagwe, dinastia, [1](#)

Zaire, [1](#), [2](#)

ver também Congo-Kinshasa; República Democrática do Congo
(Kinshasa)

Zama, batalha de (202), [1](#)

Zamana Mesafent, [1](#)

Zambeze, rio, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#)

Zambézia, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#)

Zâmbia, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Zamfara, [1](#), [2-3](#)

zandes, [1](#)

Zanj, [1-2](#)

Zanu-PF, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#)

Zanzibar, [1](#), [2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12-13](#), [14](#), [15](#), [16](#)

golpe, [1-2](#)

independência, [1](#)

protetorado britânico, [1](#)

tráfico de escravos, [1](#)

tráfico de marfim, [1-2](#)

Zapu, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Zaria, [1](#), [2](#)

Zauditu, imperatriz da Abissínia, [1](#), [2](#)

Zauila, [1](#)

Zeila, [1](#), [2](#), [3](#)

Zerzura, [1](#)

Zhai Jun, [1](#)

Zimbábue, [1-2](#), [3](#), [4](#), [5](#), [6](#), [7-8](#), [9](#)

colapso econômico, [1-2](#)

corrupção, [1](#), [2-3](#)

invasão de fazendas, [1-2](#)

ziridas, [1-2](#)

Zubayr Rahma Mansur, [1](#)

zulus, Zululândia, [1-2](#), [3-4](#), [5](#), [6](#), [7](#), [8-9](#)

guerra anglo-zulu (1879), [1-2](#)

invasão bôer, [1](#), [2](#)

Zürn, tenente Ralph, [1](#)

Zuurveld, [1](#), [2](#), [3](#), [4](#), [5](#)

Zwangendaba, general ndwandwe, [1](#)

Zwide, rei ndwandwe, [1](#), [2](#)

Título original:

The Fortunes of Africa

(A 5,000-year history of wealth, greed and endeavour)

Tradução autorizada da primeira edição inglesa, publicada em 2014 por Simon & Schuster, de Londres, Inglaterra

Copyright © 2014, Martin Meredith

Copyright da edição brasileira © 2017:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Sérgio Campante

Imagem da capa: © chrupka/iStock.com

Produção do arquivo ePub: [Booknando Livros](#)

Edição digital: julho de 2017

ISBN: 978-85-378-1681-3



Como as democracias morrem

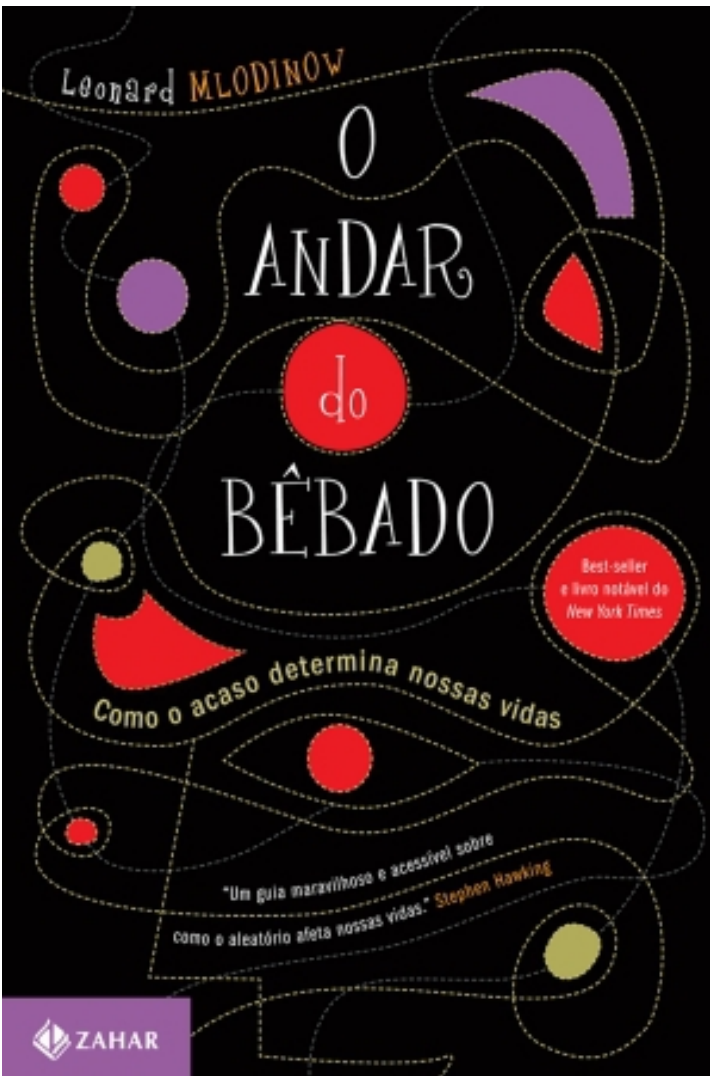
Levitsky, Steven
9788537818053
272 páginas

[Compre agora e leia](#)

Uma análise crua e perturbadora do fim das democracias em todo o mundo Democracias tradicionais entram em colapso? Essa é a questão que Steven Levitsky e Daniel Ziblatt – dois conceituados

professores de Harvard – respondem ao discutir o modo como a eleição de Donald Trump se tornou possível. Para isso comparam o caso de Trump com exemplos históricos de rompimento da democracia nos últimos cem anos: da ascensão de Hitler e Mussolini nos anos 1930 à atual onda populista de extrema-direita na Europa, passando pelas ditaduras militares da América Latina dos anos 1970. E alertam: a democracia atualmente não termina com uma ruptura violenta nos moldes de uma revolução ou de um golpe militar; agora, a escalada do autoritarismo se dá com o enfraquecimento lento e constante de instituições críticas – como o judiciário e a imprensa – e a erosão gradual de normas políticas de longa data. Sucesso de público e de crítica nos Estados Unidos e na Europa, esta é uma obra fundamental para o momento conturbado que vivemos no Brasil e em boa parte do mundo e um guia indispensável para manter e recuperar democracias ameaçadas. *** "Talvez o livro mais valioso para a compreensão do fenômeno do ressurgimento do autoritarismo ... Essencial para entender a política atual, e alerta os brasileiros sobre os perigos para a nossa democracia." Estadão "Abrangente, esclarecedor e assustadoramente oportuno." The New York Times Book Review "Livração ... A melhor análise até agora sobre o risco que a eleição de Donald Trump representa para a democracia norte-americana ... [Para o leitor brasileiro] a história parece muito mais familiar do que seria desejável." Celso Rocha de Barros, Folha de S. Paulo "Levitsky e Ziblatt mostram como as democracias podem entrar em colapso em qualquer lugar – não apenas por meio de golpes violentos, mas, de modo mais comum (e insidioso), através de um deslizamento gradual para o autoritarismo. Um guia lúcido e essencial." The New York Times "O grande livro político de 2018 até agora." The Philadelphia Inquirer

[Compre agora e leia](#)



O andar do bêbado

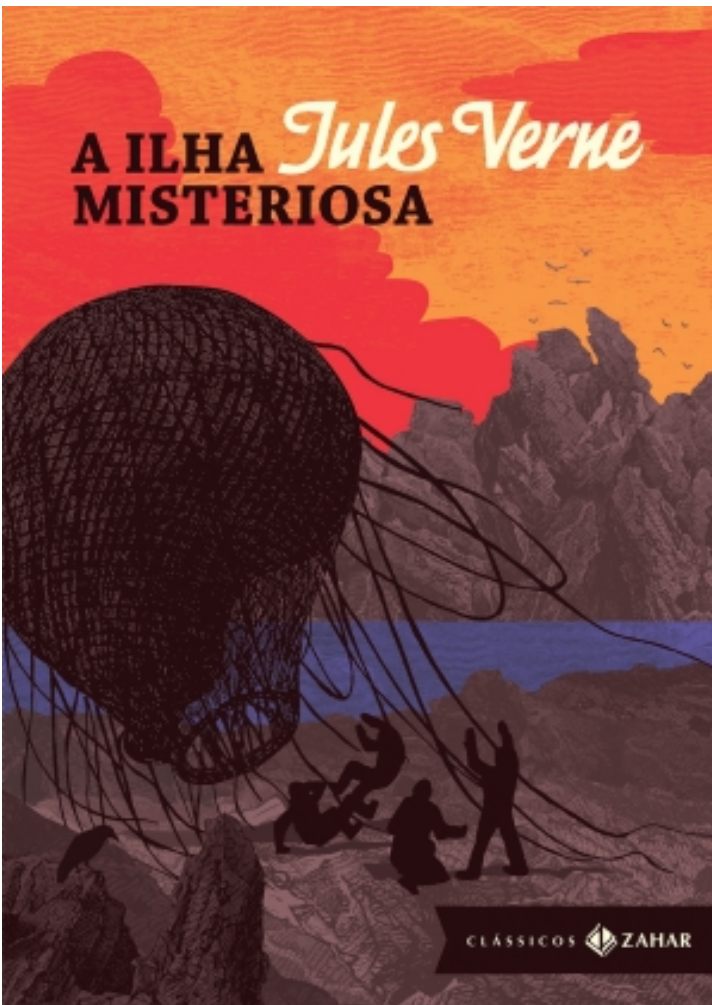
Mlodinow, Leonard
9788537801819
322 páginas

[Compre agora e leia](#)

Best-seller internacional e livro notável do New York Times Um dos 10 Melhores Livros de Ciência, segundo a Amazon.com Não estamos

preparados para lidar com o aleatório e, por isso, não percebemos o quanto o acaso interfere em nossas vidas. Num tom irreverente, citando exemplos e pesquisas presentes em todos os âmbitos da vida, do mercado financeiro aos esportes, de Hollywood à medicina, Leonard Mlodinow apresenta de forma divertida e curiosa as ferramentas necessárias para identificar os indícios do acaso. Como resultado, nos ajuda a fazer escolhas mais acertadas e a conviver melhor com fatores que não podemos controlar. Prepare-se para colocar em xeque algumas certezas sobre o funcionamento do mundo e para perceber que muitas coisas são tão previsíveis quanto o próximo passo de um bêbado depois de uma noitada... "Um guia maravilhoso e acessível sobre como o aleatório afeta nossas vidas" Stephen Hawking "Mlodinow escreve num estilo leve, intercalando desafios probabilísticos com perfis de cientistas... O resultado é um curso intensivo, de leitura agradável, sobre aleatoriedade e estatística." George Johnson, New York Times

[Compre agora e leia](#)



A ilha misteriosa: edição bolso de luxo

Verne, Jules
9788537816790
696 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um clássico inesquecível e uma obra especial para os amantes de 20 mil léguas submarinas e do Capitão Nemo Vinte e quatro de março de 1865. Arrastados em seu balão desgovernado e rasgado por um furacão, cinco "náufragos do ar" aterrissam numa ilha deserta do Pacífico Sul. Somente com a roupa do corpo, o pequeno grupo de colonos irá refazer toda a longa trajetória da civilização: da pré-história aos tempos modernos, do domínio do fogo à fabricação de nitroglicerina, dos primeiros artefatos à pilha elétrica, da cerâmica rudimentar à instalação de um elevador e de um telégrafo, sem deixar de passar pelo advento da agricultura e da pecuária. Clássico incontestável, A ilha misteriosa é uma viagem extraordinária e também uma reflexão sobre o conceito e os limites da humanidade. Essa edição traz texto integral e 30 ilustrações originais. A versão impressa apresenta ainda capa dura e acabamento de luxo.

[Compre agora e leia](#)



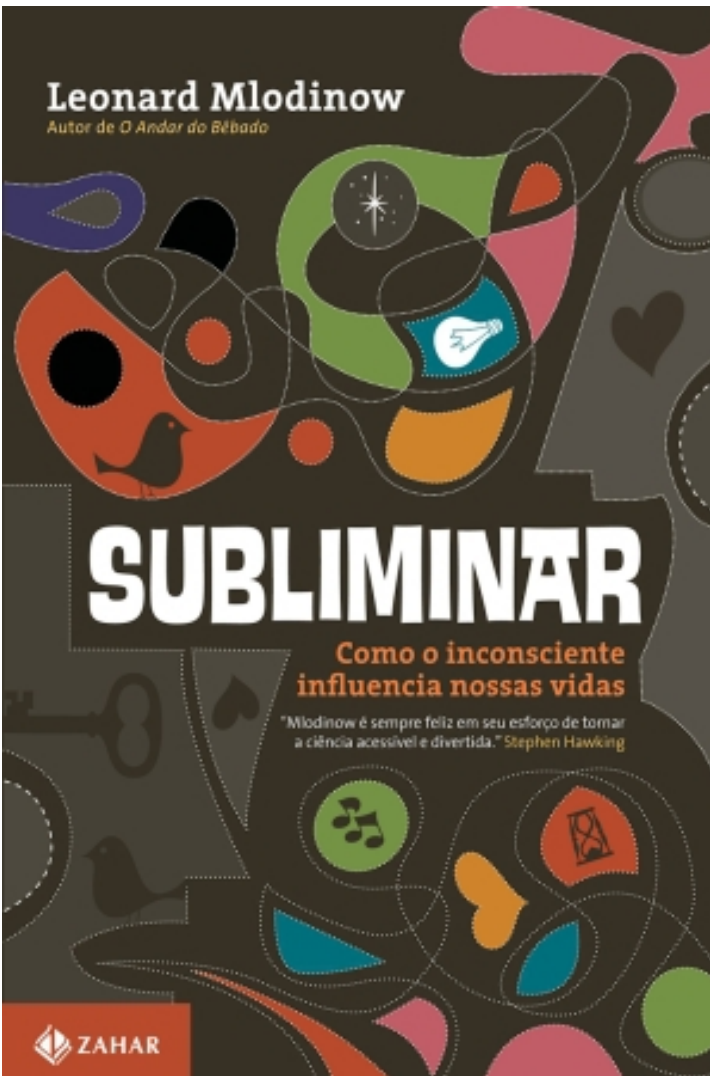
12 horas de sono com 12 semanas de vida

Abidin, Suzy
9788537808818
132 páginas

[Compre agora e leia](#)

Que pai nunca sofreu com dezenas de noites mal dormidas quando seus filhos eram bebês? Para alguns, essas dezenas ainda se transformam em centenas, incontáveis noites de sono entrecortado. A brasileira radicada nos Estados Unidos Suzy Giordano, mãe de cinco filhos, está nesse grupo. Quando os seus gêmeos nasceram (os caçulas da família), ela dormia cerca de 45 minutos por noite. Um dia pediu ajuda para os pais, para que cuidassem das crianças enquanto ela pretendia ter algumas horinhas de sono. Dormiu por 24 horas ininterruptas e decidiu que precisava criar um método que melhorasse sua condição de vida. A autora se baseou na tendência dos bebês de pular as mamadas da noite desde que suas necessidades nutricionais tenham sido atendidas durante o dia. Assim, criou um método que promete (e cumpre) ensinar um bebê de tamanho normal a dormir 12 horas depois de completar 12 semanas de vida. Um treinamento feito com tranquilidade, sem horas de choro ininterruptas, de forma gradativa e natural. O livro virou best-seller nos Estados Unidos e Suzy foi classificada como "a guru do sono do bebê" pelo "Washington Post". De lá para cá, já treinou centenas de bebês. Seu método funciona inclusive com crianças de mais de um ano.

[Compre agora e leia](#)



Subliminar

Mlodinow, Leonard
9788537810538
299 páginas

[Compre agora e leia](#)

Best-seller internacional Você acha que sabe como e por que faz suas escolhas? Suas preferências políticas, a gorjeta que dá ao

garçom, aquele colega de trabalho com uma cara tão amigável de quem você desconfia e até a pessoa com quem você se casa não são opções tão objetivas assim. Leonard Mlodinow, autor do best-seller *O andar do bêbado*, investiga, de forma divertida e brilhante, como o inconsciente modela nosso comportamento e determina nossas decisões e juízos sobre o mundo, as pessoas, as coisas. Um livro que vai mudar a sua vida. "Mlodinow é sempre feliz em seu esforço de tornar a ciência acessível e divertida." Stephen Hawking "Um dos dez livros do ano." NewScientist.com "Mlodinow mostra como a ideia de inconsciente tornou-se novamente respeitável. ... Fascinante." The Economist "Esse livro muito esclarecedor encanta o leitor ao estudar o funcionamento da mente humana." Booklist "Divertidamente acessível, embora intelectualmente rigoroso, este livro transcende os limites tradicionais entre neurociência, psicologia e filosofia, descortinando a mente subliminar. Mlodinow oferece novos insights sobre o que o inconsciente pode fazer e faz para influenciar nossa vida." V.S. Ramachandran, Professor do Departamento de Psicologia e Neurociência da Universidade da Califórnia

[Compre agora e leia](#)